

DOSSIÊ

**DITADURAS EM CONTEXTOS LOCAIS E REGIONAIS**  
(Pensar a América Latina)

# **HISTÓRIA**

Questões  
& Debates



**Reitor**

Marcos Sfair Sunye

**Vice-Reitora**

Camila Girardi Fachin

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Helton José Alves

**Pró-Reitora de Pós-Graduação**

Edneia Amâncio de Souza Ramos Cavalieri

*História: Questões & Debates*, ano 39, volume 73, n. 1, jan./jun. 2025

**Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História  
da UFPR e da Associação Paranaense de História (APAH)**

**Editores**

Prof. Dr. Clóvis Gruner

Prof. Dr. Fernando Seliprandy

**Conselho Editorial**

Marion Brepohl (Universidade Federal do Paraná, Presidente do Conselho), Álvaro Araújo Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná), Ana Silvia Volpi Scott (Universidade Estadual de Campinas), Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), André Macedo Duarte (Universidade Federal do Paraná), Antonio Cesar de Almeida Santos (Universidade Federal do Paraná), Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade Estadual de São Paulo), Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (Universidade de Lisboa), Claudia Rosas Lauro (Pontifícia Universidade Católica do Peru), Claudine Haroche (Universidade Sorbonne), Christian Laval (Universidade Paris Nanterre), Euclides Marchi (Universidade Federal do Paraná), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade Estadual de São Paulo), José Manuel Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa), Luiz Carlos Villalta (Universidade Federal de Minas Gerais), Márcio Sergio Batista Silveira de Oliveira (Universidade Federal do Paraná), Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Maria Elena Barral (Universidad Nacional de Luján), María Laura Rosa (Universidad de Buenos Aires), Marilene Weinhardt (Universidade Federal do Paraná), Montserrat Duch Plana (Universidad Rovira i Virgili), Orazio Irrera (Universidade Paris 8), Pablo de la Cruz Dias Martinez (Universidade de Salamanca), Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas), Philippe Sabot (Universidade de Lille), Sergio Odilon Nadalin (Universidade Federal do Paraná), Roseli Boschilia (Universidade Federal do Paraná), Renato Augusto Carneiro Júnior (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná), Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim)

# HISTÓRIA

Questões  
& Debates

VOLUME 73 – N. 01 – JANEIRO A JUNHO DE 2025



### **Endereço para correspondência**

História: Questões & Debates  
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar  
80060-150, Curitiba/PR  
Tel.: +55 (41) 3360 5105  
<http://revistas.ufpr.br/historia>

### **Diagramação**

Ana Lucia Cintra

### **Capa**

Ana Lucia Cintra

### **Imagem de capa**

Acervo Comissão da Verdade do Paraná

### **Disponível em:**

<https://www.intercept.com.br/2018/06/12/fotos-funcionarios-itaipu-incendio-indigenas/>

Os textos da revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional, Podendo ser reproduzidos, citados e distribuídos, desde que com a devida atribuição de autoria e para fins não comerciais.

Indexada por Ulrich's, Latindex, Periódicos CAPES, IBICT, RCAAP, PubMed e Medline (artigos relacionados com a história da saúde)



Sistema Eletrônico de Revistas - SER  
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
[www.prppg.ufpr.br](http://www.prppg.ufpr.br)

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

---

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

---

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,

1980.

Volume 73, n. 1, jan./jun. 2025

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

---

Samira Elias Simões CRB-9/755

PUBLICADA NO BRASIL

PUBLISHED IN BRAZIL

Curitiba, 2025

## SUMÁRIO

### *DOSSIÊ – Ditaduras em contextos locais e regionais (Pensar a América Latina)*

Apresentação - Dossiê

- 9** Ditaduras em contextos locais e regionais (Pensar a América Latina).  
Daniel Lvovich; Angelo Priori

Cómo llamar lo que no tiene nombre: la revista *El Porteño* y la denuncia de los crímenes de la última dictadura militar en Argentina (1982-1987).

*How to call that which has no name. El Porteño magazine and the crime reporting of the last military dictatorship in Argentina (Buenos Aires, 1982-1987).*

- 18** Carolina Liberczuk

Actitudes sociales durante el último régimen militar en Argentina:  
el caso de Coronel Pringles

- 38** *Social attitudes during the last military regimen in Argentina: the case of Coronel Pringles*  
Damián Santos

Sociedad, guerra de Malvinas y “transición democrática”: lo político y la política en neuquén (Argentina) durante el conflicto bélico.

*Society, Malvinas war and “democratic transition”. The political and the politics in Neuquén (Argentina) during the war conflict.*

- 61** Andrea Belén Rodríguez

Os réus sem crime: documento do SNI sobre a perseguição a jornalistas paranaenses no alvorecer da ditadura militar brasileira (1964).

*Defendants without crime: The SNI's file about the persecution of Parana's journalists at the dawn of Brazilian military dictatorship (1964).*

- 94** José Wilson Neves

Processos da SCGI/PR de 1969 contra (ex)prefeitos: palco de rivalidade, moralização e autoafirmação política.

*SCGI/PR processes of 1969 against (former)mayors: place of rivalry, moralization and political self-affirmation*

- 126** Paulo Roberto Krüger; Angelo Priori

Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da ITAIPU Binacional (1974-1983).

*Communication systems for class control: the case of itaipu binacional (1974-1983).*

**160** Jussaramar da Silva

“Transamazônica: o caminho do homem”: ditadura militar, propaganda e projeto de urbanismo rural em um recôndito da Amazônia.

*“Transamazonica: the path of man”: military dictatorship, propaganda, and a rural urbanism project in a recondite region of the Amazon.*

**193** Thiago Broni

Pluripartidarismo e “arenização” do PMDB no Paraná (1979-1985).

*Multipartistiarism and “arenization” of the PMDB in Paraná (1979-1985).*

**230** Lucas Alves

## *Artigos Livres*

A retórica revisionista sobre a ditadura brasileira (1964-1985) nas análises de Daniel Aarão Reis Filho.

*The revisionist rhetoric regarding the brazilian dictatorship (1964-1985) in the analysis of Daniel Aarão Reis Filho.*

**266** Cláudio Beserra de Vasconcelos

Imagens, pedofilia e memória em uma revista na década de 1990.

*Images, pedophilia and memory in a magazine in the 1990s*

**305** Luciano de Pontes Paixão; Francisco Ramos de Farias

Das normas às ordens do tempo: a polícia militar da Bahia – PMBA na democracia (1980 – aos dias atuais).

*Of the rules to the orders of time: the military police of Bahia - PMBA in democracy (1980 – to the presente time).*

**345** Filipe Arnaldo Cezarinho

Relações da CIA com atores políticos brasileiros no contexto de crise do governo João Goulart (1961-1964).

*Cia relations with brazilian political agents in the context of crisis of João Goulart government (1961-1964)*

**384** Vicente Gil da Silva; Laura Maria Loss Schwarz

O novo perigo alemão: a presença real e imaginária dos alemães no Brasil durante o século XX.

*The new german danger: the real and imaginary presence of the germans in brazil during the 20th Century.*

**425** Marcos Eduardo Meinerz; Márcio José Pereira

“Em defesa dos Khoikhoi: missionários e rebeldes nos escritos de James Read Jr. (Colônia do Cabo - 1850-1852)”.

*In defense of the Khoikhoi: missionaries and rebels in the writings of James Read Jr. (Cape Colony - 1850-1852).*

**465** Evander Ruthieri da Silva

## *Entrevista*

Por uma paz justa e duradoura na Palestina/Israel: compreendendo e desarticulando o Apartheid. Entrevista com Richard Falk.

*For a just and lasting peace in Palestine/Israel: understanding and dismantling apartheid.*

**497** *Interview with Richard Falk*  
Fábio Bacila Sahd

## *Resenha*

**528** A época moderna  
Bruno Stori



## APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ DITADURAS EM CONTEXTOS LOCAIS E REGIONAIS (PENSAR A AMÉRICA LATINA)

---

As historiografias latino-americanas desenvolveram-se, quase desde suas origens no século XIX, de maneiras muito distintas em relação às suas escalas de análise. Como resultado quase direto da distribuição do poder político, econômico e cultural, a historiografia brasileira não pôde deixar de situar-se e dar conta de uma pluralidade de pontos de vista e escalas, enquanto em outros casos, entre os quais Argentina e Uruguai são paradigmáticos, predominaram perspectivas centradas nas capitais.

Com o desenvolvimento das historiografias, as mudanças demográficas e a criação de centros de estudos, cursos de pós-graduação e universidades em diversas regiões, a historiografia local e regional desenvolveu-se fortemente nas últimas décadas em vários países do continente, ao mesmo tempo em que se aprofundou uma reflexão que deixou de considerar a escala menos como um fato óbvio do que como um fator a ser problematizado.

É evidente que o local e regional são categorias flexíveis, por isso é necessário estar ciente dos critérios utilizados para construí-las e de suas “artificialidades” (Serna; Pons, 2002). O “local” não é um objeto que preexiste ao seu estudo, mas sim um recurso analítico para a compreensão de uma realidade em um determinado espaço e em relação a uma totalidade mais abrangente, de modo que, em última análise, como diz Levi (2015), vejamos o que decidimos ver.

Como já foi apontado em muitas ocasiões, a redução de escala contribui para problematizar o espaço como uma categoria de análise, questionando as evidências da escala nacional, ajudando a restaurar a agenda de assuntos tradicionalmente pouco estudados e nos permitindo explicar processos, práticas e atores que as perspectivas nacionais, às vezes, nos impedem de perceber.

Já são mais de sessenta anos do estabelecimento da última ditadura no Brasil (1964-1985) e de meio século do golpe de Estado de 1976 na Argentina. Isto nos permite apreender, desde uma perspectiva local e regional, e

de fato, dar conta de processos repressivos, de resistência e de cumplicidade que não poderiam ser percebidos em escalas mais amplas, mas também que esse conhecimento do local só tem pleno significado no diálogo com o nacional e o transnacional.

Os estudos apresentados neste dossiê fazem uma reflexão abrangente e plural, que permitem uma crítica acurada sobre as incontornáveis dimensões políticas, sociais e culturais envolvidas nas diversas conjunções ditatoriais instauradas na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil.

Acreditamos que o dossiê possa contribuir para explorar as múltiplas formas de como essa realidade foi imposta e foi vivenciada pelos mais diversos agentes sociais e de como esses agentes sociais enfrentaram ou negociaram a sua participação nesses espaços de vivência e formas de organização, eivados por forte controle social e violência.

Este dossiê “Ditaduras em contextos locais e regionais (Pensar a América Latina)” é composto por oito artigos. São três artigos de pesquisadores argentinos e cinco de pesquisadores brasileiros, das mais diversas universidades.

O artigo que abre o dossiê intitula-se “Cómo llamar lo que no tiene nombre. La revista *El Porteño* y la denuncia de los crímenes de la última dictadura militar en Argentina (1982-1987)”, de autoria de Carolina Liberczuk. A autora utiliza como referência para o seu campo de análise a revista mensal *El Porteño*, que foi criada para fazer contraponto aos grandes meios de comunicação de massa argentinos que eram próximos do regime. Esta revista representou as transformações culturais que estavam ocorrendo naquele período na Argentina, abrindo espaços para o debate sobre drogas, sexualidades dissidentes e elementos da cultura do rock, entre outros temas. Além disso, a revista deu espaço e ampla difusão às denúncias dos crimes cometidos pela Ditadura e das manifestações dos organismos de direitos humanos que lutavam por justiça.

O segundo artigo “Actitudes sociales durante el último régimen militar en Argentina: el caso de Coronel Pringles”, de Damián Santos analisa um caso específico, mas repleto de significados. No mês de setembro de

1976, o Ministério da Educação da província de Buenos Aires publicou um decreto proibindo que as escolas utilizassem o método pedagógico conhecido como “Educação e Libertação”, inspirado no educador brasileiro Paulo Freire. De imediato, um grupo de docentes do Colégio Católico Sagrado Coração, da cidade de Coronel Pringles, pressionou a direção do colégio para o cumprimento da ordem oficial. A demora da direção em acatar o decreto governamental gerou um conflito que extrapolou o âmbito institucional. Em dezembro de 1976, o colégio sofreu intervenção e ao longo do ano de 1977, a ordem religiosa que dirigia o estabelecimento, abandonou a cidade. O caso ficou silenciado até o ano de 2002, quando um grupo de jovens fez uma investigação audiovisual sobre as consequências da ditadura na cidade, trazendo à superfície aqueles acontecimentos. No artigo, essas tramas silenciadas da história são reveladas, concluindo-se que o afastamento das religiosas do colégio não foi apenas uma disputa interna entre dois grupos de docentes com visões pedagógicas diferentes, mas teve o envolvimento direto de diversos atores da sociedade de Coronel Pringles.

No artigo “Sociedad, Guerra de Malvinas y “transición democrática”. Lo político y la política en Neuquén (Argentina) durante el conflicto bélico”, de Andrea Belén Rodríguez, o objetivo da autora é repensar uma imagem muito difundida e cristalizada (que inclusive permeia parte da historiografia argentina, como frisou a autora) na qual a Guerra das Malvinas foi um acontecimento de total excepcionalidade nas relações entre a sociedade civil e a última Ditadura Militar. Ao contrário desta visão, a pesquisadora procura problematizar esta interpretação e reintegrar a Guerra das Malvinas e toda a conjuntura que a envolveu, para pensar as continuidades e rupturas do momento da guerra, tanto com o período pré-guerra quanto o pós-guerra. Para isto, toma como referência as dimensões políticas e sociais na cidade de Neuquén, localizada no norte da Patagônia argentina.

No artigo, “Os réus sem crime: documento do SNI sobre a perseguição a jornalistas paranaenses no alvorecer da Ditadura Militar brasileira (1964)” de José Wilson Neves, o autor examina a censura, a vigilância e a perseguição contra membros do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e os profissionais da sucursal do jornal Última Hora, em Curitiba (PR), no

período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. Utiliza-se como base metodológica a análise de documentos da Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (SNI) e problematiza como a ideologia de Segurança Nacional orientou a condução dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e foi utilizada na perseguição política e ideológica contra este grupo de jornalistas paranaenses. Ao longo do artigo, a pesquisa demonstra o caráter contraditório das argumentações investigativas realizadas pelos agentes estatais da Ditadura Militar, evidenciando, também, as múltiplas formas de violência que eram impostas aos sujeitos classificados como potencialmente comunistas no país.

Na sequência, os autores Paulo Roberto Krüger e Angelo Priori, no artigo intitulado “Processos da SCGI/PR de 1969 contra (ex) prefeitos: palco de rivalidade, moralização e autoafirmação política” analisam o papel que exerceu a Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Paraná (SCGI/PR) durante a Ditadura Militar. A SCGI/PR foi um órgão vinculado ao Sistema CGI – Comissão Geral de Investigações – criada em 1968 e amparada pelo Ato Institucional n.5 (AI-5), que atuou especialmente em investigações de enriquecimento ilícito no serviço público. A SCGI/PR iniciou suas atividades em meados de 1969, quando passou a receber denúncias e fazer a abertura de processos contra servidores públicos, políticos, entre outros. Para a análise, os autores tomaram como exemplos e referências alguns processos abertos pelo órgão contra ex-prefeitos de cidades paranaenses.

Já a autora Jussaramar da Silva no artigo “Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da Itaipu Binacional (1974-1983)” analisa o processo de construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, para discutir como a empresa se utilizou do seu sistema interno de comunicação para vigiar e controlar a classe trabalhadora, bem como utilizou a participação das suas Assessorias de Segurança para contribuir para os sistemas de informações do Brasil e seus correlatos nos países do Cone Sul. As fontes pesquisadas indicam que a empresa adquiriu um moderno sistema de rádio para comunicação criptografada, revelando novas formas de se pensar a questão da repressão e o envolvimento de empresas durante a Ditadura Militar.

Neste mesmo exemplo de grandes projetos de infraestrutura levados à cabo pela Ditadura Militar brasileira nos anos 1970/1980, temos o artigo “Transamazônica: o caminho do homem: Ditadura Militar, propaganda e projeto de urbanismo rural em um recôndito da Amazônia”, escrito por Thiago Broni, que analisa a construção da rodovia Transamazônica e os projetos de colonização na Amazônia entre as cidades de Altamira e Medicilândia, no sudoeste do Pará, durante a Ditadura Militar. Explora como a propaganda governamental, especialmente na década de 1970, incentivou a migração para a região, apresentando-a como uma solução para os desvalidos das crises da seca no Nordeste brasileiro e para o assentamento de agricultores expropriados pela concentração fundiária no Sul do país. Demonstra como a rodovia Transamazônica foi promovida como símbolo de um “Brasil Novo”, oferecendo terra e trabalho, embora a realidade fosse marcada por falta de infraestrutura e condições adversas. Por fim, examina como a ditadura moldou a colonização com estratégias tecnocráticas, ignorando especificidades locais, e analisa o papel da propaganda e do “urbanismo rural” na construção de um estado de necessidade para legitimar o projeto e exercer o controle social sobre a sociedade.

Para fechar este dossiê, publicamos o artigo “Pluripartidarismo e “arenização” do PMDB no Paraná (1979-1985)” de Lucas Alves. Neste artigo, o autor aborda a última transição política brasileira, em especial o período da chamada abertura, com o objetivo de compreender as implicações do retorno do pluripartidarismo para as relações políticas no estado do Paraná. Reflete, a partir da escala estadual, como as práticas conciliatórias, tomadas como elemento da cultura política brasileira, foram operacionalizadas no âmbito das estruturas partidárias, para demonstrar que os novos arranjos político-partidários possibilitaram um processo de “arenização” da oposição. O enfoque, portanto, recai sobre o cenário político paranaense e compreende os anos de 1979 a 1985. As análises apontam como a transição apresentou limites regionais que contribuíram para o desenho político do período, considerando uma lógica pensada a nível federal.

As imagens que apresentamos na capa deste dossiê é, do nosso ponto de vista, um exemplo significativo de como agiam as ditaduras latino-americanas e de como elas tinham apoio em diversos setores da sociedade

civil, retratados em vários artigos desta coletânea. As icônicas fotografias mostram dois funcionários da UHE Itaipu Binacional comemorando os atos criminosos de incêndios de casas de indígenas da etnia Avá-Guarani, que foi expulsa de suas terras localizadas no Oeste do Paraná/Brasil, durante o processo de construção da hidrelétrica e da formação do Lago de Itaipu, que inundou milhares de hectares de terras agricultáveis de pequenos proprietários e comunidades indígenas. As fotografias foram cedidas por um antigo funcionário de Itaipu à Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, porém não foram incorporadas no relatório final (CEV/PR, 2017). O site Intercept Brasil resgatou as fotografias, que estão disponíveis para acesso livre (Intercept, 2018).

Os organizadores deste dossiê agradecem aos autores que submeteram e tiveram seus artigos aprovados, bem como toda a direção e o conselho editorial da Revista *História: Questões e Debates*, por ter aberto espaço para tão significativa reflexão temática.

Os organizadores

Daniel Lvovich (UNGS, Argentina – Conicet)

Angelo Priori (UEM, Brasil – Fundação Araucária)

*Buenos Aires, Argentina; Maringá/PR, Brasil, outubro de 2025.*

\*\*\*

Essa edição da revista *História: Questões & Debates* conta também com outros seis artigos em sua sessão livre. Em “A retórica revisionista sobre a ditadura brasileira (1964-1985) nas análises de Daniel Aarão Reis”, Cláudio Beserra de Vasconcelos analisa os padrões que orientam a produção do historiador carioca sobre o golpe de 64 e a ditadura subsequente. O objetivo é compreender, em uma perspectiva crítica, o processo de construção e disseminação de uma lógica argumentativa revisionista, indicando algumas características na historiografia de Aarão Reis que culminam no

desmerecimento e/ou apagamento de análises antagônicas, notadamente as marxistas. Em “Imagens, pedofilia e memória em uma revista na década de 1990”, Luciano de Pontes Paixão e Francisco Ramos de Farias analisam a relação entre memória, pedofilia e imagens publicadas na revista *Gaie France*, conhecida por sua defesa do direito dos adultos em fazer sexo com crianças e adolescentes. Os autores argumentam que as imagens produziam em seus leitores, além de um sentido de pertencimento, uma memória compartilhada, além de servirem como instrumento político no intuito de obter transformações sociais.

Já em “Das normas às ordens do tempo: a Polícia Militar na Bahia – PMBA – na democracia (1980 aos dias atuais)”, Filipe Arnaldo Cezarinho, propõe um recorte sobre a atuação da PM baiana nas últimas quatro décadas, problematizando como a instituição reagiu e se adaptou ao processo de redemocratização, com resultados conflituosos: de um lado, um esforço para atender às demandas e valores democráticos e, de outro, o apego ao passado e práticas que reproduzem o autoritarismo e a violência. A presença estadunidense no Brasil nos anos anteriores ao golpe de 64 é analisada por Vicente Gil da Silva e Laura Maria Loss Schwarz em “Relações da CIA com atores políticos brasileiros no contexto de crise do governo João Goulart (1961-1964). No artigo, os autores apresentam relações entre oficiais da *Central Intelligence Agency* (CIA) e atores políticos brasileiros na conjuntura de crise do governo João Goulart. A intenção é identificar as conexões entre representantes da agência norte-americana e grupos ou indivíduos brasileiros envolvidos em iniciativas golpistas.

De autoria de Marcos Eduardo Meinerz e Márcio José Pereira, “O novo perigo alemão: a presença real e imaginária dos alemães no Brasil durante o século XX”, analisa como o imaginário do “perigo alemão” do início do século XX transformou-se até se configurar, após o fim da Segunda Guerra Mundial, no que os autores denominam o “novo perigo alemão”. Trabalhando com fontes bastante diversas, os autores mostram que, com o término do conflito, muitos imigrantes e descendentes alemães eram identificados como participantes de uma conspiração com fins a edificar, no Brasil, o IV Reich. No último artigo da sessão livre, “Em defesa dos Khoikhoi: missionários e rebeldes nos escritos de James Read Jr. (Colônia

do Cabo – 1850-1852)”, Evander Ruthieri da Silva problematiza, a partir das cartas do missionário James Read Jr. publicadas no jornal *The South African Commercial Advertiser*, a defesa dos moradores do Kat River feita pelo missionário. Mobilizando discursos de conteúdo religioso e a ideia de regeneração, Evander mostra como, em suas missivas, James Read Jr., mesmo contrário aos métodos rebeldes, pretendeu defender o direito à terra dos khoikhoi após a revolta de Kat River, entre 1850 e 1851, nas fronteiras da Colônia do Cabo.

Fechando a edição, em “Por uma paz justa e duradoura na Palestina/Israel: compreendendo e desarticulando o Apartheid”, o historiador Fábio Bacila Sahd entrevista Richard Falk, professor emérito de Direito Internacional na Universidade de Princeton. Autor de uma vasta bibliografia, Falk preside o Conselho de Administração do *Euro-Mediterranean Human Rights Monitor* e foi, de 2008 a 2014, Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados.

Boa leitura a todas e todos.

Clóvis Gruner  
Fernando Seliprandy  
(Editores)



## *Dossiê*

### *DITADURAS EM CONTEXTOS LOCAIS E REGIONAIS* *(Pensar a América Latina)*

Organizadores:

Daniel Lvovich (UNGS, Argentina – Conicet)  
Angelo Priori (UEM, Brasil – Fundação Araucária).

# CÓMO LLAMAR LO QUE NO TIENE NOMBRE. LA REVISTA *EL PORTEÑO* Y LA DENUNCIA DE LOS CRÍMENES DE LA ÚLTIMA DICTADURA MILITAR EN ARGENTINA (BUENOS AIRES, 1982-1987) (\*)<sup>1</sup>

*How to call that which has no name. El Porteño  
magazine and the crime reporting of the last military  
dictatorship in Argentina (Buenos Aires, 1982-1987).*

---

Carolina Liberczuk<sup>2</sup>

## RESUMEN

Hacia el final de la última dictadura cívico militar en Argentina (1976-1983) se produjo una apertura relativa de la censura que posibilitó la emergencia de nuevas voces. En este contexto comenzó a editarse en Buenos Aires la revista *El Porteño* un mensual de difusión comercial que representó las transformaciones culturales del período al incluir drogas, sexualidades disidentes y elementos de la cultura rock. Esta publicación le dio amplia difusión y espacio a la denuncia de los crímenes de la dictadura y a los organismos de derechos humanos que bregaban por justicia. Al mismo tiempo, *El Porteño* se posicionó contra los medios masivos de comunicación que eran cercanos al régimen. A partir de la pregunta por los marcos conceptuales sobre los que se pensaron los crímenes perpetrados desde el Estado en la última dictadura militar, en este trabajo abordamos un conjunto de artículos y entrevistas publicados en la revista entre 1982 y 1987. Sostenemos que en los últimos años de dictadura y primeros años de vida democrática la preocupación por reflexionar y procesar la experiencia vivida no se manifestó de forma unívoca si no que se expresó en una indefinición en las formas de nominar ese pasado/presente. Esta conceptualización encontró en el marco de la Shoá y el paradigma de la Segunda Guerra Mundial un campo fecundo para pensar los crímenes y sus responsabilidades que es posible identificar al interior de la publicación

*Palabras clave:* Dictadura- Argentina- revista *El Porteño* – denuncia de crímenes

- 
- 1 (\*) Esta investigación cuenta con el financiamiento de una beca doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).  
2 Universidad Nacional de General Sarmiento/ CONICET y Universidad de Buenos Aires.  
E-mail: caroliberczuk@gmail.com

## ABSTRACT

Towards the conclusion of the civil-military dictatorship in Argentina (1976-1983), there was a notable relaxation in censorship regulations, which enabled the advent of new voices in the public sphere. In this context, in Buenos Aires *El Porteño* magazine commenced publication on a monthly basis, thereby reflecting the cultural transformations that were occurring at that time. The magazine addressed a range of topics, including drugs, dissident sexualities and aspects of rock culture. This publication provided a platform for the denouncement of the dictatorship's crimes and offered support to human rights organisations engaged in the pursuit of justice. Concurrently, *El Porteño* adopted a stance in opposition to the prevailing media narrative aligned with the regime. This article analyses a series of articles and interviews published in the magazine between 1982 and 1987, with a particular focus on the conceptual frameworks employed to understand the crimes perpetrated by the state during the dictatorship. We argue that during the final years of the dictatorship and the early years of democracy, there was no uniformity in the expression of a concern to reflect on lived experiences. Instead, this concern was not expressed in a uniform manner with regard to the past and the present. This conceptualisation, shaped by the framework of the Shoah and the paradigm of the Second World War, provided a fertile ground for reflection on the crimes committed and their perpetrators, as evidenced in the publication.

*Key Words:* Dictatorship- Argentina - *El Porteño* magazine- reporting crimes

## Introducción

Los últimos años de la última dictadura cívico militar y los primeros años de democracia en Argentina presentaron un gran dinamismo generado por las transformaciones políticas que se vivieron en un lapso de tiempo acotado. En este contexto incierto se desarrollaron discursos en la esfera pública que buscaron nominar, comprender y procesar los sucesos traumáticos vividos en la última década. De esta manera, en este período se buscó caracterizar qué actos de los cometidos implicaban delitos, y cuál debía ser la tipificación de éstos, quiénes de entre el cuerpo castrense iban a ser juzgados como responsables y bajo qué tribunales. Sin embargo, estas preocupaciones no abarcaban a la totalidad de la sociedad sino que convivían

con discursos favorables al sector militar y contrarios a la narrativa de los derechos humanos (Franco, 2018). Así, el período posdictatorial presentó una gran complejidad debido a su carácter abierto acerca de los sentidos sobre el pasado y donde la condena al terrorismo de Estado no era unánime ni automática (Franco y Feld, 2015).

Estos hechos de violencia estatal, sin embargo, no formaban parte del pasado, sino que continuaron operando socialmente. Durante ese momento liminal junto con el relajamiento relativo de la censura convivió una cruda represión que se prolongó hasta el período democrático. En muchas ocasiones, estas formas de intimidación traspasaron las fronteras políticas en formas de amenazas, atentados y otras modalidades de violencia institucional. Durante estos años, bajo esta coyuntura adversa surgieron voces críticas que reflexionaron sobre su complejo presente. Dado que durante las últimas décadas en Argentina ningún presidente electo por el voto popular había culminado su mandato, la democracia no formaba parte de la experiencia de la mayoría de los ciudadanos. A su vez, se habían alternado golpes de Estado con gobiernos que eran fruto de la proscripción del peronismo que era el partido mayoritario.

En este artículo nos proponemos indagar en la forma en que se pensaron los crímenes de la dictadura en los medios opositores a ella. Para ello, nos interesa abordar un conjunto de artículos publicados en la revista *El Porteño* —proveniente de la ciudad de Buenos Aires— para analizar cómo se tematizó ese pasado/presente de la última dictadura cívico militar.<sup>3</sup> De esta manera, nos ubicaremos en ese pasado inmediatamente reciente y sus eventos aledaños que aún no tenían denominación precisa. Para ello, nos centraremos en el espectro discursivo del período que se ubica entre el contexto posterior a la derrota de la guerra de Malvinas (junio de 1982) y se extiende hasta el año 1987 coincidiendo con las leyes de Obediencia Debida y Punto Final.

Este derrotero permite observar el contexto anterior y posterior a las elecciones en las que triunfa Raúl Alfonsín en octubre de 1983, las

---

3 La revista *El Porteño* fue consultada en la hemeroteca del Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas (CEDINCI) donde está disponible en forma completa.

investigaciones contenidas en el informe de la CONADEP<sup>4</sup> - conocido como *Nunca Mas*- y el Juicio a las Juntas de comandantes del año 1985. Este año coincide además con la salida de Gabriel Levinas de la revista y la conformación de una cooperativa de periodistas. El análisis de estos años nos resulta de relevancia en tanto evidencia un período de reacomodamiento en la discusión pública tanto sobre el pasado como sobre el propio presente de los actores.

El material que analizaremos proviene de la revista *El Porteño* que fue una publicación clave de la vida cultural y política de los últimos años del gobierno de facto y la primera década de vida democrática (Liberczuk, 2022). Desde sus diferentes artículos, *El Porteño* indagó en el origen de la violencia en Argentina y las causas de la inestabilidad política en el país. También se preguntó por la herencia cultural de la dictadura bajo el contexto de la disolución del régimen militar. La revista fue dirigida a un público decididamente contrario a la última dictadura y en sus páginas se le dedicó extensamente artículos a los organismos de derechos humanos y sus exponentes más emblemáticos. Junto con temáticas contestatarias – tales como la cultura rock, el uso de las drogas y la exposición de las sexualidades disidentes- la publicación informó y reflexionó sobre el devenir del país en vísperas de la apertura democrática.

La construcción del corpus obedeció como criterio su forma de nombrar los crímenes de la dictadura para indagar en la genealogía de las formas de llamar utilizadas en la actualidad<sup>5</sup>. En algunos casos, se evidencian formas y modos distintos a los actuales. En otros casos se verifica la presencia del campo semántico de la Segunda Guerra Mundial y el nazismo. En ese sentido, la selección de artículos analizados no presenta una unidad cronológica ni un único formato en tanto conviven en ella entrevistas, notas de opinión y artículos generales. Este conjunto de textos – sin embargo- nos permite identificar las distintas formas en las que se pensaron y enunciaron los crímenes de la dictadura en un período en el que la represión continuaba

---

4 Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Sobre su conformación y publicación ver Crenzel, 2008.

5 El corpus comprende un total de dieciocho artículos. Dos de ellos corresponden al año 1982 y diez fueron publicados durante el año 1983, donde se produjo la apertura electoral. Mientras que tres vieron la luz en el año 1984 y dos en 1985. Una única nota pertenece al año 1987.

vigente y los autores materiales de aquellos delitos permanecían en libertad y manifestándose en la esfera pública en favor de sus intereses.

En las páginas que siguen indagaremos en una caracterización de la última dictadura militar en Argentina con el propósito de abordar el contexto de producción de la revista. A continuación, describiremos al mensuario *El Porteño* como una revista particular del período que se ubica entre los años 1982 y 1987. Seguido de ello, analizaremos las formas en las que desde la publicación se pensaron los crímenes de Estado y los conceptos utilizados para nombrarlos en un período de indefinición. Por último, cerraremos con algunas conclusiones sobre los temas abordados.

## *La última dictadura cívico militar en Argentina*

El 24 de marzo de 1976 un golpe de Estado liderado por Jorge Rafael Videla inició la última dictadura militar en Argentina: un período caracterizado por las violaciones a los derechos humanos. En el aspecto económico los últimos años de dictadura y los primeros años de democracia en Argentina estuvieron atravesados por crecientes dificultades. El país atravesó un estancamiento que estuvo asociado a una considerable y regresiva reestructuración del aparato industrial y el desarrollo de una inequitativa distribución del ingreso (Ortiz y Schorr, 2006). La quiebra de pequeñas y medianas empresas condujo a un importante aumento en los niveles de desocupación. Las cuentas públicas presentaron grandes irregularidades y la deuda externa y la inflación emergieron como los problemas más acuciantes. En el plano doméstico, se produjo un aumento de los precios de los productos básicos frente a unos salarios cada vez más deprimidos lo que derivó en una intensificación de la conflictividad laboral (Águila, 2023).

La represión estatal suscitada durante la dictadura fue inédita tanto en su crudeza como en su magnitud dejando el saldo de un número elevado de asesinados, desaparecidos y presos políticos. En cuanto a las violaciones a los derechos humanos estuvieron dirigidas a obreros, estudiantes y los pocos miembros de las organizaciones armadas que aún quedaban con vida. Si bien había antecedentes de violencia política en la Argentina del siglo

XX, una de las novedades residió en la decisión del exterminio físico de los adversarios políticos mediante una práctica clandestina. La narrativa humanitaria para la denuncia de los crímenes de la dictadura significó un “profundo giro cultural y político” (Crenzel, 2008:48). Esta transformación también implicó una revalorización de la democracia como sistema político que había estado fuertemente denostada la década anterior.

La opinión pública estuvo atravesada tanto por las limitaciones impuestas por el poder político como por su posición favorable a él. En ese contexto de censura y control sobre la vida cotidiana, algunos medios de comunicación adhirieron activamente al régimen y se convirtieron en sus portavoces, mientras otros redujeron al mínimo las críticas y cuestionamientos al poder militar (Águila, 2023). La política cultural del período incluyó una dimensión productiva que buscó legitimar la dictadura a través de propuestas comunicacionales y educativas (Margiolakis, 2024:38).

A partir del derrocamiento del general Roberto Viola por parte de Leopoldo Galtieri a fines de 1981 se inició un “convulsionado proceso de descomposición del poder militar” (Canelo, 2006). Pese a las dificultades atravesadas por el régimen castrense – crisis económica y escalada inflacionaria entre otros conflictos- la adhesión de buena parte de la sociedad civil hacia éste continuó (Lvovich y Bisquert, 2008). Sin embargo, la dictadura vio socavada su legitimidad producto de las tensiones en diversos frentes: las agrupaciones políticas, el sindicalismo y los organismos de Derechos Humanos.

Con el debilitamiento del gobierno de facto y el relajamiento relativo de la censura, se produjo para 1981 una renovación cultural (Patiño, 1997). Si bien los medios de comunicación continuaron siendo amedrentados por distintas vías, fue posible la emergencia de actividades sociales y culturales críticas o disidentes (Alonso, 2019). Unos meses más tarde, comenzó a intensificarse la conflictividad social y se incrementaron las manifestaciones. La guerra de Malvinas de abril de 1982 precipitó el descontento social y provocó la súbita conversión de la prensa antes complaciente (Vezzetti, 2002). Así, surgió la posibilidad para el campo de la cultura de expresar voces que habían sido acalladas durante los años de mayor represión social y política del gobierno militar. En este contexto incierto surgió la revista *El Porteño*.

## *La revista El Porteño como un espacio opositor a la dictadura*

En enero de 1982 surgió en Argentina la revista *El Porteño*, bajo la dirección y financiamiento del galerista de arte Gabriel Levinas. Como jefe de redacción, la revista tuvo al escritor y periodista Miguel Briante y Jorge Di Paola fue nombrado secretario. Más adelante, este lugar fue reemplazado por Gustavo Wagner. *El Porteño* fue una publicación periódica mensual editada en la ciudad de Buenos Aires y distribuida en todo el país. La revista tuvo una muy buena recepción inicial dado que su primer número vendió 5.000 ejemplares de una tirada de 8.000 (Ulanovsky, 2005). En los 134 números editados tuvo su pico máximo de ventas en marzo de 1989 con aproximadamente veinte mil ejemplares (Warley, 2006). Pueden constatarse dos épocas claramente identificables: la primera desde su aparición hasta el número 46 donde se constituye como cooperativa de periodistas en noviembre de 1985; y la segunda de allí hasta su último número aparecido en febrero de 1993 durante la presidencia de Carlos Menem (Warley, 2006).

En la revista participaron — según las distintas épocas— numerosos escritores, periodistas y artistas quienes escribieron también en otras publicaciones contemporáneas. Algunas de las personas que firmaron en *El Porteño* fueron Eduardo Grüner, Jorge Gumier Maier, María Moreno, Olga Viglicca, Ernesto Tiffenberg, Eduardo Aliverti, Aníbal Ford, Eduardo Blaustein, Álvaro Abós, Andrea Ferrari, Rolando Graña, Juan Salinas, Luis Salinas, María Eugenia Estenssoro, Daniel Molina, Jorge Lanata. Los organismos de Derechos Humanos tuvieron un espacio relevante en *El Porteño*: Augusto Conte -dirigente del Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)- escribió para la revista asiduamente. Las Madres de Plaza de Mayo tuvieron una columna en la publicación desde noviembre de 1983 hasta que un desacuerdo las alejó de ese espacio. Muchos de quienes participaron del proyecto editorial habían tenido una militancia orgánica dentro de la izquierda o el peronismo en la década anterior y habían estado presos o exiliados. Entre ellos, la revista contó con la participación de Hernán Invernizzi desde la cárcel dado que cumplía una condena por una acción del Partido Revolucionario de los Trabajadores- Ejército Revolucionario



del Pueblo (PRT-ERP). Desde el exilio europeo, Juan Gasparini colaboró también con la publicación.

*El Porteño* fue un actor protagónico de la posdictadura (Liberczuk, 2022). La revista proporcionó una oferta cultural en sentido amplio a tono con aquello que en la época resultaba. Esta heterogeneidad se puede observar en las distintas prácticas culturales que expuso (libros, muestras, discos, cine y televisión). Las temáticas abordadas recorrieron el arte en sus distintas manifestaciones: música, literatura, plástica, fotografía, danza, teatro. También dio cuenta del retorno de nuevos o viejos artistas y escritores exiliados. El carácter urbano propio de Buenos Aires se presentó en numerosas ocasiones al interior de la revista. El pulso de la ciudad y sus habitantes, sus lugares y costumbres aparecieron en entrevistas e investigaciones. La dimensión espacial y sus vínculos con la dictadura fueron tematizados en la publicación (Uzal, 2022).

La problemática indígena fue otro eje vertebrador de la publicación que abordó tanto la situación actual como el genocidio pasado. Esta temática se reveló como denuncia y expresión del asesinato masivo vivido durante la dictadura. La pobreza y la falta de oportunidades para los pueblos originarios ocuparon también amplios espacios en las páginas de la revista. La revista consignó además temas de actualidad propios del contexto latinoamericano y mundial de la década del ochenta durante la última etapa de la Guerra Fría. Numerosos artículos fueron dedicados a la crisis de las izquierdas y a las reformas dentro de la Unión Soviética llevadas a cabo por Mijaíl Gorbachov: la perestroika y el glasnost. Más tarde, la publicación abordó desde diferentes ejes la caída del muro de Berlín y el derrumbe de la Unión Soviética. Otro de los ejes sobre los cuales volvió la publicación fueron la relevancia de Polonia y el movimiento de Solidaridad sobre todo con la visita del Papa Juan Pablo II. La revista abordó también a la invasión soviética a Afganistán y el vínculo con Estados Unidos. *El Porteño* dio cuenta de la existencia de nuevos movimientos como el pacifista contra la guerra nuclear. Numerosas notas fueron dedicadas a la realidad latinoamericana

tales como Nicaragua, la dictadura en Chile bajo el gobierno de facto de Augusto Pinochet y la apertura electoral y la situación política en Uruguay.<sup>6</sup>

En el caso de *El Porteño*, este lector modelo debía ser sensible a referencias culturales y variadas expresiones artísticas que no siempre eran consagradas sino experimentales y ligadas al espacio *under* y a la cultura rock. Asimismo, deberían pertenecer a sectores medios progresistas contrarios a la última dictadura y favorables a la lucha de los organismos de Derechos Humanos, aunque no necesariamente de izquierda. Aquellas personas que compraban la revista debían ser receptivos a informarse o identificarse con expresiones de sexualidades disidentes, elemento que no estaba presente en otras publicaciones contemporáneas. Pese a estas características particulares, *El Porteño* era una publicación comercial dirigida a un público amplio aunque no masivo.

La cuestión del “autoritarismo” fue central en la revista, así como las posibilidades de un retorno al orden constitucional y el sistema democrático (Liberchuk, 2025). Durante la primera etapa de la publicación, *El Porteño* se preocupó particularmente por el tópico de la censura a través de investigaciones, artículos de opinión, entrevistas y presentaciones de libros y películas. Uno de esos artículos fue una entrevista de Levinas a cinco periodistas “notorios” que habían sufrido “diversa suerte” y “opinaron de distintos modos durante estos años” donde contestaron “acerca de las responsabilidades de la prensa y del papel que podrán cumplir de ahora en adelante”. *El Porteño* exploró además en los orígenes históricos de la censura y sus aspectos legales<sup>8</sup>. En sintonía, le dedicó extensas notas a lo largo de los años a la restricción de la información y a la restricción para la proyección de películas<sup>9</sup>. El factor económico fue otro limitante que la publicación señaló, tanto por el cercenamiento de la expresión dado por

6 Tiffenberg, Ernesto, “Un avión en el altar de la guerra fría”, *El Porteño* N°22, octubre de 1983; “Regreso sin gloria”, *El Porteño* N°103, julio de 1990, sobre la URSS de Yeltsin.; “Afganistán: El pueblo no se rinde”, *El Porteño* N°10, octubre de 1982; “Jan Faber: La paz política”, *El Porteño* N° 12, diciembre de 1982; Estenssoro, María Eugenia, “La posibilidad democrática en Chile”, *El Porteño* N°21, septiembre de 1983.

7 “Prensa: la información desaparecida”, *El Porteño*, N° 22, octubre de 1983. P. 5- 12.

8 Corbière, Emilio, “La libertad de prensa: ¿Un derecho inexistente?”, *El Porteño* N°12, diciembre de 1982.

9 Prensa: la información desaparecida”, *El Porteño* N° 2, febrero de 1982. “Las aventuras del señor tijeras”, *El Porteño* N°6, junio de 1982; “El secuestro de la revista Humor”, *El Porteño* N°14, febrero de 1983

la situación económica como por las dificultades generadas por los costos elevados del papel y la impresión<sup>10</sup>.

No obstante, uno de los ejes que más espacio tuvo en la revista fue el rol de los medios de comunicación en el contexto represivo y la prensa complaciente. En las páginas de *El Porteño* la limitación para publicar se reveló como un miedo que obligaba a la omisión de información o a la moderación en la expresión de opiniones. *El Porteño* se distanció del periodismo vinculado con la última dictadura militar al que caracterizó como una maquinaria que enturbiaba las noticias. La revista denunció a estos sectores como cómplices del régimen dado que difundieron falsedades, y confundieron mediante información secundaria trivial o falaz<sup>11</sup>. Mediante un conjunto de entrevistas realizadas por Levinas — en vísperas de la asunción de Raúl Alfonsín— se analizó la colaboración del periodismo con el régimen militar a través del silencio.

## *Las formas de nombrar y pensar el pasado*

Como mencionamos más arriba, *El Porteño* fue un mensuario opositor a la dictadura editado en la ciudad de Buenos Aires con una distribución de alcance nacional. La revista nació como una propuesta cultural que otorgó un espacio cada vez más relevante a la política y la actualidad. La publicación se encargó de difundir algunos testimonios de la violencia estatal y reflexionar sobre la actualidad política. Además de ello, *El Porteño* también discutió con algunos de los discursos y conceptos utilizados para mencionar dichos crímenes proferidos tanto por los sectores políticos y militares favorables a la dictadura como por la prensa cómplice del gobierno de facto. Así, desde sus páginas, la publicación evidenció las posibilidades y dificultades de audibilidad social sobre ciertos discursos sociales y los procesos de subjetivación de la experiencia traumática del terrorismo de Estado.

---

10 “La peor censura es la económica”, *El Porteño* N°4, abril de 1982; *El Porteño* N°12, diciembre de 1982.

11 Di Paola, Jorge: “El proceso del miedo”, *El Porteño* N° 11, noviembre de 1982.

Durante los últimos años de la dictadura fue necesario construir desde los sectores damnificados una definición del crimen cometido y de los actos experimentados como ofensas (Alonso, 2013)<sup>12</sup>. De esta manera, en este período fue indefinido dado que no se habían cristalizado los sentidos sobre el pasado presentes con posterioridad. Al mismo tiempo, fue una etapa fecunda que posibilitó la búsqueda de explicaciones y reflexiones sobre lo acontecido. Así los marcos europeos y las nociones vinculadas a la problemáticas de la transición dominaron las explicaciones del periodo (Águila, 2013)<sup>13</sup>. Otro de los elementos clave entre el fin de la guerra de Malvinas (1982) y los primeros años de vida democrática fue la presencia novedosa en el espacio público de personas que por sus lazos familiares buscaban justicia por los crímenes sucedidos. Esta búsqueda de verdad y justicia priorizaron los lazos sanguíneos por sobre los políticos (Filc, 1997; Jelin, 2002).

El amplio espectro de víctimas que generó el terrorismo de Estado condujo a extensas reflexiones al interior de la publicación. Desde sus páginas, la revista también criticó el lenguaje castrense aunque al mismo tiempo utilizó conceptos tales como “subversivo”<sup>14</sup> o “guerra sucia”<sup>15</sup> para referirse a los eventos de la dictadura. La revista. *El Porteño* – al igual que otras publicaciones periódicas contemporáneas- tuvo un proceso de reflexión, nominación y visibilización de los crímenes y utilizó diversas categorías para evocar y comprender el pasado inmediatamente reciente.

Como demostró Ariana Reano (2011) podemos observar cómo los conceptos utilizados en el período construyeron significaciones de la realidad que en muchos casos escindieron su contenido político. Este elemento puede verificarse en *El Porteño* sobre todo desde las cartas del director. La revista concibió a los responsables de los delitos de lesa humanidad como criminales comunes. Levinas en la carta del director de enero de 1984 de

12 Un antecedente sobre estas temáticas son los pioneros trabajos de Elizabeth Jelin (2002, 1995).

13 Gabriela Águila (2013) sostuvo que esta matriz explicativa se originó en el carácter transnacional de las demandas de los organismos de derechos humanos. Kahan —por su parte— afirmó que la utilización del lenguaje de la Shoá fue difundida por los miembros de la comunidad judía para denunciar las desapariciones de ese origen (Kahan, 2011). Sobre las categorías nativas y analíticas y sus usos en el campo de la Historia Reciente, ver Garaño 2919.

14 “Es un hombre que no puede ser acusado, precisamente, de subversivo”, Levinas, Gabriel, “Augusto Conte Mac Donell: ‘Se llevaron lo mejor de una generación’”, *El Porteño* N°18, junio de 1983. Pp. 11-14.

15 Di Paola, Jorge, “El proceso del miedo”, *El Porteño* N°11, noviembre de 1982. P. 7.

denominó a los militares como “delincuentes que se apropiaron del país con el poder de las armas”<sup>16</sup>. En ella, no se observan causas sociales profundas ni responsabilidad de la sociedad civil.

En otros casos, la indefinición de esta etapa se evidenció en la publicación en la utilización de palabras para nombrar la experiencia vivida que más tarde quedaron en desuso. Por ejemplo, la mención en la revista en agosto de 1983 al caso de los “niños desaparecidos” para referirse a la apropiación de menores durante la dictadura<sup>17</sup>. Otro caso significativo es la edición de mayo de 1984 donde un grupo de sobrevivientes de un centro clandestino de detención escribieron una carta al correo de lectores de *El Porteño*<sup>18</sup>. En la misiva, ellos se presentaron como “ex desaparecidos” de la Perla<sup>19</sup>. Estas personas – desde su exilio en Ginebra– se dirigían al presidente y pedían garantías para retornar al país y prestar testimonio con el fin de “develar el drama de los ‘desaparecidos’”<sup>20</sup>. La carta sostenía que “nuestra sociedad necesita saldar históricamente una etapa aún oscura. En esta tarea no se puede excluir la participación activa de las víctimas de los campos de concentración”<sup>21</sup>.

El carácter abierto del período en relación con sus representaciones se expresó en la revista a través de diferentes formas de conceptualización de los crímenes de la dictadura. En ese sentido, la persecución vivida en Argentina fue modelada en algunos casos a partir de la experiencia concentracionaria de la Segunda Guerra Mundial, que resultó fecunda para pensar la experiencia nacional. El uso público y político de la Shoá se ubicó frente a la indefinición del crimen cometido donde operó como una metáfora del “mal absoluto”<sup>22</sup>. Las diferentes nociones que estuvieron asociadas a este

16 Levinas, Gabriel, “Carta del director” *El Porteño* N° 25, enero de 1984. P. 3.

17 Cerruti, Esteban y Verardi, Liliana, “Niños desaparecidos: la permanencia del horror”, *El Porteño* N° 20, agosto de 1983, pp. 6-9.

18 “Cartas del lector” *El Porteño* N°29, mayo de 1984. P. 5. Los firmantes fueron Piero Di Monte, Graciela Geuna, Liliana Callizo y Teresa Meschiati.

19 La Perla fue un centro clandestino de detención ubicado en la provincia de Córdoba, Argentina.

20 Ídem. (entre comillas en el original).

21 Ídem.

22 Huyssen (2007) advirtió sobre el advenimiento del Holocausto como tropos universal donde la memoria de la experiencia alemana se abocó a experiencias locales realizando una operación de descontextualización y descentramiento que funcionó como prisma para la percepción de otros genocidios (p. 17). En la misma línea, Traverso (2022) sostuvo que la memoria del Holocausto en Europa cumplió el papel de relato unificador con una visión de la historia donde predominó la figura de la víctima, quienes siendo personas anónimas y silenciosas suscitaron

proceso fueron en *El Porteño* un modelo para analizar el exterminio local de compatriotas. También fue descripto con estos términos el tipo de gobierno – calificado de “dictadura nazi fascista”- y el tipo de crimen cometido a través de palabras como “genocidio” y “Holocausto”<sup>23</sup>.

La revista *El Porteño* también adhirió al marco de la Segunda Guerra Mundial para describir las actitudes sociales frente a la masacre organizada. Así, se mencionó el desconocimiento y la indiferencia que los ciudadanos que vivían cerca de los campos de concentración nazis de Auschwitz o Treblinka presentaron ante la situación que se estaba gestando en esas localidades. Éstos fueron los conceptos y marcos conceptuales que la revista tomó y desde los que se pensó inicialmente el terrorismo de Estado.

La revista *El Porteño* también adhirió al marco de la Segunda Guerra Mundial para describir las actitudes sociales frente a la masacre organizada. Así, se mencionó el desconocimiento y la indiferencia que los ciudadanos que vivían cerca de los campos de concentración nazis de Auschwitz o Treblinka presentaron ante la situación que se estaba gestando en esas localidades<sup>24</sup>. Éstos fueron los conceptos y marcos conceptuales que la revista tomó y desde los que se pensó inicialmente el terrorismo de Estado.

Meses antes de la apertura electoral, desde la revista *El Porteño* se comparó la situación argentina con otros países que habían vivido dictaduras o genocidios como España y Alemania<sup>25</sup>. El paralelismo permitió analizar las violaciones a los derechos humanos en Europa considerando además la represión sexual llevada a cabo durante el franquismo. También en las páginas de la publicación se describió cómo estos países habían llevado a cabo la transición hacia un régimen democrático, el vínculo de los nuevos Estados con la cultura, el rol que les cupo a las Fuerzas Armadas y el

---

enorme empatía. El historiador italiano vinculó la obsesión por el pasado -que da forma a nuestro tiempo- con el eclipse de los proyectos emancipatorios. Sin un horizonte utópico a la vista, se recuerda a las víctimas despojándolas de sus esperanzas, sus luchas, sus victorias y derrotas (Traverso, 2022: 39).

23 Ya desde años anteriores la revista *Humor* había trazado este paralelismo. Ver Schenquer y Raíces, 2014.

24 Yomal, Gerardo, “Marshall Meyer: Un rabino”, *El Porteño*, octubre de 1983. P. 53.

25 Colominas, Norberto, “Fuerzas Armadas y democracia: Cómo hicieron en España”, *El Porteño* N° 20, agosto de 1983. Pp. 14-17

enjuiciamiento a los responsables de crímenes atroces<sup>26</sup>. La revista utilizó el adjetivo “nazi” para describir prácticas intolerantes<sup>27</sup>. Otro de los temas que apareció en forma recurrente en la publicación fue la forma en la que estos países habían llevado a la justicia a los responsables de los crímenes contra la humanidad. La idea de “Nuremberg” apareció tanto para informar sobre los juicios llevados a cabo luego de la Segunda Guerra Mundial como para expresar la metáfora de la posibilidad de juzgamiento de los militares locales mediante un juicio ejemplar<sup>28</sup>.

Durante el año 1984, la revista retomó esta analogía en función del juicio de Nuremberg y la posibilidad de poner en el banquillo a los comandantes de las Juntas Militares<sup>29</sup>. Un proceso judicial de esas características resultaba deseable no solo en términos de impartir justicia para las víctimas sino también porque creaba las condiciones para el establecimiento de una verdad histórica. Ese potencial juicio argentino era comparado con Nuremberg porque éste había significado “el cierre de un ciclo histórico y donde se calificaron socialmente los métodos empleados durante éste. El no olvidar fue uno de los propósitos importantes de esos procesos”<sup>30</sup>.

Cuando se discutían las formas en las que tenían que ser enjuiciados los culpables, el fundador del CELS, Augusto Conte, utilizó el marco europeo de la Shoá para trazar un paralelismo con el caso argentino. El abogado sostuvo que:

26 Colominas, Norberto, “Javier Solana: libertad para la cultura” *El Porteño* N°21, septiembre de 1983. Pp. 24 y 25. Esta entrevista realizada al ministro de cultura de España lo expresaba en forma textual: “Representa una experiencia a tener en cuenta sobre el papel del Estado en la cultura de un país”. También se publicó una entrevista sobre los proyectos culturales del gobierno de Alfonsín. Miguel Briante “Carlos Gorostiza “Destapar la cultura encubierta” *El Porteño* N°24 de diciembre de 1983. En el número siguiente Fogwill discutió la opiniones vertidas en una nota que fue presentada con un cartel que decía que su opinión no representa la visión de la revista, Fogwill, Rodolfo “La política cultural del gobierno democrático”, *El Porteño* N°25, enero de 1984. En el ejemplar siguiente de la revista, se publica una nota sobre Pacho O’ Donnell que sería el ministro de cultura del gobierno radical. *El Porteño* N°26, febrero de 1984.

27 “Nación o Nazion”, *El Porteño* N°14, febrero de 1983. Nota de tapa.

28 Sánchez, Héctor, “Nuremberg”, *El Porteño*, octubre de 1983, pp. 52 y 53. Sobre Alemania y el juicio de Nuremberg y su correlación con el caso argentino: Levinas, Gabriel, “Carta del director”, *El Porteño* N° 20, agosto de 1983. P 3.

29 Sánchez, Héctor, “Nuremberg”, *El Porteño* N° 33, septiembre de 1984. Pp. 52- 53.

30 Kordon, Diana, Edelman Lucía “Desaparecidos efectos psicopáticos de su silenciamiento”, *El Porteño*, N°18, abril de 1983. P. 39.

“Los argentinos advierten que —al igual que ocurrió en la Alemania nazi, en el conflicto de las Malvinas y el verso que se vendió en torno al desarrollo de nuestra economía en los últimos años—, fueron vilmente engañados. Y esto los lleva a sumarse a los reclamos de verdad y justicia porque razonablemente nadie desea sentirse hoy indiferente y menos aún cómplice de tanta enormidad”.<sup>31</sup>

El marco de referencia del Holocausto estuvo presente en el texto de O'Donnell quien utilizó en su análisis conceptos tales como “*ka-pos*”, “campos de concentración” y —como mencionamos— “Nuremberg” para su abordaje del caso argentino<sup>32</sup>. También hacia el final de la dictadura, el ocaso de Hitler valió como metáfora para dar cuenta de las posibilidades de caída del régimen que pondría fin abrupto al autoengaño infligido por las Fuerzas Armadas.<sup>33</sup>

Más adelante, el vínculo entre la situación argentina y la historia alemana continuó presente en la publicación. A propósito del filme *Noche y Niebla* de Alain Resnais, desde la revista se sostuvo que había una relación entre las distintas formas de represión que los totalitarismos habían tenido a lo largo de la historia. El autor de la nota consideró que no se debían olvidar los horrores del pasado ni negar los presentes.<sup>34</sup>

Kahan y Lvovich (2016) demostraron cómo la apelación a la memoria del Holocausto fue un modo de cifrar la experiencia argentina en tono al terrorismo de Estado que se sostuvo sobre todo una vez que se recuperó la democracia. Los “usos” del caso europeo permitieron un “reservorio de

31 Conte, Augusto, “Comisión bicameral ¿por qué?”, *El Porteño*, N°24, diciembre de 1983, p. 19.

32 Reportaje a Guillermo O'Donnell. Fontana, Andrés, “La derecha sin votos, la paranoia del poder y el suicidio de la democracia”, *El Porteño* N°12, diciembre de 1982.

33 “Y realmente la capacidad masturbadora del autoengaño el período de Videla encuentra más tarde su punto supremo, en la fantástica capacidad de mentiras (pero no sólo de mentiras que se dijeron hacia afuera, sino de emborrachamiento con una fantasía por parte de quienes estaban demasiado acostumbrados a vivir en un mundo sin ecos) que fue le manejo de la informaciones durante la guerra de las Malvinas. Y si una recuerda ese grado de distorsión y de fantasía, tiene que ir a los dos últimos años del gobierno de Hitler, para encontrar algo por el estilo: tan sólo había victorias, mañana iba a ocurrir el hecho milagroso que iba a llevar a una rápida victoria final de Alemania; incluso cuando se estaba combatiendo, ya, en los alrededores de Berlín...”. Reportaje a Guillermo O'Donnell. Fontana, Andrés, “La derecha sin votos, la paranoia del poder y el suicidio de la democracia”, *El Porteño* N°12, diciembre de 1982. P. 13.

34 Nunciato, Carlos “Los NN y las SS”, *El Porteño* N° 16, abril de 1983. Pp. 32- 36.



significados y conceptos” en un contexto bajo el cual se desarrollaron las acciones de los organismos de derechos humanos producidas luego de fines de 1983 (p. 328). En el caso de la revista *El Porteño* la evocación de los crímenes cometidos en el contexto de la Segunda Guerra Mundial funcionó como un arquetipo de la memoria del asesinato masivo. Parte de los vocablos europeos importados fueron para explicar los lugares donde fueron llevados los detenidos a través de conceptos como “campo de concentración”<sup>35</sup> y “campos de clandestinos tortura y exterminio”<sup>36</sup>.

En 1987, un artículo de la revista analizó la Historikerstreit -la llamada disputa de los historiadores- del año 1986<sup>37</sup>. La discusión donde el historiador conservador Ernst Nolte y el filósofo Jürgen Habermas debatieron sobre la Segunda Guerra Mundial y el carácter excepcional del nazismo en Alemania. Los participantes de este intercambio reflexionaron sobre la culpa colectiva que cargaron los alemanes con posterioridad<sup>38</sup>. El artículo de *El Porteño* abordó estas reflexiones europeas y las vinculó con la situación argentina y el debate sobre los grados de responsabilidad castrense en las violaciones a los derechos humanos. Este paralelismo entre el caso europeo y el local no es casual y se inscribe en el contexto de los levantamientos militares y la discusión acarreada en relación con las leyes de Punto Final y Obediencia Debida. Así lo señaló el autor en la bajada de la nota: “Cualquier parecido con la realidad argentina es deliberada coincidencia”<sup>39</sup>. En otros pasajes del artículo se habló de “otro punto final” (las cursivas son del original) para referirse a las políticas de olvido propuestas por el Estado alemán.<sup>40</sup>

---

35 Invernizzi, Hernán, “Todos fuimos culpables”, *El Porteño* N°44, agosto de 1985.

36 Almirón, Fernando, “El pozo”, *El Porteño*, N°41, mayo de 1985. Pp. 16-23.

37 Engel, Esteban, “Segundo demonio se busca”, *El Porteño* N° 65, mayo de 1987, p. 61-63.

38 “La provocadora tesis de Nolte busca reordenar la conciencia pública de una sociedad que aún no ha resuelto su pasado”. Ídem p. 61.

39 Ídem. P. 61.

40 Ídem. P. 63.

## Conclusiones

Entonces... ¿cómo llamar a lo que no tiene nombre? En las páginas precedentes hemos analizado un conjunto de intervenciones, debates y reflexiones que tuvieron como objetivo hacer visible informaciones y denuncias de los crímenes de la última dictadura militar en Argentina. La difusión de estos testimonios e investigaciones fue condición necesaria para que la sociedad —o una parte importante de ella— aceptara la existencia de las violaciones a los derechos humanos y bregara por la condena de sus responsables. Este conjunto de artículos y entrevistas que circularon en la revista *El Porteño* entre los últimos años de dictadura y los primeros de vida democrática buscaron analizar y nominar los crímenes cometidos por la dictadura, sus causas y sus efectos. Esta publicación oriunda de la ciudad de Buenos Aires y con un alcance nacional mantuvo una posición contraria a la dictadura y contuvo en su interior una pluralidad de voces y enfoques. En sus páginas, escribieron o fueron entrevistados distintos científicos sociales que desarrollaron explicaciones sobre lo vivido. También participaron diversas personalidades provenientes de variados espacios del arco político opositor y procedentes de diversas actividades del campo cultural y político y del movimiento de Derechos Humanos en todas sus vertientes. La revista buscó así disputar sentidos e intervenir en la esfera pública frente a los sectores y discursos afines a la dictadura y a los medios masivos de comunicación que adhirieron a sus ideas.

El análisis de estos años nos permitió observar un reacomodamiento en la discusión pública tanto sobre el pasado como sobre el propio presente de los actores. En un momento incierto y complejo donde no estaban cristalizadas las formas de nombrar los hechos aberrantes vividos, la revista *El Porteño* propició un espacio para denunciar los crímenes y semantizar las violencias perpetradas por el Estado. La experiencia de la Shoá y la Segunda Guerra Mundial facilitó un marco de significación para la experiencia vivida durante el último gobierno de facto y los primeros años del gobierno de Raúl Alfonsín. Asimismo, la historia europea proporcionó un reservorio de conceptos para narrar la situación vivida: “campos de concentración” y “genocidio”. Estos cambios —algunos sutiles y otros más sustanciales— nos

permiten observar los desplazamientos en las formas de pensar el período dictatorial y sus crímenes.

Una mirada desde el presente implica necesariamente no participar en forma directa del contexto de emisión de la publicación por lo que no podemos saber a ciencia cierta en qué medida el medio construyó o reflejó la realidad social del período. Sin embargo, creemos que reponiendo el contexto específico de los últimos años de dictadura y primeros años de democracia en Argentina resultan de relevancia en tanto establecieron un cruce entre aquellos fenómenos acontecidos y las formas que se encontraron para nominarlo. Asimismo, se revela interesante observar que aquellos sujetos que se vieron atravesados por estos sucesos represivos y violentos fueron quienes crearon las categorías iniciales que reflexionaron sobre el pasado/presente. Muchas de estas nociones – pensadas al calor de disputas políticas pasadas- son las que utilizamos en las ciencias sociales hasta el día de hoy. Resulta pertinente, más de cuarenta años después de los acontecimientos complejizar este abordaje y distinguir entre aquellas categorías nativas y académicas que habitan nuestro lenguaje.

## *Bibliografía citada*

ÁGUILA, Gabriela, *Historia de la última dictadura militar (1976-1983)*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2023

\_\_\_\_\_. “La represión en la historia reciente argentina: perspectivas de abordaje, conceptualizaciones y matrices explicativas”. En: *Contenciosa*, Año I, nro. 1, 2013, segundo semestre.

ALONSO, Luciano, “La cultura y sus proyecciones políticas durante la transición a la democracia en Argentina” en Molinero, C. y Ysàs, P. (eds.) *Transiciones Estudios sobre Europa del sur y América latina*, Madrid: Catarata, 2019

\_\_\_\_\_. “La definición de las ofensas en el movimiento por los derechos humanos en Argentina y la calificación de “genocidio”. En: *Contenciosa*, Año I, nro. 1, 2013 segundo semestre.

- CANELO, Paula, “La descomposición del poder militar en Argentina”. En: PUCCIARELLI, A. (coord.); Los años de Alfonsín. ¿El poder de la democracia o la democracia del poder? Bs. As.: Siglo XXI, 2006.
- CRENZEL, Emilio, La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina. Bs. As.: Siglo XXI, 2008.
- FILC, Judith, Entre el parentesco y la política. Familia y dictadura (1976-1983). Buenos Aires: Biblos, 1997.
- FRANCO, Marina, El final del silencio. Dictadura, sociedad y derechos humanos en la transición argentina. Buenos Aires, FCE, 2018.
- FRANCO, Marina y FELD y Claudia, “Introducción” en FRANCO, Marina y FELD, Claudia (directoras.) Democracia, hora cero. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura, Buenos Aires.: FCE, 2015.
- GARAÑO, Santiago, “Notas sobre el concepto de Estado terrorista”. En: Question/Cuestión Vol. 1, N° 61: pp. 1-19, 2019.
- HUYSEN, Andreas, En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización, México: FCE, 2007.
- JELIN, Elizabeth Los trabajos de la memoria, Madrid: Siglo XXI, 2002.
- \_\_\_\_\_, “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina”, en AAW, Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política argentina, Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- KAHAN, Emmanuel y LVOVICH, Daniel “Los usos del Holocausto en Argentina. Apuntes sobre las apropiaciones y resignificaciones de la memoria del genocidio nazi”. En: Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, vol.61, n.228, 2016.
- KAHAN, Emmanuel, Entre la aceptación y el distanciamiento: Actitudes sociales, posicionamientos y memoria de la experiencia judía durante la última dictadura militar [1976-1983]. Tesis de doctorado, 2011, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación
- LIBERCZUK, Carolina “El ‘autoritarismo’ como variable explicativa en los últimos años de la dictadura militar. Un análisis desde la revista *El Porteño* (1982-1983)”. En: Revista Estudios, N°53, Pp. 97-113, 2025.

- \_\_\_\_\_. “La revista *El Porteño* (1982-1993) como actor protagónico de la posdictadura. Un abordaje desde su materialidad”. En: Observatorio Latinoamericano y Caribeño, Vol. 6, N. 2, 2022.
- LVOVICH, Daniel y BISQUERT, Jaqueline, *La cambiante memoria de la dictadura*. Los Polvorines: UNGS, 2008.
- MARGIOLAKIS, Evangelina *Constelaciones subte*. Prensa contracultural en dictadura y transición (1976-1990). Temperley: Tren en movimiento, 2024.
- ORTIZ, Ricardo, SCHORR, Martín “La economía política del gobierno de Alfonsín: creciente subordinación al poder económico durante la “década perdida”. En: PUCCIARELLI, Alfredo (coord) *Los años de Alfonsín. ¿El poder de la democracia o la democracia del poder?*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- SCHENQUER, Laura y RAÍCES, Eduardo “Una narrativa fallida: Holocausto, humor y denuncia ante la última dictadura cívico-militar argentina”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Cuestiones del tiempo presente. Puesto en línea el 29 enero 2014, consultado el 06 febrero 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/66305>
- REANO, Ariana “La estructuración simbólica de la democracia argentina en la transición” en *Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales*, n° 7/8, agosto 2011.
- TRAVERSO, Enzo, *Melancolía de izquierda. Marxismo, historia y memoria*, Buenos Aires: FCE, 2022.
- ULANOVSKY, Carlos, *Paren las rotativas: diarios, revistas y periodistas (1970-2000)*. Bs. As.: Espasa Calpe, 2005.
- UZAL, Luciano, “Espacio urbano y transformaciones políticas durante la transición de la última dictadura a la democracia: Un análisis de la revista *El Porteño* entre 1982 y 1984”. En: *Punto Sur* N°7, 2022.
- VEZZETTI, Hugo, *Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Bs. As.: Siglo XXI, 2002.
- WARLEY, Jorge “*El Porteño* (1982-1993): una pequeña historia reciente”. En: *Zigurat*, A. 7, N° 6, 2006.

# ACTITUDES SOCIALES DURANTE EL ÚLTIMO RÉGIMEN MILITAR EN ARGENTINA: EL CASO DE CORONEL PRINGLES.

## *Social attitudes during the last military regimen in Argentina: the case of Coronel Pringles*

---

Damián Santos<sup>1</sup>

### RESUMEN

En septiembre de 1976, un decreto del Ministerio de Educación bonaerense prohibió la utilización de un método pedagógico llamado “Educación y Liberación” en todo el territorio provincial. Un grupo de docentes del colegio Sagrado Corazón de Coronel Pringles, de la provincia de Buenos Aires, reclamó el inmediato cumplimiento de la orden oficial. La falta de celeridad en su aplicación por parte del cuerpo directivo fue el inicio de un conflicto que pronto superó el ámbito institucional. En diciembre el colegio fue intervenido y a lo largo de 1977 las religiosas abandonaron la ciudad. El caso quedó en penumbras hasta que en el año 2002 un grupo de jóvenes pringlenses realizó una investigación audiovisual sobre los sucesos ocurridos en la ciudad durante el último gobierno militar en Argentina (1976-1983), y se propusieron revisar en especial lo acontecido en el colegio católico. Los testimonios recogidos veinticinco años después de los hechos han aportado datos hasta entonces desconocidos, y son analizados en esta investigación. Además de docentes y el cuerpo directivo del colegio, es posible afirmar que diversos actores de la sociedad pringlense han participado del conflicto y contribuyeron al alejamiento de las religiosas del colegio.

*Palavras-Chave: Participación civil - represión - Dictadura militar argentina*

---

1

Profesor de Historia (Universidad de Buenos Aires), Magíster en Historia Contemporánea (Universidad Nacional de General Sarmiento) y Docente de la cátedra Historia Contemporánea en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Autor del libro “Un largo silencio. Participación civil y memorias de la “lucha contra la subversión” en Coronel Pringles” (<https://www.ungs.edu.ar/libro/un-largo-silencio>).

## ABSTRACT

In September 1976, a decree of the Buenos Aires Ministry of Education prohibited the use of a pedagogical method called “Education and Liberation” throughout the provincial territory. A group of teachers from the Colegio Sagrado Corazón of Coronel Pringles, Buenos Aires, demanded the immediate fulfillment of the official order. The lack of speed in its application by the board of directors was the beginning of a conflict that soon surpassed the institutional sphere. In December the school was intervened and throughout 1977 the religious left the city. The case remained hidden until in 2002 a group of young Pringlenses conducted an audiovisual investigation about the events that occurred in the city during the last military government in Argentina (1976-1983), and they set out to examine what had happened in the Catholic school. The testimonies collected twenty-five years after the events have provided data unknown until then, and are analyzed in this investigation. In addition to the teachers and the board of directors of the school, it is possible to state that various actors of the Pringlense society have participated in the conflict and have contributed to the removal of the religious from the school.

*Introdução*

Cinco días después de asumir la presidencia de la Nación argentina en diciembre de 1983, Raúl Alfonsín firmó un decreto que promovía la formación de una comisión investigadora para esclarecer los hechos vinculados a la desaparición de personas durante el último régimen militar (1976-1983). En busca de prestigio y legitimidad ante la sociedad, sus integrantes serían personalidades destacadas de la sociedad y legisladores. Luego de meses de trabajo en los cuales se recogieron testimonios y se identificaron centros clandestinos de detención a lo largo de todo el país, esta comisión entregó al presidente un informe que más tarde fue publicado con el título Nunca más. En un tramo del prólogo se hace referencia al origen de la violencia política en Argentina en la década de los 70. Según este relato, las acciones de las organizaciones armadas provocaron una violencia “aún peor” llevada a cabo por los militares. La sociedad argentina, de acuerdo con esta versión, se mantuvo inmóvil ante el terror provocado por la violencia de los dos bandos enfrentados. Esta mirada de los hechos es conocida como

la teoría de los dos demonios. La historiadora Marina Franco afirma que, si bien aquel prólogo del Nunca más fue la primera ocasión en que esta interpretación histórica aparece en forma explícita, sus orígenes pueden rastrearse a los tiempos contemporáneos con los hechos analizados. Pero más allá de las raíces que se extienden hacia el pasado, resulta notoria la eficacia de esta versión de los hechos al convertirse en el relato aceptado por amplios sectores de la sociedad y que ha guiado acciones gubernamentales vinculadas con el pasado reciente.

La consolidación de esta explicación no estuvo exenta del surgimiento de voces que han cuestionado estos argumentos. Una de las principales críticas de aquella versión de los hechos apunta contra la idea de igualdad de fuerza entre los bandos en pugna: la violencia llevada a cabo desde estructuras estatales no merece ser equiparada con la violencia de aquellos sectores que la ejercieron como método político. En el terreno historiográfico, por otra parte, ha surgido un campo de estudio de desarrollo tardío pero en pleno crecimiento que interpela la propuesta de la teoría de los dos demonios. Su tema de investigación es la participación civil en la represión militar. El caso que se presenta a continuación, ocurrido en la ciudad bonaerense de Coronel Pringles, se suma a aquellos trabajos cuyas conclusiones nos alejan de la idea de una sociedad argentina que se mantuvo inmóvil y aterrada como pregonaba la versión muchas veces oficial.

### *La participación civil en el proceso represivo.*

Con el regreso de la democracia en 1983 se inició un proceso de revisión del pasado que no estuvo exento de disputas y tensiones. Argentina fue el único país del Cono Sur en el que hubo una derogación de la autoamnistía decretada por los militares que permitió avances en el plano judicial. En abril de 1985 comenzó el juicio civil a los nueve responsables de las tres primeras juntas militares<sup>2</sup>. En diciembre se conoció el veredicto: además

2 Una Junta de Comandantes de las Fuerzas Armadas, integrada por los comandantes en jefe del Ejército, Armada y Fuerza Aérea, asumió el poder el 24 de marzo de 1976. Días después asumió la presidencia Jorge Rafael Videla, jefe del Ejército. Cuatro juntas militares ejercieron la máxima autoridad del país durante el período hasta 1983.



de establecer diversos niveles de responsabilidad en la represión y sus respectivos castigos (dos a cadena perpetua, tres condenas a años de prisión, cuatro absoluciones), la sentencia de los jueces impulsó la continuación de los procesos judiciales de quienes recibieron y ejecutaron las órdenes dictadas desde las cúpulas de la estructura represiva. Esta decisión jurídica provocó una conmoción en las filas castrenses ya que los futuros imputados eran cientos de militares de rango medio que todavía estaban en actividad. El acuartelamiento militar en la Semana Santa de 1987 en reclamo de una “solución política” a estos juzgamientos fue la expresión más tangible del malestar en sectores de las fuerzas armadas. La ley de Obediencia Debida (1987), promovida por el Gobierno pocas semanas después del levantamiento, estableció la falta de culpabilidad de los cuadros medios militares involucrados en la represión ilegal por haber actuado bajo órdenes de sus superiores. Esto significó en términos judiciales la detención de los procesos abiertos, pero también significó un cese del debate público sobre lo sucedido en los años de régimen militar. Los indultos presidenciales a militares y líderes de organizaciones armadas en 1989 y 1990 consolidaron aquella clausura de la discusión en la opinión pública. Hubo iniciativas que desafiaron aquella quietud discursiva: una de ellas fueron las declaraciones del capitán de corbeta Adolfo Scilingo sobre su participación en lo que se llamó “vuelos de la muerte”<sup>3</sup>. Hubo otras que buscaron resquicios jurídicos para eludir las leyes que otorgaban impunidad: las causas por la apropiación de niñas y niños que habían nacido en cautiverio o que sufrieron su secuestro desde temprano, los “Juicios por la Verdad”<sup>4</sup>, y los juzgamientos en tribunales europeos fueron los atajos legales utilizados. De todos modos, estos esfuerzos no fueron suficientes para reinstalar el tema del pasado reciente en el debate público. Esta carencia de debate colectivo se mantuvo hasta comienzos del siglo XXI. Una nueva etapa se inició en 2003 a partir de la derogación de

3 Se han denominado como los “vuelos de la muerte” a uno de los procesos de eliminación de víctimas de detención ilegal en la Escuela de Mecánica de la Armada. Semanalmente, se seleccionaba un grupo de personas detenidas que, previamente sedadas, eran trasladadas hasta un aeropuerto militar, cargadas en aviones y lanzadas con vida en el Río de la Plata. El relato de Scilingo fue publicado en el libro “El Vuelo” (1995) de Horacio Verbitsky.

4 “Juicios por la Verdad” fueron una instancia judicial sin consecuencias penales que se abrieron en la Argentina para juzgar los crímenes de lesa humanidad de la última dictadura, cuando aún estaban vigentes las leyes de obediencia debida y punto final que habían obturado la posibilidad de justicia.

las leyes de Punto Final y Obediencia Debida y la consecuente reapertura de procesos judiciales. En 2005 la Corte Suprema confirmó la inconstitucionalidad que habían sido dictaminadas por tribunales de primera y segunda instancia en 2001. Pero el cambio de época no se expresó solo en el plano judicial. La apertura al público de la ESMA, paradigmático centro de detención ilegal en la ciudad de Buenos Aires, y la conmemoración del 24 de marzo como feriado nacional son las acciones más resonantes, pero no las únicas. Surgió una nueva perspectiva oficial respecto al pasado conocida como “Memoria, Verdad y Justicia”.

Más allá del impulso inicial por la revisión de los hechos del pasado reciente a partir del regreso de la Democracia, el silencio impuesto en la última década del siglo XX, y la reinstalación del interés en el tema a inicios del presente siglo, las miradas sobre la responsabilidad de la represión ilegal estuvieron puestas sobre los cuadros militares. Quienes dieron las órdenes, primero, sobre aquellos que obedecieron y ejecutaron lo ordenado, después, pero siempre sobre integrantes de las Fuerzas Armadas. Mucho más reciente es el surgimiento de perspectivas que reflexionan sobre las actitudes sociales ante el régimen militar, y en particular, la participación civil en el proceso represivo.

Un aporte ineludible para pensar los inicios de estos estudios ha sido el del sociólogo Guillermo O'Donnell (1997) quien propuso que el control dictatorial sobre la población solo se pudo desarrollar por la existencia de una sociedad “que se patrulló<sup>5</sup> a sí misma”, refiriéndose a un grupo amplio de personas que voluntariamente se ocuparon activa y celosamente de ejercer el control poblacional. Este autor se permite utilizar el concepto de “kapos” para señalar la existencia de quienes ejercieron la vigilancia sobre el vecino y la autocensura.

Luego de aquel trabajo pionero de O'Donnell, los historiadores Daniel Lvovich y Gabriela Águila colocaron su atención en las actitudes sociales que contribuyeron a la legitimación del régimen militar. Lvovich ha propuesto que, si bien ya fueron analizadas las conductas de las dirigencias de diferentes organizaciones e instituciones, son necesarios estudios

5

En Argentina se llama patrulla a la unidad móvil policial y sus integrantes.

empíricos locales sobre la “gente común”<sup>6</sup> para una mayor aproximación al problema de las actitudes sociales frente al régimen militar. El autor afirma que “consenso” y “oposición” son categorías insuficientes para analizar las posturas de la “gente corriente” frente al gobierno de facto, y propone una amplia variedad de actitudes sociales a considerar como la resignación, el consentimiento pasivo y la disconformidad pasiva. Si bien Águila estudió la ciudad de Rosario entre 1976 y 1983, su trabajo de investigación ha permitido algunas generalizaciones válidas a nivel nacional. La historiadora propone que hubo una represión dirigida hacia los supuestos “subversivos” y existió otra dirigida hacia los “espectadores” o “testigos” vinculada a la imposición de una cultura del miedo a través de la violencia estatal. De todos modos, no fue la única acción frente a la “gente común”. Águila afirma que el régimen militar planteó un conjunto de estrategias que buscaban generar adhesiones a sus políticas. Para ello impuso o reforzó modelos de comportamiento vinculados al orden y la despolitización. Según la autora, una larga tradición autoritaria presente con antelación en la sociedad fue fortalecida y se constituyeron mini despotismos en espacios de la vida cotidiana.

La investigación que se presenta a continuación pretende ser un aporte a este nuevo campo de estudios de la historia reciente al examinar las actitudes civiles ante “la lucha contra la subversión” a través de un estudio de caso. A finales de 1976 se desató un debate al interior de un colegio de la provincia de Buenos Aires en el que surgieron sospechas de “infiltración ideológica” sobre uno de los bandos en disputa. El siguiente trabajo se propone reconstruir la actuación de diversos actores sociales de esa comunidad ante un conflicto interno de una institución educativa. Al observar el involucramiento de representantes del poder político local, jerarquía eclesiástica, medios de comunicación, organizaciones civiles, y gente “común y corriente”, también se pretende reflexionar sobre las motivaciones que llevaron a cada uno de ellos a participar voluntariamente de aquella disputa escolar.

6 Lvovich definió a la “gente común” como personas no pertenecientes a las direcciones políticas o sociales, hayan tenido o no militancia política. Águila identifica como “espectadores” o “testigos” a los “ciudadanos comunes” que “no estuvieron involucrados en el accionar represivo ni fueron sus afectados directos, pero sí presenciaron o convivieron con ello.”, en Bretal (2019).

Este estudio de caso se suma a otras dos investigaciones<sup>7</sup> en la provincia de Buenos Aires en las que se analizan señalamientos en instituciones educativas contra estudiantes y docentes por parte de “gente común”. La investigación de Natalia García (2017), por otra parte, resulta un trabajo relevante ya que también se ocupa de la participación civil en la represión militar llevada a cabo en el ámbito escolar, pero en la provincia de Santa Fe. La autora ha trabajado a partir de documentos internos producidos por la Dirección General de Informaciones (DGI), organismo de Inteligencia que ha intervenido en Santa Fe entre 1966 y 1984. García estudia 64 casos de seguimiento a personas sospechadas, la mayoría de ellos del período correspondiente al último período de gobierno militar. Todos estos trabajos vistos en conjunto permiten encontrar prácticas comunes: hubo iniciativas individuales que buscaron un interlocutor oficial para señalar comportamientos y prácticas que consideraban condenables y que merecían una “acción ejemplificadora” por parte de las autoridades.

En el plano judicial, la primera referencia ineludible respecto al juzgamiento de civiles involucrados en la represión fue Jaime Smart, ministro de Gobierno en la provincia de Buenos Aires. Las comisarias de todo el distrito dependían de aquella cartera. En 2012 recibió su primera condena a prisión perpetua en el juicio del “Círculo Camps”<sup>8</sup>. Otro paso importante fue en 2018 con la revisión de la colaboración de personal civil de empresas al proceso represivo. En diciembre de ese año fueron condenados a prisión dos altos funcionarios de Ford Motor Argentina, acusados de proveer información a las fuerzas militares sobre un grupo de trabajadores de la planta automotriz. En el juicio se comprobó además el aporte logístico y material dado por las autoridades de la empresa para concretar las detenciones. En la actualidad existen otros procesos judiciales que también se ocupan de la participación empresarial en delitos de lesa humanidad.

---

7 Para el caso ocurrido en Lincoln, ver González Canosa, Mora (2011). Para el caso de Bahía Blanca, ver Seitz, Ana Inés (2016).

8 El “Círculo Camps” es una red de 29 centros clandestinos de detención que funcionaron en dependencias policiales bonaerenses. Ramón Juan Alberto Camps era general de brigada a cargo de la Policía de la Provincia de Buenos Aires en aquellos años.

## *Los sucesos en Pringles*

Coronel Pringles se encuentra al sudoeste de la provincia de Buenos Aires, cerca de uno de los cordones serranos que componen el sistema de Ventania. Esta ciudad, cabecera del partido del mismo nombre, cuenta con algo más de 20 mil habitantes según el censo poblacional de 2010. El clima templado y la fertilidad de su suelo permiten el desarrollo de la actividad agrícola y ganadera, base de su economía local. Coronel Pringles se ubica a 510 kilómetros de la ciudad de Buenos Aires. Bahía Blanca, a 130 kilómetros de distancia en dirección sur, es el centro urbano de referencia para la población pringlense en asuntos vinculados a la salud, la justicia y la cultura. Los medios de comunicación regionales tienen sus sedes en esa ciudad portuaria. Allí también se encuentra el 5° Cuerpo del Ejército, destacamento militar de suma importancia en la organización territorial del sistema represivo instalado el 24 de marzo de 1976. A partir de esa fecha el país quedó dividido en cinco zonas convertidas en unidades operativas. La zona 5 abarcaba el sur de Buenos Aires y las provincias patagónicas. Toda esa área quedó a cargo del 5° Cuerpo del Ejército de Bahía Blanca. Esta ciudad tuvo diversos Centros Clandestinos de Detención. El mayor fue el complejo conocido como “La Escuelita”, una casa antigua situada en cercanía de los terrenos del 5° Cuerpo.

A finales de 1976 y comienzos del año siguiente, las religiosas del colegio Sagrado Corazón abandonaron Coronel Pringles. No hubo una orden oficial de despido o expulsión. A pesar del fuerte arraigo de las monjas con la comunidad, no hubo despedidas. Las escasas menciones al hecho eran voces que en susurro hacían referencia a actitudes sospechosas de las monjas. El caso se mantuvo entonces cubierto por un manto de silencio por un cuarto de siglo. En el año 2002, un grupo de jóvenes pringlenses del último año de una escuela secundaria realizó una investigación sobre lo sucedido en esa ciudad durante el período del gobierno militar entre 1976 y 1983, y prestaron especial atención en lo sucedido en el único colegio católico de la ciudad. Al entrevistar a docentes del Sagrado Corazón de aquel entonces mostraron precisos recuerdos, pero discordantes entre sí. Mientras una maestra recordaba el malestar que sentía un grupo de docentes por actitudes de las religiosas,

otra docente rememora su despido inmediatamente después de la salida de las monjas. A partir de esa discrepancia, comenzó esta investigación.

Los documentos de los servicios secretos de la Policía de la Provincia de Buenos Aires permitieron reconstruir una primera cronología de los hechos. En septiembre de 1976 el gobierno provincial prohibió el uso de un método pedagógico llamado “Educación Liberadora”. Según el decreto 1769/76, que estableció su exclusión de las aulas bonaerenses, aquella propuesta didáctica “obliga al educando a adoptar una línea crítica y no se adecua a los fines y objetivos de la educación vigentes”<sup>9</sup>. Una de las instituciones donde fue implementado este método era el colegio católico de Pringles. La falta de un inmediato acatamiento a esta prohibición por parte del Sagrado Corazón fue el motivo por el cual se decidió en diciembre la intervención<sup>10</sup> del colegio.

La “Educación Liberadora” en Coronel Pringles fue promovida por Clara Yáñez, una religiosa que si bien no era parte del personal del colegio, era integrante de la congregación San José a la que pertenecían las monjas del Sagrado Corazón. El colegio fue fundado en 1908, y desde entonces, hubo presencia de religiosas de esta agrupación eclesiástica. A comienzos de la década de 1970, Yáñez cumplía la labor de brindar apoyo pedagógico a todos los establecimientos educativos a cargo de esa compañía religiosa. Es por eso que Yáñez visitaba Pringles en forma periódica.

El trabajo en la congregación no era la única pertenencia institucional de Yáñez. Por aquel entonces también era integrante del “Movimiento por un Mundo Mejor”, agrupación integrante de aquel sector renovador de la Iglesia consolidado a lo largo de la década de 1960. Para comprender las características de esta nueva perspectiva religiosa opuesta a una mirada eclesiástica ortodoxa, es necesario revisar los debates abiertos a partir del Concilio Vaticano II. Las conclusiones surgidas al final de aquellas reuniones en 1965 fueron expresadas en la encíclica *Populorum Progressio*. Este documento resultó novedoso al ocuparse de temas relacionados con la política y la economía internacional de ese entonces: realizó una crítica a la relación entre los precios de las materias primas y las manufacturas, y

9 Resolución 1769 del Ministerio de Educación de la Provincia de Buenos Aires

10 Medida a cargo del poder Ejecutivo por el cual el Gobierno asume la dirección de una institución o distrito regional que ha perdido su orden institucional.

se utilizó un nuevo punto de vista de la filosofía económica al desplazar la atención desde la antinomia capitalismo-socialismo hacia la polarización entre países desarrollados y aquellos no desarrollados. De todos modos, el rol de la Iglesia en los tiempos modernos debatido en Roma mereció diversas interpretaciones en el mundo católico. En agosto de 1967 se publicó “El Manifiesto de 18 Obispos del Tercer Mundo”, un documento promovido por Hélder Câmara y firmado por otros ocho brasileños y nueve obispos del resto del mundo. Respecto a su contenido, puede considerarse un apoyo a la encíclica, pero aparecen más nociones políticas novedosas: se utiliza el concepto “tercer mundo” para los países subdesarrollados y no pertenecientes al bloque soviético. Enterados de este escrito, un pequeño grupo de sacerdotes argentinos deciden hacer conocer a sus colegas de todo el país una traducción al castellano del francés del “Manifiesto”. Los apoyos llegan con celeridad. Deciden organizar entonces la firma de una adhesión al documento. Fue respaldado por 270 clérigos y enviado a Hélder Câmara en diciembre de 1967. Esta iniciativa es considerada el acto fundacional del Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo (MSTM). Esta agrupación es considerada la más importante dentro de una red de nuevos grupos religiosos vinculados en forma heterogénea y no institucionalizada que comparten una mirada renovadora dentro de la Iglesia. Luego de estudiar el caso argentino, la historiadora Claudia Touris ha denominado este conjunto como “constelación tercermundista”. El MMM merece ser entendido como un integrante de esa constelación de grupos renovadores al cumplir con la descripción de Touris respecto a las inquietudes que promovían la aparición de estas agrupaciones: los integrantes del MMM se preguntaban sobre los caminos posibles para escapar del ostracismo eclesiástico y llevar la palabra de Dios a la sociedad. Testimonios de ex integrantes de la organización recopilados para esta investigación permiten afirmar que fue en aquel contexto de debate religioso en el cual Clara Yáñez elaboró “Educación Liberadora”.

En octubre de 1976 la noticia llegó a Coronel Pringles. El personal docente se enteró de inmediato de la prohibición de la “Educación Liberadora”, y tomaron partido: un grupo exigió el inmediato acatamiento de la medida gubernamental. La falta de acción con la celeridad requerida

por parte de la dirección del colegio consolidó la formación de un sector docente opositor a las monjas. Familiares de los estudiantes se alertaron por el reclamo docente, y a través de una agrupación preexistente llamada “Padres de Familia”, decidieron actuar. Fue exigida una reunión con las autoridades para aclarar la situación. Cuando el encuentro se realizó a fines de octubre, surgieron una serie de cuestionamientos que superaron el debate sobre el método pedagógico: testigos recuerdan que fueron puesto a revisión diversos aspectos, incluso el cancionero utilizado en las misas.

Pero el rol asumido por los “Padres de Familia” ante el conflicto desatado al interior del colegio no se limitó al cuestionamiento. El 1 de noviembre de 1976 fue publicada en el periódico local *El Orden* una solicitada firmada por un miembro de la agrupación. Si bien su principal objetivo era explicar las acciones del grupo frente la situación del colegio, la solicitada revela la participación de los familiares en la salida de las monjas del colegio:

Algunas personas, el lunes 25 (de octubre), en el Colegio, preguntan porqué los padres delegados, sin consultar a los demás padres, toman decisiones tan importantes como **pedir el traslado de las Hermanas**; a esto respondo que actuamos así ante la dificultad para reunir diariamente a la totalidad de los padres de 450 alumnos aproximadamente, y porque en ningún momento la Superiora General de la Congregación, ni las demás Hermanas, objetaron la autoridad representativa de los padres delegados (destacado nuestro).<sup>11</sup>

El comienzo y el desarrollo de la disputa dentro del colegio, fue cubierta por *El Orden*, el periódico de la ciudad. El 26 de octubre fue la publicación del primer artículo referido al conflicto desatado al interior del colegio. A partir de aquella nota, hubo otros seis artículos referidos a los sucesos del Sagrado Corazón, y la solicitada ya mencionada<sup>12</sup>.

11 Diario *El Orden*, 1 de noviembre de 1976.

12 “La situación creada en el colegio de hermanas”, 26/10/1976; “Reunión para hoy en el colegio de hermanas”, 27/10/1976; “El mentado problema del colegio de hermanas”, 1/11/1976; Solicitada, 1/11/1976; “Colegio de hermanas: nos vemos en la obligación de volver con el tema”, 3/11/1976; “El folleto sobre educación liberadora de Clara Yáñez”, 10/11/1976; “El folleto sobre educación liberadora de Clara Yáñez”, 11/11/1976



Pero el 1 de noviembre, El Orden abandonó la mera información periodística. Luego de una recopilación de los hechos ocurridos hasta ese momento, el diario convocó a las familias del colegio a tomar posición en el asunto:

El folleto de Clara Yáñez está en circulación, y es evidente que muchos padres lo han tenido en sus manos. De estos saldrá el veredicto final. Y hacia aquellos que aún no se han consustanciados (sic) de tal lectura, le rogamos que se interioricen de la misma, y comprueben si hay o no infiltración doctrinaria que puede ser o no perjudicial para quienes siempre serán nuestros únicos privilegiados: LOS NIÑOS.

Al cierre del artículo, el propio diario no se privó de tomar posición:

Nuestra opinión sobre el folletín de Clara Yáñez es la siguiente: “conceptos leves, pero que existen - de un adoctrinamiento marxista, y que no transmite lo que Dios ha revelado, teniendo asimismo un aislamiento de las convicciones sagradas (El Orden, 1º de noviembre de 1976, portada).

Dos días después, el 3 de noviembre, *El Orden* publicó una nueva nota con un sugerente título: “Colegio de Hermanas: nos vemos obligados a volver con el tema”. El artículo hace referencia en su comienzo a un supuesto silencio solicitado y al que el diario adhirió “para tratar de buscar una solución que no condene la imagen de este centro educacional que funciona en la ciudad desde mucho tiempo atrás”. Pero, sigue el texto, es necesario terminar con esa falta de involucramiento del diario “pues sabemos que los sectores divididos no han cumplido con aquella requisitoria oficial”. Es entonces cuando el diario propone un camino para la resolución del conflicto del colegio:

... es imprescindible una inmediata intervención no solo del Ministerio de Educación cuyo final veredicto establecerá qué sucederá con ese no acatamiento de su circular en donde se prohíbe

el sistema de instrucción de Clara Yáñez, sino también del centro de inteligencia de la zona -con asiento en Bahía Blanca- del cual dependen todos los casos concernientes y relacionados a infiltraciones ideológicas políticas no permitidas en el país.<sup>13</sup>

Desde sus páginas, *El Orden* convocó a dos instancias estatales para resolver el conflicto del colegio. Por un lado, se refiere a la acción del Ministerio de Educación provincial. Pero hace un especial llamado a la intervención militar. No es una convocatoria genérica o ambigua a la participación de las Fuerzas Armadas. El diario menciona el destacamento militar a cargo de Pringles (Bahía Blanca) y el tipo de “delito” que es incumbencia de dicho centro castrense (“infiltraciones ideológicas políticas”).

No fue la primera ni la única referencia al destacamento bahiense que aparece en la reconstrucción de los hechos. En aquel trabajo audiovisual realizado por jóvenes pringlenses del 2002, una docente recordaba que una noche fue convocada a una reunión de urgencia por el sacerdote que ocupaba el segundo lugar en el escalafón de la Iglesia de la ciudad. Al llegar al lugar de encuentro, la docente observó que el cura estaba exaltado, se mostraba agobiado por las circunstancias en que se encontraba. Al preguntarle el motivo de esa reunión en horario y lugar tan poco convencionales, el sacerdote le informó que tenía conocimiento de la inminente llegada a la ciudad de tropas provenientes de Bahía Blanca, y que el motivo de la reunión era la de otorgar información sobre la posición del personal docente respecto a las religiosas del colegio.

Así como vemos involucrado a un integrante de la Iglesia en el conflicto, el poder político local tampoco estuvo ajeno. Cuarenta años después de los hechos, el intendente recordaba el malestar de una parte de la comunidad educativa hacia las religiosas que dirigían el colegio. Según su memoria, logró enterarse de las intenciones de las familias de trasladarse hasta el destacamento militar de Bahía Blanca para pedir su acción en el caso. Para evitar esa intervención, decidió anticiparse y viajar de madrugada para entrevistarse con el general a cargo del cuartel. Recuerda haber pedido un tiempo para resolver el conflicto por su cuenta. Con el aval castrense,

13

Diario El Orden, “Colegio de hermanas: nos vemos en la obligación de volver con el tema”, 3/11/1976.

decidió entonces solicitar a La Plata la intervención educativa de la institución y coordinar con la congregación una reasignación de destinos para el personal religioso del Sagrado Corazón. Estas medidas, según su mirada, lograron poner fin al conflicto.

La salida de las monjas fue entonces el modo de resolución de un conflicto iniciado por la utilización de un método pedagógico innovador cuyas principales nociones teóricas están condensadas en *Educación y Liberación*. Este panfleto mecanografiado de 36 páginas resulta más una producción artesanal que un trabajo editorial. Por este motivo y por la prohibición es que su distribución es incierta. De imposible hallazgo en Pringles, un ejemplar fue encontrado en el archivo personal de un allegado a Yáñez, en la ciudad de Buenos Aires, cuarenta años después de su proscripción.

Desde sus primeras páginas se expresa que el principal objetivo del trabajo es el desarrollo de un nuevo método pedagógico frente al modelo educativo vigente por entonces. Tanto en las críticas a la educación “tradicional” como en la propuesta de una nueva educación “liberadora”, ha sido posible constatar dos fuentes de influencia a partir de las cuales se edifica la propuesta pedagógica de Yáñez: la Conferencia Episcopal realizada en Medellín en 1968 y, principalmente, ideas desarrolladas por el pedagogo brasileño Paulo Freire. El impacto de ambos se refleja en la propia denominación del método pedagógico: “Educación Liberadora” es un concepto desarrollado en los documentos finales de la Conferencia de Medellín. Según aquellos escritos colombianos, esta es la denominación de una nueva visión de la educación que debía reemplazar a un modelo tradicional que no otorga las respuestas necesarias para superar el subdesarrollo y la dependencia latinoamericana. También Freire utiliza esta noción en *Pedagogía del Oprimido*. Allí propone reemplazar al sistema educativo vigente por una “educación problematizadora”, o también denominada “educación liberadora”.

En *Educación y Liberación* se retoman las conclusiones de la Conferencia episcopal latinoamericana para plantear el objetivo de esta nueva perspectiva educativa: “La lectura atenta del documento sobre educación, de Medellín, nos muestra cuál es el fin de la educación liberadora: el surgimiento de un hombre nuevo a imagen del Cristo pascual” (Yáñez, p. 33).

Además de la influencia de los debates planteados en Medellín, a lo largo del trabajo de Yáñez es posible hallar también numerosas referencias e ideas desarrolladas por Paulo Freire. Se afirma en *Educación y Liberación* que la educación tradicional ha considerado al individuo como un “depósito de conocimientos” que no provoca la formación de una persona rica en valores sino “una individualidad lista para inscribirse en la “carrera del Status” y escalar posiciones, si es preciso, a expensas de los demás” (Yáñez, p. 6). Esta idea se vincula directamente con la propuesta del pedagogo brasileño al denominar como “educación bancaria” a ese sistema vigente en el cual los educandos son considerados como “vasijas”, recipientes vacíos de todo saber que deben ser “llenados” por quien educa. El educando no es más que un “depósito” del saber donados por el poseedor de los conocimientos (Freire, *Pedagogía del Oprimido*, p. 73).

Clara Yáñez recupera otra idea también planteada en *Pedagogía del Oprimido* respecto a la trascendencia de la expresión de la palabra como una condición indispensable para que el individuo alcance la condición de persona. Y esa palabra encuentra su canal de expresión a través del diálogo (Freire, p. 100). Antes que Yáñez, Freire había afirmado que el diálogo crítico con los sectores oprimidos es el medio por el cual es posible descubrir al opresor y comprometerse en la lucha por la liberación (Freire, p. 61). En evidente sintonía, la religiosa afirma en *Educación y Liberación* que el pronunciamiento a través del diálogo debe ser el objetivo de la Educación Liberadora. A partir de ellos se debe lograr la transformación de la realidad (Yáñez, p. 14).

El texto de Yáñez recurre una vez más a Freire (2015) para analizar el proceso en etapas por el cual un infante adquiere conciencia. Resulta especialmente interesante la descripción que hace de la primera fase, propia de la edad infantil, en la cual su conciencia ignora el principio de causalidad. La religiosa afirma que hay seres humanos que “por falta de amor quedan radicados en esta etapa: son los oprimidos o marginados. (...) No perciben la realidad porque más que conocerla la sufren” (Yáñez, p. 22). Yáñez denuncia la habitual actitud que se asume ante ellos:

Muchas veces somos injustos en nuestro trato con estos hermanos. Las expresiones “son unos negros haraganes”, “viven así porque quieren” son muy frecuentes entre los que nos consideramos “trabajadores y decentes”. Y avalamos nuestras afirmaciones con muchas anécdotas que en sí mismas son ciertas pero que revelan nuestra incapacidad de buscar las causas profundas de esas conductas. Cuatro siglos de dolor, de hambre hereditario, de desprecio, pueden forjar una sub-raza y esto no es evangélico. Otras veces practicamos el paternalismo. Creemos que promover es dar cosas “como un Papá Noel”, cuando el oprimido nos grita desde su desesperación silenciosa que él quiere ser persona (p. 23-24. Destacado original).

A partir de allí, dice Yáñez, comienza la difícil tarea de quitar del oprimido la imagen del opresor. Como es el único modelo de “Hombre” que han conocido, cuando consiguen tener a otros bajo sus órdenes repiten con ellos las mismas crueldades que han sufrido. Y aparece a continuación una referencia explícita al pedagogo brasileño: “Freire dice muy acertadamente que amar al oprimido es desalojar de él la imagen del opresor. Es la única forma de capacitarlo para el diálogo, que exige amor, horizontalidad, humildad” (Yáñez, p. 24).

*Educación y Liberación* plantea que la nueva educación tiene también un sentido teológico al plantear que uno de los objetivos de la Educación Liberadora es alcanzar la verdadera liberación que Cristo trajo al mundo. Para ello es necesario crear desde la infancia la imagen del “hombre hermano”, porque si esto se logra entonces es posible “prescindir de accidentes tales como el color, la edad, el sexo, la riqueza, la cultura” (Yáñez, p. 17). Yáñez retoma nuevamente las propuestas ya planteadas por Freire acerca de la relación entre opresor y oprimido para afirmar que “no habrá verdadera liberación mientras no desalojemos de nosotros (pobres o ricos) la imagen del opresor” (Yáñez, p. 18).

La influencia de Freire resulta también indudable cuando Yáñez se refiere a la importancia de la comunidad educativa. En *Educación y Liberación* se recupera un subtítulo del primer capítulo de *Pedagogía del Oprimido* al afirmar que “nadie libera a nadie, nadie se libera solo, los hombres se liberan cuando juntos pronuncian el mundo” (Yáñez, p. 28). A partir de esta concepción, se plantea cuál debe ser el rol de la escuela en

la comunidad: “en vez de ser una institución reservada a un grupo y que transmite conocimientos ya elaborados (casi siempre en otros países y en otros tiempos), la escuela pasa a ser un punto de encuentro y un servicio abierto a todos” (Yáñez, p. 30).

Pero más allá de nuestro análisis, resulta relevante saber que Clara Yáñez y su *Educación y Liberación* tuvieron por aquel entonces un seguimiento de los servicios secretos de la policía de la provincia de Buenos Aires. El informe reservado del 14 de marzo de 1977, si bien los nombres son ilegibles en el documento<sup>14</sup>, no deja dudas que se refiere a la religiosa:

De acuerdo a la información anterior, al respecto del Padre XXXXX (NL) XXXXX que actuó en el Instituto San Francisco de Asís, de Villa Elisa, conjuntamente con la Hna. XXXXX, y que ambos militaban en el movimiento subversivo “Por un mundo mejor”, a continuación, se detalla análisis de la publicación “EDUCACION Y LIBERACION” de la Hermana XXXXX y que se deja constancia, también se dictó en el Colegio “Sagrado Corazón” de Cnel. Pringles, y que el mismo, pertenece al Mrio. de Educación de la Provincia.

El documento presenta a continuación el subtítulo “Puntos fundamentales de la obra” en el cual se expresan diversas apreciaciones sobre el trabajo de Yáñez. Se señala que *Educación y Liberación* contiene ideas planteadas en la Conferencia de Medellín y que son consideradas por el informante como “inaceptables y destructivas por su relativización de lo Sagrado, su individualismo, frente al Mensaje del Evangelio, y su anarquismo total frente al Magisterio y la autoridad de la Iglesia”.

La metodología de *Educación y Liberación*, según la mirada policial, busca derribar todo el orden establecido en el ámbito educativo:

---

14

La falta de precisión respecto a los nombres en el documento suministrado por la Comisión Provincial por la Memoria (a cargo del archivo de la DIPBA) están cubiertos por una franja de tinta. La gestión del archivo tiene la obligación de resguardar la privacidad de las personas que fueron objeto de las tareas de inteligencia efectuadas por dicha institución. La ley N° 25326, de protección de datos personales (Habeas Data), sancionada en el año 2000, impide la divulgación de esta información sensible. Es por eso que los administradores del archivo se ven obligados a suprimir las referencias personales en los documentos entregados al solicitante. En este trabajo, esos datos que han sido resguardados en los documentos de la DIPBA se representan con XXXXXXX.

sustituir al maestro por la “Asamblea”, y la liberación permanente del alumnado como único sistema pedagógico válido. El objeto es la capacitación y motivación por medio de las comunidades de base, relación horizontal y la organización escolar con gobierno popular; padres, profesores, maestros, alumnos, personal auxiliar, etc., con voz y voto.

Este y otros pasajes del informe de Inteligencia rondan alrededor de una misma idea: la propuesta de un sistema en reemplazo del modelo tradicional no es otra cosa que la instalación del pensamiento marxista en el ámbito educativo.

Para reflexionar acerca de las actitudes asumidas por diversos actores sociales de Coronel Pringles frente al conflicto del colegio resulta indispensable considerar la cobertura mediática del caso. *El Orden* publicó seis artículos y una solicitada referidos a esta disputa. A través de los siete artículos dedicados a la disputa escolar fue posible conocer el motivo del debate, las posiciones de los bandos enfrentados, la evolución de la contienda. Es por ello que una primera conclusión es que cualquier persona de la ciudad que así lo deseara, podía estar informada del conflicto que se desarrollaba al interior del Sagrado Corazón.

Aquella extensa cobertura mediática no solo informó con precisión a sus contemporáneos. Además, nos permite vislumbrar desde el presente el nivel de conocimiento que tenían los actores sociales en aquel entonces respecto al proceso de represión instalado por el gobierno militar. Una muestra cabal de esto es el artículo publicado el 3 de noviembre en portada en el cual se convoca al 5° Cuerpo del Ejército de Bahía Blanca a tomar cartas en el asunto.

No solo el diario de la ciudad se refirió a esta dependencia militar. A lo largo de la reconstrucción de los hechos, el 5° Cuerpo del Ejército surge como la instancia represiva entre quienes participan del conflicto: el intendente dijo haber viajado de urgencia a Bahía Blanca porque los “padres de familia” presentarían allí su reclamo de solución al conflicto del colegio. Un perturbado sacerdote le informó a una maestra que el 5° Cuerpo del Ejército llegaría a la ciudad. Estas menciones hacen presente a esa dependencia militar en la escena, pero esta investigación no ha podido constatar

su directa intervención en Coronel Pringles. La resolución del conflicto no tuvo una resolución represiva. Fue suficiente la acción de una instancia estatal (el ministerio de Educación provincial) y de una organización religiosa (congregación San José) encargada de reasignar nuevos destinos a las monjas. El decreto provincial fue el detonante y la intervención del colegio, el final de la disputa. En los dos meses que distancian ambos hechos, el conflicto fue impulsado por la participación de distintos actores sociales que se sintieron convocados a tomar partido en el asunto.

El análisis de aquella propuesta pedagógica de Clara Yáñez muestra la presencia de elementos propios de la perspectiva tercermundista de la Iglesia, con numerosas referencias a la Conferencia del Episcopado latinoamericano de 1968 y a la obra de Paulo Freire. Diversos informes de la policía secreta de la provincia de Buenos Aires muestran una amplia variedad de calificativos referidos al escrito de Yáñez: tercermundista, subversivo, expresión de una mirada contestataria de la Iglesia. La heterogeneidad en las definiciones policiales que ha merecido *Educación y Liberación* y el modo de resolución del conflicto del colegio nos permiten reflexionar acerca de la mirada militar respecto al sector renovador de la Iglesia.

Al analizar todo este material policial, resulta evidente que para los Servicios de Inteligencia, Clara Yáñez merecía un seguimiento. De todos modos, y como ya mencionamos, no hubo en este caso acción del brazo ilegal. El método pedagógico fue prohibido por el ministerio de Educación provincial en septiembre de 1976, y dos meses más tarde el colegio fue intervenido por otro decreto oficial. Para reflexionar sobre el tratamiento no represivo recibido por Yáñez, resulta pertinente recurrir a María Soledad Catoggio y su mirada sobre las sospechas que despertaba el tercermundismo en la perspectiva militar. En su investigación sobre los desaparecidos de la Iglesia (2016) analizó los documentos de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPPBA) realizados entre 1968 y 1974 rotulados bajo la etiqueta “Sacerdotes para el Tercer Mundo” que incluían tanto a esta agrupación como a toda persona considerada parte del sector renovador del catolicismo. Y ese estudio le permite postular que la pertenencia al MSTM o la carátula de tercermundista no eran suficientes para ser considerado como una persona peligrosa. Según Catoggio, los



informes de la inteligencia policial bonaerense expresan escepticismo respecto a la capacidad del tercermundismo en insertarse en el “campo social” o influenciar sobre el peronismo. Esta falta de repercusión le habría quitado “peligrosidad” a este sector de la Iglesia.

Según la autora, este criterio se mantiene luego del golpe de Estado de 1976. La pertenencia al tercermundismo no significaba ser considerado parte de la subversión, afirma Catoggio. Para ello hacía falta vincular a este grupo renovador con elementos comunistas y organizaciones armadas como Montoneros y ERP. Al analizar los informes sobre Yáñez vemos que se destaca en forma reiterada que la religiosa era miembro de la agrupación *Movimiento por un Mundo Mejor*, y autora de un texto cuya principal influencia, según los propios documentos policiales, era Paulo Freire. Si tenemos en cuenta las condiciones necesarias planteadas por Catoggio para ser considerado un elemento subversivo, y la descripción que de Yáñez realizan los documentos, es posible plantear que la religiosa reunía las condiciones necesarias para ser observada, pero no el suficiente nivel de peligrosidad para ser víctima del aparato represivo ilegal. El conflicto de Pringles se resolvió por vías legales.

Teniendo en cuenta el relato de la ex docente en el cual se refiere al inusual encuentro a medianoche, resulta interesante analizar la actitud del sacerdote. Él no pregunta por Clara Yáñez y las religiosas, sino por la posición asumida por el personal docente ante el conflicto. De acuerdo al testimonio brindado para el trabajo audiovisual, el clérigo anunció una inminente llegada de miembros del 5° Cuerpo del Ejército a Pringles. De acuerdo con este relato, el involucramiento del sacerdote en el conflicto del colegio no deja lugar a dudas. Pero se plantean una serie de preguntas respecto al papel específico asumido por el religioso: ¿ha actuado a partir de su rol como representante legal del Sagrado Corazón? En ese caso: ¿manejaba información privilegiada? ¿En nombre de quién convocó a la maestra aquella noche? En definitiva, queda la incógnita sobre si el sacerdote asumió un rol en el conflicto del colegio a título personal o como representante de la Iglesia. La desaparición física del clérigo y la carencia de otras fuentes impiden todo intento de respuesta.

En definitiva, el caso del colegio Sagrado Corazón de Coronel Pringles resulta un desafío a aquella mirada propuesta por la teoría de los dos demonios en la cual la sociedad civil se mantuvo aterrorizada e inmóvil frente a la violencia política. Tal como fue mencionado en la introducción, esta imagen se instaló en la década de 1980, y desde entonces ha sido debatida en escasas ocasiones. En el plano judicial, se han dado recientemente los primeros pasos hacia el juzgamiento de civiles como partícipes necesarios en la desaparición de obreros de fábricas. En el plano académico, existe un campo fértil aún no transitado sobre las actitudes sociales ante la represión. El caso de Pringles nos muestra que docentes, familias del colegio, el intendente, los representantes de la Iglesia, y el diario de la ciudad tomaron partido en el conflicto del Sagrado Corazón. La cobertura periodística de siete artículos en un período de 15 días, además, impide pensar que los sucesos del colegio eran conocidos solo por quienes participaban del debate. Todos estos actores sociales sabían que estaba en juego mucho más que el despido de monjas y docentes de un colegio. Todos sabían el rol que cumplía el 5° Cuerpo del Ejército desde marzo de 1976. Muchos de ellos creyeron que este asunto merecía para su solución la intervención de este destacamento militar. La distancia de los acontecimientos en el tiempo impide conocer con precisión las motivaciones por las que cada uno de los participantes se sintió empujado a actuar (desde miedo a ser considerado cómplice hasta fervor patriótico por la “Cruzada contra el terror rojo”), pero las actitudes de todos ellos expresan al menos aceptación y apoyo al proceso represivo ilegal que se desplegaba a lo ancho y largo del país.

## *Bibliografía*

- ÁGUILA, Gabriela. Dictadura, represión y sociedad en Rosario 1976/1983. Un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- ÁGUILA, Gabriela. La dictadura militar argentina: interpretaciones, problemas, debates. Páginas. Revista digital de la Escuela de Historia, Año 1, N°1, 2008, pp. 9-27.

- ÁGUILA, Gabriela. Las escalas de análisis en los estudios sobre el pasado reciente: a modo de introducción. *Avances del Cesor*, Año XII. V. XII, N° 12, 2015, pp. 91-96.
- ÁGUILA, Gabriela. *Historia de la última dictadura militar. Argentina, 1976-1983*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.
- BRETAL, Eleonora. *Obreros y obreras de Swift. La época de los ingleses, la época de los militares y la época del cierre*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2019.
- CATOGGIO, María Soledad. *Los desaparecidos de la Iglesia: el clero contestatario frente a la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- GONZÁLEZ CANOSA, Mora. Consenso y Dictadura. Consideraciones analíticas a partir de un legajo policial sobre un conflicto en la ciudad de Lincoln (Provincia de Buenos Aires) durante la última Dictadura militar argentina. *Naveg@mérica*. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas, N° 7, 2011, pp. 1-16.
- LVOVICH, Daniel. Sistema político y actitudes sociales en la legitimación de la dictadura militar argentina (1976-1983). *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, N° 75, 2009, pp. 275-299.
- LVOVICH, Daniel. Sospechar, delatar, incriminar: una aproximación al fenómeno de las denuncias contra el enemigo político en la última dictadura militar argentina. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, N° 107, 2017, pp. 73-98.
- LVOVICH, Daniel. Los que apoyaron: reflexiones y nuevas evidencias sobre el apoyo difuso a la dictadura militar en su primera etapa (1976-1978), *Anuario IEHS*, vol. 35, N° 2, 2020, pp.125-142.
- MARTÍN, José Pablo. *El Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo. Un debate argentino*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.
- O'DONNELL, Guillermo. *Democracia en la Argentina. Micro y macro. Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*, pp. 133-146. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- SEITZ, Ana Inés. Un espacio que nunca está vacío. La colaboración de personas “corrientes” en la represión de sus conciudadanos (Bahía Blanca, 1975-1976). Ponencia presentada en las II Jornadas de Trabajo de la Red de Estudios sobre Represión y Violencia Política. Buenos Aires, 2016.

TOURIS, Claudia. Sociabilidades católicas post-conciliares. El caso de la constelación tercermundista en la Argentina (1966-1976). *Passagens. Revista Internacional de Historia Política e Cultura Jurídica*, Vol. 2, N° 3, 2010, pp. 130-158.

TOURIS, Claudia. Catolicismo y cultura política en la Argentina. La “constelación tercermundista” (1955-1976). Tesis de doctorado en Historia. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2012.

ZAPATA, Ana Belén. Andamios de experiencias: Conflictividad obrera, vigilancia y represión en Argentina. Bahía Blanca, 1966-1976. Tesis de posgrado. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de La Plata, 2014.

# SOCIEDAD, GUERRA DE MALVINAS Y “TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA”. LO POLÍTICO Y LA POLÍTICA EN NEUQUÉN (ARGENTINA) DURANTE EL CONFLICTO BÉLICO<sup>1</sup>

*Society, Malvinas war and “democratic transition”. The political and the politics in Neuquén (Argentina) during the war conflict*

Andrea Belén Rodríguez<sup>2</sup>

## RESUMEN

La investigación tiene como objetivo repensar una imagen muy difundida y cristalizada, que incluso ha permeado la historiografía argentina: aquella que concibe a la guerra de Malvinas como un momento de total excepcionalidad en las relaciones entre la sociedad civil y la última dictadura militar. Esa interpretación se centra en las múltiples muestras de apoyo al desembarco en las islas por parte de diversos actores sociales, lo que habría producido un reencuentro total y sin fisuras entre la sociedad y el régimen. En esta mirada, la guerra de Malvinas aparece como un momento disruptivo, que se diferencia del incremento de la protesta antes de la guerra y de la explosión social tras la derrota argentina. La guerra de Malvinas, entonces, aparece disociada de la “transición democrática”.

El artículo procura reintegrar la guerra de Malvinas a su coyuntura y pensar las continuidades y rupturas del momento bélico con el periodo de pre y posguerra, específicamente en lo que hace a la dimensión política. En concreto, aborda esa problemática en -y desde- Neuquén (una ciudad de la Norpatagonia argentina), focalizándose en el accionar político y público que desplegaron los integrantes de los partidos mayoritarios durante el conflicto bélico: las dirigencias partidarias y los jóvenes militantes del Movimiento Popular Neuquino, la Unión Cívica Radical y el Movimiento Nacional Justicialista. Las fuentes en las que se basa son principalmente la prensa regional, y, en segundo lugar, testimonios orales y documentos de las organizaciones.

*Palabras clave:* Guerra de Malvinas- Sociedad civil- Neuquén

---

1 Una versión preliminar de este trabajo fue presentada en “XIX Jornadas Interescuelas-Departamentos de Historia” realizadas en Rosario (Argentina) del 18 al 21 de septiembre de 2024.  
2 IPEHCS (CONICET-UNCO)- GENPAR (CEHEPYC-UNCO)- UNS. Argentina. E-mail: andrea\_belen\_rodriguez@yahoo.com

## ABSTRACT

The research aims to rethink a very widespread and crystallized image, which has permeated even Argentine historiography: the one that conceives the Malvinas war as a moment of total exceptionality in the relations between civil society and the last military dictatorship. This interpretation focuses on the multiple demonstrations of support for the landing on the islands by various social actors, which has produced a total and seamless reunion between society and the regime. From this vision, the Malvinas war appears as a disruptive moment, which differs from the increase in protests before the war and the social explosion after the defeat. The Malvinas war, then, appears dissociated from the “democratic transition”.

The paper attempts to reintegrate the Malvinas war into its context and think about the continuities and ruptures of the war moment with the pre- and post-war period, specifically with regard to the political dimension. Specifically, it addresses this problem in -and from- Neuquén (a city in North Patagonia, Argentina), focusing on the political and public actions carried out by the members of the majority parties during the war: the party leaders and the young militants of the Movimiento Popular Neuquino, the Unión Cívica Radical and the Movimiento Nacional Justicialista. The sources on which it is based are mainly the regional press, and, secondly, oral testimonies and documents from the organizations.

*Keywords: Malvinas war- Civil society- Neuquén*

## Introducción

La guerra de Malvinas fue un conflicto bélico entre Argentina y Gran Bretaña que se extendió entre abril y junio de 1982. La causa de la disputa fue la soberanía de las islas Malvinas, Georgias y Sándwich del Sur, territorios reclamados por Argentina desde que fueron tomados de facto por Inglaterra en 1833. Casi 150 años después de aquel hecho, el 2 de abril de 1982 tropas argentinas desembarcaron en el archipiélago. En ese entonces, la dictadura militar que gobernaba el país desde 1976, expandiendo el terrorismo de Estado en la sociedad argentina, se hallaba en una profunda crisis de legitimidad. Por ende, en la coyuntura crítica de 1982, el desembarco en Malvinas aparecía como la acción perfecta para las Fuerzas

Armadas (FF.AA.) para cumplir con dos objetivos, que no eran más que dos caras de la misma moneda: la recuperación de un archipiélago ansiado y anhelado por amplísimos sectores sociales, y a la vez la relegitimación de un régimen profundamente cuestionado por la crisis económica, los conflictos institucionales e intramilitares, y en menor medida las violaciones a los derechos humanos (DDHH). De hecho, el desembarco gozó de un amplísimo consenso y la sociedad se movilizó por distintos motivos, que iban desde la solidaridad con los combatientes al apoyo a las FF.AA. en todos los frentes. Sin embargo, la conflictividad social no desapareció a lo largo de los 74 días de la contienda y las demandas continuaron en pie, solo que se adaptaron al contexto y se camuflaron en otras prácticas. Tras un mes, el desembarco devino en una guerra impensada para los mandos militares, que finalizó en una derrota argentina con un costo social de 649 muertos y más de 1000 heridos, y un altísimo costo político: una deslegitimación social que determinó la disolución de la Junta Militar por primera vez luego de 6 años de gobierno. De allí en más se abrió un periodo de gran movilización social y política y de profundo desprestigio castrense hasta el retorno a la democracia en diciembre de 1983<sup>3</sup>.

El contraste entre la fuerte conflictividad social y política en los momentos de pre y posguerra con la disminución de la protesta en el ámbito público durante la contienda, es la base que ha estado en la imagen de la guerra como un momento de total unidad entre el régimen militar y la sociedad civil; imagen sobre la que la presente investigación pretende reflexionar. Es decir, tras la derrota argentina, en el sentido común se extendió una interpretación de la guerra de Malvinas, que incluso ha permeado la historiografía argentina: aquella que la concibe como un momento de total excepcionalidad en las relaciones entre la sociedad civil y la última dictadura militar. Esa imagen se centra en las múltiples muestras de apoyo al desembarco en las islas por parte de diversos actores sociales, lo que habría producido un reencuentro total y sin fisuras entre la sociedad y el régimen.

3 Sobre el impacto social de la guerra de Malvinas, ver: Guber, 2001; Lorenz, 2006. Asimismo, existen estudios regionales y locales que abordan la forma en que fue vivido el conflicto en distintos lugares de Argentina: el Chaco (Pratesi, 2010), Comodoro Rivadavia (Martínez y Olivares, 2013), Río Grande (Lorenz, 2010), Ushuaia (Otero, 2022), Rosario (Mut, 2023) y Tafi Viejo y San Miguel de Tucumán (Álvarez, 2023).

En esta mirada, la contienda bélica aparece como un momento disruptivo, que se diferencia del incremento de la protesta antes de la guerra y de la explosión social tras la derrota. La guerra de Malvinas, entonces, aparece disociada de la “transición democrática” (Rodríguez, 2022a, 2024).

El presente artículo procura matizar esa interpretación y reintegrar la guerra de Malvinas a su coyuntura, al pensar las continuidades y rupturas del momento bélico con el periodo de pre y posguerra, con respecto a la dimensión política. En una obra nodal sobre el conflicto, hace más de 15 años, Federico Lorenz (2006:47-59) planteaba que -en paralelo a las convocatorias del régimen para construir consenso y el consecuente fervor patriótico y movilización social- el contexto bélico había sido una oportunidad para construir nuevos espacios para hacer política. En los últimos años mis investigaciones han retomado esa propuesta inicial, para repensar la relación de la guerra de Malvinas con la “transición democrática” a partir de la experiencia de distintos sujetos sociales situados en la ciudad de Neuquén (la capital de la provincia homónima ubicada en la Norpatagonia argentina), en tanto esa limitada apertura política tuvo características disímiles a lo largo del país. Si, como indiqué en otro texto siguiendo a Luciano Alonso (2018:77), más que en “transición a la democracia” –concepto encorsetado solo en lo político-institucional- pensamos en términos de “democratización”<sup>4</sup>, la guerra de Malvinas aparece como un momento central para muchos actores en tanto posibilidad de empezar a correr los márgenes del régimen, de hablar y actuar de política públicamente, de cuestionar a la dictadura en múltiples aspectos –excepto, la guerra, en la mayoría de los casos-, y de reconstruir redes militantes. En ese sentido es que, desde la perspectiva de los sujetos sociales, podemos pensar la coyuntura bélica como un momento más de

4 Más precisamente, Alonso retoma el concepto “democratización” propuesto por Charles Tilly ya que “provee una prevención contra la noción simple de una transición dictadura-democracia asentada solamente en las formas legales del régimen político. Correlativamente y en no menor importancia, permite apreciar la erosión del poder dictatorial como un proceso complejo en el que fueron instalándose las disidencias, oposiciones y alternativas al Gobierno militar”, proceso en el que los partidos políticos fueron un actor más entre otros. Lo central, de cara a esta investigación, es considerar que ese concepto viene a revalorizar los cambio micropolíticos múltiples y cruzados en distintas dimensiones, niveles y espacios (sindicales, políticos, organismos de derechos humanos, culturales, etc.) que se produjeron en esa coyuntura, “transformaciones estas últimas muy distintas de la aplicación de los procedimientos constitucionales para la elección de cargos de gobierno, pero cargadas de nuevos sentidos sobre lo político y sobre las relaciones entre demandantes y autoridades” (Alonso, 2018:77)



esos procesos de democratización, de paulatina y regulada liberalización política (Rodríguez, 2024).

Esta investigación continúa con el propósito de abordar esa problemática en -y desde- Neuquén focalizándose en el accionar político y público que desplegaron los integrantes de los partidos mayoritarios durante el conflicto bélico: en particular, las dirigencias partidarias y los jóvenes militantes del Movimiento Popular Neuquino (MPN), la Unión Cívica Radical (UCR) y el Movimiento Nacional Justicialista (MNJ).<sup>5</sup> En concreto, el objetivo es reconstruir sus prácticas políticas y los nuevos espacios que ocuparon –ya fuese por propia iniciativa o habilitados oficialmente- anclados en distintos sentidos otorgados a la guerra y a la causa de soberanía, e historizar los mismos en las microcoyunturas del conflicto, teniendo presente la realidad bélica y la situación política a nivel nacional y provincial. En última instancia, el propósito consiste en identificar las diferencias y puntos en común que al respecto existieron tanto entre los distintos partidos como entre las generaciones de militantes.

Al reducir la escala de observación al ámbito local/neuquino, el artículo procura realizar un aporte para repensar las relaciones entre la sociedad civil y el régimen durante la guerra de Malvinas a partir del cruce de la historia sociocultural del conflicto bélico y el campo disciplinar que estudia las actitudes sociales en contextos autoritarios. Por un lado, la primera perspectiva interpreta la guerra como un fenómeno sociocultural –alejándose de la historia militar tradicional o el enfoque diplomático clásico-, y se centra en las experiencias, identidades y memorias de aquellos sujetos atravesados por el conflicto bélico, no solo los combatientes o familiares, sino las sociedades contendientes en general (Rodríguez, 2017). Por otro lado, en tanto la guerra de Malvinas fue un conflicto bélico internacional declarado por una dictadura militar, para esta investigación resultan nodales los aportes de la historiografía que apunta a pensar las actitudes sociales en contextos autoritarios. que propone centrarse en los comportamientos

---

5 La UCR y el MNJ eran los principales partidos argentinos, con fuerte presencia en todo el territorio nacional. En cambio, el MPN era una fuerza política provincial, que había surgido en 1961 como un “partido neoperonista” en el contexto de proscripción del peronismo. Es el partido hegemónico de Neuquén, que gobernó la provincia en forma ininterrumpida desde 1963 hasta 2023 en los periodos constitucionales y colaboró en los equipos técnicos de los regímenes militares. Ver: Favaro, 1999.

de la “gente corriente”, y sus relaciones múltiples y fluctuantes con el mundo del Estado, el poder y la política (Lvovich, 2018). Si bien el artículo no aborda solo militantes de base –como las juventudes– sino también las cúpulas partidarias, esa perspectiva ha sido central para pensar los cambios, variabilidades e incluso contradicciones de los comportamientos de los actores sociales en función del contexto represivo, del relajamiento o endurecimiento de los controles, entre otras variables.

Finalmente, el artículo se organiza en dos apartados. El primero aborda el estudio de las dirigencias partidarias y sus posicionamientos frente al conflicto, historizándolos en función de sus trayectorias y contemplando la coyuntura nacional y provincial. Como se trata de un estudio original, es el apartado más extenso porque requiere una reconstrucción detallada y fundamentada, basada principalmente en los periódicos locales, *Río Negro* (RN) y *La Trastienda* (LT)<sup>6</sup>. En cambio, el segundo apartado es más breve porque analiza la actuación de la agrupación multipartidaria denominada Juventudes Políticas de Neuquén, retomando y sintetizando una investigación ya publicada (Rodríguez, 2024).

## *Las dirigencias políticas neuquinas frente al conflicto*

La guerra de Malvinas impactó en las relaciones entre el régimen militar y las dirigencias políticas a nivel nacional<sup>7</sup> y, también –aunque con menor magnitud–, a nivel local. En particular, significó la apertura de nuevos espacios, con encuentros periódicos entre autoridades nacionales y las cúpulas de los principales partidos con representación nacional, aun

6 *Río Negro* es el principal diario de la Norpatagonia por su trayectoria –ya que fue fundado por el maestro Fernando Rajneri en 1912 y desde fines de los ‘50 comenzó a publicarse con una frecuencia diaria hasta el presente–, por su cobertura de noticias de las provincias de Neuquén y Río Negro, y por su amplísima distribución y llegada. *La Trastienda* fue un periódico neuquino de menor dimensión, duración y frecuencia (primero mensual y luego semanal). Nació en 1981 por iniciativa de un grupo de periodistas que buscaba una voz alternativa en plena dictadura y representar los intereses regionales, y en esta primera etapa su publicación se extendió hasta 1988. Luego, volvió a salir en el período 1997-2001, pero con un elenco de periodistas –en gran parte– distinto.

7 Esta síntesis sobre los cambios que inauguró la guerra en el plano de política interna, y en particular en la relación de los dirigentes políticos y el gobierno militar, está basada en las investigaciones de Quiroga (1994:292-300) y Yannuzzi (1996:495-550).

aquellos opositores que hasta el momento habían conservado la distancia con el régimen. Como afirman Quiroga (1994) y Yanuzzi (1996), el 2 de abril de 1982 dio origen a un nuevo escenario de encuentro entre ambos sectores fundado en un acuerdo básico: el consenso al desembarco en las islas Malvinas, legitimado por constituir un reclamo diplomático histórico de Argentina que con los años se había convertido en una causa nacional y popular (Guber, 2001). Por ende, los dirigentes políticos no fueron ajenos a la gran movilización social que se produjo como respuesta al desembarco. Pero tampoco fueron sus protagonistas: se desempeñaron como actores secundarios en un momento en el que la movilización era encauzada por organizaciones gremiales y profesionales, entidades sociales y culturales, y agrupaciones comunitarias.

Como vemos, la guerra inauguró un escenario inédito en la arena política. Si bien previamente se habían producido acercamientos entre el gobierno y las cúpulas partidarias producto de los infructuosos intentos de “diálogos políticos” desplegados por el régimen (1980/81), para fines de 1981 la paulatina reactivación de la actividad política se había traducido en un incremento de la protesta social en un contexto de crisis de la dictadura por el descalabro económico, la inestabilidad institucional y política, y –en menor medida– por el “problema de los desaparecidos”, como se lo denominaba entonces (Franco, 2018). En esta coyuntura, en los meses previos al conflicto, los partidos políticos mayoritarios habían irrumpido en la escena pública con la conformación de la Multipartidaria, un organismo que buscaba principalmente acordar la normalización institucional y el regreso al estado derecho. Ante la negativa de las FF.AA. de negociar la salida democrática, incluso habían comenzado un plan de lucha (en paralelo al del movimiento obrero) (Velázquez Ramírez, 2019:54). En este contexto de reorganización y visibilización, los sorprendió el desembarco en Malvinas, un acontecimiento impensado e impensable.

El impacto de la noticia de la “recuperación” del archipiélago produjo un doble movimiento en la arena política: las FF.AA. volvieron a recuperar la iniciativa y los dirigentes políticos debieron decidir qué actitud adoptar ante un hecho consumado, y en el proceso perdieron autonomía política (Yanuzzi, 1996:503). En un contexto de fervor patriótico y amplísimo respaldo social, la

gran mayoría optó por el consenso activo a un hecho que consideraban justo: inmediatamente publicaron comunicados de apoyo al conflicto, convocaron a las movilizaciones, e incluso, muchos de ellos viajaron a la asunción del nuevo gobierno en el archipiélago, y participaron en campañas para difundir los argumentos argentinos de soberanía en el exterior.

Tal como afirmamos en la introducción, esos realineamientos en la esfera política han contribuido a caracterizar esta coyuntura solo en términos de excepcionalidad y a interpretar este novedoso acercamiento entre gobierno–dirigentes como una “simbiosis” (Yanuzzi, 1996:505) o como una “mutabilidad espectacular” (Quiroga, 1994: 296). Sin embargo, habría que matizar esa mirada, porque -como reconocen los mismos Yanuzzi (1996:548) y Quiroga (1994:297)- ese apoyo explícito al conflicto no significó el silenciamiento de sus otras demandas, y si bien la protesta social contra el régimen disminuyó y de hecho la Multipartidaria estableció un paréntesis en su plan de lucha y prácticamente se corrió de la escena pública, los dirigentes políticos se adaptaron al contexto (Guber, 2001:41) y promovieron otras estrategias y espacios para reclamar a la dictadura por el regreso al estado de derecho y la crisis económica.

Así, aprovecharon cada reunión en las que las autoridades militares les informaban sobre la marcha del conflicto, para demandar por la concreción del estatuto de los partidos políticos, por un cronograma de normalización institucional, y por una modificación inmediata de las políticas económicas. Asimismo, las movilizaciones que realizaron en apoyo al conflicto, lejos quedaron de ocultar objetivos políticos: en un gran acto de la CGT con importante presencia de juventudes políticas, el cántico de la hora fue “Galtieri prestá mucha atención, Malvinas argentinas y el pueblo de Perón” (Quiroga, 1994:297). Entonces, las demandas continuaron al igual que antes de la guerra tanto en espacios públicos e inorgánicos como otros oficiales –con mayor o menor insistencia y apremio según la fuerza partidaria y la situación bélica-, pero quedaron en un segundo plano porque el conflicto de Malvinas pasó a ser la cuestión política central (Yannuzzi, 1996:549).

Este renovado acercamiento dio pie a que la idea de una transición pactada entre civiles y militares volviera a instalarse en la agenda pública

(Quiroga, 1994:292-293) junto a una esperanza de una rápida democratización. Ello se advierte claramente en la superficie de los diarios, en cuyos editoriales aparecían todo tipo de especulaciones sobre los futuros cambios políticos en la posguerra. Un ejemplo claro al respecto es el editorial "Cambios inevitables" del periodista Jorge López:

En materia política, la confrontación con Gran Bretaña ha abierto una nueva relación de régimen militar con la sociedad, y en especial con las dirigencias de los partidos, por varios años vedada e ignorada y desde hace un mes con abierto acceso a los despachos oficiales.

Solo ese detalle basta para inferir el grado de las correcciones que deberá formularse un gobierno que hasta ahora gustó manejarse sin plazos y posponiendo la elaboración concreta de todo plan que desembocara resueltamente en la democratización (RN, 21/05/1982).

Los rumores fueron muchos y muy diversos, y las declaraciones de los principales dirigentes también. Sin embargo, el régimen militar desplegó una actitud contradictoria que lejos estaba de aportar claridad al panorama y de responder con contundencia a la normalización institucional que tanto demandaban los dirigentes: así como el Ministro del Interior, el general Saint Jean, indicaba que el estatuto de partidos políticos estaba casi terminado y que el conflicto no demoraría la democratización (RN, 17/04/1982), el presidente de facto Galtieri –por el contrario– afirmaba que no había ningún cronograma al respecto y que no había nada decidido. Esta actitud ambivalente fue cuestionada por las cúpulas partidarias e incluso por la prensa, ya que consideraban que si el régimen había buscado el apoyo del pueblo cuando más lo necesitó, ahora debería responder en consecuencia, devolviéndole los derechos conculcados a esta sociedad que había demostrado su madurez y crecimiento (RN, 11/06/1982).

Al igual que a nivel nacional, la sociedad neuquina vivió la noticia del desembarco con fervor patriótico, movilizándose a las plazas y calles para demostrar su alegría por la toma de las islas. En este escenario, la arena política no quedó al margen y la relación entre el gobierno y los dirigentes

también se vio impactada por la noticia, aunque con dinámicas propias. En términos generales, es importante recalcar que —al igual que ocurrió en el ámbito nacional— los partidos políticos no fueron los actores centrales de la hora, ni menos aún de la movilización bélica. Más bien se mantuvieron en un lugar discreto y moderado, aunque variaron su grado de compromiso y exposición en función de la coyuntura bélica y de los sentidos que le otorgaban al conflicto (con la excepción del accionar del MNJ en abril, como veremos). Tengamos presente que, tras los infructuosos intentos de “diálogos políticos” llevados a cabo por el gobierno, los tres partidos habían comenzado a reorganizarse lentamente, sus dirigentes habían participado en la creación de organizaciones políticas opositoras al régimen —como Convergencia y Multipartidaria<sup>8</sup>— e incluso, en noviembre de 1981, habían realizado el primer acto público en dictadura, en el que aprovecharon la conmemoración de la batalla de la Vuelta de Obligado, para expresarse en defensa de la soberanía en todos los ámbitos (RN, 23/11/1981).

Por ende, la noticia del desembarco en Malvinas el 2 de abril de 1982 ubicó a los dirigentes partidarios en la encrucijada de decidir qué actitud adoptar frente a una acción que venía a hacer realidad la restitución de las islas largamente reclamada pero realizada por un régimen militar en crisis, y contra el que venían alzando su voz. A los dirigentes del MPN y sobre todo de la UCR, esa situación les generó incomodidad.

---

8 Convergencia fue una organización multisectorial creada en 1981 y que reunió a título personal a referentes políticos, gremiales y patronales para luchar por la normalización institucional. Por su parte, a mediados de ese mismo año los partidos políticos tradicionales conformaron la Multipartidaria provincial con el objeto de demandar —entre otras cuestiones— por el restablecimiento del estado de derecho, la reafirmación de los principios federalistas, el cambio en el rumbo económico y una respuesta por el destino de los desaparecidos. Sin embargo, la Multipartidaria neuquina tuvo una errática trayectoria dado los conflictos continuos entre los representantes del PJ y el MPN (García, 2018; Rafart, 2019). De todas formas, como afirma Azconegui (s/f), la relación entre el régimen militar y estos partidos políticos fue dilemática. Porque, por un lado, se vieron afectados por el congelamiento de la actividad partidaria y la represión desplegada por el régimen. Sin embargo, ello no implicó que no existieran vínculos entre ambos actores desde el golpe de estado. A nivel nacional, la UCR y el PJ aportaron de sus filas para formar parte de gobiernos municipales (Lvovich, 2009). En particular, a nivel provincial, los miembros del MPN que eran parte de los equipos técnicos del COPADE (Consejo de Planificación y Acción para el Desarrollo) permanecieron en el organismo durante la dictadura, lo que se ve en las continuidades de las políticas económicas provinciales.

Tras el desembarco, la cúpula del MPN emitió un comunicado de apoyo al operativo (RN, 04/04/1982)- y el 10 de abril, Elías Sapag (el titular de la junta de gobierno y consejo asesor del MPN) envió un telegrama al presidente en nombre de su partido en el que adhería a la movilización por la llegada del mediador norteamericano Haig, ya que el conflicto estaba basado en una causa soberana y justa, y finalizaba comprometiendo todo su apoyo para “consolidar la preservación de nuestra integridad territorial” (RN, 10/04/1982). Sin embargo, los dirigentes del partido provincial no fueron más allá de estas adhesiones formales, que no se volvieron a repetir durante el conflicto. De hecho, mantuvieron inactivos a sus cuadros, no se sumaron a las convocatorias oficiales, y se limitaron a participar en algunas acciones realizadas por otras entidades como un actor más. Sólo tomaron protagonismo en la reunión excepcional convocada por el gobierno provincial, que analizaremos más adelante.

Por su parte, los dirigentes radicales ni siquiera se pronunciaron oficialmente hasta los últimos días de la guerra –cuando emitieron un mensaje crítico, como veremos- y en abril solo atinaron a ganar tiempo, informando que se estaban reuniendo para evaluar qué posicionamiento asumir en este contexto. En ese comunicado, de paso, realizaban un cuestionamiento entrelíneas al recordar la falta de libertades que regía por la ausencia de un estado de derecho, ya que invitaban al encuentro “a todos los afiliados y a aquellos ciudadanos que comparten el ideario radical y que no están afiliados como consecuencia del congelamiento de las actividades políticas impuestas por el actual régimen” (RN, 17/04/1982).<sup>9</sup>

Distinta fue la actitud que adoptaron los dirigentes del MNJ durante el mes de abril. Ni bien conocida la noticia, las diversas corrientes

---

9 Desde el golpe de estado, la UCR se hallaba dividida principalmente en dos líneas: una más moderada en su distanciamiento del régimen (liderada primero por Ricardo Balbín y luego de su muerte en 1981, por Carlos Contín), y otra de oposición frontal a la dictadura, liderada por Raúl Alfonsín (y encarnada en el Movimiento de Renovación y Cambio) (Velázquez, Ramírez, 2019:3-39). Como una continuidad de esas tendencias, ambos dirigentes adoptaron distintas actitudes frente al conflicto bélico: Contín dio un apoyo categórico a las FF.AA. a lo largo de todo el conflicto, mientras Alfonsín avaló en un principio el desembarco, pero rápidamente se distanció para demandar el regreso inmediato al estado de derecho (Quiroga, 1994). Si bien estas mismas tensiones y debates se replicaban en las dirigencias radicales de Neuquén, para 1982 las dos visitas realizadas por Alfonsín a la región en los meses de febrero y octubre parecen demostrar un vínculo más estrecho entre los dirigentes locales con la tendencia que él lideraba.

internas del partido<sup>10</sup> enviaron comunicados de adhesión, sumándose al fervor patriótico (RN, 04/04/1982). Pero, luego, fueron mucho más allá en su compromiso: la línea del MNJ que respondía a la intervención de Alberto Nieves, junto a las 62 Organizaciones y a la CGT alineada al justicialismo, organizaron campañas de solidaridad, suspendieron todas las medidas de fuerza, replegaron los otros reclamos, e incluso se declararon en “Asamblea Permanente en Apoyo a las FF.AA.”. El contraste entre el apoyo categórico y acrítico desplegado por el MNJ y la moderación del resto de los nucleamientos fue tan evidente –advertida incluso por los medios de comunicación (RN, 11/04/1982)–, que el interventor del partido se vio obligado a convocar a una conferencia de prensa para explicar su posicionamiento. Desde su perspectiva, la coyuntura no cabía para medias tintas: si bien reconocía que los peronistas eran adversarios del gobierno, “un adversario leal reconoce cuando debe reconocer y critica cuando se debe criticar”; por ende, en esta oportunidad no podía haber otra actitud más que la de respaldo y solidaridad hacia las FF.AA. porque “para un argentino seguro, no hay disenso posible con la decisión tomada respecto a la reintegración de las Malvinas”. Incluso, respondiendo a sectores que calificaba de “borgianos”, Nieves no tenía reparos en ensalzar la acción de las FF.AA. en una guerra concebida como patriótica y antiimperialista, y por ende justa:

... hay muchos Borgianos que hoy se sienten molestos de que, a quienes acusaron de no conocer ni el silbido de una bala, hayan demostrado ser capaces de efectuar una

10 El MNJ se encontraba profundamente fragmentado debido a dinámicas nacionales y provinciales, lo que dificultaba su reorganización tras los embates de la represión. En cuanto a las primeras, la fragmentación del partido era un proceso que provenía desde la década del '70, profundizado por la crisis desatada tras la muerte de Perón y las disputas por la “herencia” de su liderazgo. En cuanto a las segundas, el PJ provincial acarrea los efectos no solo de la suspensión de las actividades en dictadura sino de la mala elección en 1973, tras el aplastante triunfo del MPN. Ante este panorama y con el objeto de “ordenar” la reorganización partidaria en Neuquén, en 1981 la corriente sindical y política hegemónica del MNJ (vinculada a las 62 Organizaciones Peronistas), decidió intervenir el partido provincial con la figura de Alberto Nieves, peronista ortodoxo con estrechos vínculos con el régimen militar. De esta forma, desconocía el trabajo que estaban llevando adelante jóvenes militantes con cierta adscripción en la Juventud Peronista en los '70, que estaban reorganizando el partido desde un posicionamiento opositor a la dictadura y buscando una mayor democratización del movimiento. Esa corriente continuó militando en el partido, en otros espacios como el Ateneo Arturo Jauretche y el Centro de Estudios Neuquinos, y se opusieron al accionar centralista y conservador de Nieves (Favaro, 2018; Rafart, 2019).



acción de guerra, llevando como consigna vencer, morir y no matar y haberlo logrado. Nosotros no podemos dejar de valorarlo y eso hace que estemos al lado de nuestro ejército, nuestras FF.AA. Hay un tiempo para cada cosa, y este es el tiempo de estar al servicio de la Patria (RN, 10/04/1982).<sup>11</sup>

Esta actitud sumamente acrítica y de cercanía con las FF.AA. desplegada por el ala ortodoxa y verticalista del MNJ –junto a sus socias dentro del movimiento obrero– no sorprende si tenemos presente dos cuestiones. Por un lado, que en el pasado el interventor Nievas había revistado como suboficial del Ejército –cuestión que era percibida con resquemor por los jóvenes del partido e incluso fue motivo de público cuestionamiento por connivencia con el régimen en la posguerra (Rafart, 2019:115). Por otro lado, estas agrupaciones compartían con la corporación castrense nociones básicas sobre el rol de las FF.AA. y la defensa nacional –y en particular el reconocimiento de la “lucha antisubversiva”–, y habían comenzado a distanciarse de la dictadura tardíamente tras la crisis económica producto de políticas denunciadas como “antinacionales”. Tras el 2 de abril, el reencuentro entre ambos actores era posible porque las FF.AA. parecían nuevamente cumplir con su rol histórico: la defensa de la soberanía, esta vez haciendo realidad la ansiada recuperación del archipiélago irredento (Rodríguez, 2022b).

El MNJ mantuvo ese apoyo público, activo y acrítico al desembarco hasta fines de abril. Incluso, el avance en el conflicto y las primeras muertes parecieron ratificar y profundizar su compromiso en pos de la recuperación de las islas, a diferencia de otros actores locales. Ese contraste se evidencia claramente con la noticia de la muerte de Jorge Águila, un humilde joven conscripto del interior neuquino, que falleció en la toma de las islas Georgias y cuyo cuerpo tuvo una multitudinaria recepción el 9 de abril en Cutral Co y Paso Aguerre (de donde era oriundo). Si ese acontecimiento pudo haber provocado cierta medida y reflexión en algunos sectores de la sociedad neuquina –según afirmaba el editorialista del Río Negro (11/04/1982)– e incluso una radicalización del pacifismo por parte de la Iglesia Católica y

11 Es posible inferir que calificaba de “Borgianos” a aquellos que –como el escritor Jorge Luis Borges desde 1980– habían adoptado una perspectiva crítica sobre las FF.AA. por su rol en el terrorismo de Estado. Sobre el devenir del comportamiento del escritor frente al régimen, ver: De Diego, 2003.

los organismos de DDHH (Rodríguez, 2022b), las agrupaciones peronistas decodificaron esa muerte inscribiéndola en el tradicional culto patriótico a los muertos: ahora que había sangre derramada en las islas, el resto de los soldados tenía que imitar esa valentía, esfuerzo y sacrificio en pos de cumplir con el objetivo irrenunciable e innegociable. Ello no solo se evidencia en la “Elegía al soldado Águila” que publicó la CGT justicialista, sino también en la distribución de panfletos belicistas y exitistas por parte de integrantes de las tres agrupaciones peronistas en el marco de la Marcha por la Paz organizada por la Iglesia Católica el 23 de abril, que buscaban disputar el sentido que allí se le daba al conflicto<sup>12</sup>.

Las actitudes heterogéneas de los dirigentes de los tres principales partidos neuquinos se hicieron aún más evidente en un hito clave para pensar la relación entre el gobierno de facto provincial y la sociedad: las reuniones convocadas por el gobernador, el general Domingo Trimarco, a fines de abril, en las que fueron invitados diversos sectores sociales, políticos y económicos con el fin de informar sobre la marcha del conflicto.

Esta ronda de reuniones fue un acontecimiento excepcional en la provincia, a diferencia de lo que ocurría en el plano nacional, en el que los encuentros entre las autoridades y las dirigencias partidarias fueron moneda corriente por lo menos durante el mes de abril (no así en mayo). Tras un encuentro entre el Ministro del Interior Saint Jean y los gobernadores en el que les informó sobre el conflicto (RN, 21/04/1982), estos convocaron a reuniones semejantes en sus respectivas provincias con distintos sectores locales.

Se trataba de una coyuntura clave: la Task Force seguía avanzando y las negociaciones diplomáticas estaban estancadas y cada vez más empantanadas, al punto que el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, Lami Dozo, afirmaba “Estamos a mitad de camino entre la guerra y la paz” (RN, 22/04/1982). En paralelo, desde mediados de abril, algunos actores habían comenzado a alzar su voz con distintas demandas que, si bien no estaban ausentes de la esfera pública desde el 2 de abril, habían quedado en un lugar relegado. Ahora que ya había pasado el entusiasmo inicial, ciertos sectores se animaban a desafiar al gobierno más públicamente: algunos cuestionando

12 Como analizamos en Rodríguez (2022b), estas actitudes opuestas frente al conflicto condujeron a una disputa pública sobre el sentido de la guerra en plena contienda bélica.

la alternativa de la guerra para resolver diferendos (el ganador del premio Nobel de la Paz, Adolfo Pérez Esquivel, y algunos obispos católicos, como el rionegrino Hesayne y el neuquino De Nevares, RN, 17/04/1982 y 20/04/1982; Rodríguez, 2022b) o el momento y las consecuencias geopolíticas para la toma de las islas (Movimiento de Integración y Desarrollo –MID-, RN, 23/04/1982), otros reclamando por una democratización sin dilaciones, sin importar la coyuntura Malvinas (MID, MNJ nacional, Democracia Cristiana, RN, 17/04, 18/04 y 23/04/1982) y muchos exigiendo el cambio urgente de las políticas económicas. Por su parte, algunas voces aisladas pedían por la libertad de los presos políticos y por la cuestión de los desaparecidos (como ciertos sindicatos peronistas, y los organismos de DDHH, RN, 16-17/04/1982). Aunque todos ellos siempre con un límite infranqueable: el no cuestionamiento explícito de la justicia de la causa de soberanía y del desembarco en sí.<sup>13</sup>

Dado el clima político en el que se llevó adelante esa convocatoria de reuniones a nivel provincial, podría pensarse que el gobierno nacional buscaba auscultar la opinión pública sobre los caminos a seguir para resolver el conflicto (¿guerra o paz? ¿cuánto ceder en las negociaciones?) y

13

Aunque algunos sí abrieron interrogantes sobre la toma de las islas entre líneas, sugiriendo si no habría otros motivos detrás del desembarco, y advirtieron contra el uso político que el gobierno le podría dar a la explosión de compromiso patriótico tras el 2 de abril para ocultar sus debilidades y la crisis reinante. Entre ellos: la diócesis neuquina de la Iglesia Católica (Rodríguez, 2022a), algunos organismos de DDHH y el premio nobel de la Paz Pérez Esquivel (RN, 16/04/1982) y ciertos dirigentes partidarios como el ex presidente Arturo Illia (Clarín, 06/04/1982). Incluso, a mediados de abril, la prensa comenzó a reflexionar sobre cuáles eran los límites del apoyo al gobierno. En el lúcido editorial “¿Aval sin limitaciones?”, el periodista Jorge López reflexionaba al respecto: “Sin adquirir aun el valor de resquicios, en el sólido frente de opinión creado en torno de la recuperación de las islas Malvinas, asoman algunos movimientos que revelan una notoria preocupación por la situación interna y que dejan vislumbrar con claridad la magnitud que ella adquirirá cuando la emergencia exterior deje de estar pintada, como hasta hoy, por perfiles ciertamente dramáticos./Para definir ese ambiente aun en gestación y del que solo asoman tibios indicios, diríase que una cosa es afirmar el derecho y la legitimidad argentina sobre las islas, y otra cosa extender ese aval al manejo político concreto de la situación y menos aún a la conducción del resto de la problemática interna./ Se trata en verdad de un debate que se halla en gestación y cuya explicitación pública se torna elemental. En estos días, casi no hay dirigente –de ningún sector de la sociedad- que se anime a formular reflexiones, a plantear matices sobre la difícil situación que se atraviesa, por temor a que su voz pueda ser confundida o malinterpretada. / Se ha suscitado un ambiente al parecer solo propicio para el eslogan fervoroso, al grito de entusiasmo. Claro que, precisamente, allí está el desafío que siempre debe afrontar quien se considere dirigente...” (RN, 16/04/1982). Y luego ejemplificaba con indicios concretos los límites del aval al gobierno por parte de algunos sectores

evaluar el margen de maniobra en las tratativas diplomáticas –y el grado de consenso en cada caso. Más aún, si tenemos presente que la Junta Militar realizaba constantes sondeos de opinión y encuestas al respecto. De hecho, las declaraciones del gobernador Trimarco tras la reunión con el Ministro del Interior también parecen ser un indicio en ese sentido: ni bien regresó a Neuquén afirmó que “la posibilidad de llegar a un entendimiento está basada en resignaciones por ambos sectores” y que por ende “debemos aprestarnos a tener que llegar a evaluar una serie de proposiciones que quizás no estemos inmediatamente preparados para acertar, como creo que debe ocurrir en Inglaterra, en donde se considera nuestra posición” (RN, 22/04/1982).

En Neuquén, entre el 22 y 24 de abril el gobierno provincial llevó adelante una intensa agenda de reuniones que abarcó una amplia gama de agrupaciones: los partidos políticos, las dos ramas de la CGT, entidades económicas y clubes (además de otros sectores gubernamentales, como los intendentes). Esa amplitud dejó más en evidencia las exclusiones: la Iglesia Católica no fue invitada a la ronda de encuentros, lo que no sorprende si tenemos presente su férrea oposición al régimen y la denuncia de las violaciones a los DDHH cometidos por este (Azconegui, 2021), y su demanda por la paz en el marco de la guerra (Rodríguez, 2022b).

En particular, sobre los actores que son el eje de esta investigación, el gobernador Trimarco llevó a cabo cuatro reuniones: la primera con los dirigentes del MPN (reconociendo así el lugar de preponderancia de este partido en la arena provincial), la segunda y tercera, con las autoridades de la UCR y el MNJ respectivamente, y la cuarta con otras agrupaciones partidarias menores (Línea Popular, Democracia Cristiana, MID, y Democracia Progresista). En todas las reuniones, el gobernador dio un informe detallado del operativo militar y el desarrollo de las negociaciones. Pero los encuentros no se limitaron a ser un monólogo oficial. Dado que el canal estaba abierto por primera vez, los dirigentes aprovecharon este nuevo espacio para expresar sus miradas sobre la guerra, y en algunos casos ir más allá, planteando sus demandas y sus opiniones respecto no solo al conflicto Malvinas sino principalmente a la situación económica y política del país y de la provincia. Es en la mayor o menor moderación de sus actitudes, en

las que nuevamente podemos identificar diferencias entre los tres partidos y cierta continuidad de sus comportamientos desde el 2 de abril.

En la reunión con el MPN, la atención estuvo puesta en la presencia de Felipe Sapag, histórico líder del partido y gobernador de Neuquén en distintos períodos. Tanto Sapag como el resto de los dirigentes focalizaron en un reclamo en particular que tenía a la provincia como eje: demandaron el cambio de la política económica, en particular aquella que buscaba enajenar los recursos del subsuelo, y que por ende era contradictoria con la defensa de la soberanía en otros ámbitos. En concreto, y retomando la bandera del federalismo característica del partido (Favaro, 1999), cuestionaron la proclamada privatización de las empresas productoras de energía hidrocarburífera (YPF) e hidroeléctrica (Hidronor) -nodales para la provincia- y pidieron medidas para favorecer a los productores. Finalmente, también reclamaron que se hicieran pasos concretos para el regreso al estado de derecho: “en el retorno a la Constitución está la salida” (RN, 23/04/1982).

En segundo lugar, en representación de la UCR, asistieron los dirigentes de gran trayectoria Luis Vesco, Hugo Facal, Carlos y Armando Vidal y Rodolfo Quezada. Según Quezada, ellos también destacaron la iniciativa oficial, así como aprovecharon el momento para plantear demandas similares que sus pares del MPN. Partiendo de la idea central que la defensa de la soberanía no debía agotarse en lo territorial, sino que debía ser integral, reclamaron el cambio de la política económica “para devolverle al país su plena capacidad productiva” –en términos generales– y la urgente institucionalización (RN, 25/04/1982).

Por último, el interventor Nieves asistió junto a otros dirigentes históricos del justicialismo provincial. En este caso, una vez más se advierte el apoyo explícito y categórico del ala verticalista del MNJ, al punto que en la conferencia de prensa tras el encuentro no expresaron otros reclamos ni sugerencias, por lo menos en boca de Nieves quien afirmó que no podía haber “posibilidad moral de disenso” entre los argentinos frente al desembarco en las islas y por ello había que dejar a un lado otros objetivos y demandas que hasta el 2 de abril era prioritarias. Más aun, enfatizó que no había “renunciamento ni traición a la clase trabajadora” y que seguían siendo adversarios al gobierno, pero que dado “el momento especial que

vive la república no da para ningún tipo de condicionamiento. Acá no hay nada que negociar porque los intereses de la Nación están sobre todas las cosas” (RN, 25/04/1982). Entonces, a diferencia de los otros dos partidos que aprovecharon el nuevo espacio para plantear otras demandas urgentes, el MNJ participó solo para dar un respaldo categórico dado que la consigna de la hora era patria o colonia, liberación o dependencia.

Las reuniones de abril fueron un momento excepcional: hasta el momento, las cúpulas partidarias en su conjunto nunca se habían reunido con las autoridades militares, ya fuera porque el gobernador se había negado a convocar al “diálogo político” o porque los propios dirigentes se habían opuesto a asistir a las reuniones cuando los invitaron (Azconegui, s/f y García, 2018). De hecho, así lo interpretó la prensa contemporánea. Tanto las editoriales del periódico *Río Negro* (25/04/1982) como *La Trastienda* (29/04/1982) hicieron hincapié en estos encuentros y especularon sobre los cambios políticos que había traído la coyuntura Malvinas, los nuevos acercamientos y cierta apertura del régimen para discutir temas antes impensados, y lo que eso significaría en el futuro en cuanto a institucionalización democrática y las distintas formas en que podría producirse la convergencia cívico-militar.

Sin embargo, es necesario tener presente que se trató de un acontecimiento excepcional en todo sentido: no hubo otra ronda de reuniones convocada por el gobierno provincial ni durante el conflicto ni en la posguerra. Es decir, ese acercamiento que tantas especulaciones motivó sobre los cambios que presuntamente alumbraba en la relación entre gobierno de facto-dirigentes políticos, finalmente se restringió a un solo encuentro aislado. Entonces, es importante tener presente esa ronda de reuniones que solo pudo ser posible por el consenso Malvinas, pero hay que considerarla en su justa medida y no sobredimensionar su relevancia. Ya que luego de ese encuentro, los dirigentes partidarios volvieron a ocupar un rol secundario y un perfil moderado en la esfera pública -ahora incluso el MNJ que perdió la vitalidad desplegada en el mes de abril-, y de hecho no se sumaron a ningún acto oficial realizado por el gobierno, como los del 25 y 29 de mayo (en conmemoración de la Revolución de Mayo y del Día de Ejército) o el

del 10 de junio (por el Día de afirmación de los derechos argentinos en las islas Malvinas).

En términos generales, durante mayo parece haberse producido cierto congelamiento de la política tanto a nivel nacional como provincial, tal vez vinculado al fracaso de la misión mediadora norteamericana de Alexander Haig y el inicio de las acciones bélicas en las islas con la consecuente pérdida de vidas. En concreto, desde las declaraciones tras el encuentro con el gobernador, los dirigentes del peronismo histórico dejaron de difundir comunicados sobre el sentido del conflicto ni tampoco llevaron a cabo nuevas campañas de solidaridad; en una palabra, prácticamente desaparecieron de la esfera pública<sup>14</sup>. Por su parte, las autoridades del MPN continuaron con el perfil moderado desplegado desde el inicio, asistiendo a algunos actos organizados por otras entidades, pero no en nombre del partido: por ejemplo, Luis Sapag –hijo de Felipe y líder de la juventud del partido– habló como representante de la comunidad sirio-libanesa en el acto organizado por las colectividades extranjeras (RN, 25/04/1982), y Felipe Sapag asistió a la misa organizada por la UCR, que analizaremos a continuación.

En una coyuntura en la que los tiempos para una salida negociada parecían estrecharse a medida que las acciones en el campo de batalla se recrudecían, los dirigentes de la UCR cobraron protagonismo. Como vimos, su ausencia de la esfera pública había sido casi total –con la excepción de la reunión con el gobernador de fines de abril–, al punto que ni siquiera habían emitido un comunicado con su postura frente al conflicto. Sin embargo, a principios de junio salieron de su letargo y organizaron una misa “por una paz digna y justa” y por los jóvenes combatientes, a la que asistieron gran parte de las autoridades provinciales –incluso el gobernador Trimarco– y las cúpulas partidarias. En ella el obispo “abogó por una solución pacífica y condenó la guerra y cualquier otra manifestación violenta” (RN, 06/06/1982)

14 Sólo el 1º de Mayo el MNJ publicó un brevísimo comunicado por el Día del Trabajador (que sorprende por su falta de cuestionamiento a las políticas económicas, un punto común entre las voces opositoras de la dictadura, más aún de las agrupaciones que representaban a trabajadores), y luego la CGT alineada al justicialismo (pero no la cúpula del MNJ) emitió breves declaraciones por la conmemoración del 25 de Mayo y en ocasión de la visita del Papa, en las que tímidamente retomaron el reclamo por la soberanía integral, que habían silenciado desde el 2 de abril (Rodríguez, 2022b). Un dato a destacar al respecto es la ausencia del interventor Nieves, que deja de aparecer firmando los comunicados o hablando en representación del MNJ, la CGT o las 62 Organizaciones hasta el final del conflicto. Ver: RN, 01/05, 24/05 y 10/06/1982

El momento no podía ser más oportuno: el Papa Juan Pablo II había anunciado su visita a Argentina y como consecuencia varias agrupaciones se habían mostrado regocijadas por la visita del “mensajero de la paz”. De hecho, en Neuquén, la Iglesia Católica aprovechó la coyuntura para volver a manifestarse públicamente –luego de la Marcha por la Paz de fines de abril- radicalizando su pacifismo y cuestionando la guerra como una opción válida para recuperar las islas (Rodríguez, 2022b). Paralelamente, en esos días de fines de mayo y principios de junio, algunas cuestiones vinculadas a la agenda política del régimen y al accionar de las dirigencias partidarias volvieron a ocupar el espacio público nacional. Tras un nuevo y último encuentro entre el gobierno nacional y los dirigentes políticos en la conmemoración del 25 de mayo (luego de un mes sin reuniones oficiales), cada actor pareció distanciarse e ir por carriles separados en los últimos días de la guerra: mientras los partidos políticos comenzaron a reorganizarse y la Multipartidaria se reunió para actualizar su último documento, las autoridades militares continuaron con sus mensajes poco claros y contradictorios sobre la futura democratización.

En este contexto de leve reactivación de la actividad política, es que la UCR neuquina pasó a ocupar el espacio público con una voz crítica hacia el régimen. En efecto, previo a la celebración de la misa, los dirigentes radicales emitieron un comunicado, el primero del partido desde el 2 de abril, en el que esclarecían su postura frente a la situación actual. En primer lugar, realizaban una reflexión sobre el lugar de Argentina en el mundo y el funcionamiento de las relaciones internacionales, en el que –implícitamente- avalaban la causa de soberanía de las islas y el accionar militar al hablar de las potencias imperialistas y sus contradicciones entre los hechos y las palabras. En segundo lugar, cuestionaban en forma lapidaria las políticas económicas del régimen inscribiéndolas en una línea histórica de vinculación colonial con Gran Bretaña, y demandaban su modificación junto a un urgente retorno al estado de derecho “no para un futuro hipotético sino para un futuro que comience ahora mismo y que debemos construir a partir de un compromiso y de un programa político que implique rectificaciones profundas e inmediatas”. En ese apartado, el comunicado era tajante y no daba lugar a lecturas entrelíneas: “la gravedad del momento actual no



puede ser un argumento para postergar la democratización argentina” ya que el “restablecimiento de la soberanía popular fortalecerá la defensa de la soberanía territorial” (RN, 06/06/1982).

En los tramos finales del conflicto, entonces, las dirigencias del MNJ prácticamente desaparecieron de la esfera pública, sus pares del MPN continuaron con su rol sumamente moderado y la cúpula de la UCR asumió un leve y tardío compromiso, demandado un regreso inmediato al estado de derecho. Fue en estos momentos de transición del congelamiento a una leve revitalización política, cuando los jóvenes militantes de los tres partidos provinciales decidieron organizarse para conformar la agrupación Juventudes Políticas de Neuquén, que rápidamente conquistó un lugar en la arena local.

### *Juventudes Políticas de Neuquén: nacimiento ante la orfandad*<sup>15</sup>

El 24 de mayo de 1982, jóvenes militantes del MPN, MJP y UCR crearon las Juventudes Políticas de Neuquén, una agrupación que tuvo una actuación breve durante el conflicto, pero intensa y vertiginosa, y que quebró el virtual congelamiento o parálisis en la arena política que pareció expandirse tras el inicio de las acciones bélicas en las islas en mayo. Como indicaban en sus comunicados, se trataba de una organización autoconvocada por los jóvenes -es decir, que no seguía el mandato o directiva de ningún partido en particular-, que buscaba dejar a un lado sus diferencias partidarias, para encontrar puntos comunes respecto a cuestiones fundamentales de la actualidad argentina.

Dos coincidencias básicas fueron la base de sustentación de la agrupación multipartidaria: la valoración de la democracia y de los organismos amplios y masivos para luchar por ella. Por un lado, los dirigentes juveniles de los tres partidos portaban trayectorias de militancia en los ‘70, momento en el que se manifestaron públicamente en defensa de la democracia —como forma de gobierno—, cuestionando la lucha armada en el marco del tercer

15 En este apartado retomo y sintetizo la reconstrucción sobre el origen de las Juventudes Políticas de Neuquén realizada en Rodríguez (2024), en base a documentación de la agrupación, fuentes orales y diarios regionales.

peronismo. Por otro lado, influenciados por la Multipartidaria Nacional pero también por sus propias trayectorias partidarias, las tres Juventudes compartían su creencia en la necesidad de llegar a acuerdos mínimos con otros sectores –dejando a un lado intereses particulares-, y conformar organismos multipartidarios o multisectoriales para luchar por objetivos comunes: en este caso, el regreso al estado de derecho y el cambio de la política económica. En términos generales, buscaban la unidad del “campo popular” para luchar por la soberanía en forma integral.

En la organización multipartidaria parecen haber tenido un rol central los jóvenes peronistas que integraban el Ateneo Arturo Jauretche y el Centro de Estudios Neuquinos (CEN), agrupaciones creadas en 1981 con el objeto de comenzar a reorganizarse políticamente –tras los años más álgidos de terror. Si bien los tres partidos contaban con jóvenes que tenían trayectoria de militancia desde los ‘70, para principios de 1982 los militantes justicialistas eran un grupo mejor constituido y con cierta organización y visibilización; de hecho, eran los únicos que contaban con sede propia.<sup>16</sup> Incluso, los jóvenes del Ateneo y del CEN emitieron comunicados con su posición frente al conflicto desde el mismo 2 de abril, accionar que no desplegaron las otras dos juventudes partidarias.<sup>17</sup>

En concreto, la agrupación Juventudes Políticas de Neuquén surgió a fines de mayo, cuando la guerra ya había llegado a un punto de no retorno, y rápidamente conquistó un lugar propio en la sociedad y política neuquina mediante una serie de acciones de contenido simbólico y práctico. Entre ellas, encontramos la difusión de continuos comunicados que transmitían su posicionamiento frente al conflicto bélico, frente a la situación política y

16 En los inicios del Ateneo, sus referentes eran jóvenes que en los ‘70 habían formado parte de organismos juveniles ligados a “la ortodoxia peronista”, como Encuadramiento o Juventud Peronista Lealtad, y que se habían enfrentado con los sectores ligados a la Tendencia Revolucionaria por su interpretación de la doctrina peronista y por continuar con la lucha armada durante el tercer gobierno peronista. Desde 1981 tanto el Ateneo como el CEN actuaron de plataforma para visibilizar a los jóvenes justicialistas mediante la difusión de comunicados sobre diferentes aspectos de la situación nacional, el dictado de conferencias y seminarios sobre peronismo y la realidad argentina, e incluso la organización de la conmemoración de la batalla de la Vuelta de Obligado –que mencioné arriba-, que fue el primer acto político en dictadura en el que participaron casi todas las cúpulas partidarias, y demostró el tejido de redes entre las mismas. Sobre los objetivos del CEN, ver: LT, 18/11/1981

17 Si bien por una cuestión de espacio no podemos analizarlo, es importante tener presente que en esos comunicados difundieron un sentido del conflicto similar al que luego compartirían las Juventudes Políticas de Neuquén. Ver: RN, 04/04, 18/04, 26/04, 27/04, 04/05/1982

económica argentina, y el rol de la juventud en ella, así como la realización de una mesa redonda de jóvenes que fue multitudinaria.

Desde el inicio, las Juventudes Políticas de Neuquén dejaron en claro su apoyo explícito al desembarco y a la contienda concebida como una guerra antiimperialista basada en una causa soberana justa: la recuperación de un territorio propio usurpado por Inglaterra para expandir su poderío económico y político. Como tantos otros contemporáneos, la interpretaban como una gesta de liberación nacional, que venía a continuar el legado de las guerras independentistas del siglo XIX ahora contra la potencia “invasora” Gran Bretaña y su socia EEUU. Esta nueva guerra estaba protagonizada por jóvenes combatientes, a los que destacaban como héroes que se estaban sacrificando por la patria.

Sin embargo, el apoyo absoluto a la guerra de Malvinas no las llevaba a tener una mirada complaciente sobre la dictadura militar, ni a darle el aval en todas sus políticas y menos aún a silenciar otros reclamos. En tal sentido, si bien las Juventudes compartían con el régimen militar la idea que a partir del 2 de abril se había producido el nacimiento de una Nueva Argentina –basada en la unidad nacional encarnada en una importantísima movilización social de aval al conflicto o de solidaridad con los combatientes–, consideraban que esa Nueva Argentina no debería limitarse a la defensa de la soberanía territorial sino que también debería luchar por una soberanía íntegramente entendida, incluida las dimensiones económicas y políticas.

Esa Nueva Argentina podía ser posible porque las FF.AA. se habían reencontrado con su pueblo al retomar su rol tradicional: la defensa de la soberanía. Pero ese renacimiento no era automático, había que construirlo, y dependía de una serie de factores. En primer lugar, para lograr la definitiva unidad nacional, las FF.AA. debían depurarse a sí mismas de los elementos imperialistas, colonialistas y cercanos a la oligarquía, que estaban sobre todo en el ministerio de economía, y de aquellos que usaron la represión para castigar a los que no estaban de acuerdo con ese modelo económico. En segundo lugar, y ligado a lo anterior, para consolidar una Nueva Argentina había que cambiar radicalmente la política económica de una de “especulación a una de producción” (RN, 29/05/1982), de defensa del trabajo y los recursos naturales. En tercer lugar, para hacer realidad esa Argentina

unida, los partidos y sindicatos tenían que depurarse de las “tendencias antidemocráticas y absolutistas” y dejar atrás las “absurdas divisiones”: “solo la democracia interna permitirá que el frente civil sea realmente poderoso”. Por último, pero ante todo, para lograr una Nueva Argentina era necesario recuperar las libertades civiles y retornar “al funcionamiento irrestricto de nuestra Constitución Nacional” (RN, 17/06/1982).

En términos generales, una serie de variables de distinta índole fue clave en el surgimiento de la agrupación juvenil multipartidaria. En primer lugar, las propias motivaciones de los jóvenes, que van desde una identificación generacional con los combatientes en las islas, hasta la posibilidad de ganar las calles por la propia dinámica de la movilización bélica. Por un lado, es evidente que la guerra había conmovido a estos jóvenes por la presencia de otros hombres de su misma edad poniendo el cuerpo en ella –lugar que bien podrían estar ocupando ellos-, y por ello la necesidad de organizarse y de contribuir al esfuerzo de guerra desde el continente, aportando su granito de arena al enorme sacrificio realizado por sus congéneres en el archipiélago.<sup>18</sup> Por otro lado, la guerra les dio la posibilidad de volver a movilizarse públicamente, después de años de ostracismo y de reclusión, de tejer redes de militancia en el propio partido y entre distintas agrupaciones e, incluso de levantar públicamente consignas –como Patria o Colonia, Liberación o Dependencia- que antes hubiesen sido imposibles (amparadas por el aval a la guerra y por los cambios en la arena política que trajo el mismo conflicto). Como afirma Aldo Duzdevitch, integrante del Ateneo Juvenil Peronista Arturo Jauretche:

La guerra nos da la posibilidad ya de salir con absoluta libertad: si lo que vamos a hacer es marchas a favor de la guerra, no te podés enojar con nosotros, no podés venir a reprimir. Digamos, la guerra nos da esa gran posibilidad, bueno ya está, se terminó, se terminó la dictadura. Ya somos dueños de la calle, ya estamos nosotros en la calle y no nos pasa nada, eso sería (Entrevista, 23/05/2023).

18

“Ante las difíciles horas que vive la patria, las Juventudes Políticas de Neuquén sentimos el ineludible deber de la hora, como jóvenes y como argentinos de expresar nuestra más sincera solidaridad y apoyo a nuestros jóvenes soldados que hoy defienden la soberanía del Atlántico Sur”. Comunicado de las Juventudes Políticas de Neuquén, 26/05/1982. Carpeta del Ateneo Jauretche. Archivo personal.

En segundo lugar, cuestiones culturales que hacen a la coyuntura fueron las condiciones de posibilidad de la existencia de la agrupación multipartidaria, y de su rápida conquista de un espacio propio. En particular, la resignificación de la figura del joven en la opinión pública, explica tanto el accionar de los jóvenes militantes en Neuquén que se constituyeron en una agrupación legítima con voz propia, como, en contraste, evidenciaba la orfandad en que se encontraban (dos procesos que no fueron más que dos caras de una misma moneda).

Dado que gran parte de los combatientes eran conscriptos de 18 a 20 años, la guerra significó la relegitimación de toda la generación: en contraste con la imagen del joven como “sospechoso” por ser la encarnación -o presa fácil- de la “subversión” (Vila, 1989; Luciani 2017: 53-58), el conscripto expresaba la esperanza de una Nueva Argentina –unida, solidaria y soberana-, la posibilidad de regeneración de una sociedad que venía duramente golpeada, de promesa de cambio y de un futuro mejor (Lorenz, 2006 ). Dicha resignificación explica tanto el surgimiento, legitimación y rápida visibilidad que gozó la entidad, que en sus actividades hacía hincapié constantemente en su pertenencia generacional (como en la mesa redonda “La juventud y las Malvinas”), como los reclamos a sus dirigentes para que se unieran y lideraran la movilización social por el conflicto y que ocuparan un rol protagónico y más firme en la arena pública. En tal sentido, en el segundo comunicado, los integrantes de la agrupación juvenil multipartidaria neuquina interpellaron a “las dirigencias políticas y sectoriales de la Nación para que hagan un esfuerzo para lograr la unidad nacional ante el enemigo común” (RN, 29/05/1982).

De hecho, los medios de comunicación destacaban este mismo contraste. En la prensa, que recibió con expectativa la noticia del surgimiento de la agrupación y cubrió sus actividades, los jóvenes aparecían como promesa de un futuro mejor en oposición a los dirigentes adultos inmiscuidos en renchillas y nimiedades, que parecían no estar a la altura de las circunstancias. Por ejemplo, el periódico La Trastienda destacó lo valioso del ejemplo dado por los jóvenes militantes, ante el panorama bochornoso de la Multipartidaria neuquina, desgarrada por conflictos internos casi irreconciliables que le restaron eficacia y fuerza a su accionar:

El encuentro de jóvenes de estas tres corrientes políticas populares no tiene realmente antecedentes en la provincia y se ha constituido evidentemente en un hecho de interés, sobre el que observadores han centrado su atención (...). El hecho aparece realmente como auspicioso sobre todo en una provincia donde hasta la Multipartidaria terminó diluyéndose por las intolerancias entre dirigentes de líneas opuestas o de diferente raigambre (LT, 27/05/1982).

Entonces, los jóvenes se organizaron ante la orfandad y ocuparon el espacio vacío dejado por los dirigentes de sus partidos –en mayor o menor medida, como vimos–, desarrollando actividades de reflexión para pensar la guerra, la situación del país al interior y exterior, y el lugar de su generación en el futuro.

## *Conclusiones*

En un estudio ya clásico, la politóloga Chantal Mouffe propone una distinción entre “lo político” y “la política” para pensar la democracia en las sociedades occidentales contemporáneas:

Para ser más precisa, esta es la manera en que distingo “lo político” y “la política”: concibo “lo político” como la dimensión del antagonismo que considero constitutiva de las sociedades humanas, mientras que entiendo a “la política” como el conjunto de prácticas e instituciones a través de las cuales se crea un determinado orden, organizando la coexistencia humana en el contexto de la conflictividad derivada de lo político (Mouffe, 2007: 16)

Si bien Mouffe reflexiona sobre problemáticas vinculadas a la democracia en tiempos recientes, su distinción entre lo político y la política nos permite pensar de qué forma las instituciones clásicas de la política –los partidos políticos, sus dirigentes y militantes– pueden construir sus propios espacios y estirar los márgenes del accionar político, circulando formas alternativas de interpretar la realidad, en contextos en los que el espacio

político-público se encuentra vedado. Si bien, desde el golpe de estado de 1976, la suspensión de algunos partidos políticos y la prohibición de otros buscó reducir la actividad política a su mínima expresión<sup>19</sup> y eliminar así la conflictividad de la sociedad argentina (Yanuzzi, 1996), los militantes buscaron otros espacios para hacer política, en principio en forma clandestina, y luego más públicamente, a medida que se fue resquebrajando la legitimidad del régimen o que este promovió los “diálogos políticos”. En este devenir, el particular contexto abierto con el desembarco en las islas Malvinas permitió la apertura de nuevos espacios para hacer política, tanto por la iniciativa oficial – las convocatorias del régimen- como por la profusa movilización que se produjo en respuesta a la ansiada recuperación del 2 de abril, que conllevó una cierta distensión de los controles per se. Es justamente esa dimensión de lo político, los procesos de democratización de distintos actores que se produjeron a partir de la regulada liberalización en la guerra, la que permite reintegrar el conflicto bélico a la “transición democrática” y poner en cuestión su concepción como un momento de ruptura total con los tiempos de pre y posguerra en cuanto a la relaciones entre la sociedad civil y el régimen militar.

A lo largo del trabajo procuré analizar esa limitada apertura, a partir de focalizar en la militancia política partidaria en Neuquén, y en particular haciendo hincapié en las prácticas y sentidos otorgados al conflicto de dos actores centrales: las dirigencias y los jóvenes militantes del MNJ, UCR y MPN. Ambas generaciones de militantes actuaron en ámbitos diversos, tuvieron distinta iniciativa y buscaron diferente visibilidad. Así, el accionar de los dirigentes políticos puede caracterizarse como de extrema moderación, escasa iniciativa y baja visibilidad pública (con la notable excepción de los dirigentes del MNJ durante el mes de abril). Si bien esa fue la actitud pública frente al conflicto en términos generales, es imposible desconocer

19

Como indica Yanuzzi (1996), esta distinción entre partidos políticos prohibidos y suspendidos era central para las fracciones del régimen que creían que la actividad política no podía ser erradicada totalmente de la sociedad y pretendían conformar una sociedad política reducida y controlada desde el Estado. Si bien los proyectos más integradores, como el del general Viola que planteaba mantener en su cargo a algunos gobernadores como el gobernador neuquino Felipe Sapag, fueron dejados de lado durante los primeros años, el régimen militar tuvo que recurrir a los partidos políticos para cubrir distinto tipo de cargos públicos. Como mencionamos para el caso de los partidos políticos aquí estudiados, dirigentes de la UCR y el PJ integraron gobiernos locales en distintas ciudades del país y cuadros técnicos del MPN formaron parte en la gestión del gobernador Trimarco en Neuquén.

un hecho trascendente y que fue considerado por la prensa como un hito en las relaciones del gobierno provincial con la sociedad civil: las reuniones de fines de abril convocada por el gobernador para informar sobre el desarrollo del conflicto a diversos sectores locales, entre ellos las cúpulas partidarias. Era la primera vez que la dirigencia política en su conjunto se reunía públicamente con las autoridades provinciales desde el inicio de la dictadura militar, dado que los anteriores “diálogos políticos” no se habían concretado por la renuencia de los dirigentes a participar, por el escaso entusiasmo oficial, entre otras variables. Estos encuentros con el gobernador se llevaron a cabo en un contexto en el que a nivel nacional se produjo un acercamiento inédito entre las dirigencias políticas y las autoridades nacionales, ya que se reunían periódicamente, participaban en forma conjunta en los actos oficiales y algunas movilizaciones, integraron comitivas para informar sobre los derechos argentinos en el exterior, entre otras acciones.

Sin embargo, a diferencia de lo que ocurría a nivel nacional, las reuniones que se llevaron a cabo entre el 22 y 24 de abril fue el único encuentro entre el gobernador Trimarco y las cúpulas partidarias –que además no participaron de los actos oficiales ni de otras convocatorias-, y si bien estas dieron su apoyo al desembarco, ese nuevo espacio fue aprovechado por los dirigentes del MPN y UCR para explicitar algunas demandas que venían haciendo públicas desde antes del conflicto: el cambio de la políticas económicas, sobre todo aquellas que afectaban a la provincia, y el regreso al estado de derecho (silenciando el “problema de los desaparecidos”). Entonces, es importante matizar la relevancia que la prensa le otorgó contemporáneamente a ese acontecimiento, y valorarlo en su justa medida: se trató de un encuentro inédito y excepcional, un nuevo espacio convocado oficialmente, que fue aprovechado por las dirigencias para correr los márgenes del régimen e ir más allá de los objetivos explícitos de la reunión.

Fuera de ello, los dirigentes se retrajeron de la esfera pública en términos generales. Sólo aparecieron intermitentemente en distintos momentos en función de su posicionamiento y las microcoyunturas del conflicto: los dirigentes del MNJ en el mes abril y otorgando un apoyo categórico e incondicional al régimen; los de la UCR en los tramos finales del conflicto, asumiendo una voz crítica tardía que no cuestionaba el desembarco, pero



ponía el acento en la democratización. Por su parte, la cúpula del MPN se mantuvo en un lugar discreto, y luego de la difusión de dos comunicados apoyando el desembarco a principios de abril, careció de iniciativas propias.

¿Por qué el accionar de las dirigencias partidarias neuquinas –con la excepción, insisto, del MNJ en abril- se caracterizó por esta moderación? Es posible conjeturar algunas respuestas hipotéticas al respecto. Por un lado, dicha actitud se podría deber a la necesidad de distanciarse de una dictadura en retirada y guardar cierto margen de maniobra; sobre todo si tenemos presente que no había demasiada “retribución” por su compromiso, a diferencia de las dirigencias nacionales que estaban haciendo su propio juego político, tratando de negociar la apertura democrática en cada reunión con las autoridades. Por otro lado, otras variables propias de la dinámica provincial tal vez influyeron en el rol mesurado de las cúpulas políticas provinciales, como el impacto de la muerte del soldado Águila y la movilización contra la guerra por parte de la Iglesia Católica y los organismos de DD.HH., un sector minoritario de la sociedad neuquina pero con importante peso y visibilidad.

En parte producto de esa escasa presencia pública de las dirigencias políticas, de esa “orfandad”, los jóvenes de los tres partidos políticos constituyeron las Juventudes Políticas de Neuquén. Esta agrupación surgió de su propia iniciativa a fines de mayo, con el objeto de realizar una alianza multipartidaria para dejar asentada su opinión sobre temas centrales de la coyuntura. En tal sentido, estos jóvenes buscaron visibilidad y posicionarse en el espacio público a partir de un hecho que los interpelaba especialmente –la guerra de Malvinas, interpretada en clave antiimperialista, en la que otros jóvenes estaban combatiendo y muriendo-, en un momento en el que la figura del joven estaba siendo resignificada y revalorizada, y en una coyuntura que les permitía hacerlo con relativa seguridad, en tanto –como indiqué- la movilización social durante la guerra corrió los márgenes de acción y distendió en parte los controles del régimen. Los jóvenes entonces aprovecharon esa oportunidad para ganar las calles, crear otros canales de participación y de construcción de redes, e ir más allá de los objetivos de la dictadura: apoyar la guerra, pero exigir otras demandas, y, sobre todo, volver

a hacer/hablar/pensar políticamente en la esfera pública –o profundizar ese accionar, en el caso de aquellos que ya venían con una incipiente exposición.

Entonces, si bien con grados de iniciativa, visibilidad y exposición extremadamente distintos –unos buscándola y otros retrayéndose de la esfera pública-, ambas generaciones de militantes aprovecharon los espacios dejados y/o convocados por el régimen para ir más allá de lo planificado por este, ya que allí a la vez que dieron su aval al desembarco, expresaron su oposición al resto de las políticas de la dictadura. La gran excepción fue la actitud de los dirigentes del MNJ que- como vimos- dieron un apoyo total sin condicionamientos. En términos generales, para los integrantes de los partidos opositores a la dictadura (los jóvenes y la mayor parte de las dirigencias), el momento Malvinas tuvo dos caras de la moneda de signo opuesto: por un lado, el furor patriótico del que era muy difícil abstraerse y más aún oponerse, que parecía dar cierto respiro a la dictadura en su deslegitimación; por otro lado, la posibilidad de correr -en forma limitada- los márgenes de lo decible, pensable y actuable en el espacio público, agruparse y alzar banderas hasta el momento escondidas porque el apoyo a la guerra lo permitía.

## *Bibliografía*

- ALONSO, Luciano. Problemas de enfoque en torno a la movilización social en la transición a la democracia en Argentina, c. 1979-1983. En: *Rubrica Contemporánea*, 2018, Vol. VII, No 14, pp. 59-78.
- ALVAREZ, José René. La movilización social durante la guerra de Malvinas en San Miguel de Tucumán y Taftí Viejo (abril-mayo de 1982). En: *Anuario del INIHLEP*, Diciembre de 2023, Año I, N° 1, pp. 79-98
- AZCONEGUI, María Cecilia. La sociedad neuquina en tiempos de dictadura (1976-1983). Mimeo, s/f.
- AZCONEGUI, María Cecilia (2021). Dictadura, represión y la defensa de los derechos humanos en Neuquén. El rol del catolicismo en la conformación de organizaciones humanitarias. En: *KAIROS. Revista de Temas Sociales*, Junio 2021, Año 25, N° 47, pp. 125-153.

- DE DIEGO, José Luis. Campo intelectual y campo literario en la Argentina (1970-1986). Tesis doctoral. Universidad Nacional de La Plata, 2003. <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.150/te.150.pdf>
- FAVARO, Orietta (ed.). Neuquén. La construcción de un orden estatal. Neuquén: Universidad Nacional del Comahue, 1999.
- FAVARO, Orietta. Democratización y política en Argentina. Los dos peronismos en clave subnacional. Neuquén, 1983-1989. En: Pilquen, 2018, Vol. 21, N° 4, pp. 43-56.
- FRANCO, Marina. El final del silencio. Dictadura, sociedad y derechos humanos en la transición (Argentina, 1979-1983). Buenos Aires: FCE, 2018.
- GARCÍA, Norma. Transición a la ‘neuquina’ (1980-1983). En: Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”, 2018, No.18, pp. 89-115.
- GUBER, Rosana. ¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda. Buenos Aires: F.C.E., 2001.
- LORENZ, Federico. Las Guerras por Malvinas. Buenos Aires: Edhasa, 2006.
- LORENZ, Federico. Otras marcas. Guerra y memoria en una localidad del sur argentino (1978-1982). En: BOHOSLAVSKY, Eduardo et. al. (Edit.) (2011). Problemas de Historia Reciente en el Cono Sur. Buenos Aires: UNGS-Prometeo, 2010, Tomo 1, pp. 100-120.
- LVOVICH, Daniel. Sistema político y actitudes sociales en la legitimación de la dictadura militar argentina. Ayer, 2009, Núm. 75, pp. 275-299.
- LVOVICH, Daniel. Actitudes sociales bajo la última dictadura militar: un análisis crítico de la producción historiográfica. En: ÁGUILA, Gabriela, LUCIANI, Laura, SEMINARA, Luciana y VIANO, Cristina (Comps.). La historia reciente en Argentina. Balances de una historiografía pionera en América Latina. Buenos Aires: Imago Mundi, 2018, pp. 71-91.
- LUCIANI, Laura. Juventud en dictadura. Representaciones, políticas y experiencias juveniles en Rosario (1976-1983). La Plata, Misiones y General Sarmiento: UNLP/UNM/UNGS, 2017.
- MOUFFE, Chantal. En torno a lo político. Buenos Aires: FCE, 2007.
- MUT, Fernando. Tiempos difíciles, tiempos de guerra. Un estudio sobre la sociedad rosarina durante el conflicto por las Islas Malvinas de

1982. Tesis de Maestría. Universidad Nacional de General Sarmiento, 2023. Disponible en: <http://repositorio.ungs.edu.ar:8080/xmlui/handle/UNGS/1435>
- OTERO, Karin Laura. La guerra de Malvinas desde Ushuaia. Un análisis histórico, a escala local, de las prácticas y representaciones sociales en torno a un conflicto bélico internacional. *Prácticas de Oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales*, 2022, Vol. 1, N° 28, pp. 41-56.
- PRATESI, Ana Rosa. Una pasión recorre el Chaco. Malvinas, nación, dolor. Resistencia: Ediciones del Autor, 2010.
- QUIROGA, Hugo. El tiempo del “Proceso”. Conflictos y coincidencias entre políticos y militares (1976-1983). Rosario: Fundación Ross, 1994.
- RAFART, Gabriel. Neuquén y su transición (1980-1983). En: MORONI, Marisa (comp.), *Actores políticos y reorganización partidaria en la Patagonia (1980-1983)*. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2019, pp. 101-125.
- RODRÍGUEZ, Andrea Belén. Por una Historia Sociocultural de la guerra y posguerra de Malvinas. Nuevas preguntas para un objeto de estudio clásico. En: *PolHis*, 2017, No. 20, pp. 161-195.
- RODRÍGUEZ, Andrea Belén. Sociedad civil y guerra de Malvinas. Aportes a la agenda de estudios de las actitudes sociales frente al conflicto a partir del estudio de la Iglesia católica neuquina. En: *Pasado Abierto. Revista del CEHis*, 2022a, N. 15, pp. 117-147.
- RODRÍGUEZ, Andrea Belén. La sociedad neuquina frente a la Guerra de Malvinas. Disputas públicas por el sentido del conflicto. En: TATO, María Inés y SOPRANO, Germán (dir.), *Malvinas y las guerras del siglo XX*. CABA: TeseoPress, 2022b, pp. 175-224.
- RODRÍGUEZ, Andrea Belén. La Guerra de Malvinas como parte de la “Transición Democrática”. El caso de las Juventudes Políticas de Neuquén durante el conflicto bélico. En: *Pilquen*, 2024, Vol. 27, N. 1, pp. 1-23.
- VELÁZQUEZ RAMÍREZ, Adrián. La Democracia como mandato. Radicalismo y peronismo en la Transición argentina (1980-1987). Buenos Aires: Imago Mundi, 2019.
- VILA, Pablo. Rock nacional. Crónicas de la resistencia juvenil. En: JELIN, Elizabeth (dir.), *Los nuevos movimientos sociales: mujeres, rock nacional*. CEAL: Buenos Aires, 1985.

YANUZZI, María de los Ángeles. *Política y dictadura. Los partidos políticos y el “Proceso de Reorganización Nacional” (1976-1983)*. Rosario: Fundación Ross, 1996.

# OS RÉUS SEM CRIME: DOCUMENTO DO SNI SOBRE A PERSEGUIÇÃO A JORNALISTAS PARANAENSES NO ALVORECER DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964)<sup>1</sup>

*Defendants without crime: The SNI's file about the persecution of Parana's journalists at the dawn of Brazilian military dictatorship (1964)*

*José Wilson Assis Neves Júnior<sup>2</sup>*

*Luciano Augusto Gomes<sup>3</sup>*

*Fabio Lanza<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este artigo se propõe a examinar a censura, vigilância e perseguição contra membros do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e profissionais da sucursal do Última Hora, em Curitiba (PR), no período imediatamente posterior ao golpe civil-militar de 1964 que instaurou a ditadura militar no país. Tem como base metodológica a análise de documento da Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (SNI). O artigo, alinhado à corrente de autores marxistas, discute como a ideologia da segurança nacional orientou a condução dos Inquéritos

- 1 A presente pesquisa contou com financiamentos provenientes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.
- 2 Doutor em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Pesquisador e co-líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Sociabilidades e as dimensões do simbólico: cultura, educação, saúde e religiosidades” da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Gestor do Escritório de Pesquisa e Internacionalização da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista (FAAC-UNESP/Bauru). E-mail: [nevesjr1991@gmail.com](mailto:nevesjr1991@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>
- 3 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC) da Universidade Estadual de Londrina. Graduado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Bauru) e em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, atua como editor-chefe na Rede Independência de Comunicação (RIC), em Londrina. E-mail: [luciano.augusto@uel.br](mailto:luciano.augusto@uel.br) ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1735-370X>
- 4 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP (2006). Atualmente é professor do ensino superior no Departamento de Ciências Sociais da sua Graduação, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado e Doutorado), do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO, da Especialização em Religiões e Religiosidades na Universidade Estadual de Londrina - PR (UEL). E-mail: [lanza@uel.br](mailto:lanza@uel.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>

Policiais Militares (IPMs) e foi utilizada na perseguição política e ideológica contra este grupo de jornalistas paranaenses. Analisados em perspectiva crítica, os arquivos do SNI oferecem contribuições valiosas para as Ciências Sociais e Humanas. A pesquisa demonstrou o caráter contraditório das argumentações investigativas realizadas pelos agentes estatais da ditadura militar, evidenciando, também, as múltiplas formas de violência que eram impostas aos sujeitos classificados como potencialmente comunistas no país

*Palavras-chave: Imprensa e Censura; Política Brasileira; Ideologias.*

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the censorship, surveillance and persecution imposed against members of the Parana's Journalists Union and professionals of the Última Hora Curitiba's branch office, immediately after the Brazilian civil-military coup of 1964 that established the military dictatorship in the country. The documental analysis was used as the methodological basis to approach the file from Curitiba's Agency of the National Information Service (SNI). Aligned with a Marxist perspective, this paper debates the national security ideology that guided the Military Police Inquiries (IPMs) and was used for the political and ideological persecution of the group of journalists from Parana. Analyzed from a critical point of view, the SNI's files provide a valuable contribution to Human and Social Sciences. The research demonstrated the contradictory argumentative logic that the agents of Brazilian military dictatorship used in their investigations. The multiple types of violence that were imposed on Brazilian citizens labeled as potential communists was also highlighted.

*Key-words: Press and Censorship; Brazilian Politics; Ideologies.*

## Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a vigilância e perseguição contra representantes do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e contra profissionais que atuavam na sucursal do *Última Hora*,<sup>5</sup> em Curitiba/PR, e em alguns outros veículos de comunicação locais, logo após o golpe civil-militar de

5 Jornal diário fundado no ano de 1951 pelo jornalista Samuel Weiner, possuía filiais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná (foco desta pesquisa), as quais sofreram múltiplas formas de perseguição durante o período de ditadura militar (JUNIOR, 2011).

1º de abril de 1964 que implantou a ditadura militar<sup>6</sup> (1964 a 1985) no país. A análise está amparada em documento da Agência de Curitiba (ACT) do Serviço Nacional de Informações<sup>7</sup> (SNI), disponibilizado para acesso público em 2015.

Considerando a importância da fonte documental inédita compilada dos arquivos do SNI no Paraná, esse artigo se propõe a investigar as seguintes questões: como os elementos da ideologia de segurança nacional subsidiavam e direcionavam os Inquéritos Policiais Militares que visavam a perseguição dos potenciais sujeitos subversivos? Quais foram as razões e os modos da perseguição política e ideológica contra os jornalistas paranaenses e o jornal Última Hora nos primeiros movimentos da ditadura militar brasileira?

Sobretudo após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), novas oportunidades de pesquisa se abriram com a desclassificação de arquivos envolvendo o regime ditatorial brasileiro. No âmbito estadual, por exemplo, aproximadamente 7,5 mil documentos sigilosos produzidos pelos agentes de repressão da Agência de Curitiba (ACT) do SNI foram doados pelo Arquivo Nacional (RJ) ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e estão disponíveis para consulta pública.

Além disso, a implementação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>8</sup>, criada por lei em novembro de 2011 com a finalidade de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período (...)”, também tem atuado no sentido de ampliar os meios para se garantir o direito à memória e justiça (HOLLANDA, 2018), com a constituição de comissões estaduais, municipais e institucionais. No Paraná, a Comissão

6 O termo ditadura militar é utilizado considerando que houve prevalência da classe militar no grupo de poder ao invés do termo cívico-militar, o qual poderia sugerir a partilha de poder entre setores civis e militares. O debate sobre a terminologia segue em aberto, com destaque para autores como Maria José de Rezende (2013) e Marco Napolitano (2014).

7 Órgão da Presidência da República criado em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341 com a finalidade de superintender e coordenar em todo o território nacional atividades de informação e contrainformação, classificadas como de interesse para a segurança nacional (NEVES JR, 2021).

8 Criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível para consulta em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)



Estadual da Verdade (CEVPR) Teresa Urban<sup>9</sup> foi instituída pela Lei 17.362, de 27 de novembro de 2012, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), com o propósito de prestar apoio administrativo às ações e atividades, deixando claro seu caráter não jurisdicional ou persecutório. A CEVPR publicou seu relatório (em dois volumes) em setembro de 2017.

O historiador Carlos Fico (2008)<sup>10</sup> aponta que, no campo da historiografia sobre o regime militar, até os anos 1990 os pesquisadores ficaram “limitados” às fontes obtidas junto à imprensa, a entrevistas e a tipos específicos de documentos oficiais públicos (como discursos de autoridades), além de biografias e autobiografias de ex-militantes de esquerda e de integrantes dos governos militares. Mais recentemente, com a desclassificação de novas levadas de arquivos do SNI, a documentação oficial que está vindo a público oferece muitas vantagens, quais sejam o detalhamento de especificidades dos diferentes “setores repressivos” do regime militar, o enfrentamento de “questões delicadas” para a história relativas à memória sobre o período (por exemplo, responsabilidade pelos casos de tortura e morte de prisioneiros) e a possibilidade de se “fazer e conhecer a história brasileira em sua plenitude”. (Fico, 2008, p. 77).

O debate sobre a historiografia do regime militar se enriquece com a discussão levantada pelo sociólogo João Roberto Martins Filho (2003) sobre a “guerra da memória” entre militantes e militares. Segundo o autor, os militares percebem a tentativa da esquerda de construir uma narrativa sobre o período como uma forma de imposição, no campo da memória, daquilo que perderam no campo da batalha.

Segundo essa perspectiva, depois da Lei da Anistia de 1979, qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos da esquerda brasileira (não apenas armada, vale registrar) representaria uma violação ao próprio princípio

9 O nome é uma homenagem à jornalista que foi presa e exilada durante a ditadura militar, falecida em 23 de junho de 2013

10 No artigo “A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro”, Fico (2008) traça uma cronologia da legislação brasileira sobre a questão até aquele momento, valendo-se da sua própria experiência como pesquisador, e comenta sobre a produção historiográfica relacionada ao regime militar.

da Anistia. Conforme essa ótica, anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer. (MARTINS FILHO, 2003, p. 2)

Esse embate sobre a memória histórica ganha relevância no contexto atual, quando se observa que o grupo de extrema direita que ocupou o poder entre 2018 e 2022, e que ainda conta com considerável força política e apoio popular, coaduna com o negacionismo histórico em relação ao nosso período ditatorial, projetando elementos políticos e ideológicos, manipulando a realidade e desqualificando a pesquisa historiográfica e a própria ciência. Certa feita, o então chefe do Executivo Federal chegou a afirmar até que não teria havido ditadura no Brasil<sup>11</sup>. Almada (2021) nos lembra que o negacionismo, ao ser utilizado como ferramenta de manobra política, passa a figurar como objeto da análise histórica. Sobretudo neste momento em que a sociedade brasileira se vê profundamente dividida e, mais uma vez, os grupos alinhados com a onda de conservadorismo, polarização e radicalização, avançam contra os meios de comunicação e profissionais de imprensa em todo o país, alçados novamente ao papel de inimigos da pátria.

Decorridos 60 anos desde que a elite militar (em associação com outras forças econômicas, políticas e civis) tomou o poder político no país, muitas questões ainda permanecem latentes na memória da sociedade brasileira sobre esse momento de virada antidemocrática do país. Dito isto, os arquivos do SNI e de outras fontes recentemente publicizadas podem oferecer novas perspectivas para as pesquisas do tema para as Ciências Sociais e Humanas.

Os documentos escritos, esclarece André Cellard (2012) são fontes essenciais para a reconstrução da memória pois permitem reconstruir detalhes que, de outra forma, seriam inalcançáveis, ainda que seja necessário, ao se debruçar sobre o escrutínio dessas fontes, manter a prudência e desconfiar sempre das armadilhas nelas contidas. A partir desta percepção, o autor propõe eixos primários que devem ser observados pelo pesquisador: (1) o contexto de produção dos documentos; (2) os autores dos documentos;

11 *Para Bolsonaro, não houve ditadura militar no Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

(3) a autenticidade e confiabilidade do texto; (4) a natureza do texto; (5) conceitos-chave e a lógica interna do texto (CELLARD, 2012).

De forma complementar, May (2004), demonstra ser pertinente considerar que os documentos, além de informarem e revelarem as decisões tomadas por quem os produziu, também possibilitam “leituras particulares dos eventos sociais”. O autor destaca quatro critérios para avaliação da qualidade das evidências disponibilizadas pelas fontes documentais: a autenticidade do documento, necessária para esmiuçá-lo em toda a sua completude; a objetividade do documento, no que tange a sinceridade e distorções da evidência, a confiabilidade da autoria e a precisão das observações e registros do contexto social e político no qual foi produzido; a representatividade do documento, que permite avaliar se ele é típico do período histórico em que foi produzido e se corrobora com os objetivos alvos da pesquisa; e o significado do documento para o pesquisador.

É a partir destes pressupostos que são tecidas as análises deste trabalho, que abarcam os processos de vigilância e repressão à imprensa nos primeiros anos da ditadura militar. Na sequência, é apresentada uma discussão mais específica sobre a perseguição realizada por agentes do Estado contra jornalistas paranaenses, uma abordagem realizada a partir de documento produzido diretamente pela agência paranaense do SNI.

### *Silenciamento e controle: a imprensa brasileira sob a ditadura militar*

É consenso no meio acadêmico<sup>12</sup> que a grande imprensa nacional, embora também tenha sido vítima da censura e silenciamento durante a ditadura, foi uma das forças conservadoras que operou para o sucesso da estratégia golpista. Os principais grupos de comunicação do país, como *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, além de outros veículos de mídia relevantes nos Estados, apoiaram o golpe militar e agiram para a derrubada de João Goulart.

12

Sobre a questão, Florestan Fernandes, Carlos Fico, Marcos Napolitano são alguns dos pesquisadores que apontam o apoio da grande imprensa ao golpe militar de 1964.

Ao discutir os “dilemas” da dominação burguesa ante o regime de exceção, Fernandes (1982) aponta que a ditadura brasileira foi um movimento histórico resultante das “necessidades convergentes das diferentes classes burguesas”, nacionais e internacionais, no qual estavam inseridos os principais grupos midiáticos do país. De acordo com ele, as forças sociais da “*massa reacionária da burguesia*” ganharam corpo na emulação de uma “psicose de guerra civil”, por meio de uma propaganda contínua e maciça articulada pela grande imprensa, revistas, canais de televisão, estações de rádio, entre outros segmentos (FERNANDES, 1982, p. 95-96, grifo do autor). O autor não deixa de reforçar que, por ter sido produzida artificialmente, a unificação das classes sociais dominantes não tinha base de sustentação forte o suficiente para garantir a perenidade das transformações ora prometidas.

As medidas de “expurgo” dos brasileiros ligados aos movimentos sociais e ao antigo governo levaram à institucionalização do Estado de Segurança Nacional, com a publicação em 9 de abril de 1964 do Ato Institucional nº 1, que, no entendimento de Alves (1985), garantiu os fundamentos legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)<sup>13</sup>, ideologia basilar do regime militar, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que atribuía aos meios de comunicação um papel estratégico no controle e direcionamento da opinião pública.

Para a imprensa, portanto, os primeiros sinais de que os tempos eram outros apareceram desde logo. Em nome de um projeto político de reconstrução conservadora do país e de enfrentamento ao “comunismo internacional”, houve um enquadramento dos veículos de comunicação por meio de uma vigilância e censura sistemáticas envolvendo temas sensíveis para o regime. É importante reforçar que, embora também estivesse assentada na Doutrina de Segurança Nacional, a censura à imprensa assumiu características bastante singulares. Diferente de outros setores por exemplo, como as produções culturais, o cerceamento da mídia foi marcado por uma falta de formalidade explícita e por mecanismos de controle que operavam muitas vezes nas sombras da burocracia estatal.

13 Conforme Nilson Borges (2012, p. 20), “a necessária justificação ideológica para a tomada do poder e a modificação de suas estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, ministrada na Escola Superior de Guerra, cuja criação, em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa, tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”.

Numa discussão sobre os fundamentos jurídicos e as controvérsias ligadas ao tema, Carvalho (2014) pontua que a censura não era admitida publicamente pelos poderes constituídos. Se baseava numa ambiguidade imprecisa entre o que era legal e ilegal, com estratégias pouco ortodoxas, e pela ausência de formalização expressa dos órgãos competentes. Por exemplo, a mesma Lei de Imprensa<sup>14</sup>, de fevereiro de 1967, que estabelecia em seu artigo 1º a liberdade de manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, serviu também para cercear o direito à informação e o livre exercício da profissão. Essas práticas foram gradualmente chanceladas por investigações e decisões judiciais, inclusive por parte do Supremo Tribunal Federal.

Sobre essa problemática, Recondo (2018) demonstra que o STF chegou a exarar decisões no sentido de garantir direitos fundamentais, respaldado ainda pela Constituição de 1946, mas à medida que foi sendo sufocado pelos atos institucionais e por uma nova carta constitucional forjada pelo regime em 1967, sobraram apenas alguns “suspiros de uma corte apertada pelo torniquete da ditadura” (RECONDO, 2018, p. 21). O Supremo acabaria por reconhecer a impossibilidade de contestação às proibições da censura, haja vista estarem acobertadas pelas normas do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. (CARVALHO, 2014, p. 80)

Era fundamental para o sucesso do projeto de poder dos militares que os meios de comunicação fossem mantidos sobre rigoroso e permanente controle, mantendo a aparência de que o projeto ditatorial não tolhia a liberdade de expressão. Carvalho (2014) aponta que mesmo as estruturas oficiais de censura gravitavam à margem da burocracia oficial, camufladas sobre outras estruturas como o Serviço de Informação ao Gabinete (Sigab), que, embora subordinado ao Ministro da Justiça, jamais fez parte da estrutura burocrática federal.

Em nome da guerra contra o comunismo global e do inimigo interno, o Estado justificava suas ações e investia contra os meios de comunicação. Cabe enunciar que a difusão do ideário anticomunista no Brasil data de

14

O texto integral da Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, pode ser consultado em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5250.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm). Acesso em, 21 de agosto de 2024 às 12h37.

bem antes do período que antecede o golpe de 1964.<sup>15</sup> Foi nos corredores e gabinetes da ESG que se desenvolveu o conceito de “guerra interna”, que, durante a ditadura, ampararia a censura e a repressão. A principal ameaça ao regime era o inimigo autóctone, representado por “comunistas”, “esquerdistas” e “subversivos”. Partindo do pressuposto da existência de uma iminente e onipresente ameaça de infiltração interna, financiada por Moscou, essa vertente ideológica é que iria, após o golpe, orientar o modo de agir dos agentes de segurança e de informação (NEVES JR, 2021). Ante a ameaça do “comunismo internacional”, indivíduos, atos e instituições deveriam ser monitorados e, quando necessário, silenciados pelos órgãos repressivos, sem grandes incongruências (SAMWAYS, 2014).

A implementação do modelo político-ideológico de sociedade e de Estado proposto a partir do golpe militar de 1964 se fez por meio de um projeto distorcido de democracia tutelada pelos militares (NAPOLITANO, 2014). De acordo com Rezende (2013), para incutir nos diferentes segmentos sociais este ideal conservador de sociedade, o grupo que se aninhou no poder lançou mão de variadas estratégias de ação, tanto no campo econômico e político quanto no campo psicossocial.

Examinando as relações entre Estado e oposição, no contexto do regime militar brasileiro, a historiadora Maria Helena Moreira Alves (1985) argumenta que a conspiração civil e militar teve como pano de fundo o desenvolvimento econômico-dependente do país em associação com interesses internacionais. Conforme a autora, o governo de João Goulart caminhava em sentido oposto, com medidas de restrição aos investimentos multinacionais, uma política de estímulo ao capital privado nacional e de maior organização da classe trabalhadora, tanto urbana quanto rural.

E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro para justificar e legitimar a perpetuação por meios

15 Conforme demonstra Motta (2000), tendo assumido um perfil mais politicamente organizado a partir da vitória da Revolução Russa (1917), o anticomunismo se consolidou enquanto uma matriz de pensamento que demonstrou capacidade de ampla e rápida difusão nos distintos países do mundo, já durante a primeira metade do século XX. No Brasil as matrizes do anticomunismo serviram, inclusive, como base de legitimação para a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente (ALVES, 1985, p. 23).

A ideologia da segurança nacional, sistematizada na Doutrina de Segurança Nacional, não pressupunha necessariamente do apoio popular para legitimar o poder do Estado. Este objetivo seria alcançado pelo desenvolvimento capitalista constante, aliado à promoção do Estado como defensor contra as ameaças dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. Esse discurso criou um clima de medo e divisão social, que permitiu ao regime adotar a repressão como método de controle e manutenção de poder.

### *A perseguição contra jornalistas no Paraná*

Após discutir a repressão generalizada à imprensa durante o regime militar e o papel da doutrina de segurança nacional na censura e controle dos meios de comunicação, passamos agora a examinar a perseguição específica contra jornalistas paranaenses, ilustrada por documento inédito do SNI. Caso este que, a nosso ver, representa a expressão concreta da política repressiva do regime castrense contra a imprensa.

Pioneiro no estudo de documentos produzidos pelo SNI durante a ditadura militar, Fico (2001) revela que, na passagem do dia 2 para 3 de abril, o Comando Supremo da Revolução se reuniu no Ministério da Guerra, sediado no Rio de Janeiro, com lideranças civis apoiadoras do golpe – entre elas o governador paranaense Ney Braga. O objetivo era dissuadir as intenções presidenciais do general Costa e Silva, chefe do Comando Supremo e a principal liderança militar da chamada “linha dura”, e sacramentar a indicação de Castelo Branco, representante da ala legalista, como chefe do Executivo. Este último saiu vitorioso, mas o “governo revolucionário” já começara com disputas por poder entre moderados e radicais.

Fico (2001) detalha que foi Costa e Silva quem, na antevéspera da posse de Castelo, articulou a expedição de dois atos fundamentais para entender este período: o Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, que estabelecia que encarregados de inquéritos e processos poderiam delegar

atribuições sobre diligências ou investigações, além de requisitar inquéritos ou sindicâncias para outras esferas; e a Portaria nº 1, que determinava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar crimes militares contra o Estado e a ordem política e social e “com isso, foram criadas as condições para que vários coroneis, tenentes-coroneis, majores e capitães exaltados persistissem na ‘caças às bruxas’, mesmo depois da posse de Castelo Branco, pois eles assumiram a responsabilidade pela condução dos IPM” (FICO, 2001, p. 36).

De acordo com o historiador, a própria criação do SNI, em 13 de junho de 1964, se deu neste contexto de polarização interna, ainda que o serviço tenha funcionado muito mais como um órgão de informação do que de repressão. Contaminados pela sanha de eliminação dos “inimigos da revolução” e ante a ausência de um setor repressivo específico, os radicais se apoiavam nos inquéritos policiais militares (IPMs) para justificar o expurgo dos “comunistas” brasileiros, identificados como agentes de perturbação da ordem instituída em prol do atendimento de interesses do comunismo internacional.

A perseguição contra profissionais de imprensa atuantes no Paraná teve início dessa forma, conforme corrobora o documento 5323/84 produzido pela Agência Curitiba (ACT) do SNI, disponível tanto no acervo do NDPH-UEL quanto no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Ele traz anexado relatório encaminhado em outubro de 1964 para a Auditoria Militar da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (CMJ), de Curitiba, sobre o IPM instaurado em abril daquele ano contra um grupo de 21 jornalistas vinculados ao sindicato e à sucursal de Curitiba do jornal “Última Hora” e outras redações de jornais locais. Órgãos de primeira instância da Justiça Militar, as auditorias militares associadas à outras instituições vinculadas à segurança pública formavam o “front da guerra contra a subversão” (WANDERLEY, 2009, p. 20)

O inquérito deu origem a um dos primeiros processos (nº 322/64) abertos no Paraná para apurar supostas atividades subversivas cometidas que teriam sido praticadas por estes profissionais da imprensa. Classificado como “confidencial”, o documento destacava como assunto as “Atividades Subversivas de Jornalistas” no Paraná. É composto por 25 páginas, incluindo



o relatório anexo “Nº 366-CE da 5ª RM/DI (Região Militar/Divisão de Infantaria), de 21 de outubro de 1964”, sobre o IPM instaurado em 1964 contra jornalistas ligados ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná que visava a apuração de crimes previstos no Código Penal Militar “e/ou” na Lei de Segurança Nacional e que embasou o processo nº 322/64 (SIAN, 1984).

O anexo que consta no documento de 1984 é composto pelo Ofício nº 366-CE, de 21 de outubro de 1964, assinado pelo general BDA Itiberê Gouveia do Amaral<sup>16</sup>, então comandante do Quartel General da 5ª Divisão de Infantaria da 5ª Região Militar, do III Exército, do Ministério da Guerra. O ofício foi dirigido ao general Hugo Panasco Alvim<sup>17</sup>, chefe do Departamento de Produção e Obras do Exército.

É possível identificar, na análise do relatório produzido em 1964, elementos ideológicos anticomunistas de fundamentação das ideias e direcionamento das investigações. O relator alerta para a escalada da guerra revolucionária comunista “nos países subdesenvolvidos e nos coloniais”. Quando são

Estimulados pelos sentimentos de patriotismo e de nacionalismo, eles se lançam à luta apaixonadamente, e por isso mesmo não olham os meios para atingir os fins. Daí a facilidade com que a doutrina marxista-leninista encontra campo fértil para atrair prosélitos e propagadores dos seus dogmas e teorias socialistas e, o que é principal, atrair novas unidades para a sua área de influência. Por outro lado, as dissensões e antagonismos internos, são verdadeiras portas por onde com facilidade penetra a doutrina marxista-leninista (SIAN, 1984, p. 4).

16 Em 2013, a Comissão Nacional da Verdade divulgou uma série de textos – “O Estado Ditatorial Militar”, citando documentos produzidos em dezembro de 1968, logo após a publicação do Ato Institucional nº 5, pelo então comandante da 4ª RM e 4ª DI, general de divisão Itiberê Gouveia do Amaral, que apontam como o militar era “obcecado pela censura” e demonstram a centralização de decisões nos comandos hierarquizados do Estado Ditatorial militar. Disponível para consulta em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/publicacoes/claudio/V1\\_obcecado\\_censura\\_VE.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/publicacoes/claudio/V1_obcecado_censura_VE.pdf). Acesso em 15 dez. 2023 às 18h49.

17 O general Hugo Panasco Alvim comandou a Comissão Geral de Investigações, responsável pelos IPMs, entre meados de 1964 até sua dissolução, em 1965. Para saber mais sobre a atuação do general Panasco Alvim durante a ditadura militar, é possível acessar a tese da historiadora Monica Teixeira, “1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista”, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21112018-121240/publico/2018\\_MonicaTeixeira\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21112018-121240/publico/2018_MonicaTeixeira_VCorr.pdf). Acesso em 15 dez. 2023 às 20h30.

O trecho transcrito acima permite problematizar a existência de uma aparente associação da experiência cubana com a percepção da forma abstrata percebida nos processos de infiltração gradual do comunismo nos grupos nacionalistas, com tendências liberais, politicamente articulados. Na experiência cubana, o movimento revolucionário teve origem liberal, inclusive, com apoio dos EUA. Posteriormente, em uma reviravolta que chocou Washington, o movimento assumiu roupagens socialistas. Esta forma de interpretação do fenômeno torna-se plausível de entendimento a partir do reconhecimento do papel central que a Revolução Cubana (1959) exerceu no fortalecimento da perspectiva da Escola de Washington para a difusão dos princípios doutrinários de Segurança Nacional para militares latino-americanos no início da década de 1960.

O que nos leva ao segundo momento da transcrição, no qual a avaliação do relator apresenta os primeiros elementos de classificação do “sujeito subversivo” característico da Doutrina de Segurança Nacional: um sujeito ardiloso e inteligente que se aproveita da ingenuidade ou do baixo nível intelectual das pessoas para direcioná-las no sentido de atender os objetivos do comunismo internacional. Destaca-se, assim, que a ideia de subversão que embasou a avaliação do agente se espelhava nos conceitos ideológicos propostos pelo general Golbery do Couto e Silva.<sup>18</sup> Para o militar, a subversão teria como objetivo a desmoralização da sociedade, pois afastava a política dos interesses mais caros à pátria.

Note-se, pois, a forma como o relator apropria-se de termos estratégicos que fazem alusão a esta percepção, indicando o “campo fértil para atrair prosélitos e propagadores” para “sua área de influência” e reforçando a forma como a falta de coesão social, ou “as dissensões e antagonismos internos”, facilitam a “penetração” do marxismo na sociedade. O relatório faz uma conexão entre o comunismo internacional e a situação brasileira, apontando que

18

Forjada no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), a doutrina golberyana de Segurança Nacional tornou-se hegemônica no período que antecedeu o golpe de 1964 e serviu de base para a formação das estruturas e capital humano que compuseram o Serviço Nacional de Informações, também idealizado e posto em prática pelo general Golbery do Couto e Silva (NEVES JR, 2019).

Em 1917, LENINE, chegando à então PETROGRADO, hoje LENINGRADO, lançou a “IDEIA-FORÇA” “TERRA E PAZ”, e com ela, indo ao encontro das aspirações da massa, mobilizou espíritos, iniciando a revolução visando aposar-se do Poder. A “IDEIA-FORÇA” empregada no Brasil, “REFORMAS DE BASE”, nem ao menos constitui novidade, pois, já foi utilizada em outros países que sofreram as consequências do desenvolvimento do processo da Guerra Revolucionária em seus territórios (SIAN, 1984, p. 4).

Em continuidade à caracterização do sujeito subversivo, o fantasma de Lenin é evocado como modelo paradigmático de político “oportunista” que, apropriando-se de elementos caros às aspirações populares, difunde ideias com grande potencial aglutinador tendo, contudo, o objetivo único de atender seus interesses particulares – que, como é apontado no caso de Lenin, objetivaria “apossar-se do Poder”.

Há, ainda, uma tentativa velada do relator em tecer uma comparação entre Lenin e João Goulart a partir da contraposição das máximas “Terra e Paz” (característicos da situação vivida na Rússia czarista pré-Revolução de Outubro, marcada pela alta concentração de riquezas e pela imposição do exército russo ao massacre militar, frente a baixa qualidade bélica da Rússia em relação às potências europeias em guerra) e “Reformas de Base” (bandeira política do governo de Jango que, em suma, tinha fundamentos liberais de diminuição da concentração de renda sem o rompimento da ordem instituída).

O relator afirma que o “clima” que predominava em grande parte dos países sul-americanos e aqui do Brasil favorecia as atividades revolucionárias e só poderia culminar numa “Guerra Revolucionária” total nos campos político, social, econômico, repercutindo na “estrutura moral do povo, nos seus costumes e crenças religiosas”. Na definição do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA):

é a guerra interna, da concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam a conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, das populações

sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e de parcelas da população assim subvertida (SIAN, 1984, p. 4).

Outro elemento conceitual da doutrina de segurança nacional é, assim, mobilizado para embasar a interpretação que o relator realiza de seu objeto investigativo, o de “guerra total”, conceito este definido também pelo general Golbery do Couto e Silva. Na concepção do general, a guerra total seria um “fenômeno historicamente construído” que atingiu seu ponto de ebulição durante a guerra fria entre o ocidente cristão democrático e o oriente materialista comunista (NEVES JR, 2019). Destaca-se, ainda, que este modelo doutrinário pressupõe o enfrentamento do inimigo interno e o ataque contra a subversão “em todas as esferas da vida social, desde o controle do fluxo de informações (o campo de batalha ‘psicossocial’) até o modelo de desenvolvimento econômico” (MIGUEL, 2002, p. 43).

O princípio de uma guerra que ultrapassa as dimensões tradicionais da disputa bélica, estendendo-se para os campos da cultura, política e economia, tem como implicação a organização de um estado de iminente e constante vigilância interna e externa das potenciais e onipresentes ameaças à ordem instituída. Ao mesmo tempo, traz como estrutura fundante a percepção da Doutrina de Segurança Nacional como a sintetização dos mais caros e universais elementos culturais e filosóficos da sociedade brasileira, materializando-se, portanto, enquanto base comum para a construção do projeto de futuro do país.

Estes pressupostos doutrinários consideravam que a principal arma dessa Guerra Revolucionária seria a propaganda, baseada em fundamentos como o simbolismo, a repetição, as reuniões de massa, a ideia-força. Para tanto, os “subversivos” utilizariam de meios diversos: imprensa, livros, rádio, televisão, cinema, exposições, congressos, simpósios, conferências. Deste modo, caberia às Forças Armadas, por dever constitucional, “defender o território nacional contra a agressão estrangeira; defender as instituições democráticas; garantir os poderes constitucionais; garantir a aplicação da lei; garantir a ordem” (SIAN, 1984, p. 4). O relator reforça, ainda, que a garantia da segurança interna “é um importante dever militar e nunca um

compromisso partidário do oficial” (SIAN, 1984, p. 4) e que, ante ao risco da Guerra Revolucionária, “as forças democráticas terão de obter a vitória integral ou estarão condenadas ao aniquilamento” (SIAN, 1984, p. 4).

O relatório também alerta para o perigo de supostas “técnicas” revolucionárias comunistas para sensibilizar as massas, como o enquadramento, capaz de impedir a massa de cair no seu “indiferentismo habitual”, atuando, por meio de comitês locais, nas “associações estatais (sindicatos de operários, sindicatos profissionais, sindicatos de camponeses, ligas camponesas, associações de agricultores sem-terra, uniões de estudantes, sociedades esportivas, antigos combatentes, etc)” (SIAN, 1984, p 5).

Adentra-se, assim, em mais um dos conceitos fundantes da Doutrina de Segurança Nacional, o de “aparelhamento”. Na concepção golberyana de segurança nacional, estes sujeitos subversivos estariam ardilosamente infiltrando-se em distintas instituições sociais brasileiras para “ruir” os valores da sociedade ocidental, cristã democrática nos diversos níveis de organização, visando contribuir com os planos expansionistas de Moscou. No âmbito da ideologia decorrente dos fundamentos doutrinários de segurança nacional, a junção destes elementos conceituais serviu de cimento para a edificação, e internalização, de uma lógica de suspeição universalista, contribuindo para a articulação e legitimação de múltiplas formas de vigilância e perseguição (NEVES JR, 2021).

A partir desta distorcida concepção de anticomunismo, o relator indica que os partidos nacionalistas teriam uma relação de “obediência ao marxismo-leninismo”, ainda que seus líderes agissem de forma dissimulada em público. O autor sustenta que esta “atividade dissimulada” seria uma estratégia utilizada pelos comunistas para mobilizar os

inocentes úteis, os marxistas inconscientes, os chamados melancias (verdes por fora e vermelhos por dentro), que negam ser comunistas, por medo, por comodismo, por pressão familiar ou por mera conveniência do PC, ao qual prestam maiores serviços conservando-se na zona penumbrosa e fronteira; os pernósticos, que vomitam pontos de vista firmados sobre questões difíceis e complexas o que conhecem apenas de rápidas leituras de jornais e revistas; aqueles que de boa fé e visão curta que, ignorantes da dialética revolucionária, julgam que o comunismo se

humaniza, quando apenas, abandona os métodos stalianos (*sic*) (agora taxados de violentos por KRUCHEV) (SIAN, 1984, p. 6).

O trecho transcrito exprime uma aparente revolta do relator frente às capacidades intelectuais do inimigo – percepção concomitante com a doutrina golberyana que não só reconhecia as altas habilidades intelectuais dos sujeitos subversivos como, também, partia do pressuposto da baixa capacidade intelectual como característica de parcelas majoritárias da população brasileira.<sup>19</sup> Reforça-se, assim, a percepção do subversivo como inteligente (capaz de abstrações complexas) e da sociedade brasileira como incapaz de apreender as “questões difíceis”. Tal percepção da realidade social pode servir como elemento de problematização da relevância dada aos meios de comunicação (responsáveis pela formação de concepções gerais acerca de temas e problemas que contribuem para a predisposição popular em aceitar ou não determinado ponto de vista).

Pertinente se faz reforçar que esta pesquisa classifica, a partir das contribuições de Gramsci (2011a; 2011b; 2011c), os meios de comunicação social como *aparelhos privados de hegemonia*, capazes de fomentar a consolidação de consensos ideológicos na sociedade a partir da difusão dos princípios e objetivos decorrentes do(s) grupo(s) de classe(s) que representam. Desta forma, as concepções de mundo dos grupos que disputam o poder, em determinada conjuntura social, encontram nos meios de comunicação social as ferramentas que viabilizam o fomento à persuasão e ao convencimento das camadas populares, visando obter o suporte necessário para apoiar pautas e demandas que, em última instância, irão possibilitar a conquista da hegemonia política e econômica de determinado grupo em uma conjuntura específica.

Neste recorte, o relator afirma que a “aplicação da política das FRENTES POPULARES” (Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Mobilização Popular, Frentes Progressistas) também era utilizada para “domesticar setores não comunistas” de tal forma que poderiam seguir as diretrizes do comunismo internacional e engrossar “atos de indisciplina nas Forças Armadas, revoltas, greves, motins, quebra-quebra”. Lembremos aqui

da crise entre Jango e as Forças Armadas que havia atingido seu ápice pelo apoio do presidente à revolta dos marinheiros dias antes do golpe de 1964.

A atuação dos meios de comunicação é, outra vez, colocada sob suspeita: “Certa imprensa explora habilmente os fatos e não só os aplaude, como incita a sua repetição” (SIAN, 1984, p. 6). O documento cita, como exemplo, a cobertura do jornal *Última Hora* sobre “incidentes de rua” registrados em Porto Alegre em ocasião da visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Para reforçar a suspeição de que os jornalistas estariam envolvidos nestes e outros “incidentes”, o relatório traz a versão dos militares sobre um ataque contra a redação do *Última Hora*, em Curitiba, pouco antes do golpe:

(...) quando houve a tentativa de depredação da sucursal do jornal *Última Hora*, fotógrafos desta e repórteres mentirosos, procuravam envolver sacerdotes maristas no incidente, fotografando-os e dizendo que os mesmos eram incitadores das tentativas de depredação. A distorção dos fatos é irrefutável e consta dos autos do presente IPM. Todos os acontecimentos locais noticiados pelo jornal *Última Hora*, como tendo acontecido no dia anterior, pelo fato do jornal ser impresso em São Paulo, e as colunas terem de ser remetidas a redação com no mínimo de 48 horas de antecedência da publicação, mostra-nos irrefutavelmente que a sucursal de *Última Hora* do Paraná tinha conhecimento dos fatos que iriam acontecer, no mínimo, com 24 horas de antecedência (SIAN, 1984, p. 6).

Aqui é possível explorar a tentativa do relator de manchar a imagem dos repórteres e fotógrafos (apresentados como mentirosos e ardilosos) e colocar em xeque a confiabilidade do meio de comunicação frente à possibilidade de vinculação de sacerdotes católicos entre os responsáveis pelo ataque. Os princípios da Doutrina de Segurança Nacional tinham um forte apelo ao cristianismo, entendido como um dos principais elementos genéticos da cultura brasileira – a qual estaria alinhada com o Ocidente cristão democrático em oposição ao Oriente ateu comunista. Em um primeiro momento do golpe, inclusive, uma massiva parte da Igreja Católica apoiou os militares. Só posteriormente (principalmente a partir de 1967) é que tiveram início os conflitos mais explícitos entre a ala progressista da

Igreja e a ditadura. Aparentemente, o intento do relator era desqualificar perante a sociedade civil a denúncia do jornal de que representantes do clero estariam envolvidos no ato de violência.

O episódio citado neste trecho do relatório é discutido na tese “A imprensa paranaense e a ditadura militar: 1964-1974”, da jornalista e pesquisadora Layse Pereira Soares do Nascimento, defendida em 2014, no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Nascimento, a situação era um pouco mais complexa que a apresentada pelo IPM. Em março de 1964, o movimento estudantil em Curitiba estava em efervescência, principalmente depois que o governador Ney Braga apoiou a “Marcha a Favor do Ensino Livre”, uma variante das “marchas democrático-cristãs em defesa da família” realizadas Brasil afora contra as reformas propostas por Jango. A marcha curitibana não queria a adoção do livro único e bradava contra a estatização de escolas privadas. No lado oposto estavam os estudantes ligados à União Paranaense dos Estudantes e à União Paranaense dos Estudantes Secundaristas que apoiavam a luta por aumento salarial dos professores das escolas particulares e exigiam a redução das anuidades com base em uma portaria do Ministério da Educação, que autorizava o Governo Federal a interferir na rede de ensino privada.

A cobertura da grande imprensa local era favorável aos manifestantes conservadores, reforçando sempre o risco de implantação do comunismo no país. Voz destoante, o *Última Hora* trazia uma visão mais crítica sobre o movimento conservador. O debate prosseguiu pautando os jornais até que, no dia 19 de março, houve nova manifestação e a redação do *Última Hora* foi atacada. No dia 20 de março, conforme Nascimento (2014), o jornal publicou que “três centenas de alunos de colégios particulares com a cobertura de agentes do DOPS e sob liderança de Irmãos Maristas e agitadores profissionais” teriam danificado as instalações da sucursal e um equipamento de som que seria utilizado por estudantes contrários ao aumento das anuidades.

A mencionada reportagem dá a entender que grupos conservadores – incluindo os Maristas – teriam se infiltrado na manifestação do movimento estudantil para atacar a redação do jornal, com a conivência de policiais e



agentes da repressão. O Sindicato dos Jornalistas divulgou nota de repúdio condenando o ataque e as agressões, inclusive contra outros jornalistas que faziam a cobertura. Poucos foram os jornais, como a Folha de Londrina, que lamentaram a violência contra os jornalistas.

A partir deste ponto, o relatório “recorda” os “principais fatos” que antecederam a “Revolução mantenedora das Liberdades Democráticas”<sup>20</sup> listando agitações e desordens, sempre como uma “força oculta, uma motivação pré-estudada, uma sucessão no seu desencadeamento, uma subversão dirigida, filocomunista, pseudo-socialista e pseudo-trabalhista” (SIAN, 1984, p. 7). Novamente, o trabalho da imprensa é colocado sob suspeição, para reforçar o perigo da “penetração do comunismo”. Mas é interessante notar que, quando conveniente e usando publicações de veículos apoiadores do regime militar, o relator usa reportagens para referendar ou reforçar os seus argumentos.<sup>21</sup>

Mais adiante, o relatório apregoa que os “órgãos de imprensa infiltrados por agentes servem à difusão desta demagogia, distorcendo os pronunciamentos democráticos e destacando os anti-democráticos (sic)” (SIAN, 1984, p. 8), pontuando encontros, reuniões e congressos de lideranças políticas que estariam incitando as massas com “propaganda comunista” para a Guerra Revolucionária no país que acabou sufocada pela “Revolução Democrática de Abril de 1964 (ou Contra Guerra Revolucionária)” (SIAN, 1984, p. 9), o que teria evitado numa primeira fase a instauração de uma República Sindicalista e, na sequência, a cubanização da Pátria.

---

20 Em “A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964 – 1984”, Rezende (2003) defende que a fórmula de democracia idealizada pelo regime militar pressupunha uma “responsabilidade democrática”, que não tolerava qualquer forma de questionamento ou reivindicação. Buscava-se a “normalização da legalidade”. Ao discutir a ideologia golberyana, Neves Júnior argumenta que a Doutrina de Segurança Nacional foi construída com base em um “paradoxo democrático”, já que ao mesmo tempo em que defendia o modelo neoliberal capitalista hegemônico se via pressionada por “limites estruturais que caracterizam a concretude material da relação sócio-metabólica da sociedade brasileira, enquanto complexo de complexos” (NEVES JR, 2019, 61).

21 Sem citar nominalmente Leonel Brizola, um dos principais políticos do país críticos ao regime militar, o relator utiliza entrevista publicada em dezembro de 1963 pelo Correio do Povo, jornal gaúcho alinhado aos militares, para acusar que o “ex-prefeito de Porto Alegre, do PTB”, havia ameaçado fazer o que chama de “Guerra Revolucionária Marxista-Leninista” (SIAN, 1984, p. 7).

O relatório explicita que, na área da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, a atuação da sucursal do Última Hora, “sempre constituiu um problema”:

Este jornal sistematicamente transcreve artigos ofensivos à Revolução Democrática. Mas este jornal sabe o que quer, está seguindo com grande eficiência os figurinos de linha auxiliar do Partido Comunista. Basta lembrar a sistemática campanha de distorção apresentando o filho de um Marechal que traía seu pai como informante dos comunistas, apresentado como um herói de personalidade. Estamos assistindo também a sistemática Campanha contra encarregados de IPM que seriam torturadores de presos inocentes. Quem conhece História sabe que em toda Revolução há possibilidades de excessos. Nesta Revolução Democrática que visou principalmente preservar as liberdades democráticas, mesmo a liberdade de imprensa, muitas vezes, praticamente, numa total licenciosidade, tem sido preservada. Se os comunistas e seus aliados subservientes tivessem vencido, a coisa mudaria (SIAN, 1984, p. 10).

Nota-se, aqui, que existe uma lógica de argumentação sobre o menor de dois males. O próprio relator reconhece os “excessos da Revolução de 1964”, mas, em seguida, afirma que uma revolução comunista seria muito mais nociva para a sociedade brasileira. Determinada percepção é característica da forma de racionalização doutrinária (fundamentada em processos de mobilização de elementos fragmentados da realidade, organizados em uma sequência supostamente lógica de pressuposições abstratas para a justificação de ações ou tomadas de decisões), que marcou as diretrizes de atuação da comunidade de informações do SNI (NEVES JR, 2021).

O relatório sustenta ainda que na “rearticulação dos elementos subversivos comunistas e seus aliados”, os jornalistas tinham um papel estratégico, uma vez que as atividades jornalísticas visavam alimentar a “animosidade contra as Forças Armadas”, o que representaria risco à segurança do País. Se no passado tal campanha pretendia “quebrar” a hierarquia das Forças Armadas, agora a intenção seria colocar a população civil contra os militares. Segundo o relatório, a imprensa era usada pelo Partido Comunista para espalhar “boatos” como maus tratos sofridos por

presos políticos e divergências entre chefes militares, “tentando dividir para conquistar”. Portanto, findada a “batalha repressiva”, o IPM em questão representaria o início da batalha judiciária. “Os crimes cometidos contra a segurança nacional são crimes de atividades e não de ideias. A Constituição considera inviolável a liberdade de pensamento, mas as atividades contrárias às leis são bem diferentes” (SIAN, 1984, p. 10).

Antes de detalhar a qualificação dos acusados pelo IPM, o relatório traz considerações sobre um tipo específico de subversivo comunista, que é o “propagandista não remunerado, Cripto-comunista (sic)”, e sobre como é possível identificá-los:

Normalmente não recebem paga, mas têm suas ambições satisfeitas e são recompensados com honrarias e missões de destaque. Só agem na base da decisão das autoridades para as quais escondem suas inclinações, dizendo-se às vezes, até anti-comunistas (sic). Podemos descobri-los pelas seguintes atitudes: - ao depor ou opinar seguem invariavelmente a orientação política determinada pelo Comunismo Internacional; - ao depor ou ao expor opiniões, só revelam aspectos positivos da orientação comunista e negativa da democracia; - utilizam terminologia tipicamente comunista – Imperialismo americano; imprensa fascista ou direitista; reformas de base, etc. (SIAN, 1984, p. 11).

Há, assim, uma pretensão em estabelecer relações deste “cripto-comunista” com os profissionais citados no IPM: “nos depoimentos colhidos neste inquérito alguns depoentes não fogem destes chavões” (SIAN, 1984, p. 11). Findada a longa argumentação, o autor enquadra os 21 arrolados nas acusações “por atividades contrárias à segurança nacional, com maior ou menor responsabilidade” e capitulados na Lei de Segurança Nacional.

O jurista René Ariel Dotti, que atuou como advogado de defesa dos acusados, discute o IPM em um livro que teve a primeira edição publicada em 1998<sup>22</sup>, onde apresenta a íntegra da acusação:

22

Neste artigo, utilizou-se a terceira edição do livro do autor, que foi revisada, ampliada e publicada em 2003.

Procedidas as intervenções e exames apurou-se a responsabilidade de diretores e redatores por atividades subversivas comunistas e até contra-revolucionárias (*sic*), inclusive em coautoria coletiva, com a identidade de objetivos de mudança do regime vigente para o comunismo, com o auxílio e ajuda ou subsídio de nações comunistas e da organização internacional comunista, cujo partido florescia e atuava no Paraná, em todos os setores, inclusive intimamente ligado a *Última Hora*, na mesma direção da sucursal dos *Novos Rumos*, que funcionava à rua José Loureiro, 133, sala 311, Sede do Partido Comunista, que era frequentado pelos jornalistas da *UH*, pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas (...), entre outros que fizeram a agitada greve dos jornalistas, denunciada pelo *Diário do Paraná*, como comunista; e ainda, esses jornalistas e outros, tiveram reuniões particulares com Luiz Carlos Prestes, quando da sua última visita ostensiva a Curitiba. O IPM comprovou ainda que o Sindicato dos Jornalistas, subversivo, que sofreu intervenção, ligado ao dos Gráficos (...), estava intimamente ligado ao CGT nacional, e, portanto, na mesma linha do comunismo internacional que o dirigia (Dotti, 2003, p. 51).

Aqui cabe posicionar o jornal *Última Hora* no palco da história. O periódico foi fundado em junho de 1951, pelo jornalista Samuel Wainer, e circulou até 1971. Conforme detalham Markun e Hamilton (2011), o projeto do diário nasceu em 1949, após um encontro entre Wainer – repórter dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand – e Getúlio Vargas, ainda no Rio Grande do Sul. Desde sua queda em 1945, Getúlio estava afastado da cena política e o jornalista acabou sendo o responsável por noticiar ao país o retorno do ex-ditador como candidato à presidência. Desde então, os laços entre os dois se fortaleceram. Após a vitória de Getúlio nas eleições de 1950, Wainer colocou o seu jornal nas ruas, amparado pelo aporte financeiro do Banco do Brasil e de empresários alinhados com o novo governo.

A proximidade entre ambos e os empréstimos concedidos por uma instituição estatal, a propósito, serviram de munição para outro personagem emblemático do período: Carlos Lacerda. Dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, Lacerda fazia uso de artilharia pesada contra Wainer, desde Vargas até Jango. Os dois jornalistas seguiriam como inimigos pelos próximos 20 anos. Wainer se manteve como base de apoio dos governos eleitos, enquanto Lacerda colocava-se como a voz estridente da oposição.

Durante o governo de Jango, o *Última Hora* era um dos únicos jornais da chamada grande imprensa nacional a declarar apoio às reformas estruturais de base. Com o golpe de 1964, Wainer foi perseguido e buscou asilo político na Embaixada do Chile para não ser preso. Isso aconteceu um dia antes do general Castelo Branco assumir como o primeiro “presidente” da ditadura. De acordo com Silva (2020), o jornalista “caiu disparando” e foi um dos primeiros a denunciar a “repressão metódica e habilmente dirigida contra a liberdade de imprensa”. Portanto, não causa espanto que o *Última Hora* e os profissionais a ele vinculados fossem imediatamente alçados aos postos de alvos preferenciais dos militares.

Oliveira, Sahd e Calciolari (2014) pontuam que no Paraná, no período pré-golpe, o *Última Hora* empregava alguns dos profissionais mais reconhecidos do Estado.

Eram jornalistas dotados de profunda formação política, porque além da formação ideológica de seus profissionais, todos com tendência mais à esquerda do que qualquer outro, era um jornal que tinha uma missão de dar cobertura ao movimento sindical, onde era muito forte. Havia uma coluna sindical e outra só para falar dos problemas dos bairros, daí seu caráter popular e de massa e a animosidade que despertou nas elites locais, embora apoiasse o governo Ney Braga que financiava parcialmente o veículo por meio de empresas de economia mista (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 70).

Na visão da autoridade castrense, os jornalistas do *Última Hora* que atuavam na sucursal de Curitiba e as lideranças do Sindicato dos Jornalistas estariam se alinhando com o intuito de deflagrar uma “guerra revolucionária”. No entendimento dos acusadores, não se tratava, portanto, de “crime de imprensa, sujeito à Lei de Imprensa”, mas sim “de atividades subversivas-comunistas praticadas por jornalistas, tentando mudar o regime e suprimir a sagrada liberdade de imprensa, como aconteceu nos Países Socialistas [...]” (DOTTI, 2003, p. 53).

Na contextualização histórica feita sobre o caso, Dotti (2003, p. 55) afirma que os “‘réus sem crime’ eram em sua quase totalidade, redatores e articulistas do jornal *Última Hora*”, que, a partir de 1958, havia aberto

sucursais nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Londrina. No dia a dia, esses profissionais faziam a cobertura de fatos locais e nacionais, por meio de uma linha editorial bem mais “arrojada”, crítica e investigativa do que os demais jornais, acostumados às “amenidades paroquiais e as cumplididades interesseiras da província” (DOTTI, 2003, p. 55). Nas palavras do jurista, “a radiografia e a exposição das novas imagens da cidade e de seus personagens, aliadas ao emprego de uma linguagem mais agressiva, provocaram uma revolução nos quadros da informação e nos cenários das ideias” (DOTTI, 2003, p. 55).

Após destrinchar um a um os crimes imputados aos jornalistas, Dotti (2003) calcula que, se fosse acolhida a tese do promotor, os acusados estariam sujeitos a penas de reclusão, que variariam de 19 anos a até 44 anos. No conjunto, as penas somadas poderiam chegar a 880 anos. “Os denunciados eram, na quase totalidade, jovens idealistas que acreditavam na imagem generosa dos processos políticos, e constataram que os mesmos eram, na verdade, instrumentos de odiosa perseguição ideológica.” (DOTTI, 2003, p. 58).

No decorrer de 1968, os acusados foram excluídos do processo após ‘*habeas corpus*’ concedido pelo Supremo Tribunal Federal, que trancou a ação penal. Não chegaram a ser presos, mas perderam seus empregos e, alguns deles que também eram servidores públicos, foram afastados de suas funções. Pertinente se faz problematizar que determinado episódio, expressão de uma lógica de atuação comum ao período de ditadura militar, evidencia as diferentes formas de impetração da violência (física, psicológica, social e simbólica) por parte do regime de exceção que imperou na sociedade brasileira durante duas décadas.<sup>23</sup>

No pedido de *habeas corpus* em favor dos “réus sem crime”, Dotti sustentou a nulidade da denúncia por inépcia, incompetência da justiça militar no caso e ausência de justa causa. A denúncia, segundo o advogado, não trazia a narração do fato criminoso em sua integralidade, não apresentava razões de convicção ou presunção criminosa e não mencionava

23

Conforme elucidado pelo Relatório da Comissão da Verdade Teresa Urban (PARANÁ, 2017), a prática da emissão de atestados ideológicos subversivos era uma prática comum e estratégica dos órgãos de repressão e coerção do Estado. Quando emitido o atestado ideológico de subversivo, a pessoa era impedida de ascender a cargos públicos (ou neles se manter), da mesma forma, sua inserção no setor privado de trabalho era prejudicada.

nem o tempo nem o lugar em que o crime teria sido praticado. Vejamos um trecho da petição:

Os pacientes, jornalistas profissionais, estão sendo vítimas de iníqua perseguição processual, condicionada a motivações políticas, ainda que os mesmos jamais se tivessem afastado de sua condição profissional. Porque alguns deles eram redatores do jornal *Última Hora* e outros reivindicavam, legitimamente e através do órgão de classe, melhores condições de remuneração, não escaparam da mistificação odiosa praticada pelo promotor público da 5ª Região Militar, o qual aparece como autêntico fanático na procura de comunistas, se considerarmos que o mesmo acompanhava e participava dos IPMs instaurados. A liberdade do exercício profissional e de associação para fins lícitos, garantias democráticas asseguradas pela Constituição, se converteram de momento para outro, em fatos caracterizadores de infrações penais, graças à doentia elaboração mental da acusação (Dotti, 2003, p. 59).

A decisão favorável aos réus foi proferida ao final do processo, contudo, é necessário enfatizar que ela decorreu de um “incidente processual” envolvendo Ney Braga, então ministro do Governo Militar. À época do processo:

Pesava contra ele a prova, colhida na instrução, de ter feito publicidade institucional, como Governador do Paraná, no jornal *Última Hora*, com verbas depositadas em favor de uma campanha promovida para atender vítimas de queimadas ocorridas em fins de 1963, no Sudoeste do Estado. O jornal “subversivo” era, paradoxalmente, um dos veículos de publicidade oficial (DOTTI, 2003, p. 60).

Explicitam-se, assim, os registros das lógicas de perseguição mobilizadas, pelo aparato de coerção e repressão edificado pela ditadura militar brasileira, contra os jornalistas paranaenses. A partir de uma exacerbada percepção anticomunista, materializada na Doutrina de Segurança Nacional, os agentes da comunidade de informações do SNI posicionavam-se, de forma ambígua, defendendo o cerceamento da liberdade de expressão

(de vertentes de pensamento que divergiam de sua concepção doutrinária de mundo) em prol da preservação do próprio princípio de liberdade de expressão. A contradição da lógica analítica atinge seu extremo na argumentação de que as exposições de ideias contrárias aos princípios ideológicos partilhados pela ditadura militar constituíam “crime de imprensa” e não poderiam ser confundidas com mera liberdade de expressão.

## *Considerações finais*

A análise do documento produzido pela agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Paraná nos revela uma imagem da censura, vigilância e perseguição ideológica à imprensa imposta pelo regime militar já durante os primeiros momentos de ditadura no país. A discussão apresentada expõe a vulnerabilidade dos profissionais de imprensa perante um sistema que instrumentalizou o aparato jurídico do Estado para calar os jornalistas e cercear a liberdade de imprensa e nos permite definir um padrão específico de perseguição política, que buscava criminalizar o exercício profissional e a associação sindical sob pretexto de garantir a segurança nacional.

O processo movido contra os profissionais vinculados à sucursal do Última Hora e ao Sindicato dos Jornalistas no Paraná, a nosso ver, serve como evidência do modo como o governo militar empregou a ideologia de segurança nacional para direcionar investigações policiais militares com o objetivo de silenciar vozes dissidentes e aniquilar toda e qualquer possibilidade de crítica ao regime. Portanto, a possibilidade de investigar os registros históricos do SNI representa um marco importante para a compreensão da ditadura militar no Brasil, pois oferece aos pesquisadores novas perspectivas e detalhes sobre um período ainda cheio de lacunas e controvérsias.

A disponibilidade desses documentos nos permite, por um lado, perceber como a narrativa oficial da história foi e continua sendo moldada ao longo das décadas e, por outro, evidenciar a importância da crítica na preservação de nossa memória histórica. Diante do cenário político e social atual, em que vemos ressurgir movimentos pautados no negacionismo



histórico e de ataques aos jornalistas e à liberdade de imprensa, é fundamental refletirmos sobre os legados deixados pelos tempos turbulentos do regime militar no Brasil. Os desafios enfrentados pelos jornalistas durante a ditadura continuam a ressoar nos debates contemporâneos sobre democracia, direitos humanos e memória coletiva.

## *Referências*

- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O Negacionismo na Oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 36, nº 106. São Paulo, 2021.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 3.ed. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BATISTELLA, Alessandro. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História UEM*, vol.18, pp. 203-242, 2014.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos humanos e democracia: A experiência das comissões da verdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, nº 96. São Paulo, 2018.
- CARVALHO, Lucas Borges de. A Censura Política à Imprensa na Ditadura Militar: Fundamentos e Controvérsias. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba*, vol. 59, n. 1, p. 79-100, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.
- CELLARD, André. A análise documental. In: *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DOTTI, René Ariel. *Casos Criminais Célebres*. 3. Edição revista e ampliada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Ditadura Em Questão*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1982.

- FICO, Carlos. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67–78, 2011.
- FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, J. (Orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militares e movimentos sociais no final do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.169-205, 2003.
- FICO, Carlos. História do Brasil Contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Contexto, v.1, 2015.
- FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927 – 2005. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.
- JUNIOR, Pinheiro. A Última Hora (como ela era): História e lenda de uma convulsão jornalística contada por um atuante repórter do Jornal de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Editora Maud X, 2011.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003.
- MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. 1961: O Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil. São Paulo: Benvirá, 2011.
- MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MIGUEL, Luis F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. Diálogos Latinoamericanos, Århus, n. 5, p. 40-56, 2002.
- MOTTA, Rodrigo P. S. Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado) em História Econômica,

- apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.
- NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. A Imprensa Paranaense e a Ditadura Militar: 1964-1974. 2014, 222 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. A ideologia de Segurança Nacional no Arquivo do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985). Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília 2021.
- NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: A ideologia de Golbery do Couto e Silva. Revista Em Tese, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46 – 66, 2019.
- OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; SAHD, Fabio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba: DHPaz, 2014.
- PARANÁ. Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. São Paulo: TikiBooks, v. 1, 2017.
- PARANÁ. Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. São Paulo: TikiBooks, v. 2, 2017.
- PEREIRA, Mateus Henrique. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). Revista Varia História. Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.
- REZENDE, Maria José. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964 – 1984 [livro eletrônico]. 1 ed. Londrina: Eduel, 2013.
- RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O Século XX: O tempo das dúvidas - Do declínio das utopias às globalizações. V. 3, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 133-159, 2002.

- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 15-22, 2014.
- RECONDO, Felipe. *Tanques e Togas: O STF e a ditadura militar*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAMWAYS, Daniel. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970 – 1973)*. 2014, 250 f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- SAMWAYS, Daniel. Conhecer o Inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, nº 5, 2013.
- SILVA, Juremir Machado da. *1964: Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 9ª ed., 2020.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Figueiredo 1964 – 1985*. 5a Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. *As auditorias militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968)*. 2009. 111 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, SP. 2009.

### *Fontes documentais*

- BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº I, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte, originário da Revolução Vitoriosa. DOU de 9.4.1964 e republicado em 11.4.1964. Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em 30 set. 2023.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). ACE 5323/84. Curitiba, PR: Serviço Nacional de Informações. SNI-PR, 1984. Fundo SNI. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/NNN/84005323/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_NNN\\_84005323\\_doooo1deoooo1.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/84005323/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_84005323_doooo1deoooo1.pdf) Acesso em: 12 set. 2023.

# PROCESSOS DA SCGI/PR DE 1969 CONTRA (EX)PREFEITOS: PALCO DE RIVALIDADE, MORALIZAÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO POLÍTICA

*SCGI/PR processes of 1969 against (former) mayors: place of rivalry, moralization and political self-affirmation*

*Paulo Roberto Krüger<sup>1</sup>*

*Angelo Priori<sup>2</sup>*

## RESUMO

A Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Paraná (SCGI/PR) foi um órgão vinculado ao Sistema CGI – Comissão Geral de Investigações – criado em 1968, que atuou especialmente em investigações de enriquecimento ilícito no serviço público, estando amparada no artigo 8º do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e demais decretos e atos complementares que a regularam. A SCGI/PR iniciou suas atividades em meados de 1969, quando passou a receber denúncias e abrir processos contra servidores públicos, políticos, entre outros. Neste mesmo ano, foram abertos 57 (cinquenta e sete) processos contra (ex)prefeitos do estado do Paraná, os quais constituem o foco de uma pesquisa em desenvolvimento. Os processos contra (ex)prefeitos foram analisados por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, de abordagem qualitativa, resultando em uma série de categorias para análise. Este artigo resume-se à análise de um grupo de três categorias referentes à disputa e/ou perseguição política que estão presentes em três grupos de documentos chamados de unidades de análise – (i) Denúncia; (ii) CGI e SCGI/PR; e (iii) Defesa – no corpo dos processos mencionados e que evidenciaram como a SCGI/PR serviu para interesses próprios de denunciante, além de tornar a subcomissão em uma extensão do palco de rivalidades políticas locais.

*Palavras-chave:* (Sub)Comissão Geral de Investigações; Análise de Conteúdo; Ditadura; Paraná.

- 
- 1      Doutorando em História pelo Programas de Pós-Graduação em História da UEM/PR. Professor EBTT do Instituto Federal do Paraná, campus Ivaiporã. E-mail: paulo.kruger@ifpr.edu.br
  - 2      Doutor em História e Sociedade pela UNESP/SP. Professor do Departamento e dos Programas de Pós-Graduação em História (acadêmico e profissional) da UEM/PR. E-mail: angelopriori@uem.br

## ABSTRACT

The General Investigation Subcommittee of the State of Paraná (SCGI/PR) was an agency linked to the CGI System – General Commission of Investigations – established in 1968, which specifically focused on investigations of illicit enrichment in public service, supported by Article 8 of Institutional Act number 5 (AI-5) and other decrees and complementary acts regulating it. The SCGI/PR began its activities in mid-1969 when it started receiving complaints and initiating proceedings against public officials, politicians, among others. In the same year, 57 (fifty-seven) processes were opened against (former) mayors of the state of Paraná, which constitute the focus of an ongoing research study. The processes against (former) mayors were analyzed through Content Analysis methodology, employing a qualitative approach, resulting in a series of categories for analysis. This article summarizes the analysis of a group of three categories related to political disputes and/or persecution that are present in three groups of documents referred to as units of analysis – (i) Complaint; (ii) CGI and SCGI/PR; and (iii) Defense – within the body of the mentioned processes, highlighting how the SCGI/PR served the self-interests of complainants, in addition to turning the subcommittee into an extension of the stage for local political rivalries.

**Keywords:** (Sub)General Investigation Committee; Content Analysis; Dictatorship; Paraná.

## *Apresentação do Sistema CGI*

Alguns autores como Alfred Stepan (1975), Celso Castro (2004; 2007; 2009) e José Murilo de Carvalho (2019a; 2019b) já apontavam para um certo afastamento entre uma espécie de mundo militar e mundo civil, sendo que os militares atribuíam a si uma superioridade moral em detrimento da imoralidade dos civis. Porém, residia em um suposto desejo civil pela intervenção militar na década de 1960 uma das justificativas para a execução do golpe civil-militar de 1964. Este argumento foi analisado como contraditório por Carlos Fico, já que a imagem da população perante os militares era depreciada – despreparados, demagógicos e com políticos civis corruptos –, mas considerados “aptos” ao conclamarem e autorizarem a ação golpista dos militares (FICO, 2021, p. 22).

Evidentemente que a suposta autorização da população não foi o único elemento usado para gerar uma ideia de legitimidade ao regime militar<sup>3</sup>. Porém, os militares, como afirma Paulo Sérgio Pinheiro, buscaram estabelecer um aspecto “pseudo-legal do poder” e assim legitimar o regime que instauraram e a sua continuidade. Pinheiro cita alguns dos aspectos que garantiram uma espécie de legalidade política: a sucessão presidencial, mesmo que indireta; o funcionamento do Congresso, salvo algumas interrupções; e a garantia de eleições para cargos federais, estaduais e municipais (PINHEIRO, 2010, p. 10). Anthony Perreira, estabelecendo o Brasil pós 1964 como uma ditadura, afirmou que o Estado brasileiro passou a não ser mais limitado pela Constituição e fez uso de ferramentas de exceção para que os militares se perpetuassem no poder e respondessem às demandas do país. Essas ferramentas de exceção só poderiam ser findadas pelo próprio regime em vigor, uma vez que era dele que partia sua elaboração (2010, p. 26-27).

Um grupo de ferramentas utilizadas para esse fim de manutenção dos militares no poder e a efetivação do regime de exceção foram os Atos Institucionais (AI). Dentre estes atos, o AI-5, encarado pelos próprios membros do Conselho de Segurança Nacional como a efetivação da ditadura, foi decretado em 13 de dezembro de 1968. Para Marco Mattos e Walter Swensson Jr. (2003, p. 31), o AI-5 garantiu ao poder Executivo uma certa independência dos poderes Legislativo e Judiciário, permitindo suspender garantias individuais dos cidadãos e aumentando o controle sobre toda a sociedade civil.

No bojo das garantias que o AI-5 trouxe ao regime militar estava a possibilidade de criar um órgão que regulasse o disposto em seu artigo 8°:

Art. 8° - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

3 Gláucio Ary Dillon Soares (1994) trabalha com uma série de argumentos que teriam sido usados como justificativa para o golpe de 1964.



Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.<sup>4</sup>

Criou-se a Comissão Geral de Investigações – CGI<sup>5</sup> –, que teve como principal finalidade “propor o confisco de bens de funcionários públicos corruptos”, desta forma, combatendo os atos de enriquecimento ilícito, em especial, dentro do serviço público. A comissão foi criada ainda em 1968 – Decreto n.º 359<sup>6</sup>, de 17 de dezembro de 1968 –, tendo funcionado até 1978. A CGI foi vinculada ao Ministério da Justiça, sendo presidida pelo ministro titular da pasta e conduzida pelo vice-presidente da comissão, que era sempre um militar. A CGI estabeleceu uma rede que se espalhou pelo país, tendo sua sede no Rio de Janeiro e formando o “Sistema CGI”, que era a integração da CGI com as SCGIs (Subcomissões da CGI) espalhadas pelos demais estados (FICO, 2004a, p. 109).

Diego Knack considera a CGI um “tribunal de exceção” e uma das mantenedoras do discurso moralizante proveniente da caserna de combate à corrupção. A CGI e suas subcomissões estaduais estiveram ligadas à ação repressiva e persecutória do regime militar, porém, seu alcance extrapolou a oposição política ao regime, alcançando também as “pessoas comuns” (KNACK, 2019a; 2020).

Assim, o sistema CGI espalhou-se pelo país com a pretensa intenção de combater a corrupção. No Paraná, a instalação da subcomissão foi acompanhada por alguns jornais de repercussão estadual, como o Diário do Paraná e o Diário da Tarde. Esses jornais fizeram diversas matérias após a decretação do AI-5 e do Decreto nº 359/68, narrando o desenvolvimento da CGI, suas intenções e o seu processo de capilarização. Em 27 de fevereiro de 1969, O Diário do Paraná estampou em sua capa a matéria que dava conta da criação da SCGI/PR (Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Paraná) – “Criada a CGI do Paraná” – afirmando que

4 Ato Institucional Nº 5/68. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm?=&undefined](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm?=&undefined)>. Acesso em 18 de setembro de 2024.

5 Antes da CGI criada em 1968, existiu a CGI que atuou no início do Golpe de 1964, sendo responsável pelos Inquéritos Policiais Militares – IPMs –, tendo sua legitimidade sustentada no artigo 10º do Ato Institucional nº 1, e que foi encerrada ainda no ano de 1964.

6 Decreto-lei Nº 359/68. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/delo359.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/delo359.htm)>. Acessado em 18 de setembro de 2024.

A Comissão Geral de Investigação, presidida pelo ministro Gama e Silva, da Justiça, em sua última reunião, decidiu pela constituição de uma subcomissão para atuar no Paraná. Como se sabe, a CGI atua em âmbito nacional e através de subcomissões nos Estados, apurando denúncias sobre enriquecimento ilícito. Efetivamente três subcomissões estão atuando, dentre as quais uma para Santa Catarina, que vem trabalhando há vários dias. Segundo informou-se vários diretores de órgãos públicos e personalidades catarinenses já foram intimados para deporem perante os membros da subcomissão da CGI, sobre diferentes inquéritos.<sup>7</sup>

Apesar disso, o real funcionamento da SCGI/PR só se deu com a oficialização da sua instalação em julho de 1969, tendo como presidente o General Brenno Pernetta.

A CGI, consequentemente suas subcomissões, se organizou naquilo que Fico (2004a; 2020) chamou de utopia autoritária, que se resume nos pilares básicos da repressão. Esses pilares se dividem em duas dimensões: uma saneadora, composta por policiamento, espionagem e censura da imprensa; e outra pedagógica, composta por incentivo aos bons costumes, propaganda política e a censura de ordem moralista. Nesse conjunto de pilares o combate à corrupção também foi um elemento importante, sendo que a partir da criação da CGI em 1968, esse combate foi representante tanto da dimensão saneadora, quanto da dimensão pedagógica.

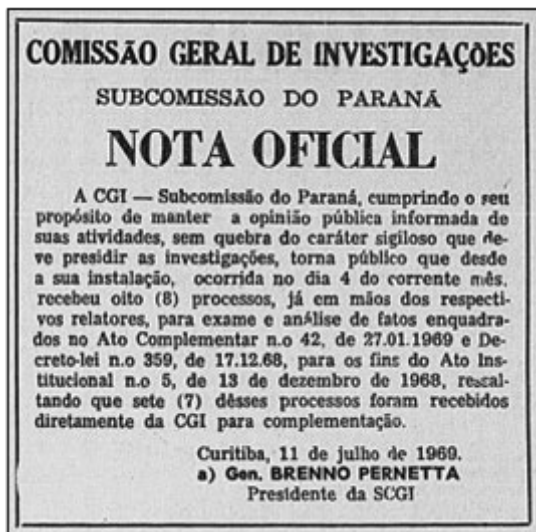
Knack, acompanhando a ponderação de Fico, afirma que a CGI, ao realizar o confisco de bens e afastamento de indivíduos de funções públicas, se enquadraria na dimensão saneadora. Porém, quando a comissão atuava no âmbito de uma renovação de costumes políticos, ela se apresentava ligada à dimensão pedagógica (2018, p. 97). Ou seja, a CGI agia de forma saneadora “ao caçar ou cassar corruptos” e atuava pedagogicamente promovendo “ações catalíticas”, uma forma de intimidação que se dava a partir de “convocações arbitrárias” de pessoas, prevenindo-as de punições em outro momento (Fico, 2004b, p. 38-39).

A imprensa, de uma forma geral, contribuiu para as ações pedagógicas da CGI e de suas subcomissões ao publicar as notas enviadas por esses

7 *Diário do Paraná*, 27/02/1969, p. 01. Disponível em <<http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/71117>>. Acessado em 19 de setembro de 2024.

órgãos. As notas, comumente, informavam a existência de investigações abertas (Imagem 1), mantendo o sigilo de quem era investigado, mas criando um ar de que qualquer pessoa que ocupasse um cargo ou função pública poderia estar sendo investigada.

**Imagem 1**



Fonte: *Diário do Paraná*, 12 de julho de 1969, p. 5 (Primeiro Caderno)<sup>8</sup>

Um dos aspectos que garantiu o fluxo de investigações nas subcomissões, como no caso da SCGI/PR, foram as constantes denúncias que chegavam de toda parte do estado. De acordo com o Decreto nº 64.203<sup>9</sup>, de 17 de março de 1969, que regulamentou a atuação da CGI, as denúncias poderiam ser provenientes de qualquer autoridade e esfera, assim como da própria CGI ou suas subcomissões, além de assegurar que cidadãos também pudessem encaminhar denúncias, desde que não fossem anônimas.

Também vale destacar que no Decreto-Lei nº 359/68 (mencionado acima) havia outros detalhes que merecem ser ponderados aqui: o artigo

8 Disponível em <<http://memoria.bn.gov.br/docreader/761672/72905>>. Acessado em 19 de setembro de 2024.

9 Decreto-lei Nº 64.203/69. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64203-17-marco-1969-405387-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 18 de setembro de 2024

4º afirmava que o indiciado, após notificado, tinha prazo de apenas oito dias para apresentar sua defesa por escrito, cabendo, inclusive à ele, vide o artigo 7º, a comprovação da legitimidade de seus bens adquiridos – ou seja, a inversão do ônus da prova. Além disso a CGI e suas subcomissões tinham a autonomia para requisitar informações, como consta no artigo 10º, a qualquer órgão federal, estadual e municipal, sendo que a recusa da prestação de informações poderia acarretar crime de prevaricação.

Dessa forma, as subcomissões foram alimentadas por denúncias que atingiram as mais diferentes esferas público-administrativas e tinham uma grande autonomia para o desenvolvimento de investigações diversas, enquanto aos indiciados era limitado o tempo para apresentação de defesa, além de necessitarem provar sua idoneidade diante de uma acusação sobre a qual não se conhecia a íntegra processual, já que o indiciado teria apenas o parecer preliminar do relator como elemento de acusação<sup>10</sup>.

A partir desta breve descrição do sistema CGI, na sequência serão apresentados alguns resultados, ainda parciais, de uma pesquisa em desenvolvimento<sup>11</sup> que parte de processos da SCGI/PR que atingiram, principalmente, (ex)-prefeitos do estado do Paraná e que foram abertos no ano de 1969, somando um total de 57 (cinquenta e sete) processos<sup>12</sup> – estes processos foram analisados por meio do método da Análise de Conteúdo de abordagem qualitativa, sem abandonar aspectos quantitativos, visando compreender o impacto da SCGI/PR nas disputas políticas locais durante a vigência do Regime Militar.

10 Este último aspecto pode ser observado a partir do Decreto nº 64.203/69.

11 A pesquisa em desenvolvimento está vinculada ao Programa de Pós-Graduação da UEM – PPH/UEM – sob orientação do professor Dr. Angelo Priori e tem como fontes de pesquisa os processos contra (ex)prefeitas(os), (ex)vice-prefeitas(os) e (ex)vereadoras(es) que foram investigados pela SCGI/PR. Esse conjunto de processos encontram-se armazenados no Arquivo Nacional de Brasília, também podendo ser acessados via a plataforma SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

12 Todos os cinquenta e sete processos encontram-se disponíveis na base de dado do SINA – Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Durante a pesquisa foi realizado o download da íntegra dos processos digitalizados. Para detalhes e visualizações dos processos, ver “Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional” em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>>.

## *Uso da Análise de Conteúdo e do MAXQDA para análise de fontes*

Quanto ao método da Análise de Conteúdo (AC), Roque Moraes afirma que ela é

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999).

Ou seja, o método, a partir de abordagens qualitativas e quantitativas, visa uma produção descritiva do conteúdo de uma mensagem, que é particionada e categorizada em um quadro de codificação. A partir daí é possível realizar inferências/interpretações do material que foi categorizado e assim fazer sua leitura para além do seu sentido manifesto, alcançando seu conteúdo latente. Para tanto, Roque Moraes estabeleceu um procedimento dividido em cinco etapas para o desenvolvimento de uma pesquisa utilizando-se do método da Análise de Conteúdo com abordagem qualitativa. As etapas são as seguintes (MORAES, 1998; 1999):

- Preparação das informações: consiste em uma seleção amostral das fontes por meio da leitura do material e na verificação de sua adequação à pesquisa proposta;
- Transformação do conteúdo em unidades: divide-se em quatro partes, a primeira consiste na (re)leitura do material para definição da unidade de registro – palavra, frase, tema, etc. –, a segunda na identificação da unidade em código, a terceira na reescrita da unidade em cartões e a última parte é o estabelecimento da unidade de contexto – unidade mais ampla que abrange diversas unidades de registro;
- Classificação das unidades em categorias: é o agrupamento dos dados compostos por elementos comuns entre si, podendo gerar vários níveis

- de hierarquia na categorização, a depender do número de etapas de reagrupamentos das unidades definidas anteriormente;
- Descrição: resume-se na etapa de elaboração de texto descritivo das categorizações, para apontar ideias importantes, ordená-las e sintetizar o conteúdo. Nesta etapa o uso de citações diretas é, sobretudo, recomendado;
  - Interpretação: é o processo interpretativo dos conteúdos manifestos e/ou latentes que estão presentes nas mensagens do material analisado. Assim o contexto e o referencial teórico são elementos importantes neste momento.

Conjuntamente ao método, foi utilizado o *software* MAXQDA como uma ferramenta de suporte para os processos de definição das unidades de registro e categorização dos conteúdos. Ele possui uma interface intuitiva que permite a rápida visualização das fontes, sua categorização e acompanhamento do desenvolvimento hierárquico das categorias, bem como a elaboração de visualizações dos dados etc. Ou seja, o *software* executa virtualmente ações que antes eram manuais, possibilitando um ganho de tempo no processo de análise.

Portanto, realizou-se a preparação das informações com um conjunto amostral de processos em que os denunciados/indiciados, ao menos inicialmente, eram (ex)prefeitos<sup>13</sup>. A partir das amostras iniciou-se a segunda etapa, a unitarização. As unidades de registro assumiram a característica temática, ou seja, sua definição levou em conta um tema específico no trecho selecionado/recortado, não se limitando obrigatoriamente às pontuações do texto e ou parágrafos.

Por sua vez, ao utilizar o MAXQDA, o processo de identificação por códigos e reescrita foram realizados de forma virtual, eliminando a necessidade de criar códigos numéricos para identificar as unidades categorizadas ou de reescrevê-las em fichas, uma vez que a/o pesquisadora(or) ao fazer as marcações na fonte analisada por meio do *software*, garante a reescrita por meio de registro em formato de imagens e/ou textos editáveis.

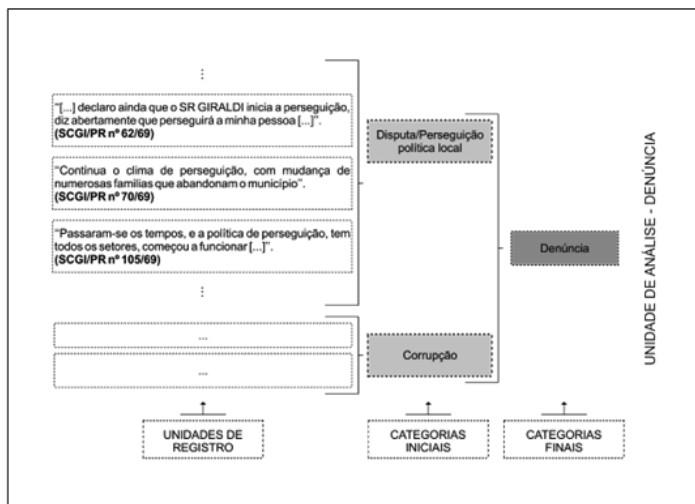
Quanto à delimitação da unidade contextual, ela foi estabelecida intratextualmente, sem esquecermos da importância de contextos extratextuais

13 Alguns processos tiveram outros denunciados/indiciados arrolados nas denúncias e/ou posteriormente acrescentados pela relatoria após análises provenientes de diligências realizadas pelo órgão.

fundamentais para a compreensão temporal e espacial do recorte da pesquisa. As unidades contextuais, portanto, englobaram várias unidades de registro, garantindo o significado delas de forma conjunta, uma vez que isoladas as unidades de registro podem perder seu significado.

Em um terceiro momento as unidades estabelecidas nas etapas anteriores passaram por um processo de categorização. Cada categoria foi estabelecida a partir de elementos comuns entre as unidades, organizando-se dentro de um conjunto hierárquico de categorias. Abaixo segue uma imagem ilustrativa de parte do conjunto de categorias analisado neste artigo (Imagem 2), sendo que o exemplo apresenta apenas o processo de unitarização, categorização inicial e final da Unidade de Análise de Denúncia<sup>14</sup>.

**Imagem 2**



Fonte: do autor

Portanto, as três primeiras etapas foram desenvolvidas com o conjunto de 57 (cinquenta e sete) processos da SCGI/PR que se referem ao ano de 1969. Estes processos foram subdivididos em três Unidades de Análise, cada uma representando um grupo de documentos específicos, sendo: (i)

<sup>14</sup> O processo de categorização pode envolver várias categorizações intermediárias entre a inicial e a final, o que pode contribuir para um processo mais ou menos hierarquizado de categorias. Quanto a ideia de “Unidade de Análise”, esta deve ser observada neste artigo como um conjunto de documentos com características similares e que se encontram dentro da fonte analisada – o processo da SCGI/PR.

Denúncia, grupo de documento composto por denúncias que geraram a abertura dos processos; (ii) CGI e SCGI/PR, grupo de documentos diversos – diligências, pareceres, notificações, resoluções etc. – correspondentes ao trabalho investigativo do Sistema CGI; e (iii) Defesa, grupo de documentos representado pela manifestação de defesa de indiciadas(os).

Ainda na Unidade de Análise de Defesa, a etapa só ocorreu em processos em que houve notificação para que a/o indiciada(o) apresentasse defesa, sendo que isso ocorreu em 26 (vinte e seis)<sup>15</sup> dos 57 (cinquenta e sete) processos analisados.

Assim, as duas etapas finais da AC – descrição e interpretação – serão desenvolvidas abaixo, levando em consideração apenas as seguintes categorias: (i) “Disputa/Perseguição política local”, da Unidade de Análise da Denúncia; (ii) “Denúncia fruto de perseguição/disputa política”, da Unidade de Análise da CGI e SCGI/PR; e (iii) “Disputa/Perseguição política”, da Unidade de Análise da Defesa.

Cada uma das categorias mencionadas acima teve sua conceituação inserida no que se chama “Livro de Códigos”<sup>16</sup>, uma espécie de manual de orientação construído para definir cada categoria e auxiliar no processo de categorização ao longo da análise.

## *Descrição das categorias selecionadas*

Partindo da conceituação estabelecida pelo Livro de Códigos da pesquisa, na sequência será apresentada uma descrição mais detalhada das categorias e quadros contendo citações diretas, que são as unidades de registro marcadas para suas respectivas categorias. Dados quantitativos e aspectos relacionais entre as Unidades de Análise também serão apresentados para contribuir com a etapa descritiva e posteriormente a etapa de interpretação dos dados.

<sup>15</sup> A Unidade de Análise de Defesa agrupou ao todo 56 (cinquenta e seis) indiciadas(os). Assim, fica evidente que alguns processos tiveram mais de uma/um indiciada(o), sendo que algumas(ns) exerciam funções públicas e/ou privadas para além do cargo de (ex)prefeito.

<sup>16</sup> Em que pese o andamento da pesquisa e a descrição detalhada das categorias aqui apresentadas, optou-se por não apresentar o Livro de Códigos, que estará disponível com a conclusão da pesquisa.



Na “Unidade de Análise – Denúncia”, composta por uma ou mais denúncias que originam um processo na SCGI/PR, a categoria “Disputa/Perseguição política local” foi conceituada da seguinte forma: Quando é apontada na denúncia a existência da perseguição ou da disputa política por meio dos mais variados expedientes – ameaça ou efetivação de cassação e demissão, ataques caluniosos etc. Este aspecto se difere da pura ação de estigmatização<sup>17</sup> a partir do conteúdo manifesto, que resulta na diminuição, desvalorização e menosprezo de quem é estigmatizado, não ignorando que aspectos desta categoria podem possuir em seu conteúdo latente a contribuição para a estigmatização.

No quadro abaixo (Quadro 1) estão apresentadas seis unidades de registro que compõem a categoria em questão. Vale destacar que foram selecionadas unidades que permitem verificar aspectos variados que no cerne do seu conteúdo se encontra o elemento categorial da disputa política e/ou perseguição política, além de terem sido selecionadas as unidades provenientes de denunciante com diferentes vínculos ocupacionais – funções dos denunciante.

17

Há outra categoria relacionada às três Unidades de Análise que se referem a ação de estigmatizar um indivíduo ou grupo. Quando o conteúdo manifesto teve como intenção agir de forma a depreciar este indivíduo ou grupo, ele foi categorizado nas categorias referente à estigmatização. Porém, não foi incomum identificar o conteúdo latente nas unidades de registro categorizadas em disputa/perseguição política local.

**Quadro 1** – Trechos ilustrativos da categoria “Disputa/Perseguição política” da “Unidade de Análise – Denúncia”

| NÚMERO DO PROCESSO   | CITAÇÃO DIRETA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | DATA     | AUTORIA     |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------|
| SCGI/PR<br>nº S/1/69 | Observamos ainda ser a família Thomazinho, sempre mancomunada com sr Miguel Garcia, Delegado de Polícia, fiel cumpridor das ordens dos Thomazinho, especialistas em calar os seus adversários, usando sempre de ameaças, de processos, de falsas testemunhas e de outras artimanhas, que a todos apavoram, uma vês que é conhecido o seu poder político e o alarde que os mesmos fasem de estarem protejigos politicamente, pelos exmos srs Deputados, Deputado Estadual sr. Dr. Miguel Dinize e Deputado Federal sr General Alípio Aires de Carvalho.                                                    | 30/04/69 | Vereadores  |
| SCGI/PR<br>nº 40/69  | Apoz o MM Juiz de Ivaiporã, declarar-me vitorioso e diplomado, em Janeiro-69 conseguiram através de contra parentes do sr. MANOEL TEODORO DA ROCHA, uma “CISEX” contra mim, executada por 2 tenentes da Cavalaria de Guarapuava, que só ouviu inimigos meus, adversários, apostadores perdedores, fornecedores privilegiados, sem nenhum outro objetivo senão a cassação de meu mandato e impedir a minha posse e BALANÇO GERAL. Apoz a minha posse, semanalmente iam a Guarapuava, SNI, Mattos Leão, Cel. Xavier de Miranda, levar notícias falsas calúnias, deturpações, etc, tudo visando a IMPUNIDADE | 28/07/69 | Prefeito    |
| SCGI/PR<br>nº 62/69  | Declaro ainda que na campanha política para a prefeitura municipal de Campo Novo [Quedas do Iguaçu], o SR GIRALDI a fim de angariar simpatia politica com o eleitorado caluniava seu adversário e incutia no eleitor que o outro lado eram elementos contrário ao regime.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 25/02/69 | Comerciário |

| NÚMERO DO PROCESSO   | CITAÇÃO DIRETA                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | DATA     | AUTORIA                |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|------------------------|
| SCGI/PR<br>nº 70/69  | [...] o qual, por motivos políticos, revelando perseguição e maldade, resolveu afastar diversos funcionários, pelo simples fato de haverem servido na administração anterior e entre estes, também o signatário, com um simples aviso de que sua situação funcional seria posteriormente resolvida              | 25/09/69 | Ex-funcionário Público |
| SCGI/PR<br>nº 82/69  | Para colocar seus protegidos, por perseguição e outros meios coativos, exonerou funcionários, despediu operários, injustamente, inclusive, rebaixando-os de categoria e vencimentos, prejudicando sensivelmente probos funcionários e auxiliares da administração anterior, objetivando seus macabros intentos. | 07/06/69 | Vereadores             |
| SCGI/PR<br>nº 105/69 | Passaram-se os tempos, e a política de perseguição, em todos os setores, começou a funcionar, sendo servidores públicos estaduais e municipais ameaçados em seus cargos [...]                                                                                                                                   | 26/11/69 | Vereador               |

Fonte: do autor

Na “Unidade de Análise – CGI E SCGI/PR”, no grupo de documentos “Parecer de relator sobre a Investigação (SCGI/PR)”, a categoria “Denúncia fruto de perseguição/disputa política” foi conceituada da seguinte forma: Quando é apontada, pelo relator, a existência de uma animosidade pessoal, funcional e/ou política, que evidencie a presença do componente de perseguição ou disputa política como fator gerador da denúncia. Este apontamento pode ser a partir da análise do relator ou da concordância com a defesa da(o) indiciada(o).

Novamente seis unidades de registro foram selecionadas para ilustrar a categoria em questão, como pode ser observado no quadro abaixo (Quadro 2). Nota-se que as citações, diferentemente das denúncias, não estão

restritas ao ano de 1969. No caso das denúncias, essa restrição é evidente por estarmos tratando de processos abertos no ano de 1969 e que têm essas denúncias como elemento motivador da abertura dos processos<sup>18</sup>. Por sua vez, os pareceres ou relatórios produzidos na SCGI/PR foram elaborados de acordo com o andamento processual, sendo que alguns foram mais rápidos e outros mais lentos.

**Quadro 2** – Trechos ilustrativos da categoria “Denúncia fruto de perseguição/disputa política” da “Unidade de Análise – CGI e SCGI/PR”

| NÚMERO DO PROCESSO   | CITAÇÃO DIRETA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | DATA     | AUTORIA               |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------|
| SCGI/PR<br>nº S/1/69 | Diante do retro especificado, verifica-se que a denúncia constante da inicial, é improcedente no que concerne aos fatos por ela apontados, sendo fruto de rivalidades políticas interioranas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 14/08/70 | Relator da<br>SCGI/PR |
| SCGI/PR<br>nº 19/69  | Inobstante as irregularidades constatadas pelos signatários da inicial, não há no processo notícia de que a prestação de contas de 1968 fôsse julgada pela Câmara Municipal, consoante dispõe o artigo 4º do Decreto-Lei nº 201 de 1967. Assim, é de se crer, que o levantamento efetuado, embora as irregularidades existentes, realizado em ano de eleição municipal, tinha como objetivo primacial, o de abalar o conceito do indiciado perante a opinião pública. Salienta-se, ainda, que o julgamento das contas também não foi efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em razão deste órgão ter passado a exercer a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios, somente a partir de 1969. | 15/03/76 |                       |

<sup>18</sup> Alguns processos tiveram mais do que uma denúncia, sendo que algumas ocorrem em anos posteriores ao da denúncia inicial, sendo que em algumas dessas denúncias também se evidenciaram a existência de unidades de registro que foram categorizadas como “Disputa/Perseguição Política”.

| NÚMERO DO PROCESSO   | CITAÇÃO DIRETA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | DATA     | AUTORIA            |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|--------------------|
| SCGI/PR<br>nº 56/69  | Pelo que se depreende da denúncia em causa, transparece que, os fatos denunciados, em linhas gerais, prendem-se a motivos de ordem política e de desafeição mútua, entre Câmara de Vereadores e Executivo Municipal, sendo bastante difícil de aquilatar até que ponto perdura o ódio e até onde podem ser os fatos denunciados admitidos como verdadeiros.                                                                                                       | 10/07/70 | Relator da SCGI/PR |
| SCGI/PR<br>nº 60/69  | Vê-se que o intuito da denúncia foi o de, pela ação da Subcomissão, pressionar a autoridade municipal no sentido de que essa regularize a obrigação assumida.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 16/11/70 |                    |
| SCGI/PR<br>nº 83/69  | Nos fatos que deram origem à presente investigação, ocorreram, segundo entendemos, casos de desordem administrativa que propiciaram a oportunidade de represália e intrigas políticas por parte de adversários dos indiciados.                                                                                                                                                                                                                                    | 15/03/76 |                    |
| SCGI/PR<br>nº 108/69 | Desta forma, temos que, na hipótese, o que ocorre efetivamente são desavenças de cunho político: a meta da pretensão denunciante era a “perda do cargo” do indiciado, desconceituá-lo perante a opinião pública, para então usufruir das vantagens decorrentes da situação. É justamente por isto, que desse a época dos fatos até a data atual, a Câmara Municipal não decidiu a respeito, e, pois, nada constatou sobre algum ilícito praticado pelo indiciado. | 08/03/76 |                    |

Fonte: do autor

Por fim, na “Unidade de Análise – Defesa”, composta pela defesa escrita do indiciado no processo, a categoria “Disputa/Perseguição política” foi conceituada da seguinte forma: Quando a defesa aponta para o uso da denúncia como ferramenta de disputa ou perseguição política.

O quadro abaixo (Quadro 3) segue a mesma lógica de apresentação que os anteriores, seis unidades de registro. Ponderam-se dois aspectos importantes: o primeiro refere-se ao denunciado/indiciado sendo apresentado com sua função – Prefeito ou Ex-Prefeito – levando em consideração o ano

de abertura do processo; o segundo diz respeito à possibilidade de algumas defesas terem sido produzidas por advogados, sendo estas assinadas por eles e acompanhadas de procurações que comprovam a ciência dos denunciados/indiciados sobre o conteúdo apresentado à SCGI/PR.

**Quadro 3** – Trechos ilustrativos da categoria “Disputa/Perseguição política” da “Unidade de Análise – Defesa”

| NÚMERO DO PROCESSO   | CITAÇÃO DIRETA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | DATA     | AUTORIA     |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------|
| SCGI/PR<br>nº S/4/69 | O supte. sofre perseguição implacável de seus, então, adversários políticos, há mais de dez anos (antes mesmo da redentora revolução de 1964) sofre, tenazmente, perseguição política em ataques veementes à sua honra e dignidade.                                                                                                                                                                                                                                                                         | 24/05/76 | Ex-Prefeito |
| SCGI/PR<br>nº 62/69  | É necessário, a fim de que melhor se compreenda a situação processual, trazer ao conhecimento da ilustre Comissão fatos que tipificam uma campanha de perseguições, desencadeada por interessados em prejudicar a administração do respondente.<br>A motivação dessa campanha é, a um só tempo, política e econômica.<br>Com efeito, o respondente foi alvo de uma denúncia feita às autoridades militares sediadas em Guarapuava, segundo a qual era autor os mesmos atos contidos no Relatório Preliminar | 23/11/70 | Prefeito    |
| SCGI/PR<br>nº 70/69  | [...] nos dois primeiros anos de seu mandato, enfrentou forte luta política com o ex-Vereador PEDRO BARBOSA FILHO, eleito pela ARENA-2 e líder na Câmara Municipal, da corrente por si derrotada nas eleições de Rondon.                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 01/06/74 | Ex-Prefeito |

| NÚMERO DO PROCESSO   | CITAÇÃO DIRETA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | DATA     | AUTORIA                           |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------------------|
| SCGI/PR<br>nº 75/69  | Há efetivamente uma oligarquia em Terra Boa, que odeia e espezinha o indiciado. É uma família despeitada, que não conseguiu derrotá-lo, digo, derrota-lo, que não se conforma com a sua vitória e com a sua presença na Chefia do Poder Executivo. Essa família se chama PEREIRA ALVES. São três irmãos que não pouparam, até hoje, seus esforços no sentido doentio e megalomaniaco de ver o indiciado o pelourinho de suas vinditas inomináveis. | 21/07/70 | Prefeito                          |
| SCGI/PR<br>nº 83/69  | [...] o denunciante e atual Prefeito de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, não obstante ter aquele as suas contas aprovadas pela Câmara Municipal, procurou, desde logo, iniciar uma campanha de difamação e intrigas, fazendo disto a sua meta principal.                                                                                                                                                                                                  | 14/12/70 | Ex-Prefeito e outro <sup>19</sup> |
| SCGI/PR<br>nº 108/69 | Para começo de conversa pondera a V. Excias. Que a Comissão de Investigação Sumária foi orientada por um desafeto pessoal e político do Defendendo o qual, “data vênica”, abusou da sua função para exercitar vindita [...]                                                                                                                                                                                                                        | 28/08/70 | Ex-Prefeito                       |

Fonte: do autor

Ainda com a intenção descritiva dos dados levantados, apresenta-se a tabela de quantificação de processos em que houve a presença de unidade de registro das categorias analisadas ao menos uma vez<sup>20</sup> (Tabela 1). A partir daí e tendo como universo da análise o volume de 57 (cinquenta e sete) processos contra (ex)prefeitos, foi possível estimar o percentual de

<sup>19</sup> Alguns processos tiveram mais de um indiciado, quando este não havia ocupado ou ocupava cargo de (vice)prefeito ou vereador, foram categorizados como “Outros”. No caso do processo SCGI/PR nº 83/69 duas pessoas foram notificadas a apresentarem defesas à SCGI/PR, sendo que ambos apresentaram suas defesas de forma conjunta em um único documento produzido por advogados de defesa, justificando assim a forma de aparição no quadro da unidade de análise da Defesa e no campo da “Autoria Função”.

<sup>20</sup> Em alguns processos evidenciou-se a presença de várias unidades de registro categorizadas como “Disputa/Perseguição política” nas Unidades de Análise de Defesa ou Denúncia, assim como “Denúncia fruto de perseguição/disputa política” na Unidade de Análise da CGI e SCGI/PR, mas os dados apresentados não levam em consideração este aspecto e sim a presença ou não em um processo.

processos em que as categorias em questão estiveram presentes, de acordo com suas Unidades de Análise.

**Tabela 1** - Quantidade de processos com a presença das categorias analisadas em relação as suas unidades de análise

| LISTA DE CATEGORIAS                                                                                                                                                                                                                                                                         | PRESENÇA EM PROCESSOS | %    | AUSÊNCIA EM PROCESSOS | %    | TOTAL EM % |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------|-----------------------|------|------------|
| UNIDADE DE ANÁLISE – DEFESA <sup>21</sup><br><ul style="list-style-type: none"> <li>Defesa de indiciada(o)</li> <li>Disputa/Perseguição política</li> </ul>                                                                                                                                 | 17                    | 65,4 | 9                     | 34,6 | 100%       |
| UNIDADE DE ANÁLISE – CGI E SCGI/PR<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Parecer da Relatoria da SCGI/PR</li> <li>Considerações e apontamentos                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Denúncia fruto de perseguição/disputa política</li> </ul> </li> </ul> | 10                    | 17,5 | 47                    | 82,5 | 100%       |
| UNIDADE DE ANÁLISE – DENÚNCIA<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Denúncia</li> <li>Disputa/Perseguição política</li> </ul>                                                                                                                                                           | 14                    | 24,5 | 43                    | 75,5 | 100%       |

Fonte: do autor

Além disso, por meio da ferramenta de visualização matricial de códigos do MAXQDA, foi possível verificar a correspondência das categorias em unidades de análise diferentes em um mesmo processo. Porém, em nenhum dos 57 (cinquenta e sete) processos iniciados no ano de 1969 foi identificada uma correspondência entre as três unidades de análise e as categorias aqui analisadas. Abaixo segue o quadro (Quadro 4) que

<sup>21</sup> A quantificação da Unidade de Análise de Defesa levou em consideração não o total dos 57 (cinquenta e sete) processos, mas a presença da Unidades de Análise de Defesa nos processos, ou seja, esta unidade de análise se fez presente em 26 (vinte e seis) processos.



apresenta os processos em relação às unidades de análise e as identificações de correspondências.

**Quadro 4** – Correspondência de categorias analisadas em unidades de análises diferentes nos processos

| LISTA DE CATEGORIAS                                                                                                                                                                                                                                                                         | Número do Processo na SCGI/PR |       |       |       |       |       |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                             | S/1/69                        | 53/69 | 57/69 | 62/69 | 70/69 | 78/69 | 83/69 |
| UNIDADE DE ANÁLISE – DEFESA<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Defesa de indiciada(o)</li> <li>Disputa/Perseguição política</li> </ul>                                                                                                                                               |                               | X     | X     | X     | X     | X     | X     |
| UNIDADE DE ANÁLISE – CGI E SCGI/PR<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Parecer da Relatoria da SCGI/PR</li> <li>Considerações e apontamentos                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Denúncia fruto de perseguição/disputa política</li> </ul> </li> </ul> | X                             | X     |       |       |       |       | X     |
| UNIDADE DE ANÁLISE – DENÚNCIA<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Denúncia</li> <li>Disputa/Perseguição política</li> </ul>                                                                                                                                                           | X                             |       | X     | X     | X     | X     |       |

Fonte: do autor

Os dados quantitativos dispostos na Tabela 1 e no Quadro 4 apontam para uma relevância da disputa política e/ou perseguição política como uma das ferramentas discursivas – conteúdos – manobradas nos processos analisados, especialmente em relação à Unidade de Análise de Defesa, onde ocorre a maior presença percentual deste discurso, apontando para um uso recorrente da justificativa de disputa e/ou perseguição política como elemento motivador da denúncia.

Porém, se as/os indiciadas(os) fizeram o uso deste expediente discursivo em cerca de um terço das defesas, os denunciantes aparecem na sequência com quase um quarto das denúncias apontando para o aspecto de

terem sofrido com disputas ou perseguições políticas por parte daqueles que denunciavam.

As correspondências entre denúncia e defesa, que são a maioria, acabam por enfatizar ainda mais a existência de embates políticos locais, uma vez que o uso do discurso persecutório por parte da denúncia e da defesa é sempre dirigidos aos seus antagonistas. Aqui é possível, portanto, notar que esses embates políticos deixaram de ocorrer apenas em suas arenas locais e ganharam o território institucional da SCGI/PR.

Não obstante, ao considerar que em pouco mais de um sexto dos processos as denúncias foram motivadas por intenções de perseguição e/ou disputa política, a subcomissão paranaense tinha noção do uso político que diversos denunciante fizeram do sistema CGI.

## *Interpretando os dados*

A última etapa metodológica da AC de abordagem qualitativa pressupõe a interpretação dos dados levantados a partir do processo de categorização. Assim, nesta etapa foram selecionados quatro processos que possuem correlação entre as categorias analisadas e suas Unidades de Análise. Os quatro processos fazem parte do grupo de processos mencionados nas etapas anteriores, tendo ilustrado os quadros e tabela apresentados.

Ainda vale fazer um importante apontamento aqui, pois o denunciado/indiciado não era informado quanto à autoria da(s) denúncia(s), uma vez que o ato de notificação, quando realizado, era acompanhado do Parecer Preliminar<sup>22</sup> produzido pelo relator do processo. Este documento não informava a autoria da(s) denúncia(s), porém, as tentativas do denunciado/indiciado de indicar a autoria da(s) denúncia(s), até com certa precisão em alguns processos, permitem afirmar a existência de embates locais.

22 Em alguns momentos os relatores chamavam este documento de relatório preliminar e em outros momentos apontavam para sua função de parecer. Como o documento em questão fazia uma avaliação da denúncia e recomendava ações da SCGI/PR, decidimos por uniformizar a nomenclatura do documento como Parecer Preliminar

Os processos SCGI/PR nº 62/69 (Campo Novo<sup>23</sup>) e nº 70/69 (Rondon) são exemplos destes embates e possuem correspondências discursivas – conteúdo – entre as Unidades de Análise de Denúncia e Defesa. No primeiro caso, Pedro Alzide Giraldi, prefeito eleito em 1968 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – informação sobre a filiação partidária só foi mencionada em um relatório da 5ª Região Militar – foi denunciado por meio de uma série de depoimentos colhidos por um oficial do 1º Esquadrão Independente de Cavalaria de Guarapuava/PR.

Um dos depoimentos<sup>24</sup>, feito por um comerciante local, apontou que durante as eleições de 1968, Giraldi utilizou-se do expediente de calúnias e afirmações de que seu adversário era alguém contrário ao regime militar. Ou seja, a unidade de registro categorizada como “Disputa/perseguição política” se sustenta no uso de estigmatização<sup>25</sup> por parte do candidato eleito e foi apontada como uma ferramenta injusta no jogo político local, sendo que a suposta calúnia visava atribuir ao adversário de Giraldi a imagem de alguém perigoso ao sistema estabelecido pelo militares, que, em última análise, poderia se enquadrar como perturbador da ordem ou mesmo subversivo, tal como no imaginário produzido pelo regime militar e fixado na introdução do Ato Institucional nº 5, assim, construindo uma imagem negativa sobre o seu adversário.

Por sua vez, o Prefeito Giraldi, em sua defesa<sup>26</sup>, apontou para o uso das denúncias como ferramentas de perseguição contra si. Vale destacar que as denúncias foram compostas por acusações que serviram de base para outras ações que foram apresentadas para a justiça comum, incluindo acusações de estupro, exercício ilegal da medicina, contrabando de café e outras. Tais denúncias também carregavam um efeito estigmatizador,

23 Campo Novo foi a primeira denominação do atual município de Quedas do Iguaçu na região Centro-Sul do Paraná.

24 SCGI/PR, PROC. 62/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Declaração de Gabriel Disarz em 25 de fevereiro de 1969.

25 Erving Goffman considera o estigma como uma ação reparadora a alguém que tenha se desviado de uma norma estabelecida na sociedade em um dado momento histórico. O estigma é uma marca simbólica, e quem a recebe passa por medidas de restauração feita por uma agência de controle para que volte à norma estabelecida (2008, p. 138).

26 SCGI/PR, PROC. 62/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Defesa de Pedro Alzide Giraldi, produzida pelo advogado de defesa Élio Narezi, em 23 de novembro de 1970.

porém dirigidos ao prefeito eleito Pedro Alzide Giraldi, que afirmou que tais denúncias – apresentadas no Parecer Preliminar da SCGI/PR – já haviam sido apresentadas “às autoridades militares de Guarapuava”.

Neste último ponto, Giraldi tenta desacreditar as denúncias por considerar que elas já haviam passado pelo crivo de militares, ou seja, os pares daqueles que estão na própria Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Paraná. Porém, deve ser reforçado aqui a intenção dos aspectos denunciados, estando eles vinculados não apenas ao contexto eleitoral de 1968, mas também à ordem moral e a fatos anteriores ao próprio pleito em questão.

O princípio moralizador do regime militar era recorrentemente exposto, como ocorre na introdução de vários Atos Institucionais. Além disso, Carlos Fico (2001) pondera a existência de um discurso ético-moral dos militares que apontava para o caráter venal dos políticos civis, ou seja, no imaginário do regime militar o político civil se corromper era praticamente inevitável. Diego Knack (2019b), corroborando com essa perspectiva de Fico, ainda aponta que era recorrente nas denúncias encaminhadas ao sistema CGI o acréscimo da condenação moral ao denunciado, o que poderia impactar ainda mais sua imagem.

Assim, a análise dos depoimentos motivadores da abertura do processo SCGI/PR nº 62/69 permite observar a presença de um discurso moralizante por parte dos denunciantes, que para além de denúncias sobre ilicitudes na gestão pública de Giraldi, havia críticas quanto à conduta pessoal do Prefeito.

Ao tomarmos outras fontes como recursos de contexto externo ao processo, verificamos que, ao menos, o caso de contrabando de café havia circulado na imprensa do estado do Paraná no primeiro semestre de 1962. O jornal Última Hora (PR) foi quem deu destaque para o caso. Segundo a matéria “Acusação de Giraldi: Confúcio dirigiu o contrabando de café”<sup>27</sup>, após sessenta dias de prisão, Pedro Giraldi passou a colaborar com a investigação. Os detalhes desta matéria não são relevantes para o que se pretende aqui, mas sua existência pode ser encarada como elemento corroborativo para as denúncias feitas à SCGI/PR.

27 *Última Hora*, 11/05/1962, p. 07.

Ainda se tratando de contexto, é importante observar o enfrentamento político nas eleições de 1968 em Campo Novo, quando Pedro Alzide Giraldi enfrentou João Carlos Della Vecchia pelo posto de chefe do executivo municipal – ambos por sublegendas da ARENA<sup>28</sup>. Essa eleição se deu três anos depois da implantação do bipartidarismo<sup>29</sup>, que abriu caminho para a organização de dois partidos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o primeiro partido de base governista e o segundo oposicionista.

Ou seja, a denúncia que apontava o uso de calúnias de Giraldi contra Della Vecchia abre a possibilidade de sugerir a existência de uma rivalidade entre dois candidatos do mesmo partido. Essa possibilidade se acentua quando se observa que um dos denunciante foi o vereador eleito em 1968, também pelo ARENA, José Kwintkowski. Alessandro Batistella produziu um extenso trabalho sobre a gênese do ARENA e do MDB no Paraná, apontando, dentre outros aspectos, a grande capilaridade do partido governista – alcançando todas as cidades paranaenses – e as dificuldades de a oposição alcançar a mesma presença.

Porém, Batistella (2019, 87-88) afirma que se a ARENA teve maior capilaridade e conseguiu atrair um número maior de políticos das diversas legendas extintas pelo AI-2, o partido também absorveu as rivalidades locais ao admitir políticos dos mais variados partidos e que eram rivais nas regiões e municípios em que exerciam suas forças políticas.

Além disso, mesmo quando o denunciado não identificava com precisão seu(s) denunciante(s), a rivalidade política poderia ser observada em discursos dentro do processo da subcomissão paranaense, como foi o caso do processo SCGI/PR nº 70/69. Uma das denúncias<sup>30</sup>, realizada por um ex-funcionário da prefeitura de Rondon<sup>31</sup>, considerava que a prática da

28 Mapa eleitoral do pleito de 1968 em Campo Novo. TRE/PR, Município de Campo Novo. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19681115A79553.pdf>>. Acesso em 10/10/2024.

29 Em 1965 ocorreu a extinção dos partidos políticos por meio do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

30 Houve duas denúncias, uma em setembro de 1969 – que motivou a abertura do processo – e outra em março de 1970, que também foi acolhida pela relatoria. Esta segunda denúncia foi formulada pelo vereador do MDB, Horácio Alves Ló.

31 SCGI/PR, PROC. 70/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Denúncia de Luiz Alves Tenório em 25 de setembro de 1969.

demissão de funcionários da prefeitura ocorrida após a posse de Alcindo Sisti foi devida a motivação política, pelo fato de os funcionários afastados terem servido a gestão anterior – Primo Mangiolardo. No discurso do denunciante ainda é possível identificar o conteúdo latente da estigmatização dirigida ao denunciado, quando lhe atribui a “perseguição e maldade” como norteadores da motivação política, ou seja, a demissão dos funcionários carregava um aspecto de perversidade e/ou vingança, talvez pela derrota de Sisti para Mangiolardo ainda em 1963<sup>32</sup>.

Sisti, em sua defesa feita no ano de 1974<sup>33</sup> – quando não era mais prefeito –, considerou a denúncia como uma ação de caráter persecutório, mas atribuiu a responsabilidade da perseguição, ou seja, o denunciante como sendo o vereador Pedro Barbosa Filho. Sua justificativa pairava sobre o argumento de que teria realizado enfrentamentos com este vereador, o “líder” da Câmara local e vinculado ao “ARENA-2”, que seria uma corrente contrária à da ARENA que o elegeu.

Neste processo, a rivalidade política interna na ARENA fica ainda mais evidente. Mesmo que Alcindo Sisti tenha atribuído a denúncia ao vereador Pedro Barbosa Filho, que não foi arrolado como denunciante no processo em questão, ele usou o argumento da disputa/perseguição política como uma das justificativas motivadoras da denúncia e que ela era proveniente de uma outra ala do partido ARENA, ignorando o fato – uma vez que os processos eram sigilosos – de que uma segunda denúncia foi formulada por um vereador contemporâneo de Barbosa Filho, mas do MDB – Horácio Alves Lô.

Também ocorreram correspondências entre denúncias e pareceres da relatoria da SCGI/PR, assim como entre defesas e pareceres da relatoria. Cabe ressaltar que os relatores da subcomissão, quando se utilizavam de discursos categorizados como “Denúncia fruto de perseguição/disputa política”, o faziam em prol do denunciado/indiciado. Desse modo, ao

32 Ainda antes do golpe de 1964, Primo Mangiolardo (PR) e Alcindo Sisti (PDC) concorreram ao pleito para o cargo de chefe do Executivo de Rondon, sendo que o primeiro foi o vitorioso. Ver Mapa eleitoral do pleito de 1963 em Rondon. TER/PR, Município de Rondon. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19631006A78298.pdf>>. Acesso em 10/10/2024.

33 SCGI/PR, PROC. 70/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Defesa de Alcindo Sisti em 01 de junho de 1974.

observarmos o processo SCGI/PR nº S/1/69 (Rancho Alegre), vemos a correspondência entre denúncia e parecer da subcomissão.

Os denunciantes do processo em questão, um grupo de vereadores<sup>34</sup>, dirigiram a denúncia contra o ex-prefeito Décio Thomazinho e o prefeito Jarbas Thomazinho. O grupo de vereadores apontou para o uso da influência da “família Thomazinho” junto ao delegado de polícia para inibir os adversários políticos. Os Thomazinho também eram, supostamente, protegidos por deputados estadual e federal.

Ao observarmos as listas de resultados eleitorais da cidade de Rancho Alegre<sup>35</sup>, verificamos que naquela cidade ocorriam eleições desde 1961, sendo que os dois primeiros pleitos eleitorais – 08/10/61 e 03/10/65 – foram marcados pela vitória de Décio e Jarbas Thomazinho respectivamente. O que ajuda a compreender a forma de se referir aos dois políticos como “família Thomazinho”, uma ideia de que o poder político local estivesse relacionado com esta família que possuía vínculos políticos e influência local que lhes garantissem a manutenção do poder local.

Soma-se a estes aspectos outro ponto relevante, pois, diferentemente da maioria das cidades do Paraná que tiveram eleições municipais em 1968, as eleições de Rancho Alegre ocorreram em 30 de novembro de 1969<sup>36</sup>. Portanto, não podemos deixar de apontar que a denúncia foi assinada seis meses antes do pleito, tendo como seus signatários quatro vereadores eleitos em 1965, dos quais, no pleito de 1969, Luiz Rett foi o candidato a prefeito pela sublegenda MDB I e Hélio Bruno a vice-prefeito pela sublegenda MDB III<sup>37</sup>. Neste pleito, dentre outros candidatos, ainda concorreu Décio Thomazinho para o cargo de prefeito pela sublegenda ARENA I, sendo ele novamente eleito para o cargo de prefeito.

34 SCGI/PR, PROC. S/1/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Denúncia conjunta dos Vereadores Rui Gomes, Luiz Rett, Helio Bruno e Alcindo Pires em 30 de abril de 1969.

35 Mapas eleitorais dos pleitos de 1961 e 1965 em Rancho Alegre. TRE/PR, Município de Rancho Alegre. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19611008A78034.pdf>> e <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19651003A78034.pdf>>. Acessos em 10/10/2024.

36 Mapa eleitoral do pleito de 1969 em Rancho Alegre. TRE/PR, Município de Rancho Alegre. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19691130A78034.pdf>>. Acesso em 10/10/2024.

37 Esta chapa era encabeçada por Rolando Momesso, que não fez parte do grupo de vereadores que denunciaram os irmãos Thomazinho.

A denúncia proveniente de membros do MDB não era algo incomum, Knack observou que membros da ARENA e do MDB recorreram ao sistema CGI:

No caso das denúncias enviadas por arenistas, há uma clara identificação de correligionários da agremiação com as linhas mais gerais do discurso oficial, como a ênfase no combate à corrupção. Por outro lado, vale observar que partidários do MDB também enviaram denúncias contra seções municipais ou prefeitos eleitos pela ARENA, ainda que em menor número (KNACK, 2019b, p. 168).

Desse modo, partindo da forma como os irmãos Thomazinho foram apresentados – uma espécie de família que tinha a cidade de Rancho Alegre como seu feudo político – e o contexto partidário e eleitoral que se avizinhava, sem entrar no mérito de culpabilidade ou não dos denunciados/indiciados, fica patente a existência de uma intenção política de enfraquecer os irmãos Thomazinho, que ao terem exercido a chefia do executivo local, teriam um capital político que poderia impulsionar a manutenção dos irmãos no poder em um formato de rodízio entre eles.

Para além do enfraquecimento político, a investigação, caso levada às últimas consequências – punição por confisco de bens –, também poderia ensejar sugestão de outras punições, como perda de direitos políticos e cassação. Porém, a abertura do processo ocorreu apenas em 08 de julho de 1969 e sua primeira diligência foi iniciada quinze dias depois, além do processo ter tramitado em sigilo, não resultando em difusão pública da situação de investigação.

As investigações da SCGI/PR levaram à produção do Parecer Final em 14 de agosto de 1970<sup>38</sup> – quando Décio Thomazinho já ocupava o posto de prefeito reeleito de Rancho Alegre, substituindo Jarbas Thomazinho –, não apontando para a necessidade de notificar os indiciados<sup>39</sup>, mas sugerindo

38 SCGI/PR, PROC. S/1/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Parecer Final do Relator da SCGI/PR, Antônio Soares Portugal, em 14 de agosto de 1970.

39 Apesar de não notificados, uma das diligências foi dirigida à prefeitura de Rancho Alegre em outubro de 1969, enquanto Jarbas Thomazinho era prefeito da cidade. Dessa forma, a SCGI/PR permitiu que o prefeito denunciado junto com seu irmão (ex-prefeito) pudesse ter conhecimento da existência de uma investigação que poderia os alcançar.

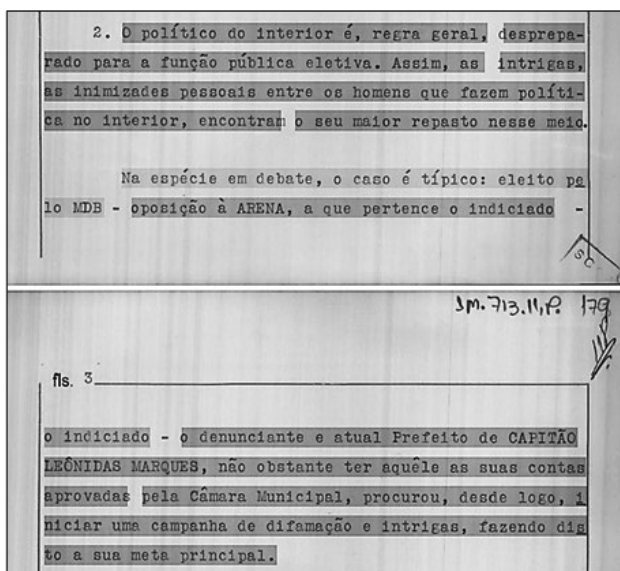


o arquivamento do processo. Dentre os aspectos apontados pelo relator, há sua consideração de que a denúncia era improcedente e “fruto de rivalidades políticas interioranas”. Desta vez a rivalidade havia ocorrido entre os dois partidos, tendo em vista o pleito que ocorreria em 1969.

Por fim, o processo SCGI/PR nº 83/69 (Capitão Leônidas Marques) possui uma correspondência entre defesa e parecer da relatoria da SCGI/PR nas categorias que tratam de disputas e perseguições políticas. No que tange à defesa conjunta do ex-prefeito Otto Francisco dos Passos (PDC) e do funcionário público estadual Lauro Francisco dos Passos, dentre outros argumentos, a disputa e perseguição política foi iniciada pelo prefeito denunciante, Vitor Valendorf (MDB), desde o início de sua gestão – 1969-1973.

A defesa neste processo possui duas unidades de registro que tratam da categoria “Disputa/Perseguição política”, pois o tema foi entrecortado pelo tema de outras duas categorias referentes ao vínculo partidário do denunciante, prefeito Vitor Valendorf, e do denunciado/indiciado, ex-prefeito Otto Francisco dos Passos. A imagem abaixo (Imagem 3) ilustra este aspecto metodológico da categorização, sendo que as marcações no texto, em três cores diferentes, se referem às três categorias diferentes.

**Imagem 3**



A defesa<sup>40</sup> argumentou que em regiões interioranas havia pouco preparo dos políticos para desempenharem as funções públicas para as quais foram eleitos, além de serem locais que propiciavam o desenvolvimento de “intrigas” e “inimizades pessoais” envolvendo os políticos. Tal aspecto foi acentuado ao citar os vínculos partidários que estão no contexto do enredo processual, “[...] o caso é típico: eleito pelo MDB – oposição à ARENA, a que pertence o indiciado – o denunciante e atual Prefeito de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES” teria atuado para depreciar seu adversário político, mesmo que para isso tivesse questionado as contas da gestão de Passos, que teriam sido aprovadas pela Câmara Municipal.

O argumento acima, apresentado pela defesa, foi aceito pelo relator da SCGI/PR, que em seu Parecer Final<sup>41</sup>, considerou que a “desordem administrativa” – referente à falta de organização documental burocrática da gestão de Otto Francisco dos Passos – teria aberto espaço para as “intrigas políticas”. Ou seja, nesta desordem residiria o argumento de Vitor Valendorf para acionar a subcomissão contra seu adversário político e antecessor, o que aponta mais uma vez para o uso da SCGI/PR como uma ferramenta para desabonar adversários político e fazer uma autoafirmação de si – do denunciante – como indivíduo em oposição ao indiciado, ou seja, honesto, anticorrupção, avesso ao enriquecimento ilícito etc.

Para Knack (2019b, p. 162-163) o sistema CGI ainda foi usado em casos de pequenas cidades por prefeitos e vereadores que visavam atingir seus antecessores, sendo que prefeitos fizeram uso deste expediente após assumirem a prefeitura com a intenção de afastar de si quaisquer tipos de suspeitas e se afirmarem politicamente. Ou seja, “[...] as subcomissões serviam comumente ao confronto de facções políticas em nível local”.

Além disso, vale destacar a utilização da menção partidária. No processo SCGI/PR nº 83/69, a menção do vínculo partidário ocorre apenas na defesa, sendo ignorado pelo denunciante. Há uma clara intenção, por parte da defesa, em usar o antagonismo entre MDB e ARENA para sustentar

<sup>40</sup> SCGI/PR, PROC. 83/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Defesa conjunta de Otto Francisco dos Passos e Lauro Francisco dos Passos, produzida pelos advogados de defesa Octacílio Riberiro da Silva e Anísio Garcia Martin, em 14 de dezembro de 1970.

<sup>41</sup> SCGI/PR, PROC. 83/69. In: Fundo: Comissão Geral de Investigações - BR DFANBSB. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional, Parecer Final do membro da SCGI/PR, Nadir Prohmann Arco-Verde, em 15 de março de 1976.

o argumento da existência de disputa/perseguição política local, mas também serviu para marcar uma posição em relação ao regime mantenedor da estrutura do sistema CGI, uma vez que Otto Francisco dos Passos se afirma como vinculado à ARENA, partido de sustentação dos militares no poder. Ou seja, ao reafirmar ser um arenista – uma representação positiva de si<sup>42</sup> no contexto político nacional em que se defendeu –, Passos também pode ter intencionado um afrouxamento ou mesmo uma decisão favorável a si por parte da subcomissão. O que talvez evidencie a falta de menção dos vínculos partidários por parte do denunciante, Vitor Valendorf<sup>43</sup>, que poderia temer a possibilidade de retaliação por parte do órgão ao verificar sua filiação ao partido de oposição ao regime militar.

## *Considerações finais*

A partir das categorias analisadas, foi possível, ainda na etapa descritiva, verificar a transferência do embate político local para o interior da SCGI/PR, havendo inclusive a ciência da própria subcomissão. Na etapa interpretativa pode-se notar os aspectos de moralização e rivalidade política local – no interior do Paraná – presentes nos processos da SCGI/PR, utilizando-se de aspectos presentes em discursos estabelecidos por militares e que se capilarizaram para as áreas interioranas via diversas estruturas, como a imprensa regional e o próprio sistema CGI. Ao tomarmos o processo contra Pedro Alzide Giraldi, ficou evidente o uso de aspectos desabonadores da conduta pessoal do prefeito denunciado, inclusive com mais destaque do que

---

42 Goffman trata do conceito de representação a partir da lógica teatral, quando um indivíduo – ator – representa/apresenta algo diante um outro – plateia –, buscando fazer com que este outro acredite em sua representação. Portanto, o ator executa papéis diferentes para públicos diferentes, sendo que a complexidade dessa representação nem sempre se apresenta como uma realidade total ou parcial. Pode haver elementos dissimulados durante a representação e a sua execução pode ser intencional ou não (GOFFMAN, 2003, p. 9-12).

43 Não ignoramos a hipótese de a subcomissão ter ciência dos vínculos partidários, uma vez que, por meio de dados eleitorais e públicos, não seria difícil obter tais informações. Porém, a intenção da construção do discurso, o que é dito e o que é omitido, nos permite fazer algumas conjecturas como as apresentadas.

outro tipo de denúncia sobre possibilidade de corrupção e/ou enriquecimento ilícito em sua gestão, para atrair a atenção da SCGI/PR.

A denúncia contra Giraldi também aponta para a existência de uma rivalidade política no interior do partido ARENA na cidade de Campo Novo, assim como a defesa de Alcindo Sisti. Mas os embates locais entre MDB e ARENA também extrapolaram para dentro do sistema CGI, como no caso do processo SCGI/PR nº S/1/69, que foi iniciado antes do pleito municipal de novembro de 1969 que colocaria um dos denunciados e alguns denunciante em disputa pela chefia do Executivo de Rancho Alegre.

Por fim, o processo SCGI/PR nº 83/69, para além da rivalidade política, mostra que a subcomissão também foi uma ferramenta de autoafirmação por parte de denunciante, como o prefeito Vitor Valendorf (MDB), que ao apontar supostas ilegalidades na gestão do seu antecessor, buscou se livrar das responsabilidades herdadas e se colocar como alguém em defesa da honestidade em oposição à desonestidade do denunciado.

A SCGI/PR serviu como um espaço de denúncia moral e de ilegalidades de prefeitos, principalmente civis<sup>44</sup>, contribuindo também para a sustentação do discurso de imoralidade civil e de salvaguarda dos militares, assim como contribuiu para legitimar uma instituição pseudo-legal, sistema CGI, mesmo que em diversos processos possa ser vislumbrado um interesse particular dos denunciante em detrimento do interesse em contribuir com a sociedade local.

Neste sentido, podemos considerar que a SCGI/PR, no que tange aos processos de 1969 contra (ex)prefeitos paranaenses e as categorias aqui analisadas, também foi um mecanismo de prolongamento de disputas eleitorais e rivalidades locais – tanto internamente na ARENA, quanto entre o MDB e a ARENA. O uso do órgão ainda garantiu que denunciante e denunciado pudessem exacerbar essa rivalidade por meio da estigmatização, além de garantirem uma representação positiva de si diante de uma instituição do regime militar. Em um contexto de exceção, que gerou um “Tribunal de Exceção” – como o sistema CGI foi chamado por Diego Knack –, o reforço

44

A existência de denúncia contra militares mostra que alguns estiveram envolvidos politicamente em muitos municípios e foram acusados de práticas semelhantes àquelas denunciadas pelos militares em seus discursos moralistas (KNACK, 2019b, p 176). Não foi o caso dos processos aqui analisados, mas o registro torna-se importante para informar que militares também foram alvos de denúncia no sistema CGI.

da imagem do chefe do executivo local também era algo que pode ser visto como uma vacina preventiva para garantir sua continuidade política.

## *FONTES:*

SCGI/PR, PROC. S/1/69. In: Fundo: **Comissão Geral de Investigações – BR DFANBSB**. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

SCGI/PR, PROC. 62/69. In: Fundo: **Comissão Geral de Investigações – BR DFANBSB**. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

SCGI/PR, PROC. 70/69. In: Fundo: **Comissão Geral de Investigações – BR DFANBSB**. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

SCGI/PR, PROC. 83/69. In: Fundo: **Comissão Geral de Investigações – BR DFANBSB**. SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

## *Referencias bibliográficas*

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In.: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia (Edição do Kindle), 2019<sup>a</sup>, pp. 22-87.

\_\_\_\_\_. Uma república tutelada. In.: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia (Edição do Kindle), 2019b, pp. 11-20.

CASTRO, Celso. Em campo com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. (Org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV (Edição do Kindle), 2009.

\_\_\_\_\_. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

- \_\_\_\_\_. Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ditadura militar: prefácios, palestras & posts. Formato eBook Kindle, 2020
- \_\_\_\_\_. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, pp. 05-57, jan./jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, nº 47, pp. 29-60. São Paulo, 2004b.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. 11ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- KNACK, Diego. *Ditadura e Corrupção: a Comissão Geral de Investigações e o confisco de bens de acusados de enriquecimento ilícito no Brasil (1968-1978)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- \_\_\_\_\_. O estabelecimento de um tribunal de exceção contra supostos corruptos: o sistema CGI (1968-1978). In.: DAHÁS, Nashla; RIBERTI, Larissa Jacheta; JOFFILY, Mariana (org.). 1968: perspectivas desde o tempo presente. São Paulo: Letra e Voz, 2020, pp. 209-226.
- \_\_\_\_\_. Os usos políticos do moralismo anticorrupção pela ditadura militar brasileira. *Cadernos do NUPPOME*, v. 2, pp. 13-20, 2019a.
- \_\_\_\_\_. Um tribunal de exceção na ditadura: as investigações do sistema CGI e o combate à corrupção. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b. 623 f.
- MATTOS, Marco A. V. L. de; SWENSSON JR., Walter C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, pp. 7-32, 1999.
- \_\_\_\_\_. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à Análise de Conteúdo. In: GRILLO, Marlene Corroero; MEDEIROS, Marilú Fontoura

de (orgs.). A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, pp. III-130.

PEREIRA, Anthony. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio à edição brasileira: o enigma da legalidade do autoritarismo. In: PEREIRA, Anthony. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010, pp. 09-16.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). 21 anos de regime militar. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp. 09-51.

STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

# SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO PARA CONTROLE DE CLASSE: O CASO DA ITAIPU BINACIONAL (1974-1983)<sup>1</sup>

*Communication systems for class control: the case of  
ITAIPU binacional (1974-1983)*

---

*Jussaramar da Silva<sup>2</sup>*

## RESUMO

O artigo discute as questões referentes aos sistemas internos de comunicação de Itaipu para controle da classe trabalhadora, bem como a participação das suas Assessorias de Segurança nos sistemas de informações no Brasil e seus indícios no Cone Sul. Fontes pesquisadas recentemente indicam aquisição de sistemas de rádio para comunicação criptografada, revelando novas formas de se pensar a questão da repressão e envolvimento de empresas durante a ditadura militar-empresarial. Os organogramas e os dados de compra de equipamentos são o mote da discussão apresentada, tendo como pano de fundo a compreensão de que se tratou de uma forma orquestrada de organização da repressão no Brasil e nos países da região.

*Palavras-chave:* Itaipu Binacional. Sistema de rádio. Controle de classe.

## ABSTRACT

The article discusses issues relating to Itaipu's internal communication systems for controlling the working class, as well as the participation of its Security Advisors in information systems in Brazil and its evidence in the Southern Cone. Sources recently researched indicate the acquisition of radio systems for encrypted communication, revealing new ways of thinking about the issue of repression and involvement of companies during the military-business dictatorship. The organizational charts and equipment purchase data are the subject of the discussion presented, with as a backdrop the understanding that it

- 
- 1 \* Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do Programa PDR - Jovem Pesquisador Fluminense Sem Vínculo – 2022 com bolsa de Pós-doutorado.
  - 2 Pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina e Caribe da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



was an orchestrated way of organizing repression in Brazil and in the countries of the region.

*Keywords:* Itaipu Binacional. Radio system. Class control.

## Introdução

Entender as formas de comunicação no universo repressivo é uma questão constante entre os pesquisadores, especialmente entre aqueles que buscam dados sobre como os aparelhos utilizados se articularam. Trata-se de entender como, em meio a toda a repressão, perseguição, organização dos sistemas, havia uma comunicação centralizada, organizada e orquestrada. Não raro, os pesquisadores do tema encontram, em meio à documentação do sistema repressivo no Brasil, dados exatamente iguais nos documentos, ou muito similares. Isso significou uma forma orquestrada de atuação, que teve como mote de divulgação o espalhamento do medo, da ameaça comunista ou da necessidade de combate ao inimigo interno.

Ao consultar informações sobre a atuação de Itaipu durante a ditadura, foi possível verificar que o grande volume documental se referiu aos trabalhadores. Documentos internos, ainda de 1974, ano em que se iniciaram as obras de alvenaria para formação do lago e implementação da empresa, dão conta da organização das Assessorias de Segurança, como vemos no *“Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu”*. O regimento integra um dossiê que recebe a identificação BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149 - Itaipu binacional (diversos). – Dossiê, e encontra-se alocado no fundo do Conselho de Segurança Nacional - BR DFANBSB N8 e é acessível pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Os elementos sobre a organização da segurança e das informações constam no Art. 59 do referido regimento e revela:

Art. 59 - SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. O Diretor-Geral e o Diretor-Geral Adjunto, de forma coordenada, terão a seu cargo, em seus respectivos países, as atividades de segurança e informações de interesse da Entidade, podendo, para

tanto, dispor do assessoramento que se fizer necessário, de acordo com a política, sistema e planejamento de cada país.

Parágrafo único: As atividades de segurança e informações terão regulamentação e planejamento específicos, de forma a obter-se a necessária coordenação e controle (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975, p. 42).

Em outro documento constante do dossiê, todo o sistema de controle foi coordenado pela direção geral de Itaipu e passou pelas Assessorias, tanto pelo lado brasileiro, quanto pelo lado paraguaio. De acordo com a organização da empresa, o Diretor-Geral era sempre um brasileiro e o Diretor-Geral Adjunto, sempre um paraguaio (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975).

- Com referência ao Artigo 12, Parágrafos 1º, 2º e 3º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai [...]
- a] os Diretores Geral, Técnico e Financeiro da Diretoria Executiva da ITAIPU serão nomeados pelo Governo do Brasil; os Diretores Jurídico, Administrativo e de Coordenação serão nomeados pelo Governo do Paraguai;
  - b] os Diretores Adjuntos, previstos no Parágrafo 1º do citado Artigo 12, serão nomeados de tal maneira que a cada Diretor corresponda um Diretor Adjunto, de nacionalidade diferente da do titular; [...]
- (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975, p. 12).

As Assessorias tinham atribuições previamente definidas, com um organograma e a definição das funções dos agentes. Por ora, cabe compreender que sua principal função ao longo do tempo foi, especialmente, o controle dos trabalhadores. Assim, na Informação nº 33/399/75, de 13 de outubro de 1975, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME), com difusão para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), encontramos uma reportagem e um documento intitulado “*Itaipu, como vivem os operários da represa*”. O documento se originou de uma reportagem do jornalista Caco Barcelos, com fotografias de Luís Abreu, para o Jornal Folha da Manhã, em

5 de junho de 1975 e recebeu o mesmo título. No documento, encontramos a informação de que

Com objetivo, porém, de obviar esse inconveniente a Segurança da ITAIPU estabeleceu um cadastramento de pessoal com base em uma ficha biográfica individual com fotografia 3x 4 cm de todos os operários. Através desse fichário é possível exercer controle sobre a rotatividade dos mesmos nas diversas empreiteiras e, dessa forma, eliminar o reemprego daqueles que são dispensados por outras empreiteiras por razões de má conduta ou indisciplina. O processo consiste, pois, em informar sobre a contraindicação do operário que tenha incidido em qualquer dos aspectos que não recomendem seu aproveitamento (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 1975, p. 200, grifo do autor).

Notamos, portanto, o papel exercido de controle de classe. A organização, já em 1975, demonstra a sofisticação da atuação das Assessorias de Segurança.

No entanto, nossa pergunta essencial consiste em saber: como se comunicavam os órgãos de informações? Os documentos que aqui são analisados dão pistas de como se construiu um processo bastante significativo para manter todos os olhares voltados para a atuação de trabalhadores nas plantas das empresas que atuavam.

A organização documental centralizada de Itaipu, ao que parece, teve início a partir do assassinato de um operário no canteiro de obras, quando estava na fila do refeitório solicitando o jantar. Tal centralização era desempenhada por dois organismos: a própria Itaipu, ou o Consórcio União de Construtoras (Unicon), no momento de cadastramento do trabalhador ou trabalhadora. Em seguida, Consórcio Unicon eram centralizadas pelas Assessorias de Segurança, que remetiam as fichas individuais dos candidatos aos órgãos de informações correspondentes nos estados de origem daqueles que seriam contratados.

As fichas eram remetidas juntamente com o expediente dos *Pedidos de Busca*, que visavam receber os antecedentes político-ideológico ou criminais do trabalhador ou da trabalhadora. A extensão é tamanha que, ao longo de nossas pesquisas, não conseguimos determinar a quantidade de

órgãos de informações ou policiais que estiveram envolvidos nessa trama. Cabe lembrar que todos os trabalhadores e trabalhadoras tiveram as suas fichas organizadas e os pedidos de busca remetidos. E, ressalta-se que foram mais de 100 mil operários e operárias que atuaram no canteiro de obras, o que cria a dimensão do que aconteceu no interior das empresas.

A extensa documentação sobre Itaipu no Arquivo Nacional, contudo, é parcial. A Binacional não realizou a remessa de documentos e aqueles que estão disponibilizados dizem respeito a documentos enviados por outros órgãos. É como se estivéssemos montando um quebra-cabeças, com peças ainda desaparecidas. Mas, ainda assim, é possível perceber os meandros das informações presentes na documentação, afora eventuais documentos conseguidos em arquivos diversos ou documentos privados de outros pesquisadores.

Um tipo de documentação não encontrada em relação à Itaipu, mas que outros documentos produzidos indicam terem existido são os relacionados à criptografia. Das funções e atribuições de pessoal interno, encontramos esta previsão no “*Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu*” (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975).

VII - Planejar e executar as atividades de comunicações no âmbito da AS [Assessoria de Segurança], assegurando as ligações necessárias e organizando o Centro de Comunicações da Assessoria;

VIII - Realizar trabalhos criptográficos sempre que necessários;

IX- Zelar pelo fiel cumprimento das prescrições contidas no Regulamento para Salvaguarda dos Assuntos Sigilosos (RS AS);

X - Organizar, mantendo atualizada e em condições de uso, a Sala de Operações da AS (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1975, p. 157).

As funções de criptografia eram atribuições dos cargos de Auxiliar Técnico de Segurança e Informações e do Analista de Segurança e Informações. Portanto, ao menos dois profissionais estavam envolvidos diretamente em tais funções.

Há, certamente, perguntas não respondidas: para onde eram enviados tais documentos? Sobre o que versavam? Quais órgãos recebiam tais manuscritos? E, especialmente, em quantos tipos de operações encobertas Itaipu esteve envolvida que ainda não sabemos?

Essas perguntas fazem parte de um rol para o qual inúmeros trabalhos que versam sobre a Ditadura no Brasil e no Cone Sul buscam respostas. São documentos ainda desconhecidos, e que fazem com que não saibamos, ao certo, quais foram as formações empregadas para que essas atividades acontecessem. Ainda assim, cabe-nos o questionamento: até onde o trabalho de informações alcançou e o que conseguiu controlar?

## *O sistema de informações e a aquisição de equipamentos de comunicação*

### *As assessorias e o sistema de informações*

Itaipu é uma obra vultosa de engenharia, mas, sobretudo, traz um propósito geopolítico importante para reordenação da Bacia do Prata e a reordenação do capital no Brasil. Sua importância política e econômica se deve, principalmente, por sua localização e por disputas pelo controle econômico da região (SILVA, 2010). Este artigo e a pesquisa desenvolvida por esta autora para realização do mestrado, se encaminham no sentido de perceber que, pela localização geopolítica e pela importância da geração de energia, Itaipu e suas Assessorias se tornaram um local privilegiado de atuação de serviços secretos. O termo Assessorias se destaca no plural pela existência de mais de uma Assessoria em Itaipu, a brasileira e a paraguaia. Além do mais, serviu de espaço de atuação, ao menos, do Conselho de Segurança Nacional, que enviava frequentemente seu pessoal ao canteiro de obras e, ainda, por ter sido incorporado ao Serviço Nacional de Informações a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) brasileira da Binacional.

A autorização para funcionamento dos escritórios da empresa se deu a partir da “*Ata da Primeira Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Itaipu*”, realizada na cidade de Assunção – Paraguai, no dia 4 de junho de 1974. No texto lê-se:

[...] CONSIDERANDO, finalmente o resultado da discussão dos diversos aspectos relacionados com a aquisição das áreas e com a montagem dos escritórios, a DIRETORIA EXECUTIVA RESOLVE: 1. autorizar a Diretoria Administrativa a tomar as medidas necessárias para instalação e operação dos escritórios da Diretoria Executiva da ITAIPU nas seguintes localidades: No Brasil: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, e Foz do Iguaçu. No Paraguai: Assunção, Porto Presidente Stroessner, Hernandarias, Coronel Oviedo e Salto de Guairá (ITAIPU BINACIONAL, 1974a, p. 71, grifo do autor).

As Assessorias estavam presentes onde havia escritório de representação da Itaipu e funcionavam complementando o controle das diretorias da empresa com funções análogas às dos serviços de informações. Sua regulamentação as condicionava como subalternas aos órgãos de informações dos seus países, dos dois lados da fronteira, ou seja, no Brasil e no Paraguai.

Em se tratando de Brasil, os documentos pesquisados não deixam dúvidas quanto à relação das Assessorias com o SNI, com o CSN e com o Ministério das Minas e Energia (MME) através de sua Divisão de Segurança e Informações (DSI). Não podemos, no entanto, certificar o mesmo tipo de relação no tocante aos órgãos de controle da ASI ou AESI do Paraguai, um vez que a documentação encontrada e analisada no território brasileiro não nos comprova tal fato.

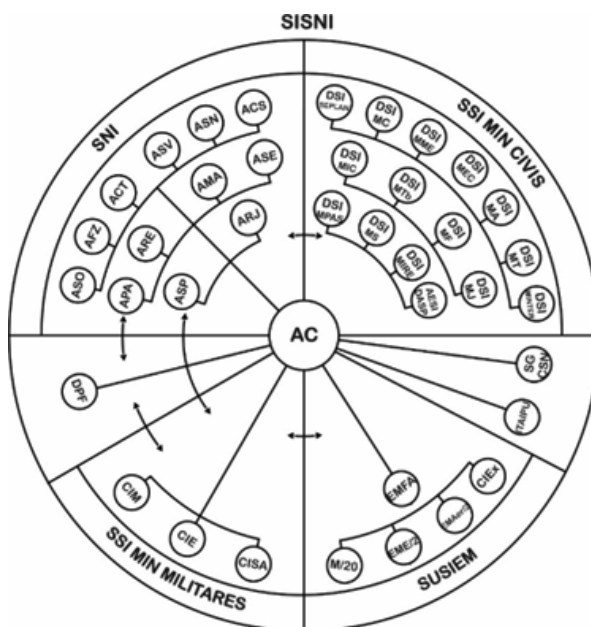
A estrutura montada para o funcionamento das Assessorias seguia o mesmo formato de organização e distribuição de funcionários adotado pelos escritórios, que favorecia ações de informação, contrainformação e segurança onde atuavam. O Art. 4º do Regulamento da Assessoria de Segurança é esclarecedor:

Art. 4º - A Assessoria terá a sua sede coincidente com a do Diretor-Geral podendo, entretanto, instalar progressivamente Coordenações de Segurança (CS) nos Escritórios e nos Canteiros de Obras, localizados respectivamente em BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, CURITIBA e FOZ DO IGUAÇU, dispondo de efetivo compatível com as necessidades de serviço nesses locais.

§ Único - As Coordenações de Segurança são subordinadas diretamente à AS pela qual serão orientadas e fiscalizadas. Na parte administrativa estarão vinculadas aos Escritórios onde estiverem sediadas (ITAIPIU BINACIONAL, 1974b, p. 155, grifos do autor).

A estrutura organizacional do Sistema Nacional de Informações (Sisni) demonstrada na Figura 1 não deixa dúvidas a respeito da importância dessa atuação, bem como auxilia na compreensão dos motivos que levaram a uma estruturação de tal monta. Pode-se notar que a posição ocupada por Itaipu se encontra no mesmo nível que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Figura 1. Estrutura Organizacional do Sistema Nacional de Informações



Fonte: Brasil (2012, p. 285).

O documento organizado a partir de informações do extinto SNI nos dá a dimensão de como foi a estrutura de Itaipu. Notamos, por exemplo, que apenas a Itaipu, do lado brasileiro, tinha uma Assessoria lotada no Sisni, ultrapassando a competência que a Divisão de Segurança e Informações

do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME) possuía e tornando-se um ente independente da DSI e alcançando voos maiores.

Uma hipótese para explicar essa atuação diz respeito ao fato de que a Assessoria em questão integrou um sistema que perpassou o Cone Sul, denominado Condor (SILVA, 2010). Todavia, uma segunda hipótese, levantada em trabalhos posteriores, onde se compreende que Itaipu pode ter reforçado um sistema maior, com entroncamentos também na Europa, parece ter sido mais provável (SILVA, 2025).

A segunda hipótese não exclui a primeira e diz respeito ao monitoramento frequente de trabalhadores estrangeiros, que contou com o auxílio da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Cabe ressaltar que, durante a pesquisa, foram encontrados 17 documentos sobre trabalhadores estrangeiros em Itaipu no fundo documental da DSI do Ministério das Relações Exteriores, alocado no Arquivo Nacional. Tal atividade, como tantas outras de órgãos diversos de informações de Ministérios e DSIs alimenta a percepção de que eram realizadas condutas fora das fronteiras nacionais, que demandariam, dentre outras coisas, um sistema de comunicação, o que leva a crer que a conjunção de ações tenha ocorrido no plano interno das Assessorias.

Como já mencionado, as funções desempenhadas pelas assessorias dizem respeito a conteúdos relacionados à segurança, informações e contrainformações. Havia uma demasiada atenção da Itaipu, com o consentimento do SNI, para que elas estivessem submetidas e subordinadas às orientações do Plano Nacional de Informações (PNI). Dessa forma, ainda em sua origem, a ASI não se encontrava vinculada à DSI do Ministério das Minas e Energia.

É importante destacar algumas atribuições da ASI constante no “*Regulamento da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional no Brasil*” que destaca as competências do setor de informações:

VII - Planejar e executar as atividades de comunicações no âmbito da AS, assegurando as ligações necessárias e organizando o Centro de Comunicações da Assessoria;

VIII - Realizar trabalhos criptográficos sempre que necessários;



IX- Zelar pelo fiel cumprimento das prescrições contidas no Regulamento para Salvaguarda dos Assuntos Sigilosos (RS AS);

X - Organizar, mantendo atualizada e em condições de uso, a Sala de Operações da AS (ITAIPU BINACIONAL, 1974b, p. 157).

Dessa forma, para que o sistema de informações fosse bem-sucedido era necessária a aquisição de um conjunto de equipamentos que pudessem viabilizá-lo. É sobre essa questão que nos deteremos a seguir.

### *Aquisição de equipamentos de comunicação*

Quanto ao Sistema de Comunicação, o que se sabe a esse respeito é que sua utilização teve origem durante a Segunda Guerra Mundial para a comunicação entre os exércitos aliados.

As técnicas básicas que permitiram essas conquistas foram aplicações de teletipo de rádio, juntamente com desenvolvimentos de rádio de operadora, multicanal e banda lateral única. A técnica SSB foi em si uma grande inovação que forneceu vários circuitos de ondas curtas usando apenas um salão, ou uma banda lateral (suprimindo a outra banda lateral) da distribuição usual de frequências de transmissor que se estendem por vários milhares de ciclos de cada lado da frequência central. A técnica, valiosa para conservar frequências na porção severamente congestionada de ondas curtas do espectro, foi parcialmente desenvolvida pela AT&T. No início de 1942, W. G. Thompson da AT&T discutiu com Stoner a possibilidade de um maior desenvolvimento e refinamento da técnica para uso militar. O SSB foi necessário imediatamente (junto com equipamentos de teletipo e criptografia automática) para acelerar e proteger o crescente tráfego do Exército. O SSB provou ser bom e rápido, e o primeiro sistema, alugado de empresas comerciais, foi aberto com sucesso entre Washington e Londres em 20 de julho de 1942. Outros grandes sistemas SSB multicanal se seguiram, para Argel, Brisbane e outros lugares, até que a técnica se tornou padrão em todos os principais circuitos de rádio entre o Departamento de Guerra e as estações estrangeiras da ACAN (THOMPSON; HARRIS, 1966, p. 583, tradução livre).

A comunicação, que é algo fundamental entre os exércitos em guerra, passou, portanto, a ocupar um novo patamar. O sistema de comunicações que a *American Telephone and Telegraph* (AT&T) desenvolveu durante as atuações de exércitos em cenários de guerra, posteriormente, passou a servir como material fundamental para o combate ao *inimigo interno*, seguindo a lógica impressa pela Doutrina de Segurança Nacional e, também, pela Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no Brasil e no Cone Sul, que serão discutidas mais adiante.

Os equipamentos adquiridos para dar suporte ao sistema de comunicação, em Itaipu, são descritos em documentação datada de 1976. Tal documentação pode ser encontrada nos arquivos do Sistema Informações do Arquivo Nacional sob o título de “*Itaipu Binacional: Relatório de Atividades. Situação em 16.12.76*”. O documento pertencente ao fundo do Conselho de Segurança Nacional do Arquivo Nacional e demonstra os procedimentos e a situação de compra de equipamentos na referida data.

Assim, temos que, de acordo com a documentação mencionada,

Os trabalhos no campo das telecomunicações prosseguem em ritmo acelerado e, na região de ITAIPU, já estão operando os seguintes sistemas:

- rede rádio em VHF para o Setor de Segurança na margem esquerda,
- rede rádio em VHF para o Canteiro de Obras,
- central PABX – 18 troncos/200 ramais – para o Canteiro de Obras,
- rádio enlace em VHF com 24 canais interligando Foz do Iguaçu ao Canteiro de Obras.

Estão em fase de instalação os seguintes sistemas:

- Central PABX provisória de 100 ramais para o Canteiro de Obras na margem direita,
- Canal telegráfico Rio de Janeiro–Canteiro de Obras.

Paralelamente estão sendo recebidos equipamentos para os seguintes sistemas:

- rádio enlace em VHF com 12 canais interligando Presidente Stroessner ao Canteiro de Obras,
- central PABX para o escritório de Presidente Stroessner,
- rede rádio em VHF para o Setor de Segurança na margem direita,

– ampliação da central PABX do Canteiro de Obras para 400 ramais (ITAIPU BINACIONAL RELATÓRIO..., 1976, p. 29).

Embora a informação se apresente como sendo muito técnica e bastante longa, é importante perceber que, de fato, foi implantado e utilizado largamente um sistema de comunicações via rádio. Os sistemas de rádio podem, sim, ter justificativas diversas, no entanto é, também, necessário perceber, mais detalhadamente, a necessidade da implantação desses sistemas de comunicação. Certamente, os rádios podem ter sido utilizados, também, como forma de comunicação entre as viaturas que existiam na empresa. Uma outra aplicação pode ter sido para facilitar a comunicação da atuação policial, haja vista a fixação de um Posto Policial dentro da Vila C, a vila residencial dos trabalhadores de Itaipu, comprovada através da Figura 2.

Figura 2. Fotografia do Posto Policial dentro da Vila C, residencial dos trabalhadores de Itaipu



Fonte: Gromow (2021).

A aquisição de equipamentos para ambas as margens de Itaipu é outro aspecto considerado fundamental do documento “*Itaipu Binacional: Relatório de Atividades. Situação em 16.12.76*”. De acordo com as explicações do relatório informadas ao sistema repressivo brasileiro, as operações de parte do sistema de comunicações, na margem esquerda, do lado

brasileiro, já se encontravam instalados e operando. Na mesma margem, esquerda, outros equipamentos estavam, ainda, em fase de aquisição.

Ainda no conteúdo do Relatório de Atividades, o que mais chamou atenção, contudo, são as evidências importantes sobre a forma de comunicação dos serviços secretos de Itaipu.

A ITAIPU está adquirindo o equipamento necessário para uma rede fac-símile, uma central PABX para o escritório de Foz do Iguaçu e um sistema em VHF de 30 ramais, interligando Presidente Stroessner e Assunção. Planeja também a ITAIPU a instalação de uma rede de rádio SSB entre Rio-Assunção-Obra, uma rede de comunicação de apoio do Setor de Suprimento e uma rede de teleprocessamento de dados (ITAIPU BINACIONAL RELATÓRIO ..., 1976, p. 29).

Tal informação vai ao encontro de outros dados já encontrados sobre o sistema SSB no sistema de comunicações entre os Exércitos da Argentina e Paraguai. Em um encontro bilateral dos exércitos, o exército argentino explicou detalhadamente o processo de troca de informações por tal sistema, conforme pode ser comprovado pelo documento nº 0246F 0425 pertencente ao acervo do Arquivo do Horror e citado em recente trabalho (Silva (2025)):

Modo de trocar informação e forma de operar:

- Contato pessoal, prévia comunicação telefônica, utilizando frases combinadas.

- Telefones da ARGENTINA que podem ser utilizados para localizar pessoas de Inteligência: Destacamento de Inteligência 124: 5819-6544 – Tenente Coronel MARTINEZ.

Seção de Inteligência 124/FORMOSA; 437 Major GOMAR.

Seção de Inteligência 124/MISIONES; 8088 – Major QUIROZ.

- Solicitar possibilidade de obter radio BLU de forma permanente entre o Destacamento de Inteligência 124 e o Departamento de Polícia das FFAA PARAGUAYAS (Documento 0246F 0425, apud SILVA, 2025, p. 153, grifos do original, tradução da autora).

Ainda, de acordo com a publicação acima citada, a organização de tal aparato se deu no interior da IIª. Reunião Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina em 1978. A proposta seria manter a troca de informações no âmbito dos exércitos para evitar as eventuais atuações *subversivas*. O aparato teria sido forjado depois do desbaratamento de *colunas militantes* numa região denominada pelo documento como *Nordeste Argentino*. Mais precisamente, cobriria as províncias de Misiones, Formosa, Corrientes e Chaco, todas limítrofes com Brasil e/ou Paraguai.

Outro esclarecimento necessário se faz em relação ao sistema de comunicação denominado *Rádio BLU*, também utilizado em Itaipu. Na ocasião em que realizei pesquisa de doutorado, ainda não possuía informações acerca do que tal sistema de comunicações significava. Posteriormente, em continuidade à pesquisa, chegou-se ao conhecimento de que a nomenclatura *Rádio BLU* é a tradução de SSB para o espanhol, tratando-se, portanto, do mesmo sistema. As pesquisas indicam se tratar de uma solução técnica, para problemas que ocorrem com modulação de amplitude:

Um dos problemas inerentes à modulação em amplitude (AM) advém do facto [*sic*] da portadora consumir metade da potência de emissão. A outra metade é subdividida pelas duas bandas laterais. Como facilmente se depreende, este sistema tem o inconveniente de ser pouco eficiente numa óptica energética. Afinal, metade da energia é gasta numa portadora que não oferece nada de útil para o ouvinte e existem duas bandas semelhantes entre si, que poderiam muito bem ser convertidas numa única, como se em vez de termos dois objectos [*sic*], comprássemos apenas um e arranjassemos um espelho para o reflectir [*sic*], dando a ilusão de serem dois. Esta situação tem uma solução: chama-se SSB (Single side Band) ou, em português, BLU (Banda Lateral Única). Assim, a BLU permite transmitir apenas uma das bandas laterais, evitando o desperdício da portadora” (MUNDO DA RÁDIO, [c202-]).

Tais dados trazem evidências bastante contundentes sobre o sistema de segurança. Não se tratava de um sistema de controle interno de Itaipu, com o objetivo de evitar fraudes, sabotagens ou mesmo de violações de

dados sensíveis. O que transparece nos documentos é a lógica de perseguição ao *inimigo*, geralmente *interno*.

Patrice McSherry manifesta sua opinião e traz informações relevantes a esse respeito, em uma coluna do periódico *La Razon*:

Aspectos fortes sobre Condortel também foram revelados. Em 2020, o *Washington Post* publicou a história da *Crypto AG*, uma empresa suíça supostamente privada que produziu e vendeu máquinas de criptomoedas para muitos governos, por décadas. O jornal revelou que a *Crypto AG* colaborou secretamente com a inteligência dos EUA por cerca de 50 anos e foi adquirida diretamente pela CIA e pela Inteligência da Alemanha Ocidental (BND) em 1970. Ou seja, a CIA e o BND poderiam facilmente descriptografar todos os relatórios e mensagens por meio de um código-chave programado na máquina. Isso significa que a CIA estava ciente de todas as comunicações militares e diplomáticas de muitos países. E tem mais. Vários documentos desclassificados dos EUA confirmaram que os países da Operação Condor usaram essas máquinas para suas comunicações secretas da Condortel.

Um relatório da CIA de 1977 disse, por exemplo, que todos os membros da Operação Condor usaram essas máquinas criptográficas, fornecidas pelo Brasil, para sua rede secreta de comunicações. Um relatório da Agência de Inteligência de Defesa (DIA) de 1978 informou que a Argentina doou um novo modelo para o sistema Condor este ano. De acordo com um relatório secreto da DIA, “No final de 1977, a Argentina forneceu equipamentos Hagelin *Crypto H-4605* à Condortel para melhorar a segurança de suas redes de teletipo”. Um relatório secreto da Diretoria de Operações da CIA de 1977, “Sistema de Comunicações Empregado pela Organização Condor”, observou que “todos os países pertencentes à Organização Condor mantêm comunicações” (um parágrafo redigido) e que “o sistema de cifra empregado pela Condor é um sistema de máquina manual de origem suíça dado a todos os países da Condor pelos brasileiros e com a designação CX52” (MCSHERRY, 2022, grifos da autora, tradução nossa).

A revelação feita por McSherry (2022) é bastante comprometedora sobre o papel do Brasil na região e nos leva a considerar como Itaipu atuou no interior dos sistemas de operações encobertas. Conhecer mais sobre o

sistema de comunicações utilizados por Itaipu, envolvendo rádio e criptografia, ajuda a compreender a função cumprida pela hidrelétrica e que suas Assessorias desempenharam e de como conseguiram realizar o levantamento de dados sobre tantos trabalhadores no interior do canteiro de obras.

Documentos como Pedidos de Busca eram bastante fartos e resta-nos saber se as bases criptográficas eram também utilizadas para tal função, ou se Itaipu se envolveu especialmente nas operações encobertas no Cone Sul. Talvez as duas possibilidades estejam colocadas e pesquisas futuras possam apontar mais dados a respeito.

Sobre as informações apresentadas por McSherry (2022), a base de dados do Arquivo Nacional fornece algumas informações complementares. Um documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 1967 com 510 páginas intitulado “*Relatório do andamento das Concorrências 3/67 E 6/67, da D.P.F., para a aquisição de equipamento de rádio*” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1967), tem a descrição e especificação do equipamento 163 vezes para concorrências públicas de compra de tal aparelho, informando as diversas aquisições por órgãos governamentais, como o Ministério da Guerra, por exemplo.

Já o livro “*Comand Control and Communications (C<sup>3</sup>)*” cuja autoria são A. M. Willcox, M. G. Slade e P. A. Ramsdale, produzido pela Library of Congress Cataloging in Publication, em 1983, encontrado na base de dados do Estado Maior das Forças Armadas, trouxe informações sobre os dados técnicos do aparelho e, especialmente, sua empregabilidade:

No AM normal, verifica-se que pelo menos dois terços da potência estão na frequência portadora, não contém nenhuma informação e não é afetada pelo sinal de modulação. Portanto, a portadora às vezes é suprimida para que a potência do transmissor seja usada de forma mais eficaz. Infelizmente, esta transmissão de portadora suprimida de banda dupla requer um demodulador muito mais complicado e caro no receptor. Além disso, ambas as bandas laterais do AM contêm as mesmas informações e, portanto, só é necessário transmitir uma delas. Essa variante é chamada de Single-Side Band (SSB) e reduz pela metade a largura de banda necessária, mas novamente leva a um receptor mais complexo. Na maioria das aplicações militares, economizar largura de banda é mais importante do que essa complexidade adicional e o SSB é

a solução preferida para o rádio de rede HF atual (WILLCOX; SLADE; RAMSDALE, 1986, p. 105, tradução nossa).

O prefácio da brochura causa espécie ao explicar os motivos da publicação: a guerra moderna. Sobre a *Guerra Moderna* entendemos se tratar de um debate relacionado aos mecanismos desenvolvidos pela França, durante os combates na Argélia, que será abordado mais à frente.

Diz o texto do prefácio:

Esta série de livros foi escrita para aqueles que desejam melhorar seus conhecimentos sobre armas e equipamentos militares. É igualmente relevante para soldados profissionais, aqueles envolvidos no desenvolvimento ou produção de armas militares ou mesmo qualquer pessoa interessada na arte da **guerra moderna**.

[...]

Este livro apresenta os fundamentos e a teoria por trás dos sistemas militares de comando, controle e comunicações (C<sup>3</sup>) e destina-se àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos profissionais. A tecnologia de comunicação atual e futura é examinada para permitir que o leitor aprecie seu suporte vital de comando e controle. Os problemas de comunicação em uma era cada vez mais afetada pela guerra eletrônica são descritos. Devido ao papel vital desempenhado pelas comunicações no campo de batalha, um bom entendimento é essencial para aqueles que devem usar sistemas C<sup>3</sup>. (WILLCOX; SLADE; RAMSDALE, 1986, p. 82, grifos nossos, tradução nossa).

Retornando à base de dados do Estado Maior das Forças Armadas, outro documento secreto e urgente, de 8 de setembro de 1983, endereçado ao ministro, teve como assunto a exportação de material de emprego militar para a Colômbia e informa que:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia de correspondência pela qual a “SITELTRA S.A. - Sistemas de Telecomunicações e TRáfego” solicita autorização para fornecer ao Governo da Colômbia 1.000 conjuntos de rádio “Manpack” ERC-110, 100 sistemas de cabos de retransmissão



OP-22 (MK-456/GRC) e 12 conjuntos HF (SSB) ERC-621, no valor global de US\$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares), a ser financiado pelo Brasil (EXPORTAÇÃO ..., 1983, p. 195).

Retornando ao que afirmou McSherry (2022), eram empresas brasileiras, com anuência do Estado, que realizavam a entrega desses equipamentos para o Cone Sul. Mas o que importa é saber qual o interesse que o Brasil, enquanto Estado, tinha em tais exportações? Para quais fins eram realizadas?

No mesmo dossiê do Arquivo Nacional, na página 261, encontra-se o documento intitulado “*Memória nº 253-2a.SC/83*”, com data de 21 de novembro de 1983, tendo como assunto “*Exportação de material de emprego militar para a COLÔMBIA*”. Como origem de tal documento é mencionado outro, registrado como “*GTM Nº 060, SECRETO, de 09 Nov 83, do MRE*”. No conteúdo daquele, consta que o material a ser comercializado sofreu alterações por solicitação da empresa responsável pelo negócio

O MRE consulta esta Secretaria— Geral a respeito do interesse da empresa “SITELTRA S.A.” em alterar o material a ser enviado ao governo da COLÔMBIA e já autorizado a exportação, desta forma o material de emprego militar a ser exportado passa a ser o seguinte:

— 01 (um) Conjunto “Manpack” ERC-110, composto de rádio VHF/FM (BY-20A), antena curta (AX-20), antena longa (AX-21), base de antena (EA-20), conjunto telefônico (CJ-22), mochila de lona (BL-20), bolsa de acessórios (BL-21) e bateria de magnésio (BA-4386);

— 01 (um) Conjunto “Manpack” ERC-120, composto de rádio HF/SSB (BY-39), antena longa (AX-21), base de antena (EA-20), conjunto telefônico (CJ-22), mochila de lona (BL-20), bolsa de lona (BL-21) e bateria de níquel- cádmio (RSH-7); e

— 01 (um) Conjunto VHF/FM portátil ERC-102, composto de rádio VHF/FM, bateria, bolsa e antena.

- a] O assunto é de interesse do M.Ex. e da CACEX.
- b] Trata-se de informar aos órgãos interessados que a SITELTR7, foi autorizada a fazer a alteração em tela (MEMÓRIA..., 1983, p. 261).

Não é o propósito, aqui, discutir o processo de exportação de materiais de uso militar do Brasil para o exterior, nem tampouco os vários documentos que tratam das autorizações em si, mas confrontar as informações obtidas com o que foi exposto na documentação da própria Itaipu: agentes formados para tal função, salas de controle equipadas para as Assessorias, sistema de transmissão de dados e aquisição de equipamentos de uso militar. No entanto, além desses elementos, foi encontrado tal sistema de exportação conforme o que já havia sido enunciado por minhas pesquisas anteriores e pela opinião de McSherry (2022).

O que nos leva a inferir sobre a importância, potência e atuação das estruturas repressivas em Itaipu é o fato de o seu projeto ter alcançado tamanha pujança em decorrência dos seguintes fatos: a superinstrumentalização das assessorias e da sua transformação para AESI além de, consequentemente, estarem vinculadas ao Sistema Nacional de Informações e Contrainformação; de Itaipu estar numa fronteira nevrálgica, envolvendo relações econômicas com o Paraguai, mas também conflitos pela utilização da bacia do Prata com Argentina, Bolívia e Uruguai, pelo menos, como se comprova nos documentos referentes ao Tratado de Itaipu e Ata de Iguaçu; de ser uma região de trânsito de vários perseguidos políticos no Cone Sul; e, por fim, ter chegado à cifra de, ao menos, 100 mil trabalhadores, com larga atuação nos pedidos de busca.

### *As doutrinas que perpassam a segurança nacional e o envolvimento de ITAIPU*

Mais do que um relato sobre a produção de materiais que embasam as pesquisas desenvolvidas, a proposta aqui é compreender, em âmbito mais geral, o que se tornou o sistema de comunicação mais organizado no interior de Itaipu e como isto se desvela no debate acerca da busca ao *inimigo interno*, discutindo o papel assumido pela empresa no controle de seus trabalhadores.

A fotografia reproduzida anteriormente, na Figura 2, nos dá a dimensão do papel policialesco desempenhado por Itaipu no controle de seus

trabalhadores. Os intermináveis Pedidos de Busca auxiliam na compreensão de que a classe trabalhadora foi o alvo dileto deste processo inacabável de controle da força de trabalho e como ela deveria se portar diante de um Estado que foi militarizado e expandiu a atuação para o interior de empresas.

Trata-se de uma sofisticação ímpar, que emoldurou o processo ditatorial e que está longe de ser revelado em sua totalidade. As Assessorias de Segurança possuem uma larga documentação sobre seus trabalhadores, o que denota uma extensão dos serviços de informações ainda maior do que se tem alcance. Em 2008, Vivien Ishaq e Pablo Franco indicaram, em um artigo publicado, a extensão dos órgãos de informações que tinham documentos no Arquivo Nacional. Dizem os autores que

Em 1970, expressando o aumento da importância estratégica do papel informativo do SNI para subsidiar as ações executadas pelos serviços secretos das Forças Armadas e forças policiais estaduais, as DSI foram novamente reformuladas. As DSI ficaram sob a superintendência e a coordenação do SNI, perdendo, portanto, o vínculo com o Conselho de Segurança Nacional. Ainda no âmbito dos ministérios, a responsabilidade pela Segurança Nacional passou a ser uma atribuição de todos os Ministros de Estado. A subordinação ao SNI, fato reforçado pelo Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975, determinou a criação três categorias de DSI, cuja diferença era dada pelo número de funcionários que tinham relação direta com “a maior ou menor complexidade do ministério ou suas singularidades nos campos da Segurança Nacional ou das Informações.” Ainda foram criadas, nos órgãos vinculados e empresas públicas da Administração Pública Federal, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que eram instaladas nos órgãos vinculados aos ministérios (autarquias e empresas públicas) e eram subordinadas às DSI de seus respectivos ministérios. Deste modo, o trabalho de pesquisa identificou, no conjunto de documentos recebidos e produzidos pelo SNI, aqueles que foram gerados pelas DSI, ASI e AESI. Como resultado, foram localizados 22.164 dossiês, nos quais alguma Divisão de Segurança e Informação ou é produtora do documento ou é citada em pelo menos um dossiê. Do mesmo modo, foram localizados 6.987 dossiês sobre Assessorias de Segurança e Informações, expressando a intensa comunicação e difusão de informações entre os órgãos integrantes do SISNI. Deste universo,

foram realizados novos recortes, conseguindo-se identificar 249 DSI ou ASI específicas. (ISHAQ; FRANCO, 2011, p. 35).

A nota 15, que acompanha o excerto anterior é a lista de órgãos consolidados já naquele período na base de dados, ocupa três páginas listando os órgãos de informações e repressão que possuem documentos. Isso nos dá a certeza de quanto são insuficientes os levantamentos de dados sobre a estrutura repressiva em sua integralidade.

Na publicação do Informe Público pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (TELES; OSMO; CALAZANS, 2023) pode ser observado que outros órgãos similares às assessorias se instalaram no interior de várias empresas, além de Itaipu. Há informações no caso da Companhia Docas de Santos:

[...] a partir do golpe de 1964, à luz das diretrizes emanadas da Lei de Segurança Nacional essa polícia pôde solicitar auxílio da Polícia Civil, da Polícia Marítima e Aérea, ou da Capitania dos Portos (II); entregar a eles pessoas suspeitas de contravenções, pedir à Guardamoria da Alfândega de Santos, a competente abertura de inquérito para formação de culpa; impedir a entrada e permanência nas dependências da Companhia de pessoas suspeitas e as prender enquanto aguardam a chegada da Polícia Civil para proceder a revista, entre várias outras do mesmo teor que se encontram detalhados no relatório. Trabalhadores entrevistados relatam a existência de um continente de agentes que atuava junto à DVI que não eram fardados e que se mantinham em sigilo. Tais pessoas, relatam eles, eram as que iam em suas casas perguntar sobre sua vida pessoal, seus antecedentes, comportamentos, família, etc. Um deles disse que eram apelidados de “70”, mas divergem sobre o sentido desse “apelido”. Eram, conforme esclarecem, os escondidos, aqueles que pareciam fantasmas, que os vigiavam pelas costas onde estivessem, fosse no bar da esquina, perto do sindicato, fosse em outros espaços (VIEIRA *et. all.*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 124-125).

Também constam informações da Fiat do Brasil:

Os materiais que demonstram as facilidades econômicas e fiscais conferidas pelo Estado brasileiro à implementação da Fiat no país, a participação de militares no corpo de empregados da segurança da empresa e a constituição de um sistema complexo de vigilância e informação de práticas políticas dos empregados da empresa dão sustentação inicial a tais intentos, que foram incrementados ante a novos materiais levantados pela pesquisa nos três semestres do projeto. Alguns elementos quanto ao escopo da pesquisa - como, por exemplo, a abrangência de outras empresas do grupo Fiat, considerando que a empresa tinha a si diversas outras coligadas - foram alterados no curso da investigação, com vistas a lhe conferir maior espectro de abrangência (MACHADO *et all*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 144).

E, ainda, da própria Itaipu Binacional:

Além das questões relativas à segurança no trabalho, documentos referentes aos trabalhadores demonstram a vigilância em relação à sua vida pregressa. Um tipo de documento produzido era o “Pedido de Busca”, que em seu conjunto reunia um grande montante de nomes e fichas de trabalhadores que eram contratados, e suas vidas eram investigadas sobre onde nasceram e locais de trabalho anteriores. Eram produzidos pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) e distribuídos aos órgãos de onde os trabalhadores tivessem suas origens (SILVA *et all*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 208–209).

Na Petrobrás, encontramos a informação da existência da Divisão de Vigilância e Informação (Divin), com atuações similares às Assessorias:

O vínculo e articulação da empresa com as Forças Armadas é também bastante visível e fartamente documentado. Para além da presença de militares no comando da empresa, em, pelo menos, 6 (seis) contextos este vínculo e articulação são evidentes: (1) na ocupação, na sequência do golpe, de cargos de interventores em suas unidades; (2) na coordenação, por parte de integrantes das FFAA, das primeiras ações e repressão desencadeadas no interior da empresa no período subsequente ao golpe de 1964, a exemplo da condução da CGI-Petrobras e dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs),

realizados entre abril e outubro de 1964, que resultaram no “levantamento de cerca de 3.000 suspeitos”<sup>3</sup>, na abertura de pelo menos “1.500 processos de investigação”<sup>3</sup>, e no indiciamento de 712 trabalhadores; (3) em iniciativas, em 1969, relacionadas ao enquadramento de funcionários da empresa na Lei de Segurança Nacional e no previsto pelo Ato Institucional nº 5, processo também encaminhado internamente e avalizado pela diretoria da estatal; (4) na ocupação de funções de chefias intermediárias, a exemplo daquelas relacionadas à estrutura da Divisão de Vigilância e Informação (DIVIN) da empresa, assim como na sua Assessoria de Segurança e Informações (ASI-Petrobras); (5) na inserção de agentes no corpo de funcionários tanto em atividades operacionais como administrativas à serviço do sistema de informações e vigilância; (6) na participação da Petrobras em Comunidades de Informações compostas por representações empresariais e por agentes de órgãos de repressão e vinculados às Forças Armadas (PRAUN *et all*, *apud* TELES; OSMO; CALAZANS, 2023, p. 300).

Mas a realidade exposta no Informe Público (TELES; OSMO; CALAZANS, 2023) demonstra que o sistema de informações perpassou várias outras empresas, todas elas investigadas, demonstrando um *modus operandi* substancial e que está longe de ser conhecido em sua completude. Todas as empresas tiveram setores de segurança, geralmente comandados por militares. Pela extensão das denúncias contidas no Informe Público (TELES; OSMO; CALAZANS, 2023), temos a percepção de como a atuação ultrapassou os números que foram indicados nos relatórios de Comissões da Verdade e, novos olhares sobre o problema vem demonstrando que há a necessidade de aprofundamento da discussão.

O contexto impresso destaca o que diversas pesquisas indicavam: uma organização internacional que teve como mote a preparação para o aprofundamento da retirada de direitos. Se mirarmos sobre o objeto, é possível avançar na discussão do que este novo modelo significou em larga escala:

Vale a pena lembrar um evento que iria antecipar algumas das bandeiras importantes do renascer neoliberal. Em 1975, os documentos da chamada Comissão Trilateral alertavam para um problema fundamentalmente político: a sobrecarga do Estado levava à ingovernabilidade das democracias. (...)

Desse modo, a quarentena dos neoliberais começou a romper-se decididamente na metade dos anos 70. Logo em seguida, líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistaram governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha. A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martínez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Pérez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 16–17).

O avanço neoliberal, sem dúvidas, já era percebido em Itaipu, como em empresas como a Fiat e a Companhia Siderúrgica Nacional. As empreiteiras do Consórcio Unicon (União de Construtoras) de Itaipu, além de realizarem a ficha de seus trabalhadores, também o faziam para as empreiteiras sublocadas, em um processo de quarteirização da contratação de empresas e de força de trabalho. As fichas de identificação do trabalhador eram remetidas à Itaipu que repassava às Assessorias de Segurança que, por sua vez, as despachavam aos estados de origem ou de trabalho dos contratados.

A forma de controle desenfreada, vislumbrada na documentação, se deve especialmente a um imperativo do capital de garantia de investimentos internacionais. Slatman (2010) explica este processo:

O desenvolvimento do inimigo como força subversiva ou revolucionária é um processo que passa, para os militares, por várias etapas. O esquema é simples e linear: primeiro há um desdobramento das forças revolucionárias e a população se infiltra, depois é feita uma tentativa de dissociar a população do poder legal. Na próxima etapa, passamos para o controle da população no nível físico e psicológico. Em seguida, criam-se “zonas libertadas” e o último momento

é o da construção de um duplo poder, o da ofensiva geral: civil e militar (SLATMAN, 2010, p. 450, tradução livre).

A ideia do combate ao *inimigo*, ou ao *subversivo*, se expandiu em larga escala. A dualidade do poder é percebida amplamente em Itaipu que, além de percorrer o controle dos trabalhadores, das vilas operárias, das populações estrangeiras, inseriu o Brasil, de fato, na estrutura repressiva paraguaia, já que a ASI e depois AESI da binacional existia dos dois lados da fronteira e tinham a função de trocas de informações internamente. A diretoria civil se submeteu aos ditames dos militares, e ambos foram vinculados ao poder das empresas que atuaram na construção e instalação dos geradores de energia.

Um dado importante que o manual de Willcox; Slade; Ramsdale (1986), já referenciado anteriormente, nos remete e que vale lembrar, é a Guerra Moderna como eixo norteador dos combates. Desenvolvida pela França durante os combates na Indochina e amplamente testadas na Argélia, os manuais de Guerra Moderna, que são os combates ao *inimigo interno*, foram elaborados por Roger Trinquier (1963), traduzidos no Cone Sul nos anos posteriores e serviram de mote de formação para uma geração extensa de militares em todo o subcontinente.

Autores como Chirio (2012) e Robin (2014) demonstram a entrada dessas doutrinas na região e a capacidade que tiveram de organizar as atividades já previstas na DSN. Em seus trabalhos, Mecchi (2015) menciona a *Operação Papagaio*, também chamada de *Manobra 72*, que foi a primeira operação de teor claramente psicológico adotada no combate ao *inimigo interno*, ancorada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Dentre as aplicabilidades, a autora descreve ser necessário testar a Doutrina de Guerra Revolucionária.

1- Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:

- alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;
- capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISOs empreendidas;



**2 – Testar:****• a doutrina da Guerra Revolucionária;**

- o grau de instrução da tropa [...] (MECHI, 2015, p. 314–315, grifos nossos).

A Doutrina de Guerra Revolucionária ou Guerra Moderna foi um conjunto de procedimentos pensado por Trinquier e implementado pelo General Massu, na Argélia, nos anos de 1950. Os procedimentos tinham como pressuposto a atuação contrarrevolucionária. As táticas de infiltração nas comunidades, previstas nos manuais, se assemelham às técnicas de infiltração no interior das empresas, corroborando a ideia de que todos esses processos desencadeados formam um conjunto orquestrado e que vale a pena ser analisado a partir de tais pressupostos.

Ao que percebemos, foram feitas adaptações para cada caso nacional, mas o conjunto de denúncias que aparecem em relação às empresas ganham cada vez mais causas movidas pela justiça no Brasil e em países do Cone Sul. Na Argentina, por exemplo, teve a Causa Ford como um dos motes de investigação sobre empresas. É importante considerar que esse tipo de atuação empresarial que varreu o continente teve algum nível de centralização. No caso da Itaipu, já está evidente sua relação no Sisni. Cabe realizar, ainda, verificações sobre as demais empresas e a interrelação dos países entre elas.

Ainda sobre o Cone Sul, Verbitsky e Bohoslavsky (2013) esclarecem que:

Empresários que são processados criminalmente por contribuir para o desaparecimento de seus trabalhadores, vítimas que processam os bancos que financiaram a ditadura, reivindicações econômicas na jurisdição trabalhista por detenções no local de trabalho que se tornam desaparecimentos e são declaradas imprescritíveis, sentenças que instruem a investigar a conformidade editorial dos jornais, pedidos efetivos de acusação contra empresários de mídia por terem implementado campanhas para manipular o informações em conluio com os planos repressivos, processos por extorsão de empresários e usurpação de bens, a investigação do Estado sobre o caso “Papel Prensa”, a criação de uma unidade especial de investigação de crimes contra a humanidade com motivação econômica no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e de um escritório de coordenação de políticas de direitos humanos, memória, verdade e justiça dentro da Comissão Nacional de Valores Mobiliários são alguns exemplos dessa nova tendência (VERBITSKY; BOHOSLAVSKY, 2013, p. 12–13, tradução nossa).

Assim, o fato de haver esse tipo de investigação devido aos novos problemas colocados em relação à questão, demonstra a necessidade de aprofundamento nas várias vertentes, com relação direta ou indireta do Estado: a situação dos trabalhadores (formação de listas sujas, adoecimento, acidentes de trabalho, trabalho em condições análogas à escravidão, dentre outras); a remoção de pessoas (camponeses, quilombolas e povos originários); e assassinatos no campo, cidades e florestas.

As pesquisas relacionadas às empresas e à ditadura se tornam essenciais, na medida que abrem a possibilidade de averiguarmos novas formas de repressão, ainda pouco estudadas. É fato que o *modus operandi* em relação aos trabalhadores se distinguiu do aplicado ao combate à esquerda, estando ou não armada. Mas há mecanismos de proximidade que necessitam ser desvelados.

## Conclusão

É importante destacar a necessidade do conhecimento e aprofundamento das discussões sobre os sistemas de comunicação no interior dos

processos repressivos, de forma a adentrarmos na documentação e nas formas organizadas de repressão desencadeadas.

Este artigo centrou-se no debate de como empresas se organizaram para atuar desencadeando a repressão, especialmente contra trabalhadores, mas também é perceptível, em Itaipu e outras que estão sendo investigadas em ações do Ministério Público Federal, a atuação contra camponeses, povos originários e quilombolas.

Há uma conexão de atuações repressivas que precisam ser investigadas, a fim de constituirmos novas perspectivas e olhares para cotejar a realidade vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Longe de resolver todas as questões, o mote de novas pesquisas tem sido o de descortinarem as diversas formas de repressão, e se encaminham para compreender como todo o aparato de controle no interior das empresas funcionou.

O caso de Itaipu é significativo, porque descortina a atuação de uma empresa no Sistema Nacional de Informações, chegando a estar lado a lado com demais órgãos do sistema repressivo. Mas mais que isso: informações trazidas para essa discussão demonstram a entrada do Estado brasileiro na atuação repressiva paraguaia, comprovando a necessidade de aprofundarmos as discussões de atuações empresariais no Cone Sul sob ditaduras.

Outro aspecto importante é a dimensão de que Itaipu atuou com um modelo bastante sofisticado de equipamentos e pessoal, levando-nos a questionamentos de seus envolvimento com as diversas operações encobertas no Cone Sul.

Similaridades de processos repressivos, em diversos países da região, demonstram que a atuação persecutória não se encerrou na ação contra militantes e organizações de esquerda. Talvez, esses militantes e essas organizações tenham sido uma experiência, dentre tantas outras, que os dados começam a apontar. Há certamente diferenças no *modus operandi* das atuações contra militantes e trabalhadores, mas certamente há aproximações e indicações diretas da necessidade de compreendermos de conjunto como o Estado atuou na relação com empresários. E como empresários contribuíram e se beneficiaram da Ditadura empresarial-militar.

Passados 60 anos, novas discussões se colocam para historiadores e público em geral, e a compreensão de relações entre passado e presente são apontadas diariamente. Faz-se cada vez mais necessária esta discussão: os trabalhadores, os atingidos diretamente pelas políticas desencadeadas pelo Estado, estão envelhecendo ou já morreram. Há a necessidade de recuperação de memórias, cotejadas com documentos para compreendermos o conjunto das condições impostas no interior dos locais de trabalho.

## Referências

- CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Secretaria Geral. Anexo B do Tratado de Itaipu. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1975. (BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1081193&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_abas=1). Acesso em: 22 out. 2024.
- EXPORTAÇÃO de material de emprego militar. Colômbia. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Egito Eg, Emirados Árabes Unidos Eau, Emirados Árabes Unidos Eb-A e Colômbia Cd-2*. Rio de Janeiro: SIAN, 1983. p. 194–198. (BR DFANBSB 2M.O.O.108, v.4 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2015741&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015741&v_abas=1). Acesso em: 24 out. 2024.
- GROMOW, A. *Novo caso*. 2021. Disponível em: <https://autoentusiastas.com.br/2021/04/novo-causo-tempo-em-que-tudo-dava-errado/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29–42, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293/293>. Acesso em: 25 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. Ata da primeira reunião ordinária da diretoria executiva da Itaipu, realizada no dia 4 de junho de 1974, na cidade de Assunção - Paraguai. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1974a. p. 69–77. (Dossiê – BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1081193&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_abas=1). Acesso em: 23 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. Regulamento da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional no Brasil (AS/IB/BR). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1974b. p. 153–165. (Dossiê – BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.149). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1081193&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_abas=1). Acesso em: 23 out. 2024.

ITAIPU BINACIONAL RELATÓRIO de Atividades: situação em 16.12.76. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional. Assessoria de Segurança (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1976. p. 5–52. (BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.233 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1089022&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1089022&v_abas=1). Acesso em: 24 out. 2024.

MACHADO, G. S. S (*et all*). “Fiat”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas\\_e\\_Ditadura/InformePublico.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

MCSHERRY, J. Patrice. Operación Cóndor y Teseo: Detalles secretos desclasificados. *La Razón*, Santiago, 13 nov. 2022. Opinião. Disponível em: <https://www.larazon.cl/2022/11/13/columna-de-j-patrice-mcsherry-operacion-condor-y-teseo-detalles-secretos-desclasificados/>. Acesso em: 25 out. 2024.

MECHI, P. S. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. 2015. Tese (Doutorado em História Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEMÓRIA nº 253-2a.SC/83. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Egito Eg, Emirados Árabes Unidos Eau, Emirados*

*Árabes Unidos Eb-A e Colômbia Cd-2*. Rio de Janeiro: SIAN, 1983. p. 261. (BR DFANBSB 2M.o.o.108, v.4 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2015741&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015741&v_abas=1). Acesso em: 24 out. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Arquivo Nacional no Distrito Federal encaminha CD sobre “Arquivos do Brasil sobre a Repressão Política na Ditadura Militar”*. Rio de Janeiro: SIAN, 2012. (BR RJANRIO CNV.o.RCE.00092000316201261 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1319596&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319596&v_abas=1). Acesso em: 22 out. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório do andamento das Concorrências 3/67 E 6/67, da D.P.F., para a aquisição de equipamento de rádio. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Polícia Federal - Aquisição de sistema de rádio-telegrafia (1)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1967. (BR RJANRIO TT.o.JUS, AVU.124 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1109804&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1109804&v_abas=1). Acesso em: 24 out. 2024.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Divisão de Segurança e Informações. Informação nº 33/399/75. In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional. Assessoria de Segurança (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1975. p. 193–204. (BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.521 - Dossiê). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1119971&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1119971&v_abas=1). Acesso em: 22 out. 2024.

MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001.

MUNDO DA RÁDIO. *O que é a SSB*. [202-]. Disponível em: [https://www.mundodaradio.info/artigos/o\\_que\\_e\\_a\\_ssb.html](https://www.mundodaradio.info/artigos/o_que_e_a_ssb.html). Acesso em: 24 out. 2024.

PRAUN, L. (et all). “Petrobras”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas\\_e\\_Ditadura/InformePublico.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

- ROBIN, M. M. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014.
- SILVA, C.L.S. (et all). “Itaipu”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas\\_e\\_Ditadura/InformePublico.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.
- SILVA, J. da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: O outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Sangue espalhado no chão do Cone Sul: conexões repressivas, contrarrevolução e terrorismo de Estado*. Córdoba-Argentina, Lago Editora, 2025.
- SLATMAN, M. Una doctrina militar contrarrevolucionaria para la Nación Argentina. Análisis de la discursividad oficial del Ejército Argentino durante la Guerra Fría (1957-1976). In: GARCIA FERREIRA, R. (Org.). *Guatemala y la guerra fría en América Latina*. Guatemala: CEUR, USAC, 2010. p. 431–459. Disponível em: [https://www.academia.edu/8359690/Roberto\\_Garc%C3%ADa\\_Coordinador\\_Guatemala\\_y\\_la\\_guerra\\_fr%C3%ADa\\_en\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_Guatemala\\_CEUR\\_USAC\\_2010\\_?auto=download](https://www.academia.edu/8359690/Roberto_Garc%C3%ADa_Coordinador_Guatemala_y_la_guerra_fr%C3%ADa_en_Am%C3%A9rica_Latina_Guatemala_CEUR_USAC_2010_?auto=download). Acesso em: 25 out. 2024.
- TELES, E.; OSMO, C.; CALAZANS, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas\\_e\\_Ditadura/InformePublico.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.
- THOMPSON, G. R.; HARRIS, D. R. *The Signal Corps: the outcome (Mid 1943- Through 1945)*. Washington: Office the Chief of Military History United States Army, 1966.
- VERBITSKY, H.; BOHOSLAVSKY, J. P. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- VIEIRA, V. L. (et all). “Docas: parceria empresa / Estado na repressão aos trabalhadores”. In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público: a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: <https://>

[www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas\\_e\\_Ditadura/InformePublico.pdf](http://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

WILLCOX, A. M.; SLADE, M. G.; RAMSDALE, P. A. Command control and Communications (C3). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Latham C3I*. Oxford: Brassey's Publishers, 1986. p. 80–236. (BR DFANBSB 2M.o.o.4I, v.1). Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2015166&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015166&v_abas=1). Acesso em: 24 out. 2024.



# “TRANSAMAZÔNICA: O CAMINHO DO HOMEM”: DITADURA MILITAR, PROPAGANDA E PROJETO DE URBANISMO RURAL EM UM RECÔNITO DA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

*“Transamazonica: the path of man”: military  
dictatorship, propaganda, and a rural urbanism project  
in a recondite region of the Amazon*

Thiago Broni de Mesquita<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo procura analisar as relações entre Estado e controle social durante os governos militares a partir de dois contextos específicos: a propaganda vinculada à criação de um “estado de necessidade” que justificava a construção da rodovia Transamazônica e a política de colonização conhecida como urbanismo rural. A investigação é desenvolvida a partir de documentos do Arquivo Nacional e da obra Urbanismo rural, de José Geraldo da Cunha Camargo, em diálogo com as formulações teóricas de Agamben e Foucault. Busca-se evidenciar como a propaganda governamental da década de 1970 incentivou a migração, legitimou o projeto e reforçou a imposição de estratégias tecnocráticas. Argumenta-se que tais políticas desconsideraram especificidades locais e promoveram um modelo de ocupação voltado à homogeneização e ao controle social. Ao final, evidencia-se que a experiência da Transamazônica expõe os limites de um projeto autoritário de colonização e as marcas duradouras de um planejamento concebido de cima para baixo, inscrito na memória social da Amazônia.

*Palavras-chave:* Estado de exceção; Ditadura militar; Colonização amazônica; Urbanismo rural; Rodovia Transamazônica.

## ABSTRACT

This article seeks to analyze the relations between State and social control during Brazil’s military governments, focusing on two specific contexts: the propaganda linked to the creation of a “state of necessity”

1 O artigo possui financiamento público para a pesquisa via Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes.

2 É Professor da Escola de Aplicação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará, UFPA. E-mail: [tbroni@ufpa.br](mailto:tbroni@ufpa.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4099-8061>.

that justified the construction of the Transamazonian Highway and the colonization policy known as rural urbanism. The investigation draws on documents from the National Archives and on José Geraldo da Cunha Camargo’s work *Urbanismo rural*, in dialogue with the theoretical formulations of Agamben and Foucault. The analysis highlights how government propaganda in the 1970s encouraged migration, legitimized the project, and reinforced the imposition of technocratic strategies. It is argued that such policies disregarded local specificities and promoted a model of occupation aimed at homogenization and social control. In conclusion, the experience of the Transamazonian project exposes the limits of an authoritarian colonization initiative and the enduring marks of a top-down planning process inscribed in the social memory of the Amazon.

*Keywords:* State of exception; Military Dictatorship; Amazonian colonization; Rural urbanism; Trans-Amazonian Highway.

## *Introdução*

O famoso lema “Terras sem homens para homens sem-terra” é uma das frases mais lembradas quando se fala na história da construção da rodovia Transamazônica. Essa estrada, planejada para atravessar o Brasil de leste a oeste e conectar o oceano Atlântico ao Pacífico, é um marco importante da história da ditadura militar no país e será o foco deste artigo. Vamos explorar um trecho específico da rodovia, localizado na região amazônica, entre as cidades de Altamira e Medicilândia, no sudoeste do estado do Pará.

Entre o final dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, a ditadura militar enfrentava a Guerrilha do Araguaia na Amazônia. Nesse mesmo período, o Nordeste brasileiro passou por um dos piores períodos de estiagem da sua história, o que agravou a crise humanitária na região. No Sul, o avanço das grandes propriedades rurais e o cercamento de terras prejudicavam os pequenos agricultores. Nessa região, o governo implementou um projeto de expansão agrícola voltado para aumentar a produção e exportação, o que ocasionou o cercamento de terras e o sufocamento de pequenas propriedades ligadas a comunidades tradicionais locais. Em todo o país, o governo incentivou a concentração de terras para integrar o Brasil ao mercado global por meio da produção de commodities agrícolas. Essa

política não só gerou conflitos de terra, mas também aumentou a desigualdade e levou muitas pessoas a migrarem para as periferias de grandes cidades e centros urbanos regionais (OLIVEIRA, 2018; MACHADO, 2019; REIS, MARCOS e MOREIRA, 2021).

Documentos disponibilizados através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) dão conta de como o tema da ameaça comunista era recorrente em meio aos órgãos de investigação e espionagem da ditadura militar, os quais possuíam ramos em todos os setores da administração pública e da sociedade (DE MESQUITA, 2018). O modo de ação política dos governos militares, durante os 21 anos do regime, caracterizou-se por escolhas táticas que visavam o controle social do Estado sobre a sociedade. Esse controle foi mantido, em grande parte, pela repressão, com o objetivo de preservar a ordem e silenciar aqueles que se opunham ao regime.

Entre as principais formas de controle durante a ditadura, destacam-se, em um extremo, a censura à imprensa e às manifestações culturais. Censores decidiam o que poderia ou não ser divulgado, eliminando críticas ao regime. A repressão política também era prática comum, com a atuação de órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). Desde o início, em 1964, o governo buscou apoio de setores da sociedade, especialmente de empresários e grupos conservadores, o que ajudou a fortalecer o apoio popular e a legitimar as ações autoritárias. Esses grupos empresariais, inclusive, foram favorecidos ao longo do regime militar (DREIFUSS, 1981; FICO, 2011; SETEMY, 2018).

Em outro extremo, as políticas econômicas e a propaganda atuaram de maneira complementar aos interesses de controle social do Estado durante os governos militares. Por meio delas, por exemplo, o Estado brasileiro aprovou um pacote milionário de investimentos destinados à construção da rodovia Transamazônica sob a justificativa de um estado de necessidade que combinava a integração da Amazônia e o combate à crise humanitária no Nordeste decorrente da estiagem prolongada. O repertório integracionista, aliado a escolhas táticas no campo da propaganda, culminou com a mobilização de milhares de brasileiros, que migraram em direção à Amazônia sob os auspícios de um sentimento de dever patriótico de ocupar um

suposto espaço vazio, onde surgiria um “Brasil Novo”, no qual eles seriam protagonistas da construção de um “Brasil grande”.

Por trás desses planos, havia os seguintes interesses: mascarar a extrema desigualdade social, histórica no país, e viabilizar o avanço de grandes propriedades em regiões estratégicas para o governo; atender aos interesses dos Estados Unidos, patrocinador do golpe civil-militar de 1964 e das políticas que visavam combater o avanço das Ligas Camponesas no Nordeste e o fortalecimento do comunismo no Brasil; beneficiar grupos empresariais e empreiteiras, que expandiram seus capitais durante a ditadura militar ao terem, no alto escalão do governo, representantes que atendiam de pronto às suas demandas (PARKER, 1977; GRYNSZPAN e DEZEMONE, 2007; FICO, 2008; CAMPOS, 2014; BRAGA, 2021).

O objetivo deste artigo consiste em analisar as relações entre Estado e controle social durante os governos militares a partir de dois contextos específicos: a propaganda vinculada à criação de um “estado de necessidade” que justificava a construção da rodovia Transamazônica e a política de colonização conhecida como urbanismo rural. **No primeiro contexto, estabelecemos** um diálogo profícuo entre a obra *Estado de Exceção* (2004), do filósofo Giorgio Agamben, o documento audiovisual *Transamazônica: o caminho do homem* (1971), disponibilizado através do SIAN, e a reportagem “Juarez Transamazônico, o ‘bebê do futuro’, busca seu passado”, publicada em 9 de julho de 2024 na página *Sumáuma*. Esse diálogo entre passado e presente, mediado pelo pensamento de Giorgio Agamben, tem por objetivo **evidenciar** como o governo produziu imagens que exaltavam um “novo Brasil” em formação na Amazônia nos anos 1970, com famílias migrantes construindo uma vida melhor. No entanto, a realidade enfrentada por essas famílias era **marcada por desafios, tais como** a falta de infraestrutura, doenças e **por um** ambiente hostil, pouco fértil e ocupado por povos indígenas e populações tradicionais, com as quais tiveram contato. Muitos desses contatos foram mediados pela violência e **pela opressão que emanava** de um Estado que se fazia presente na região através da “força da lei sem lei”, conforme preconiza Agamben em sua obra.

No segundo contexto, abordamos a política de colonização que ficou conhecida como urbanismo rural e que foi implementada pelo Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) no trecho entre os atuais municípios de Altamira, Brasil Novo e Medicilândia no sudoeste do Pará. Estabelecemos um diálogo entre o documentário *A Integração da Amazônia* (1974), a obra *Urbanismo Rural* (1973) encomendada pelo Incra ao arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo e a obra *Segurança, Território e População* (2008) de Michel Foucault. Além disso, demonstramos como o governo divulgou uma visão otimista sobre o desenvolvimento da Amazônia, evidenciando o projeto de construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis, planejados para “integrar” e “civilizar” a região. O modelo, idealizado por José Geraldo da Cunha Camargo, propunha a criação de núcleos rurais urbanizados como solução para o desenvolvimento da Amazônia. Ao estabelecermos diálogos possíveis entre o modelo de urbanismo rural desenvolvido por José Geraldo da Cunha Camargo e o pensamento de Michel Foucault, destacamos que Camargo defendia um modelo de engenharia social que propunha a intervenção nos comportamentos dos colonos, a fim de formar comunidades coesas, ao passo que Foucault destaca como são complexos os arranjos que culminam no planejamento urbano e no controle disciplinar, ambos imprevisíveis e maleáveis.

### *Estado de exceção e a propaganda “Transamazônica: o caminho do homem”*

Desde 1966, quando o governo do presidente Castelo Branco lançou a Operação Amazônia, era interesse da ditadura militar integrar a imensa floresta ao restante do país. Embora a operação, que reuniu políticos, empresários e membros da sociedade civil, tenha ocorrido a bordo de um navio e navegado pelo imponente rio Amazonas (que integra a maior parte desse território desde antes da colonização portuguesa), não foram os rios que entraram nos planos do governo, mas sim as estradas (SUDAM, 1968; ACEVEDO MARIN, 2004; BATISTA, 2016; DE MESQUITA, 2018).

Um ano após a realização da Operação Amazônia, o governo começou a receber informações sobre o avanço de movimentos guerrilheiros na região do rio Araguaia. Entre os anos de 1967 e 1974, a ditadura militar

combateu, com força desproporcional, o avanço desse movimento, que ficou conhecido na história como Guerrilha do Araguaia. Com o advento do combate à guerrilha, intensificou-se a intervenção federal na região, juntamente com ações que visavam ao controle social do Estado sobre as populações locais. O projeto de construção da rodovia Transamazônica, criado com o Decreto-lei 1.106 de 1970 e regulamentado pelo Decreto 67.113 de 1970, que lançou o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ocorreu em um contexto de repressão ao avanço do comunismo no Brasil, bem como do interesse em inserir a região na rota do capital internacional.

A construção da Transamazônica, contribuiu, na prática, para a ocupação e o controle territorial, populacional e dos recursos naturais do Sudeste do Pará, num contexto de repressão militar aos militantes do PCdoB (1972-1975) que organizavam uma guerra de guerrilha, desde 1967. As Forças Armadas, ao descobrirem a organização guerrilheira, em 1972, empreenderam três Campanhas de Cerco e Aniquilamento, das quais perderam as duas primeiras. Essa repressão militar insere-se nas estratégias do governo ditatorial para a ocupação da Amazônia que, por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), aliando objetivos geopolíticos, militares e econômicos, iniciou o processo de integração da Amazônia. (REIS, MARCOS e MOREIRA, 2021, p. 176)

A construção da rodovia Transamazônica ficou a cargo do Ministério dos Transportes, sob o comando do ministro Mário Andreazza. Andreazza foi um militar, político e administrador reconhecido, sobretudo, por seu papel como ministro dos Transportes, e por sua atuação em diversas áreas do governo durante a ditadura militar, além de ter aspirado ao cargo de presidente da República (BERTONCELO, 2009). O engenheiro civil ganhou destaque principalmente durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando implementou importantes obras de infraestrutura no Brasil, como a construção de estradas e rodovias, que foram fundamentais para a integração do país.

A trajetória do influente ministro da ditadura militar, reconhecido como o “querido das empreiteiras”<sup>3</sup>, segundo Lúcio Flávio Pinto, cruza-se

3 PINTO. Lúcio Flávio. A morte e a morte de um jornal. [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/\\_ed678\\_a\\_morte\\_e\\_a\\_morte\\_de\\_um\\_jornal/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed678_a_morte_e_a_morte_de_um_jornal/).

também com a história de um dos maiores jornais brasileiros da época, o Correio da Manhã. Com o endurecimento do regime e a prisão de Niomar Moniz Sodré Bittencourt, diretora do jornal, em 1969, o periódico carioca foi arrendado pelo empresário Maurício Nunes de Alencar, irmão do político Marcelo Alencar, que, por sua vez, tinha vínculos com o grupo político do ministro Mário Andreazza.

À época da aprovação do projeto de construção da rodovia, o ministro enfrentou forte oposição da imprensa, de políticos e até de militares, que o consideravam um ministro “megalomaniaco” (SOUZA, 2012, p. 214-215). Coube ao jornal Correio da Manhã fabricar a imagem de Andreazza e de uma de suas obras: a Transamazônica<sup>4</sup>. Nesse processo, tanto as imagens do ministro quanto aquelas que registravam o cotidiano de construção da rodovia transmitiam uma atmosfera grandiosa e heroica. O ministro estava atento a esses aspectos, e ter ao seu lado o jornal Correio da Manhã impulsionou sua projeção e ajudou a compor o repertório de imagens utilizadas pela propaganda oficial do regime, como é o caso da emblemática fotografia abaixo, onde Andreazza apresenta o Plano Nacional de Viação (PNV).

---

4 O jornal Correio da Manhã possui um fundo específico no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Para se ter uma ideia ao buscar pelos termos “Transamazônica” e “Mário Andreazza” no sistema, mais de 600 registros fotográficos são encontrados no acervo do jornal. Esse acervo digital permite acompanhar tanto o cotidiano do ministro quanto o andamento da construção da rodovia Transamazônica durante a década de 1970.

## Imagem 1: Mário Andreazza apresenta o Plano Nacional de Viação



Fonte: Arquivo Nacional (SIAN).

A fotografia faz parte de um conjunto de imagens do Correio da Manhã que destaca o ministro Mário Andreazza apresentando o PNV para o setor rodoviário. Registrada em 15 de outubro de 1971 por um fotógrafo conhecido como Demócrito, a imagem consagra o momento da assinatura do contrato para a construção da segunda etapa da rodovia Transamazônica.

O PNV, elaborado em 1971, foi uma iniciativa do governo brasileiro para organizar e desenvolver o setor de transportes no país. Com o objetivo de modernizar a infraestrutura viária, o plano contemplava a construção e a recuperação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, visando melhorar a integração entre as diferentes regiões do Brasil e estimular o crescimento econômico. O PNV fazia parte das escolhas estratégicas do governo, que buscava acelerar a industrialização e a urbanização de áreas como a Amazônia, dentro de um contexto de “estado de necessidade” que orientava a atuação estatal na mobilização de sujeitos para serem incorporados, por exemplo, aos projetos de colonização ao longo da rodovia.

É nesse cenário que, em 1971, o governo produziu, por meio da Agência Nacional, o documentário *Transamazônica: o caminho do homem*. O filme aborda o processo de construção da rodovia, que tinha a pretensão



de cortar o país de leste a oeste e interligar o Atlântico ao Pacífico. Em um momento no qual a ditadura militar combatia movimentos guerrilheiros na região do Araguaia, criar imagens grandiosas da região amazônica fazia parte das escolhas táticas de um governo que impôs ao Brasil um estado de exceção, em que a tomada de decisões estava baseada em Atos Institucionais, concentração de poder, abusos e cerceamento de direitos.

A propaganda foi utilizada, em cenário histórico marcado pela ditadura militar, para orientar a percepção pública sobre a situação de um estado de exceção. O governo veicula informações que justificam a suspensão de direitos, enfatizando a necessidade de segurança contra ameaças e a busca por estabilidade política e econômica. Isso gerou um ambiente de controle e manipulação da informação, dificultando a resistência e o questionamento por parte da sociedade. O controle e a manipulação resultavam em um quadro complexo, em que a liberdade de expressão e os direitos civis foram postos em xeque em nome de uma suposta segurança e, sobretudo, de um estado de necessidade (AGAMBEN, 2004).

Ao analisar situações que levam governos a suspender normas legais habituais e instaurar estados de exceção nos quais os direitos e garantias podem ser ignorados, Agamben (2004) alerta sobre os riscos de tornar prática comum a suspensão da democracia em nome da defesa de uma suposta segurança. Para ele, o estado de exceção, que deveria ser uma anomalia, é, na verdade, parte intrínseca do funcionamento do Estado Moderno. A questão que se coloca é que, da necessidade, surge o desejo dos governos de exercer controle sobre a vida dos cidadãos em uma busca incessante por biopoder. Quando governos conseguem implementar formas contínuas de exceção, a própria autoridade do Estado e a relação entre poder e liberdade são questionadas em nome dessa “necessidade”.

“A necessidade não reconhece nenhuma lei” e “a necessidade cria sua própria lei” (*neccesite fait loi*). Em ambos os casos, a teoria do estado de exceção se resolve integralmente na do *status necessitatis*, de modo que o juízo sobre a subsistência deste esgota o problema da legitimidade daquele. Um estudo da estrutura e do significado do estado de exceção pressupõe, portanto, uma análise do conceito jurídico de necessidade (AGAMBEN, 2004, p. 40).

O pensamento de Agamben se conecta em diversas camadas com *Transamazônica: o caminho do homem*. Sob essa perspectiva, o documentário se relaciona com o slogan “Terras sem homens para homens sem-terra”. A máxima contém duas ideias de necessidade, quais sejam, a de integrar a imensa floresta amazônica e suas terras ao restante do Brasil e a de oferecer terra e trabalho aos homens e suas famílias que sofriam com a seca no Nordeste e com o cercamento de terras no Sul do Brasil.

Sobre esse tema, Delfim Neto (Ministro da Fazenda no governo Médici), ao ser entrevistado para a série *Transamazônica: uma estrada para o passado*, constrói uma memória pública sobre o presidente Médici. Segundo ele, a decisão sobre a construção da Transamazônica surgiu quando o presidente sobrevoava a região Nordeste, assolada por uma das maiores secas da história. O ministro, que acompanhava o presidente nessa viagem, testemunhou a situação de calamidade que afetava o povo nordestino e o momento em que Médici decidiu criar uma política para deslocar essa população em direção à Amazônia. Assim, surgiu a ideia da Transamazônica, baseada na necessidade de integrar e desenvolver a Amazônia, bem como de “salvar” o povo nordestino do castigo ao qual estava submetido. O vídeo encontra-se disponível para consulta na íntegra, podendo ser acessado por meio do hiperlink indicado na descrição da imagem ou, alternativamente, pelo QR Code referente à Imagem 2.

## Imagem 2: Transamazônica: o caminho do homem



Fonte: Arquivo Nacional (SIAN).

O documentário, que intitula esta seção e que será agora analisado, foi construído com a fotografia de Valmir Ribeiro, texto de Edson Nequele, narração de Alberto Curi e foi isento de censura. Toda a base musical utilizada no vídeo foi composta por uma trilha sonora de caráter heroico, valorizando compositores e intérpretes brasileiros. A base instrumental de Arrastão, consagrada na voz de Elis Regina, é utilizada como pano de fundo para o texto que narra a história da família de um homem nordestino migrado para a Transamazônica.

Este homem veio do Nordeste, é um dos colonos do Incra, tem casa, planta, e a terra dá! O Instituto de Colonização e Reforma Agrária providencia-lhe atendimento. Aqui ele encontrou a fertilidade que não havia na terra castigada onde nasceu. “Numa casa de caboclo, três é melhor!” Samuel Transamazônico, o primeiro que nasceu durante a construção da estrada, e a educação dele e das outras crianças que estão lá está assegurada. É tempo de ciranda! É tempo de partilha! Os filhos dos colonos que ganharam no berço um Brasil grande devem se preparar para o futuro. (AGÊNCIA NACIONAL, 1971)

No trecho, é possível notar que o nome do homem que veio do Nordeste foi invisibilizado. Ele foi apenas o “colono”, o “caboclo”, em suma, “o homem que veio do Nordeste”. O nome foi atribuído apenas a Samuel Transamazônico, a primeira criança que nasceu durante a construção da rodovia. Enquanto no filme a Agência Nacional atribui a Samuel o sobrenome Transamazônico, foi por meio da propaganda da empreiteira Queiroz Galvão, responsável pela construção do trecho da rodovia onde o “bebê do futuro” nasceu, que se tomou conhecimento de que seu nome verdadeiro era Juarez. O “anjo” Juarez era filho de pais nordestinos, e o sobrenome “Transamazônico” reflete como a ditadura militar queria se fazer presente em meio a essa sociedade no interior da floresta amazônica, atravessada pelo forte controle social do Estado.

Imagem 3: Ministro Transamazônico vai bem

**MINISTRO  
TRANSAMAZÔNICO  
VAI BEM**

Seu nome todo é Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. É o primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir. A levantar dentro do maior espaço verde da terra. Onde só existiam matas. E lendas. O mito e o medo. E o recado foi dado, outro dia, ao próprio Ministro Andrezza pelo colono Joaquim Félix Araújo, pai de Transamazônico – o rapagão do 2.000. Ele nasceu exatamente onde estamos começando. Ou melhor, onde o Brasil está sendo descoberto de novo. Benza-te Deus, Transamazônico! E não vai ser preciso esperar o ano 2.000, quando você, homem feito, estiver percorrendo essa pedacção de estrada que está nascendo antes de você dar o primeiro passo. Os 255 quilômetros de mata e pântanos que estamos ganhando são apenas uma nêga da enorme rodovia que o Brasil está construindo para você. Garotinho ainda, você vai engatinhar nela. Por esses dias, estará tudo pronto. Começamos em Altamira e já nos aproximamos do Itaituba. A viagem não termina aí. Lá na frente, outras turmas estão trabalhando. Mas, guardamos o orgulho de ter chegado primeiro com você. Transamazônico - nosso garotão do ano 2.000.

**queiroz galvão**  
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S. A.  
TERRAPLENAGEM - PAVIMENTAÇÃO  
E CONSTRUÇÃO

Fonte: Sumaúma.

Seguindo a perspectiva de construção de imagens grandiosas sobre a região amazônica, o filme evoca um repertório religioso em trechos que afirmam: “A estrada que leva ao céu deve ser uma grande Transamazônica” e “Deus está no coração da Transamazônica”. Em outro momento, a narrativa religiosa une o destino do povo que caminhava na “estrada que levava ao paraíso”, ressaltando que, a cada árvore derrubada, colocava-se fim à narrativa mítica de “Saci Pererês, Iaras e cobras grandes» tão importantes para a cultura amazônica.

Para a ditadura militar, tratava-se do tempo de uma nova magia, a magia do desenvolvimento e da integração nacional. “Era a nova Amazônia que surgia, fazendo nascer de seu ventre verde a Transamazônica”. Esse repertório incentivou muitas famílias a se deslocarem para a Amazônia em busca de novas oportunidades. Entretanto, ao contrário do que foi amplamente divulgado nas propagandas, a realidade mostrou-se dura, com desafios como a falta de infraestrutura, doenças tropicais e a difícil adaptação dos migrantes ao clima.

César Augusto Martins de Souza (2012), analisa o conjunto de documentos audiovisuais de propaganda produzidos pela Agência Nacional. Para ele, há nesses filmes uma ênfase em mostrar o dever patriótico contido na colonização das áreas às margens da rodovia. Criar uma expectativa positiva em relação aos núcleos de colonização, bem como demonstrar que Estado e sociedade estavam juntos nesse empreendimento foi, sem dúvida, uma meta do governo.

As mensagens das propagandas oficiais veiculadas nas principais emissoras de televisão, possuíam imagens de agrovilas crescendo no meio da selva, famílias inteiras com “crianças saudáveis e felizes”, postos de saúde, hospitais, profissionais de saúde, igrejas, escolas, campos cultivados, armazéns recebendo os produtos e frases marcantes ditas pelo narrador. Sobre tudo Médici e Andreazza são mostrados com frequência nas propagandas inaugurando obras e conversando atenciosamente com a população.

As propagandas faziam com frequência uma “convocação” desafiadora ao povo brasileiro para que as famílias decidissem se cadastrar junto ao Incra ou às prefeituras e se incumbissem da missão de ocupar e tomar posse para o Brasil da maior e mais rica floresta tropical do mundo. (SOUZA, 2012, p. 90)

Durante muitos anos, a história de Samuel, ou Juarez Transamazônico, permaneceu uma incógnita. Nem ao menos se conhecia o paradeiro do “bebê propaganda” dos feitos da ditadura militar na região da Transamazônica. Com o fim do governo Médici, em 1974, e a ascensão de Ernesto Geisel à presidência, muitas das políticas públicas direcionadas

ao empreendimento da obra sofreram paralisações ou revisões. Em pouco tempo, a região da estrada que “levava ao paraíso” tornou-se palco de conflitos pela terra. Para muitas famílias que abandonaram as terras concedidas pelo Incra, a Transamazônica ficou no passado; tal foi o caso da família de Juarez Transamazônico.

Interessada no que poderia ter acontecido com o “primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo”, a escritora e ecóloga Nurit Bensusan publicou, no ano de 2023, um texto literário intitulado *Sete Vidas de Juarez Transamazônico*. A obra torna Juarez personagem de diferentes tramas que poderiam ter sido por ele vividas. Cada “vida” representa aspectos distintos de sua trajetória, marcando transformações e refletindo a complexidade do ambiente e das relações humanas naquele cenário.

No meio desse mundo, despedaçado para uns, remendado para outros, nascem crianças. Talvez não como uma esperança de futuro, mas como símbolo de uma resignação, entremeada na carne e no sangue. Juarez nasceu ali ou não. Pode ter sido apenas ícone, uma marca desse tão precioso desenvolvimento que chegava à floresta, que “redescobria o Brasil”, mas, de carne e osso ou apenas como propaganda, Juarez é filho da Transamazônica, como o foram milhares de crianças. (BENSUSAN, 2023, p. 12)

Durante o lançamento de seu livro na cidade de Altamira (PA), Nurit Bensusan foi surpreendida pela presença de Mair Araújo, irmão de Juarez. Mais uma vez, a história do “Transamazônico” tomou conta dos jornais, desta vez por meio da página Sumaúma. A reportagem assinada por Jaqueline Sordi e intitulada *O ‘bebê do futuro’ busca sua história* foi publicada em 9 de julho de 2024. O texto aborda, entre outras questões, a busca de Juarez por suas origens, ilustrando os impactos das políticas de ocupação da floresta amazônica durante a ditadura militar e as consequências para as populações envolvidas no empreendimento de construção e ocupação da Transamazônica. A jornada pessoal do entrevistado reflete questões mais amplas sobre identidade e memória em um contexto de exploração e desenvolvimento ambiental na região, assim como o uso de sua imagem. Em um trecho de sua entrevista, ele questiona:

Me contaram também que os jornais da época anunciavam que eu tinha recebido um prêmio do governo, que papai tinha recebido uma propriedade com todo maquinário. Ninguém nunca viu nada disso. É por isso que fico caducando: o que é mentira e o que é verdade na minha história, na minha vida? (SUMAÚMA, 2024)

Por meio da reportagem, torna-se público que o nome “Juarez Transamazônico” sequer existiu. Juarez Furtado de Araújo é o nome registrado na certidão de nascimento do “anjo” “Samuel Transamazônico”. Tanto o nome de anjo quanto o famoso sobrenome foram apenas uma criação das propagandas da ditadura militar e do imaginário construído em torno do primeiro bebê nascido na rodovia, seria o que ele próprio define como seu “nome da estrada”. Dos seus primeiros anos de vida, Juarez carrega uma surdez parcial, decorrente de um sarampo, contraído em razão das visitas de repórteres e autoridades em seus primeiros meses de vida. Soma-se a isso a frustração com o fato de que seu padrinho, o presidente Emílio Garrastazu Médici, sequer compareceu ao seu batismo, além das seguintes perguntas:

(...) por que, se fizeram um projeto tão grande e prometeram tanto, não fizeram nada pela minha família. Por que só me usaram? Eles mentiram? Eu fui mesmo um menino importante? E, afinal, você consegue descobrir em qual museu do Rio de Janeiro está minha roupa de batizado? Queria tanto ir lá para ver. (SUMAÚMA, 2024)

Os repórteres fizeram buscas pela roupa de batizado de Juarez junto aos museus públicos do estado do Rio de Janeiro, mas nada encontraram. A história de Juarez representa não somente a força que a propaganda tem em contextos de estado de exceção, mas também a capacidade que governos têm de, nessa conjuntura, capilarizarem ações policiais e repressoras que se refletem em uma sociedade igualmente violenta e opressora, o que Agamben define como “um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei” (AGAMBEN, 2004, p. 61).

Importante destacar que, no discurso da ditadura militar, que governou o país em um contexto de estado de exceção, para as empreiteiras,



que se beneficiaram da construção da Transamazônica, e para a Agência Nacional, que fabricou as imagens desse “Brasil Novo”, a Amazônia era um “espaço vazio”. A narrativa oficial sustentava que naquela região “não havia povo”, e, conseqüentemente, não havia lei. Assim, os planos e a ação política do governo na região foram estruturados com base no pressuposto de que, por se considerar a Amazônia um “espaço vazio”, sem povo e sem leis, qualquer intervenção seria legitimada. Dos interesses do capital atrelado a esses governos, emanou um regramento violento contra o humano e contra a natureza. Tal construção vai ao encontro do pensamento de Agamben (2004), quando reflete que a retirada de direitos dos viventes acaba tornando-se a regra, fazendo emergir o estado de exceção, que ganha força nessa lacuna. Afinal, se esse estado é a regra, não há mais como tratá-lo como exceção.

Os questionamentos que Juarez Furtado de Araújo faz no presente decorrem dessa violência de Estado. Juarez foi o primeiro bebê a nascer naquilo que foi chamado de “terra de ninguém, entre o direito público e o fato político, entre a ordem jurídica e a vida” (AGAMBEN, 2004, p. 12). De acordo com a propaganda, por exemplo, “a educação dele e das outras crianças que estão lá está assegurada”, mas hoje, pouco mais de 50 anos depois, sabemos que Juarez sequer sabe ler e escrever. Para Agamben, somente quando erguemos esse véu que cobre essa zona incerta, própria dos estados de exceção, encontramos respostas para “a pergunta que não para de ressoar na história da política ocidental: o que significa agir politicamente?” (AGAMBEN, 2004).

A violência de Estado produziu, igualmente, as idiossincrasias vividas atualmente na “espinha de peixe”<sup>5</sup> transamazônica. Para muitos dos que chegaram à região nas décadas de 1970 e 1980, é inegável que a ação dos governos militares contribuiu para a expansão de um novo marco na infraestrutura de transportes na região amazônica. No entanto, pouco importou ao governo que muitas das obras previstas permanecessem inconclusas, fossem executadas de forma inadequada e, sobretudo, realizadas em desrespeito à legislação e aos modos de reprodução da vida local (ANDREAZZA, 1972; ANDREAZZA, 1972a; SANTANA, 2009; CAMPOS, 2011).

---

5 Esse termo descreve o formato que essa ocupação assume quando visto de cima: uma estrada principal serve como eixo central (a “espinha”), e várias estradas menores ou travessões que se ramificam dela (as “costelas de peixe”).

Durante a ditadura militar, o processo de construção de estradas na Amazônia impulsionou o desmatamento em larga escala, com vastas áreas de floresta sendo convertidas em pastagens e áreas agrícolas. Esse processo resultou em impactos profundos na biodiversidade e nos modos de vida das comunidades tradicionais, impulsionando a cultura do desmatamento, das queimadas e da violência contra os povos originários e populações tradicionais. Até hoje, essa lógica não reconhece plenamente a importância da floresta em pé no contexto global de crise climática.

Destaca-se ainda que, na época, consolidou-se uma cultura política marcada pela visão dos migrantes, incentivados pelo regime militar a ocupar a região como parte de um suposto dever patriótico. Esses migrantes eram vistos como pioneiros no processo de “integração” e “desenvolvimento” da Amazônia. Para eles, assim como para os governos militares, a floresta em pé representava um obstáculo ao progresso, e o território era encarado como um espaço vazio, pronto para ser explorado.

No tempo presente, enquanto o mundo discute a implementação de créditos de carbono como estratégia para incentivar a preservação de áreas florestais em propriedades rurais, torna-se essencial revisitar a história da ocupação da Amazônia. Casos como o de Juarez Furtado de Araújo precisam ganhar maior visibilidade, e a inclusão da história local no ensino deve ser articulada a políticas públicas que promovam uma consciência climática global. Abordar os impactos da ditadura militar na Amazônia é não apenas um dever de memória, mas também uma demanda social de tempo presente. Nessa perspectiva, a Amazônia deve ocupar um papel central, com a floresta em pé, sua biodiversidade preservada e seus povos valorizados, colocando-os no cerne das estratégias para enfrentar os desafios impostos pela crise climática; uma agenda cuja origem remonta ao período em que o Brasil era governado por uma ditadura militar sob estado de exceção.

## *Urbanismo rural e controle social em um recôndito da Transamazônica*

Irmanada ao projeto de abertura da rodovia Transamazônica estava a política de colonização de terras às suas margens, conduzida pelo Incra. Essa política visava implantar na região um modelo de ocupação baseado na construção de agrovilas, agropólis e rurópolis. O arquiteto e urbanista José Geraldo da Cunha Camargo foi o responsável pela elaboração do documento intitulado *Urbanismo rural*, que reúne a proposta do governo e previa uma forte presença do Estado, com equipes de profissionais de diversas áreas atuando intensivamente em diversas etapas do processo, objeto de análise desta seção.

*Urbanismo Rural* é um documento publicado em 1973 que aborda a forma como a ditadura militar planejava implantar, de modo hierárquico, núcleos urbanos no meio rural da Transamazônica, especialmente na região do município de Altamira (PA). Segundo o documento, a proposta se apresentava como resposta à ocupação desordenada que ocorria nas áreas marginais à rodovia e deveria funcionar como um anteprojeto a ser implementado em etapas ao longo de 30 anos.

O documentário *A integração da Amazônia* (1974) mostra as obras da rodovia, apresenta aspectos da construção do projeto de urbanismo rural e relata a visita do presidente Médici à primeira agrovila, que ficava localizada no Km 46. O vídeo encontra-se disponível para consulta na íntegra, podendo ser acessado por meio do hiperlink indicado na descrição da imagem ou, alternativamente, pelo QR Code referente à Imagem 4.

## Imagem 4: A integração da Amazônia



Fonte: Arquivo Nacional (SIAN)

O vídeo veiculado como propaganda oficial do governo ressalta a visão ufanista e otimista do Estado brasileiro nos anos 1970 sobre o processo de colonização da Amazônia. Destaca a criação de infraestrutura em meio à selva representada por escolas bem estruturadas e agrovilas, que simbolizavam o esforço do governo em integrar e “civilizar” a região, alinhando-se com uma perspectiva desenvolvimentista que via a ocupação da Amazônia como uma oportunidade de crescimento econômico e inclusão social, conforme podemos observar no trecho abaixo.

O trabalho de colonização das áreas que margeiam a Transamazônica vem sendo executado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. A presença desse órgão se faz sentir em quase todos os pontos da grande rodovia. O primeiro grupo escolar construído já está sendo frequentado pelos filhos dos colonos. Uma escola que se ergue em pleno coração da floresta é bem o símbolo das grandes perspectivas que a Transamazônica oferece a todos os brasileiros. Um pouco além, num percurso de 15 minutos de helicóptero sobre a selva, ergue-se o conjunto residencial da agrovila. Um conjunto de 22 agrovilas forma uma agropólis, e 08 destas constituem uma rurópolis. (AGÊNCIA NACIONAL, 1974)

Mais uma vez, o repertório desenvolvimentista e integracionista presente na propaganda oficial negligenciava os impactos ambientais e sociais do desmatamento e da ocupação forçada e apagava a existência de povos indígenas e de comunidades tradicionais na região. As “grandes perspectivas” descritas contrastam com as dificuldades vividas na prática por muitos colonos, como a falta de suporte logístico, condições precárias de sobrevivência e os desafios de adaptação ao bioma amazônico. O trecho destaca um planejamento urbano imposto hierarquicamente e idealizado, sugerindo uma visão modernizadora, que implementaria, na floresta, um modelo de ocupação baseado em núcleos urbanos no meio rural, o qual dedicava pouca atenção ao contexto ambiental e sociocultural local.

O documento assinado por Camargo se apresenta desde sua origem como um projeto de controle social do Estado. Para Cardoso e Lima (2009), as famílias selecionadas para compor as agrovilas deveriam passar por um processo de “doutrinação” a fim de serem orientados sobre a hierarquia na ocupação daqueles territórios. Camargo contextualiza tal necessidade ao se referir ao fracasso dos antigos Núcleos Coloniais Oficiais nos anos 1950 na região Sul do Brasil. Em sua perspectiva, havia um movimento interessante nesses núcleos, qual seja, colonos bem-sucedidos que progrediam financeiramente no campo também desejavam progredir socialmente e, por isso, tendiam a se mudar para uma cidade próxima, onde estabeleciam algum tipo de negócio. O progresso na cidade permitia que esses colonos investissem na educação dos filhos, fixando-se no território urbano e abrindo mão de seus lotes rurais. O trecho a seguir resume essa primeira observação do arquiteto.

Indagando de ex-parceiros, moradores nas cidades próximas, quais os motivos que os levaram a vender seus lotes rurais, a resposta era sempre a mesma: - queriam progredir socialmente. Ao contrário, os colonos remanescentes no núcleo eram conformados com seu atraso, fatalistas e não tinham planos para o futuro. Viviam apenas o momento presente. (CAMARGO, 1973, p. 02)

Uma das conclusões a que chegou o arquiteto foi que os colonos “atrasados” eram os que se fixavam à terra, enquanto os “melhores” migravam para as cidades em busca de progresso. Esse processo, para ele,

resultava na “favelização” das zonas urbanas, para onde iam os ex-colonos movidos pela “coragem de se libertar da vida primitiva em busca da civilização” (CAMARGO, 1973, p. 02). A partir dessa observação inicial, o arquiteto argumentava que o Estado brasileiro deveria ser capaz de gerir um novo modelo de colonização, que conjugasse a adaptação do meio rural às técnicas urbanísticas utilizadas nas cidades.

A escrita de Camargo (1973) revela um olhar conservador, impregnado de preconceitos e equívocos em relação ao homem do campo, além de um alinhamento com perspectivas de controle social, especialmente naquilo que ele define como “doutrinação dos colonos”. Em um trecho da obra, o arquiteto expressa essa visão ao afirmar que a figura do “jeca”, um cidadão “incapaz e analfabeto”, é produto da ausência de núcleos urbanos adaptados aos problemas rurais. Ainda segundo ele, até mesmo o “índio” compreende melhor o valor da vida em sociedade do que o rurícola, que se isola e vive de modo a depender apenas do presente, sem perspectivas futuras.

Essa doutrinação dos colonos e migrantes é muito importante porque, muitas vezes, não sendo possível haver seleção rigorosa, há indivíduos simples, de cultura rudimentar, que não pode compreender sem as devidas explicações as inovações, que desconhecem, mas que vão lhes trazer e às suas famílias, benefícios sociais, culturais e sanitários, de que não podem desfrutar quando isolados. (CAMARGO, 1973, p. 08)

A teoria desenvolvida por Camargo foi fundamental para atrair milhares de brasileiros ao projeto de colonização conduzido pelo Incra na Transamazônica. Esse modelo baseava-se na coexistência hierárquica de agrovilas, agropólis e rurópolis. A primeira agrovila foi criada no KM 46 da Transamazônica, atual município de Brasil Novo (PA). No entanto, o que exatamente foram as agrovilas, agropólis e rurópolis de acordo com o projeto original da ditadura militar?

De acordo com Camargo, a agrovila seria uma pequena comunidade urbana voltada para o apoio a atividades agrícolas, oferecendo infraestrutura básica, como escola, posto de saúde e áreas de lazer, para integrar socialmente os habitantes rurais. Já a agropólis, com função agroindustrial,

cultural e administrativa, teria um papel de maior alcance, atendendo uma área de até 10 km de raio e integrando diversas agrovilas. Sua influência poderia se expandir conforme a capacidade produtiva, a tecnologia aplicada e a infraestrutura disponível, formando uma rede de apoio ao desenvolvimento rural (CAMARGO, 1973, p. 10-16). As imagens 5, 6 e 7 retratam um trabalhador em frente a placa da agrovila Jorge Bueno, atual município de Medicilândia (PA), a vista aérea das obras de construção da agropólis do Km 46, atual município de Brasil Novo (PA), e a visita do ministro Mário Andreazza e de representantes do governo a uma casa padrão concedida pelo Incra aos colonos nas agropólis.

Imagem 5: Trabalhador na agrovila Jorge Bueno da Silva



Fonte: Arquivo Nacional (SIAN)

## Imagens 6 e 7: Vista aérea das obras de construção da agropólis do Km 46 (direita) Casa Padrão do Incra (esquerda)



Fonte: Arquivo Nacional (SIAN)

As rurópolis foram projetadas para funcionar como polos de desenvolvimento. Elas centralizariam comunidades rurais compostas por agrópolis e agrovilas, organizadas em um raio de até 140 quilômetros, dependendo das condições do terreno e das vias de transporte. Com atividades variadas, incluindo comércio, serviços sociais, culturais e de saúde, as rurópolis atenderiam tanto às demandas locais quanto às das comunidades de sua área de influência (CAMARGO, 1973, p. 17). A cidade de Altamira (PA), imagem 8, seria a rurópolis das agrovilas que estavam sendo construídas em sua zona de influência.

## Imagem 8: Vista de Altamira (PA) em 1972 (Projetada como rurópolis)



Fonte: Arquivo Nacional (SIAN).



Para Rego (2020), o projeto combinou ideias de urbanismo e planejamento regional que influenciaram a teoria e a prática profissional da primeira metade do século XX. Refere-se especialmente às noções de cidades sociais e cidades-satélites, à ideia de cidade funcional e ao conceito de unidade de vizinhança. A partir desse esquema, as agrovilas funcionavam como satélites das agropólis, ao passo que cada conjunto de agrovilas e agropólis dependia de uma rurópolis, conforme é destacado no documentário *A integração da Amazônia*.

O projeto levava em conta, além da organização territorial, aspectos ligados às origens étnico-raciais dos colonos, a estratificação comportamental dos indivíduos e, sobretudo, a forte presença do Estado, que orientava a conduta e a moral dos colonos que vieram para a Amazônia no âmbito dessa política. Cabe destacar que, em uma região marcada pela Guerrilha do Araguaia, o controle social dos trabalhadores nos diferentes assentamentos ao longo da Transamazônica, nos anos 1970, era uma prioridade para a ditadura militar.

A obra de Camargo apresenta camadas que conduzem ao tema central deste artigo, que discute os meios pelos quais o Estado, durante a ditadura militar, implementou formas de controle social. O controle social, conceito fundamental para a manutenção da ordem, conformidade e coesão social, naquele contexto foi articulado tanto por meio de normas e instituições quanto pela internalização de valores e práticas sociais.

Nossa análise dialoga com Foucault (2008), evidenciando que a relação intrínseca entre o poder disciplinar e o controle dos corpos e mentes. Esse controle se manifesta, entre outros mecanismos, por meio da vigilância contínua e de instituições estatais que regulam o comportamento, desde a escola até o sistema penal. Ao tratar das relações entre segurança, território e população:

A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente os amotinados, etc. Portanto são todas essas diferentes funções da cidade, umas positivas, outras negativas, mas são elas que vão ser preciso implantar no planejamento. Enfim, o quarto ponto importante é que se vai trabalhar com o futuro, isto é, a cidade não vai ser concebida nem planejada em função de uma percepção estática

que garantiria instantaneamente a perfeição da função, mas vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, e o bom planejamento da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer. (FOUCAULT, 2008, p.26)

Foucault (2008) discute a complexidade do planejamento urbano, destacando que a cidade não é apenas um espaço de funções positivas, como o trânsito de cidadãos, bens e serviços, mas também de funções negativas, como a presença de criminosos e desordeiros. Ao sugerir que o planejamento urbano deve considerar todas essas dimensões, ele evita limitar a cidade a uma visão idealizada ou estática. Além disso, Foucault ressalta a imprevisibilidade do futuro no planejamento urbano, argumentando que a cidade deve ser projetada com flexibilidade para responder a eventos incertos e incontroláveis.

A análise do filósofo é sofisticada e realista, reconhecendo a cidade como um organismo vivo e complexo, composto por diferentes sujeitos sociais. Foucault alerta ainda para os riscos de tentar controlar ou prever completamente o comportamento urbano, propondo um planejamento aberto ao inesperado. No entanto, essa abordagem também apresenta um desafio prático, pois até que ponto é possível planejar para o imprevisto? Como equilibrar a flexibilidade com a necessidade de segurança e estabilidade em um ambiente urbano? Retomamos, nesse ponto, a obra de Camargo em sua proposta de urbanismo rural, na qual buscava definir quais habitantes deveriam ser selecionados para “compor” o projeto.

No momento da distribuição dos habitantes pelas agrovilas e Agropólis é preciso “compor” a comunidade com famílias oriundas de diversas regiões do país e, se possível, de origens raciais e étnicas diferentes.

Não é aconselhável trazer um grupo social por inteiro, já constituído noutro local, para formar uma “Unidade Habitacional”, seja na agrovila, agrópolis ou rurópolis. Um grupo assim transferido irá trazer seus costumes, vícios e tabus, sendo muito difícil mudar seu comportamento.

O homem tem comportamento diferente quando isolado, quando faz parte integrante de um grupo ou de grande massa popular. O comportamento de uma sociedade resulta da estratificação do comportamento dos seus indivíduos componentes, segundo a influência que exercem uns sobre os outros. Portanto, antes de se afirmarem as características do grupo deve-se intervir na sua formação.

Desde a fase do assentamento das famílias na nova comunidade planejada deve-se iniciar o trabalho de ação comunitária, orientando a conduta do grupo, a moral, o espírito comunitário e religioso, enfim tudo que for necessário para a formação de uma comunidade coesa, feliz e progressista (CAMARGO, 1973).

As duas citações abordam questões relacionadas ao planejamento urbano e à formação de comunidades, mas a partir de perspectivas bastante diferentes, refletindo contextos filosóficos e sociopolíticos específicos. Afinal, se Foucault se questiona até que ponto é possível planejar para o imprevisto, Camargo, por outro lado, discute o planejamento social e habitacional em um contexto de assentamentos rurais durante a ditadura militar no Brasil. Ele defende a formação de comunidades com uma composição social diversificada, sugerindo que a inclusão de grupos preexistentes pode manter seus “costumes, vícios e tabus”, dificultando a adaptação à ordem social planejada em seu projeto. Camargo argumenta que a formação dessas novas comunidades deve ser guiada por um processo de intervenção social e moral, moldando o comportamento das famílias assentadas para criar uma sociedade coesa e progressista.

A visão de Camargo reflete uma abordagem tecnocrática e paternalista de engenharia social. Ele parte do pressuposto de que é necessário intervir nas relações sociais para moldar o comportamento das pessoas, com o objetivo de criar uma comunidade que possa ser controlada em todas as suas camadas pelo Estado. No entanto, essa abordagem levanta questões éticas e práticas. Primeiro, há a suposição de que a diversidade imposta pode levar a um resultado social desejável, o que nem sempre se verifica, conforme demonstram documentos produzidos pelo SNI, que infiltrou espiões em meio à população na década de 1980, a fim de controlar os protestos contra o governo na região, e que culminaram com o surgimento de movimentos

sociais articulados pela Igreja Católica e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, a ideia de “orientar a conduta” de uma comunidade pode ser vista como uma forma de controle social que limita a autonomia e a identidade cultural dos grupos envolvidos, bem como seu protagonismo diante da vida. A tentativa de homogeneizar comportamentos, neste caso, acabou por gerar resistência, ao invés de coesão e previsibilidade.

Enquanto Foucault enfatiza a complexidade e o caráter incontrollável das dinâmicas sociais na cidade, Camargo propõe uma abordagem de controle e direção social mais rígida, especialmente em comunidades rurais planejadas. O filósofo francês está mais preocupado em aceitar as incertezas e contradições do espaço urbano, enquanto Camargo sugere uma engenharia social que busca moldar o comportamento humano de acordo com ideais que emanavam do alto escalão de uma ditadura militar, em um estado de exceção.

Ambas as abordagens refletem suas épocas e contextos. Foucault escreve em um período de crítica às instituições e ao controle social, enquanto Camargo, nos anos 1970, expressa uma visão desenvolvimentista e tecnocrática, típica do regime militar brasileiro, com foco na ordem e no progresso social sob bases conservadoras, visando, no fundo, controlar o avanço do comunismo na região, uma questão amplamente investigada pelas agências de espionagem ligadas ao SNI (DE MESQUITA, 2018).

Encaminhamos esta seção para o seu fechamento fazendo alusão a uma última referência da obra de Camargo, que trata da distribuição racional da população nas áreas destinadas à implementação do projeto de urbanismo rural por ele pensado. O trecho reflete a lógica de planejamento e desenvolvimento territorial durante o período da ditadura militar no Brasil, a partir da perspectiva de quem planejava o país de cima para baixo.

A distribuição racional da população na área deve ser feita de maneira a atender às distâncias casa-trabalho e casa-escola, sendo que a distância casa-escola primária terá prioridade. As distâncias serão avaliadas em “tempo” e não em “quilômetros”. Dependendo do grau de desenvolvimento da sociedade projetada (portanto, de sua renda “per capita”), teremos o meio de locomoção que a maioria deverá usar. Daí a avaliação das distâncias por “tempo”. Para as crianças que frequentam o

Curso Primário, deverá ser prevista a locomoção a pé. A distância “casa-escola” ( primária) deverá ser de 1 a 15 minutos e a distância “casa-escola” (secundária) de 1 a 30 minutos (locomoção a cavalo, charrete, carroça, bicicleta, jipe, camioneta, caminhão, etc., conforme o estágio tecnológico e econômico dos habitantes).

Exemplos de velocidade de locomoção em km/hora:

Criança andando normalmente: 2 km/h

Criança andando apressadamente: 4 km/ h

Homem andando normalmente: 4 km/h

Homem andando apressadamente: 6 km/h

Cavalo andando normalmente: 6 km/h

Cavalo a trote: 14,5 km/h

Bicicleta rodando normalmente: 15,0 km/h

Bicicleta rodando apressadamente: 20,0 km/h

Lambreta rodando normalmente: 50,0 km/ h

Lambreta rodando apressadamente: 70,0 km/h

Automóvel rodando normalmente: 70,0 km/ h

Automóvel rodando apressadamente: 100,0 km/h

Barco à vela navegando normalmente: 10,0 km/h

Barco a motor navegando normalmente: 20,0 km/h. (CAMARGO, 1973, p. 10)

É importante destacar que a construção da rodovia Transamazônica foi parte do programa de integração nacional da ditadura militar, que buscava ocupar o território amazônico como estratégia para promover o desenvolvimento econômico e aumentar o controle sobre áreas classificadas como vazias. A lógica por trás dessa colonização planejada, que incluía a criação de assentamentos agrícolas e vilas em regiões remotas, mostrou-se falha e ineficaz desde a concepção teórica até a sua implantação.

Ao longo de nossas análises, constatamos que o governo da época encarava a ocupação do território como um simples exercício de engenharia social e espacial. A distribuição da população e a organização do espaço eram tratadas como problemas técnicos a serem resolvidos com base em cálculos de tempo e eficiência, como foi o caso dos cálculos de deslocamento

casa-escola ou casa-trabalho. Essa abordagem desconsiderava as particularidades e o conhecimento básico das condições socioculturais e ambientais das populações locais e tradicionais, incluindo indígenas e ribeirinhos, que foram aliçados do projeto.

Podemos depreender, a partir da análise desenvolvida até aqui, que o urbanismo rural da ditadura militar impunha uma lógica externa, imposta verticalmente, voltada para a produtividade em uma região que há muito vinha tentando ser “vencida” pelos governos, ideia bastante explorada nos vídeos produzidos pelo governo que focalizam imagens de árvores sendo derrubadas por máquinas.

A ideia de calcular distâncias com base no “tempo” e não nas dinâmicas espaciais típicas da região amazônica sugere não apenas uma suposta preocupação com a “acessibilidade”, mas também revela a limitação tecnológica e estrutural da época. É irônico imaginar que, em regiões como a Amazônia nos anos 1970, onde a infraestrutura rodoviária e urbana era precária, seria possível calcular tempos de deslocamento com bases que variavam drasticamente a depender do meio de transporte disponível. A diversidade de opções mencionadas (caminhar, cavalo, bicicleta, jipe, etc.) reflete a realidade de uma população sem acesso a transporte motorizado ou eficiente. Além disso, isso evidencia a precariedade das condições de vida oferecidas aos colonos, que frequentemente enfrentavam dificuldades de acesso a serviços básicos, em contraste com a realidade idealizada propagada pelo governo, conforme discutido na seção anterior.

A proposta de que as crianças se deslocassem a pé para a escola primária (distância de 1 a 15 minutos) ignorava as condições ambientais e climáticas da Amazônia, como chuvas intensas, existência de animais selvagens e geografia de difícil acesso, tema recorrentemente mencionado em relatos orais e amplamente debatidos por Sousa (2011) e Soares (2021). Além disso, essa orientação reflete um modelo que buscou homogeneizar a população, não levando em consideração a diversidade de perfis socioeconômicos e as reais necessidades de cada comunidade.

O planejamento descrito segue uma lógica puramente técnica e quantificável. A ideia de calcular deslocamentos em termos de tempo, baseando-se em velocidades médias de diferentes meios de locomoção,

revela uma visão limitada e desumanizante do espaço e da vida cotidiana das pessoas. Aspectos como qualidade de vida, segurança, saúde e bem-estar das populações são negligenciados. Esse repertório tecnocrático, centralizador e conservador foi uma característica marcante das políticas desenvolvimentistas da ditadura militar, que buscavam resultados rápidos e tangíveis, muitas vezes à custa das populações locais, do meio ambiente e, sobretudo, de uma massa de migrantes que rumaram para a Amazônia mobilizados por um sentimento de esperança e dever patriótico.

Ao longo desta seção, apresentamos críticas ao modelo de urbanismo rural desenvolvido por Camargo e implementado pela ditadura militar por meio do Incra neste recôndito da Amazônia. É fundamental fazer uma ressalva incontornável relacionada à memória social da colonização. Recorremos, para tanto, às reflexões de Felipe Meneses Soares (2021), que destaca um aspecto contraditório nas críticas ao Incra, qual seja, embora o programa tenha sido amplamente marcado por falhas e pelo fracasso estrutural, também apresentou um relativo sucesso inicial. Segundo Soares, apesar das deficiências da política pública, alguns colonos conseguiram ascender socialmente e produzir nas terras distribuídas. Assim, torna-se crucial reconhecer que, apesar das escolhas institucionais que muitas vezes colocaram em risco a vida dos colonos, é indispensável considerar o protagonismo desses sujeitos e a maneira como vivenciaram esse processo. Para ele:

Agora cabe entender, a partir da concepção dos próprios migrantes, como os diferentes grupos da colonização mobilizam argumentos contraditórios para explicar tanto o fracasso da política como o relativo sucesso do programa. Sobre a forma do sucesso, é preciso reforçar que a ascensão social de alguns colonos na Amazônia constituiu-se em uma das razões que levaram o governo a abandonar a possibilidade de seguir com a política de assentamento de trabalhadores pobres. Na concepção governamental, o sonho de enriquecer na Amazônia, mais precisamente a possibilidade iminente de realizá-lo, motivaria uma série de trabalhadores rurais a se deslocarem espontaneamente à região, o que, ao final, ameaçaria o plano de manter o território sob as garras da iniciativa privada e do grande latifúndio. Se esse conjunto de pessoas seguisse auxiliado pela infraestrutura que estava sendo montada pelo governo naquelas localidades, a opção institucional se daria

por seguir com a orientação do assentamento de trabalhadores pobres, o que foi excluído logo na oportunidade em que Médici deixou a presidência. (SOARES, 2021, p. 451)

À medida que as pesquisas sobre a ditadura militar brasileira se voltam para contextos locais e regionais, como o caso analisado neste artigo, torna-se possível compreender com maior profundidade as dinâmicas de funcionamento desse regime e suas especificidades nas periferias do sistema. Nesta seção, analisamos documentos que abordam um modelo de colonização implementado na Amazônia durante o estado de exceção. Se a documentação suscita uma leitura à contrapelo, revelando tensões e silêncios, a memória social da colonização revela as estratégias dos sujeitos para resistir e sobreviver na Transamazônica. A partir dessa perspectiva, investigamos como negociaram, participaram e tiveram suas vidas atravessadas por um governo pautado pela busca de um intenso controle social e por violências, deixando marcas profundas neste recôndito da Amazônia.

## *Considerações finais*

Ao longo deste artigo, analisamos como a construção da rodovia Transamazônica foi atravessada por um discurso patriótico e integracionista, bem como por promessas de prosperidade que atraíram migrantes de regiões marginalizadas, sobretudo o Nordeste. O “progresso” retratado nos documentários, filmes e propagandas, com famílias satisfeitas e territórios férteis, omitia as condições árduas, a falta de infraestrutura básica e o abandono que muitos enfrentaram na região.

O cenário analisado reflete as ideias de Agamben sobre o Estado de exceção, onde as normas são suspensas em nome de uma suposta necessidade, permitindo ao Estado impor seu poder de maneira arbitrária e



controladora pelos governos. A Transamazônica, propagandeada como símbolo de unidade e modernização, revelou-se, na prática, um projeto marcado pela violência, repressão e manipulação da informação, usada para legitimar o poder estatal e encobrir as consequências tanto para a população local quanto para os migrantes. Desse modo, a rodovia e sua propaganda exemplificam a anomia denunciada por Agamben, onde o Estado de exceção se torna regra e o direito público cede lugar à força política. Consequentemente, o legado da Transamazônica expõe não apenas a falácia de um “desenvolvimentismo” e “integracionismo” idealizados, mas também os impactos duradouros do autoritarismo na configuração social, política e cultural neste recôndito da Amazônia.

No que se refere ao projeto de ocupação da Transamazônica durante a ditadura militar, refletimos sobre o modo pelo qual políticas de controle social estavam embutidas no projeto de urbanismo rural que visava a “modernização” do território por meio de engenharia social e urbana nas áreas planejadas na região de Altamira (PA). Com base na concepção de urbanismo rural de José Geraldo da Cunha Camargo, o governo criou assentamentos agrícolas e comunidades estruturadas (agrovilas, agropólis e rurópolis), impondo uma lógica externa e centralizada. Entretanto, essa abordagem ignorou as realidades socioculturais, ambientais e logísticas da região e seus habitantes, incluindo comunidades indígenas e tradicionais.

Longe de promover uma integração sustentável, o projeto intensificou problemas como desmatamento, exclusão social e precariedade de infraestrutura. Essa colonização planejada revelou-se incapaz de adaptar-se às condições locais e de respeitar as dinâmicas culturais dos colonos, dos povos originários e das comunidades tradicionais que já ocupavam aquele território. De modo paradigmático, problematizamos o fato de que calcular deslocamentos e estruturas de acordo com tempos e tecnologias limitadas reforça a distância entre a visão idealizada do governo e a realidade enfrentada na Transamazônica.

Por fim, o projeto de construção da rodovia e a proposta de um modelo baseado no urbanismo rural representam a visão tecnocrática e paternalista do regime militar, que tentava impor um modelo de sociedade e progresso baseado no controle estatal e na homogeneização social, sem

considerar a autonomia e o contexto das comunidades locais, expressas hoje através de uma memória social sobre a colonização. A experiência da Transamazônica expõe, assim, os limites de uma política de ocupação territorial autoritária e de um planejamento urbano rígido, distante das necessidades reais e das vozes dos habitantes da Amazônia.

## Referências bibliográficas

- A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA. Cidade: Brasília. Ano: 1974. Arquivo Nacional. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_EH/o/FIL/DCT/0045/BR\\_RJANRIO\\_EH\\_o\\_FIL\\_DCT\\_0045\\_doo0ide0001.mp4](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_EH/o/FIL/DCT/0045/BR_RJANRIO_EH_o_FIL_DCT_0045_doo0ide0001.mp4). Acesso em: 22 de novembro de 2024.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. Paper do NAEA - maio de 2004. Disponível em: [www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=464](http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=464). Acesso em: 18/06/2018.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDREAZZA, Mario David. *Os transportes no Brasil: Planejamento e execução*. 1. ed. Rio de Janeiro: Comp. Bras. Artes Gráficas, 1972.
- ANDREAZZA, Mário David. *Perspectivas para os transportes*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1972a.
- BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955 -1985)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará.
- BENSUSAN, Nurit. *As sete vidas de Juarez Transamazônico*. Brasília: Ed. Mil Folhas, 2023.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a campanha das diretas. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 169-196, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>.

- BRAGA, Magno Michell Marçal. *Construtores do Brasil Grande: trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)*. 2021, 289 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021.
- CAMARGO, José Geraldo da Cunha. *Urbanismo rural*. Brasília: Ministério da Agricultura/Incra, 1973. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/644308>. Acesso em: 26 de setembro de 2025.
- CAMPOS, P. H. P. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)*. 2011. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2011.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte e LIMA, José Júlio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. *Novos Cadernos NAEA*. V. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009, ISSN 1516-6481. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285/520>.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DE MESQUITA, Thiago Broni. “Uma estrada revela o mundo”: O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 67–78, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/295>. Acesso em: 8 out. 2024.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 2ª edição.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GRYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964) in: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs). *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MACHADO, Ironita A. Policarpo; BACCIN, Diego José. Arquétipo da propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (Org.). *Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária*. Passo Fundo: EDIUP, 2019.
- OLIVEIRA, P. C. (2018). Guerra Fria, terra seca: o “perigoso” Nordeste brasileiro sob o olhar da CIA e da imprensa estadunidense no alvorecer dos anos 1960. *Cadernos Do Tempo Presente*, 9(1), 64–81. <https://doi.org/10.33662/ctp.v9i1.10471>.
- PARKER, Philys. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PINTO, Lúcio Flávio. A morte e a morte de um jornal. Observatório de Imprensa. Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/\\_ed678\\_a\\_morte\\_e\\_a\\_morte\\_de\\_um\\_jornal/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed678_a_morte_e_a_morte_de_um_jornal/). Acesso em: 22 de novembro de 2024.
- REGO, Renato Leão. Arquitetura e urbanismo na transamazônica: entre o real, o imaginário e o utópico. *Nova Revista Amazônica - Volume VIII - Nº 01 - Abril 2020- ISSN: 2318-1346*.
- REIS, Naurinete Fernandes Inácio; DE MARCOS, Valeria; MOREIRA, Edma Silva. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar. *Cadernos do CEOM, Chapecó (SC)*, v. 34, n. 55, p. 175-189, Dez/2021. <https://doi.org/10.22562/2021.55.12>.
- SANTANA, A. B. A BR-163: “ocupar para não entregar”: a política da ditadura militar para a ocupação do “Vazio” Amazônico. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História/Anpuh*. Fortaleza, 2009.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da

censura durante a ditadura militar. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org).

SOARES, Felipe Menezes. *Amazônia da ditadura: uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente*. Curitiba: Appris, 2021.

SORDI, Jaqueline. Juarez Transamazônico, o ‘bebê do futuro’, busca seu passado. Sumaúma, Rio Grande do Norte, 09 de julho de 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/juarez-transamazonico-o-bebe-do-futuro-busca-seu-passado/>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.

SUDAM e Ministério do Interior. *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: SUDAM, 1968.

TRANSAMAZÔNICA: o caminho do homem. Agência Nacional. Cidade: Brasília. Ano: 1971. Arquivo Nacional. Disponível em: [imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_EH/o/FIL/DCT/0093/BR\\_RJANRIO\\_EH\\_o\\_FIL\\_DCT\\_0093\\_d000ide0001.mp4](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_EH/o/FIL/DCT/0093/BR_RJANRIO_EH_o_FIL_DCT_0093_d000ide0001.mp4). Acesso em: 22 de novembro de 2024.

*TRANSAMAZÔNICA: uma estrada para o passado*. Direção: Fabiano Maciel e Jorge Bodanzky. Produção: Nuno Godolphim. País: Brasil. Empresa produtora: Ocean Films. Ano: 2021. 6 episódios.

# PLURIPARTIDARISMO E “ARENIZAÇÃO” DO PMDB NO PARANÁ (1979-1985)

## *Multipartistism and “arenization” of the PMDB in Paraná (1979-1985)*

*Lucas Alves da Silva<sup>1</sup>*

*Reinaldo Lindolfo Lohn<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo aborda a última transição política brasileira, em especial o período da chamada abertura, com o objetivo de compreender as implicações do retorno do pluripartidarismo para as relações políticas no estado do Paraná. Pretendemos refletir, a partir da escala estadual, como as práticas conciliatórias, tomadas como elemento da cultura política brasileira, foram operacionalizadas no âmbito das estruturas partidárias. Dessa forma, buscamos também demonstrar que os novos arranjos político-partidários possibilitaram um processo de “arenização” da oposição ao regime. O enfoque, portanto, recai sobre o cenário político paranaense e compreende os anos de 1979 a 1985. A abordagem aqui proposta tem como base as publicações dos jornais *Folha de Londrina*, *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná*. Além da imprensa, analisamos ainda relatórios produzidos por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e discursos proferidos por deputados estaduais e publicados nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). As análises apontam como a transição apresentou limites regionais que contribuíram para o desenho político do período, considerando uma lógica pensada a nível federal.

*Palavras-chave:* pluripartidarismo; arenização; transição política; conciliação.

---

1      Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Professor colaborador da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor temporário da rede estadual de ensino do estado do Paraná. E-mail: [lucas.asi37@gmail.com](mailto:lucas.asi37@gmail.com)

2      Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: [reilohn@gmail.com](mailto:reilohn@gmail.com)

## ABSTRACT

This article addresses the last Brazilian political transition, especially the period of so-called opening, with the aim of understanding the implications of the return of multi-party system for political relations in the state of Paraná. We intend to reflect, from a state-level perspective, on how conciliatory practices, considered a hallmark of Brazilian political culture, were operationalized within party structures. In this way, we also seek to demonstrate that the new political-party arrangements enabled a process of “arenization” of the opposition to the regime. The focus, therefore, falls on the political scenario of Paraná and covers the years 1979 to 1985. The approach proposed here is based on publications from the newspapers *Folha de Londrina*, *Correio de Not cias* and *Diário do Paraná*. In addition to the press, we also analyzed reports produced by agents of the National Information Service (SNI) and speeches given by state deputies and published in the annals of the Legislative Assembly of the State of Paraná (ALEP). The analyzes point out how the transition presented regional limits that contributed to the political design of the period, considering a logic thought at the federal level.

**Keywords:** multipartistism; arenization; political transition; conciliation.

## Introdução

“Tendo vergonha de sua legenda, Arena, o governo pretende sua extinção, como se a simples troca de nome implicasse também mudanças de personalidade. [...] Assim, pretende extinguir a Arena por vergonha e o MDB por medo” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 6 out. 1979, p. 3). Esta era a posição do então deputado federal paranaense Sebast o Rodrigues, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a respeito do projeto de reforma política defendido pelo governo militar, liderado pelo General-Presidente João Batista Figueiredo, responsável por conduzir a abertura política, iniciada em 1979, e garantir que grandes rupturas com a estrutura política, econ mica e social não se consolidassem. No interior do projeto transicional arquitetado pela cúpula militar, o executivo federal conseguiu

promover reformas no campo político institucional, permitindo o retorno do pluripartidarismo, com a intenção de fragmentar seus adversários e manter o controle do processo de abertura. Tratava-se de uma estratégia de “recuo organizado”, conforme destacou Rodrigo Patto S  Motta (2021, p. 276), pela qual o governo permitia a ocupação de determinados espaços por seus adversários, ao mesmo tempo em que preservava suas forças unidas para ceder o mínimo possível.

Tendo como base tais apontamentos iniciais, o objetivo deste texto é compreender quais foram as implicações do retorno do pluripartidarismo para as relações políticas no estado do Paraná e como, na escala estadual, a conciliação enquanto elemento da cultura política brasileira se mostrou presente. Neste sentido, buscamos também analisar como os novos arranjos político-partidários possibilitaram um maior trânsito e atuação dos ex-políticos com passado de ligação com a ditadura junto ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fator que contribuiu para limitar o avanço democrático e garantir que o projeto de abertura política mantivesse a moldura transicional pensada pelos militares e seus confrades civis alojados no poder.

A investigação que d  sustentac  o empírica aos resultados aqui alcançados tem como foco o cenário político paranaense e compreende os anos de 1979 a 1985, recorte no qual observamos a consolidação de arranjos que nos possibilitam pensar em como a Nova República foi gestada de modo que garantisse a manutenção de determinados grupos na condução do país. Em relação ao referido período, foram exploradas as edições diárias dos jornais *Folha de Londrina*, *Correio de Notícias*, *Diário do Paraná*. Além da imprensa, analisamos ainda relatórios produzidos por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>3</sup> e discursos proferidos por deputados estaduais e publicados nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP)<sup>4</sup>. Os três periódicos em questão são paranaenses, sendo a *Folha de Londrina*<sup>5</sup> o único ainda em funcionamento e situado no interior

3 Arquivos disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp)>. Acesso em 10 out. 2024.

4 Anais disponíveis para consulta em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/atividade-parlamentar/diarios-da-assembleia>. Acesso em: 10 out. 2024.

5 O acervo do jornal *Folha de Londrina* está disponível para consulta física no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).



do estado, mais especificamente na cidade de Londrina, região Norte, onde apresentava maior circulação. Os outros dois periódicos foram fundados e editados na cidade de Curitiba<sup>6</sup>, com abrangência na capital e região metropolitana, principalmente.

Por meio das fontes destacadas, buscamos acessar posicionamentos dos políticos paranaenses atuantes durante os anos em análise frente às decisões e projetos do governo ditatorial, bem como suas aproximações, acordos, disputas ou desgostos em relação a seu grupo no estado ou   cúpula que comandava o país. Ressaltamos que, ao abordar a imprensa como fonte, temos ciência de suas parcialidades e de que a mesma opera orientada pela lógica do mercado em que está inserida, bem como das posições de seus editores e equipes que os comandam.

Vale salientar ainda algumas considerações sobre as pretensões de uma análise histórica em uma escala reduzida. Nas palavras de Jacques Revel, o ponto central que se coloca ao abordarmos um fen meno em proporções menores é a “[...] convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (2010, p. 438). Ainda, segundo o autor, os significados históricos e sociais do Estado estão localizados em níveis diversos, sendo que cada um deles apresenta uma leitura distinta do papel das instituições e seus processos, e   a diversidade de interpretações que d  forma   realidade histórica (REVEL, 2010). Consideramos aqui que o processo de abertura, embora tenha sido pensado a partir de cima, não se restringiu às ações da cúpula governamental federal, e envolveu marcas, prioridades, características e um ritmo que, em nível estadual, ganham conformações e din micas próprias, que apontam para os limites regionais da transição. Tais limites podem ser pensadas em dois sentidos: um deles a partir do alcance dos arranjos transicionais gestados a nível nacional e como eles esbarram, em dados momentos, nas articulações políticas existentes em nível estadual. O outro sentido se d  ao refletirmos em como os desejos e projetos de sociedade pensados no estado do Paraná sucumbiram frente ao grande projeto de conciliação articulado entre as elites políticas, econ micas e os militares. Estes limites

6

O acervo de ambos os jornais se encontra disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

resultaram em um sentimento de frustração que permeou toda a transição para a Nova República e se manifesta ainda hoje, quando nos deparamos com retrocessos democráticos e na não efetivação de direitos básicos que acreditamos fundamentais para a dignidade humana.

A problemática aqui apresentada gira em torno das din micas que marcaram o período da chamada abertura política, com início em 1979, chegando   transferência do poder para um governo civil em 1985<sup>7</sup>, com um recorte específico para as relações políticas desencadeadas no estado do Paraná. Destacamos que o processo de transição de regime político pode compreender momentos distintos (LEMOS, 2018), sendo que o primeiro deles, no caso brasileiro, compreendeu o anúncio da chamada distensão, em 1974, pelo General-Presidente Ernesto Geisel. Segundo Eliézer Rizzo Oliveira, este primeiro passo foi uma condição para a “recuperação da institucionalidade do aparelho militar, ao custo da retração do seu espaço político e burocrático no Estado” (1993, p. 186). Os próceres do regime autoritário pretendiam controlar e restringir as movimentações políticas, encaminhando sua institucionalização.

A partir de 1974 temos o início de um período marcado pelas medidas de descompressão, e configurou-se como um momento de planejamento, de cáculo dos riscos e de ajustes para que o passo seguinte pudesse ser dado rumo a uma democracia relativa. Na sequência, ainda como parte do processo de transição política, o regime deu passos institucionais que configuraram o que foi chamado de abertura, a partir de 1979, anunciada e delineada sob o governo do General-Presidente João Figueiredo, com desdobramentos até 1985. De sua parte, as diferentes frações, organizações, movimentos e partidos de oposição, sofreram transformações importantes ao longo do período. As estratégias de combate direto ao regime, incluindo a luta armada, perderam destaque e ganharam corpo as mobilizações eleitorais

7

Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014, 2018), por exemplo, a ditadura teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, e o marco final da transição democrática seria a promulgação da Carta Magna, em 1988. Contudo, o que se observa é a continuidade de práticas de cerceamento, repressão e violência por parte dos militares nos anos seguintes   derrubada dos Atos Institucionais, mesmo que em menor nível de intensidade. Já para Renato Lemos (2018), a Constituição de 1988 foi o marco que colocou fim ao regime ditatorial, sendo que o processo de redemocratização do país compreenderia os anos de 1985 a 1990, período marcado pela posse de um presidente civil eleito indiretamente e que termina com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto.

em torno do partido oposicionista legalizado, o MDB, ao passo em que na base da sociedade os chamados novos movimentos sociais organizavam os setores populares. O partido de sustent   o do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), até então com predomínio quase absoluto, passou a encontrar dificuldades em sua tarefa de legitimar a ditadura.

A análise da transição por meio das negociações partidárias e dos resultados eleitorais ganha relevância, como apontou Bolívar Lamounier (1990), se pensarmos que a transição brasileira não contou com um marco específico ou ruptura dramática, tal como foi o caso da Espanha, com a morte do General ditador Francisco Franco, ou da Argentina, com a guerra das Malvinas. No Brasil, por conseguinte, tivemos, além do relaxamento progressivo dos instrumentos de controle e vigilância, uma redistribuição do poder “regulada pelo calendário eleitoral” (LAMOUNIER, 1990, p. 20), que canalizava, pleito após pleito, pressões contra a ditadura, além de funcionar como uma estratégia do governo que testava os limites do regime a cada eleição. Por meios políticos institucionalizados, temos uma “via partidária” da transição como estratégia de transferência de poder do governo autoritário para os civis, a qual se assentou na crença compartilhada por setores políticos e sociais de que os partidos seriam canais de enfrentamento do regime em crise e de mediação de interesses civis (FREIRE, 2014, p. 308). Por meios partidários, mesmo sem capacidade para colocar em xeque o monopólio militar, novos espaços de atuação se abriam para uma oposição consentida e controlada, fato que reduziu os custos da descompressão e o nível de violência política, ao mesmo tempo em que proporcionou aos integrantes do governo uma saída sem prejuízos a seus *status*.

Atrelado ao projeto que resultou na abertura política, um ponto chave da nossa abordagem refere-se à ideia e prática da conciliação. Ao refletirmos sobre a presença e influência desta ideia, orquestrada pelos militares e operada por meio da indução ao esquecimento e pelos acordos para solução de conflitos, buscaremos analisar como tal noção contribuiu para estruturar o processo de transição política, que ocorreu no Brasil de modo negociado, constituindo uma estratégia de sobrevivência de alguns núcleos de poder. José Honório Rodrigues, em uma das proposições pioneiras sobre a questão da conciliação na historiografia, afirma que “a conciliação foi

sempre minoritária, feita pelo grupo dominante entre si, com pequenas e mínimas concessões   grande maioria brasileira” (1982, p. 13). Para Motta, a estratégia conciliatória encontra maior sustentac o “quando o jogo político não inclui segmentos subalternos” (2013, p. 18), ou seja, quando se trata de arranjos entre membros das elites sociais e econ micas. A política conciliatória, deste modo, conseguiu, durante o período de transi o, barrar a realiza o de reformas mais profundas, já que pregava o entendimento e a trégua, a pacifica o e o diálogo entre fac es distintas, sem ameaçar a ordem burguesa vigente.

Tratando da transi o democrática na Espanha, o historiador Ricard Vinyes (2015) operou como chave analítica o termo “ideologia da reconcilia o”, utilizada em referência às a es tomadas pelo Estado que tiveram e tem como base a equipara o da violência cometida por agentes estatais em períodos autoritários com aquelas praticadas pelos grupos que atuaram na resistência. Desta forma, há um incentivo ao esquecimento recíproco e ao perdão, movimento que também podemos perceber no caso da transi o brasileira. Ao buscar definir as implica es da “ideologia da reconcilia o”, Vinyes (2015, p. 227) afirma:

longe de assentar-se na realidade, pretende criá-la, ou, no máximo, evitá-la.   um instrumento de assimila o, sua voca o   devorar qualquer elemento antag nico e expandir as certezas absolutas que se sustentam por meio de ritos e símbolos que, mais que uma história (uma verdade provisória), comemoram uma memória tranquilizadora, em geral, a memória de um êxito conseguido após sofrimento e vontade.

Para o autor, a “ideologia da reconcilia o” tenta camuflar as tentativas de silenciar determinados acontecimentos e forjar a constru o de uma “memória oficial”, tendo em vista a acomodac o de grupos ligados ao poder, monopolizando o direito de escolha do que deve ou não ser lembrado e substituindo a memória pública. Vinyes aponta ainda que a “ideologia da reconcilia o” se diferencia do “projeto de reconcilia o” (2015, p. 227), visto que um projeto político de reconcilia o, considerado o ideal a ser

buscado, estaria ligado à noção de justiça de transição<sup>8</sup>, e teria como foco resolver os problemas pregressos que envolvem o Estado, e não simplesmente apagá-los da memória coletiva, o que apagaria também as propostas alternativas para constituição social de um país. A proposta de reconciliação seria, assim, uma estratégia para contornar as contradições entre membros de uma minoria no poder. Neste sentido, tais premissas contribuem para refletir sobre como o retorno do pluripartidarismo e o processo de “arenização” da oposição corroboraram com o projeto de transição que tinha como base a reconciliação, pensada enquanto ideologia e defendida pela elite política e militar dominante.

Tendo no horizonte os pressupostos apresentados e na tentativa de organizar o texto para atender aos objetivos almejados, organizamos o presente trabalho em três partes. Na primeira delas abordamos as intenções do governo militar ao encabeçar o projeto de reforma política de 1979, que reestabeleceu o pluripartidarismo, e quais foram seus reflexos na organização política paranaense, assim como as críticas elaboradas por políticos do estado ao mesmo. Na segunda parte, analisamos como o pluripartidarismo implicou em arranjos que culminaram na convivência entre antigos opositores da ditadura e pessoas que por anos deram suporte aos governos discricionários e estiveram ligadas a eles diretamente, fundamental para garantir uma transição sem rupturas com o antigo sistema. Analisamos ainda as articulações que deram origem aos novos partidos. Por fim, buscamos compreender como se deu a “arenização” do PMDB no Paraná e os possíveis impactos deste processo para a política e para a Nova República.

8

Como proposto por Ruti G. Teitel (2003, p. 69), entendemos a justiça de transição como “a concepção de justiça associada com períodos de transformação política, caracterizada por respostas legais no confronto com irregularidades dos regimes repressivos antecessores”. Tal processo implica em punições aos que agiram contra os Direitos Humanos, trazer a verdade ao público, reparar vítimas, reformar instituições que se apresentem ligadas às violações de direitos, bem como promover a pacificação entre diferentes grupos sociais (Silva, 2021).

## *Um pluripartidarismo não tão plural*

Diante do nítido crescimento do MDB nas eleições de 1978<sup>9</sup>, o governo ditatorial buscou mecanismos que pudessem barrar o crescimento dos grupos oposicionistas, garantindo o controle sobre o poder legislativo. A solução do governo seria então extinguir os dois partidos existentes por meio de uma reforma partidária, buscando fragmentar e enfraquecer a oposição em várias fac  es e criar uma nova sigla de sustent  o, o Partido Democrático Social (PDS), que se afastasse, ao menos simbolicamente, da imagem do antigo partido e pudesse ser entendido como um “recomeço”, um “novo rumo” que o grupo que se encontrava no poder daria ao país. A mudança da sigla do partido de sustent  o do regime, de ARENA para PDS, ocorreu no  mbito da reforma política imposta pelo regime naquele ano, a qual visou fundamentalmente estimular a organização de novos partidos e dividir a oposição. Tal mudança objetivava, ainda, apresentar para o eleitorado um “novo” partido, teoricamente afastado das heranças dos anos ditatoriais (FREIRE, 2014, 300-301). Isso também abriu a oportunidade para que políticos muito comprometidos com a ditadura pudessem movimentar-se em um quadro partidário mais amplo e fragmentado, reduzindo potenciais danos de sua atuação pregressa em um momento em que perdiam prestígio popular.

Com a aparente redução da hegemonia política do partido de sustent  o ao governo nas assembleias legislativas do país, ao assumir o poder, em março de 1979, o General-Presidente João Batista Figueiredo teria se comprometido a reestabelecer a democracia no Brasil. Entre outras ações, tinha como meta promover o retorno do pluripartidarismo. Como lembra Américo Freire, as reformas político-partidárias de iniciativa dos governos militares se deram em torno da “adaptação do sistema liberal-democrático dos partidos aos seus objetivos políticos, fossem esses objetivos circunstanciais ou estratégicos” (2014, p. 293). Com isso, buscaram garantir uma base sólida de sustent  o ao regime que objetivava institucionalizar e manter afastadas as forças políticas consideradas “ameaças”. Lembramos que o

9 Segundo Maria Kinzo (1988), mesmo a ARENA garantindo maioria numérica de políticos eleitos em 1978, o MDB mostrou sua força política, já que, em número total de votos no país, recebeu maior quantidade que o partido adversário.

processo de distensão, nas palavras de Motta, tinha como propósito “antes institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade do que democratizar o país” (2021, p. 253).

Instalado em 1965, o bipartidarismo esteve vigente no Brasil até o fim de 1979<sup>10</sup>. Tal sistema extinguiu todos os partidos políticos existentes no país e buscou controlar as ações da oposição. A partir de então, tivemos a criação de dois partidos: a ARENA, partido de sustentac o do governo, e o MDB, de oposição consentida. Na prática, os oposicionistas tinham pouco poder de reação face o governo militar, que poderia fechar o Congresso, cassar mandatos e retirar direitos políticos. A manutenção de um partido de oposição “domesticado” objetivava dar um ar de legalidade democrática   ditadura brasileira, que tentou camuflar os elementos autoritários presentes no regime, sem colocar em risco sua posição de controle sobre o processo político.

A partir do final de 1965, em razão do bipartidarismo e das diretrizes que os atos complementares requeriam (como o Ato Complementar número 4 e o Ato Complementar número 26), os políticos com mandatos ativos naquele momento tiveram que optar pelo ingresso na ARENA ou no MDB. A nível nacional, tivemos um maior ingresso dos deputados federais e senadores na ARENA, sobretudo daqueles filiados ao PSD e   UDN, sendo que estes últimos, em sua grande maioria, apoiaram ampla e abertamente o golpe, e tornaram-se os mais influentes dentro do partido situacionista. A maior adesão ao partido situacionista já era esperada pelo governo, que almejava legitimar sua atuação por meio de uma base de apoio (KINZO, 1988). Especificamente no estado do Paraná, o historiador Alessandro Batistella (2020) também aponta para um movimento de maior adesão ao partido governista e articulações que objetivavam a sobrevivência no cenário político um tanto hostil que surgia. As filiações no Paraná, logo no período inicial do bipartidarismo, apontam o forte apoio que o partido de posição, logo também o governo ditatorial, recebeu no estado, fruto

---

10 Quanto às circunstâncias do seu surgimento, os militares, após o resultado das eleições de 1965, observando a derrota de alguns de seus apoiadores em estados estratégicos, como Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Carlos Lacerda (Guanabara), e temendo que isso pudesse atrapalhar o andamento do governo golpista, decretaram, em 27 de outubro de 1965, o AI-2, instaurando, com isso, o bipartidarismo. O AI-2 ainda cancelou as eleições presidenciais previstas para o ano de 1966, e estabeleceu eleições indiretas para o executivo federal.

das articulações e influência de Ney Braga<sup>11</sup> e do então governador Paulo Pimentel, bem como pela intensa repressão desencadeada desde 1964 contra os oposicionistas.

Em meados de 1979, Ney Braga, principal nome da política paranaense durante os anos de ditadura, governador do estado do Paraná e último chefe do executivo indicado pelos militares ao cargo, relatou à imprensa que era favorável   extinção da ARENA e do MDB (CORREIO DE NOTÍCIAS, 19 jun. 1979, p. 3). Braga considerava que a criação de quatro novos partidos seria suficiente para abarcar as correntes ideológicas que existiam no Brasil. O então governador alegou que no Brasil o pensamento político estaria caracterizado por apenas dois posicionamentos: o socialista, que defendia a ampliação da ação do Estado em todos os setores, e o democrático, que respeitava os plenos direitos da propriedade privada. Ney Braga afirmou ainda ser a favor das liberdades individuais e que não aceitava “luta de classes nem autoritarismo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 out. 1979, p. 2). As falas do ex-governador expressam uma certa limitação dos ideais de democracia, a começar pela não aceitação de uma vertente ideológica, no caso, o socialismo, não dando espaço para a pluralidade de posicionamentos, e negando a luta de classes, que existe independente da “aceitação” de um grupo político. Temos, ainda, um político que contribuiu com a formação do governo autoritário, sendo ele próprio parte desta estrutura, mas que dizia ser contra o arbítrio e a favor da liberdade e da justiça social, as quais foram tolhidas durante os anos de ditadura.

Atrelado a estes horizontes, os esforços do governo federal foram no sentido de reverter a imagem deteriorada de sua base política, representada pela ARENA, causada especialmente pela crise econ mica que assolava o país e pela pressão de diversos setores civis pelo retorno da democracia. As representações públicas ligadas à ARENA ainda durante sua existência, sobretudo a forma como parte da imprensa e seus adversários buscavam retratar o partido, apontavam para o mesmo como uma entidade subserviente e adesista aos militares no executivo nacional (GRINBERG, 2004).

---

11 Ney Braga era o governador do Paraná em 1964 e apoiou os golpistas que depuseram João Goulart. Vinculado aos militares castelistas, Braga foi Ministro da Agricultura durante o governo do General-Presidente Castelo Branco e Ministro da Educação durante o governo do General-Presidente Ernesto Geisel. Foi indicado ao cargo de governador do Paraná em 1978, função que exerceu até o início de 1983.



Tal entendimento pode ser percebido entre os próprios arenistas, como foi o caso do deputado estadual paranaense D cio Leonel, que afirmou na tribuna da Assembleia que estava “cansado de participar de um partido subserviente, que só diz amém, igual vaquinha de presépio” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 9 out. 1979, p. 3). Como apontou a historiadora Lucia Grinberg (2004), a agremiação ficou conhecida, de modo jocoso, como “partido do sim, senhor”<sup>12</sup>, por endossar no congresso, em muitos casos, atos antidemocráticos, arbitrários e medidas que ameaçavam a dignidade da população. Tal pecha permeou também a ARENA paranaense, como podemos notar na fala de Décio Leonel, já que seus integrantes se encontravam, de um lado, acusados de submissão irrestrita, e de outro, percebiam sua imobilidade política diante da centralização do poder encampada no estado pelo governador Ney Braga, o que gerou várias dissidências a partir do retorno do pluripartidarismo.

Ao tentar alterar sua própria percepção junto à sociedade, por meio de um novo partido, e alegando que tais mudanças seriam um avanço rumo à democracia prometida, o governo buscava ainda suplantar projetos de sociedade oposicionistas que se colocavam como alternativas para os problemas do período. Se os problemas econ micos seriam superados a partir do retorno da democracia, o presidente militar colocava-se como seu tutor, como protagonista de tal processo. Centralizando as ações, promoveu por meio do governo e dentro daquilo que era aceitável para sua base de apoio, algumas mudanças pautadas pelas oposições e parte da população, como o retorno do pluripartidarismo. Isso se deu, entre outras coisas, pois a implantação dos valores democráticos estava arraigada às promessas e esperanças de melhoria nas condições de vida da população em seus diversos setores, o que gerava maior pressão sobre os articuladores da ditadura, já que a dignidade humana se encontrava cada vez mais ameaçada pela crise que assolava o país.

12

Lucia Grinberg (2004) busca destacar a ideia de que a imagem da ARENA como somente um partido adesista e subordinado aos militares é uma construção, uma memória que se criou sobre o partido. Entre seus argumentos, a autora afirma que o partido nem sempre foi submisso, visto que em vários momentos parlamentares da ARENA divergiram do governo federal. Tais argumentos, no entanto, não eximem a ARENA de seu papel no suporte e consentimento   várias ações arbitrárias do governo brasileiro durante a ditadura.

A preocupação com as camadas populares neste momento de reforma política ficou expressa em falas de deputados peemedebistas em reuniões voltadas para a definição dos rumos do partido no Paraná, quando do fim do bipartidarismo. Em discussão realizada na ALEP no fim de dezembro de 1979, o deputado estadual José Tavares (MDB), ao abordar as lutas internas na agremiação, afirmou que “o partido precisa dar menos atenção aos seus problemas internos e se preocupar mais com a situação do país” (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 dez. 1979, p. 3). A mesma ideia era defendida pelo deputado federal Euclides Scalco, da bancada paranaense do PMDB, que alegou: “ao povo não interessa como formar o partido. [...] Temos que solucionar logo os nossos problemas para nos dedicarmos ao atendimento dos reclamos populares, nossa prec ua obrigação”. Scalco defendeu ainda que as dissensões internas não deveriam ser expostas publicamente, e que os membros do PMDB não deveriam se ater somente a problemas de ordem regional, destacando aos seus colegas de partido que, “ou nós temos um projeto nacional, para encontrar uma saída para a crise que ai está ou não seremos dignos de ser representantes do povo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 dez. 1979, p. 3). Naquele momento de crise, encontrar uma saída para os problemas econ micos seria um caminho para o êxito político, muito além das negocia es entre membros de um mesmo partido, ao menos era essa a percepção de parte dos parlamentares paranaenses.

No mesmo dia em que a reforma partidária foi aprovada pelo Congresso Nacional, na ALEP houve manifesta es de emedebistas questionando as inten es do governo e suas consequências para o sistema partidário. O deputado Fiori Luiz, do então recém extinto MDB, declarou que seu partido havia sido assassinado, que as aspira es populares foram fuziladas, desta vez “sem quarteladas, mas canetadas”, e acrescentou:

A classe política brasileira mordeu a isca da ratoeira. Neste ano de 79, nas tribunas e na imprensa, os debates foram conduzidos para aquele caminho, estrategicamente determinado, no intuito evidente de desviar a atenção dos problemas sócio-econ micos. [...] Os estômagos roncam, numa estranha sinfonia. E o gemido da fome já deve ter entrado mansamente pelos gabinetes de Brasília, num aviso, num sinal de advertência. Os problemas sociais aumentam a tensão. A

atmosfera fica excitada, e aos poucos, os milhões de brasileiros deixam de olhar para o chão, levantando a cabeça e lançando um desafio, contra a submissão, contra a humilha o e a subordina o, e aí o processo se desencadeia, de forma impropor vel. Se o governo pensa desviar a aten o com os atos de casu simo, engana-se. A popula o brasileira faz mágicas para subsistir   uma infla o que, só este ano, já chegou aos sessenta e sete por cento (PARANÁ, 22 nov. 1979, p. 2).

Além de apontar para o autoritarismo das a o es políticas, uma estratégia dos deputados paranaenses para demonstrar a inef c cia das a o es do governo, neste caso, sobre a reforma partidária, foi ressaltar a presença e amplitude da crise econ mica que maltratava parcela considerável da popula o do país. A mudança na organiza o dos partidos seria, para Fiori Luiz, uma “cortina de fumaça” que objetivava tirar o foco dos problemas reais dos brasileiros, os quais afetavam negativamente a imagem do governo. D vida externa cada vez maior, altos índices de desemprego, fome, infla o, declínio das políticas de desenvolvimento nacional, péssimas condi o es de moradia, tudo isso afetava diretamente a sociedade brasileira e foi tema recorrente nas discussões políticas em torno da reforma partidária. Para além do pesar pelo fim do MDB, observamos uma narrativa que visa demonstrar que aquelas medidas aprovadas não seriam suficientes para barrar a escalada de lutas que estavam ocorrendo, muito menos para conter os anseios de uma popula o que aguardava por mudanças. Temas que extrapolavam os limites estaduais, como os movimentos de trabalhadores, que desde o fim da década de 1970 organizaram diversas greves no país, foram lembrados de forma recorrente para reforçar a ideia de que o povo estaria inconformado.

Deste modo, a recorrência a pautas ligadas à pobreza e   miséria, fomentada de modo especial pelos emedebistas, era também uma forma de justificar e demonstrar a importância da luta pelo fim da ditadura, que ganhava, com isso, novos contornos e, possivelmente, maior adesão. Cabe sublinhar que a concilia o enquanto elemento da cultura política brasileira é **evidenciada** também no apagamento progressivo dos problemas econ micos e sociais, servindo assim “  manuten o da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua soluço” (MOTTA,

2014, p. 22). Por conseguinte, conciliar, naquele momento, segundo a **lógica governista**, significava relegar o momento de calamidades geradas pelas políticas econ micas do período ditatorial.

Além da questão econ mica pautada nos debates sobre a legisla o partidária, um dos principais questionamentos, tanto da oposi o como da base governista, seria em razão da artificialidade com que os novos partidos seriam criados. O deputado estadual pela ARENA paranaense, Erondy Silvério, mesmo afirmando que as mudanças partidárias seriam mais um passo na abertura política, se colocou contra a extin o dos partidos e destacou que a reforma proposta “no seu bojo encerra vícios de origem que leva a classe política a crer que o Governo tem a firme inten o de permanecer no poder” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 20 out. 1979, p. 2). Corroborando tal afirmativa, seu adversário de partido, o deputado estadual emedebista Renato Bernardi, destacou que a nova roupagem do governo mudou a imagem que a presidência apresenta   na o, mas “não mudaram os métodos e não mudou a aparelhagem autoritária do sistema. O autoritarismo procura, como toda autocracia, a perpetua o no Poder, não importando a metodologia utilizada” (PARANÁ, 13 set. 1979, p. 5). Percebe-se que parlamentares de ambos os partidos estavam insatisfeitos por perceberem que a moviment o do governo objetivava garantir sua própria sobrevivência.

A forma como se daria a perpetua o dos militares no poder, segundo Renato Bernardi, seguiria as seguintes prerrogativas:

esta decantada reformula o partidária nada mais   do que a cria o de um monopartidarismo do lado oficial, objetivando a elei o presidencial de 85, com o que esta aliança econ mico-tenocrata-militar poderia permanecer mandando no País, até o ano de 1991. E em contrapartida, o Estado autoritário pretende o pluripartidarismo, mas apenas no nosso meio, no nosso campo, no campo das oposi es nacionais, congregadas pela sociedade civil. Então, parece-me que é fundamental para todos os democratas conscientes desse País, a cria o de um grande movimento que exija fundamentalmente a volta do País ao Estado Pleno de Direito, e o pluripartidarismo, a reformula o partidária, seriam consequência imediata da redemocratiza o, e não o inverso. Coloca-se o pluripartidarismo como pré-requisito para a normalidade democrática. E parece que o fundamental hoje,   desarmar o Estado autoritário; desarmado

este Estado autoritário, então sim, todos os segmentos da sociedade civil podero formar fileiras em torno da ideologia que deverá presidir cada partido (PARANÁ, 8 out. 1979, p. 7).

O deputado argumentou ainda que, sob vigência de um Estado centralizador e autoritário, as reformas seriam ineficazes e estariam longe de abarcar a pluralidade de vertentes ideológicas existentes. Neste cenário, seria imprescindível acabar com o autoritarismo para, então, dar sequência nas mudanças que colocariam o país nos trilhos da democracia. Da forma como foi imposta, a reforma pretendia um pluripartidarismo controlado e com objetivo específico de debilitar a oposição, quando deveria ser um processo natural, fruto da diversidade de uma sociedade democrática.

Sobre a criação de novos partidos, desde o interior da própria ARENA paranaense foram expressas manifestações de desaprovação do projeto de reforma defendido por lideranças da agremiação. Os arenistas que se mostravam contra a reforma partidária de iniciativa do governo argumentavam sua indisposição não em relação ao retorno do pluripartidarismo, mas  possibilidade de criação de apenas um partido de situação. O deputado federal Norton Macedo, por exemplo, posicionou-se contrariamente à existência de apenas um partido da situação, o “ARENO”, destacando que a medida não teria os efeitos imaginados. Norton, um arenista que se tornou o primeiro presidente do PDS no Paraná, disse: “não encontrei ninguém defendendo a antidemocrática tese do Partido nico na área do Governo, fundada na ingnuia esperança de que a Oposição se pulverize” (DIÁRIO DO PARANÁ, 7 set. 1979, p. 2), e continuou, afirmando que o “Partido” seria a continuação da “atual farsa bipartidária, com a agravante de que jogar para os quadros da Oposição muitas lideranças atualmente solidárias com o Governo Federal, mas sufocadas ou posicionadas com desconforto em seus Estados” (DIÁRIO DO PARANÁ, 7 set. 1979, p. 2). No mbito das seções políticas locais, este pluripartidarismo restrito significaria uma mobilidade um tanto limitada, que obrigaria os descontentes a aproximarem-se de antigos ou de eventuais adversários, caso desejassem, de fato, mudar de posição na cena política estadual, o que poderia evidenciar incoerências junto ao eleitorado.

Nesta mesma linha de argumentação, o presidente do Diretório Regional da ARENA no Paraná, o senador “bi nico” Affonso Alves de Camargo Neto, que deixou a agremiação logo que o pluripartidarismo foi restabelecido, justificou sua saída alegando que o partido era artificial e obedecia estrategicamente ao governo, compreendendo que a reformulação partidária deveria “ser feita com liberdade, com os partidos ficando acima das pessoas” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 16 out. 1979, p. 2). As falas dos arenistas expõem um não alinhamento de parte do grupo situacionista em relação aos rumos ensejados pelo governo e pelas lideranças do partido, além do desejo de maior liberdade e, ainda que de modo relativo e um tanto restrito, de defesa da democracia.

A crítica elaborada pelo deputado estadual arenista Leônidas Chaves, t mbe m do Paraná, traz outros aspectos sobre a reformulação então pretendida pelo governo. O parlamentar defende a ideia de que o bipartidarismo não seria incompatível com a democracia, mas se adequava melhor em sociedades em que as disparidades sociais e econ micas eram pequenas. No entender de Chaves, neste cenário de bipartidarismo, a oposição tenderia a lançar a nação contra o Governo, e este, em reação, apelaria para uma legislação casuística e imposição de restrições ao processo eleitoral. A definição do número de partidos seria, desta forma, uma das premissas básicas da reformulação partidária, ou seja, um dado essencial   efetivação do próprio pluripartidarismo. Para Leônidas Chaves, sem a ampliação do leque de partidos no país, seria praticamente impossível impedir que correntes de conteúdo ideológico diversos pudessem se manifestar “[...] sem precisarem se infiltrar em outras agremiações menos radicais e mais moderadas, agindo na sombra e, principalmente, mediante atitudes dúplices, contaminando a autenticidade do processo político-partidário, para não dizer do próprio sistema representativo” (PARANÁ, 9 out. 1979, p. 14). O posicionamento contra o bipartidarismo, no caso de Leônidas Chaves, estava abertamente ancorado na defesa da permanência do governo militar. A existência por vias legais de partidos considerados radicais, que atuavam na clandestinidade, como os Partidos Comunistas, seria uma forma de preservar o sistema e, assim, assegurar um maior controle governamental.

Ou seja, a reacomodação das forças políticas em diversos partidos seria a garantia da continuidade e legitimidade do poder dos “revolucionários”.

A formação de mais de um partido de sustentação também é defendida como uma forma de fortalecer Figueiredo. Como insistiu Leônidas, “não é absurdo imaginar que seu governo possa amanhã sofrer os efeitos negativos de divisões internas, de divergências e antagonismos insuperáveis, se todos os que o apoiam tiverem que viver, a contragosto, numa mesma agremiação” (PARANÁ, 9 out. 1979, p. 14). Na visão do parlamentar, no mbito estadual paranaense um segundo partido se localizaria em uma posição mais distante dos governos locais, tendo em conta a centralização política de Ney Braga, e sua existência seria mais benéfica em escala federal.

Além disso, o deputado federal paranaense Hamilton Vilela de Magalhães, um arenista “não-alinhado” com o governo no que se referia  criação de apenas um partido, expôs um outro problema ligado a projetos político-partidários que divergiam em razão das posições que a ARENA ocupava nas diferentes regiões do país, o que gerava ruídos entre a cúpula do partido e seus membros. Nas palavras do parlamentar, ao se referir à tentativa dos líderes arenistas em garantir a criação do “ARENO”, a sigla única “ganha para Sarney as melhores posições políticas no Nordeste. A mesma coisa, no entanto, longe está de acontecer no Sul, onde a Oposição se faz forte e as condições para a disputa do voto na boca de urna são completamente diferentes” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 14 set. 1979, p. 2). Ou seja, a realidade política de cada região impactava de modos distintos nas ações que deveriam ser tomadas, sendo que a visão do presidente do partido naquele momento, o senador maranhense José Sarney, seria limitada ao seu local de atuação, já que na região Nordeste a ARENA obteve melhores resultados eleitorais que a oposição nos últimos pleitos da década de 1970. Além de Sarney, outro líder da ARENA no período era o então Ministro da Justiça Petrnio Portella, do estado do Piauí, que antes de assumir como ministro, em fevereiro de 1979, era presidente do senado. Tanto Sarney como Portella eram defensores do partido nico.

As manifestações dos deputados expunham como, naquele momento de reposicionamento, havia certa tensão e disputas pela formulação de diretrizes que deveriam ser base de ao partidária. Além disso, evidencia que

parte dos atores políticos atuava em vistas de uma ação partidária orientada por questões de nível nacional, preconizando mudanças de maior amplitude e que compreendiam a redemocratização como uma força capaz de promover melhorias reais na condição de vida da população. Outros, no entanto, orientavam suas demandas com base em questões regionais, o que poderia muitas vezes estar desalinhado do que pregavam os próprios partidos.

### *Fundação dos “novos” partidos*

Com toda a expectativa por mudanças políticas e cientes da notória força da oposição, nota-se a preocupação do executivo federal em articular sua base para garantir que, após as reformas planejadas, com foco no retorno do pluripartidarismo, o governo continuasse com maioria de apoiadores, com poder decisório nas casas legislativas e no governo dos estados. Tais circunstâncias, porém, fizeram com que a criação do Partido Independente, também chamado inicialmente de Partido Democrático (PD), mas que tomou forma com a denominação de Partido Popular (PP), fosse vista com simpatia por membros da ARENA não alinhados ao governo no que dizia respeito   criação de apenas uma nova sigla governista. A nova sigla atraiu também alguns “moderados” do MDB, e daria origem a uma agremiação que apresentava um esboço de como a conciliação seria mobilizada entre as elites políticas para garantir a posse de um presidente civil no futuro e a efetivação de uma transição “segura”.

O PP passou a ser articulado em nível nacional pelos mineiros Tancredo Neves (MDB) e Magalhães Pinto (ARENA), mas não se tornou um partido abertamente aliado ao governo, como se especulava inicialmente, e sim de oposição, situado na centro-direita (NAPOLITANO, 2019). No Paraná, o partido contou com apoio e liderança principalmente de arenistas descontentes. O parlamentar Augusto Carneiro, vice-líder da ARENA na ALEP afirmou, por exemplo, em 1979, que se filiaria ao Partido Independente caso não estivesse ocupando um cargo político, pois a agremiação primária pela liberdade de a  o. Já o deputado estadual Ruben Valduga (ARENA) destacou: “o Partido Independente deve surgir, se fortalecer,



desenvolver suas teses e também prestar apoio ao governo” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 7 e 8 out. 1979, p. 3). A fundação do PP no Paraná ficou a cargo do ex-governador Jayme Canet, que se recusou a integrar o mesmo partido que Paulo Pimentel, seu antigo desafeto. Canet acabou contribuindo com a organização do novo partido no estado junto do senador “binico” Affonso Alves de Camargo Neto, e o partido recebeu a adesão de emedebistas da ala moderada e alguns dissidentes arenistas. Como se nota, a estrutura do partido a nível estadual foi organizada por dois nomes diretamente conectados à ditadura.

A formação do PP fornece indícios de como, no Paraná, algumas articulações afastaram grupos políticos do núcleo comandado por Ney Braga. Francisco Magalhães Filho (1999) levanta a hipótese de que um dos pontos principais que contribuíram para o enfraquecimento do grupo neysta foi o fato de que o então governador estaria vinculado ao grande capital nacional e internacional. Em contrapartida, Jayme Canet representava a burguesia local e “reunia grande parte dos capitais locais, principalmente em setores em que o grande capital ainda não havia entrado ou apenas começava a fazê-lo, e que incluía empresários de setores como o industrial, o grande e médio comércio, a construção civil e a engenharia de obras” (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 172). Tal cenário teria sido ainda uma das razões que levaram o PMDB a ganhar força no estado, em especial nas cidades mais ao norte, em que grupos empresariais estavam em plena expansão. Ou seja, os interesses regionalistas no estado deram sustento aos novos partidos que se estruturavam com objetivo de obter apoio futuro para seus negócios.

Apesar da formação da nova sigla, no mbito estadual, conforme afirmou um de seus articuladores, o deputado estadual ex-arenista João Elísio Ferraz de Campos, o PP seria de total apoio ao governo estadual, representado por Ney Braga. Já a nível federal, o deputado ressaltou que o partido seria independente, e poderiam concordar ou não com o central (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 nov. 1979, p. 3). A posição levantada por João Elísio aponta para um arranjo particular que tentou ser feito no estado: o alinhamento e a fidelidade a um líder local poderia superar suas íntimas relações com o governo federal, em relação ao qual o novo partido poderia

manter certo distanciamento. No entanto, n  podemos descartar o fato de que a liderança de Ney Braga acabou por sufocar a emergência e liberdade de alguns nomes.

Em meio a tais condições, o PP contou no Paraná, inicialmente, com a filiação de 4 deputados federais, sendo 3 oriundos da ARENA e 1 do MDB. O mesmo número de deputados estaduais ingressou na sigla, e as origens foram idênticas: 1 emedebista e 3 arenistas. Sob o comando de Jayme Canet, o partido conseguiu organizar-se e fundar 242 diretórios no estado até 1981, já mirando as eleições de 1982. Na convenção realizada em março de 1981, foi eleito o deputado federal Luiz Carlos Borges da Silveira para presidir o partido (BATISTELLA, 2021).

Além do PDS, já mencionado anteriormente, e do PP, foram criados os seguintes partidos: PMDB, que agregou boa parte dos antigos emedebistas e dissidentes da ARENA; Partido dos Trabalhadores (PT), com origem nos movimentos operários e liderado a nível nacional pelo metalúrgico e sindicalista Luís In cio Lula da Silva; Partido Democrático Trabalhista (PDT), organizado por Leonel Brizola, que havia retornado do exílio em Portugal em setembro de 1979; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi refundado em meio a disputas judiciais, travadas entre Brizola e Ivete Vargas, ex-deputada federal por São Paulo, cassada pelo AI-5, e sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas, que exigia o direito de comandar a antiga sigla.

Após a criação dos novos partidos, as agremiações que tiveram maior adesão no Paraná foram PDS e PMDB, respectivamente. Para o primeiro deles migrou a maior parcela dos remanescentes do partido de sustentan  o do governo, além de alguns antigos emedebistas. Tr s deputados federais e três estaduais da ARENA não se filiaram ao PDS, e migraram para o PP de Jayme Canet. Contudo, tr s deputados estaduais e um federal que pertenciam ao MDB optaram por ingressar no PDS, balanceando as perdas iniciais. Observa-se a continuidade da força da base governista no Paraná, organizada por Ney Braga, que conseguiu cooptar a maioria dos prefeitos e boa parte dos vereadores paranaenses, garantindo assim, conforme apontou a pesquisa de Batistella (2021), o controle político de 90% das cidades do estado. Em algumas importantes cidades as movimentações apresentaram

algumas singularidades, como em Londrina, em que o prefeito Ant nio Belinati<sup>13</sup> ingressou no PDS, e a Câmara municipal, que era composta por maioria emedebista, com 12 vereadores, contra 9 arenistas, viu a situação se inverter após a reforma partidária, ficando então o PDS com 12 cadeiras contra 9 do PMDB (CORREIO DE NOTÍCIAS, 12 dez. 1979, p. 3).

O primeiro presidente da Comissão estadual do PDS foi Norton Macedo, deputado federal, que assumiu provisoriamente o cargo em fevereiro de 1980, por indicação de Ney Braga, assim como os outros 10 nomes escolhidos para compor a comissão provisória. Em novembro do mesmo ano, Norton efetivou-se   frente da sigla após a convenção estadual, quando foi eleita a chapa única denominada “Somos todos uma só força” (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 nov. 1980, p. 1). Antes disso, convenções foram realizadas em 297 cidades do estado, visando o fortalecimento dos diretórios municipais (BATISTELLA, 2021).

Na formação do PMDB, o que se observou foi uma tentativa de evitar a fragmentação do partido, em especial por conta do desejo de alguns membros do MDB em reformular o PTB após o retorno de Brizola ao país, um dos partidos mais fortes do Paraná antes do golpe de 1964. Havia ainda as disputas internas e o assédio que alguns de seus integrantes recebiam para migrar para outros partidos. Embora a maioria dos emedebistas tenha permanecido no PMDB, houve uma redução nos seus quadros: o senador Francisco Leite Chaves filiou-se inicialmente ao PTB, mas acabou retornando ao partido ainda em 1980; na Câmara Federal, 3 deputados mudaram de partido, sendo que um deles foi para o PP e outros dois para o PDS. A maior baixa, contudo, ocorreu na ALEP, quando 7 deputados deixaram a sigla – 3 filiaram-se ao PDS, 3 ao PTB e 1 ao PP (BATISTELLA, 2021).

Para presidir o PMDB no estado, tendo em vista os conflitos internos que opunham os grupos liderados pelo então senador José Richa, que se tornaria o próximo governador paranaense, e pelo ex-deputado federal José Alencar Furtado<sup>14</sup>, um acordo foi firmado na tentativa de garantir unidade

13 Com o fim do bipartidarismo, Ant nio Belinati foi cooptado para o PDS, em 1980, após um trabalho de negociação intenso dos líderes pedessistas, tendo em vista a importância política de ter em suas fileiras o prefeito do principal reduto MDB/PMDB do Paraná no período.

14 José Alencar Furtado teve seu mandato cassado pela ditadura em 1977, após um discurso por ele proferido na televisão denunciando violações contra os Direitos Humanos cometidos pela ditadura. Ele foi um dos fundadores do grupo dos “autênticos” do MDB, formado a partir de 1971 (NADER, 1998).

e força ao PMDB no estado. Na convenção estadual do partido, como resultado “de um esforço de composição, em que as principais lideranças partidárias fizeram suas indicações” (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 nov. 1980, p. 1), prevaleceu o acordo entre os grupos, que reiterou a posição de Waldyr Pugliesi como presidente, ocasião em que apenas uma chapa foi lançada. Pugliesi foi mantido na presidência do partido em convenção realizada em abril de 1982, por meio de um novo acordo entre as lideranças da sigla (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 abr. 1982, p. 3).

Retomando a questão da reestruturação partidária, já a partir de 1978 observou-se uma tentativa de refundação do PTB. No Paraná, esta articulação contou com apoio de ex-deputados filiados   sigla durante sua primeira fase de existência, anterior é 1964. A reestruturação do partido, que teve à frente no Paraná o ex-deputado Júlio Rocha Xavier, que presidia o Diretório Municipal de Curitiba, contou com a colaboração de José Carlos de Oliveira Mendes, ex-exilado político, que retornou ao país junto de Leonel Brizola, tendo permanecido no estado a pedido do líder trabalhista (CORREIO DE NOTÍCIAS, 12 set. 1979, p. 10). De acordo com Léo de Almeida Neves, um dos principais líderes petebistas no estado, a linha ideológica que o novo PTB seguiria seria de uma esquerda democrática, sem compromissos com a direita e nem com a esquerda radical (CORREIO DE NOTÍCIAS, 11 dez. 1979, p. 3).

Porém, vale ressaltar que, com a vitória de Ivete Vargas na justiça e sua posterior liderança   frente do partido, a agremiação se aproximou do governo ditatorial e passou a apoiá-lo. Em maio de 1980, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu ganho de causa para Ivete Vargas, que passou a comandar o PTB. Brizola acusou o General Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, de ter favorecido a adversária no processo do TSE para prejudicar sua rearticulação política no país. Após retornar ao Brasil, Brizola tentou reviver a legenda trabalhista, já que uma ala no interior do MDB era oriunda do antigo PTB, mas não conseguiu arregimentar todo apoio parlamentar que se especulava que teria. Além disso, os conflitos com Ivete acabaram por fragmentar o grupo que desejava o renascimento do PTB (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1 dez. 1979, p. 3). No Paraná, após a fundação do PTB, filiaram-se inicialmente 1 senador e 3 deputados estaduais,

todos ex-emedebistas, e até a metade de 1980 filiaram-se mais 2 deputados federais. Em junho de 1981, o PTB elegeu o deputado estadual Adalberto Daros para presidir a Comissão Executiva estadual (BATISTELLA, 2021).

Em razão da vitória de Ivete Vargas nas disputas judiciais pela liderança do PTB, Brizola criou uma nova sigla, o PDT. Por conta da cisão petebista, o senador paranaense Francisco Leite Chaves, assim como outros nomes importantes do PTB que se mantinham fi s a Brizola, acabaram por ingressar no PMDB – como Léo de Almeida Neves, que defendeu que o ideal, naquele momento, era a concentração da oposição em um são partido, e considerou precipitada a iniciativa de Leonel Brizola de fundar o PDT tão logo a decisão judicial foi anunciada (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 nov. 1980, p. 3). Diante de tais circunstâncias, a fundação do PDT no Paraná apresentou grandes dificuldades, não conseguindo a vinculação de nenhum parlamentar e com número pouco expressivo de filiados. O responsável pela estruturação do partido no estado foi o ex-deputado estadual Jacintho Simões, cassado pelo AI-5 em 1969, eleito pela convenção pedetista como presidente da sigla em junho de 1981 (BATISTELLA, 2021).

O PT paranaense não contou inicialmente com adesão de nenhum parlamentar, e foi fundado por trabalhadores da construção civil, operários, professores, entre outros membros da classe trabalhadora da capital. Um dos membros da Comissão provisória do partido no estado, formada em fevereiro de 1980, o metalúrgico Ivo de Abreu, ressaltou que o partido teria tr s metas básicas naquele primeiro momento: “a posse da terra para os trabalhadores rurais e estabilidade para os operários, uma linha de a  o em defesa da liberdade individual e a organização interna que inicialmente será feita em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá” (DIÁRIO DO PARANÁ, 24 fev. 1980, p. 3). Sem apoio de figuras conhecidas na política estadual, o partido teve dificuldades para se estruturar, especialmente no interior do estado, mas conseguiu, até agosto de 1981, organizar 75 diretórios no Paraná. O primeiro presidente do partido foi o marceneiro, cobrador de ônibus e presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Cidade Industrial de Curitiba, Manoel Isaías de Santana, escolhido para presidir provisoriamente a Comissão Executiva, o qual foi mantido na

presidência após a convenção estadual realizada em setembro de 1981 (BATISTELLA, 2021).

Após as filiações iniciais, em todas as siglas houve um trânsito de diversos políticos entre as novas agremiações partidárias, com filiações e desfilia  es, em razão de acordos, conveniências e conflitos entre seus integrantes, o que fez com que os números iniciais de filiados em cada partido se alterasse com frequência elevada ao longo dos anos 1980 e 1981. O retorno do pluripartidarismo pode ser compreendido como uma tentativa de manter o governo no controle do processo transicional, com arranjos que tinham como base a conciliação, acionada e disseminada pelas elites por meio de acordos intraclasses, visando a preservação de determinados interesses.

### *“Arenização” do PMDB e continuísmo político*

Tendo em conta o pleito eleitoral de 1982 e com o objetivo de fortalecer a oposição, tivemos a fusão do PMDB com o PP, em dezembro de 1981. Com a promulgação do “Pacote de Novembro”, em 1981, o governo, com mais uma medida casuística, estabeleceu o voto vinculado, obrigando os partidos a lançarem chapas completas, desde vereadores até candidatos aos governos estaduais, bem como houve a proibição de coligações. Foi criada a possibilidade de sublegendas para o senado, dando condições para a acomodação de dissidências no interior dos partidos (NAPOLITANO, 2019). Tal processo resultou na entrada de representantes da velha estrutura autoritária, que se encontravam no PP, no maior partido de oposição do país, o PMDB, visto que a corrida eleitoral se mostrava inviável para os pequenos partidos, sem grande capilaridade nos estados.

Segundo Marcos Napolitano (2019), a fusão dos dois partidos teria sido benéfica para o governo, que já esperava a criação de um grande partido de oposição, que fosse moderado e conservador, e poderia oferecer um nome aceitável para ocupar futuramente o cargo de presidente. Lembrando que o PP era composto, em grande parte, por ex-arenistas e emedebistas “moderados”. Como consequência da entrada dos pepistas no PMDB, sob influência de Tancredo Neves, houve um afastamento das correntes mais à

esquerda da direção do partido (NAPOLITANO, 2019), o qual adotou um tom mais conciliatório e sucedeu em ampliação da heterogeneidade ideológica já existente no PMDB. Para a pesquisadora Maria Victoria Benevides (1986), este acordo entre os dois partidos causou, a nível nacional, uma intensa deform  o no PMDB e foi o embrião de um pacto conservador que deu origem   Aliança Democrática, fundamental para eleição de Tancredo Neves e para garantir que o arranjo transicional se consolidasse.

O PP, conforme aponta Rafael Mucinhato (2015), foi resultado da reunião de membros das classes dominantes e das articulações de forças liberais-conservadoras, por isso mesmo, considerado uma alternativa real de poder, por ser aceitável pelo regime militar. Tratava-se de uma agremiação “centrista e pragmática, propensa ao diálogo com outras forças políticas, mas diretamente interessada em manter aberta a interlocução com o governo” (FREIRE, 2014, p. 301). Membros da cúpula do governo militar, por sua vez, apoiaram a criação do partido por consider -lo como “oposição confiável”, a qual poderia dividir as forças oposicionistas nos estados (MUCINHATO, 2015). Embora com breve existência, o PP conseguiu reunir nomes que buscaram, no interior do projeto conciliatório que configurou a moldura transicional, representar publicamente algumas proposições de mudanças em relação ao regime autoritário.

Se, num contexto mais amplo, a fusão entre PP e PMDB viria a beneficiar o projeto de reconciliação, por outro lado, pensando especificamente nas eleições de 1982, o processo foi importante para enfraquecer o grupo que sustentava a ditadura militar, tanto no Paraná quanto em vários outros estados brasileiros. Após a realização das convenções conjuntas entre os dois partidos, em abril de 1982, tivemos o ingresso de quase todos os parlamentares paranaenses do PP ao PMDB, com exceção de Paulo Affonso Alves de Camargo, ex-arenista, então deputado estadual, que migrou para o PDS. O resultado foi, assim como ocorreu a nível nacional, o fortalecimento do PMDB a nível estadual, que passou a contar com mais 1 senador, 4 deputados federais e 3 estaduais, “além dos mais de 700 vereadores e 19 prefeitos municipais” (BATISTELLA, 2021, p. 158). No Paraná, a incorporação do PP pelo PMDB, além do fortalecimento do capital político,

forneceu também maior suporte financeiro ao PMDB (BEGA, 1990 *apud* LAIBIDA, 2015, p. 94).

Ao tratar da convenção do PMDB, realizada em julho de 1982, o jornal *Diário do Paraná* destacou que, apesar da presença da “esquerda festiva”, notava-se a consolidação de políticos alinhados à direita no PMDB paranaense, boa parte dela vinda do antigo PP. O jornal indicava que, “pela primeira vez na história deste planeta a esquerda apoia a direita e ambos os grupos participam de uma festa ao som de pronunciamentos radicais, muitos dos quais contra atos de ex-membros do Governo que agora estão na oposição” (DIÁRIO DO PARANÁ, 20 jul. 1982, p. 2). As discrepâncias ideológicas no interior do PMDB foram utilizadas pelo PDS, em especial, como uma forma de desqualificar o partido, alegando falta de unidade e alinhamento de agendas políticas, em especial após sua fusão com o PP, momento em que antigos arenistas, que por tempos estiveram ligados a Ney Braga, passaram a integrar as fileiras do partido de oposição.

Em novembro de 1982, José Richa foi eleito governador do Paraná, derrotando Saul Raiz, lançado e apoiado por Ney Braga. O próprio Ney Braga foi também derrotado na disputa para o cargo de senador, sendo  lvaro Dias, do PMDB, vitorioso. A vitória do PMDB no estado foi considerada esmagadora<sup>15</sup>, evidenciando o fim do monopólio dos antigos caciques políticos apoiadores da ditadura, em especial Ney Braga. O apoio dos ex-pepistas foi importante para a expansão da força peemedebista no Paraná, mas traria outras consequências.

Ao abordar a atuação do PMDB após assumir o governo paranaense, Luzia Oliveira ressaltou que o partido havia assumido novas características:

Em primeiro lugar, há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem no PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou

15

Para o cargo de deputado federal, o estado do Paraná elegeu 20 deputados pelo PMDB contra 14 do PDS. J  para a ALEP, foram eleitos 34 deputados pela sigla do PMDB e 24 pedessistas.



evasão no PDS, partido tradicionalmente governista, que havia se colocado na oposição desde 1982 (OLIVEIRA, 1998, p. 79).

A autora chama atenção para o processo de “arenização” do PMDB, tal como teria ocorrido em todo o país, e que afetou os rumos que o partido tomaria. Ao explicar as adesões de prefeitos ao PMDB, entre outros motivos, ela destaca que seriam consequência da dependência financeira dos pequenos municípios em relação ao governo estadual e   despolitização que abrangia parte dos cidadãos paranaenses daquele momento, em especial nas pequenas cidades, o que implicaria na manutenção dos laços políticos locais e de relações de clientelismo (OLIVEIRA, 1998).

Embora a autora não aborde estes pontos, podemos considerar também como elementos que levaram à “arenização” peemedebista a entrada em massa no partido de ex-filiados ao PP, já que muitos deles haviam saído da antiga ARENA ou então do PDS no Paraná, e acabaram ocupando postos importantes no governo estadual<sup>16</sup> e no próprio PMDB. A presença maciça dos pepistas, contudo, não agradava alguns grupos no interior do PMDB. Em 1985, para a escolha do novo presidente da ALEP, formou-se o que foi então chamado de “Grupo dos 11”, composto por deputados estaduais do PMDB, entre eles Roberto Requião e Osvaldo Alencar Furtado, que não aceitavam a inclusão de membros do antigo PP na chapa, e se colocavam contra o que denominaram “Grupo dos Palacianos”, ligados aos líderes peemedebistas e a José Richa. Na ocasião, Nilso Sguarezi foi reeleito para o cargo com a presença de antigos pepistas em sua chapa, fato que aprofundou os conflitos (FOLHA DE LONDRINA, 28 fev. 1985, p. 3). Neste cenário, nomes como Jayme Canet e Affonso Alves de Camargo Neto tornaram-se proeminentes.

A influência desses novos peemedebistas paranaenses no governo   perceptível em documentos do SNI que trazem um balanço do governo de José Richa. Ao analisar a posição do PMDB no Paraná, os agentes do órgão afirmaram que “os conservadores (ala pepista), liderados pelo senador Affonso Alves de Camargo Neto, exercem uma influência neutralizadora aos interesses radicais” (SNI, 1984, p. 6-7). O documento afirma ainda que

16

Durante o governo de José Richa, Belmiro Valverde Jobim Castor foi escolhido para a Secretaria do Planejamento e José Olímpio para a Secretaria de Administração, ambos saídos do PP e com passado de ligação com os governos arenistas no Paraná.

os antigos pepistas do estado atuavam fiscalizando a atuação dos indivíduos mais à esquerda do PMDB no estado, sugerindo, inclusive, que o governador se afastasse dos mesmos.

Em caso emblemático dos conflitos gerados pela influência da ala pepista, tivemos a exoneração do então presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), Léo de Almeida Neves, escolhido por Richa para o cargo assim que assumiu o governo. De acordo com um relatório do SNI, a demissão ocorreu em razão de pressões exercidas por políticos como Jayme Canet, João Elísio Ferraz e Affonso Camargo, todos ex-pepistas e ex-arenistas (SNI, 1983). A justificativa da ala pepista era de que Léo de Almeida, um ex-petebista com forte militância contra o governo ditatorial, estaria utilizando do cargo de presidente da instituição bancária para recuperar seu prestígio político e concorrer ao cargo de governador ou senador em 1986, fato que não os agradava. Já por parte do governo do estado, a justificativa apresentada publicamente após cinco meses de Léo na presidência do Banestado foi de que o desligamento ocorreu por conta de problemas administrativos e devido ao baixo desempenho do banco (FOLHA DE LONDRINA, 17 ago. 1983, p. 3).

Ao saber que deixaria o cargo, Léo de Almeida buscou apoio da bancada do PMDB na ALEP, que havia referendado seu nome sem objeções quando da sua indicação, e de forma integral defendeu sua permanência na direção da instituição (FOLHA DE LONDRINA, 17 ago. 1983, p. 3). A bancada do partido na Câmara Municipal de Curitiba, da mesma forma, se manifestou a favor de Léo de Almeida Neves (SNI, 1983, p. 6). Apesar dos pedidos contrários, José Richa manteve a decisão e o afastou do cargo, o que teria dado origem a uma crise institucional entre executivo e legislativo estadual. As bancadas peemedebistas se sentiram desprestigiadas diante do caso, o que gerou críticas abertas por parte de deputados e vereadores ao governador e seu secretariado, por não levarem em conta a posição da sua própria base e não apresentarem maiores explicações sobre os reais motivos da demissão. Consideraram ainda tal postura como antidemocrática, uma ação monocrática que ignorava seus próprios aliados e ia na contramão do que pregava o partido e o próprio governador.

Embora tenha contrib ido para a vitória do partido de oposição no Paraná, a fusão entre PP e PMDB, como se nota, acabou por restringir a liberdade do novo governo e colocá-lo em confronto com seus próprios partidários. Em mais um dossiê do serviço de informações, consta que Richa não conseguia constituir um governo independente, pois estaria “sofrendo grande influência nas suas decisões, caso t pico das atuações dos ex-pepistas, que mesmo permanecendo no anonimato, interferem e pressionam sua administração” (SNI, 1983, p. 7). As análises feitas pelo SNI demonstram como a presença de alguns grupos nos governos estaduais era de interesse do governo militar e das elites políticas que buscavam se manter no poder.

Chama a atenção ainda o fato de constatarem que aquela era uma situação já conhecida, ao que parece, em outros locais do país, já que se tratava de um “caso t pico”. A atuação dos pepistas no Paraná aponta como a transição pactuada ultrapassou os acordos de cúpula e foi operacionalizada nas unidades subnacionais do país, por meio da atuação de grupos que atuariam como “f eis da balança” a favor dos planos do governo. Com isso, ficava garantido que os opositores estabelecidos nos poderes executivo e legislativo não teriam forças suficientes para mobilizar opiniões e inflamar as massas a ponto de alterar o curso da abertura. Os limites regionais da transição seriam, assim, garantidos.

## *Considerações finais*

Ao refletir sobre os impactos do pluripartidarismo, notamos que se tratou de uma medida exigida por parte da classe política, de ambas as posições, e que foi pensada pelos militares para garantir seu controle sobre o processo transicional que daria origem   Nova República. O momento de reformulações partidárias ensejou debates sobre quais linhas ideológicas e quais práticas políticas os partidos que se originaram pretendiam ou deveriam seguir, mesmo que as propostas não encontrassem aderência precisa, dados os limites da moldura transicional e do projeto conciliatório. No interior de tais balizas, situavam-se e conviviam, acomodando-se, tanto os arranjos governamentais quanto diferentes grupos e posturas políticas.

Neste aspecto, o alcance das negociações assim delineadas era limitado, restringindo a diversidade de projetos possíveis e a participação de forças que não se ajustavam às regras do jogo político então montado.

A limitação do processo de abertura partidária, representada pelo retorno do pluripartidarismo, abarcou discussões que extrapolavam os arranjos e acordos de gabinetes. O tema do autoritarismo e, principalmente, da crise econ mica e da necessidade de superação da situação de calamidade pela qual o Brasil atravessava foi tema recorrente entre os parlamentares paranaenses. Ao promover a conciliação, evitar confrontos e, com isso, rupturas, o governo buscou criar uma memória de consenso, em que alternativas para políticas sociais e econ micas foram descartadas. Deste modo, intentaram que prevalecesse, como única possível, a ideia de que o caminho seguido sob orientação dos ditadores no poder foi mais adequado, além de ter sido apresentado como uma benesse concedida, apagando as lutas no interior do quadro político e social, algo próprio da “ideologia da reconciliação” (VINYES, 2015).

Tais considerações possibilitam ainda reflexões sobre como a abertura política esteve pautada também entre as fileiras do próprio partido de sustentação do governo, não se restringindo   oposição, embora os motivos, objetivos e os ideais de democracia pudessem ser um tanto distintos. Podemos apontar ainda para o fato de que as relações e objetivos pessoais interferiram na decisão de aderir a determinado partido ou mudar de agremiação. A artificialidade com que foram criados os partidos, em especial o PDS, base de sustentação do governo, foi outro ponto criticado, visto que não alteraria a forma e prática partidária, que continuaria a submeter-se aos ditames do governo e apenas referendar seus pedidos, fato que não agradava parte da ala política que apoiava os militares no poder.

Destacamos, por fim, que as discussões e análises aqui desenvolvidas são parte de uma abordagem mais ampla, sendo que possibilidades de investigação da temática permanecem abertas. O acesso a fontes e a depoimentos distintos, poder o permitir outros olhares e cruzamentos de informações que possibilitem diversificar ainda mais as possibilidades interpretativas, de modo a compreender melhor este momento da longa transição política que marcou a construção democrática brasileira recente.

## Referências

BATISTELLA, Alessandro. O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966). *S eculum*, João Pessoa, v. 25, n. 42, p. 191-206, jan./jun. 2020.

\_\_\_\_\_. O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982). *Diálogos*, Maringá, v. 25, n. 2, p. 142-167, mai./ago. 2021.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! *Lua Nova*, São Paulo, v. 3, n. 1, não paginado, jun. 1986.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 19 jun. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 14 set. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 12 set. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 6 out. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 7 e 8 out. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 9 out. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 16 out. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 20 out. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 1 dez. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 11 dez. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 12 dez. 1979.

*CORREIO DE NOTÍCIAS*. Curitiba, 15 maio 1980.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 10 fev. 1979.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 7 set. 1979.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 23 out. 1979.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 21 nov. 1979.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 28 dez. 1979.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 24 fev. 1980.

*DIÁRIO DO PARANÁ*. Curitiba, 20 jun. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 11 nov. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 23 nov. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 21 abr. 1982.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 20 jul. 1982.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. *Da construção ao desmanche*: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 17 ago. 1983.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 28 fev. 1985.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 287-308, jan./abr. 2014.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo S  (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 141-159.

KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo*: g nese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: V rtice, 1988.

LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. “Requião tem razão”? *Homem político e discursos*: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor*: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990. p. 13-35.

LEMONS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto S . Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto S ; ABREU, Luciano Perrone de (Orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013. p. 9-32.

- \_\_\_\_\_. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, out./dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaue. *Um passo adiante, dois passos para tr s: o PMDB de 1979 a 1982*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: H st ria do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Democratização e Institucionalização Partidária: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990)*. Londrina: Editora UEL, 1998.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 13 set. 1979.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 8 out. 1979.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 9 out. 1979.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 22 nov. 1979.
- REVEL, Jacques. Micro-h st ria, macro-h st ria: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio h storico-cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). *ACT-ACE 4203*. Brasília: Arquivo Nacional, 23 ago. 1983.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). *ACT-ACE* 42589. Brasília: Arquivo Nacional, 14 jun. 1984.

SILVA, João Batista Teófilo. *Passar o passado a limpo*: Memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura. Da Anistia   Comissão Nacional da Verdade. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice Genealogy*. Harvard Human Rights Journal, v. 16, p. 69-94, 2003.

VINYES, Ricard. Sobre vítimas e vazios, ideologias e reconciliações, privatizações e impunidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBER, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 224-244.



## *Artigos Livres*

---

# A RETÓRICA REVISIONISTA SOBRE A DITADURA BRASILEIRA (1964-1985) NAS ANÁLISES DE DANIEL AARÃO REIS FILHO<sup>1\*</sup>

## *The revisionist rhetoric regarding the brazilian dictatorship (1964-1985) in the analysis of Daniel Aarão Reis Filho*

Cláudio Beserra de Vasconcelos<sup>2</sup>

### RESUMO:

O artigo analisa a retórica presente na produção de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> sobre o golpe de 1964 e a ditadura subsequente. Objetiva-se identificar padrões que orientem o discurso do intelectual e problematizar historiograficamente a produção do autor, visando compreender o processo de construção e disseminação e a lógica argumentativa revisionista, em torno dos temas. Presume-se que esta análise poderá indicar um caráter básico do discurso do autor: a presença de uma retórica laudatória sobre a excelência científica da sua própria produção e da dos pares a ele próximos, apresentadas como neutras e apolíticas, e do desmerecimento/apagamento das análises que lhe são antagônicas/críticas, associadas à perspectiva marxista.

*Palavras-chave:* 1. Ditadura brasileira (1964-1985); 2. Revisionismo historiográfico; 3. Intelectuais.

### ABSTRACT:

The paper analyze the rhetoric present in Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>'s work on the 1964 coup and the subsequent dictatorship. The objective is to identify patterns that guide the intellectual's discourse and historiographically problematize the author's production, aiming to understand the process of construction and dissemination as well as the revisionist argumentative logic surrounding the themes. It is presumed that this

1 \* A pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

2 Pós-doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2024), Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), Mestre em História pelo mesmo programa (2004) e pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política da UFRJ e do Laboratório de Estudos sobre a Ditadura da UFRRJ. E-mail: [cb.vasconcelos@yahoo.com.br](mailto:cb.vasconcelos@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3907-7158>.

analysis may indicate a basic characteristic of the author's discourse: the presence of laudatory rhetoric about the scientific excellence of his own production and that of his close peers, presented as neutral and apolitical, and the discrediting/erasure of analyses that are antagonistic/critical to him, associated with the Marxist perspective.

**Keywords:** 1. Brazilian dictatorship (1964-1985); 2. Historiographic revisionism; 3. Intellectuals.

## *Introdução: Os intelectuais e as disputas no interior do campo científico*

Existe um significativo consenso quanto à vinculação do “Caso Dreyfus”<sup>3</sup> à origem do uso do termo “intelectuais”, entendido como um grupo social, uma categoria política. O sentido de seu emprego, porém, era de desdém, uma injúria dirigida pelos adversários da reavaliação do processo aos membros do grupo favorável ao oficial francês, censurados por, supostamente, abusarem de sua situação profissional para influenciar a consciência dos jovens. Contudo, a alcunha foi apropriada pelos defensores de Dreyfus. Ao fim do embate, o processo foi reaberto, o militar inocentado e reabilitado e a nova forma de se designar os homens de letras, escritores, cientistas, universitários, entre outros, se propagou.<sup>4</sup> Foi naquele momento que os intelectuais emergiram como uma elite possuidora de uma identidade coletiva e de um caráter específico, e como detentores de um prestígio que lhes garantiu legitimidade para intervenção no espaço e no debate públicos, algo que se tornou comum ao longo do século XX. Por outro lado, a querela que marcou o processo também torna evidente a existência de acirradas disputas entre os intelectuais, desde o seu nascimento.

---

3 Na virada dos séculos XIX e XX, Alfred Dreyfus, capitão judeu do exército de França, foi condenado por espionagem e alta traição à pátria. Em resposta, professores, artistas, cientistas e escritores franceses, mobilizaram-se pela revisão do processo contra o militar. Tal posicionamento, no entanto, não foi unânime, e a opinião pública francesa acabou cindida entre os favoráveis e os contrários à revisão do processo.

4 Sobre a relação entre o “Caso Dreyfus” e o “nascimento dos intelectuais”, ver: CHARLE, Christophe. *Naissance des “intellectuels”*. 1880-1900. Paris: Éditions de Minuit, 1990.

Esses elementos são relevantes para a análise ora desenvolvida, e nos faz crer que a “teoria dos campos”<sup>5</sup> de Pierre Bourdieu, especialmente as reflexões sobre o campo intelectual ou científico, sejam frutíferas, pelo que elas permitem compreender sobre a produção de bens simbólicos, os autores, suas obras, o espaço social e ideológico no qual se situam e as disputas internas.

O campo, para Bourdieu, é local de dominação e conflito. Para o sociólogo francês, relações de poder transpassam todas os contatos humanas, qualquer que seja o campo do espaço social. Nesse processo, agentes formam alianças ou se afastam em função da disputa por interesses específicos (BOURDIEU, 1996, p. 60-61). Mas, nessa luta, não há necessariamente uma equivalência entre os agentes: cada um está determinado pela posição particular que ocupa no espaço social do campo. No caso do campo científico, esse posicionamento está ligado à posse do “capital científico”, entendido como “uma espécie particular do capital simbólico (...) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26). Portanto, o campo científico é lócus do debate, mas também de disputas acirradas pela posse da autoridade científica, pela demonstração de capacidade técnica, pela autenticidade, pelo domínio dos signos e das interpretações. Ou seja, pela hegemonia sobre o campo científico.

A vitória nessa luta depende, em parte, da construção de um consenso sobre a legitimidade de determinadas teses. Como uma ferramenta essencial do ofício do intelectual é a palavra, um meio de atingi-lo é através da chancela ao seu discurso, pois “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem (...) é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (Bourdieu, 2000, p. 15). É preciso ter em mente, portanto, que, como afirma Eni Pulcinelli Orlandi (1996, p. 15-27), o discurso não é apenas um instrumento de comunicação, mas um objeto histórico-social, visto que é produzido na interação entre os homens e a realidade natural e

5 Segundo Bourdieu, “um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições (...) definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (...)” (BOURDIEU *apud* BONNEVITZ, 2003, p. 60).

social na qual estão inseridos e por estar relacionado às condições de produção, ou seja, ao contexto histórico-social e ideológico no qual foi gerado. Em complemento, como observam Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 378. Grifos no original), “as ‘condições de seu [do discurso] reconhecimento’ dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade”. Traçando um paralelo dessas observações com a teoria dos campos de Bourdieu e o seu entendimento sobre classe, a linguagem, esse sistema simbólico pelo qual se exprimem ideias, portanto, ideologias, torna-se determinada pelo grupo cuja posição social for hierarquicamente “superior” no interior do campo. No caso do campo científico, os intelectuais experientes.

O entendimento do campo como um locus de acirradas disputas é o componente das formulações de Bourdieu que mais interessa para a presente análise. No entanto, há que se dar a ênfase adequada às questões externas ao campo específico, à conjuntura social e histórica em que se dá a disputa. Para cobrir tal lacuna, as teorias de Antonio Gramsci sobre a função social dos “intelectuais orgânicos” se mostram mais frutíferas.<sup>6</sup> O filósofo sardo entende que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...) (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Gramsci entende, pois, que não há como os intelectuais fazerem uma análise neutra da realidade que o cerca. Ao contrário do que defende Bourdieu, a universalidade celebrada pelos “intelectuais tradicionais” seria

6 Creio existirem “diálogos possíveis” entre as teorias de Bourdieu e Gramsci, como entende Sônia Regina Mendonça. Com relação às questões de poder (Bourdieu) e hegemonia (Gramsci), as interações são viáveis. Como a teoria marxista de modo geral, Bourdieu vê a sociedade dividida em classes sociais, estando a hegemonia nas mãos de uma delas, que exerce sua dominação através um poder sutil, que ele denomina como “poder simbólico”. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. Gramsci e Bourdieu: diálogos, Conferencista: Sonia Regina de Mendonça, PPGH e GPHP, UNIOESTE, 17/9/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2VZSTZXMaKI>. Acesso em: 21 jul./2024.

falsa,<sup>7</sup> como nota Michael Burawoy<sup>8</sup> ao comparar as percepções dos dois autores e ao apresentar as críticas de Gramsci a esse grupo de pensadores, vinculando-os ao projeto de

consolidação de uma dominação ideológica ao apresentar os interesses dominantes como sendo os interesses universais. Para Gramsci, os intelectuais da classe dominante *precisam* manter-se autônomos para poderem se *apresentar* como portadores de uma (falsa) universalidade. Gramsci encararia a universalidade defendida por Bourdieu (...) como nada muito além do que o aperfeiçoamento da ideologia dominante do capitalismo (BURAWOY, 2010, p. 63. Grifos no original).

Assim, ao propor o conceito de “intelectual orgânico”, Gramsci está afirmando que todo intelectual está organicamente associado a um grupo social, portanto, seria equivocado distingui-lo pelo que é inerente às suas atividades intelectuais, em vez de buscá-la no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades se encontram, ou seja, dentro da ordem burguesa, revelando, assim, suas associações classistas (GRAMSCI, 2001, p. 18). Por conseguinte, tal percepção nos permite entender os conflitos entre intelectuais como um embate pela hegemonia entre forças sociais. E como a análise parte do entendimento da existência de disputas pela hegemonia no interior do campo científico, conforme teoria de Bourdieu, e dialoga com a questão da função social desempenhada pelos intelectuais, o conceito gramsciano de “intelectuais orgânicos” se mostra fecundo no oferecimento de subsídios que colaborem para o esclarecimento do problema a ser enfrentado.

---

7 Concordando com Burawoy (p.62), aqueles que Bourdieu entende como intelectuais, na perspectiva gramsciana seriam considerados “intelectuais tradicionais”, categorias “pre-existent, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”, e que “se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”. Gramsci define como “utopia social” a crença dos intelectuais na sua independência ou autonomia (Gramsci, 2001, p. 16-17).

8 Michael Burawoy é outro autor que procura estabelecer uma relação entre as concepções de Bourdieu e Gramsci. Sobre a questão, ver: BURAWOY, Michael. “Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu”. In: BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010, p. 49-79.

No corrente estudo, as contendas entre intelectuais envolvem transformações nas interpretações historiográficas. Especificamente, remetem a um grupo de historiadores que, a partir dos anos 1990, em um contexto de grandes transformações sociais e historiográficas no mundo e no Brasil, passaram a questionar os paradigmas interpretativos clássicos sobre o período 1964-1985 de nossa história. Entendo que esses estudos podem ser caracterizados como revisionistas por fundamentam-se nos seguintes argumentos: na conjuntura pré-1964, devido ao pouco apreço que tinham pela democracia, lideranças políticas de todas as correntes (militares, setores da direita, das esquerdas e João Goulart) estavam dispostas a romper a ordem constitucional vigente desde 1945; e a “sociedade brasileira” consentiu e participou do processo de construção do novo regime.<sup>9</sup> Tais argumentos são sintetizados na seguinte premissa: a ditadura foi uma construção histórico-social da sociedade brasileira.

Dentre os intelectuais que desenvolveram esse paradigma se destaca o historiador e professor Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, reconhecido por pares seus como inspiração de outros estudos (Rollemberg e Quadrat, 2011, p. 29). Tal perspectiva historiográfica ganhou reconhecimento e adesão para além das fronteiras acadêmicas, a ponto, podemos dizer, de se tornar hegemônica. Não sem, contudo, provocar grandes polêmicas e embates. Dada a relevância de Reis F.<sup>o</sup>, o estudo partirá da percepção do autor como um intelectual que ocupa uma posição superior dentro do campo científico, e que tem ativa participação como uma das lideranças de maior vulto nos debates ocorridos nos últimos trinta anos sobre o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu a ele. Nossa atenção se concentrará em levantar alguns aspectos centrais da retórica presente nos textos de Reis F.<sup>o</sup>, buscando identificar padrões que orientem o discurso do intelectual. Objetiva-se problematizar historiograficamente a produção do autor, visando compreender o processo de construção e disseminação e a lógica argumentativa revisionista, em torno

---

9 Se referindo a estudos voltados a “compreender melhor as tradições autoritárias presentes de forma transversal (das elites às camadas populares) na sociedade brasileira”, Reis F.<sup>o</sup> (2021, p. 445 e 459) assume que suas análises sobre a ditadura têm caráter revisionista. Na mesma obra, Rollemberg e Cordeiro (2021) reiteram essa admissão, associando tal cunho a trabalhos que revisaram interpretações hegemônicas e enfrentaram temas inconvenientes ou tabus. Como críticos e criticados aceitam o termo, ainda que em sentidos distintos, o adotaremos para classificar os textos do autor.

do golpe de 1964 e da ditadura que a ele se seguiu. Como recorte, utilizo textos produzidos entre 1989 e 2021.<sup>10</sup>

Não é o objetivo fazer uma reflexão específica sobre as teses de Reis F.<sup>o</sup> sobre a ditadura.<sup>11</sup> Mas, por vezes, os argumentos se confundem com os elementos retóricos usados pelo autor. Nesse sentido, serão citados e brevemente analisados, mas um estudo detido sobre os mesmos fica para investigações outras. Apesar de tais limitações, entendo que os excertos selecionados se mostram representativos de um universo maior, possibilitando denotar um caráter básico do discurso de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>: a presença de uma retórica laudatória sobre a excelência científica da sua própria produção e da dos pares a ele próximos, apresentadas como neutras e apolíticas, e do desmerecimento/apagamento das análises que lhe são antagônicas/críticas, associadas à perspectiva marxista.

### *A excelência acadêmica: ética, pioneirismo e aconselhamento*

O filósofo francês, Gilles Lipovetsky, sustenta que, a partir dos anos 1980, situamo-nos na hipermodernidade, um tempo-social caracterizado, entre outros traços, pelo hiperconsumo. Uma sociedade em que há uma mercantilização quase generalizada dos modos de vida (2004, p. 53), e em que a “escalada paroxística do ‘sempre mais’ se imiscui em todas as esferas do conjunto coletivo” (2004, p. 55). Esse tempo social em que se vive sob o regime da economia de consumo também é um tempo de comunicação em massa. Lipovetsky denomina essa sociedade como uma “sociedade-moda”, entendida como aquela que é marcada pelo excesso, pelas múltiplas

---

10 As fontes serão observadas com base no método apresentado por Laurence Bardin para análise de conteúdos (1977, p. 105). Isto posto, as mensagens foram recortadas em “unidades de registro”, visando “descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Tais unidades consideradas são os “temas-eixo” ao redor dos quais é organizado o discurso. Paralelamente, foram delimitadas as “unidades de contexto” – que são fragmentos da mensagem, como, por exemplo, a frase ou o parágrafo em torno do tema – que, apresentadas ao longo do artigo, podem auxiliar na análise.

11 Para uma análise do discurso historiográfico revisionista de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, ver: Vasconcelos (2024).



possibilidades de escolha, regida pelo efêmero, e onde a sedução permanente torna-se fundamental. Para tal, a novidade apresenta-se como um importante elemento de atração (2004, 60-61). Dado que, como afirma Lipovetsky, essas características interferem em todas as esferas do conjunto coletivo, a produção intelectual também não fica alheia a estas novas dinâmicas sociais. Por isso, a ânsia por novas tendências, novos objetos, novas metodologias, novas fontes, novas abordagens, novas teorias, novos “modismos” também invade o espaço acadêmico e exercem atração.

No que se refere especificamente à História, entre os anos de 1960 e 1980, ocorreu uma profunda transformação no modo como ela é produzida. Surgiram novas abordagens, questões, temas, objetos, fontes, perspectivas e metodologias de análise histórica, e historiadores passaram a criticar e questionar os modelos interpretativos hegemônicos até então. Esse processo que contou com as contribuições da terceira geração da *Escola dos Annales* resultou, como salienta José D’Assunção Barros (2011, p. 38-39) na emergência e influência da denominada Nova História Cultural, em suas diversas correntes. A ela se somam interpretações que podem ser enquadradas no campo da Nova História Política. Por conseguinte, nos tempos que têm a “novidade” como objetivo, concepções ditas “novas” tornam-se as perspectivas a serem seguidas. Em função dessa predominância, desde então, grande parte dos trabalhos historiográficos pode ser enquadrada em uma ou outra, quando não, na confluência dessas duas correntes interpretativas, como lembra Barros (2011, p. 39).

Esse é o caso do historiador Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, que concluiu a graduação e cursou o mestrado na França na década de 1970, portanto, durante o contexto de transmutação historiográfica. Influenciado por esse processo, declara que as suas investigações e as de outros que adotam a mesma perspectiva que ele “têm sido feitas, informadas pelos critérios da história política renovada e da história cultural” (REIS F.<sup>o</sup>, 2014b, p. 9), isto é, na convergência entre as correntes interpretativas em evidência. Com essa base, desenvolve seus estudos em diversos temas. Quanto à sua produção sobre a ditadura, foi iniciada com sua tese de doutorado publicada em 1990 e cresceu a partir de meados da mesma década, ganhando fôlego e disseminação a partir de meados dos anos 2000.

Professor titular aposentado do curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando ainda no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição, com pós-doutorado em universidades brasileiras e estrangeiras, Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> é um intelectual de vasta e reconhecida produção.<sup>12</sup> Muitas vezes premiado, é autor de 21 livros, organizador de 26;<sup>13</sup> 80 capítulos de livros; 39 artigos e 211 textos em jornais e periódicos. Participou de 303 eventos, sendo o organizador de 12; atuou como consultor de institutos de pesquisa; é pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); participou de 52 bancas de mestrado e 50 de doutorado, sendo o orientador, respectivamente de 23 dissertações e 33 teses. Orientou, ainda, 27 monografias de final de curso de graduação e 10 de conclusão de curso de especialização. Foi também membro da banca de 9 seleções de professores universitários, Coordenador do Núcleo de Estudos Contemporâneo, desde 1996, exerceu a chefia do departamento de História (1989-1991) e coordenou o curso de mestrado em História (1996-1998).

Esse breve resumo de sua trajetória mostra que o historiador apresenta uma série de requisitos que nos permite considerá-lo, nos termos de Bourdieu, como um intelectual detentor de grande capital científico e dos dois tipos de poder existentes no interior do campo: o “institucional” e o “puro”. O primeiro, ligado, em geral, à ocupação de posições importantes nas instituições científicas (direção, comissões, comitês etc.), “ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura”, e se adquire através de estratégias políticas (participação em comissões, bancas de teses e de concursos, colóquios, cerimônias, reuniões etc.). O segundo, relativo ao “prestígio” pessoal, obtido “principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência (publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio)” (Bourdieu 2004, p. 35-36).

12 Os dados sobre a produção intelectual de Reis F.<sup>o</sup> foram retiradas de seu Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5545617046802074>. Acesso em: 30/6/24; e de sua página pessoal: Disponível em: <https://www.danielaaraoreis.com/livros>. Acesso em: 30/6/24.

13 Dos 21 livros que escreveu, 7 são sobre a ditadura; dos 26 por ele organizados, 6 são sobre o regime. Quanto aos artigos, redigiu 39, sendo 8 sobre a ditadura; e, ainda, 80 capítulos de livros, dos quais, 31 são sobre a temática.

Esse somatório de predicados atrai, porém, não basta por si. Para que uma interpretação influencie os caminhos da produção, é preciso que seu discurso reafirme seu poder simbólico,<sup>14</sup> o que depende da constituição de uma base social que sirva de suporte na produção de um consenso em prol dos agentes que ocupam posições dominantes no campo. Esse grupo não precisa ser obrigatoriamente a maior parte, mas aparentar representar o consenso da maioria. Da igual modo, para Bourdieu (2000, p. 136), essa base social não necessariamente se traduz em um grupo mobilizado, mas em uma classe provável,<sup>15</sup> composta por um conjunto de agentes que ocupam posições similares e hierarquicamente “superiores” no “espaço social”,<sup>16</sup> e que, em função dos condicionamentos semelhantes, possuem atitudes e interesses análogos, o que os leva a adotar práticas e posições similares, e os capacita a reconhecer e legitimar o “capital simbólico” (reconhecimento, prestígio) do agente.

No caso do campo científico, o grupo no qual os intelectuais buscam esse suporte é o conjunto de seus pares. Parte está em posições homólogas: a fração mais consagrada dentre eles. Outros encontram-se em localizações subordinadas: os jovens pesquisadores, agentes que não se apresentam como portadores de autonomia intelectual, o que faz

---

14 Bourdieu entende “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (2000, p.14-15. Grifo do autor).

15 Bourdieu define classes como “(...) conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes. Esta classe no papel tem a existência teórica (...). Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes” (2000, p.136).

16 Bourdieu caracteriza “espaço social” como espaço de posições em que agentes, grupos e instituições estão situados, e é construído de modo que, em função da proximidade ou afastamento, mais ou menos propriedades terão em comum. Em função dos capitais que possuem, os agentes ocupam posições dominadas ou dominantes (1990, p. 153; 1996, p. 18-19).

com que permaneçam atrelados aos intelectuais mais experientes ou a reboque deles. Mas, para que os pares possam colaborar na construção do consenso, é preciso que o discurso dos agentes em posições superiores chegue a eles, para que, em seguida, executem o papel de (re)produzir as perspectivas hegemônicas. Como no mundo acadêmico temos contato com um limitado **número das teses desenvolvidas, os pesquisadores experientes**, que são os que estão em posições superiores, selecionam/divulgam determinadas perspectivas. Ao fim, “impõem” seus critérios de escolha, e institucionalizam os dizeres que devem ser ditos/repetidos.

Esse é um método inerente à dinâmica do ofício dos intelectuais. A atuação como professor exige que se façam recortes sobre o conhecimento/teses/autores que serão debatidos em aula. Esse procedimento é padrão nas disciplinas obrigatórias e, em maior monta, nas chamadas de específicas, quando os docentes, geralmente, se debruçam sobre temas próximos de suas pesquisas particulares. Essa seleção é refinada ainda mais em grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa, quando as referências temáticas, teóricas e metodológicas dos pesquisadores experientes norteiam os debates. Tal evolução encontra seu ápice nas orientações de monografias de fim de curso. Em certa medida, essa dinâmica segue no mestrado e doutorado, ainda que, nessas fases, os alunos apresentem progressivamente graus de autonomia. Soma-se a isso o fato de que os cursos de pós-graduação são procurados por estudantes muitas vezes originários de outras instituições e que buscam especificamente certos programas para serem assistidos por certos professores, evidência de que o capital simbólico do intelectual atravessou os muros da instituição em que atua profissionalmente.

Logo, é principalmente pelos seus professores/intelectuais que os jovens pesquisadores têm acesso aos conhecimentos científicos produzidos, refletem sobre e se apoderam de tais saberes. Como esses intelectuais também geram as esferas e os instrumentos de legitimação (instituições de pesquisa, universidades, academias, publicações, prêmios, distinções, acesso, instrumentos de reprodução do corpo docente, controle na distribuição de recursos e bolsas de pesquisa), reforça-se o poder de atração sobre os pesquisadores em início de carreira, que tentam herdar parte do capital científico daqueles aos quais se filiam e, muitas vezes, precisam para

ascensão profissional.<sup>17</sup> Os pesquisadores experientes, em contrapartida, asseguram-se de um poder sobre a pesquisa e “de clientelas dóceis e de todo o cortejo de citações de complacência e de homenagens acadêmicas” (Bourdieu, 2004, p. 39). Em outros termos, no discurso científico, o intelectual se impõe como um “perito” que, dependendo de sua posição no interior do campo e do seu poder simbólico, pode ter maior ou menor probabilidade de sucesso na tentativa de atrair confiança em si e nas suas escolhas. Uma vez que se confia no capital simbólico do intelectual, seus padrões e valores são considerados “naturais” e até mesmo inquestionáveis. Nesse processo, os jovens pesquisadores, pela vinculação, disseminam ideias, que, em última instância, são originárias dos intelectuais em posições superiores. Ao fim, contribuem para a instituição do consenso que legitima e reforça o poder simbólico de tais agentes.

Um dos meios de se conquistar essa confiança, construir o “consenso” em torno de suas teses e reforçar seu poder simbólico é através da afirmação de sua competência científica. No caso de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, isso foi feito via autorreferências laudatórias, a si e a seu grupo, da apresentação como locutor neutro, por meio da autoidentificação como um pioneiro que, alinhado com as correntes historiográficas ditas “novas” e dotado dos mais adequados instrumentais analíticos, detém a chave interpretativa adequada para a interpretação dos fatos na sua “verdadeira dimensão histórica”. Em complemento, apresenta-se como conselheiro, que indica os caminhos da pesquisa histórica.

O argumento da autorreferência laudatória pode ser notado em trecho do artigo “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”.<sup>18</sup> Ao fazer alusão a seu livro *A revolução faltou ao*

17 Para Bourdieu, os poderes “institucional” e “puro” são de difíceis acumulação e transmissão. O primeiro é de mais fácil transmissão, pois assume um caráter mais burocrático (participação em conselhos, comissões, bancas de concursos de recrutamento e aperfeiçoamento, lugares nos quais mediante o poder de que exercem sobre a produção e reprodução, estão em condições de assegurar a perpetuação do corpo de pesquisadores). Já o poder “puro” está associado ao carisma. Não pode, assim, ser objeto de uma “portaria de nomeação”. Apesar disso, é possível transmitir a parte mais formalizada de sua competência científica, via um longo trabalho de colaboração, que envolve fazer a reputação de pesquisadores, assinar com eles, publicá-los, recomendá-los para as instâncias de consagração etc. (2004, p. 36-37, 39, 41).

18 O artigo foi publicado pela primeira vez na revista *Teoria e Debate*, no ano de 1996. Para efeito de citação, utilizei a versão, sob título ligeiramente diferente, presente em livro coletivo, publicado no ano seguinte. Para a primeira exposição do texto, ver: Reis F.<sup>o</sup>, Daniel

*encontro* (1989), que parcialmente se sustenta em depoimentos de membros da luta armada, o autor afirma que aquela obra estava “apoiada também em minucioso levantamento de documentos e entrevistas” (REIS F.<sup>o</sup>, 1997, p. 42). Diferente do que fez no livro, não esclarece no artigo que nem todas as entrevistas foram feitas por ele.<sup>19</sup> Essa elipse não invalida a importância do material, mas, no caso, o mérito poderia ser compartilhado com uma menção ao autor de parte das entrevistas. De concreto, a existência do autotelo com relação à prática do ofício de historiador finda por apresentar o autor como estando em uma posição de excelência profissional, ou seja, detentor de um capital simbólico, o que, consequentemente, pode produzir efeito de atração sobre o auditório.

Para cumprir a função de atração, não basta, no entanto, um discurso sobre o manejo adequado dos instrumentais do ofício. Como complemento, o argumento da excelência caminha ao lado do que destaca o pioneirismo do autor, extensivo ao grupo de analistas que dialoga com suas premissas, no que diz respeito aos estudos sobre o que denomina como as “complexas relações entre sociedade e ditadura”. **É o que se** revela em dois momentos: quando da identificação da ditadura como um fenômeno histórico-social e, como consequência desse entendimento, quando da defesa do uso da caracterização “civil-militar” para definir o golpe e a ditadura.

Com relação à percepção da ditadura como uma construção histórico-social, a argumentação de Reis F.<sup>o</sup> está baseada na tese geral de que “a sociedade brasileira” tem dificuldade de compreender a sua participação na ditadura, mas não se pode negar seus fundamentos históricos e sociais. (2004, p. 134). Contudo, finalmente essa lacuna estava sendo suprida:

Estudos pioneiros, alguns ainda em curso, já têm evidenciado mais que ambiguidades, ambivalências, trânsitos inesperados e surpreendentes. Veneráveis instituições já estão se tornando, ou podem se tornar objetos de estudos históricos, como, para ficar nas de tradições mais nobres, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

---

Aarão. “Este imprevisível passado”. *Teoria e Debate*, n. 32, jul./1996. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/01/este-imprevisivel-passado/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

<sup>19</sup> Nos agradecimentos, cita que grande parte dos depoimentos foi tomada por Marcelo Ridenti (REIS F.<sup>o</sup>, 1989, p. 9).

(CNBB), a Academia Brasileira de Letras (ABL), o Conselho Federal de Cultura (CFC), o Ministério das Relações Exteriores, os cursos de pós-graduação, a imprensa e os meios de comunicação. Sem falar nos órgãos repressivos, nas festas patrióticas, nos movimentos de direita... (2010, p. 178).<sup>20</sup>

Em 2014, constatamos a mesma premissa quando Reis F.<sup>o</sup> alega que “Muitos estudos têm percorrido essa senda [das complexas relações entre sociedade e ditadura] (...)” (2014b, p. 9). O argumento se repete em 2021 (p. 445, 446-447), na ocasião em que afirma que o reconhecimento da participação de segmentos da sociedade no apoio e validação do golpe continua pouco estudado. Em todos esses artigos, exalta pesquisas que seguiriam nessa direção, mencionando pesquisadores que comungam das mesmas perspectivas que ele, em particular, aos que são membros do Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense (NEC/UFF).<sup>21</sup> Além da valorização desses trabalhos, percebe-se nos excertos citados, a apresentação de temas dignos de pesquisa. Esse papel de “conselheiro” fica explícito em outros textos, como em 2012, quando Reis F.<sup>o</sup> citou:

Também seria interessante pesquisar as grandes empresas estatais e privadas, os ministérios, as comissões e os conselhos de assessoramento, os cursos de pós-graduação, as universidades, as academias científicas e literárias, os meios de comunicação, a diplomacia, os tribunais. Estiveram ali, colaborando, eminentes personalidades, homens de Bem, alguns seriam mesmo tentados a dizer que estavam acima do Bem e do Mal (2012).

---

20 Artigo originalmente apresentado como Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 22 de março de 2010.

21 Dos pesquisadores listados, constam como membros do NEC: Denise Rollemberg (2008); Janaina Martins Cordeiro (2009 e 2012); Paulo César Gomes Bezerra (2010) e Beatriz Kushner (2004). São citados ainda: Samantha Viz Quadrat (2009); Gustavo Alonso (2011); Aline Presot (2004); Lucia Grinberg (2004); Rodrigo Patto Sá Motta (2008 e 2014); Francisco Carlos Teixeira da Silva (2012); Carlos Fico (2004), Adjovanes T.S. de Almeida (2009). Cf: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6971819271114337](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6971819271114337); <https://www.instagram.com/nec.uff/>. Acesso em 2 de out./2024.

Tempos após receber críticas de autores que adotam o conceito “empresarial-militar” para definir o golpe e a ditadura,<sup>22</sup> ocorreu uma transmutação com relação ao perfil temático presente no conselho. Pesquisas focadas no envolvimento desses atores são depreciadas, por, na visão do autor, afirmarem que a ditadura havia sido “sustentada apenas por militares ou por empresários e setores das classes dominantes de quem os militares teriam sido os ‘agentes’ ou ‘braços armados’” (2021, p. 447. Grifos no original). Em paralelo, há uma atualização do que deve ser estudado: “Muito há ainda a pesquisar para a melhor elucidação das relações complexas entre ditadura e sociedade no Brasil. Cabe, em particular, sublinhar a necessidade de compreender melhor como se comportaram as mulheres e os homens “comuns” durante a ditadura. (...)” (2021, p. 447). Logo, os temas dignos de pesquisa passaram a ser associado não mais a grandes instituições civis – fossem elas ligadas ao poder público ou pertencentes ao que vulgarmente é denominado como sociedade civil –, mas ao cidadão comum. Qual a razão da mutação: esgotamento do objeto? Necessidade de ampliação do espectro de pesquisa? Argumentação elaborada *a posteriori* para responder a críticas, especialmente as que argumentam a impropriedade da tese do consentimento “da sociedade” para o golpe e a ditadura? *A priori*, não há problema na mudança do objeto de pesquisa. Como Reis F.<sup>o</sup> mesmo afirma, anos antes de sugerir estudos sobre as grandes empresas: “vou sempre efetuando ajustes e redefinições, retoques, suscitados por sucessivos debates e pela reflexão sempre cambiante sob o influxo das circunstâncias e das polêmicas do tempo em que se vive” (2010, p. 172). Tais alterações são, pois, naturais. A questão é que um tema que antes era tido como relevante, e que é objeto privilegiado e ganhou destaque a partir de estudos de seus críticos, passou a ser questionado. **É possível inquirir se tais** modificações ocorreram, ao menos em parte, porque as críticas mais severas vêm de pesquisadores alinhados ao estudo da participação empresarial no golpe e na ditadura.

Não obstante, há um ponto delicado no que se refere ao mencionado pioneirismo de Reis F.<sup>o</sup> e dos pesquisadores a ele próximos. Uma breve referência às bases nas quais se fundam pesquisas anteriores aos anos 1990 fragilizavam o argumento de que o entendimento da ditadura



como uma construção histórico-social era ignorado pela academia (2014c, p. 127). Trabalhos de referência, publicados ao longo dos anos 1960 e 1980, que compõem o corpo de primeiras importantes interpretações sobre o golpe e a ditadura, de modo geral, são esforços na tentativa de demonstrar e explicar as raízes históricas e sociais do golpe e da ditadura ao longo dos anos anteriores a 1964.

Um dos primeiros esforços para compreender o que ocorreu no Brasil em 1964 foi feito por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica* (2006).<sup>23</sup> Escrito entre 1966 e 1974, nessa obra, Fernandes parte do pressuposto de que, para entender por que houve um golpe em 1964, o que era a ditadura brasileira e qual sua natureza, a problemática científica deveria a ser a expansão do capitalismo e não o Brasil. Assim, busca as conexões da dominação burguesa com o desenvolvimento periférico. Portanto, o objeto é o golpe, mas as respostas estão nas raízes da formação social brasileira. Em suma, Fernandes fez uma análise histórico-social.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, em obras produzidas ao longo dos anos 1960 e início dos anos 1970, também pensa o Brasil a partir de sua inserção no capitalismo e na longa tradição do liberalismo, e faz uma análise integrada dos fatores econômicos, sociais e políticos, considerando as realidades interna e externa. Especificamente em “O modelo político brasileiro” (1977), conclui que o golpe foi uma consequência política de transformações na estrutura econômica do país, inserida no contexto internacional da nova fase do capitalismo pós-década de 1940. Com relação ao regime, identifica um tripé sócio-econômico que o sustenta: as grandes empresas de tipos nacional, internacional e estatal. Além delas, outros setores que devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário assumiriam papéis importantes: as Forças Armadas, força repressiva, no plano social, e a tecnocracia, no plano administrativo, como modernizadoras. Em síntese, Cardoso também elabora um esforço de análise histórico-social da formação social brasileira para entender o golpe e a ditadura.

23

Apenas em 2014, Daniel Aarão Reis F.º faz referência a Florestan Fernandes. Reconhece que o sociólogo paulista insere a ditadura na longa duração, mas salienta a diferença de perspectiva entre os dois (2014a, p. 235, nota 4).

Alfred Stepan, em seu livro *The Military in Politics*,<sup>24</sup> publicado nos Estados Unidos em 1971, constrói um modelo para elucidar o padrão da relação militares-política em nosso país no período 1945-1964: o padrão moderador. De acordo com essa construção, os militares brasileiros historicamente funcionariam como moderadores da atividade política, depondo, em momentos de crise, o chefe do Executivo, e transferindo o poder para grupos civis alternativos. Mas, na crise de 1964 os militares não se limitaram a esse papel e assumiram o poder político. Para entender o rompimento do padrão habitual, Stepan analisa uma série de transformações econômicas, políticas e sociais, pós-1945, que alteram condições do sistema político e da instituição militar. Sintetizando, Stepan examinou o país “durante um período de tempo relativamente longo [1945-1968], de modo a analisar as condições políticas e econômicas que sustentam e corroem diferentes padrões de relações entre civis e militares” (1975, p. 10). Portanto, é outro analista que fez um estudo que considera fatores históricos e sociais que culminaram com o golpe de 1964 e com a instauração da ditadura.

Outra fundamental análise sobre o golpe e a ditadura é o livro *1964: a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe* (1981). A obra de René Dreifuss investiga as condições que permitiram a tomada de poder e a natureza das políticas postas em prática nos anos seguintes ao golpe de 1964, mas não só. A proposta do autor é a de estudar o processo histórico que levou à ascendência econômica do capital multinacional e associado sobre a economia e política brasileira. Para isso, foi além do fenômeno imediato e recuou no tempo até a virada das décadas de 1920 para 1930, objetivando mostrar o curso através do qual a burguesia industrial formou o bloco burguês que, paulatinamente, procurou redefinir as relações de poder dentro do Estado. Ao fim, o golpe é descrito como uma ação política conjunta e organizada do empresariado e dos militares, sob liderança do bloco econômico multinacional e associado, ou seja, possui um caráter de classe burguês. Após o golpe, é mantida a natureza capitalista do Estado e há a predominância de técnicos civis nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares. Logo, Dreifuss também faz uma análise histórico-social do processo que levou ao golpe de 1964 e à ditadura.

Entendo, pois, que não há evidência de que tais análises pioneiras ignorem que a ditadura foi uma construção histórico-social. Ao contrário, são estudos que demonstram as conexões históricas e sociais da ditadura. São as reflexões de Reis F.<sup>o</sup> que não estabelecem os nexos sócio-históricos dos “civis”, ao fundamentarem-se no binômio liberal “sociedade *versus* regime”, naturalizando e compartilhando a ideologia própria da instituição militar (sociedade dividida entre militares e civis), se distanciando da dinâmica da luta de classes (civis + militares) (Melo, 2012, p. 44). Logo, a existência de uma antítese entre as análises sobre a ditadura e a constatação de que ela é uma construção histórico-social, mencionada por Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, é um artifício enganoso. Por isso, apresentado como novidade e evolução analítica, um dos fundamentos sobre o qual se edifica sua tese tem uma base frágil. Resta refletir sobre um segundo aspecto importante nas análises do autor: a caracterização “civil-militar” para definir o golpe e a ditadura.

Esse enfoque estava ausente das primeiras observações do autor e ganhou destaque progressivamente. Em 2010, na já citada palestra a alunos do CPDOC, Reis F.<sup>o</sup> reconhece esse fato quando afirma: “Eu mesmo empreguei o termo [ditadura militar], e quantas vezes, inclusive em título de livro, contribuindo para consolidar uma tradição equivocada, do que hoje me arrependo” (2010, p. 183, nota 11). Na mesma ocasião, porém, atestou a propriedade da mudança da caracterização: “Estou convencido de que seria útil compreender melhor as complexas relações entre sociedade e ditadura. O seu caráter civil-militar. A participação maciça das gentes no momento de sua instauração” (2010, p. 178). A partir de então, percebe-se que a abordagem dessa questão passou a ser marcada por um discurso autorreferenciado, como em entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatterem, em 2011, quando Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> afirmou: “Eu já há alguns anos, inclusive, venho chamando a ditadura de ditadura civil-militar” (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 246).

De fato, não há nessas passagens uma declaração de que foi o pioneiro no uso. Mas, também não há menção a autores que, antes de Reis F.<sup>o</sup>, usaram terminologia idêntica e/ou que analisaram a participação civil no golpe e na ditadura, ainda que em outras concepções. Somente em 2014,

após alertas sobre essa omissão,<sup>25</sup> encontramos a primeira referência a tais trabalhos. Diz o autor: “cabendo ainda frisar, nesse terreno, o papel pioneiro de René Dreyfuss [sic] (1981) e Jacob Gorender (1987),<sup>26</sup> que já haviam registrado a participação dos civis na preparação e na execução do golpe, embora limitando suas análises às elites sociais e políticas” (REIS F.<sup>o</sup>, 2014b, p. 9-10).

Ainda que tardia, é louvável a citação, e a admissão das diferenças entre as perspectivas. Contudo, ao frisar o foco de observação dos estudos, finda por dar relevo ao ineditismo de seu olhar. Mas esse reconhecimento não dá conta da questão. Uma análise mais detida da produção sobre o golpe de 1964 e a ditadura revela que a percepção de um caráter civil vai muito além dos trabalhos de Dreifuss e Gorender e está presente **já** nos primeiros estudos significativos sobre tais temas.

De maneira breve, podemos afirmar que o termo “civil-militar”, embora também com diferenças de fundo entre si, está presente nas análises de Alfred Stepan (1975, p. 113, 120 e 143) e Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 21, 54 e 315). Não se trata, porém, de um uso vago, impreciso. Em tais obras, essa caracterização remete a sentidos específicos que dialogam diretamente com as teses dos autores. Para Stepan, o termo civil-militar tem relação com a perspectiva de sanção civil (em particular, da elite civil) para o golpe e para o regime. Ainda que centre sua análise no papel político dos militares ao longo de duas décadas da história brasileira, o golpe, para o cientista político estadunidense, é resultado de uma coalizão civil-militar. Alves (1984, p. 315), por sua vez, entende que a intervenção tem caráter civil-militar e aparece como resultado de um processo em que marcado pela comunhão de interesses das classes clientelísticas brasileiras, associadas ao capital internacional, ou seja, ela adota uma perspectiva classista com relação ao golpe e a ditadura.

Sem que façam uso da terminologia “civil-militar”, a compreensão da associação entre civis e militares, para o golpe e a ditadura, pode ser deduzida das interpretações de Florestan Fernandes (2006), que considera o regime uma autocracia-burguesa, Fernando Henrique Cardoso (1977),

25 Ver, por exemplo, Melo (2012 e 2013) e Matos (2008 e 2014).

26 A referência do autor é a: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

que entende o regime como baseado no modelo de dominação burocrático-militar, e Guillermo O'Donnell (1986), que o define como um Estado burocrático-autoritário. Além disso, até mesmo autores próximos a Reis F.<sup>o</sup> usaram essa caracterização para o golpe e o regime primeiro, e não são referenciados, como Marcelo Ridenti (1993, p. 31, 62 e outras) e Denise Rollemberg (1999, p. 49). Porém, de modo especial, é no trabalho de Dreifuss (1981), tardiamente reconhecido por Reis F.<sup>o</sup>, que essa conexão foi demonstrada, em detalhes. A admitida diferença de perspectiva entre os autores revela como é temerária a afirmação de Reis F.<sup>o</sup> de que “a sociedade brasileira” participou da construção de um regime que tinha por práxis a tortura. Como demonstra o cientista político uruguaio, setores da sociedade brasileira participaram, sim, do golpe e da ditadura. Essa qualificação está difusa nas reflexões de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>.

Portanto, em um tempo social cuja ênfase fica posta, nos termos de Gilles Lipovetsky, na obrigação do movimento, “o princípio-moda ‘Tudo o que é novo apaz’ se impõe como rei”, e “a neofilia se afirma como paixão cotidiana e geral. (...)” (2004, p. 60-61). A retórica do pioneirismo empregada por Reis F.<sup>o</sup> corresponde a essa percepção, mas, apesar de destacar o ineditismo da tese, não existe novidade em sublinhar o caráter civil da ditadura. Salientar esse aspecto pode resultar em incorreções analíticas sobre o período. Como critica Renato Lemos (2012), “Reiterar a informação do “apoio civil”, conferindo-lhe o status de novidade historiográfica, estimula os interessados em geral, e os jovens historiadores em particular, a adotarem uma abordagem temerosa de ir a fundo na conexão dos eventos em questão com poderosos interesses classistas, (...)”.

Destarte, trata-se de tarefa indispensável qualificar e não generalizar essa participação a todo o corpo social. É preciso entender os fundamentos do golpe e do regime ditatorial para compreensão dos seus nexos sócio-históricos, de a quais interesses serviram, o que é algo que trabalhos sobre esses temas apontam há tempos e que está ausente nas interpretações de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>. Portanto, as **noções** de ditadura como construção “histórico-social” e “civil-militar”, na acepção revisionista, possuem bases frágeis que em nada acrescentam ou avançam no entendimento do golpe e da ditadura.

Apesar dos questionamentos quanto às premissas de Reis F.<sup>o</sup>, não se pode menosprezar o fato de que, em tempos marcados pela cultura do excesso, ânsia pela novidade e extrema competição, o recurso a formações discursivas que reforçam os predicados de pioneirismo, capacidade científica e o papel conselheiro colaboram no processo de atração sobre os pares, especialmente os jovens pesquisadores, concorrendo para a construção de um “consenso” em torno de suas teses, e reforçando, em última instância, o seu poder simbólico. Em paralelo, a retórica do autor também tem por marca o questionamento e a deslegitimação dos críticos e seus argumentos, como exposto a seguir.

### *Nós vs os outros*

No processo de disputa por poder no interior do campo científico, o discurso intelectual revisionista, ao mesmo tempo em que trabalha de modo a incutir algumas perspectivas e práticas, silencia as antagônicas ou divergentes. De um lado, se apresenta como sinônimo de boas práticas científicas, se positiva, a ponto de se situar como única possível, a prática e a perspectiva dos pesquisadores revisionistas sobre a ditadura. De outro, por vezes explicitamente, noutras, por dedução, os que discordam, os seus críticos, representam o extremo oposto: o outro, o impreciso, o incorreto, o equivocado, o ultrapassado, o negativo, o não digno de ser considerado científico, o que é apagado, ignorado. Como exemplo, essa propriedade se nota no trecho abaixo:

Tornou-se um lugar comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 de “ditadura militar”. Trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses, a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual. O problema é que esta memória não contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular.

É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no golpe que instaurou a ditadura, em 1964. É como tapar o sol com a peneira (REIS F.<sup>o</sup>, 2012).

A alegação sobre a inutilidade de se esconder a participação de amplos setores sociais no golpe sugere a afirmação: “nós não escondemos, mas alguém esconde”. Embora não haja uma acusação a esse respeito, cabe questionar se a referência é a analistas que agiriam dessa forma ou ao discurso social, em sentido amplo. Em um procedimento discursivo em que, pouco antes, quem caracteriza o regime como militar é denominado de “preguiçoso”, e dado que um grupo de estudiosos compreende a ditadura por esse prisma, a associação a eles é automática. A respeito especificamente desse tratamento dado aos pares que lhe são críticos, expressões como “preguiça intelectual” poderiam ser um deslize retórico, mas, de fato, **não** são. O uso de termos que desmerecem ou ironizam análises discordantes é comum nos seus textos, como se nota no seguinte fragmento de um artigo mais recente.

O essencial é superar as simplificações de uma pobreza franciscana que continuam a sustentar, contra todas as evidências, que a ditadura teria sido sustentada apenas por militares ou por empresários e setores das classes dominantes de quem os militares teriam sido os “agentes” ou “o braço armado”, fórmulas imprecisas, elaboradas em nome de uma ortodoxia marxista tão mais arrogante quanto mal digerida e que perdem a capacidade de flagrar e compreender a especificidade do processo histórico real (2021, p. 447).

Observa-se, novamente, que as críticas depreciam interpretações diferentes da sua, sendo que, dessa vez, fica evidente que a referência é a analistas que fundamentam suas teses em outras bases, na passagem, acusados de apresentarem argumentos simples, pobres. Torna-se também clara a definição quanto ao grupo de intérpretes criticados: os marxistas, que ele designa como ortodoxos, rotulados de arrogantes, incapazes de compreender a especificidade do processo histórico. Contudo, tais analistas não são nominados. Como é comum nos textos de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, raramente há menção a trabalhos que não sejam de pesquisadores do NEC ou de pesquisadores que comunguem de suas teses. Se esses autores forem seus críticos, nunca há referência elogiosa. Se criticados, raríssimas vezes

são nominados. Quando são, seus argumentos não são referenciados. Não há, portanto, uma identificação precisa dos que o criticam e nem alusão aos estudos que refuta. A retórica discursiva de Reis F.<sup>o</sup> está marcada pelo apagamento do outro.

Por conseguinte, no excerto acima, ao não mencionar especificamente a quem se refere, novos questionamentos surgem: quem diz que a ditadura teria sido sustentada apenas por militares ou empresários? Quais analistas apresentam uma visão instrumental dos militares como agentes ou braço armado de uma elite? A não identificação de onde constam tais argumentos e de quem os sustentam prejudica a comprovação das teses de Reis F.<sup>o</sup>. Resta como indicação a associação aos intérpretes da corrente marxistas. Mas o vínculo da classificação da ditadura como militar a esse grupo de analistas não resiste, se confrontada com algumas breves referências historiográficas.

Primeiro, nem todos os pesquisadores de concepção marxista caracterizam o regime como militar. Parte adota a definição “empresarial-militar”. Mas, de fato, há historiadores dessa perspectiva que compreendem a ditadura como tal. Representante expressivo desse grupo é o professor João Quartim de Moraes. Contudo, é importante ressaltar que há um equívoco em interpretar o uso da referida expressão por Moraes como uma explicação do aspecto social do regime. O autor baseia sua análise na ideia de que os militares constituem uma classe. Assim, ao afirmar que, no período de 1964 a 1985, ocorreu uma “ditadura militar”, ele está se referindo “ao modo de exercício do poder político” e “deixando implícito que a classe dominante era e é a burguesia” (MORAES, 2012).

Uma segunda observação é que também há pesquisadores críticos das análises marxistas que entendem a ditadura como militar, como Carlos Fico (2017), que descreve a ação de tomada do poder como resultado de uma ampla coalização “civil-militar”, contudo, sustenta que o período pós-1964 deve ser denominado “ditadura militar”, devido à predominância dos militares na condução efetiva do país. Marcos Napolitano (2014) é outro autor que não pode ser enquadrado como um historiador da perspectiva propriamente marxista, mas que também caracteriza o regime como militar. Todavia, admite que “amplos setores sociais” de fora da caserna foram



sócios e beneficiários do regime. João Roberto Martins F.<sup>o</sup> (2014), autor de perfil à esquerda, que igualmente afirma o carácter militar da ditadura, também refuta a alegação de que a ditadura foi sustentada apenas por militares. A pesquisa desse autor frisa a progressiva militarização do Estado e a existência de uma homogeneidade ideológica, cuja matriz é a Escola Superior de Guerra (ESG), no interior do regime. No entanto, Martins F.<sup>o</sup> reconhece a importância da ideia de consentimento civil para o regime estabelecido em 1964, e considera ser essencial examinar as maneiras de apoio civil. Além disso, mesmo sustentando o uso da expressão “ditadura militar”, enfatiza a natureza de classe do golpe e da ditadura.

Argumento semelhante vale para aqueles que destacam os interesses empresariais no golpe e na ditadura, cujo exemplo maior é a já citada obra de René Armand Dreifuss (1981). Embora dê relevo à participação empresarial, em particular, a atuação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), Dreifuss não desconsidera o papel dos militares e nem os apresenta como instrumentos ou, nas palavras de Reis F.<sup>o</sup>, “braço armado” de certa elite civil. O cientista político uruguaio entende que havia uma comunhão de interesses, de visões de mundo, entre civis, dentre os quais o empresariado, e militares, que culminou na conquista do Estado. Em outros termos, na perspectiva do autor, os militares estão inseridos em uma classe social e foram partícipes de uma coligação golpista com esse perfil.

Em face dessas considerações, entendo que a associação feita por Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> entre estudos que adotam a definição “militar” e a afirmação de que a ditadura foi sustentada apenas por militares, assim como a percepção da ditadura como sustentada apenas por militares ou empresários à concepção marxista não têm bases de comprovação e resultam em distorções relevantes. Mas a crítica do autor às perspectivas associadas ao comunismo se referem não só ao caráter da ditadura. Por vezes, ela é vinculada a uma suposta censura por parte de alguns autores a Reis F.<sup>o</sup>.

E depois da ditadura instaurada, os projetos revolucionários alternativos também são apagados, porque se você os recupera, você vai estar dando armas ao inimigo. Porque evidentemente você sabe que o inimigo, as direitas, legitimam sua ação com

base nesse argumento: “Havia uma ameaça revolucionária, se a gente não intervier, essa revolução vai dominar”. Essa é a linha argumentativa da direita e ela realmente me cita. Quando eu apareci com esse debate, reagiram: “Até que enfim um autor de esquerda reconhecendo que o Brasil vivia uma ameaça revolucionária”. E vivia mesmo! Cabe à história das esquerdas resgatar esse projeto, apontar os seus limites. Isso, de modo nenhum, a meu ver, legitima a ditadura. De modo nenhum! Embora alguns partidários da ditadura possam fazer disso um argumento de legitimação. Mas daí a gente vai pro debate, vai para a discussão. O Caio Navarro de Toledo ele chegou a me dizer: “Olha Daniel, você podia dizer isso em um seminário da pós-graduação, mas não em público assim”. Essa é uma ideia stalinista tradicional, de selecionar a verdade só para aqueles que possam compreendê-la e estejam à altura de entendê-la. Agora, isso predomina largamente na memória, predomina na memória dessa história oficial das esquerdas que está sendo construída nesse país. Lá no Rio a gente está construindo um grupo que tem muitas pesquisas já que põem isso em questão (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 246-247).

Uma primeira observação: diante da impossibilidade de comprovação da ocorrência do diálogo entre o autor e Caio Navarro de Toledo, pesquisador marxista, ficamos limitados à palavra do entrevistado. Outro problema da argumentação é **que** Reis F.<sup>o</sup> alega que, no caso das apropriações dos seus argumentos pela direita, é preciso ir para o debate. Porém, na fala do autor, a suposta advertência de Toledo ganha ares de censura. Como faz costumeiramente, Reis F.<sup>o</sup> denomina quem procura debater suas teses, o crítico, de censor. É o que se repete no fragmento a seguir:

*Tempo e Argumento*: Lá na ANPUH eu [Sérgio Luis Schlatter] também encontrei um aluno da UFF e perguntei a respeito de alguns professores. Quando falei do Daniel, ele disse: “O Daniel se diz o último democrata da academia.”.

*Daniel Aarão Reis*: Isso eu falo de brincadeira. O revisionismo histórico aí é um termo adequado, porque a história oficial, entre aspas, que tem predominado no âmbito das esquerdas é exatamente essa de figurar a nossa esquerda revolucionária, que se autodenominava esquerda revolucionária, como uma ala democrática. Isso predomina largamente. Sou frequentemente censurado por levantar essa lebre do caráter revolucionário das

esquerdas, ou de uma parte das esquerdas, porque nem todas as esquerdas eram revolucionárias. Havia esquerdas moderadas, havia esquerdas que queriam realmente restabelecer a democracia brasileira (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 245).

No senso comum, censura é entendida como proibição. Quando abordamos a ditadura, tal associação é imediata. Portanto, um leitor menos atento pode ter a impressão de que os argumentos do autor são tratados dessa forma. Porém, nesse sentido, Reis F.<sup>o</sup> não é censurado, pois pode argumentar e publicar livremente. No sentido de advertência, caberia o uso do termo. Mas, a comparação da suposta observação de Toledo à “prática stalinista” de “selecionar a verdade”, sugere que, quando afirma ser “frequentemente censurado”, Reis F.<sup>o</sup> está empregando o termo no sentido adotado no senso comum. Contudo, o autor não é criticado por frisar o caráter revolucionário das esquerdas no período anterior a 1964. Uma opinião frequente, de fato, refere-se à advertência de que seu argumento oferece subsídios à retórica usada pela direita, de forma geral, e pelos saudosistas da ditadura, em particular, apropriação que o próprio autor reconhece. Mas as críticas também abordam o fato de Reis F.<sup>o</sup> por deixar de distinguir o golpe dado pela direita das propostas de revolução da esquerda. Além disso, ao menos inicialmente, ele não distinguia entre os grupos de esquerda partidários da ação revolucionária e os que discordavam de tal estratégia. Também não havia uma diferenciação entre aqueles que defendiam a ação revolucionária no período anterior ao golpe e os que adotaram essa perspectiva no pós-1964. No trecho acima, porém, já ocorre a relativização do caráter revolucionário. Já não é mais de toda a esquerda que adota tais posturas. Todavia, continua ausente a qualificação da força e das possibilidades dos grupos de esquerda que pensavam dessa forma. São esses elementos que formam as bases das advertências ao autor, no que se refere às teses sobre o aspecto revolucionário das esquerdas, e não o fato de frisar tal caráter.<sup>27</sup>

Em outro momento, Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> associa as críticas que recebe não só à censura, mas também a posturas autoritárias, como quando

27

As críticas feitas a Reis F.<sup>o</sup> vão muito além da questão relativa ao caráter revolucionário da esquerda. Por exemplo, a acentuação de um suposto consentimento “da sociedade” à ditadura, questão não será objetivo do presente artigo.

afirma que, atualmente, tendências obscurantistas e intolerantes tentariam recuperar a ditadura como um regime válido e necessário, e acrescenta que a intolerância também estaria na academia e compreenderia as interpretações de direita e de esquerda. O historiador afirma que “O Brasil nunca foi um país afeito à tolerância e aos debates contraditórios”, que “tradições autoritárias permeiam nossa história”, e a universidade brasileira, onde se fazem presentes “tendências intolerantes”, não fugiria a esses usos e costumes (REIS F.º, 2021, p. 444). Ou seja, apesar de dizer querer o debate, quando os críticos apresentam seus argumentos, acusa-os de intolerantes. Os críticos seriam autoritários, e as desaprovações com relação às suas análises derivariam, na realidade, do espaço de luta política, como fica explícito no fragmento a seguir:

Mas eu acho que uma coisa também que me fez muito alvo dessas esquerdas radicais, que negam seu passado revolucionário. Foi uma questão política, pelo fato de, a partir de um certo momento, eu ter me oposto, eu e um grupo de colegas importantes na UFF, ao grevismo nas universidades federais. Todo ano a UFF era objeto de uma greve que durava dois, três, quatro meses, e a gente acabou achando que isso estava excessivo. Nós nos opusemos a isso, enfrentamos as direções sindicais radicais de esquerda. Isso também foi um importante ingrediente nessas discórdias, porque uma coisa contamina a outra. (...) Como eu liderei o movimento lá contra o grevismo, a gente conseguiu quebrar essa história. E realmente isso suscitou muito ressentimento da parte de alguns historiadores lá do departamento, o Marcelo Badaró, Osvaldo Coggiola, na USP, e outros que são líderes sindicais importantes da ANDES, a nível nacional. Isso também foi um ingrediente importante, que não pode se esquecer. Nós montamos uma turma acadêmica exclusivamente academicista. Esse também é um ingrediente importante que precisa ser inserido e explica em parte a virulência (JOFFILY e SCHLATTER, 2011, p. 247).

No trecho, como dito, ocorre a associação das críticas que recebe às questões político-sindicais dos professores universitários federais, mas são os outros que associam o político ao acadêmico. Daniel Aarão Reis F.º e o grupo vinculado a ele são “exclusivamente academicistas”, portanto,

subtende-se, guiados por criteriosos parâmetros exclusivamente científicos, por uma ética científica, apartada da política. Vale destacar de que essa é uma das poucas vezes, junto com a que cita Caio Navarro de Toledo, em que o autor dá nome aos críticos. Todavia, não há qualquer referência aos argumentos apresentados por Badaró Mattos na avaliação que faz das teses de Reis F.<sup>28</sup>

Em outros momentos, o autor recorre ao uso da comparação para, ao mesmo tempo em que desmerece as interpretações que lhe são críticas, valorizar as análises dos pesquisadores adeptos da sua perspectiva. Na apresentação que escreveu, salientando os predicados de estudos publicados em obra composta quase unicamente por análises de perfil próximo ao seu, sobressai a crítica.

Os textos, além de evidenciar a preocupação com a construção de ângulos novos, superam formulações e polarizações reducionistas, simplificadoras e empobrecedoras. Os autores, jovens de caráter, não estão preocupados em agradar nem dispostos a se submeter à “vigilância” institucional de qualquer tipo de “oficialismo” (REIS F., 2014b, p. 10).

Percebe-se a explicitação da já mencionada exaltação de uma suposta novidade de perspectiva de seu grupo, o que reforça a ideia de pioneirismo. Em paralelo, enaltece a presumida coragem do grupo por enfrentar a vigilância e o oficialismo. Coragem vs vigilância, oficialismo; pobreza vs novidade, complexidade: eis o resumo. O mesmo tom sobressai do trecho a seguir:

Torna-se inegável, com esta coletânea, que se constroem caminhos novos na historiografia brasileira sobre as ditaduras, no Brasil e na América Latina, percorridos por uma geração que não viveu sob o sinistro jugo dos regimes opressivos, mas que os tornou objeto de seus estudos e pesquisas e quer compreendê-los, fugindo das memórias lisas. (...) Como os textos apresentados demonstram, esses caminhos ainda estão inconclusos, em aberto, cheios de armadilhas, emboscadas, vigilâncias e desafios. Os jovens doutores e doutorandos aqui reunidos, porém,

28

Sobre as críticas de Marcelo Badaró Mattos a Daniel Aarão Reis F., ver: Mattos, 2008, 2014 e 2015.

não parecem temê-los. Com coragem, honestidade intelectual e determinação e com a preocupação única de encontrar a verdade, essa meta sempre fugaz, saberão construí-los da maneira humana mais apropriada – caminhando (REIS F.º, 2014b, p. 11-12).

Do fragmento se extrai, de um lado, o autoelogio à novidade, coragem, honestidade intelectual, busca pela verdade, um discurso laudatório à capacidade dos seus seguidores, caracterizados como a personificação do que é bom, do exemplo a ser seguido. Em sentido contrário, o tom pejorativo, o questionamento da habilidade profissional dos pares que o criticam que, pelos argumentos, deduz-se que sejam os que vigiam, acovardados, presos às memórias lisas, desonestos intelectualmente, que não se preocupam com a verdade, ou seja, não seguem os parâmetros, a ética típica das ciências. Em texto anterior, pode ser encontrado o mesmo embate. No caso, a distinção é entre verdade e censura.

Tratei de apontar algumas questões polêmicas sobre a Lei da Anistia e o debate que uma necessária revisão poderia ensinar. Servirão estas questões para desvelar a verdade? A busca da verdade é um trabalho incessante, (...).

O que tem me inspirado neste debate é a perspectiva de não ocultar, de não omitir, remando, se for o caso, contra a corrente, ignorando as censuras de esquerda e de direita, e tendo sempre em mente a bela frase de Byron: “A verdade é sempre estranha. Mais estranha do que a ficção” (REIS F.º, 2010, p. 182).

Novamente, da argumentação brotam questões: Se ele não oculta ou omite, quer inferir que outros fazem isso? Se ele contrapõe “verdade” à “ficção”, e se fala a verdade, outros fazem ficção? Em resumo, o autoelogio a quem se autodeclara remar contra a corrente. Aos outros, que, na crítica, promovem o debate que Reis F.º diz querer suscitar, resta mais uma vez a alcinha de censores.

Como formação discursiva recorrente, portanto, há o recurso à qualificação de si e do seu grupo, caminhando em paralelo à desqualificação/resposta/apagamento aos críticos. Em posfácio que escreve para outra

obra composta por articulistas entusiastas de seus argumentos, essa comparação se faz entre uma suposta patrulha ideológica *versus* o pensamento independente.

(...) Reúnem-se aqui textos de jovens e veteranos historiadores de diversas universidades, comprometidos apenas com os achados de suas pesquisas e com as explicações e as interpretações proporcionadas por suas convicções, avessos à história oficial do Estado, de partidos e correntes políticas e de instituições, e também às patrulhas ideológicas que infestam o país e a universidade, tentando controlar e desqualificar o pensamento independente (REIS F.<sup>o</sup>, 2021, p. 444).

Se os pesquisadores reunidos na obra, que advogam e propagam as teses de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> possuem todos esses atributos, os críticos, presumivelmente, seriam o exato oposto, os comprometidos não só com os achados de suas pesquisas e com explicações e interpretações proporcionadas por suas convicções, os que não seriam avessos a uma suposta história oficial do Estado, partidos e correntes políticas e instituições, os que fariam patrulha ideológica e tentariam controlar e desqualificar o pensamento independente. Não são mencionados, novamente, exemplos e argumentos que comprovem suas acusações. As perspectivas contrárias são apresentadas de forma vaga, sem nomes, sem citações; as críticas não são rebatidas diretamente, mas apenas desqualificadas de forma genérica. Embora desaprove a forma como é tratado, não aparece nos textos de Reis F.<sup>o</sup> o espaço para o contraditório, elementos que permitam ao leitor confrontar as interpretações do autor com os originais, por ele criticados. A única opção é acreditar na perícia e nas palavras do professor.

Ao final do mesmo texto, Reis F.<sup>o</sup> sintetiza parte suas ideias: elogia os autores que acompanham suas teses, repete que sofre censura, retoma a crítica a quem pensa diferente como tendo “preguiça intelectual” – o que reforça que tal caracterização, antes mencionada, não foi um deslize retórico –, e, novamente, se posiciona como conselheiro dos rumos a serem seguidos nas pesquisas históricas.

Mas não desejaria terminar sem uma palavra, sobretudo aos historiadores mais jovens, no sentido de que não se intimidem nem se deixem controlar pelas patrulhas ideológicas – de direita e de esquerda – que pretendem dirigir os rumos das pesquisas acadêmicas. E se esmeram em desqualificar teses inovadoras. (...) E examinar com atenção e cuidado os resultados dos estudos e das pesquisas, por mais renomados que sejam seus autores.

E não se deixar tomar pela preguiça intelectual, repetindo acriticamente consensos, por mais sólidos que pareçam. Proceder à revisão crítica das afirmações, todas elas, por mais fundamentadas que sejam. A revisão constante e permanente é indispensável a qualquer disciplina e é essencial sobretudo à História, sem o que ela simplesmente deixa de existir para tornar-se mera narrativa interessada.

O compromisso maior do historiador é não omitir ou distorcer as evidências encontradas, por mais que contrariem suas hipóteses iniciais ou preferências políticas. E suas explicações e interpretações têm apenas um único juiz – o próprio historiador. E devem ser fiéis, única e exclusivamente, às próprias convicções e à consciência (REIS F.<sup>o</sup>, 2021, p. 459).

Um belo conselho que entendo ser ignorado em seus próprios textos. Reis F.<sup>o</sup> se queixa de uma suposta patrulha ideológica, mas desqualifica, homogeneizando como marxistas, e, como tal, na sua visão, ultrapassadas, perspectivas historiográficas diferentes da sua. A crítica aos hipotéticos “patrulheiros ideológicos” que querem dirigir os rumos das pesquisas acadêmicas é uma via de mão-dupla, já que o autor, recorrentemente, se posta como perito-conselheiro de temas e questões, e classifica como válidas, no geral, apenas as pesquisas do NEC e as de pesquisadores com os quais, embora não sejam do seu núcleo, também apresenta proximidade de perspectiva.

Nota-se, pois, através dos fragmentos, que os rituais discursivos que constituíam os textos de Reis F.<sup>os</sup> apresentam como uma de suas características a lógica marcada pela oposição: Nós-Positivo vs os Outros-Negativo. É possível dizer que essa sujeição é resultado da própria construção do discurso em torno de uma ética científica, tida como evidente, garantia de qualidade e marcada pela defesa da isenção, do apolitismo, do academicismo, em



síntese, da neutralidade científica, a qual ele e seu grupo estão vinculados, e pela ideia de negação a tudo que supostamente a ameace.

Em geral, essas noções associam-se a “valores abstratos superiores”, característicos da ética da produção científica, e que remetem às boas práticas do ofício. Matrizes de difícil contestação, associadas a padrões universais, apresentados como naturais, óbvios, necessários e que exigem ser cumpridos. Por isso, não poderiam ser ignorados ou contestados. Como tais predicados são incontestes, o discurso se encontra atravessado referências previamente associadas a eles e já conhecidas e entendidas como positivas pelos leitores, o que produz um efeito de reconhecimento, ou consenso intersubjetivo, com relação aos argumentos apresentados pelo autor.

Essa referência traz consigo uma argumentação configurada por uma distinção entre o campo do Mesmo e o campo do Outro, onde estar no campo do Mesmo é partilhar, simbolicamente, dos valores do Positivo – que incluía o intelectual e seus pares próximos –, tidos como evidentes, naturais, legítimos, indiscutíveis, enraizados, consensuais (tudo que se volta contra a politização das ciências, as más práticas científicas); e estar no campo do Outro é fazer parte do campo do Negativo, do contrário, do que deve ser repudiado (a perspectiva marxista, a afiliação político-ideológica). Portanto, estar no campo do Mesmo, partilhar dos valores positivos, seria defender a neutralidade, a ética científica. Qualquer discurso crítico era rotulado de contrário a essa lógica e, logo, negado.

Desse modo, o padrão desejado e inquestionável, a cientificidade do argumento, foi associado à perspectiva historiográfica revisionista. E como se tratava de um elemento com caráter “inconteste”, eliminou-se qualquer possibilidade de associá-la aos seus críticos. Além disso, negou-se a voz do outro, porque esse outro raramente é nominado e suas obras não são referenciadas. Essa eliminação do “saber diferente” foi fundamental para a instituição da ficção da “neutralidade” e “universalidade” do argumento. Contra o Outro, anticientífico, reafirmava-se a identificação do discurso revisionista ao padrão a ser seguido. Mas esse recurso, além de nada acrescentar, pode até resultar em um retrocesso do conhecimento histórico acumulado sobre a ditadura.

Em um mundo marcado pela cultura do excesso, da novidade e da competição, a produção intelectual torna-se cada vez mais um “bem” produzido em larga escala para consumo rápido e voraz, quando deveria ser concebida através de rigorosa metodologia e tratada com como estimuladora do pensamento crítico, como um elemento para compreensão do mundo e de seus problemas, e que sirva à formação do indivíduo e transformação da sociedade. Em função dessa realidade, mostra-se mais vantajoso aos pesquisadores jovens aderir à perspectiva em evidência – ainda mais quando ela é apresentada como “universal” –, assumindo para si, sem questionamentos, as concepções de seus mestres, na esperança do retorno acadêmico rápido ou, nos termos de Pierre Bourdieu, da absorção do capital simbólico. Mais incerto seria dedicar tempo a uma metódica e lenta reflexão, ao debate, à interação, se preocupar com o impacto social que suas pesquisas possam gerar e insistir em perspectivas outrora valorizadas, mas, hoje, tidas, por muitos, como ultrapassadas, obsoletas.

### *Considerações finais:*

Vivemos em um contexto no qual se difundem argumentos superficiais e visões pré-determinadas sobre os aspectos mais complexos da realidade social, e disseminam-se mentiras em proporções gigantescas. Diante desse quadro, cresce a importância do conhecimento científico e dos intelectuais, entendidos como defensores de princípios éticos e cientificamente fundamentados. Mas não podemos entendê-los como agentes neutros. Os intelectuais são detentores de um prestígio que lhes garante legitimidade para intervenção no espaço e no debate públicos. Inclusive por isso, os cuidados com a prática de seu ofício devem ser redobrados, até para que, mesmo contra a vontade, não sirvam de ingrediente para a produção de desinformações travestidas de teses comprovadas.

Como bem sugere o próprio Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, “o trabalho do historiador também precisa de contextualização, mas tem a obrigação de não ser unilateral, de evidenciar as fontes com que trabalha, compará-las, criticá-las” (2010, p. 172). Quanto ao exercício da crítica acadêmica, do

contraditório, exige-se revisão criteriosa das análises que lhe são anteriores, mesmo as de historiadores renomados (2021, p. 459), como as dele próprio, complemento.

Entendo que os textos de Reis F.<sup>o</sup> sobre a ditadura não adotam rigorosamente os cuidados que ele mesmo prega. Primeiro, embora afirme que o compromisso é não omitir ou distorcer, não há referência explícita aos autores, obras e argumentos dos quais diverge e que discordam das premissas por ele sustentadas. As contestações acadêmicas são válidas e salutares, o debate é fundamental para o avanço científico, mas, sem tais especificações, como fazer a verificação, a revisão crítica, o exame atento e cuidadoso de tais estudos, e saber se tais argumentos não foram por ele distorcidos?

Um segundo ponto: na retórica revisionista de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, a ciência deve se pautar pela neutralidade, academicismo, apolitismo, crítica, debate, mas as liberdades de comentário não podem se voltar contra a sua concepção, pois, ao agirem assim, são acusadas de censura. O fazer historiográfico de Reis F.<sup>o</sup>, apresentado como um fazer defensivo, cujo objetivo seria o de livrar a ciência das “más práticas científicas”, da “politização da ciência” e da “radicalização do marxismo ortodoxo”, associados aos críticos, para proteção da boa prática científica, finda por adotar métodos que representam sua negação. Emerge uma relação de dependência na qual aquela que é tida como boa ciência se sustenta em práticas que ela mesma repudia. O autor defende, pois, um paradoxo: a necessidade do debate acadêmico, desmerecendo de maneira genérica e acusando de censores os que se dispusessem a criticar a perspectiva revisionista, em particular, os historiadores marxistas.

Terceiro, como já mencionado, a prática discursiva dos textos de Reis F.<sup>o</sup> tem como característica uma lógica marcada pela oposição Nós-Positivo vs Os Outros-Negativo. Por conseguinte, o debate entre a perspectiva revisionista vs perspectiva marxista aparece caracterizado como uma luta entre esses dois polos. Construído dessa forma, o discurso de Reis F.<sup>o</sup> procurou criar uma “ilusão de consenso” quanto **à perspectiva revisionista e aos seus críticos**. Como resultado, essa identificação exerceu caráter determinante na configuração do poder simbólico do locutor, pois universalizou

as perspectivas (os interesses, nos termos de Bourdieu) de agentes específicos como se fossem do campo intelectual em geral. Nesse processo, as ilusões de neutralidade e de universalidade são úteis pois oferecem um distanciamento, um sentido de imparcialidade com relação ao objeto, que lhe permitem encobrir os interesses e sua atuação como intelectual orgânico. Distante, imparcial, pode pautar temas, ditar caminhos, sem se revelar como parte diretamente interessada no que aborda. Logo, quando se apresentam argumentos que remetem à ideia de neutralidade científica, não significa que se estivesse falando de uma “ciência pura”. Na verdade, o que se pretendia era assegurar a hegemonia de determinada perspectiva analítica ideologicamente localizada.

Finalizando, o discurso intelectual revisionista – perito e locutor imparcial da verdade interpretativa – contribui para a representação e “re-produção” de uma ilusão de consensos relativos à uma perspectiva, apresentada como inexorável em última instância, e dissensos em relação a outra, identificada como ultrapassada e anticientífica. Mas, como seu discurso também é ideologicamente determinado, converte-se em um caminho de difusão, disseminação e institucionalização das práticas de exercício do poder. Nos termos de Gramsci, ao teoricamente defender a ética científica da neutralidade, o discurso historiográfico revisionista do intelectual Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup> sobre a ditadura finda por veicular e gerar um consenso em torno de sentidos (teses) que interessam aos setores dominantes, filiados, por sua vez, à ideologia liberal. Mas, em função do espaço exíguo de um artigo, essa observação torna-se fundamento para outras reflexões.<sup>29</sup>

### *Referências bibliográficas:*

- ALVES, M.<sup>a</sup>. Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

---

29

Sobre o caráter liberal da análise historiográfica de Daniel Aarão Reis F.<sup>o</sup>, ver: Vasconcelos (2024).

- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Trad.: Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad.: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. In: BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Trad.: Ruy Gomes Braga Neto. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010, p. 49-79.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: \_\_\_\_\_. (org.s). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, p. 50-82
- CHARLE, Christophe. Naissance des “intellectuels”. 1880-1900. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.). Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n. 20, p.5-74, 2017.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. II. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2.<sup>a</sup> ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JOFFILY, Mariana e SCHLATTER, Sergio Luis. Entrevista com o professor doutor Daniel Aarão Reis Filho. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 239-255.
- LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. A “ditadura civil-militar e a reinvenção da roda historiográfica”. Carta enviada ao jornal *O Globo* como comentário ao artigo do prof. Daniel Aarão Reis “A ditadura civil-militar”, publicado no caderno Prosa & Verso de 31 de março de 2012. Disponível em: [https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A\\_ditadura\\_civil-militar\\_e\\_a\\_reinvencao\\_da\\_roda\\_historiografica.pdf](https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf). Acesso em: 16 jul./2024.
- LIPOVETSKY, Gilles. Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: LIPOVETSKY, Gilles & CHARLES, Sébastien. *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Barcarolla. 2004, p. 49-101.
- MARTINS FILHO, João Roberto, Adieu à la dictature militaire?, *Brésil(s)*, n.5, 2014, p. 17-32. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bresils/809>. Acesso em: 17 de abr. 2024.
- MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-98.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica, *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n° 55, 2008, p. 245-263.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.), *1964: 50 anos depois - a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2015, p. 35-83.
- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente, *Espaço Plural*, Ano XIII, N° 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53.

- MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas, *Marx e o Marxismo*, v.I, n.I, jul/dez 2013, p. 49-74.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Gramsci e Bourdieu: diálogos, Conferencista: Sonia Regina de Mendonça, PPGH e GPHP, UNIOESTE, 17/9/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2VZSTZXMaKI>. Acesso em: 21 jul./2024.
- MORAES, João Quartim. Sobre o “aprimoramento” da expressão ditadura militar. *Portal Vermelho*. São Paulo: 2012. Disponível em [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=4891&id\\_coluna=24](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4891&id_coluna=24). Acesso em 16 abr./2024.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. Trad.: Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, 1986.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez Editora / Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- REIS F.º, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar. 2012.
- REIS F.º, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS F.º, Daniel Aarão et alii (org.s). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a, p. 11-29.
- REIS F.º, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Apresentação: Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da (Org.). *À sombra das ditaduras (Brasil e América Latina)*. 1.ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014b, v. I, p. 7-13.
- REIS F.º. Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014c.

- REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *ANAIS DO SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE. 1964-2004: 40 anos do golpe - Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 119-139.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (Org.). *Por uma revisão crítica*. Ditadura e Sociedade no Brasil. 1.ª ed. Salvador: Sagga, 2021, v. 1, p. 444-464.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, 2010, p. 171-186.
- REIS F.º, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS F.º, Daniel Aarão et alii. *Versões e Ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 31-45.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. “Uma história vigiada”. In: \_\_\_\_ (org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador, BA: Sagga, 2021, p. 7-49.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.s). Apresentação: Memória, história e autoritarismos. In: \_\_\_\_\_. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Trad.: Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- STEPAN, Alfred C. *Os Militares na Política*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- VASCONCELOS, Cláudio Beserra. O revisionismo sobre a ditadura: uma historiografia liberal. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, vol. 16, n.º 33, Jul - Dez de 2024, p. 412-454.



# IMAGENS, PEDOFILIA E MEMÓRIA EM UMA REVISTA NA DÉCADA DE 1990<sup>1</sup>

## *Images, pedophilia and memory in a magazine in the 1990s*

Luciano de Pontes Paixão<sup>2</sup>

Francisco Ramos de Farias<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre memória, pedofilia e as imagens publicadas na *Gaie France*, a qual defendia que os adultos tinham o direito em fazer sexo com crianças e adolescentes no início da década de 1990. Com essa diretriz, a pesquisa buscou responder às seguintes questões: quais eram os objetivos da *Gaie France* com as publicações das imagens e qual era a relação desses recursos visuais com a memória construída pela revista? Por meio de pesquisa qualitativa, a metodologia adotou os estudos semióticos e a criação de eixos temáticos. Os resultados apontam que as imagens publicadas na *Gaie France* concediam, às pessoas que faziam parte da revista, o sentido de pertencimento a um grupo e a formação de uma identidade mesclada com argumentos sobre pedofilia e dominação masculina, por meio de uma memória compartilhada. A relação entre as imagens e a memória era construída com o uso do revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade de fatos do passado. Além disso, as imagens e a memória eram usadas como armas políticas com o interesse de obter transformações na sociedade.

*Palavras-Chave:* Imagens. Pedofilia. Memória.

<sup>1</sup> Cabe explicar que somos, veementes, contra qualquer tipo de crime sexual, principalmente, contra crianças e adolescentes. A ideia neste artigo é mostrar como os discursos sobre a pedofilia são construídos nas imagens publicadas em uma revista na década de 1990 e problematizar o assunto para que a sociedade possa encontrar soluções em termos de políticas públicas. É impossível criar estratégias para a resolução de um problema sem dados objetivos e científicos.

<sup>2</sup> Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Memória Social (UNIRIO). Possui Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica com Ênfase no Ensino de História (UFRJ) e Graduação em História (UNISUAM). Professor de História no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ/FAETEC). E-mail: [lu.historiador@gmail.com](mailto:lu.historiador@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2864-6551>

<sup>3</sup> Pós-Doutorado pela Université de Paris – SHS Sorbonne. Doutor em Psicologia, área Psicologia Cognitiva, pela Fundação Getúlio Vargas. Professor Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. E-mail: [francisco.farias@unirio.br](mailto:francisco.farias@unirio.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2966-077X>

## ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between memory, pedophilia and the images published in *Gaie France*, which defended that adults had the right to have sex with children and adolescents in the early 1990s. With this data, the research sought to answer the following questions: what were the objectives of the *Gaie France* with the publication of the images and what was the relationship of these visual resources with the memory constructed by the magazine? By means of qualitative research, the methodology adopted semiotic studies and the creation of thematic axes. The results indicate that the images published in *Gaie France* offered people who were part of the magazine a sense of belonging to a group and the formation of an identity mixed with arguments about pedophilia and male domination, through a shared memory. The relationship between images and memory was built with the use of ideological revisionism based on anachronism and selectivity of past facts. Moreover, images and memory were used as political weapons in the interest of transforming society.

*Keywords:* Images. Pedophilia. Memory.

## 1. Introdução

As imagens apresentadas neste artigo fazem parte de um acervo publicado em uma revista francesa traduzida para a língua portuguesa na década de 1990. Esse meio de comunicação nos chama a atenção pelo uso recorrente de assuntos vinculados a crianças e adolescentes em imagens, artigos, textos históricos e reportagens. Entretanto, torna-se oportuno informar que esse tipo de abordagem com menores de idade teve como fonte geradora a *Gaie France Magazine*, a qual buscava conectar-se com seu público, oferecer cultura e informação e conquistar a leitura de suas edições por um número maior de leitores. Fundada, em 1986, pelo francês, jornalista e tradutor Michel Caignet, a revista foi publicada até o ano de 1993. A publicação era vendida na França, na província de Québec e em outros países: Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo (edições francesas), Portugal e Brasil (edições portuguesas).

A versão portuguesa – com o título *Gaie France* – foi lançada em junho de 1992 e a sua última publicação foi em dezembro de 1993. A revista

era bimestral e coordenada por editores portugueses. Eram inseridas algumas poucas questões informativas e de entretenimento referentes a Portugal e ao Brasil. O que alimentava a *Gaie France*, no entanto, eram os conteúdos retirados das edições da França. Desse modo, a versão francesa não só serviu de inspiração, como também de base estrutural para a versão portuguesa<sup>4</sup>. No geral, os assuntos das seções da revista traduzida tratavam sobre temas como Sexualidade, História, Memória, Cultura, Literatura e Mitologia. Em todas as edições da *Gaie France*, havia um discurso direto defendendo à pedofilia, incluindo muitas fotos de meninos completamente nus e seções que vendiam fotos e vídeos com esse tipo de abordagem<sup>5</sup>.

Com base nessas informações, constatamos que é necessário informar alguns pontos conforme a literatura especializada. Primeiro, a pedofilia é classificada pelo CID-10 (1993) como uma preferência sexual de adultos (e adolescentes) por crianças ou uma parafilia. O documento menciona a definição de parafilia caracterizada por anseios, fantasias, comportamentos sexuais recorrentes e intensos, envolvendo objetos, atividades e situações incomuns. Essas situações podem causar sofrimento clinicamente significativo, prejuízo no funcionamento social e ocupacional em áreas importantes da vida do indivíduo.

No caso do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 (2014), o fenômeno é indicado como transtorno pedofílico, uma parafilia na qual um adulto ou adolescente apresenta, por um período de, pelo menos, seis meses, fantasias sexualmente excitantes ou impulsos sexuais intensos e recorrentes envolvendo atividade sexual com crianças pré-púberes. Ademais, o Manual pontua que o interesse sexual por crianças pode ser maior ou igual ao interesse sexual por indivíduos fisicamente maduros e que os impulsos ou as fantasias sexuais causam sofrimento

---

4 Por exemplo, os artigos, os textos históricos, as reportagens e os recursos visuais da versão francesa eram reproduzidos na versão portuguesa. A única diferença era o idioma. Esta conclusão foi obtida com a análise de duas edições francesas: 1) *Gaie France Magazine*, n. 30, França, 1992; 2) *Gaie France Magazine*, n. 34, França, 1992.

5 A *Gaie France* defendia os mesmos interesses sociais e políticos da sua matriz e era também uma associação inserida no movimento de ativismo pedófilo. Convém ressaltar que os militantes dessa causa buscam, ainda nos dias atuais, a naturalização e a descriminalização da pedofilia. Inclusive, as pessoas que fazem parte desse movimento social dizem repudiar a ideia de violência para a aquisição do prazer sexual com uma criança ou um adolescente e pregam ser natural o envolvimento amoroso e sexual de pessoas, independentemente de suas idades, desde que haja o mútuo consentimento (PAIXÃO, 2018).

intenso ou dificuldades interpessoais. Porém, em situações de declarações de ausência de sentimento de culpa, vergonha ou ansiedade em relação a esses impulsos, essas pessoas, então, apresentam desejo sexual pedofílico, mas não transtorno pedofílico.

O outro ponto é que não há nenhum documento legal brasileiro que reconheça a pedofilia como um crime no Brasil. E nem todo pedófilo é criminoso. Ele pode passar a vida toda sem abusar de uma criança ou um adolescente. E nem todo abusador de menores de idade é um pedófilo, pois o que caracteriza o crime não é a pedofilia, mas o abuso sexual. Nesse sentido, pessoas que sentem atração preferencialmente por adultos também podem abusar sexualmente de jovens, ou seja, nem toda pessoa que abusa sexualmente de crianças e adolescentes deve ser chamada de pedófilo. De acordo com Lowenkron (2016, p. 83), no final do século XX “a violência sexual contra crianças foi denunciada como segredo da sociedade e da família patriarcais e associada às desigualdades de poder entre homens e mulheres e adultos e crianças”. A ênfase, antes limitada à questão de gênero, passou a ser colocada na idade. Em outras palavras, “se antes a violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos” (LANDINI, 2006, p. 251). Lowenkron (2013, 2016) acrescenta que a unidade doméstica é o espaço privilegiado do abuso infantil e que a pedofilia é apenas uma entre outras possibilidades de nomear o fenômeno das “violências sexuais contra crianças e adolescentes”. A autora cita outras possibilidades como, por exemplo, a participação de menores de idade em produções de materiais de “pornografia infantil” e a exploração sexual de crianças.

Essas questões que envolvem os significados e as peculiaridades do tema pedofilia são relevantes. É importante registrar, contudo, que o abuso sexual – contra crianças e adolescentes – ocorre em contextos de relações assimétricas de poder, em que há uma desigualdade tanto de idade quanto no grau de maturidade. Além disso, os adultos que executam esse crime sexual submetem os menores de idade a situações que não correspondem ao seu desenvolvimento psicológico e corporal.

Voltando ao objeto de estudo desta pesquisa, a *Gaie France* se comunicava com os seus leitores por meio de imagens. Sendo assim, vale explicar que os recursos visuais publicados na revista representavam um gênero narrativo específico. Faziam parte desse acervo fotografias, reproduções de pinturas e de desenhos nas cores pretas e brancas e coloridas. As imagens eram públicas e não cumpriam apenas a tarefa de exemplificar ideias, ilustrar a capa da revista ou complementar os artigos, textos históricos, reportagens ou poemas. Na verdade, as imagens ganhavam uma posição de destaque na revista, pois, muitas vezes, esses recursos imagéticos eram impressos nas páginas na mesma proporção de tamanho que os textos em linguagem escrita e verbal. Além disso, o uso das imagens era uma maneira de ordenar, fornecer informações, de forma simples e direta aos leitores, e fundamentar os discursos defendidos pela *Gaie France*. Por esses motivos, decidimos analisá-las.

Em relação às imagens publicadas na *Gaie France*, podemos mencionar, adicionalmente, outras duas informações relevantes. A primeira trata do fato de que os recursos visuais podem ser produzidos com diferentes recortes, seleções, propósitos e ênfases com o intuito de afetar a maneira de recepção e interpretação das pessoas que compravam a revista. Por isso, é necessário observar que as imagens nos oferecem discursos sob o viés político da *Gaie France* e das pessoas que faziam parte de sua construção como, por exemplo, os diretores, coordenadores, editores, redatores, jornalistas, fotógrafos, pintores e desenhistas.

A segunda informação indica que uma parte dos conteúdos da *Gaie France* – cartas dos leitores, seções informativas e de entretenimento – já foi analisada em uma primeira pesquisa (PAIXÃO, 2018). Esse conhecimento prévio contribuiu ao pesquisador: a formulação de questões e hipóteses; a adição de significados aos dados nesta pesquisa; e a ampliação das informações acumuladas em relação ao objeto de estudo. Somado essas contribuições, o primeiro estudo revelou que a *Gaie France* concedia um valor significativo à memória e à pedofilia. Esses temas são apresentados nas imagens publicadas na revista.

Em se tratando de memória, torna-se pertinente explicar que esse fenômeno envolve um processo dinâmico, no qual pode surgir uma

multiplicidade de definições e sentidos, de acordo com os sujeitos sociais envolvidos e com o contexto da época. Para Gondar (2016), a memória é polissêmica, ou seja, comporta diferentes significações e uma variedade de sistemas de signos. Um desses signos é a imagem. Esse instrumento, além de ser uma forma de comunicação, também pode ser considerado uma fonte de história e de memória, justificado pelo fato de carregar informações do passado de um grupo social ou de um meio de comunicação. Ratificando essa questão, Silva (2016) pontua que as imagens, em termos investigativos e de forma qualitativa, possibilitam a disponibilidade de uma documentação visual importante para o campo da memória social, devido ao seu caráter de testemunho, e contribuem para o estudo sobre as relações entre realidade, registro e representação visual. Considerando essas informações, este artigo pretende responder às seguintes questões: quais eram os principais objetivos da *Gaie France* nas publicações das imagens e qual era a relação desses recursos visuais com a memória construída pela revista?

A presente pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa. A primeira etapa da pesquisa foi iniciada com a seleção das edições da *Gaie France* de número 1 ao 9. Estas edições foram analisadas de forma sequencial, porque alguns assuntos estendiam-se em edições diferentes. A segunda etapa ocorreu com o uso dos estudos semióticos que nos permitiu identificar temáticas comuns que se repetiam nas imagens. Essas semelhanças possibilitaram a construção de cinco eixos temáticos que têm conexões com a memória e com os discursos construídos sobre a pedofilia na *Gaie France*. Os eixos temáticos são: 1) Memória, história e cultura; 2) Identidade do pedófilo; 3) Modelos fotográficos e memória; 4) Perfil dos jovens; 5) Leis e consentimento. A terceira etapa foi realizada com as discussões dos eixos temáticos, apoiadas na literatura científica especializada. A análise nos permitiu entender as peculiaridades das imagens e responder às questões deste estudo. Mas, antes de apresentar a análise e as discussões, torna-se importante, primeiramente, realizar alguns apontamentos sobre a revista *Gaie France* que nos ajudarão a compreender melhor as imagens.

## 2. Memória, pedofilia e a *Gaie France*

Desde o início até a última edição, a *Gaie France* demonstrou a preocupação em construir uma memória própria. Essa preocupação era demonstrada pelo uso recorrente de imagens que abordavam a história. A motivação era oferecer referências e uma identidade cultural para o seu público. Nesse processo de construção, a revista recuperou, selecionou e divulgou determinados fatos do passado, de diferentes períodos históricos, a fim de atualizá-los e para produzir novos conhecimentos e saberes.

Com esse exemplo da *Gaie France*, podemos destacar algumas características importantes a respeito da memória. Segundo Halbwachs (2013), a memória não é algo pronto e estático, mas sim constituída em processos dinâmicos no meio social. O autor conceitua a memória como uma reconstrução, individual e coletiva, do passado “com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 2013, p. 91). Pollak (1992) complementa que a memória é seletiva, nem tudo fica registrado, e negociada entre seus criadores, levando a ideia de que lembranças e esquecimentos são duas faces de uma mesma moeda.

As seleções da *Gaie France* destacavam alguns pontos: duas etapas da vida, a fase da infância e da adolescência; um padrão étnico, branco e europeu; e algumas características, a juventude, a masculinidade e o aspecto viril. Esses pontos são muito evidentes nas publicações das imagens na revista e serão apresentadas e discutidas, mais adiante.

Outras seleções da *Gaie France* eram os fatos do passado discutidos em artigos, textos históricos e reportagens que forneciam personagens e culturas diversas aos leitores. Essas publicações tinham a missão de construir uma memória representativa para as pessoas envolvidas na revista e legitimar o relacionamento amoroso e sexual de adultos com menores de idade. O trecho, a seguir, da *Gaie France* defende a tese de que em vários períodos da história, o amor e o sexo de adultos com crianças e adolescentes

foi aprovado e legitimado por diversas sociedades. La Marche (n. 9, 1993a, p. 24) apresenta uma citação do escritor Gabriel Matzneff<sup>6</sup>:

Muitas são as civilizações que consideravam crianças e adolescentes, de um e de outro sexo, como os seres destinados a inspirar um amor ardente. Os jovens celebrados pelos poetas gregos e latinos, persas e árabes, na Idade Média e no Renascimento, pela antiga China e antigo Japão, são apenas raparigas e rapazes púberes ou impúberes. Em relação à Europa moderna, o amor pelos menores de dezesseis anos reinou até a Revolução Francesa.<sup>7</sup>

Mas, para que essas ideias fizessem sentido para os leitores da *Gaie France*, era necessário mais do que apenas indicar personagens e culturas do passado. Era de extrema importância revisar a história e constituir uma historiografia paralela, autêntica, forte que pudesse combater as histórias oficiais e, simultaneamente, conquistar legitimidade política e científica. Um dos fenômenos mais preferidos pelos autores da *Gaie France* era a pederastia. A abordagem desse fenômeno era uma estratégia argumentativa e uma prática editorial da revista. Tratava-se do uso do revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade de fatos do passado. Considerando essa informação, torna-se relevante distinguir os dois revisionismos: o historiográfico e o ideológico.

Não é raro, no percurso acadêmico de um historiador, o trabalho de revisão do passado quando surgem novas fontes históricas, hipóteses e novos questionamentos. Em linhas gerais, todo projeto historiográfico que busque a inovação é considerado revisionista. Não há problema nisso. De fato, o passado precisa ser reescrito e submetido a um processo de revisão, visto que nenhum conhecimento é definitivo. Nesse processo, não significa que os valores ideológicos estejam totalmente ausentes ou que o pesquisador precisa, necessariamente, ser neutro ou imparcial em suas análises do passado como se ele fosse um robô a-histórico. Por outro lado,

6 La Marche foi um autor muito presente nos conteúdos da *Gaie France*. Em todas as edições da revista, há um texto de sua autoria publicado. E o escritor Gabriel Matzneff é um representante, na literatura francesa, que reivindica a dissociação entre relação sexual com jovens e violência.

7 LA MARCHÉ, Franck de. A origem da pederastia: a arte do disfarce. *Gaie France*. n. 9, Lisboa: Associação Alexandre, p. 24-29, nov./dez. 1993a, p. 24.



o revisionismo historiográfico não significa uma opinião sobre o passado reescrito. O revisionismo historiográfico é caracterizado pelo interesse de avançar o conhecimento a partir de novas pesquisas, descobertas documentais e perspectivas teóricas. Apresenta uma série de questões que o tornam científico: a objetividade analítica, a ética e a argumentação contextualizada; o respeito às fontes e a crítica documental; a explicação das perspectivas metodológicas baseada em conceitos e categorias de análise; uma constante avaliação pelos pares e um debate coletivo, o que permite refletir criticamente sobre o conhecimento gerado (NAPOLITANO, 2021).

No caso do revisionismo ideológico, a situação é diferente. Configura um uso abusivo do passado executado por governos, elites, grupos políticos, econômicos e religiosos cujo objetivo é distorcer os processos históricos em prol de lutas políticas atuais envolvendo uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico e a defesa de uma tese dada *a priori* sobre o passado incômodo e sensível. Napolitano (2021) destaca que, em contraposição ao historiográfico, o revisionismo ideológico trabalha com a reinterpretação de processos históricos a partir de motivações e ideologias do analista, enquadrando e limitando as argumentações a esses elementos. Nesse revisionismo ocorre falta de ética, a manipulação ou a omissão de documentos, a descontextualização dos processos históricos sem crítica, a abordagem de fatos antigos de maneira simplista e equivocada, a generalização de comportamentos do passado, distorções metodológicas e não há debate entre os pares. No revisionismo ideológico, o interesse de seus agentes não é ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruir esse conhecimento por meio de uma explicação enviesada sobre dados e processos históricos polêmicos e de uma perspectiva ideológica, moral e avaliativa, mas devidamente oculta nos discursos manipulados.

Uma forma do revisionismo ideológico ser efetivado é pelo uso do anacronismo – quando valores e costumes do passado são projetados no presente – e da seletividade intencional das fontes. Funari (2021) ressalta que a manipulação do anacronismo constitui um meio privilegiado, na medida em que passado e presente são misturados, tornando tempos diversos como iguais, “a serviço da inclusão ou da exclusão social, da abertura ao ‘outro’ ou do preconceito, da liberdade ou da opressão, da convivência ou

da intolerância” (FUNARI, 2021, p. 116). Na prática, os anacronismos são modos variados de interpretação e, por isso, apresentam um caráter plural, no sentido de que podem ter diferentes configurações e ser utilizados para diversos objetivos, incluindo justificar algo no presente, por meio da manipulação ou invenção de informações.

No caso da *Gaie France*, constantemente, em suas páginas, o passado era submetido a um processo de revisionismo ideológico e, a partir dele, era construída uma associação intencional e indevida de costumes e valores da Grécia Antiga com questões sexuais da sociedade moderna. Um exemplo de revisionismo ideológico e de anacronismo utilizado pela *Gaie France* pode ser encontrado em um texto de La Marche (1993b), no qual ele salienta a naturalidade do fenômeno, a importância e a aprovação concedida por civilizações do passado a respeito de um “acompanhamento temporário” de um adulto com um jovem que englobava momentos eróticos e lúdicos. La Marche (n. 8, 1993b, p. 77) conclui que,

Em termos de natureza, quer dizer de comportamento próprio do homem (e talvez de outras espécies animais), a pederastia inscreve-se no processo normal de maturidade psicológica, física, social e sexual do jovem adolescente no meio da puberdade. Todas as civilizações de todas as épocas estiveram de acordo sobre a importância de um acompanhamento temporário do rapaz por uma pessoa mais velha do mesmo sexo; todas admitiram que este acompanhamento devia traduzir-se por trocas eróticas, com caráter de iniciação, mas também lúdico.<sup>8</sup>

Dessa forma, a pederastia – que originalmente significava amantes de garotos – era utilizada como carro-chefe pela *Gaie France* como uma estratégia para explicar, aos seus leitores, que as práticas sexuais entre menores de idade e adultos eram antigas, aprovadas e legitimadas por outras civilizações do passado e, portanto, tais atitudes deveriam ser aceitas e legitimadas pela sociedade nos tempos contemporâneos. Era uma tentativa de justificar comportamentos do presente, baseados em fatos do passado. Nesse caso, recorrer ao passado implicava construir uma interpretação sobre

8

LA MARCHE, Franck de. Atentado ao pudor: Segunda parte. *Gaie France*. n. 8, Lisboa: Associação Alexandre, p. 52-77, set./out. 1993b, p. 77.

ele, disputar significados e desencadear ações, visando não só ao presente, mas também ao futuro. A relação entre memória, história, presente e futuro é comentada por Le Goff (1996, p. 471) quando ele afirma que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Logo, a memória construída na *Gaie France* fazia parte de um projeto de transformação social no presente e a produção de um futuro. Um tipo de futuro, no qual os discursos dos artigos, dos textos históricos, das reportagens e das imagens da *Gaie France* sobre a pedofilia deveriam ser colocados em destaque.

Convém dizer que algumas categorias contemporâneas sobre sexualidade não podem ser explicadas com base em fenômenos do passado, principalmente, tratando-se da Grécia Antiga. Não é possível afirmar que na Grécia Antiga havia homossexualidade. Na realidade, havia relações sexuais e afetivas entre homens, mas isso não era homossexualidade. Por exemplo, a possibilidade de casamento e adoção são questões do período contemporâneo e não existiam no imaginário grego antigo. Os gregos não compreendiam o amor pelo seu próprio sexo e ou pelo sexo oposto como dois tipos de relacionamentos opostos, de forma binária, como nós contemporâneos interpretamos. As linhas de marcação não seguiam tal fronteira (ARIÈS, 1986; COSTA, 1992).

Também não era comum relações sexuais entre adultos e jovens fora de uma prática educacional. A relação sexual compunha uma estética de si, um cuidado de si, um aprimoramento dos jovens filosóficos com o seu mestre. Isso representava mais que um encontro carnal de prazer sexual. O que para nós, contemporâneos, é chocante, perverso e um grave desrespeito aos adolescentes, em outros tempos e lugares, era considerada uma prática natural, normal e benéfica para os cidadãos gregos. Vale registrar que a pederastia implicava atos sexuais, porém o abuso sexual frequente dos jovens, sem uma intenção pedagógica, não era bem visto na sociedade grega. Por isso, a instituição da pederastia não deve ser confundida com pedofilia e abuso sexual porque esses conceitos não existiam na Grécia Antiga (JAEGER, 1995; (VRISSIMTZIS, 2002).

A produção da revista servia como literatura para as diversas associações do movimento de ativismo pedófilo existentes no mundo e para os

leitores da *Gaie France*. Todavia, o meio de comunicação dizia defender a memória e os direitos da comunidade *gay* na década de 1990, mas essa atitude não passava de uma estratégia para escapar das pressões e críticas sociais. Na verdade, a *Gaie France* estava interessada em construir uma memória em consonância aos interesses do movimento de ativismo pedófilo. Isso é perceptível nos conteúdos publicados na revista que abordavam crianças e adolescentes de forma recorrente.

É oportuno lembrar que os dois movimentos sociais são diferentes e apresentam objetivos distintos. O movimento LGBTQIA+ – sigla que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero – busca visibilidade, direitos civis e a criminalização da LGBTIfobia, objetivando uma vida melhor e mais digna de sujeitos, histórico e socialmente discriminados, cujo direcionamento do desejo é uma variação normal e positiva da orientação sexual humana. Por outro lado, o movimento de ativismo pedófilo defende uma prática sexual que transita no campo da ilegalidade, além de não considerar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes e as consequências nocivas de tal prática em suas vidas.

Outro ponto que merece ser lembrado diz respeito às normas jurídicas que já estavam em vigor na época de circulação da *Gaie France*. A Constituição Federal (1988) trouxe avanços importantes com relação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, como seres humanos especiais. O documento representa a preocupação da sociedade brasileira frente às situações de violência sofridas por jovens, incumbindo a todos – família, sociedade e Estado – o dever de garantir à criança o usufruto de seus direitos. No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) colocou crianças e adolescentes a salvo de qualquer violação de seus direitos fundamentais. No artigo 5º, a garantia de prioridade compreende que nenhuma criança ou adolescente “será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2013, p. 10). Essa mudança nas normas jurídicas representou uma reestruturação das políticas de proteção à

juventude em termos de direitos humanos e significou uma nova concepção dos adultos em relação à infância e à adolescência.

Em se tratando da França, vale mencionar que a *Gaie France Magazine* foi proibida de ser vendida a menores, por decreto ministerial de 27 de maio de 1992, por incitamento à pedofilia<sup>9</sup>. Em 2018, o governo da França reforçou a penalização contra a violência sexual, ampliando o prazo de prescrição de 20 para 30 anos dos crimes sexuais contra menores de idade e fixando em 15 anos a idade mínima de consentimento para ter relações sexuais<sup>10</sup>.

### 3. Análise das imagens e eixos temáticos

Como já foi citado, anteriormente, optamos por utilizar os estudos semióticos objetivando extrair o máximo de informações possíveis das imagens. Santaella (2012, p. 19) argumenta que a “semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido”. A autora, ainda, especifica que a Semiótica é o estudo dos signos. Para ela, “o signo é uma coisa que representa outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma coisa diferente dele” (SANTAELLA, 2012, p. 90). Buscamos, então, identificar e decifrar os signos – que consistem em todos os elementos que representam e carregam significados e sentidos atribuídos nas imagens –, e os seus objetos nas edições publicadas na *Gaie France* entre junho de 1992 a dezembro de 1993. Convém pontuar que as imagens dialogavam com os artigos, os textos históricos, as reportagens e os poemas. Esses materiais nos ajudaram a analisar as imagens.

9 Resolução de 27 de maio de 1992 proibindo a venda de revista a menores. *Légifrance. Le service public de la diffusion du droit*. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000000527183>. Acesso em: 05/05/2023.

10 Governo da França endurece legislação contra violência sexual. *Exame*, 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/governo-da-franca-endurece-legislacao-contra-violencia-sexual/>. Acesso em: 05/05/2023.

Os dados encontrados, a partir dos estudos semióticos, foram organizados em blocos e com coerência. Essa forma de planejamento possibilitou limitar e analisar os conteúdos, separadamente e de maneira eficaz, com conexões com os temas principais da pesquisa: a pedofilia e a memória.

No que diz respeito às imagens apresentadas neste artigo, apresento três observações. A primeira tem a ver com o nosso momento atual, no que se refere às novas tecnologias, ao uso da internet e às informações falsas que surgem e desaparecem de forma muito rápida e instantânea, muitas vezes, sem contextos, sem explicações calcadas na Ciência, as chamadas *Fake News*. Nesse cenário de efemeridade, alguns segmentos da sociedade manipulam e retiram informações de um contexto e aplicam em outro, com o intuito de prejudicar outras pessoas.

Por esse motivo, é oportuno e relevante destacar que a presente pesquisa não visa dar voz à *Gaie France* ou proporcionar, aos responsáveis pela revista, a oportunidade para que expressem os seus próprios argumentos sobre um tema tão complexo, delicado e que causa reações de medo, de ódio e de repulsa na população quanto à possibilidade de um adulto abusar, sexualmente, de uma criança ou um adolescente. As imagens reforçam crenças, memórias e posicionamentos políticos e revelam uma realidade difícil, chocante, cruel e estarrecidora. Porém, aqui é um espaço acadêmico, de construção de conhecimento e de debate. Por esses motivos, abordar esses recursos visuais é importante e necessário porque envolve um problema social emergente, grave e desigual que está enraizado em nossa cultura. É fundamental trazer para o debate público essas questões para que a sociedade, ainda omissa em relação aos problemas que as crianças e os adolescentes enfrentam, tenha ciência desse fato e possa, de alguma forma, criar estratégias mais eficazes em defesa desses jovens. A *Gaie France* não representa um caso isolado do passado. A revista reflete demandas da nossa sociedade que ainda estão presentes no nosso cotidiano.

A segunda observação expressa a nossa decisão de colocar uma tarja nos rostos para dificultar a identificação das pessoas. Trata-se de sujeitos que ainda podem ser reconhecidos. Apesar de as imagens já terem sido publicadas, o fato de seu conteúdo ser de acesso público e a *Gaie France* não apresentar nenhuma restrição em relação a pesquisas acadêmicas, a

atitude de ocultação da identidade das pessoas representa uma questão de ética na pesquisa. A terceira e última observação pontua que algumas imagens apresentavam legendas e referências.

### 3.1 *Memória, história e cultura*

Desde os tempos mais antigos, os seres humanos utilizam as imagens para expressar seus sentimentos, sua interpretação a respeito do mundo e para produzir conhecimento e memória às gerações futuras. Assim, os recursos visuais podem carregar, guardar e registrar fatos sociais. Isso não foi diferente na *Gaie France*. A revista era marcada pelo visual e apresentava, em suas páginas, imagens que pudessem acessar o passado, a história e determinadas culturas. A importância dada aos contextos históricos é inquestionável. Esse fato revela que o seu leitor necessitava de informação, de referências históricas, culturais e estéticas. Para tanto, a *Gaie France* recuava no tempo e fazia coexistir, em um mesmo espaço, informações e fenômenos de períodos diferentes.

Não obstante, esse recuo temporal na revista representava uma característica peculiar nas imagens. Como já mencionado, a *Gaie France* utilizava o revisionismo ideológico e o anacronismo quando abordava a pederastia, com o intuito de justificar a relação sexual e amorosa de adultos com jovens no presente e, conseqüentemente, obter direitos sociais e políticos. Por isso, a fim de compreendermos esses recursos visuais, precisamos abordar o significado de pederastia na cultura da Grécia Antiga e realizar uma desvinculação dos costumes e valores da antiguidade utilizados na *Gaie France* como justificativa para questões da sociedade moderna.

A pederastia é um fenômeno antigo e estava inserida na Paideia. Jaeger (1995) conceitua a Paideia como uma ampla cultura que reunia todos os aspectos da vida humana grega ou um sistema educacional integral voltado para a formação do cidadão perfeito. Nela, a memória desempenhava um papel fundamental, pois sem essa capacidade de armazenar informações, não haveria educação, cultura e civilização. A transmissão dos costumes e tradições do passado às gerações futuras era imprescindível para manter

o modelo de vida social e estava associada a conceitos como atos heroicos, religião, estética, amizade, amor e moralidade. Dessa maneira, o cidadão grego convivia, diariamente, com regras conhecidas por todos e precisava tornar-se um reprodutor da ordem sociopolítica. Sua identidade era construída, inseparavelmente, dos valores sociais e éticos/morais que lhe eram reconhecidos pela comunidade dos cidadãos.

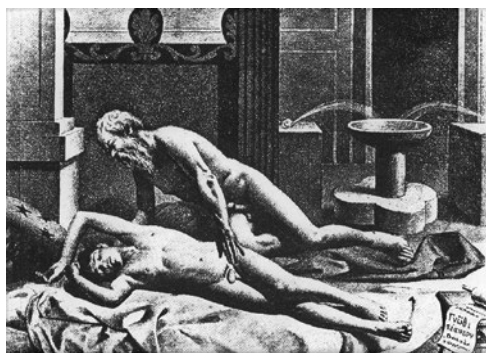
Nesse contexto, as éticas sexuais gregas eram, sobretudo, referidas aos chamados amores masculinos ou juvenis e tinham como modelo as relações pederásticas que monopolizavam o imaginário social antigo. Era comum e legítimo o relacionamento sexual entre professor e aluno, considerado o relacionamento mais sublime entre dois homens. Esse tipo de comportamento não causava espanto, indignação ou revolta nas pessoas e era permitido e encorajado pela sociedade e legitimado pelo Estado. Tratava-se de uma prática social e educacional, ou seja, uma prática pedagógica que, de acordo com os princípios morais da época, conduzia o jovem a participar desse tipo de relacionamento para, assim, estar bem preparado para ser um cidadão grego por completo. Era um aspecto importante da vida militar, civil, artística e filosófica do futuro cidadão. Vrissimtzis (2002) defende que a pederastia era uma instituição pedagógica, na qual um adulto educado era incumbido de transmitir seus conhecimentos e experiências a um adolescente e de ajudá-lo a se tornar um cidadão responsável. O adulto, por sua vez, apreciava e desfrutava a beleza, a força e o vigor do jovem. Havia, pois, uma transmissão recíproca, criada para benefício de ambos.

Essa instituição pedagógica era, frequentemente, recuperada do passado e representada nas imagens da *Gaie France*. A Figura 1 reflete a arte de educar, de transmitir conhecimentos e os papéis sociais entre o adulto com barba – como professor – e o jovem sem pelos na face – na condição de aprendiz –, ambos ligados ao contexto da cultura da Grécia Antiga, fazendo parte dos chamados amores masculinos ou juvenis. Na Figura 2, esse tipo de relação apresenta uma implicação erótica, na qual um rapaz nu, deitado de lado em uma cama, está próximo de um homem de mais idade. Esse homem está com o pênis ereto com sua mão no corpo do jovem.



**Figura 1:** Educação na Grécia Antiga **Figura 2:** Erotismo envolvendo jovem e adulto

Fonte: *Gaie France*, n. 3, out./nov., 1992, p. 24



Fonte: *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 13

Outro aspecto muito presente na cultura grega era a nudez masculina, considerada algo natural e sagrado, relacionado à religião, ao intelectualismo, à vida social, aos costumes e à vida cotidiana (ANDRESEN, 1992). Na época, o físico do adolescente tornou-se objeto de uma espécie de valorização cultural muito insistente. A juventude era motivo de preocupação, por parte de adultos, diante de mudanças rápidas e naturais no corpo do jovem e de sua capacidade de fazer surgir o desejo. Existia um temor de ver o jovem perder a sua juventude e beleza (FOUCAULT, 1984).

Da mesma forma, a *Gaie France* registrava a admiração e a valorização pelos corpos juvenis e pela nudez masculina. No caso da Figura 3, vemos que a *Gaie France* reconhecia os valores e os costumes do período da Grécia Antiga como aspectos associados com o tempo presente. Eram valorizados, nas imagens que apresentavam as estátuas gregas, o corpo masculino nu, um padrão de beleza e a concepção de que os jovens deveriam se tornar, homens musculosos, fortes e atléticos.

**Figura 3:** Idealização de corpo masculino

Fonte: *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 56

Foi na Grécia Antiga que o amor por rapazes ganhou ênfase sendo oficializado e relacionado a todo um modo de pensar, à expressão literária, filosófica e artística, conferindo-lhe certa nobreza. Entretanto, essa expressão não está limitada apenas ao contexto cultural e histórico da Grécia Antiga, visto que pessoas e grupos sociais recuperam e adaptam a cultura grega em outros tempos e espaços. Indubitavelmente, as pessoas que faziam parte do universo da *Gaie France* podem ser consideradas como um fenômeno social no qual um grupo cria um imaginário coletivo próprio, associado a um período específico da História e desvinculado da cultura original – no caso a Grécia Antiga, mas adaptado a um novo contexto histórico. Para as pessoas ou os membros desse grupo, suas vidas estavam, intrinsecamente, ligadas aos valores sociais e éticos/morais da Grécia Antiga. Portanto, construir uma memória na *Gaie France* significava recuperar esses valores perdidos ou esquecidos. Uma memória que concedia uma importância significativa à Grécia Antiga como um período de ouro, glorioso e com

muitas referências para as novas gerações que privilegiava os momentos passageiros dos jovens, a “educação”, a amizade, os amores juvenis e uma estética associada à ética.

Essa apropriação da História e essa construção de memória, pela *Gaie France*, representavam uma atribuição de costumes, valores e comportamentos do passado incompatíveis com a mentalidade social e política dos anos 1990, período esse em que a revista foi publicada. Também ofereciam uma perspectiva alternativa à visão aceita pela ciência e ocultava interesses particulares e políticos como, por exemplo, distorcer o passado para justificar a ideia de que os adultos têm o direito de manter o domínio sexual em relação aos jovens, sem levar em consideração que esse tipo de reivindicação pode prejudicar pessoas e desvalorizar os princípios de direitos humanos.

A *Gaie France* não levava em consideração esses pontos, visto que apresentava personagens e costumes do passado com o intuito de criar uma identificação ou uma associação indevida e inadequada com sujeitos do tempo presente.

### 3.2 *Identidade do pedófilo*

Outros períodos históricos eram abordados na *Gaie France* e serviam para construir uma identidade específica. Vale mencionar que a identidade não é algo natural, estático, pronto e acabado e que só diz respeito ao indivíduo. Na realidade, a identidade é um processo dinâmico, no qual essa identificação é inventada, produzida e negociada entre pessoas e grupos em relacionamentos sociais por meio de uma história, englobando experiências, eventos, interpretações e memórias (LAWLER, 2014). Pollak (1992) explica que a construção de uma identidade envolve a criação de uma imagem de si, para si e para os outros. E que essa construção da autoimagem não é isenta de mudanças constantes, de negociação e de transformação em função dos outros. O autor considera que a memória é um “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento

de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992). Com esses dados, percebemos que Gaie France dedicava-se em criar uma imagem ou uma identidade para um tipo específico de pedófilo. Para isso, a revista oferecia referências do passado que pudessem construir essa identidade e uma memória grupal. As próximas imagens, as Figuras 4 e 5, retratam professores e crianças e adolescentes nos colégios internos ingleses, exclusivos para meninos, no século XIX.

**Figura 4:** professor e alunos



Fonte: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 28

**Figura 5:** Colégio, Inglaterra, século XIX



Fonte: Gaie France, n. 2, ago./set., 1992, p. 17

As Figuras 4 e 5 expressam que a ligação entre um homem mais velho e um jovem resulta sempre de uma aprendizagem e que os adultos masculinos são os melhores educadores ou companhias para crianças e adolescentes. As vestimentas e a postura dos professores contribuem para um perfil de um adulto que é atraído por jovens com uma sensação experimentada por homens, em outras épocas. Esse adulto representa uma pessoa culta e representante da moral. A concentração dos jovens diante de seus professores indica que esse tipo de relacionamento exclui qualquer forma de violência. Há uma relação de confiança e harmonia

entre os parceiros, tendo como fundamento um equilíbrio baseado no respeito mútuo e na cumplicidade entre ambos.

Ainda enfatizamos que as figuras 4 e 5 buscam também transmitir a ideia de que as sociedades do passado estiveram de acordo sobre a importância do “acompanhamento temporário” do rapaz com uma pessoa mais velha do mesmo sexo. Sociedades essas que incluíam os jovens, as famílias, os professores e as instituições escolares. As Figuras 6 e 7 mostram estudantes, em parques e pátios, uniformizados e disciplinados, nas quais a *Gaie France* valorizava as iniciativas dos professores, manifestando a ideia de que o projeto que envolve o “acompanhamento educacional” de adultos era bem recebido e aprovado pelos jovens, pelas famílias e pelas instituições escolares do passado.

**Figura 6:** Alunos em parque da instituição escolar no século XIX



Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992, p. 16

**Figura 7:** Alunos em pátio da instituição escolar no século XIX



Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992, p. 12

Em síntese, as imagens da *Gaie France*, nesse eixo temático, buscavam construir uma identidade para um tipo específico de pedófilo, na qual ele é apresentado como um educador, um benfeitor, uma boa companhia, uma pessoa não violenta, culta e representante da moral e que a relação dele com menores de idade envolve uma aprendizagem ou uma iniciação para a vida adulta, harmonia, confiança e cumplicidade. Simultaneamente, a intenção da revista era desvincular a imagem desse pedófilo de atribuições que, geralmente, são atribuídas a outros pedófilos pelo senso comum: atribuições do tipo monstro, molestador, doente ou criminoso. Para tal,

a *Gaie France* selecionava os conteúdos que abordavam a pederastia no passado. Era uma estratégia, por meio da qual a *Gaie France* associava a identidade do pedófilo representado na revista à imagem de professor, pederasta e homossexual, pois a *Gaie France* dizia ser direcionada aos *gays*. Isso, porém, era uma tentativa de escapar das críticas sociais. Sendo assim, precisamos discutir essas associações que envolviam a construção de uma identidade específica de um pedófilo na *Gaie France*.

Em primeiro lugar, é oportuno dizer que a atitude da *Gaie France* de selecionar os fatos do passado como, por exemplo, a pederastia e relacioná-la com a homossexualidade no tempo presente, visava à obtenção de conquistas políticas para o movimento de ativismo pedófilo. Convém explicar que os termos “homossexualidade” e “pederastia” têm designações diferentes. Vrissimtzis, (2002) nos lembra que a pederastia na Grécia Antiga não tinha um caráter homossexual e que o conceito da homossexualidade não existia nesse período, tal como o compreendemos atualmente. A pederastia denotava uma afeição espiritual de um homem adulto por um garoto ou uma instituição pedagógica repleta de ideais. Costa (1992) reforça que os gregos eram “pederastas” e não “homossexuais”. De acordo com o autor, a pederastia como a homossexualidade “são duas formas de cristalização do imaginário cultural sobre a potencialidade homoerótica, e não dois nomes para um mesmo referente” (COSTA, 1992, p. 26). Em segundo lugar, a associação da pedofilia com homossexualidade não é verdadeira, apesar de existir no imaginário popular. Resultados de pesquisas já apontaram que *gays* e heterossexuais apresentam as mesmas respostas penianas para representações de crianças, comprovando não ser verdade a afirmação de que *gays* tenham mais interesse sexual por crianças do que heterossexuais (WILLIAMS, 2012). Em terceiro lugar, é inadequado associar o pedófilo aos professores, pois a pedofilia não está restrita a pessoas de uma única categoria.

O trabalho de criar uma identidade específica de um pedófilo, por meio de imagens, evidencia, portanto, que a *Gaie France* lutava pelo reconhecimento de uma imagem de si própria e buscava divulgar essa autoimagem para a sociedade. Nesse processo, eram registradas as próprias interpretações sobre as atribuições associadas a esse pedófilo. Esse fato

tornava a *Gaie France* única no mercado de revistas e em relação às demais publicações impressas. Além disso, essa construção de um tipo específico de pedófilo contribuía na definição de estratégias e de metas. Uma das estratégias da *Gaie France* era estabelecer vínculos com os seus leitores por meio de imagens de modelos e de ensaios fotográficos com jovens.

### 3.3 Modelos fotográficos e memória

A *Gaie France* era uma revista que apresentava uma característica peculiar: os modelos fotográficos eram crianças, adolescentes e poucos eram adultos, aparentemente, na faixa entre 18 e 30 anos de idade. Os modelos fotográficos eram apresentados de maneiras diferentes: em capas, ensaios fotográficos e reproduções de pinturas e desenhos.

Os primeiros recursos visuais que nos chamam a atenção na *Gaie France* são as imagens das capas, nas quais as crianças e os adolescentes exibem seus corpos parcialmente. No entanto, o corpo não é o único elemento em destaque nas imagens. Os rostos também são elementos importantes. Os olhares dos modelos (para a frente) dão a impressão de mirar o leitor e buscar também o seu olhar, dando a entender que existe um diálogo. Especificamente, a Figura 8 manifesta um caráter provocativo. Nessa figura, o modelo expressa um leve sorriso e um olhar, ambos maliciosos, transparecendo a ideia de que ele está seduzindo o leitor e que há uma cumplicidade com quem o observa. Convém assinalar que os modelos das capas não eram os mesmos que apareciam no interior da mídia. Na Figura 9, contudo, é possível constatar que os modelos, no miolo da revista, reproduziam, exatamente, o mesmo padrão de beleza das capas.

**Figura 8:** Capa da edição de n. 2Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992**Figura 9:** Modelo com nudez frontalFonte: *Gaie France*, n. 7, jun./jul., 1993, p. 75

Outro aspecto verificado, na *Gaie France*, diz respeito à necessidade de registrar os jovens em ensaios fotográficos. Os rapazes representam um padrão étnico: europeu e de tonalidade de pele branca. Eles são de aparência muito jovem, magros, desprovidos de barbas e sem pelos, com exceção daqueles distribuídos na região pubiana e nas axilas<sup>11</sup>. Como podemos notar na Figura 9, havia uma sensualidade nas fotos e um apelo sexual. A exposição de nus frontais, alguns com ereção, era muito explorada pela *Gaie France*. Desse modo, as imagens eram associadas à virilidade, a uma conduta masculina e à atividade sexual, tornando o corpo uma ferramenta poderosa de comunicação na revista. A sensualidade também era marcada pela expressão facial dos modelos, como se eles estivessem seduzindo quem os observava, ou seja, a mesma estratégia utilizada nas capas. O olhar fixo para frente em direção aos leitores e a nudez dos rapazes – modelos sem roupa, sexualmente estimulados e entregues como um produto a ser consumido – indicam que a *Gaie France* utilizava esses elementos com o objetivo de despertar o desejo sexual de seus leitores para esse tipo de abordagem e, consequentemente, desenvolver uma espécie de vínculo com eles.

<sup>11</sup> As imagens publicadas nas edições da *Gaie France*, que abordavam a nudez masculina, demonstram um padrão estético valorizado pela revista, no qual os pelos pubianos dos modelos não eram aparados ou depilados.



Os ensaios fotográficos também apresentavam outras questões. Na Figura 10, o jovem aparece de sunga próximo a uma estátua grega. O intuito era transmitir a mensagem de que existe uma ligação entre a juventude e a cultura da Grécia Antiga. Na Figura 11, os garotos são fotografados em grupo e nus. A *Gaie France* buscava demonstrar na imagem uma normalidade, uma naturalidade na cena retratada, a ausência do sentimento de vergonha, por parte dos garotos, por estarem sem roupas diante de um adulto. Apontando para um modo de vida, sem pressões da sociedade, saudável, alegre, fraterno e em um tipo de situação que lhes oferece liberdade sem nenhum prejuízo.

**Figura 10:** Criança ao lado de uma estátua grega



Fonte: *Gaie France*, n. 7, jun./jul., 1993, p. 54

**Figura 11:** Ensaio fotográfico com jovens nus

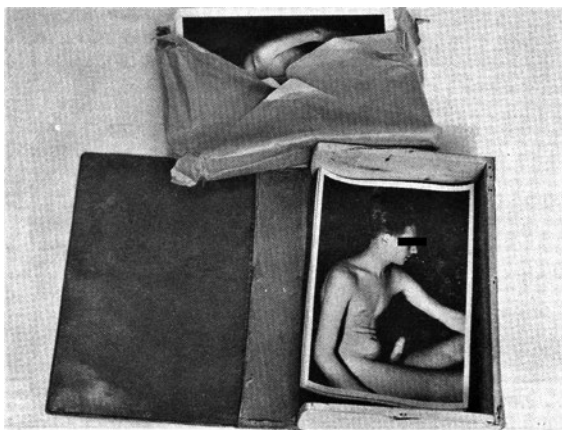


Fonte: *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 42

As Figuras 10 e 11 são indicativas e nos ajudam a levantar hipóteses de que os fotógrafos utilizavam a própria memória, critérios estéticos e subjetivos retratando a cultura da Grécia Antiga e participavam ativamente na construção das imagens e projetavam nelas as próprias expectativas e fantasias. Acreditamos que esses profissionais indicavam as poses dos menores que agradavam a si próprios e que acreditavam ser também do gosto de seu público.

De acordo com duas reportagens, sem autoria, publicadas na *Gaie France*<sup>12</sup>, alguns dos ensaios fotográficos com os modelos masculinos foram realizados entre as décadas de 1910 e 1980 em ambientes naturistas da Europa – como, por exemplo, na Alemanha – que serviam de local para essas atividades. Ainda, segundo a revista, os modelos fotográficos tinham entre 13 e 18 anos de idade. As imagens realizadas nesse período foram colecionadas, conservadas, organizadas e concedidas, pelos fotógrafos ou proprietários que adquiriram esses materiais, para serem publicadas na *Gaie France* na década de 1990. Isso comprova que eles tinham um caráter memorial e afetivo com as fotografias. Assim, os ensaios fotográficos com os modelos masculinos permitiam criar uma memória tanto para os fotógrafos como para a *Gaie France*, na qual os jovens de ontem, inevitavelmente, transformam-se em homens no futuro. Para ilustrar essa questão, a Figura 12 exhibe a preocupação com as expectativas futuras e o cuidado dos fotógrafos com as fotografias muito bem preservadas de jovens nus, guardadas em um envelope e em uma caixa, comprovando o valor sentimental do material como um instrumento ou um guardião de memória.

**Figura 12:** Envelope e caixa com fotografias antigas



Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992, p. 29

12

1) Uma estética da juventude. *Gaie France*. Lisboa: Associação dos Amigos da *Gaie France Magazine*, n. 2, ago./set. 1992; 2) Hajo Ortil ou “Big Old Joe”. *Gaie France*. Lisboa: Associação dos Amigos da *Gaie France Magazine*, n. 1, jun./jul. 1992.

Segundo La Marche (1993b), os ensaios fotográficos com os modelos e as coleções de fotografias podem ser entendidas sob três ângulos:

1. Os fotógrafos daquela época sabiam que a juventude abrange um caráter efêmero e que os jovens se transformam rapidamente em adultos. Eles sentiam, pois, a necessidade de registrar e de fixar a juventude desses jovens, condenada a desaparecer e guardá-la para as recordações futuras. Essa luta contra o esquecimento e a fugacidade explica o porquê de os admiradores de jovens desejarem fotografá-los nus e, às vezes, em posições sensuais, sozinhos ou com outros de sua idade.
2. As fotografias correspondem às relações eróticas dos fotógrafos com seus modelos, ou seja, a relação erótica se completava com a fotografia, na qual eles fixaram os aspectos que os interessavam na transformação do jovem em homem. As coleções de fotografias representavam, portanto, uma espécie de documentos biográficos eróticos e sensuais.
3. O trabalho de colecionar as fotografias permitia aos colecionadores trocá-las ou vendê-las com outros amantes de jovens, em particular com aqueles que não podiam vivenciar uma relação sexual ou amorosa com esses garotos. Esse “companheirismo grupal” permitia a esses homens satisfazer os seus desejos com a apreciação de imagens produzidas por amantes mais afortunados. Por outro lado, esse tipo de prática poderia ser perigoso. A *Gaie France* registrou a preocupação dos fotógrafos em manter em segredo as imagens realizadas nos ensaios fotográficos com os jovens. Na maioria dos países, nas últimas décadas, a produção de imagens de menores em situações impróprias foi proibida. Diante dessa situação, algumas imagens eram registradas com câmeras instantâneas Polaroid. Essa estratégia evitava a divulgação das fotos com os profissionais que revelavam os negativos de filmes antigos e os processos judiciais.

As reproduções de pinturas e de desenhos publicados na *Gaie France* revelam-nos que as pinceladas e os rabiscos evidenciam o uso da memória, a reconstrução e a valorização de determinadas posições do corpo e de expressões faciais. As reproduções de pintura da Figura 13 e a do desenho da Figura 14 mostram o interesse dos artistas em destacar a anatomia dos corpos de rapazes, dando ênfase à exposição espontânea da genitália; as posições sensuais; os olhares dos rapazes para os leitores; e a riqueza de detalhes nas duas obras.

**Figura 13:** Reprodução de pintura

Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992, p. 37

**Figura 14:** Reprodução de desenho

Fonte: *Gaie France*, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 34

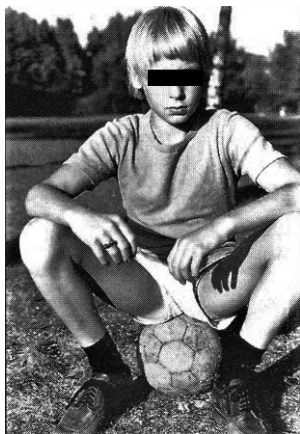
As imagens dos modelos registradas nas capas, nos ensaios fotográficos e nas reproduções de pinturas e desenhos evidenciam que os corpos de crianças e adolescentes eram publicados na *Gaie France* com o intuito de desenvolver uma espécie de vínculo dos leitores com a revista. Além disso, os corpos eram associados à cultura grega e aos aspectos como virilidade, masculinidade e ato sexual. Em se tratando dos fotógrafos, pintores e desenhistas, constatamos que esses profissionais utilizavam a própria memória, suas expectativas e fantasias nas obras produzidas.

### 3.4 Perfil do jovem

As imagens publicadas na *Gaie France* buscavam delinear algumas características para as crianças e os adolescentes. Nesse trabalho de composição, o interesse da revista era comprovar que os jovens gostam de esportes e atividades exercidas pelos adultos, ou melhor, que há interesses em comum, entre ambos. Na Figura 15, a *Gaie France* registrou o interesse de um jovem pela bola e pelo futebol e, na Figura 16, expressou

a preocupação de retratar um jovem montado em uma moto, um meio de transporte específico do adulto.

**Figura 15:** Criança e sua atividade de lazer



Fonte: *Gaie France*, n. 3, out./nov., 1992, p. 29

**Figura 16:** Jovem em atividade adulta

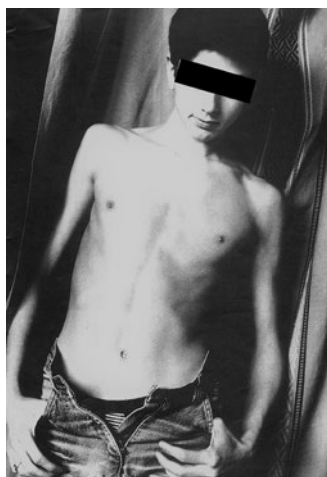


Fonte: *Gaie France*, n. 7, jun./jul., 1993, p. 66

As imagens revelam também a importância da *Gaie France* no reconhecimento da sexualidade e da liberdade sexual de crianças e adolescentes. A revista buscava romper com as proibições da sociedade, liberar os jovens de todos os moralismos e destacar que eles têm o direito de viver, intensa e tranquilamente, a própria sexualidade desde muito cedo. A Figura 17 assume a ideia de que, apesar de o jovem ser considerado juridicamente menor, ele seria, na verdade, fisicamente maior. A Figura 18 defende que o jovem tem uma sensualidade natural, espontânea e erótica e que ele é capaz de seduzir e provocar o ato sexual. A imagem expõe um menino olhando para frente, sem camisa e com o zíper da calça aberto, mostrando sua cueca.

**Figura 17:** Criança com corpo de adulto      **Figura 18:** Jovem e sedução

Fonte: Gaie France, n. 8, set./out., 1993, p. 62



Fonte: Gaie France, n. 1, jun./jul., 1992, p. 59

Essas imagens, além de evidenciar que os jovens são dotados de uma sexualidade, defendem a possibilidade de crianças e adolescentes exercerem atividades sexuais. Mas, é necessário criticar esse discurso da *Gaie France*. Os estudos de Freud (2016) comprovam a existência de uma sexualidade infantil na criança.<sup>13</sup> Entretanto, é relevante destacar que o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente é gradativo. Em se tratando de sexualidade, os jovens sentem um misto de curiosidade e aversão em relação ao sexo. Isso só mudará com o tempo, à medida que eles forem crescendo e incorporando, naturalmente, outras concepções sobre a própria sexualidade. Verhoeven (2007, p. 555 e 556) completa que “apesar de a criança possuir sexualidade e a exercitar, devemos observar essa situação como um treino, uma espécie de ensaio para que possa bem exercê-la quando madura”. Diante desses fatores, não faz sentido defender que menores de idade exerçam atividades sexuais na infância e na adolescência.

13

Freud (2016) distingue sexualidade (prazer) e reprodução (perpetuação da espécie).

É possível constatar, por meio da análise das imagens nesse eixo temático, que a *Gaie France* delineava um perfil para os jovens<sup>14</sup> e demonstrava ter uma postura militante em defesa do relacionamento sexual de adultos com crianças e adolescentes. Ademais, os discursos presentes nas imagens publicadas na *Gaie France* não consideram a vulnerabilidade inerente a crianças e adolescentes e as consequências nefastas contra a dignidade e a integridade psíquica ou física de menores de idade.

Em contrapartida, Rodrigues (2008) e Williams (2012) relatam o seguinte argumento: quando o menor é inserido em atividades sexuais inapropriadas para sua idade, gera-se uma agressão na evolução saudável de sua sexualidade e de sua vida social como um todo, podendo causar uma série de efeitos nocivos, a curto e a longo prazo. Como, por exemplo, problemas no desenvolvimento da própria sexualidade, síndrome de medo, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão, exclusão social, dificuldades de relacionamentos e sentimentos de menos-valia, entre outros, de repercussões incalculáveis para o desenvolvimento futuro desse jovem. Vale dizer que o trauma, decorrente de um abuso sexual em um jovem, não diz respeito ao momento exato em que ocorreu o fato. Na verdade, o trauma é construído *a posteriori*, em outras temporalidades. Refere-se às recordações do momento em questão, em função de novas experiências vivenciadas pelo jovem.

### 3.5 Leis e consentimento

As imagens também focaram em temas como leis que determinam a idade de consentimento para o ato sexual. Para a *Gaie France*, as leis, além de limitarem a idade de consentimento para o ato sexual, criminalizam e castigam injustamente o adulto que pratica sexo com jovens. A Figura 19 mostra a força da lei, representada por um policial, em um plano superior, durante um flagrante do ato sexual entre um adulto e um menor. A imagem transmite a ideia de que a lei e as instituições do Estado são

14

Não foi possível determinar a existência de um recorte de classe. Porém, algumas imagens representam jovens dos colégios ingleses de classe social alta e acreditamos que alguns jovens retratados podem ser de camadas pobres e alvos de exploração por serem de áreas periféricas.

sistemas invasores e que atrapalham a vida dos adultos que praticam sexo com menores de idade. Além disso, as imagens retratavam o poder das leis que, geralmente, são acionadas pelas famílias em situações que envolvem os jovens em atividades sexuais com adultos. A Figura 20, por exemplo, exibe um menino nu correndo, transparecendo que ele está com medo diante de uma situação traumatizante e de perigo e, ao fundo, figuras humanas obscuras e sombrias segurando objetos e perseguindo o menor. A imagem quer difundir a informação de que as famílias, com suas religiões e moralismos, traumatizam o menor com os comportamentos negativos, dos pais e de outros familiares, quando a relação sexual com um adulto é descoberta.

**Figura 19:** O policial e a Lei



Fonte: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 24

**Figura 20:** Famílias e o jovem



Fonte: Gaie France, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 23

As imagens demonstram também a preocupação da *Gaie France* em comprovar que as intervenções das instituições do Estado, com seus agentes e suas atividades, – interrogatórios policiais, exames psicológicos, julgamentos, afastamento obrigatório e aprisionamento do “companheiro adulto” – desenvolvem o sentimento de culpabilidade no menor, transformando em desagradável e negativa o que a princípio foi uma experiência agradável, positiva e harmônica. A Figura 21 ilustra bem essa constatação. A imagem descreve a cena de um interrogatório em que um funcionário



da justiça faz perguntas íntimas a um menino chorando. As perguntas abordam o ato sexual dele com um adulto. A revista quer evidenciar não só o papel traumatizante da justiça que focaliza apenas os detalhes pornográficos dos atos sexuais em seus mínimos detalhes, mas também que a única função da vítima é fornecer informações à polícia para culpar o acusado a qualquer preço.

**Figura 21:** Interrogatório



Fonte: *Gaie France*, n. 4, dez. 1992/jan. 1993, p. 20 e 21

Por todos esses aspectos, de acordo com a *Gaie France*, a família e o Estado são, com suas leis que abordam a idade de consentimento para as relações sexuais e seus moralismos, os agentes responsáveis por traumatizar os jovens quando esses participam de atos sexuais com os adultos. Desse modo, a revista transmitia a culpa para essas instituições e, ao mesmo tempo, criava um tipo de negacionismo de que o ato sexual de adultos com menores não causa sequelas. Tratava-se, pois, de uma estratégia organizada pela *Gaie France*, destinada a ocultar a verdade e destruir tudo o que o meio de comunicação negava. Seu intuito era dispersar os que se opusessem aos seus argumentos ou era uma forma de escapar das críticas sociais e

também minimizar ou silenciar uma outra realidade, a vulnerabilidade e as consequências traumáticas que podem acometer crianças e adolescentes quando são expostos em situações em que não estão preparados. Então, como demonstrou Silva (2016), as imagens podem propagar um sentimento de identidade, de cultura e de política e servem aos interesses de grupos na luta por reconhecimento diante de adversidades sociais.

Para a *Gaie France*, as leis que determinam a idade de consentimento para o ato sexual significam obstáculos e, por esse motivo, a mídia militava pela eliminação ou reformas dessas regulamentações. Em relação a esse discurso da revista, é necessário realizar alguns apontamentos. De acordo com o artigo 217-A do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2004), qualquer conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos é considerado crime. Ademais, do ponto de vista de boa parte da população mundial, qualquer tipo de experiência sexual só pode acontecer por meio do consentimento e qualquer outra forma de sexo é interpretada como ilegal, violenta ou criminosa. Na visão de Rodrigues (2014), o consentimento se concretiza a partir de dois componentes básicos: a pessoa deve ter consciência do que está consentindo e precisa ter liberdade para dizer sim ou não. Para o autor, crianças e adolescentes são incapazes de consentir experiências sexuais com adultos por causa da condição de vulnerável e de tutela. Ele defende que os jovens, muitas vezes, não têm liberdade de dizer sim ou não a um adulto, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista psicológico. As observações de Rodrigues (2014, p. 66 e 67) são fundamentais para entender essa nuance da questão:

Do ponto de vista legal, a criança está sob a autoridade de um adulto e não tem livre escolha. Do ponto de vista psicológico, a criança tem dificuldade em dizer não a um adulto, sobretudo porque o adulto normalmente detém todos os tipos de recursos em suas mãos: afeto, comida, dinheiro, abrigo e segurança. Nesse sentido, a condição da criança é como a de um prisioneiro, por estar completamente rendida nas mãos de uma autoridade ou instituição. Por isso, a maioria dos casos em que parece haver sexo consensual pode ser apenas uma resposta ao poder exercido pela pessoa em posição de autoridade.

Convém acrescentar que, na Constituição Federal (BRASIL, 2004, p. 8 e 9), o artigo 1º, inciso III garante “a dignidade da pessoa humana” e, no artigo 4º, inciso II, a “prevalência dos direitos humanos” como princípios fundamentais em todo território brasileiro. Dessa maneira, é inviável modificar as leis e conceder a um adulto a liberdade de praticar sexo com crianças e adolescentes e diminuir a idade mínima consensual aos militantes do movimento de ativismo pedófilo, pois é um tipo de situação que pode trazer consequências prejudiciais, a curto ou longo prazo na vida dos menores. Além disso, tais concessões violam o direito de pessoas que estão em fase de desenvolvimento e, por esse motivo, esses jovens necessitam de cuidados e amparo especiais. Nesse sentido, não é possível conceder liberdade de um adulto a praticar relações sexuais com crianças, visto que se tornariam objetos e não sujeitos da relação.

## *Considerações finais*

Em virtude do que foi mencionado, foi possível analisar que a *Gaie France* apresentava objetivos peculiares com as publicações das imagens. Esses recursos visuais tinham um caráter simbólico, visto que a revista buscava criar uma imagem para si e para a sociedade. O simbolismo nas imagens servia para registrar e comprovar a veracidade dos fatos apresentados e conceder às pessoas que faziam parte da revista o sentido de uma identidade e de pertencimento a um grupo, por meio de uma memória compartilhada, ou até mesmo uma espécie de negociação. Era uma identidade mesclada com o sentimento de supremacia masculina, branca e europeia e com argumentos sobre a pedofilia.

Para a *Gaie France*, os seus leitores necessitavam de referências culturais e históricas para o aumento da autoestima deles. Com essa visão, o meio de comunicação produzia vínculos entre as pessoas que eram responsáveis por sua criação e os seus leitores e defendia os argumentos do movimento de ativismo pedófilo, do qual a revista fazia parte. Dessa forma, o significado de memória construído na *Gaie France*, no início da década de 1990, apresentava um viés político articulado com as demandas da época.

A memória e as imagens eram peças fundamentais e instrumentos representativos e impositivos na luta por um projeto de poder, o qual objetivava, principalmente, obter transformações sociais e políticas na sociedade, tais como a aceitação pública dos sentidos construídos sobre a pedofilia na revista e a anulação das leis que criminalizam a prática sexual com pessoas de idade inferior ao mínimo legal estabelecido por parte do Estado, em países onde a *Gaie France* era comercializada.

Para isso, o meio de comunicação realizou um revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade dos conteúdos. Essa estratégia argumentativa e política envolve questões que precisam ser mencionadas. A reescrita do passado tinha como base uma visão patriarcal de dominação masculina e visava defender a ideia de que as pessoas tinham o direito de reivindicar e manifestar, publicamente, quem são os objetos de seus desejos. Nesse caso, com uma visão machista, crianças e adolescentes eram apresentados como instrumentos de prazer sexual, sem conceder a devida importância às suas personalidades e vulnerabilidades. Tratava-se de uma manipulação, na qual uma situação atual era interpretada a partir de fatos do passado e sistemas de dominação e visavam impor hierarquias e violências culturais; enfatizar o lugar do dominante e do dominado, ou seja, de adultos em relação aos jovens; registrar determinadas ideias sobre comportamentos e a pedofilia no meio social; e interferir no direcionamento das ações de pessoas que liam a revista.

A intenção dos criadores da *Gaie France* não era construir apenas um veículo de comunicação, de informação e de entretenimento, mas também uma fonte de História e de memória para seus leitores, na qual a virilidade estava relacionada à atividade sexual, a uma atitude masculinizada e ao desejo sexual por jovens. Para tanto, foi criado um passado mítico marcado por lembranças registradas em imagens, por tradições antigas, por uma nostalgia e pelo desejo de regresso de comportamentos e práticas de outros períodos históricos como aspectos que precisavam ser valorizados e legitimados na *Gaie France*. Essa compreensão histórica e coletiva tinha como objetivo prático conceder aos leitores da revista uma identidade, caracterizada por uma percepção temporal, e uma orientação intencional em ações relacionadas aos jovens. Era uma estratégia que buscava oferecer

às pessoas que liam a *Gaie France*, o esquecimento da culpa e isentá-las sobre as responsabilidades de seus atos.

É aceitável e produtivo acessar os processos históricos, principalmente, interrogar o passado a partir de questões que nos afetam atualmente como, por exemplo: racismo, homofobia, violência, disseminação do ódio, avanço do fascismo, aumento da fome, da pobreza e das desigualdades, abuso sexual e pedofilia. Isso é fundamental para o entendimento de outros períodos históricos e do presente, para a ampliação de debates e de criação de políticas públicas.

É necessário, todavia, levar em consideração que os posicionamentos avaliativos sobre o passado devem ser feitos com responsabilidade, uma vez que podem causar um impacto no imaginário individual e coletivo em decorrência das variadas interpretações no meio social. É importante que a reescrita do passado e a construção de memórias não contenham manipulações abusivas de informações históricas a favor de: ideias racistas, homofóbicas, machistas, xenófobas e preconceituosas; argumentos que possam contribuir para a incitação do ódio, a desvalorização dos direitos humanos, o sofrimento de pessoas. Ao contrário disso, a reescrita do passado e a memória podem contribuir para a construção de pautas relevantes e estimular a crítica e debates de temas importantes para a sociedade, evitar o apagamento de sujeitos e de temáticas e propor leituras do passado que colaborem para um futuro com mais tolerância e respeito entre as pessoas.

A *Gaie France* não existe desde dezembro de 1993, entretanto, com o uso do revisionismo ideológico, outras associações inseridas no movimento de ativismo pedófilo continuam, ainda nos dias atuais, praticando a militância. Só que, dessa vez, por meio dos *sites*, tentando influenciar a subjetividade de internautas e defendendo os mesmos discursos da *Gaie France*. Um exemplo disso é a NAMBLA (*Nort-American Man/Boy Love Association*) que diz ser benéfico para crianças e adolescentes praticar sexo com adultos, tal como feito na Grécia Antiga. O revisionismo ideológico utilizado por essas associações é uma forma intencional de transmitir valores e crenças. Sendo assim, essa estratégia argumentativa tem uma potencialidade, uma responsabilidade e não está desvinculada de ações.

As imagens publicadas na *Gaie France* e a construção de memória revelam, portanto, o sistema patriarcal, a desigualdade de poder entre adultos e menores de idade e que os argumentos apresentados nesses recursos visuais não são fatos isolados, mas sim um problema estrutural que estatisticamente afeta muitas pessoas. Para alguns segmentos da sociedade, esses argumentos são delicados, feios e desconfortáveis, porque revelam detalhes sobre a nossa cultura que, segundo eles, devem permanecer silenciados. Mas, se não discutirmos esses argumentos, então, seremos parte do problema, pois estaremos contribuindo com as associações do movimento de ativismo pedófilo e com os agressores sexuais que tentam banalizar os discursos apresentados na *Gaie France*. Com essa banalização, o problema deixa de ser interpretado como tal e torna-se comum, “normal” e invisível socialmente.

## Referências

- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *O Nu na Antiguidade Clássica*. 3. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- ARIÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P; BÉJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 2. ed., São Paulo: editora Brasiliense, 1986, p. 77-92.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei nº. 8.069, de 13/07/1990 – Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. *Constituição Federal, Código Civil (2002/1916), Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo Penal*: legislação complementar fundamental (Organização editoria jurídica da Editora) 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.
- CID-10. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade* 2. O uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901 – 1905)*. v. 6, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FUNARI, Pedro Paulo. Anacronismo e apropriações. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Novos combates pela História: Desafios – Ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 115-146.
- GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEL, Vera.; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô (Org.). *Por que memória social?* 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013, p. 91.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Violência Sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 225-252, 2006.
- LAWLER, Stepy. Introduction: Identity as a question. In: \_\_\_\_\_. *Identity*. Cambridge: Polity Press, 2014. p. 1-22.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 419-476.
- LOWENKRON, Laura. As várias faces do cuidado na cruzada antipedofilia. *Anuário Antropológico*, Brasília UnB, v. 41, n. 1, p. 81-98, 2016.
- \_\_\_\_\_. A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad*. n. 15, p. 37-61, 2013.

- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Novos combates pela História: Desafios – Ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.
- PAIXÃO, Luciano de Pontes. *Pederastia e pedofilia na Gaie France: uma crítica sobre a produção de subjetividades em uma revista publicada na década de 1990*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2018.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, p. 200-212, 1992.
- RODRIGUES, Herbert. *A pedofilia e suas narrativas*. Uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil. (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RODRIGUES, Willian Thiago de Souza. A pedofilia como tipo específico na legislação penal brasileira. *Âmbito Jurídico*, n. 59, Rio Grande, 2008.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 19 e 90. (Coleção Primeiros Passos)
- SILVA, Sergio Luiz Pereira da. Desafios metodológicos em memória e fotografia. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô (Org.) *Por que memória social?* 1. ed., Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 309-322.
- VERHOEVEN, Suheyla Fonseca Misirli. Um olhar crítico sobre o ativismo pedófilo. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, ano 8, n. 10, p. 547-569, 2007.
- VRISSIMTZIS, Nikos. *Amor, sexo & casamento na Grécia Antiga*. Um guia da vida privada dos gregos antigos. São Paulo: Odysseus, 2002.
- WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. *Pedofilia: identificar e prevenir*. São Paulo: Brasiliense, 2012.



# DAS NORMAS ÀS ORDENS DO TEMPO: A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – PMBA NA DEMOCRACIA (1980 – AOS DIAS ATUAIS)

*Of the rules to the orders of time: the military police of  
Bahia - PMBA in democracy (1980 – to the presente  
time)*

---

Filipe Arnaldo Cezarinho<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar o atual estado da Polícia Militar da Bahia – PMBA em tempos de ascensão dos valores democráticos. O recorte temporal data de 1980 aos dias atuais. Portanto, trata-se de uma História do Tempo Presente. Metodologicamente, os documentos oficiais foram interpretados dentro de uma relação passado-presente-futuro a partir das contribuições de Reinhart Koselleck (2006). O conceito de democracia permeia toda a discussão, servindo como ponto de tensão constante às atividades da instituição Polícia e dos policiais. Os resultados apontam para dois caminhos: a) a PMBA tem demonstrado esforços, ao menos em seus documentos, para o atendimento das demandas e valores da democráticos; b) no campo da prática, o apego dos policiais ao passado demonstra acarretar incongruências que, efetivamente, distanciam suas ações dos ideais dos Direitos Humanos.

*Palavras-chave:* Polícia Militar da Bahia; Democracia; História Social das Instituições.

## ABSTRACT

The goals of this research is to analyze the current state of the Bahia Military Police - PMBA in times of rise of democratic values. The time cut dates from 1980 to the present day. Therefore, it is a History of the Present Time. Methodologically, the official documents were interpreted within a past-present-future relationship, based on the contributions of Reinhart Koselleck (2006). The concept of democracy permeates all discussion, serving as a constant point of tension to the activities of the institution Police and the police. The results point to two paths:

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em História e Regiões (UNICENTRO), especialista em Educação, Cultura e Diversidade (UFRB) e Licenciado em História pela (UFRB). Professor na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, atualmente. E-mail: [cezarinhohistoria@hotmail.com](mailto:cezarinhohistoria@hotmail.com)

a) the PMBA has demonstrated efforts, at least in its documents, for the fulfillment of democratic demands and values; b) in the field of practice, the attachment of police officers to the past demonstrates effectively distance their actions from the ideals of Human Rights.

*Keywords:* Police Military Bahia; Democracy; Social History of Institutions.

## *Introdução*

O objetivo maior deste artigo é compreender a atual estruturação e funcionamento da Polícia Militar baiana em contexto histórico de ascensão da democracia. Ao final, faz-se pertinente afirmar se a corporação, de fato, integrou-se aos pressupostos da democracia ou, caso contrário, alinhavar sobre quais são os empecilhos ainda presentes. Arrolamos um conjunto de documentos oficiais que apresenta informações preciosas para o entendimento dessa instituição num estrato temporal de propagação dos valores democráticos. Situando no tempo a trama analítica que se apresenta, tomamos a década de 1980, que tem seu ápice com a Constituição de 1988, aos anos recentes. Nos últimos quarenta anos, foram percebidas mudanças estruturais no âmbito policial que reverberaram, ao menos, em seus documentos primazes.

Antes de qualquer coisa, a democracia é entendida neste trabalho por sua indeterminação. Isso se verifica nas crises constantes que perfuram seus postulados de tempos em tempos. E agora não seria diferente. Sugerimos, então, entendê-la como nos revelou o historiador francês Pierre Rosanvallon (2010): “Longe de corresponder a uma simples incerteza prática sobre os meios de seu estabelecimento, o caráter vacilante da democracia participa mais profundamente de sua própria essência” (p. 74). Só quando tomamos a democracia a partir de sua historicidade conflituosa é que abrimos canais de interpretação não romantizadas. Tentaremos, de alguma maneira, mostrar que isso se aplica à própria instituição policial, em sua prática, quando decaem suas “boas intenções” ao executá-la. Ora, é olhando desse

modo que conseguiremos alocar a democracia no interior de um problema que não cessa.

Reconhecendo ser este um trabalho localizado no campo da História do Tempo Presente e, por tal, preocupado com discórdias candentes, a hipótese adotada é a de que a instituição Polícia resguarda uma tradição que, de uma forma ou de outra, toca em praticamente todas as suas pretensões no presente. Então, significa observar como os lampejos do presente sofrem contenções ou são alimentados através de informações temporais de longa data. Olhar dessa forma para a Polícia baiana é considerar as ordens do tempo imbricadas, interligadas ou, para usar a expressão de Jacques Rancière (2011, p. 49), em anacronias. Isso posto, “uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do ‘seu’ tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra”.

Se combinarmos esse procedimento teórico com o que foi proposto por Reinhart Koselleck (2006, p. 136), as coisas ficam mais evidentes. Abordando sobre as estruturas, o historiador dos conceitos apontava que essas ultrapassam as experiências individuais e coletivas dos eventos, estando-as demarcadas pela longa duração. São formações que, na maioria das vezes, conduzem e limitam a vida em sociedade: “Sem desejar avaliar aqui tais estruturas, podemos dizer que todas têm em comum o fato de que suas constantes temporais ultrapassam o campo da experiência cronologicamente registrável dos indivíduos envolvidos em um evento”. Mesmo com esse entrelaço, as estruturas estão ao nível histórico, pois são imaginadas de forma processual, podendo, com isso, atender aos requisitos do cotidiano. O exemplo dessa percepção está nos costumes de determinadas sociedades. Assim, as estruturas sociais, políticas, culturais, econômicas, epistemológicas, psicológicas etc. podem e devem ser sentidas pela experiência quando não ultrapassam as unidades de memória das gerações contemporâneas.

O *Plano Estratégico 2017-2025* (BAHIA, 2017) será lido de forma que vivências passadas da instituição policial deem sentido às dimensões passado-presente-futuro. Por esse trajeto, Koselleck (2006) propõe duas categorias para o pensamento histórico: experiência e expectativa. A Polícia

Militar da Bahia projeta-se ao futuro por meio de um passado que se vive no presente. Uma triangulação. São as experiências na sociedade baiana que a legitimam no tempo recente e criam projeções de futuro: “Nessa linha de evolução, todas as conquistas transatas serviram de referência para a elaboração do nosso Plano Estratégico para o período de 2017 a 2025, quando, então, a Corporação estará completando 200 anos de existência, uma polícia bicentenária” (BAHIA, 2017, p. 12).

O documento supracitado apresenta belíssima aparência estética. É composto por dezenas de imagens, sendo que cada uma preserva ou procura avivar valores caros à instituição militar dentro de um contexto democrático. Tomemos como exemplo a imagem da capa, que é composta por uma militar mulher de alta patente, dois policiais homens carregando cada um uma criança (um menino e uma menina), uma criança vestida com a farda militar e um policial negro sorrindo. Basicamente, podemos extrair da fotografia ideias que remetem à tradição, pois as crianças representam exatamente uma função geracional que a Polícia Militar tenta exprimir. Por outro lado, também há a demonstração da diversidade, ou seja, uma polícia que se representa enquanto inclusiva, sugestionando estar atendida às demandas de grupos sociais vigentes.

**Imagem 1:** Capa do Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia – PMBA.



**Fonte:** Extraída do Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia (BAHIA, 2017).

Entretanto, não estamos insinuando que as alterações que acometem os diversos ramos da existência policial no tempo presente sejam meras reproduções de um passado em contexto temporal diferente. Problemas novos passaram a constituir o circuito da vida policial. Destaca-se, por exemplo, o advento da *internet* que transformou radicalmente formatos tradicionais de policiar a sociedade e, por outro lado, de exercer o próprio controle sobre esses agentes quando maculados por práticas desviantes. Desenvolvida na segunda metade do século XX, a *internet*, inicialmente, ganhara visibilidade enquanto instrumento no apoio à destruição: fora idealizada para a violência; para a guerra. Destarte, foi, gradualmente, penetrando em instituições de controle, como no caso da Polícia, e tornando-se componente cada vez mais explorado na montagem de planos estratégicos, policiamento ostensivo, aperfeiçoamento das unidades de operação e no que tange à inteligência.

### *Configuração atual da Polícia Militar da Bahia: uma visão panorâmica*

A Lei nº 13.201, de 9 de dezembro de 2014, que reorganizava a Polícia Militar da Bahia, deliberou sobre as finalidades e competências dessa instituição existente na Bahia há quase duzentos anos. São traçados, logo nos dois primeiros incisos do Art. 1º, pontos norteadores que avançam sobremaneira às percepções comuns do exercício diário de sua atuação, ou seja, como mera força vinculada ao Estado que sai às ruas para “caçar” sujeitos que cometem ilicitudes e crimes:

I – executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado, planejado pelas autoridades policiais militares competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a prevenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II – exercer a missão de polícia ostensiva de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de proteção ambiental, guarda de presídios e instalações vitais, além do

relacionamento com a prevenção criminal, justiça restaurativa, proteção e promoção aos direitos humanos, preservação e restauração da ordem pública (Bahia, 2014, p. 1).

Dispostos acima, a Polícia atua em diversas frentes, não estando limitada às comumente visões construídas no imaginário coletivo. Os serviços podem ser distribuídos da seguinte maneira: policiamento de trânsito, policiamento rodoviário, policiamento ambiental, policiamento de guardas, policiamento comunitário, policiamento de choque, operações especiais, policiamento turístico e policiamento em eventos, por exemplo (BAHIA, 2017). A sensação aparente, quando esmiuçada a gama de atribuições ostensivas e operativas dessa corporação, é a de que a polícia ocupa todos os espaços da realidade social e que estamos sob a égide de uma sociedade completamente policiada. O paradigma do controle.

Embora haja essa ilusória onipresença de policiais em todos os setores da vida, como passível de indução ao ler a fonte anterior, as coisas não funcionam bem assim. Em primeiro lugar, a Bahia é o quinto maior estado do Brasil, possuindo extensão territorial de 564.760,427 km<sup>2</sup> (IBGE, 2024). Em segundo lugar, estima-se que sua população seja de aproximadamente 14.870.907 pessoas (IBGE, 2025). Por último, o efetivo policial em todo o estado é de 44.392 servidores (BAHIA, 2014, p. 13). Calculando esses dados, teríamos, em média, cerca de 297 policiais militares para cada 100 mil habitantes. Significa dizer que a sensação de realmente vivermos sob o olhar policial pode advir de outros fatores e não da presença física desses servidores públicos pelas ruas.

Um tipo de recurso da Polícia que induz a imaginar a sua disseminação por todos os espaços da vida está no método quantitativo. Quantificar ações e resultados obtidos é a forma tradicional manejada por instituições que se pretendem totais. Alguns desses dados são interessantes. O *Comando de Operações Policiais Militares* contabilizou diversas atuações desenvolvidas entre o período que vai de primeiro de janeiro a vinte de novembro do ano de 2022. Seguem alguns desses dados:

- = 8.353.767 (oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentas e sessenta e sete) pessoas abordadas;
- = 388.081 (trezentos e oitenta e oito mil e oitenta e um) estabelecimentos abordados;
- = 159.614 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e quatorze) pontos de ônibus abordados;
- = 1.536.418 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e dezoito) carros abordados;
- = 2.027.193 (dois milhões, vinte e sete mil, cento e noventa e três) motos abordadas;
- = 35.852 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois) ônibus abordados;
- = 86.626 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis) táxis/APP abordados (BAHIA [s.d.]).

A quantificação das ações efetuadas pela Polícia Militar baiana, em todo o território estadual, permite concluir que a sua maior performance incide no método da abordagem cara a cara. Ao que parece, revistar transeuntes exige pouco investimento material, o que corrobora a diminuição de gastos por parte da instituição e, conseqüentemente, não necessitando de muitos recursos para a sua realização. Destaca-se, assim, o real significado do que é denominado de policiamento ostensivo.

Ora, e os resultados das operações? É também o *Comando de Operações Policiais Militares* que traz, em destaque, alguns dos resultados alcançados dentro da mesma margem temporal: 10.029 (dez mil e vinte e nove) presos em flagrantes, 1.153 (mil, cento e cinquenta e três) adolescentes apreendidos; 7.415 (sete mil, quatrocentos e quinze) Termos Circunstanciados de Ocorrências – TCO lavrados; 1.154 (mil, cento e cinquenta e quatro) mandados de prisão cumpridos; 3.908 (três mil, novecentas e oito) armas de fogo apreendidas; 4.435 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco) veículos recuperados; e 9.891 (nove mil, oitocentos e noventa e uma) apreensões de drogas (BAHIA [s.d.]).

Mesmo decodificando o esforço e o árduo trabalho de agentes policiais em exercício da função, outros dados colocam o Estado baiano em condições críticas de crime e violência. O orgulho obtido com as vitoriosas campanhas militares precisa ser contraposto com o amargor de indicadores alarmantes divulgados por diferentes instituições. Uma radiografia feita pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) diagnosticou a Bahia como o terceiro Estado na lista com o maior número absoluto de vítimas de roubo. Estima-se que quase 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas, na faixa etária acima dos 15 anos, tenham sido assaltadas no espectro temporal de 2020 a 2021 (QUASE, G1 BAHIA, 2022). No ano de 2019, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA apontava que a Bahia apresentava elevado índice de mortes por armas de fogo, colocando-a na terceira posição entre os demais da federação: “A maior taxa ocorreu no Rio Grande do Norte: 33,7 homicídios por 100 mil pessoas residentes. Na sequência se destacaram, com as mais elevadas taxas: Sergipe (33,5), Bahia (30,9) [...]” (Cerqueira, 2021 p. 92). Logo, o brilho das informações concatenadas no site oficial da Polícia Militar baiana pode ocultar dados relevantes que se contrapõem à sua efetividade no campo social.

O debate presente sobre as ações consideradas positivas pela Polícia e a frustração com os dados alarmantes de aumento da criminalidade podem ser analisados, ainda, dentro de duas problemáticas conhecidas por especialistas sobre o tema. No primeiro caso, Paula Poncioni (2021) chamou a atenção para a representação do trabalho policial. Conforme a autora, existem duas percepções do trabalho policial: de um lado, o “real trabalho de polícia”, aquele comumente admitido pela sociedade (mídia, polícia, produções filmicas etc.) que se refere ao combate ao crime, à manutenção da lei e da ordem, e, do outro lado, o “trabalho policial verdadeiro”, sendo esse voltado majoritariamente para as atividades que não necessariamente são/estão ligadas ao mundo da criminalidade.

Diante disso, o comprometimento da Polícia em trazer publicamente as atividades voltadas ao “real trabalho de polícia”, em detrimento do “trabalho policial verdadeiro”, carrega certas artimanhas. Essa representação funciona como um dispositivo legitimador da presença policial na sociedade. Poncioni (2021, p. 189-190), analisando dados obtidos de suas entrevistas, considera que

essa ênfase no ‘legalismo’ encontrada nos discursos dos entrevistados insere-se na retórica de defesa do trabalho policial em um contexto no qual a polícia vinha sendo criticada veementemente – pelo poder político,



pela mídia e pelo público em geral – por sua ineficiência, violência e o arbítrio em relação ao controle do crime.

Já no segundo caso, aquele condizente aos dados que alçam a Bahia à condição de uma região violenta, sugere que, mesmo com a devida presença da Polícia e de policiais, crimes continuam a ser cometidos. Isto é, a presença da polícia não necessariamente inibe a criminalidade, pois a sua ação, na grande maioria dos casos, dá-se após a feitura do crime. A Polícia age reativamente. Teríamos que fazer as seguintes perguntas: se o papel projetado pela Polícia é o de garantir o bom funcionamento da lei e da ordem, mas os dados têm apontado para a forte presença da criminalidade, essa instituição ainda se justificaria no seio social? Qual o futuro das polícias nas sociedades democráticas?

Aparentemente de pouca relevância para o senso comum tais questionamentos, a realidade é a de que esse tipo de problematização já vem sendo feito por estudiosos há algumas décadas. As análises têm apontado para o redirecionamento das polícias ocidentais dentro de contextos democráticos como viabilidade de sua presença. David Bayley e Clifford Shearing (1996) entendem que a reestruturação das polícias pode trazer novas relações com os Direitos Humanos, a igualdade e até mesmo com a segurança pública. Isso porque, em termos de policiamento, as polícias públicas não são mais as únicas detentoras dessa atividade. O avanço vertiginoso do policiamento privado em diversos países europeus e na América do Norte tem corroborado para a reavaliação do próprio papel dessas instituições. Além desse fenômeno, a identidade policial também entra em tensão, tendendo a se voltar ao campo do comunitário.

É tendo consciência desse quadro de mudanças que olharemos para a PMBA. Duas características de tempos longínquos são basilares: a hierarquia e a disciplina. Esses dois componentes continuam a delimitar o ritmo de funcionamento da instituição. Essa afirmação é comprovada em praticamente todos os documentos oficiais da Polícia. Logo no Art. 2 da Lei nº 13.201/2014, são apontados os princípios norteadores. A importância que a hierarquia e a disciplina possuem está clara a partir da posição ocupada por elas no próprio texto. Não precisa ser especialista em semiótica para tal observação:

Art. 2º A Polícia Militar é regida pelos seguintes princípios institucionais:

I – Hierarquia militar;

II – Disciplina militar;

III – Legalidade;

IV – Impessoalidade;

V – Moralidade;

[...]

XI – Respeito aos direitos humanos;

XII – Proteção e promoção à dignidade da pessoa humana  
(BAHIA, 2014, p. 3).

A disposição em sequência dos princípios pode, se atendermos aos critérios de análise do discurso, levantar suposições de que a sua ordem estabelece sua prioridade. Ou seja, desde tempos remotos, são a hierarquia militar e a disciplina militar pilares inegáveis da formação e organização da Polícia Militar da Bahia. Obviamente que esses postulados se estendem às demais polícias estaduais em todo o Brasil. Nesse sentido, cabe demonstrar como está hierarquicamente montada a corporação em tempos presentes. Os quadros abaixo também informam sobre a quantidade de praças e oficiais existentes na PMBA.

**Quadro 1:** Quantitativo de praças da Polícia Militar da Bahia – PMBA.

| GRADUAÇÃO         | TOTAL         |
|-------------------|---------------|
| SUBTENENTE        | 1.650         |
| 1º SARGENTO       | 5.954         |
| CABO              | 8.150         |
| SOLDADO 1ª CLASSE | 23.642        |
| <b>TOTAL</b>      | <b>39.396</b> |

**Fonte 2:** Quadro adaptado pelo autor através da Lei nº 13.201, de 9 de dezembro de 2014, p. 31.

**Quadro 2:**Quantitativo de oficiais da Polícia Militar da Bahia – PMBA.

| POSTO                  | TOTAL        |
|------------------------|--------------|
| <b>CORONEL</b>         | 31           |
| <b>TENENTE CORONEL</b> | 149          |
| <b>MAJOR</b>           | 358          |
| <b>CAPITÃO</b>         | 1.452        |
| <b>1º TENENTE</b>      | <b>3.006</b> |
| <b>TOTAL</b>           | <b>4.996</b> |

**Fonte 3:** Quadro adaptado pelo autor através da Lei nº 13.201, de 9 de dezembro de 2014, p. 30.

Os oficiais são os que gerem a instituição policial. Obviamente, não aparecem nos noticiários dos jornais na captura de criminosos(as). Quando vistos pelas mídias, é sempre para prestar informações sobre o funcionamento da instituição ou, corriqueiramente, dar conta de ações virulentas efetivadas por seu corpo militar em contato direto com a população. Em outras palavras, são os especialistas ou “intelectuais” que definem os rumos da instituição. Antonio Gramsci (1982, p. 7), estudando o conceito de intelectual, instruía em seu livro que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. A chave está na função. Seus apontamentos informam sobre dois grandes modelos de acepção do intelectual: o primeiro seria aquele originário de um grupo social, e o segundo, enquanto independente, externo ao nascimento desse grupo.

Supondo que os oficiais da Polícia baiana se enquadrem nesse primeiro bloco, são esses, claramente, a planejar e decidir os caminhos a serem tomados pela corporação. Abre-se um distanciamento entre gerência (oficiais) e subordinados (praças) que se efetiva tanto no cotidiano institucional quanto nas relações externas. No âmbito interno, o *Plano Estratégico 2017-2025* parece ser um ótimo exemplo. O horizonte de expectativas de atuação na sociedade baiana, tendo como guia as decisões tomadas no documento, nasce das trocas de ideias entre esse nicho superior de oficiais, como valida o trecho a seguir:

O colegiado de coronéis da PMBA, liderança do mais alto nível da Corporação, iniciou em 04 de novembro de 2015 o planejamento estratégico para o período 2017-2025. A abertura do ciclo de *workshops* de planejamento foi realizada pelo comandante-geral da PMBA, coronel Anselmo Alves Brandão, e neste primeiro encontro foram definidas novas diretrizes e o mapa estratégico da Polícia Militar da Bahia, representação geográfica do conjunto de objetivos estratégicos (BAHIA, 2017, p. 34).

**Imagem 2:** Colegiado de coronéis definindo as diretrizes para a constituição do Mapa Estratégico da PMBA.



**Fonte 4:** Plano Estratégico da Polícia Militar da Bahia 2017-2025 (BAHIA, 2017, p. 35).

Esperadas funções dos(as) oficiais são as de gestar a corporação no presente e, ao mesmo tempo, de projetá-la para o seu existir no futuro. Acontece que, do outro lado, grande massa dos policiais tem a sua participação minimizada na construção e elaboração dos planos a serem postos em prática pela Polícia. Caberia aos praças o dever de executá-los sem pestanejar, seguindo as regras do jogo da melhor maneira possível. Ora, esse distanciamento cria ruídos que reverberam dentro e fora das estruturas físicas militares. Cabe frisar que a boa fluidez das prerrogativas delineadas nos documentos primazes requer, incondicionalmente, a integração de todo o corpo efetivo policial. Sua não realização em diapasão acarretará num mau funcionamento institucional: “Ou seja, todos devem ter clareza sobre o

que torna (ou tornará) a Corporação em condições adequadas para atender às demandas requeridas pela sociedade” (BAHIA, 2017, p. 44).

Todavia, a harmonia entre esses atores e atrizes está mais voltada para uma fábula mirabolante que se conta a criancinhas, algo pouco apegado ao real. A discrepância entre esses agentes profissionais energiza-se quando olhamos para os salários recebidos entre essas duas camadas, assunto esse que, por sinal, tem uma longa história no seio da corporação e é visto, por praças, como ultrajante. Mas é necessário alertar que os oficiais da Polícia também possuem uma tradição de reclames quando o tema é o salário recebido. Nesse caso, a comparação é feita com os oficiais das Forças Armadas, que possuem rendimentos superiores aos da Polícia Militar. As reivindicações por paridade salarial entre oficiais acarretaram, no início da década de 80 do século XX, em uma greve que resultou na morte de um tenente da corporação.

Georgecohama Archanjo (2008) tratou desse caso isolado. O objeto de seu estudo foi a greve da Polícia Militar da Bahia em 1981. Contrário ao movimento historiográfico que privilegiava os fatos ou acontecimentos de outrora, debruçou-se em um fenômeno contemporâneo e o conectou às suas razões estruturais. Algumas dessas razões foram: baixa remuneração salarial, ausência de serviços de assistência social aos policiais militares e a forte influência política nos rumos da Polícia Militar. Um dos principais motivos de descontentamento do oficialato da instituição era a disparidade salarial quando comparada com a dos oficiais do Exército. Como Archanjo (2008) começa a mostrar em seu livro, principalmente com uma tabela comparativa dos valores recebidos, a milícia baiana almejava obter o mesmo status dos militares das Forças Armadas.

O autor defendeu a tese de que o Movimento de 1981, na Bahia, não foi vitorioso devido à fragilidade da própria unidade policial. Vários foram os motivos para isso: 1) a sombra das Forças Armadas; 2) a divisão hierárquica entre oficialatos e praças; e 3) a dificuldade de sistematizar interesses comuns. Portanto, “sem união não há força. Tudo o que aconteceu pôs em evidência que a massa policial militar rebelde não soube avaliar criticamente sua realidade de classe” (ARCHANJO, 2008, p. 90). A tônica argumentativa sugeria ausência de consciência de classe. Aqui se tem a

sombra que persegue a Polícia até os dias atuais: o seu desejo de ser como as Forças Armadas. Veremos, adiante, que esse espelhamento continua a ser o indicativo fulcral da evitação e negação de novas práticas policiais respaldadas por significados democráticos e humanitários.

Na contramão de uma visão harmoniosa proposta pelos documentos que fundamentam a Polícia baiana, o que se percebe é a existência de distinções em todos os níveis de sua estrutura. Em estudo satisfatório para o campo das relações raciais em instituições policiais, Jaime Pinto Ramalho Neto (2008) mergulhou no interior da alta oficialidade da Polícia Militar da Bahia para entender se a cor poderia conferir distinções no que tange ao *status* e à ocupação de cargos institucionais por esses agentes públicos. A pesquisa foi substanciada por entrevistas, questionários e atas de formaturas das turmas (nesse caso para coleta de informações da cor da pele dos oficiais), cobrindo uma textura temporal que abarcou as turmas de oficiais de 1970 a 2005. O autor argumentou que a cor é, sim, um dado relevante nas dinâmicas estabelecidas dentro da Polícia, podendo inviabilizar a entrada de oficiais negros em cargos de gerência da organização.

O trabalho de dissertação de Ramalho Neto (2008) é notório, pois demonstra como uma instituição social total (a Polícia) absorve os valores externos da sociedade e coloca os mesmos valores em funcionamento por via das interações existentes entre os agentes gestores da corporação e aqueles que são internados nela (o alunado). Focalizando a dimensão da cor, é facilmente perceptível como a estrutura racista compõe, quase que de modo natural, as relações no íntimo da Polícia Militar da Bahia.

Depois de realizar uma profunda discussão, manejando referências sociológicas sobre o debate racial no Brasil, Ramalho Neto (2008, p. 105) se dedicou em abordar o aspecto do racismo existente na corporação. Apresentando os dados sobre os comandantes de altos cargos – por exemplo, da *Academia de Polícia da Bahia*, do *Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças*, do *Departamento de Finanças*, do *Departamento de Apoio Logístico*, do *Comando de Policiamento da Capital*, da *Casa Militar do Governador* e da *Polícia Militar da Bahia* –, entre os anos de 1970 a 2005, reconheceu ser a Polícia Militar da Bahia uma instituição “mestiça”, porém com os seguintes agravantes:

As características físicas, somáticas, em particular a cor da pele com os traços negroides representam um sentido, uma visão de uma organização policial militar cuja ordem natural dispõe os oficiais num enquadramento racial, cujos mecanismos operados através dos estereótipos pela discriminação, potencializam os brancos, pardos claros e pardos ao *status* elevado, às melhores oportunidade de alocação nas funções, ao poder de mando, enquanto que os oficiais de cor parda escura podem ser vistos como uma “minoría privilegiada”, portadora de um esforço individual para superar as situações de racismo, seja por uma conformação racionalizada, seja pela negação de pertencer à farda.

Saindo do grupo de cima e olhando para o de baixo, Aretuza Pereira dos Santos (2016, p. 105) via na greve da Polícia Militar, no ano de 2001, diferentemente do concebido por Archanjo (2008) com as reivindicações de 1981, a imagem da existência de uma classe. O movimento reivindicatório de 2001, realizado pela Polícia Militar da Bahia, com interesses de promover melhoramentos salariais e denunciar as assimetrias hierárquicas, trouxe, novamente, a pauta do direito à greve desses profissionais. Durante 13 dias, o Estado baiano viu-se com a grande maioria de sua força pública policial aquartelada em suas respectivas companhias e nos batalhões. Segundo a autora, essa empreitada é reveladora da luta de classes: “Diante de tudo isso, não podemos deixar de pontuar a resistência empregada na luta de classes, principalmente, para esta parcela duplamente explorada: capital e hierarquia disciplinadora”. Reaparecem as premissas estimadas tradicionalmente pela corporação policial – hierarquia e disciplina –, assim como a ideia de exploração do trabalho dos policiais de baixa patente como ponto de distúrbio institucional.

Considerando apenas o processo de formação, podemos suscitar uma rápida comparação salarial por meio dos editais de concursos públicos, única forma de ingresso de soldados e oficiais na PMBA. Durante a formação, os policiais (soldados e oficiais) recebem uma bolsa para que possam se manter financeiramente. No caso dos soldados, a bolsa equivale a um salário mínimo (BAHIA, 2022, p. 5). Na situação dos oficiais, os

valores recebidos variam conforme a passagem dos anos de formação. A discrepância no recebimento do auxílio é manifesta:

Durante o período de realização do Curso de Formação de Oficiais, o candidato matriculado na condição de Aluno a Oficial PM/BM receberá, a título de bolsa de estudo: no 1º ano, R\$2.431,41 (dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos); no 2º ano, R\$ 2.836,65 (dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos); e, no 3º ano, R\$3.241,89 (três mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme disposto na Lei Estadual nº 7.990, de 27/12/2001 (POLÍCIA; CORPO, 2022, p. 5).

Visivelmente, e não é de interesse nosso avaliar os sentidos meritocrático que pesam entre essas duas formas de ingresso, notamos que, mesmo sabendo que no findar de suas formações esses militares integrarão a mesma instituição, as posições valorativas em que eles são situados desde a sua entrada conduzem a uma forma explícita de distinção. Após formado e pronto para o exercício da função, o soldado receberá, na soma da remuneração e das gratificações pela realização de suas atividades, valor próximo ao da bolsa de um aluno do curso de formação de oficiais em seu terceiro ano:

A remuneração da graduação de Soldado é composta pelo soldo no valor de R\$ 1.383,58 (mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), acrescido de Gratificação de Atividade Policial Militar - GAPM na Referência III, equivalente a R\$ 1.867,56 (mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), podendo ser adicionadas outras vantagens, hipótese em que a remuneração poderá atingir o valor de R\$ 4.012,11 (quatro mil e doze reais e onze centavos) (BAHIA, 2022, p. 5).

Folhear o *Plano Estratégico 2017-2025* da Polícia Militar da Bahia é deparar-se com iconografias harmoniosas e produções textuais que exacerbam uma melhor relação com a sociedade. Se considerarmos as imagens aos moldes do documento, avaliando ser essa a impressão que a instituição busca



passar ao público, teremos uma polícia altamente organizada, com recursos materiais excelentes (a exemplo de viaturas em ótimas condições, uso de helicópteros e patrulhamento em cavalos), alta performance tecnológica, integração entre população e policiais pelo vetor da polícia comunitária e, sim, policiais felizes e honrados por fazerem parte da corporação. A visão proposta é a de que a Polícia baiana deve “ser referência nacional até 2025, pela excelência na prestação de serviços da polícia ostensiva e cidadã” (BAHIA, 2017, p. 51). Poderíamos dizer que o documento parece funcionar como um tipo de *marketing*, uma propaganda sobre o bom funcionamento institucional, de caráter positivo aos princípios e valores da corporação. Um conto protagonizado e embelezado por homens e mulheres fiéis às leis, às ordens, às hierarquias e prontamente preparados para defender a sociedade.

Seria uma apreciação demasiadamente idealizadora? Lidar com a história de uma instituição social no tempo/espaço é ter consciência de que a sua produção documental, a prática social e as finalidades serão articuladoras de sua legitimidade. Faz-se mais do que necessário que todo pesquisador ou pesquisadora se atente para que não seja capturado(a) pela retórica corporativa. Nesse rumo, as ausências e silenciamentos costumam ser rotineiros. Caberiam mais duas questões: hierarquia e disciplina, motores de robustez histórica da organização policial, são premissas de fácil adequação ao corpo de agentes que a constitui? As derivações advindas daí causariam quais ônus?

O conjunto iconográfico embutido no Plano Estratégico pode ser contrastado com pesquisas de especialistas no tema para que melhor sejam redimensionadas as perspectivas aqui postas. Os autores Herbert Toledo Martins e Marcelino Soares de Melo Neto (2018, p. 41) enveredaram pelas entranhas da Polícia Militar da Bahia, especificamente no que hoje é a 27ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Cruz das Almas, para interpretar as situações de violência institucional empregadas na superfície e nas profundezas da corporação. Para começar os trabalhos, eles fornecem, baseando-se em outros estudiosos, a conceituação de violência assumida em sua pesquisa. Essa percepção permite explorar a miudeza da violência imposta sobre os policiais. Como sabido, o tradicional modelo disciplinar e

hierárquico interiorizou métodos de violência que passariam como normais ou aceitáveis:

[...] convém salientar que a violência subjetiva pode ser caracterizada pela tentativa de degradar ou controlar outra pessoa por meio de condutas de intimidação, manipulação, ameaça, humilhação e isolamento, ou qualquer conduta que prejudique a saúde psicológica, autodeterminação ou desenvolvimento de uma pessoa.

Quais seriam elas? Afirmam os dois estudiosos que assédio moral, coação, castração da sexualidade, desvalorização, intimidação, por exemplo, são recursos comumente ritualizados que garantem o exercício e aplicação da violência. Não é de se estranhar que esse recurso possa advir de superiores ou superiores hierárquicos(as): “Provavelmente em função da hierarquia, todas essas situações de ridicularização são postas normalmente de superior contra inferior hierárquico” (MARTINS; MELO NETO, 2018, p. 42). As informações extraídas e analisadas por ambos indicavam a frequência dessas ações até mesmo entre oficiais em seus momentos de formação na Academia Militar. O que dizer então dos praças?

Dois são os grandes motivos de emanção da violência institucional: a hierarquização e a formação militar. O primeiro reluz um *modus operandi*, um padrão, que consubstancia relações animosas, mesmo quando dissimuladas e ocultadas entre superiores e inferiores. Tudo isso se junta aos privilégios de salas distintas para os oficiais descasarem do seu labor profissional, nos festejos de carnaval, por exemplo, onde há maiores vagas de camarotes para os oficiais em detrimento dos praças e em muitos outros casos rotineiros (MARTINS; MELO NETO, 2018).

### Imagem 3: Culminância da Formatura de policiais militares da Bahia.



Fonte 5: Plano Estratégico 2017-2025 (BAHIA, 2017, p. 103).

No caso da formação militar, as academias tenderiam a formar policiais aptos para atuarem na sociedade por meio da força bruta. O “espírito militar” desabrochado dessas ritualísticas formativas operam no sentido de dificultar uma formação policial voltada para os pilares da democracia e cidadania. Desse modo, “[...] embora o currículo represente uma nova e interessante relação com a sociedade, o fato de a polícia militar se prender a seus rituais (o que pode em certa medida ser traduzido por uma cultura policial) torna difícil para ela alcançar inovações” (Martins; Melo Neto, 2018, p. 58). Em síntese, o distanciamento provocado pelas patentes coloca praças em subordinação ao oficialato não apenas pelas vias da hierarquia, mas, sobretudo, através um jogo de violência institucional dissimulado e explícito desdobrado no cotidiano do *fazer* policial:

A maioria dos policiais militares, principalmente os integrantes do quadro de praças, é vista e manobrada como simplesmente peças integrantes da engrenagem sem nenhum poder de participação direta no plano organizacional da instituição, desta forma violentando e acorrentando os mesmos a um modelo institucional ainda mais defasado e em desacordo com a sociedade contemporânea (Martins; Melo Neto, 2018, p. 45).

As querelas no centro da instituição não se limitam à degradante relação oficiais e praças. Sinais de violência são corriqueiros na parte superior da instituição: entre o oficialato. Carlos Linhares de Albuquerque e Eduardo Paes Machado (2001, p. 215) apontaram para uma dualidade entre as premissas democráticas e os imperativos da formação militar do policial ao estudarem a Academia de Polícia Militar, espaço institucional de formação do oficialato da polícia baiana, em Salvador/BA. Para tanto, analisam os ritos existentes nas trincheiras da instituição – da entrada à saída – como condicionadores de uma identidade que se distancia do cidadão comum, pois estaria fundamentada na violência. A Jornada de Instrução Militar – JIM, apontam os autores, “ainda que se trate de apenas uma atividade extracurricular, assume proporções na transmissão da identidade profissional maiores que o conjunto de disciplinas que compõem o amplo quadro curricular”. Além de tudo, a JIM serve como momento de desforra, ou seja, quando antigas rixas serão reatualizadas, sem contar nas práticas de tortura dissimuladas, interrogatórios, espancamentos, violência psicológica etc.

A instrução militar é o espelho da formação das Forças Armadas. Uma tentativa de imitação que corrói a nova tendência de modificar radicalmente os postulados de uma polícia autoritária e violenta. Os ritos nas matas, por exemplo, tendem a minar com a formação de um policial cidadão disposto a usar menor quantidade de força contra a sociedade que o circunda:

A identidade, na experiência da JIM, é inculcada na alma e no corpo. A percepção da própria identidade se dá no meio à violência sobre seus corpos e a ultrapassagem dos limites [...]. O problema é que para esta identidade da selva emergir ela deve se opor a outra identidade, aquela que o novo currículo tenta, em vão, sustentar entre as grades de disciplinas diversas e os traços idealizados do novo perfil policial (Albuquerque; Machado, 2001, p. 219).

Os autores formalizam o argumento, através de relatos de jovens participantes da Jornada de Instrução Militar, que o currículo cidadão aplicado nas aulas dentro da instituição não é suficientemente capaz de remodelar a formação dos futuros militares. Os processos, ou rituais, fomentam uma

mentalidade e práticas hostis que serão deflagradas, consequentemente, sobre a população. Portanto, as aulas teóricas movimentadas por valores da cidadania e defesa dos direitos estariam no plano do imaginário ou irreal. Já os saberes oriundos da Jornada de Instrução Militar seriam aqueles que mais se adequariam ao concreto da vida policial em interação com a comunidade.

Basicamente, esses estudos tendem a mostrar que o campo de vivência dos(as) policiais militares, sejam eles(as) praças ou oficiais, não é tão harmonioso como tenta demonstrar o *Plano Estratégico 2017-2025* e outros documentos afins. Há, sim, distanciamentos que acarretam implicações visíveis. Da hierarquia e disciplina, efeitos colaterais contundentes são transportados à sociedade, que passa a ser interpretada como o Outro, o polo negativo a ser disciplinado, normalizado, regulado por valores civilizatórios.

Designamos dessa forma porque essas instituições formalizam um corpo de indivíduos dentro de um “espírito militar”, fazendo com que sejam distintos do mundo civil. Dissemos anteriormente que a formação dos policiais militares, podendo ser maximizada para as polícias militares de todo o país, estima seguir o padrão estabelecido nas Forças Armadas. Celso Castro (1990, p. 38), estudioso que abriu as pesquisas nessa temática no Brasil, ao analisar a Academia Militar das Agulhas Negras, reiterou esse apartamento de mundos: “A comparação entre ‘*aqui dentro*’ e ‘*lá fora*’ é recorrente no discurso dos cadetes, e serve de fonte para o estabelecimento de distinções entre militares e civis”. Toda essa jornada distintiva forja-se nas teias do cotidiano, fazendo-se presente nas técnicas de estudos, no comportamento, na apresentação individual, disciplina e outras minuciosas zonas de socialização.

Tem-se, assim, uma patente separação que a ordem do tempo parece manter. É muito mais saboroso gozar das imbricadas angústias de ser um militar e, por outro lado, usufruir de suas recompensas simbólicas do que aderir às novas tendências que buscam aproximar homens e mulheres de farda ao nível da igualdade com o corpo social civil. Simplificando, a estrutura institucional policial ainda prefere resguardar a sua distinção com o mundo externo, mesmo que isso implique o distanciamento dos valores democráticos.

## *Ideologia da instituição policial: cotidiano do poder ritualístico*

As separações entre praças e oficiais, grosso modo, começam pelas insígnias bordadas em seus uniformes localizadas nos ombros. Sem dúvida, são símbolos de poder. Porém, não param por aí. O cotidiano do trabalho policial, tanto no interior da corporação quanto nas ruas, revela o que vamos chamar de *circunstâncias de poder*. O rigor das continências, o respeito irrevogável ao superior, a geografia das disposições dos corpos e a linha de frente no combate ao crime são algumas das mais explícitas diferenças entre a alta oficialidade e os praças.

A disposição de seu corpo vivo, as pessoas, dá-se de maneira verticalizada. Um aparelhamento hierárquico que mantém vínculos com um passado remoto. Na verdade, continua sendo essa a característica mais estimada, blindada e estimulada pela grande parcela da corporação. Praticamente todos os documentos oficiais da Polícia baiana que forneçam algum tipo de providência no que tange à organização exaltam o mandamento de obediência aos postulados de divisão. Não é difícil encontrar essas orientações. No *Plano Estratégico 2017-2025*, hierarquia e disciplina são valores imaculáveis e de esmero extremo. Assim são, sequencialmente, definidos: “Hierarquia: ordenação da autoridade em diferentes níveis dentro da estrutura da Corporação por postos e graduações” e “Disciplina: rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas, disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de casa um dos policiais militares” (BAHIA, 2017, p. 50).

O que estamos considerando como *circunstâncias de poder* são, exatamente, as ocasiões de estabilidade e aclave das relações de poder entre praças e oficiais quando as performáticas se encaixam dentro dos moldes normativos e tudo parece ocorrer da devida maneira. Por outro lado, essas *circunstâncias de poder* também são condizentes aos instantes de desestabilidade e declive dessas mesmas interações. Em outras palavras, quando há rupturas das regras pré-estabelecidas entre esses agentes históricos. Essas obliterações dos planos instituídos podem ser abertas, mas também dissimuladas, prosaicas. Para entendê-las, é mais do que necessário considerar que

toda a estrutura institucional pode, por diversas vezes, entrar em saturação, e isso ocorre pelo estado de tensão das coisas. Para o momento, cabe-nos indicar, por meio do cotidiano, a estabilidade e o aclave do poder.

**Imagem 4:** Oficiais de alta patente prestando continência à bandeira do Brasil em cerimonial e na presença do Governador do Estado.



**Fonte 6:** Plano Estratégico 2017-2025 (BAHIA, 2017, p. 30).

Passado e presente se mesclam nessa imagem, mesmo quando seja o ato momentâneo o que está em foco. O que se vê, no campo da objetividade, são policiais de nível hierárquico alto, voltados e em sinal de deferência à bandeira nacional, símbolo de irrestrita importância aos militares. Do outro lado, o chefe do governo estadual em posição de respeito, porém sem o recurso da continência. Uma distinção aparente entre civis e militares é eminente na foto. Entretanto, o não dito, o que está nas entrelinhas é o que nos chama a atenção. São temporalidades em sincronia, apego às tradições disciplinares e hierárquicas que se mantêm.

As continências são sinais militares que sugestionam saudação e respeito. Na vivência da corporação, seja no horário do dia ou da noite, o movimento do braço direito com a mão aberta e os dedos juntos em direção à testa são indicadores da presença de determinada autoridade naquele espaço.

Dentro dos recintos da Polícia, esse mecanismo de deferência opera pela interiorização. Os ritos das continências são tão frequentes e comuns que revelam certo grau de automatização. Mesmo assim, elas insinuam formas preciosas de relações de poder. A continência é prestada para aqueles(as) com maior nível hierárquico e segue critério de antiguidade. Por exemplo, em um recinto com dois coronéis, será o tempo de matrícula na Polícia a condição determinante entre quem deve iniciar o ritual indicado.

Esse tipo de procedimento ritualístico é previsto em documentos normativos. Porém, mais uma vez, emerge o reflexo do Exército nesse ato. A norma que institui e cria regras para o uso das continências denomina-se *Regulamento de Continências, Signaes de Respeito e Honras Militares – R. Cont.* Em sua segunda edição, datada de 10 de dezembro de 1919, estava estipulado o seguinte sobre esse tipo de apresentação: “2. A continência de um militar a outro é essencialmente impessoal, e por isso é uma absoluta obrigação mutua, a cumprir em qualquer situação. Ella visa o uniforme ou a insígnia, não a pessoa do seu portador, e por isso nenhum militar tem o direito de dispensal-a” (BRASIL, 1919). Ressalta-se que esse gestual será praticado não apenas na interação entre agentes militares, mas em cerimônias e entre autoridades diversas, a saber: com o tocar do hino nacional; no hasteamento da bandeira; na presença do Presidente da República e Vice-Presidente da República; governadores dos Estados; ministros de Estado, presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal; ministros do Superior Tribunal e mais (BRASIL, 1997).

Outra *circunstância de poder*, exercida quase que invisivelmente ao mundo civil, é frequente entre policiais. A geografia dos corpos é componente peculiar às divisões entre praças e oficiais. Pode-se tomar uma situação específica como modelo, tendo em vista sua corriqueira deflagração no habitual fazer policial. Dentro de uma viatura, a função de dirigir é atribuída ao soldado. O mais comum é que seja um soldado, a não ser em casos específicos em que cabos ou sargentos precisem realizar a atividade. Ao lado, no banco do carona, está posicionado aquele que tem o grau hierárquico maior. O oficial, caso esteja sem o colete, pode ser alocado para o banco de trás, e outro policial assume sua posição. Essa estratégia serve para dar maior proteção ao oficial em eventuais confrontos. Tal cartografia



dos corpos no interior do carro diz muito, mesmo quando não parece. Sua aplicação está prevista em legislação, sendo mais um ingrediente que estrutura e formaliza as hierarquias na instituição.

Poderíamos, com muita tranquilidade, remeter essas nuances ritualísticas que fazem parte de toda estruturação policial aos postulados discutidos por Norbert Elias (2001, p. 100) em *A sociedade de corte*. Ora, a teoria do poder reluzente em sua obra nos leva a reconhecer dinâmicas complexas de dominação que se traduzem na cotidianidade da vida da corte. Em seu aprofundado estudo, o sociólogo alemão destacou, a partir dos rituais de etiqueta e comportamento, toda a atmosfera de poder que envolvia aquele estrato social no século XVIII. Mesmo com a sua inevitável descentralização, a cultura de salão permanecia em outros espaços e englobava, além dos nobres, os financistas, por exemplo. Para mais, a disposição dos espaços físicos da corte revelava como estava fundamentada a soberania do rei: “A disposição do quarto de dormir do rei – que não era só de dormir – tem estreita relação com esse estado de coisas [...]. Nele torna-se visível, imediatamente, o quanto as funções do soberano como senhor da casa e como rei estavam fundidas uma na outra”.

A organização meticulosa do ritual de “levar” do rei, destacado por Elias (2001, p. 102), oferece elementos significativos da divisão/estruturação calculada do poder na corte. Por outro lado, essas relações não eram sempre empreendidas de maneira consciente, pois “não se trata de uma organização racional no sentido moderno, apesar da exatidão com que cada movimento é estabelecido previamente, e sim um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época”. Tudo isso vai fazer brotar o chamado “fetiche de prestígio”, ou seja, as relações com as etiquetas estavam em disputas ou eram cobiçadas pelos membros da corte. Esse controle, claramente, emanava do rei. Os ritos de etiqueta demarcavam poder e status.

Uma das passagens mais estimulantes das reflexões do sociólogo alemão é quando destaca a incapacidade individual de alterar as condições de poder estabelecidas na sociedade de corte. Como disse Elias (2001, p. 104), a manutenção das cerimônias de etiqueta garantia aos privilegiados dessa sociedade a sua permanência no poder. Pouca chance havia de

qualquer indivíduo desestruturar essa lógica. Fala-se de um arcabouço de dominação presente e legítimo entre os sujeitos da época. “Violar ou abolir tais condições de poder era uma espécie de tabu na camada dominante dessa sociedade”. A etiqueta fora um belíssimo instrumento de poder do rei. Quando esse desejava destituir alguém, bastava alimentar as disputas entre os concorrentes alterando prestígios entre os indivíduos. A estrutura de poder traduzida pelas ações de etiquetas nas cortes fazia-se constantemente manipulável pelo rei.

De nossa parte, comunicar-se, sentar-se com ou acompanhar um oficial também requer disciplina e indica formalidades. Para que um praça se sente ao lado de uma patente alta, é preciso autorização. No caso de andar juntos, há de se ater às posições dos corpos. Por exemplo, o mais antigo se posiciona geograficamente à direita do oficial, enquanto o de menor patente se situa à esquerda. Portanto, o oficialato está sempre no centro. O exercício de antropologia política que acabamos de suscitar informa as *circunstâncias de poder* e como funcionam na cotidianidade policial, aparentemente insignificantes aos olhos desatentos, mas imprescindíveis àqueles(as) que vivenciam o fazer policial e que desejam a manutenção do seu domínio sobre os outros.

Tudo isso que estamos mostrando é parte integrante e une passado e presente na instituição policial. Se a violência está intimamente integrada na Polícia, entre os seus membros, como pensar a relação Polícia e sociedade? De que modo as intenções democráticas são levantadas? Quais os obstáculos que precisamos resolver para termos uma polícia pautada pela defesa da democracia e pela defesa dos Direitos Humanos?

## *Polícia e sociedade*

Retomando as ideias do efetivo policial nas ruas, parece ser endossado o argumento de que o quantitativo desses servidores é incompatível com a sensação de estarmos constantemente sob vigia policial. De onde emana essa impressão de que estamos sob permanente vigilância? As contribuições de Michel Foucault (2014) são valiosas. As sociedades modernas,

principalmente a partir do século XVIII, desenvolveram formas, procedimentos, técnicas de controle que operavam sobre os corpos dos indivíduos e que são, em muitos casos, inverificáveis. A maravilhosa engenharia panóptica, proposta por Bentham, possibilitou a extensão do poder de observação e controle, mecanismo esse que foi ganhando tons generalizantes e infiltrando-se nas mais diversas instituições sociais. Toda essa arquitetura proporcionou um tipo específico de policiamento, de sociedade disciplinada e policiada, que abstraía a própria ideia de visibilidade.

Acreditamos que as sociedades contemporâneas ocidentais herdaram essa estruturação de poder e controle. O espectro panóptico penetrou na vida cotidiana das pessoas e surtiu efeitos nos movimentos, nas condutas e ações dirigidas diariamente. O mais interessante desse processo é revelado no policiamento de si mesmo. Basta que saíamos de casa para começarmos a confabular se estamos sendo observados por câmeras dispostas por todos os lados, mas que mal conseguimos identificá-las. O panóptico “ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça” (Foucault, 2014, p. 198).

O objetivo de fazer-se presente em todos os lugares está na meta da Polícia baiana. Para que isso aconteça, foi construído o *Plano estratégico 2017-2025*. Embora identificada sua limitação em termos de onipresença, novos métodos foram desenvolvidos para que outra qualidade fosse agregada aos seus ideais: a onisciência. Como destaca o documento: “Por meio dele [o Plano Estratégico], aumentamos a probabilidade de sucesso e a certeza de que, no futuro, a Organização esteja no local certo, na hora certa e com os recursos que precisa para ofertar um serviço de excelente qualidade à população” (BAHIA, 2017, p. 12). A vontade de tudo ver e em tudo estar é, de certa forma, projeto almejado pela instituição policial. Imbuídos do dever de salvaguardar a ordem e defender o bem-estar social, são necessários mecanismos que propaguem e sirvam de extensão do seu poder vigilante.

Acreditamos que a construção do *Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho*, o maior centro de observação e operações policiais da América do Sul, criado em 2016, seja um desses

mecanismos. Trata-se de uma superestrutura que integra as forças policiais militar, civil e técnica, corpo de bombeiros e as guardas municipais. Tal mecanismo busca combater os avanços da violência e da criminalidade em toda a Bahia:

O local conta com sala de monitoramento, onde uma tela de 14 metros de largura receberá imagens em tempo real das mais de mil câmeras integradas ao sistema, incluindo as da CCR, empresa operadora do metrô de Salvador e da Concessionária Via Bahia, que administra a BR-324 e BR-116, além das imagens captadas pelo imageador acoplado ao helicóptero da PM. A partir do Centro de Operações 2 de julho, as forças de segurança poderão monitorar a capital, a região metropolitana e o interior (MARTINS, 2016).

Importa dizer que toda essa virtualização das relações interpessoais, que passa a ser deflagrada com a utilização dessas tipologias de tecnologias de controle – sejam elas eletrônicas ou informatizadas –, tende a pulverizar sentidos humanísticos orgânicos. Tal modalidade prática sugestiona um alargamento da distância entre os que estão de um lado e os que estão do outro. É nesse quesito que um sujeito em uma atitude social vista como criminosa pode ser concebido enquanto peça a ser eliminada do jogo social, condicionando práticas de violência indiscriminadas.

Todo esse desdobramento da atuação policial na tessitura da sociedade baiana (mas aqui também poderia ser aplicado em outras realidades temporalmente compatíveis) visa alcançar, dentre vários outros objetivos, a demonstração da sua importância e necessidade para a manutenção da ordem. No Brasil, o empenho em fortalecer o papel das Polícias Militares deu-se com destaque a partir da Constituição de 1988, sendo essa caracterizada como a mais democrática da história nacional. Terminologias que remetem a um tipo de sociedade que valoriza a cidadania e, acima de tudo, os direitos humanos, aviltaram em praticamente todas as instituições e se tornaram parte do instrumental legítimo de funcionalidade delas. Em resumo, praticamente todas as democracias contemporâneas causaram, ao

seu modo, mudanças no desenho de estruturação e formato das polícias (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

No caso da Polícia baiana, conforme seus documentos apontam, tentativas de maior aproximação com a sociedade são identificadas. Isso se deu por meio de órgãos que visavam à ampliação de sua responsabilidade social e aproximação aos valores dos Direitos Humanos. O Departamento de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos é um exemplo desse processo, que tem como finalidade medir ou mensurar as ações correspondentes à responsabilidade social. Outro órgão também tem a função de melhorar a imagem da Polícia Militar da Bahia com a população: o Departamento de Comunicação Social. Basicamente, o objetivo desse aparato é o de apreender a percepção da sociedade acerca da imagem institucional (BAHIA, 2017).

Tais instrumentos sinalizam para a percepção de que a instituição policial passou a se preocupar mais com a sua imagem. Além disso, as dezenas de páginas oficiais em redes sociais, que indicam abertura no jeito de se comunicar com a população, proporcionaram maior aproximação entre Polícia e sociedade. Apesar da manutenção de práticas tradicionais, como veremos mais abaixo, a Polícia Militar da Bahia saiu do casulo e se expôs às avaliações do público. Avaliações nem sempre prazerosas aos olhares institucionais, mas que já fazem parte do seu cotidiano.

Considerando o envolvimento mais próximo com a população, não significa afirmar que práticas autoritárias e abusivas foram deixadas de lado. Para abordarmos essa questão, torna-se necessário entender as tensões no âmbito da democracia e de que maneira as brechas deixadas na elaboração da Constituição cidadã contribuíram para isso.

Faz-se fundamental pontuar algumas críticas sobre o real sentido democrático instado na Constituição de 1988 por parte de pesquisadores. A ideia de uma “democracia consolidada” é o ponto de tensão que permeia grande parte do livro de Jorge Zaverucha (2005, p. 18). Irredutível em aceitar as afirmações de que o Brasil vive, desde a década de 1980, uma democracia firmemente consolidada, o autor explora argumentos que permitem duvidar dessa aparente visão comum que políticos e intelectuais empregaram. Traçando do que ele denomina de democracia formal (burguesa) e democracia substantiva, enxerga disparidades democráticas entre os âmbitos políticos

e socioeconômicos: “O que continua em jogo é a disputa entre a igualdade política versus a desigualdade socioeconômica”. A sua argumentação atinge frentes que pouco são caracterizadas enquanto postuladoras democráticas: as questões sociais e econômicas.

O vício informado por Zaverucha (2005, p. 24), de tomar a democracia brasileira como consolidada, pode ser consequência da penetração das ideias do economista Joseph Schumpeter, às quais restringiriam a democracia aos aspectos políticos, eleitorais. Limitada, uma democracia efetiva seria capaz de colocar em funcionamento, basicamente, as eleições. Tal noção evita alçar a democracia a pontos de implicação social, cultural, econômico etc.: “Insisto: democracia não é redutível à competição eleitoral”.

A constituição democrática, assim comumente conhecida, manteve o seu teor militarista e com graus autoritários, mesmo quando os termos “direito” e “cidadania” aparecem com demasia em seu interior. Isso deveu-se pela forte presença de militares articuladores presentes nos debates para a redação da carta magna. O resultado foi a manutenção das polícias militares enquanto submetidas ao poder do Exército e não às forças civis (ZAUERUCHA, 2005). Não apenas isso. O Art. 142 da Constituição de 1988 deu plenos poderes às Forças Armadas para a garantia do funcionamento do Estado brasileiro no que tange aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como na manutenção da lei e da ordem.

Em linha reflexiva muito parecida, Luiz Eduardo Soares (2015, p. 30) acredita que pensar uma sociedade democrática é incorporar ao debate a própria força pública instituída para manutenção da ordem social: a Polícia. Embora entendendo a Carta de 1988 como importante dispositivo para o avanço da democracia, ele conduz suas discussões a temas que merecem ser mais observados:

Apesar de muitas mudanças importantes terem ocorrido no Brasil desde a promulgação da mais democrática Constituição de nossa história, em 1988, a arquitetura das instituições da segurança pública, na qual se inscreve o modelo policial, não foi alcançada e transformada pelo processo de transição, ainda que suas práticas tenham sofrido inflexões, adaptando-se superficialmente e insuficientemente às alterações legais.

Todo o argumento gira em torno do reflexo do Exército sobre as polícias militares. Essa permanente associação tem fomentado grilhões para que as polícias estaduais, realmente, mudem os seus programas ideológicos. Para Soares (2015), essa insistência fermenta, cada vez mais, antigas práticas de violência e atendimento cego aos imperativos normativos.

Apesar do que acabamos de suscitar, no Brasil, respeitar os Direitos Humanos se tornou política de Estado. Segundo Rivail Carvalho Rolim (2020, p. 16-17), os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva foram sintomáticos nesse sentido. Fernando Henrique Cardoso implantou o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos em 1996, e o segundo em 2002. Com relação ao último, as propostas de inclusão de conteúdos sobre Direitos Humanos na formação de policiais eram claras. O terceiro plano, em consonância com os anteriores, foi instituído em 2009, já no mandato do presidente Lula, e “[...] apontava para a necessidade de reforma do modelo de polícia, com ênfase na erradicação da tortura, na redução da letalidade policial e de combate às execuções extrajudiciais realizadas por agentes do Estado, assegurando a investigação dessas violências”.

As democracias contemporâneas provocaram nos modelos institucionais tradicionalistas, a exemplo das polícias, forçosas transformações exógenas. Isso pode ser detectado em um dos principais serviços que vem sendo assumido por praticamente todas as corporações militares brasileiras: o policiamento comunitário. A Polícia (instituição) e seus organismos tenderam a construir praticamente todo o seu referencial de atividade tendo em vista as interações com o público, a população. Tomando o caso da instituição militar da Bahia, esse escopo se verifica em diversos documentos oficiais. Um deles é a própria legislação estadual de 2014, em seu Art. 3º:

A Polícia Militar promoverá os meios necessários para difundir a importância do seu papel institucional, de forma a viabilizar o indispensável nível de confiabilidade da população, inclusive através do estabelecimento de canais de comunicação permanentes com a sociedade civil organizada (BAHIA, 2014, p. 3).

Elevar a credibilidade policial é o fim. Tal empreendimento revela, exatamente, a lógica argumentativa que começamos a traçar nesse início de texto. Podemos dizer, muito tranquilamente, que o fracasso nas interações entre policiais e populares insiste em iluminar as matérias jornalísticas tanto do tempo presente como assim o fora no passado. O final do século XX e começo do XXI viram proliferar informações escandalosas da prática policial através da internet. Se muitas das contravenções promovidas por policiais em seus cotidianos puderam, pela força de um corporativismo entre os pares, estar inacessíveis aos olhares do público em outros tempos, está claro que hoje é mais difícil ocultar medidas criminosas por membros da própria instituição. Um celular com acesso à rede mundial e uma câmera não muito sofisticada são suficientes para que os rompantes estilos de violência policial se tornem públicos. Basta digitar nas plataformas digitais por termos semelhantes a “violência policial”, “abuso de poder” ou “corrupção policial”, por exemplo, e teremos uma imensidão de registros.

A elevação no interesse em estudar as funções da Polícia tem a sua primeira demonstração, na década de 1930, quando se passa a questionar formas tradicionais no uso da violência não mais aceitáveis socialmente nos EUA. Utilização de violência real para obter confissões de prisioneiros, corrupção e desmandos variados integram o grupo de atividades criticadas pelo público. Ainda, um aumento exponencial se verifica durante as décadas de 1960 e 1970. Acreditamos que um dos fatores propulsores tenha sido o avanço dos modelos profissionais de polícia que parecem dar o incremento que faltava e a despertar o olhar acadêmico sobre essa instituição. No âmbito externo, tem-se um mundo conturbado que afluiu para o espalhamento de mais estudos. A década de 1960 viu florescer conflitos que dividiram o mundo entre duas grandes potências, lutas por direitos, a Guerra do Vietnã, tensões raciais e muito mais (Goldstein, 2003).

No que tange à violência policial, William Westley (2019), ao realizar estudo de caso em um departamento de polícia municipal dos EUA, explicou que o uso ilegal da violência se associa à experiência policial enquanto um grupo ocupacional. Nesse mote interpretativo, a polícia aceitaria e justificaria moralmente o recurso à violência. Para ele, a definição de ocupação produziria em seus membros posições sociais de prestígio. Por isso que a



ocupação de um homem ou grupo contribuiria em sua conduta e na produção de sua identidade social. No estudo em questão, o autor tomou dois tipos de experiência que se abriam para o manejo ilegal da violência: a apreensão de criminosos e o controle de condutas sexuais.

Na realidade brasileira, a violência policial tem sido estudada por diversas áreas. Dentre os muitos exemplos, selecionamos abordar a perspectiva de Marcos Rolim (2023) sobre o conceito de polícia. Para ele, o problema está diretamente ligado à definição assumida pela instituição e pela lei que se refere ao direito do emprego da força. A autorização legal bastaria para que a violência policial fosse assumida por seus agentes: “A definição de polícia a partir da prerrogativa do uso da força tende a ser compreendida por policiais de mentalidade ‘guerreira’ como uma confirmação dos valores que maximizam as abordagens violentas” (p. 254). O debate gira em torno da ideia de que as polícias, em sociedades democráticas, devem proteger as pessoas e assegurar, dentro do possível, o exercício de seus direitos. A proposta do autor, então, é a redefinição do trabalho policial que passaria a ser conjugado em termos de vocação para a proteção, “algo que sua identificação com a noção de força termina obscurecendo” (Rolim, 2023, p. 255).

Seja como for, o argumento comum entre a comunidade acadêmica é o de que a violência policial continua a ser um dos principais elementos a macular a democracia recente. E como se insere a polícia baiana nesse enresco? O *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023* (relativo ao ano de 2022), ao apresentar os dados de letalidade policial no país, apontou a Polícia da Bahia como a segunda mais letal, atrás apenas da Polícia do Amapá/AP: “Algumas polícias são muito mais violentas que [sic] outras. Amapá, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro e Sergipe seguem sendo as polícias que mais fazem uso abusivo da força no país” (FÓRUM, , 2023, p. 64).

Se retornarmos ao começo deste artigo, no tocante ao Art. 2º da Lei nº 13.201/2004, em que são listados os princípios da instituição policial na Bahia, passamos a entender os motivos dos incisos XI e XII estarem localizados no fim da lista. Respectivamente, o respeito aos Direitos Humanos e a proteção e promoção à dignidade da pessoa humana ainda parecem não gozar da mesma credibilidade que os princípios considerados ponta de lança da Polícia: a hierarquia e disciplina militares. Talvez, essa seja a mudança

a ser buscada para que a Polícia baiana, de fato, aproxime-se dos valores democráticos no tempo presente.

## *Considerações finais*

Com base nas fontes utilizadas, nos dados arrolados e no manejo da bibliografia especializada para esta discussão, podemos cotejar algumas conclusões sobre o relacionamento da Polícia Militar da Bahia e a democracia. A primeira conclusão assinala que, sem dúvida alguma, os documentos atuais da Polícia Militar da Bahia tendem a obedecer às ordens do tempo. Indicadores disso estão nas tentativas de ampliação de uma perspectiva de ação policial que se volte para a defesa e respeito aos Direitos Humanos e para a reconfiguração quando do contato com o público através de uma polícia mais comunitária, como consta na seguinte passagem: “Art. 30 – O Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos tem por finalidade desenvolver e divulgar as políticas de policiamento comunitário e de direitos humanos da PMBA” (BAHIA, 2014, p. 9).

A segunda conclusão corrói a primeira quando olhamos para a prática. A insistente presença de valores guerreiros na formação do(a) policial, o espectro assombroso das Forças Armadas e as rachaduras mantidas com o advento da Constituição cidadã de 1988 são fatores que coligem para a manutenção de modelos tradicionais de atuação policial, no nosso caso estudado, da Polícia baiana. Esse amálgama facilita e torna permissivo o uso da violência como instrumento de estabelecimento da ordem.

Por fim, a terceira conclusão se volta para o interior da instituição Polícia Militar da Bahia. Conforme abalizamos em alguns de seus documentos, a corporação tenta entregar à sociedade a visão de uma Polícia igualitária, democrática no campo da tomada de decisões, como se todos e todas, independentemente da hierarquia, tivessem voz. Essas ideias são explícitas: “Foram convocadas equipes de policiais militares das mais diversas Unidades da PMBA para participarem das oficinas de planejamento estratégico [...] e oportunizada a todo colaborador, sem distinção de nível hierárquico, sua contribuição [...]” (BAHIA, 2017, p. 33). Embora insinue

colocar a corporação por inteira como comprometida com os rumos futuros da Polícia baiana, a página seguinte informava:

Após as palestras, os coronéis, distribuídos em grupos de trabalho e apoiados pela equipe de oficiais da Deplan, discutiram as diretrizes estratégicas (visão, missão e valores) e o mapa estratégico com base nas informações que cada um deles compilou, previamente, em suas respectivas unidades, definindo os novos rumos da polícia Militar da Bahia” (BAHIA, 2017, p. 34).

As divergências também se dão, como vimos, nos campos da cor, dos salários e entre o oficialato. Em síntese, o que temos é uma instituição que recua no tempo para manter antigas engrenagens funcionando no presente e que, por outro lado, galga assimilar as imperativas demandas de uma sociedade que credita à democracia modelo político eficaz.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 214-237, jan./jun. 2001.
- ARCHANJO, Georgecohama Duclerc Almeida. *A massa da tropa: greve na Polícia Militar da Bahia – 1981*. Salvador: Solisluna Desing e Editora, 2008.
- BAHIA. Polícia Civil do Estado da Bahia. *Polícia Civil do Estado da Bahia: história, lideranças e influências*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2018.
- BAHIA. Polícia Militar da Bahia. *Plano Estratégico da Polícia Militar da Bahia 2017-2025: a Bahia rumo ao seu bicentenário*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2017.
- BAYLEY, David; SHEARING, Clifford. The future of policing. *Law & Society Review*, v. 30, n. 3, p. 585-606, 1996.

- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 1* (2006). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. Tradução de Marcello Rollemberg; revisão da tradução de Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- IBGE. Cidades. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- MARTINS, Leonardo. Inaugurado o maior centro de operações de segurança da América do Sul. *Portal Gov. Bahia*, Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2016/07/noticias/seguranca/inaugurado-maior-centro-de-operacoes-de-seguranca-da-america-do-sul/>. Acesso em: 6 out. 2020.
- MARTINS, Herbert Toledo; MELO NETO, Marcelino Soares de. Violência institucional na Polícia Militar da Bahia. *Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares*, v. 1, n. 2, p. 35-65, 2018.
- PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial: processo de construção da identidade profissional do policial nas academias da polícia*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

- RAMALHO NETO, Jaime Pinto. *Farda & cor: mobilidade nas patentes e racismo na Polícia Militar da Bahia*. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.
- ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. *Revista Direito & Praxis*, v. 14, n. 1, p. 248-269, 2023.
- ROLIM, Rivail Carvalho. Direitos Humanos no Brasil democrático – trajetória e perspectivas: 1988/2019. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0206, maio/ago. 2020.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Aretuza Pereira dos. A polícia Militar da Bahia e o primeiro movimento reivindicatório no século XXI: a circulação de sentidos. *Entheoria: Cadernos de Leras e Humanas*, Serra Talhada, v. 4, n. 1, p. 101-112, jan./dez. 2016.
- SKOLNICK, Jerome Herbert; BAYLEY, David. *Policciamento comunitário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SOARES, Luiz Eduardo. Por que é tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSKI, Barbardo et al. *Bala perdida: violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-32.
- WESTLEY, William. Violence and the police. In: KAPPELES, Victor; SCHAEFER, Brian (Org.). *The police & society: touchstone readings*. Illinois: Waveland Press, Inc, 2019. p. 352-364.
- ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

## Fontes

### Legislações e Decretos

BAHIA. *Lei nº 13.201 de 9 de dezembro de 2014*. Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências. Salvador: Casa Civil, 2014.

BRASIL. *Decreto nº 13.753, de 10 de setembro de 1919*. Regulamento de cotinências, signaes de respeito e honras militares – R. Cont. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1919. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13753-10-setembro-1919-525050-regulamento-pe.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997*. Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2243.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2243.htm). Acesso em: 28 jul. 2022.

## Sites

BAHIA. Comando de Operações Policiais Militares. In: *Portal Oficial da PM da Bahia*. Salvador [s.d.]. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA; CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA. Edital de abertura de inscrições PM/BM n.º 001-CG/2022. Concurso Público de Provas para Admissão no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar. Salvador: 2022. Disponível em: [https://www.cfopmbm2022.uneb.br/documentos/EDITAL\\_CFO\\_PM\\_2022\\_\\_DOE\\_\\_Final.pdf](https://www.cfopmbm2022.uneb.br/documentos/EDITAL_CFO_PM_2022__DOE__Final.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

BAHIA. Edital de abertura de inscrições – SAEB/05/2022, de 27 de setembro de 2022. Concurso Público para Seleção de Candidatos ao Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2022. Disponível em: <https://www.concursosfcc.com.br/concursos/govba222/>

edita\_de\_abertura\_de\_inscricoes\_doe\_de\_28.09.2022.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

QUASE 150 mil pessoas com mais de 15 anos foram assaltadas entre 2020 e 2021 na Bahia, diz IBGE. G1 Bahia, 07 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/12/07/quase-150-mil-pessoas-com-mais-de-15-anos-foram-assaltados-entre-2020-e-2021-na-bahia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2022.3w

# RELAÇÕES DA CIA COM ATORES POLÍTICOS BRASILEIROS NO CONTEXTO DE CRISE DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

## *CIA relations with brazilian political agents in the context of crisis of João Goulart government (1961-1964)*

Vicente Gil da Silva<sup>1</sup>

Laura Maria Loss Schwarz<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta algumas das relações estabelecidas entre oficiais da *Central Intelligence Agency* (CIA) e atores políticos brasileiros na conjuntura de crise do governo de João Goulart (1961-1964). Seu foco é a identificação das conexões de representantes da agência norte-americana com indivíduos ou grupos brasileiros que estiveram envolvidos em iniciativas golpistas, a partir da análise de documentos disponíveis em acervos públicos e particulares nos Estados Unidos. Pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre a extensão da participação dos agentes do governo estadunidense no golpe de 1964, apresentando informações inéditas ou pouco exploradas pela historiografia.

*Palavras-chave:* CIA; golpe de 1964; ações encobertas.

### ABSTRACT

The article presents some of the relations established by officers of the Central Intelligence Agency (CIA) with Brazilian political agents during the crisis of João Goulart's government (1961-1964). The focus is to identify these connections with Brazilian individuals or groups who were involved in coup initiatives, based on US public and private archives. The aim is to contribute to the advancement of knowledge about the participation of the United States in the 1964 coup, presenting unpublished information or little explored by historiography.

*Keywords:* CIA; 1964 coup in Brazil; covert actions.

---

1 Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [vicentegil@irid.ufrj.br](mailto:vicentegil@irid.ufrj.br).

2 Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail:



## Introdução

Os diferentes tipos de operações encobertas executadas pelos agentes do governo estadunidense nas décadas de 1950 e 1960 – em países da América Latina, África, Ásia, Oceania e Europa – foram descritos por Harry A. Rositzke em seu livro de memórias. Rositzke foi um oficial do alto escalão da *Central Intelligence Agency* (CIA), considerado um mestre em seu ofício. Aposentou-se em 1970 como diretor da unidade da CIA que era responsável pelas operações contra a União Soviética. Na mencionada obra, ele afirma que a maior parte das ações executadas pela agência até o final da década de 1960 haviam sido “benignas”. Isto significava que eram ações de apoio a “um regime amigo contra ameaças internas à sua estabilidade”. Como exceções dignas de destaque, o oficial aposentado da CIA selecionou os exemplos da Guatemala e do Brasil: “em alguns casos, como no Brasil sob João Goulart e na Guatemala sob Árbenz, as operações da CIA foram estritamente subversivas – para destituir o governo no poder” (ROSITZKE, 2019, p. 190).

O envolvimento da CIA nas ações que resultaram no golpe de 1964 no Brasil também foi apontado por Philip Agee, um outro oficial de carreira da agência. Diferentemente de Rositzke, Agee não permaneceu na CIA até sua aposentadoria. Ele se desligou da agência na década de 1970, após ter trabalhado em diferentes países da América Latina, passando a denunciar várias das atividades subversivas promovidas pelo governo norte-americano nessa região. De acordo com Agee (1975, p. 366), que atuava na estação da CIA de Montevidéu na época em que ocorreu o golpe contra o governo João Goulart, a queda do presidente brasileiro provocou uma “euforia em Washington”, “depois que dois anos e meio de operações (destinadas a evitar que o Brasil descambasse para a esquerda com Goulart) frutificaram auspiciosamente”.

Apesar dessas afirmações contundentes dos oficiais da CIA, os arquivos operacionais da agência<sup>3</sup> referentes a sua atuação no Brasil, os

---

3 De acordo com Agee (1976, p. 48), tratam-se de fontes que documentam “problemas de segurança, cobertura sigilosa, finanças, o acesso do agente ao objetivo, níveis de produção (mas não os fatos em si), propostas para novos recrutamentos ou encerramento da operação, equipamentos exigidos, motivações dos agentes e qualquer outra ocorrência que afete a operação”.

quais poderiam elucidar os tipos e níveis de interferência que ela promoveu nas relações sociais e políticas brasileiras naquele período, continuam inacessíveis à pesquisa. Na passagem dos 30 anos do golpe de 1964, o historiador Peter Kornbluh, líder do projeto *National Security Archive*, ligado à George Washington University, nos Estados Unidos<sup>4</sup>, destacou o fato de que, embora fosse de conhecimento público o envolvimento da CIA na articulação para a derrubada do presidente brasileiro, os documentos que poderiam comprová-lo permaneciam confidenciais e indisponíveis. Em vista disso, Kornbluh solicitou à agência que “levantasse o véu do sigilo de um dos episódios mais importantes da intervenção dos Estados Unidos na história da América Latina”, tornando públicos os registros das operações da CIA no Brasil em sua totalidade (KORNBLUH, 2004).

Alguns documentos operacionais da CIA referentes a suas intervenções na Guatemala, Chile, Cuba e Guiana Britânica – assim como sobre as operações realizadas em países de outros continentes, com destaque para Vietnã e Itália – já foram publicados pelo governo norte-americano nas últimas décadas. Esses documentos são uma importante fonte de informação sobre o perfil de atuação da CIA e trazem inúmeros exemplos de estratégias de intervenção nos assuntos internos desses países, muitas das quais seriam consideradas ilegais à luz do direito internacional. No caso da América Latina, essas ações foram analisadas por Rabe (2005, 2016), Kornbluh (2013), Cullather (2006) e Grandin (2004).

A partir da análise desse perfil de atuação clandestina da agência norte-americana, é possível inferir que os documentos referentes às operações da CIA no Brasil guardam informações que poderiam comprovar uma série de tentativas de ingerências externas na conjuntura política nacional. Imaginar que, em um contexto de intensa atuação interventora da CIA em todos os continentes, a agência estaria apenas observando com distanciamento os desdobramentos da crise política brasileira, parece-nos uma atitude extremamente equivocada. A ausência de provas documentais oficiais – retidas pela própria CIA em seus arquivos secretos – não equivale

4 Entre outras iniciativas, o projeto *National Security Archive* divulga e analisa arquivos governamentais norte-americanos relacionados às ditaduras do Conesul. Esses documentos ajudam a esclarecer o impacto das operações secretas norte-americanas na mobilização para os golpes de Estado e o apoio aos regimes militares instalados na região entre os anos 1960 e 1980.

a uma ausência de indícios e também não pode, por si só, sustentar a afirmação de que nenhuma ingerência externa significativa teria ocorrido no Brasil pré-golpe.

Motta (2021) destaca que uma das dificuldades encontradas no estudo de operações clandestinas está relacionada à escassez de “registros documentais sobre a atuação da espionagem e das ações encobertas norte-americanas no Brasil”, apontando que “a maior parte das informações disponíveis ao público foi produzida por diplomatas e constitui material de caráter menos secreto, uma vez que trata de ações legais” (MOTTA, 2021, p. 71-72). Como afirmaram Green e Jones (2009, p. 71), “ainda há muito a esclarecer sobre o envolvimento norte-americano no golpe”, persistindo “uma nuvem cinzenta que encobre os estudos sobre o assunto”. Na historiografia que analisa as relações entre Estados Unidos e Brasil, as menções à participação da CIA na mobilização que levou à derrubada do governo Goulart continuam escassas. Embora diversos livros e artigos relacionados a esses temas tenham sido publicados nos últimos dez anos<sup>5</sup>, nenhum deles tinha como foco apresentar informações sobre as atividades clandestinas da CIA no Brasil. Algumas possíveis ações da CIA foram mencionadas nas obras clássicas de Dreifuss (1981) e Bandeira (1978; 2010). Posteriormente, Motta (2021) e Starling (2024) foram dois dos poucos autores a indicarem a possível existência de operações da CIA no Brasil.

Neste artigo, buscamos contribuir com a historiografia sobre o golpe de 1964, apresentando informações sobre atividades provavelmente realizadas ou apoiadas pela agência de inteligência norte-americana no Brasil, as quais foram reunidas a partir da análise de diversas fontes oficiais e privadas, com diferentes níveis de classificação de sigilo, disponíveis em arquivos dos Estados Unidos. A busca por informações sobre as ações da CIA é justificada pela relevância da agência na formulação e execução da política exterior norte-americana daquele período, que buscamos apresentar a seguir. A lógica geral de operações encobertas da CIA será apresentada na primeira seção deste artigo, com ênfase em algumas das especificidades de sua atuação na América Latina. Na segunda seção são identificados alguns dos oficiais da CIA que atuaram no Brasil, destacando-se suas relações com

5 Para citar alguns exemplos, Loureiro (2020), Spohr (2020), Spektor (2018), Pereira (2016) e Fico (2014).

grupos civis brasileiros. Por fim, a terceira seção identifica a aproximação da agência com militares brasileiros.

## *A CIA na América Latina*

A CIA foi criada entre os anos de 1947 e 1948 com a função de coordenar as atividades encobertas do governo norte-americano no exterior. A supervisão das ações executadas pela agência ficou a cargo do *National Security Council* (NSC), órgão decisório máximo da política externa norte-americana. Em junho de 1948, a instrução 10/2 do NSC definiu os tipos de operações que a CIA estava autorizada a executar contra grupos ou Estados estrangeiros considerados “hostis” aos interesses norte-americanos. Tais ações deveriam ser conduzidas de modo a esconder que se tratavam de iniciativas patrocinadas ou realizadas diretamente pelos Estados Unidos. Ou seja, deviam assegurar a possibilidade de uma “negação plausível” (*plausible denial*) do envolvimento do governo norte-americano em operações de propaganda, guerra econômica, ação direta preventiva (incluindo sabotagem e antissabotagem, demolições e medidas de evacuação), subversão contra Estados hostis (incluindo assistência a movimentos de resistência clandestinos, guerrilhas e grupos de refugiados) e apoio a elementos anticomunistas nacionais de “países ameaçados do mundo livre”(CIA, 18/06/1948).

No ano seguinte, uma outra instrução fundamental para as operações da CIA foi aprovada, desta vez pelo Senado norte-americano. Ela permitia que a agência operasse a partir de mecanismos administrativos e fiscais confidenciais, isentando-a de regulações a que todas as outras agências governamentais estavam submetidas. A CIA estava autorizada a evitar a divulgação de suas fontes e recursos de inteligência, assim como a sua estrutura organizativa interna, sua lógica de funcionamento, funções, nomes, títulos oficiais e salários de seus funcionários. A agência também não se via obrigada a prestar contas sobre os seus gastos e operações para o Congresso norte-americano, além de diversas outras prerrogativas exclusivas (CIA Act, 1949).

Em dezembro de 1955, o *National Security Council* ampliou os objetivos das operações previstas na NSC 10/2 de 1948, aprovando a instrução NSC 5412/2. Entre as finalidades acrescidas, estavam as seguintes: colocar em descrédito a reputação e a ideologia do comunismo internacional e reduzir a força dos partidos e outras organizações que a ele estivessem integrados; conter qualquer ameaça de chegada ao poder, em um país do “mundo livre”, de partidos ou indivíduos que fossem tanto direta quanto indiretamente suscetíveis ao controle comunista; reduzir o controle do comunismo internacional sobre quaisquer áreas do mundo e fortalecer a orientação pró-Estados Unidos dos povos e nações do mundo livre, ampliando a sua capacidade e vontade de resistir ao comunismo internacional (NSC 5412). Conforme Prados (2006, p. 189) essa nova instrução “deu aos guerreiros secretos a mais ampla licença possível para a sua atuação”, abrangendo “um universo de possibilidades” para as ações encobertas, o qual seria explorado pela CIA nos quinze anos seguintes, enquanto teve vigência a mencionada normativa.

A importância das operações encobertas como instrumento de intervenção norte-americana em países estrangeiros consolidou-se gradativamente ao longo do final dos anos 1940 e da década de 1950. Dois historiadores (SLANY, 1996; SUSSER, 2007) contratados pelo Departamento de Estado para organizar dois volumes da coleção oficial *Foreign Relations of United States* destacaram a crescente valorização no período das atividades de inteligência, a cargo da CIA, a partir do governo Harry S. Truman (1945-1953), mas especialmente nos dois mandatos de Dwight D. Eisenhower (1953-1961). Embora algumas ações encobertas da CIA executadas entre os anos 1940 e 1960 tenham sido analisadas em detalhes por diversos historiadores anglo-saxões<sup>6</sup>, ainda pouco se sabe sobre as particularidades da atuação da agência na América Latina – exceto nos casos da Guatemala, Guiana Britânica, Cuba e Chile<sup>7</sup>. E, como já mencionado anteriormente, quase nada é conhecido sobre as ações executadas no Brasil, embora a agência tenha

6 A exemplo dos 85 livros da coleção *Studies in intelligence*, organizada por R. J. Aldrich, C. Hillerman e C. Andrew e publicada pela editora britânica Routledge.

7 A CIA publicou volumes sobre a história da atuação da agência em alguns continentes a partir da trajetória de alguns de seus principais diretores. Mas o volume sobre a história da Divisão de Hemisfério Ocidental segue incompleto, com inúmeras páginas censuradas, e até o momento não publicou nenhum histórico sobre J. C. King, o diretor da referida divisão por mais de uma década.

dedicado “uma atenção significativa” à região nos anos subsequentes à sua criação (BECKER, 2020, p. 2).

Apesar da dificuldade de acesso à documentação oficial, é possível identificar algumas das particularidades das ações da CIA na América Latina entre os anos 1950 e 1960, especialmente a partir da biografia de alguns agentes que atuaram na região. Entre essas trajetórias, merece destaque a de Joseph Caldwell King, diretor da divisão de Hemisfério Ocidental da CIA – responsável pelas ações da agência no continente americano – entre 1952 e 1964. King nasceu em Nova Jersey em outubro de 1900 e era filho de um empresário da indústria farmacêutica. De acordo com um *curriculum vitae* escrito por ele próprio em 1942, de 1918 a 1923 King estudou na academia militar de West Point, em Nova York. Ele viria a ser conhecido, em sua longa trajetória na CIA – na verdade, trata-se do diretor mais longo da história da agência – como coronel J. C. King. Entre 1925 e 1927, fez diversas viagens à Europa, Oriente e México, para estudar idiomas, uma experiência que lhe permitiu aprender a falar fluentemente espanhol, russo e alemão. King trabalhou por um ano na empresa de seu pai, a King Chemical Co. em Nova Jersey, como vice-presidente e gerente geral. Em 1930, ele foi contratado pela Johnson & Johnson para ser o chefe do departamento da empresa para a América Latina, trabalhando em sua sede nos Estados Unidos. Um ano depois, foi enviado a Buenos Aires como representante especial da empresa, onde permaneceu até 1932. Em 1933, tornou-se representante especial da gigante do setor farmacêutico no Brasil. A partir de 1934, ele foi promovido a vice-presidente da Johnson & Johnson da Argentina, desempenhando simultaneamente o mesmo cargo no Brasil. Em 1937, tornou-se presidente da mesma companhia da Argentina e do Brasil (SILVA, 2020, p. 146-148).

J. C. King mudou-se para o Brasil com a esposa e filhos em 1932, representando a Johnson & Johnson. Em São Paulo, frequentou reuniões do Rotary Club, das quais também participavam diversos empresários paulistas. Durante as décadas de 1930 e 1940, além de viajar com frequência a Buenos Aires, King conheceu diversos pontos do território brasileiro – seu nome aparece em algumas listas de passageiros de companhias aéreas que eram então publicadas em jornais. A partir de 1942, durante a guerra, King prestou serviços como consultor não remunerado junto ao *Office of*

*the Coordinator for Inter-American Affairs* (OCIAA) no Brasil, chefiado por Nelson Rockefeller, com o qual desenvolveu uma relação próxima. No Brasil, realizou viagens pela Amazônia, encarregado de elaborar um relatório sobre a região para o OCIAA, tendo sido reconhecido como alguém que a “conhecia como poucos”. Entre 1943 e 1946, trabalhou em atividades secretas de inteligência junto ao adido militar na embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires (SILVA, 2020, p. 146-148).

Durante o seu período como diretor da Johnson & Johnson, King viajou para diversos países da América Latina. É interessante destacar que King permaneceu vinculado à Johnson & Johnson do Brasil – com endereço residencial em São Paulo, em um apartamento do quinto andar da Rua Santa Isabel, 290, na Vila Buarque – pelo menos até o início de 1950, quando seu nome ainda aparecia como diretor conselheiro da empresa, conforme registros do Diário Oficial do Estado de São Paulo. Exemplo de sua proximidade com a elite empresarial paulista, por exemplo, foi a relação estabelecida com Paulo Álvaro de Assumpção<sup>8</sup>, um dos diretores da Johnson & Johnson do Brasil, que dedicou a King uma mensagem elogiosa quando de sua despedida do Brasil (Silva, *Id.*).

Depois dessa longa e rica experiência na América Latina, J. C. King ingressou na CIA, entre 1950 e 1951. Um ano depois, tornou-se chefe da Divisão de Hemisfério Ocidental da agência, aos 52 anos de idade. De acordo com um de seus mais importantes subordinados na CIA (PHILLIPS, 1977, p. 60), King havia acumulado uma fortuna antes de ingressar na agência. E, conforme um especialista no tema, era um homem que conhecia a América Latina como poucos (GROSE, 1994, p. 373). Cabe indagar quais teriam sido as relações que King manteve no Brasil depois de ingressar na CIA e se elas abriram portas para as ações da agência no país. Embora não seja possível responder conclusivamente a estas perguntas, é razoável supor que a rede de relações de agentes públicos e privados dos países onde King morou e trabalhou representando os interesses de sua empresa certamente não deve ter sido desprezada como possível recurso a ser utilizado ou influenciado

---

8 Jurista, médico e empresário do ramo têxtil, um dos fundadores da Confederação Industrial do Brasil (CIB) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entre 1934 e 1937, na qual também exerceu outras funções diretivas ao longo da década de 1940 (DHBB).

pela agência. Suas credenciais como coronel do exército norte-americano, assim como sua experiência em atividades de inteligência militar durante a Segunda Guerra Mundial na Argentina, também podem ter contribuído para a construção de relações próximas com lideranças das forças armadas latino-americanas.

Embora as fontes que poderiam esclarecer a atuação de King e da CIA na América Latina permaneçam indisponíveis ao público, há indícios sugerindo que uma parte considerável das operações da agência na região tiveram como ponto de apoio os empresários norte-americanos e seus associados locais, assim como militares latino-americanos. Grose (1996, p. 373), afirma que King construiu, ao longo de sua trajetória na CIA e antes dela, “uma formidável presença entre ditadores, generais e empresários expatriados da América Latina”. E. Howard Hunt, importante oficial da CIA que trabalhou a maior parte de sua vida na América Latina, também buscava relações com esses grupos. De acordo com o que descreveu em sua autobiografia, após chegar à Cidade do México para trabalhar como chefe da estação local da CIA, Hunt conseguiu criar um “grande grupo de informantes e agentes em um período de tempo relativamente curto” a partir de contatos com empresários mexicanos e norte-americanos (HUNT, 2007, p. 98).

Holland (2005, p. 38) aponta a importância de “recursos privados” na elaboração e execução da política externa dos Estados Unidos, tomando como exemplo as operações da CIA na preparação do golpe de 1954 na Guatemala e referindo-se às conexões da CIA com um rico empresário norte-americano – William D. Pawley, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1946 e 1948 –, “inclusive no fornecimento de aeronaves para as forças anti-Árbenz”. A influência de interesses privados na política externa norte-americana é um debate que vem sendo realizado há algumas décadas, e não há espaço neste artigo para uma análise crítica sobre os seus pressupostos metodológicos, que geralmente encaram os “interesses corporativos” como se fossem um corpo estranho que não deveria fazer parte da política exterior de um país, ou da política em geral, quase como se



fosse uma anomalia ou um paradoxo<sup>9</sup>. O que importa destacar é o reconhecimento de pesquisadores contemporâneos corroborando a tese de que os empresários foram uma base de apoio fundamental para operações da CIA na América Latina, independentemente do fato de estas ações terem obtido ou não os resultados almejados. Assim, Marshall (2023), Moulton (2023) e Livingston (2024) apontam vários elementos sobre as operações da CIA na Guatemala apoiadas por empresários locais e norte-americanos, tratando do caso da *United Fruit Company* e da indústria de café (MARSHALL, 2023; MOULTON, 2023; LIVINGSTON, 2024).

Outro exemplo ilustrativo da relação próxima entre empresários e o trabalho da CIA na América Latina é o depoimento de Joseph B. Smith, um oficial que ocupou funções importantes nos serviços clandestinos da CIA entre os anos 1950 e 1960. Ele escreveu em suas memórias ter ouvido o seguinte relato de um colega, então chefe da seção de propaganda da equipe de ações encobertas, quando esta organizava operações contra Cuba no início dos anos 1960:

A primeira coisa que você precisa entender [...] é a natureza particular da nossa Divisão de Hemisfério Ocidental [da CIA]. O coronel J. C. King, chefe da divisão, destaca-se por ter sido o único chefe de divisão nos serviços clandestinos que se manteve nessa função desde que este setor da CIA foi criado. A razão disso é o caráter particular de nossa relação com a América Latina. Tenho de admitir que se trata da única área do mundo onde, por mais que eu odeie reconhecer isso, a alegação da propaganda comunista de que os Estados Unidos é um poder imperialista explorador não pode ser facilmente negada. As empresas norte-americanas têm enormes investimentos na América Latina, e a política do governo dos Estados Unidos parece ser a de que a proteção desses interesses deve guiar todas as nossas ações na América Latina. O coronel King foi adido militar em Buenos Aires durante a guerra e ele tem muitas relações na região. Entre elas, a relação próxima que ele desenvolveu com o FBI. Como você sabe, o FBI

9

Uma análise crítica sobre a ausência ou a ambiguidade da discussão do caráter material e histórico do poder norte-americano durante a Guerra Fria em obras representativas do *establishment* acadêmico anglo-saxão é feita por Anderson (2015). Uma das particularidades da “hegemonia imperial” (ANDERSON, 2015, p. 53-54) norte-americana é justamente o fato de que uma pequena elite é responsável pela política externa do país, “cheia de banqueiros de investimentos, grandes industriais e comerciantes e advogados de grandes empresas”.

foi responsável por operações de contrainteligência contra os nazistas na América Latina durante a guerra. Quando nós [CIA] passamos a existir, eles [FBI] resistiram em se retirar [da América Latina]. O coronel King foi capaz de convencer diversos oficiais a se juntarem a ele, e ele dirigiu a sua divisão quase inteiramente com homens do FBI. Todos eles são próximos a líderes empresariais estadunidenses e latino-americanos. Eles também são próximos às forças policiais e às organizações locais de inteligência (SMITH, 1976, p. 328-9).

Por estas razões, Smith considerava que “a política [norte] americana e as atividades da CIA na América Latina eram moldadas pelos interesses e investimentos dos empresários [norte] americanos” (SMITH, 1976, p. 373). Por fim, podemos citar o caso de Stansfield Turner, diretor da agência entre 1977 e 1981, que destacou em seu livro de memórias a proximidade do empresário John A. McCone – que dirigiu a CIA de 1961 a 1965 – com grupos de empresários norte-americanos. Turner menciona que McCone levou a agência “a explorar o conhecimento adquirido por corporações americanas que operavam no exterior”, chegando a “encontrar maneiras de apoiá-las quando elas tinham problemas com governos locais”. O caso citado por Turner para ilustrar esta relação foi o processo de expropriação da empresa norte-americana ITT no Brasil, entre 1961 e 1962:

Harold Geneen, presidente da ITT, apelou para seu amigo John McCone. McCone envolveu a CIA no que parecia ser uma campanha de guerra psicológica. A campanha incluía comunicados à imprensa que difamavam [João] Goulart, um esforço conjunto da CIA e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) para persuadir a AFL-CIO a estabelecer centros de treinamento para ensinar aos líderes trabalhistas brasileiros alternativas ao comunismo, canalizando dinheiro para o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) na tentativa de influenciar eleições regionais e incentivando contribuições de empresas americanas para partidos de oposição brasileiros. (TURNER, 2005, p. 99)

## *Contatos da CIA com civis brasileiros*

Pouco sabemos sobre os objetivos, impactos e extensão das operações da CIA realizadas no Brasil entre 1961 e 1964. No entanto, é possível identificar a existência de relações entre oficiais de carreira da CIA e atores políticos brasileiros. E, considerando o que se sabe através de outras fontes já disponibilizadas à pesquisa, é razoável trabalhar com a hipótese de que tais contatos faziam parte de uma etapa de operações encobertas que provavelmente tinham como objetivo colaborar com a desestabilização ou enfraquecimento do governo Goulart, com o isolamento da sua base de apoio popular e, no limite, com a preparação para um golpe de Estado.

O que está devidamente comprovado é que, ao longo de todo o período do governo Kennedy (1961-1963), várias operações encobertas ocorreram na América Latina. De acordo com um documento produzido pela CIA, o presidente John F. Kennedy, em pouco mais de dois anos e meio de mandato, aprovou 163 operações encobertas de grande envergadura pelo mundo, apenas 7 a menos que nos dois mandatos de Dwight D. Eisenhower (1953-1961) e 21 a mais em comparação com o período Lyndon B. Johnson, que durou de 1963 a 1969 (Memorando CIA, 1967). Prados (2006, p. 292) menciona a aprovação de 550 operações encobertas (somando operações de maior e menor envergadura) apenas no primeiro ano do governo Kennedy. Não há motivos para ignorar a possibilidade de que alguma delas tenha sido implementada no Brasil.

As representações diplomáticas norte-americanas estavam apinhadas de oficiais da CIA. De acordo com um memorando de junho de 1961 escrito por Arthur Schlesinger Jr., um dos principais assessores em matéria de segurança nacional do governo Kennedy, cerca de 47% dos oficiais políticos servindo nas embaixadas estadunidenses eram oficiais de inteligência trabalhando sob cobertura oficial de fachada. Na embaixada de Santiago do Chile, por exemplo, 11 dos 13 “oficiais políticos” eram funcionários da CIA. No total, Schlesinger reportou ao presidente Kennedy que havia 3.900 oficiais da agência trabalhando sob títulos de fachada no exterior (concedidos pelo Departamento de Estado, Forças Armadas ou

outras autoridades não estatais), 200 a mais do que o número de agentes do Departamento de Estado (SCHLESINGER, 1961).

É claro que oficiais deste tipo atuaram no Brasil. A importância que as operações encobertas da CIA adquiriram durante o governo Kennedy – o que se manteve no mandato de seu sucessor, Lyndon B. Johnson – traduziu-se no significativo aumento do número de oficiais da CIA lotados nas missões diplomáticas norte-americanas no Brasil. Entre os anos de 1963 e 1964, 43 oficiais da CIA estavam oficialmente lotados nas embaixadas e consulados dos Estados Unidos espalhadas pelo território brasileiro. Destes 43, 18 novos profissionais de carreira da agência chegaram ao Brasil entre 1963 e 1964. Na verdade, houve um contínuo aumento do número de oficiais da CIA no Brasil que eram formalmente vinculados às representações diplomáticas estadunidenses desde o ano de 1955 (SILVA, 2020, p. 157-162). Esses dados não levam em conta o número indeterminado de contratistas ou oficiais da agência atuando no Brasil sem a cobertura oficial de fachada fornecida pelo Departamento de Estado<sup>10</sup>.

Até o momento, não é possível determinar quantas operações encobertas foram direcionadas especificamente a interferir na conjuntura política brasileira entre 1961 e 1964, nem quais foram os seus alvos e resultados atingidos. Mas um indício de que elas ocorreram pode ser encontrado no depoimento de Roswell L. Gilpatric, um importante estrategista do governo Kennedy. Gilpatric ocupou o cargo de secretário-adjunto de defesa entre 1961 e 1964 e participava das reuniões do *Special Group*<sup>11</sup>, instância responsável pela supervisão e aprovação das operações encobertas da CIA. Quando

---

10 A CIA admitiu há bastante tempo em suas publicações oficiais que se utilizou extensamente de vários tipos de títulos diplomáticos de fachada para abrigar os seus oficiais de carreira nas missões diplomáticas norte-americanas, conferindo uma roupagem para a sua atuação clandestina. Sobre isso, ver STOLZ, 1993 e AMERINGER, 1990. Para uma explicação detalhada sobre a metodologia de identificação de oficiais da CIA que trabalharam no Brasil, a partir de diversos tipos de fontes, incluindo publicações oficiais do Departamento de Estado, assim como algumas informações biográficas sobre os seus oficiais citados neste artigo, ver SILVA, 2020, cap. 3. Os oficiais da CIA também podiam atuar sem a cobertura oficial de uma representação diplomática, trabalhando sob o disfarce de empresários ou “representantes culturais” de universidades ou instituições educacionais. Exemplos desse tipo de oficiais trabalhando no Brasil são citados em Kyionaga (171-172), Thomas (2006, p. 323-324) e Page (1972, p. 158-159).

11 Criado em 1955 no governo Eisenhower, o *Special Group* era integrado por um reduzido grupo de representantes do alto escalão governamental – apenas os secretários adjuntos de Estado e de Defesa, o assessor de segurança nacional do presidente e um representante da

questionado pelo entrevistador do projeto de história oral da biblioteca presidencial John Kennedy se lembrava de “algum outro país importante, exceto Cuba” que também tivesse sido objeto de debate no mencionado grupo, ele respondeu: “Itália e Brasil” (SILVA, 2020, p. 564-566).

Até o momento, salvo engano, a única fonte disponível ao público que indica o envolvimento direto da CIA em ações relacionadas à mobilização para o golpe de 1964 é um telegrama enviado a Washington por Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, no dia 27 de março daquele ano.<sup>12</sup> Nesse telegrama, Gordon comunicou que a embaixada estava tomando “medidas complementares” com os “recursos disponíveis para apoiar as forças de resistência” a Goulart. O embaixador ressaltou que “isso incluía apoio encoberto para manifestações de rua pró-democracia”, explicando que a a próxima manifestação estava marcada para o dia 02 de abril e outras estavam sendo programadas (Telegrama, 27/03/1964). Com isso, é possível relacionar a atuação da CIA no Brasil – sendo esta a única agência governamental autorizada a se envolver em atividades encobertas – com o apoio norte-americano, através de seus aliados locais, à mobilização que ficou conhecida como Marcha da família com Deus pela liberdade, ocorrida em São Paulo em 19 de março de 1964. Como já é sabido, este evento foi importante para dar legitimidade civil à ação golpista dos militares brasileiros. Infelizmente, ainda não conhecemos detalhes sobre a natureza deste provável apoio encoberto da CIA à referida marcha<sup>13</sup>. Mesmo assim, no referido telegrama o embaixador Gordon comunica que poderia

---

CIA designado pelo seu diretor, ou o próprio diretor da agência. O grupo operou até o início dos anos 1970, mudando seu nome para *303 Committee*, após a divulgação de sua existência pela imprensa dos Estados Unidos.

12 Estamos nos referindo a documentos que não sejam meramente informativos, os Relatórios de Informações de Campo, que contêm “fatos relacionados geralmente com um determinado assunto ou tema”, oriundos de diversas fontes, relatando como foram obtidas estas informações e o nível de confiabilidade do informante (AGEE, 1975, p. 48). Estes documentos são os mais comumente citados em pesquisas acadêmicas, mas são de natureza distinta dos documentos operacionais, mencionados acima na nota 1.

13 Vale a pena mencionar o papel desempenhado por Wladimir Lodyginsky na organização da referida marcha. Este cidadão suíço nascido na Rússia imigrou para o Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial com a sua família – cuja militância anticomunista remontava ao período entreguerras. Ele recebeu apoio do governo norte-americano para as suas ações anticomunistas no Brasil ao longo da década de 1950 até 1964, comprovadamente através da *United States Information Agency* (USIA) e provavelmente da CIA, como indicam fontes governamentais brasileiras e norte-americanas. De acordo com Simões (1985) e arquivos do Itamaraty, Lodyginsky teve um papel de destaque na organização da Marcha da família

vir a solicitar “fundos suplementares moderados para outros programas de ação encoberta em um futuro próximo”, reafirmando a existência de operações deste tipo em curso naquela época e sugerindo que elas tinham um financiamento estabelecido, podendo aumentar caso fosse necessário.

No que se refere às eleições de outubro de 1962, algumas fontes governamentais e privadas norte-americanas que indicam a existência de relações entre profissionais de carreira da CIA e políticos brasileiros, no contexto daquela campanha eleitoral. Philip Agee, que serviu na estação de Quito da agência de inteligência dos Estados Unidos entre 1961 e 1964, anotou em seu diário, no dia 07/10/1962, que as eleições no Brasil estavam sendo realizadas naquele dia “como o clímax de uma das maiores operações de ação política da Divisão WH” (*Western Hemisphere Division*, Divisão de Hemisfério Ocidental da CIA, como mencionado acima). Ainda segundo ele, durante a maior parte daquele ano, “os oficiais do Rio de Janeiro e as diversas bases [da CIA], sediadas nos consulados por todo o país”, estiveram “empenhados em uma campanha de muitos milhões de dólares para financiamento da eleições de candidatos anticomunistas para postos federais, estaduais e municipais” (AGEE, 1975, p. 257).

Podemos hoje acrescentar ao registro feito por Agee algumas informações sobre o contato estabelecido entre oficiais da CIA e políticos brasileiros, presentes em arquivos produzidos pelo Departamento de Estado norte-americano. Por exemplo, a de que o oficial da CIA Louis V. Ebert III, enviado a Brasília com um título diplomático de fachada, almoçou no Hotel Nacional com os deputados Abel Rafael Pinto, do PRP de Minas Gerais, e Hamilton de Lacerda Nogueira, da UDN da Guanabara. No Recife, os diplomatas do Departamento de Estado contavam, desde o início do ano de 1962, com o apoio dos oficiais da CIA Arthur P. Frizzell, Charles L. Acree Jr. e Maurice J. Gremillion. Frizzell esteve presente em uma reunião com Antonio Baltar, do PSB local. O consulado de Porto Alegre também contava com os servidores da CIA Wesley L. Laybourne e George T. Colman Jr. Este último recebeu, nas dependências da representação diplomática norte-americana da capital gaúcha, a visita de um candidato a deputado

---

com Deus pela liberdade e na mobilização de “grupos cívicos” anti-Goulart. Para maiores detalhes sobre a militância anticomunista de Lodyginsky e sobre seus laços com agências do governo norte-americano, ver SILVA & SCHWARZ, 2022.

estadual pelo estado do Rio Grande do Sul, o qual buscava apoio para a formação de um “grupo de ação política de classe média” para influenciar as eleições daquele ano. Belo Horizonte contava com os oficiais da CIA Robert Fambrini e Lawrence C. Laser, e Curitiba, Stuart D. Burton (SILVA, 2020, p. 648-649).

A CIA também buscou se aproximar de membros da Igreja Católica no Brasil. No final de fevereiro de 1962, o oficial da base da CIA em Brasília, Thomas J. Barrett Jr., encontrou-se com dom Fernando Gomes Santos, arcebispo de Goiás, que explicou ao oficial da agência os objetivos da Aliança Eleitoral da Família (ALEF), “criada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil para assumir um papel ativo nas eleições marcadas para o dia 07 de outubro de 1962”. A documentação também aponta encontros de Barrett Jr. com Dom Antonio Barbosa, arcebispo de Campo Grande, o monsenhor Arruda Câmara, do PDC de Pernambuco, o deputado Aderbal Jurema, do PSD de Pernambuco, o padre Medeiros Netto, do PSD de Alagoas, João Mendes, da UDN da Bahia, e com o deputado Martins Rodrigues, do PSD do Ceará (SILVA, 2020, p. 648-650). Os profissionais de carreira da CIA citados anteriormente permaneceram oficialmente em atividade no Brasil pelo menos até abril de 1964. Não foi possível determinar se os agentes brasileiros citados anteriormente participaram, com ou sem conhecimento, de forma remunerada ou não, de ações clandestinas da agência de inteligência dos Estados Unidos naquele período. Também não é possível definir como foram utilizadas pelo governo norte-americano as informações obtidas nesses encontros.

Um contato a ser destacado foi o realizado entre José de Magalhães Pinto, banqueiro e governador de Minas Gerais entre 1961 e 1966, e autoridades do governo norte-americano. De acordo com registros feitos por Berent Friele – braço direito dos investimentos da família Rockefeller no Brasil –, Magalhães Pinto, quando esteve em Washington em novembro de 1960, conheceu Thomas C. Mann – uma das principais autoridades no Departamento de Estado sobre assuntos interamericanos, cujo nome posteriormente seria associado ao golpe de 1964 no Brasil – e o diretor da CIA, Allen W. Dulles. Friele informou a Nelson Rockefeller, em carta a ele enviada, que as conversas de Magalhães Pinto com representantes do

governo estadunidense tinham sido “inteiramente satisfatórias”. O governador mineiro teria explicado aos oficiais de Washington os motivos pelos quais o recém-eleito presidente Jânio Quadros havia recusado um convite para visitar os Estados Unidos. Conforme as palavras de Friele, Magalhães Pinto ficou “particularmente impressionado com o sr. Dulles”, o qual prometeu explicar a situação de Quadros ao também recém-eleito presidente Kennedy (SILVA, 2020, p. 649-650).

É importante ressaltar o papel que o governador e banqueiro de Minas Gerais viria a cumprir na articulação golpista de 1964. Fico (2014, p. 69-77) indica que Magalhães Pinto “se comprometera a agir de comum acordo com os planos norte-americanos”, isto é, no caso da derrubada de Goulart, seria necessária a imediata formação de um governo provisório, para dar “alguma aparência de legitimidade ao golpe”, exatamente conforme o cenário previsto em um plano de contingência do governo estadunidense consultado pelo referido historiador, datado de novembro de 1963. De acordo com Fico, este plano de contingência seria uma das etapas de uma estratégia política maior, iniciada em 1962 com o objetivo de derrubar Goulart da presidência e que culminaria com uma fase militar de apoio às forças golpistas locais através da operação denominada *Brother Sam*. Se a hipótese de Fico estiver correta – e é muito provável que esteja –, a CIA certamente estava diretamente envolvida em boa parte das etapas desta estratégia.

Starling (2024, p. 39) afirma que Magalhães Pinto mantinha contato com dois diplomatas do consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte desde o início do ano de 1963. Ele teria passado a se encontrar no Palácio Liberdade, sede do governo mineiro, com o diplomata Herbert Okun, cônsul-geral, e o “vice-cônsul” Lawrence C. Laser para tratar de sua “agenda conspirativa” – a expressão é da autora. Segundo Starling, “tais encontros abriram a porta do Departamento de Estado ao governador”, que ali começou a “negociar os termos de um acordo que só se efetivaria no ano seguinte”, ou seja, em 31 de março de 1964. Este acordo era precisamente aquele a que se referiu Fico, conforme mencionado acima. Entretanto, é importante acrescentar que o “vice-cônsul” Lawrence C. Laser era, na verdade, um oficial de carreira da CIA, um detalhe que passou despercebido à historiadora mineira, mas de grande importância para os objetivos deste artigo.



Isso significa que os encontros de Magalhães Pinto com Laser também abriram a porta da CIA para a agenda conspirativa do governador mineiro.

Nascido em maio de 1933, Laser trabalhou como oficial da agência de inteligência norte-americana em São Paulo entre janeiro de 1960 e maio de 1961. Após ter passado alguns meses trabalhando, provavelmente, no escritório central da agência em Washington, Laser foi transferido para Belo Horizonte em abril de 1962. Lá ele permaneceu até junho de 1964, quando foi solicitado o seu retorno à capital dos Estados Unidos. Ele ainda trabalhou no Rio de Janeiro (1966-1968) e Brasília, a partir de 1972 (*Biographic Register* 1973, p. 217)<sup>14</sup>. Fluente em espanhol, ele iniciou sua carreira na divisão de hemisfério ocidental da CIA. Conforme reportagem do jornal *Miami Herald* – intitulada “Lawrence Laser: Um oficial da CIA durante a maior parte de sua vida” –, ele morou 10 anos no Brasil, onde nasceram seus quatro filhos, e chegou a ser condecorado com o título de cidadão honorário de Belo Horizonte, concedido pela Câmara de Vereadores da cidade. Ainda conforme a reportagem, ele atuou como chefe de base, chefe de estação e diretor de operações para a América Latina da CIA (*Miami Herald*, 01/10/2020).

Laser era casado com Phyllis Mae Laser, que trabalhava no Escritório de Segurança (*Office of Security*) da CIA em Washington. Conforme o obituário de Phyllis, seu marido havia decidido ingressar na agência de inteligência em 1956, por influência dela. Os dois teriam permanecido na CIA por 50 anos, parte desse tempo como funcionários, parte como contratistas. Ela se aposentou como funcionária de carreira da agência, mas “fez alguns trabalhos como contratista no exterior” e se tornou uma “famosa esposa da CIA, aprendendo rapidamente o português e se tornando uma brasileira querida” (Obituário, 28/08/2021). Na década de 1960, um jornal de São Paulo havia caracterizado Lawrence C. Laser “como uma espécie de ‘anjo da guarda’ do consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte,

14 O *Biographic Register* – e o *Foreign Service List* – eram duas publicações do Departamento de Estado nas quais constavam os nomes e informações biográficas e profissionais resumidas sobre todos os oficiais que trabalharam nas missões diplomáticas dos Estados Unidos no exterior. As duas publicações foram interrompidas a partir de 1974, quando alguns ex-oficiais da CIA e do Departamento de Estado começaram a utilizá-los como fonte para identificar quem eram os profissionais da agência de inteligência que trabalhavam formalmente vinculados às representações diplomáticas estadunidenses. Tais publicações encontram-se disponíveis em bibliotecas de universidades norte-americanas.

segundo a descrição de seus colegas”. Phyllis M. Laser, por sua vez, foi descrita na reportagem como “uma das líderes do Automóvel Clube, a agremiação mais fechada da capital mineira” e considerada “uma das dez mulheres mais elegantes” de Minas Gerais (*A Cigarra*, 01/1964). Não temos informações que confirmem se Phyllis trabalhou como contratista da CIA durante seu período no Brasil.

A presença no Brasil de outro oficial norte-americano, Niles Woodbridge Bond, fortalece a hipótese de que o governo dos Estados Unidos conferiu importância a operações encobertas em nosso país naquele período. Bond, que entre 1959 e 1963 havia atuado como chefe adjunto da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1964 tornou-se o chefe da missão diplomática estadunidense em São Paulo. Ao desembarcar na capital paulista, ele trazia consigo uma longa experiência na carreira diplomática. Em 1961, havia assumido interinamente a chefia da embaixada norte-americana, comandando as ações da missão diplomática na chamada crise da legalidade, quando setores das forças armadas brasileiras e seus apoiadores civis tentaram impedir a posse de João Goulart como presidente, após a renúncia de Jânio Quadros. É de se destacar em seu passado a sua participação, pelo menos até o ano de 1954, em uma organização clandestina de inteligência do governo norte-americano chamada *The Pond*. Criada ainda durante a Segunda Guerra Mundial, a organização atuou como um dos braços responsáveis por ações encobertas do governo norte-americano no exterior, sendo posteriormente desativada em 1955<sup>15</sup>. Segundo depoimento

---

15 Mark Stout (2018, p. 48-50) escreveu artigos com base nos arquivos da organização. Segundo ele, a *Pond* “conduziu operações clandestinas de espionagem para o governo dos Estados Unidos entre 1942 e 1955” e foi uma das “mais incomuns organizações da história do governo. Ela se desenvolveu completamente fora das estruturas normais de governo, utilizou-se de todas as fachadas normais e estruturas de comunicação operadas pelas organizações de inteligência, e nunca esteve sob nenhum tipo de controle de Washington”. A filosofia interna da organização baseava-se no conceito de “super-segurança”, um nível de sigilo maior do que o adotado pela própria CIA. Ainda conforme Stout, o Departamento de Estado foi “um parceiro vital das operações da *Pond* ao longo de toda a existência do grupo” e, a partir de 1951, seus integrantes passaram a atuar como contratistas da CIA. O acordo para sua desativação foi intermediado por Adolf A. Berle, que atuou como embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1945 e 1946. Segundo Stout (2018, p. 49), durante a Segunda Guerra Mundial, período em que foi secretário assistente de Estado, responsável pelas atividades de inteligência do Departamento de Estado, Berle era o “ponto de contato diário” da *Pond* com o referido departamento.

de Bond, o trabalho na *Pond* era “emocionante e interessante” (SILVA, 2020, p. 97).

É razoável supor que a escolha de Bond para comandar o consulado da capital paulista não foi casual, levando-se em consideração tanto a importância das articulações golpistas que já vinham ocorrendo na cidade quanto a sua experiência enquanto diplomata. O momento de sua chegada a São Paulo era oportuno pois, de acordo com Fico (2014), os Estados Unidos já haviam tomado a decisão de apoiar um golpe de Estado havia mais de um ano. Bond tinha as aptidões requeridas para trabalhar em atividades que exigiam alto nível de sigilo e, ao mesmo tempo, eficiência nas ações de articulação política.

Ao que tudo indica, uma das tarefas mais importantes da missão diplomática foi a articulação com o governador de São Paulo e seus apoiadores civis e militares. O próprio Bond narrou, em depoimento ao historiador John W. F. Dulles, um episódio que indica a proximidade entre os representantes do governo norte-americano e os integrantes das forças golpistas brasileiras:

O Ministro Bond esteve com Adhemar de Barros durante as seis horas que antecederam a eclosão da revolução de 1964 em São Paulo. Cordeiro de Farias havia saído de São Paulo em viagem a Belo Horizonte. Adhemar estava muito preocupado com a situação, pois fazia doze horas que Minas havia iniciado a revolução e São Paulo nada havia feito. Naquela época, praticamente todos sentiam que o General Kruel era a chave para a situação. O general Nelson de Mello juntou-se ao grupo do qual Adhemar e Bond faziam parte. Nelson de Mello, bem diferente de Adhemar, parecia não ter nenhuma preocupação no mundo. Nelson de Mello sabia que tudo ficaria bem independentemente da posição que Kruel assumisse. Se Kruel não acompanhasse a revolução, Nelson de Mello assumiria a liderança militar em São Paulo. Um erro que Goulart cometeu foi acreditar que os generais reformados já não valem nada. [...]. Kruel aderiu à revolução perto da meia-noite. Cordeiro de Farias e Nelson de Mello foram ambos para o sul mas com colunas diferentes. O ministro Bond disse que recebeu de fonte confiável informações sobre a iminente eclosão da revolução que iniciou em Minas 24 horas antes da revolução estourar naquele estado. Ele nos contou que esteve com Adhemar de Barros entre 17h e 18h da tarde do dia 31 de março. Foi nesta hora que chegou Nelson de Mello, e ele

estava de bom humor. Mais tarde, depois que Kruel anunciou o seu posicionamento, Nelson de Mello e Cordeiro de Farias estavam trajando seus uniformes quando eles se dirigiram ao sul para trabalhar pela revolução. (Entrevista, 26/11/1965)

O contato entre o consulado norte-americano e o governador Ademar de Barros já ocorria desde anos anteriores, como foi registrado por Daniel M. Braddock, em 5 de junho de 1963, chefe do consulado norte-americano na capital paulista entre 1961 e 1964. Braddock descreveu a seus superiores uma reunião ocorrida no gabinete do governador, a qual contou com a presença de “Mr. Robert Reynolds”, um oficial da CIA lotado na missão diplomática com sede na capital paulista. De acordo com o relato de Braddock, “o encontro foi proposto pelo governador quando ele conversou brevemente, em 03 de junho, com Mr. Reynolds, que estava no Palácio para tratar de outros assuntos” (SILVA, 2020, p. 683-684). Ao que parece, um oficial da CIA tinha livre trânsito no Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista.

Reynolds não era apenas mais um oficial da CIA. A análise de sua trajetória antes de sua chegada a São Paulo sugere a importância das articulações que o governo Kennedy, através da CIA, esperava fortalecer na capital paulista na conjuntura de crise do governo Goulart. Reynolds ingressou na agência em 1949, passando por diversas representações diplomáticas norte-americanas na América Latina: Cidade do México (1950-1952), Buenos Aires (1952-1955) e La Paz (1955-1957). Entre 1957 e fevereiro de 1960, estava vinculado à Divisão de Assuntos Caribenhos da CIA, responsável pelo acompanhamento da Revolução Cubana. Entre março e setembro de 1960, Reynolds tornou-se chefe adjunto da WH/4, uma seção interna da Divisão de Hemisfério Ocidental da CIA criada em janeiro de 1960 especificamente para o planejamento das ações clandestinas contra Cuba. Entre setembro de 1960 e outubro de 1961, Reynolds foi designado chefe da maior estação da CIA, localizada em Miami, onde funcionava o principal centro de operações contra Cuba. Transferido para o consulado de São Paulo em maio de 1962, permaneceu em seu posto até agosto de 1966. Entre os oficiais da CIA que trabalhavam no consulado de São Paulo, Reynolds era o de

maior graduação (SILVA, 2020, p. 683-684; GWU/NSA). Levando-se em consideração a sua trajetória e experiência, provavelmente ele foi o chefe da base da CIA de São Paulo entre 1962 e 1966.

O primeiro encontro registrado entre Reynolds e o governador Ademar de Barros ocorreu em outubro de 1962, logo após as eleições daquele ano, em uma reunião na qual estiveram presentes Braddock e outro cônsul norte-americano. No final daquele mês, Reynolds participou de um jantar oferecido a uma equipe inter-agências do governo norte-americano, enviada ao Brasil para fazer um levantamento sobre as possibilidades de concessão de auxílio financeiro ao país, liderada pelo embaixador William H. Draper. Um dos integrantes dessa equipe era o oficial da CIA Ludwell M. Montague. Alguns importantes empresários líderes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) – organização que desempenhou um papel importante na articulação golpista –, além de empresários norte-americanos, estiveram presentes ao jantar: Theodoro Quartim Barbosa (Banco do Comércio e Indústria de São Paulo), Bruce Galbraith (Alba S.A. - Borden), Walter H. Gussenhoven (General Motors do Brasil), Francis L. Herbert (Cia. Swift do Brasil, irmão do diretor adjunto da Divisão de Hemisfério Ocidental da CIA, Herbert W. Raford), Joseph H. Jones (Union Carbide do Brasil), Fernando E. Lee (Wierton Steel, membro do IPES), Paulo Reis de Magalhães (Cia Itaquê Industrial e Agrícola, membro do IPES), Vicente de Paula Ribeiro (Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro, membro do IPES) e John S. Richards (RCA Eletrônica Brasileira e presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo). O outro encontro foi com a vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputada Maria da Conceição Costa Neves, em que estiveram presentes membros da equipe do embaixador Draper e do consulado de São Paulo (SILVA, 2020, p. 683-684). Não encontramos maiores informações sobre as atividades de Reynolds em São Paulo. Também não foi possível encontrar evidências sobre o tipo de apoio que a CIA poderia ter fornecido ao IPES e outros grupos de ação política empresarial no Brasil no início dos anos 1960.

O que se pode comprovar é que os grupos de ação política de empresários norte-americanos que possuíam investimentos na América Latina, os quais foram formados em sua maioria logo após a Revolução Cubana

de 1959, contaram com o respaldo oficial do Departamento de Estado. O governo norte-americano apoiava a formação de grupos de empresários em todos os países do continente. Entre estes, merecem destaque dois grupos que foram criados nos Estados Unidos e se dedicaram à causa da mobilização empresarial anticomunista na América Latina: o *Latin American Information Committee* e o *Latin American Development Committee*. Ambos receberam apoio da CIA em termos de aconselhamento sobre estratégias, meios e táticas para mobilizar o apoio de empresários nos países da região na luta contra o comunismo e o nacionalismo. Os primeiros dois grupos de militância política empresarial formados antes da criação do IPES na América Latina, o *Comité Nacional Pró-Peru* (CONAPROPE) e o *Centro de Estudios y Acción Social* (CEAS) da Colômbia, também contaram com o mesmo tipo de apoio da CIA. Um grupo congênere mexicano, o *Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas*, igualmente criado antes da formação do IPES, também foi alvo de financiamento e orientação política da CIA (SILVA, 2020, p. 490-545). Agee (1976, p. 248-249) menciona o apoio da agência à formação do *Centro de Estudios para Reformas Económicas y Sociales* (CERES), sediado no Equador.

## *A CIA nos meios militares brasileiros*

Em seu depoimento a John W. F. Dulles, Niles Bond, além de confirmar a sua proximidade com militares e civis que tiveram papel-chave na articulação golpista, afirmou que havia recebido antecipadamente e de fonte confiável a informação de que a “revolução” eclodiria em Minas Gerais. O presidente Lyndon Johnson, em ligação telefônica ao seu assessor de imprensa, cujo registro está transcrito em Beschloss (1997, p. 303), comentou ter recebido a informação sobre a data do golpe já no dia 30 de março de 1964. Ou seja, na véspera de sua efetivação. Em 1997, Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil na data do golpe, afirmou em entrevista à revista *Veja* que não tinha conhecimento sobre o assunto até o dia 31 de março de 1964. Contudo, suspeitava que a informação tivesse sido repassada por um “jovem oficial da CIA” que trabalhava no consulado

de Belo Horizonte, cujo nome ele não mencionou (*Folha de São Paulo*, 15/10/1997)<sup>16</sup>.

O trecho da entrevista de Niles Bond a John W. F. Dulles destacado anteriormente descreve o encontro do diplomata norte-americano com pelo menos dois dos mais destacados conspiradores militares do golpe de 1964: o general Nelson de Mello e o marechal Osvaldo Cordeiro de Farias. Este último, de acordo com Dreifuss (1981, P. 105), era um “arquetipo de conspirador histórico”, intimamente articulado aos grupos civis e militares de São Paulo ligados ao IPES. Esta organização fornecia ao general os meios materiais necessários para a sua missão de mobilizar elementos militares para a conspiração anti-Goulart. Ainda segundo Dreifuss, Cordeiro de Farias foi “amplamente responsável pela desarticulação do dispositivo militar de Jango”, que se acreditava iria resistir a uma tentativa de golpe, e também por “neutralizar oficiais profissionais que não estavam inclinados a apoiar um golpe”. O marechal foi o principal encarregado da mobilização militar do “Estado-Maior civil-militar”, que já estava se preparando para a derrubada de Goulart vários meses antes de março de 1964. O general Nelson de Mello, por sua vez, era figura de destaque entre os “oficiais de direita” que, conforme Dreifuss (1981, p. 375), estavam articulados desde o ano de 1962 para dar um golpe contra Goulart. Este grupo de oficiais incluía “conspiradores históricos” como o almirante Silvio Heck, o marechal Odílio Denys e o brigadeiro Grün Moss. Além deles, o grupo também incluía Cordeiro de Farias, amigo de longa data de Mello, o general José Pinheiro de Ulhoa Cintra e os generais João Punaro Bley e Orlando Geisel.

A entrevista de Bond também menciona o papel fundamental desempenhado pelo general Amaury Kruel, comandante do IIº Exército, na articulação golpista. Kruel era um velho conhecido da CIA. Em 1958, ele passou três semanas em visita oficial aos Estados Unidos, enquanto diretor do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Naquele momento, o governo de Dwight D. Eisenhower (1953-1961) havia estabelecido um planejamento de operações anticomunistas na América Latina, sendo

16

De acordo com o *Biographic Register* e o *Foreign Service List*, havia apenas dois oficiais da CIA trabalhando sob a cobertura do Departamento de Estado no consulado de Belo Horizonte em 1964: Robert L. Fambrini, nascido em 1920, e Lawrence Laser, nascido em maio de 1933. Muito provavelmente Gordon estava se referindo a Laser como o responsável pelo aviso antecipado a Washington sobre a movimentação mineira para iniciar o golpe no Brasil.

o Brasil um dos três países-alvo prioritários. Um dos objetivos centrais desse planejamento era o fortalecer as estruturas de repressão das polícias brasileiras (SILVA & SCHWARZ, 2023). Naquela ocasião, Kruehl visitou diversas agências e departamentos governamentais norte-americanos, com o intuito de observar o funcionamento dessas instituições para aperfeiçoar os mecanismos brasileiros de repressão. A maior parte destes programas de apoio às forças policiais latino-americanas ficava à cargo da CIA, como demonstrou Huggins (1998).

Ainda que a relação entre a CIA e os programas de apoio às polícias seja conhecida há bastante tempo, chama a atenção a proximidade entre os representantes da agência norte-americana de inteligência e o general Kruehl. Durante a sua estadia nos Estados Unidos em 1958, o general brasileiro foi assistido por um oficial da CIA que estava lotado na embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, o qual foi designado para acompanhá-lo em toda a sua viagem. O oficial era Joseph W. Reidy. Pouco se sabe sobre a sua trajetória, mas um fichário de registros de atividades da agência do ano de 1951 traz a seguinte informação: “a CIA de Frankfurt relata que Joseph W. Reidy, um oficial da equipe de operações baseadas na Alemanha contra a Albânia, sofreu um colapso físico devido ao excesso de trabalho. Ele deve tirar um longo tempo de descanso e estará fora de ação indefinidamente”. Posteriormente, Reidy foi designado para trabalhar na embaixada do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre julho de 1957 e setembro de 1959. Durante este período, um oficial de uma das agências norte-americanas responsáveis pelos programas de apoio às polícias no Brasil advertiu Washington de que “pouco se sabia” sobre tais iniciativas, “pois os srs. David W. Smyser e Joseph W. Reidy eram os únicos que contatavam e trabalhavam com as polícias locais”. Smyser era o chefe da estação da CIA no Brasil naquele momento (SILVA, 2020, p. 375-376).

A documentação norte-americana destaca a importância da visita do general Kruehl aos Estados Unidos. De acordo com um memorando da divisão de assuntos brasileiros do Departamento de Estado, recomendava-se “uma atenção mais do que habitual a uma visita deste tipo devido à importância do general Kruehl, pessoalmente e pela posição” que ocupava, assim como em função do “papel fundamental” que ele poderia desempenhar no



“desenvolvimento de métodos policiais eficazes para o combate à subversão e a segurança interna no Brasil”. Por essa razão, J. C. King, da CIA, almoçou duas vezes com Krueger em sua passagem pelos Estados Unidos. Em uma reunião com Krueger ocorrida no Departamento de Estado, o secretário assistente de Estado de assuntos interamericanos, Richard Roy Rubottom, enfatizou a importância da colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil em matéria de combate ao comunismo, mas afirmou que não entraria em detalhes sobre a criação das “diversas instituições anticomunistas” que os Estados Unidos desejavam estimular no Brasil, e que faria referência apenas “ao contexto geral dessas discussões”, as quais seriam “aprofundadas pela CIA” (SILVA, 20202, p. 372-375). Não há detalhes sobre o desenvolvimento das relações entre Krueger e a CIA, mas seria equivocado simplesmente ignorar que esses contatos ocorreram e podem ter resultado em algum tipo de ação clandestina com impacto na conjuntura política brasileira.

Quanto ao general Ulhôa Cintra, o papel desempenhado por ele na articulação para o golpe já é conhecido há algum tempo. O militar era enteado do marechal Eurico Gaspar Dutra, que foi presidente da república entre 1946 e 1951. Ulhôa Cintra mantinha contatos com autoridades militares norte-americanas desde a época em que atuou como comandante de um destacamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>17</sup> O destacamento era chefiado pelo general Castelo Branco, do qual Ulhôa Cintra era homem de confiança. De acordo com Fico (2014, p. 79) Ulhôa Cintra era o mais importante militar no grupo que estabeleceu contato com o governo dos Estados Unidos para o planejamento da já mencionada operação *Brother Sam*. De acordo com o embaixador Lincoln

---

17 Laços que se reforçaram com o passar do tempo. Por exemplo, ao longo do ano de 1951, Cintra foi um dos representantes brasileiros na Junta Interamericana de Defesa, sediada em Washington, trabalhando na sua comissão de planejamento. Ao final de seu mandato, o general Edwin L. Sibert, diretor do Estado-Maior da referida junta e ex-subdiretor de operações de inteligência da CIA entre 1946 e 1948, enviou uma carta ao general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, então chefe do Estado-Maior das forças armadas brasileiras, na qual elogiou o trabalho realizado por Ulhôa Cintra (Carta, 13/12/1951). Cabe destacar que Sibert cumpriu um papel importante no recrutamento de nazistas alemães para reconstruir o sistema de inteligência da República Federal da Alemanha (capitalista) do pós-guerra. Ao que tudo indica, após o seu período na CIA ele voltou a trabalhar para as forças armadas norte-americanas, mas isso não impediu, conforme aponta documentação da própria agência de inteligência, que a CIA viesse a solicitar a sua colaboração em algumas tarefas específicas (CIA, 12/1971).

Gordon, citado por Fico (2014, p. 79), o general era o “elemento de ligação que avisaria sobre a necessidade suplementar de armas”.

Uma das pessoas com quem Ulhôa Cintra estabeleceu contato foi Vernon Walters, adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Não é necessário retomar neste artigo o papel que Walters cumpriu na articulação para o golpe de 1964. Mas é importante esclarecer que a função de adido militar, vinculada ao Departamento de Defesa, previa oficialmente o envolvimento de seus oficiais em vários tipos de atividades clandestinas no exterior, algumas das quais desempenhadas em conjunto com oficiais da CIA. Na verdade, desde o ano de 1959, o governo norte-americano havia elaborado instruções que davam ao diretor da CIA “a responsabilidade de garantir que as atividades clandestinas de inteligência no exterior fossem totalmente coordenadas” entre os representantes das agências responsáveis pela execução da política exterior norte-americana nas suas missões diplomáticas. Estas instruções aumentavam o grau de controle sobre as atividades realizadas pelos adidos militares, os quais estariam sob a autoridade local do chefe da estação da CIA no país em questão. Embora tivessem autonomia em relação à CIA, os representantes do Departamento de Defesa deveriam coordenar o seu trabalho com a agência de inteligência, repassando informações essenciais para os objetivos das atividades realizadas por seus pares responsáveis pelas ações encobertas. Por sua vez, os adidos militares, ainda conforme instrução presidencial vigente entre 1959 e 1965, deveriam ter pleno conhecimento das ações encobertas conduzidas pela CIA que fossem consideradas essenciais para apoiar as suas próprias atividades (Memorando, 27/03/1965). Apesar das diferenças formais, as ações protagonizadas pelos oficiais da CIA e pelos adidos militares eram complementares entre si. Nesse sentido, é interessante destacar que o próprio Vernon Walters viria a se tornar vice-diretor da CIA entre 1972 e 1976.

Mesmo diante da escassez de fontes que detalhem as ações de Walters na preparação para o golpe de 1964, sabe-se que uma de suas tarefas era garantir a coordenação de esforços dos militares brasileiros golpistas. O contato entre Walters e dois desses militares já foram identificados pela historiografia. As relações entre Walters, o marechal Castello Branco e seu braço direito, Ulhôa Cintra, foram mencionadas em alguns documentos

governamentais norte-americanos do mês de março de 1964, os quais já foram analisados em diversas pesquisas, como as já mencionadas obras de Fico (2014; 2008) e Starling (2024).

Existem também alguns exemplos de contatos diretos entre militares brasileiros que desempenharam papel importante na articulação golpista e oficiais da CIA. Um desses militares foi o general Carlos Luís Guedes, chefe da 4ª Infantaria Divisionária (ID-4), em Belo Horizonte, um dos principais articuladores militares da conspiração golpista em Minas Gerais. Junto ao também general Olímpio Mourão Filho, Guedes organizou a ofensiva que partiu daquele Estado no dia 31 de março de 1964 para a derrubada do governo João Goulart. A importância do general Guedes foi destacada por Starling (2024, p. 46). Para a historiadora, “quem mandava em Minas Gerais era o general Guedes, encastelado na sede da ID-4”, localizada em um casarão distante apenas a alguns quarteirões da sede do governo mineiro. Em suas memórias, o próprio general fez referência à relação de amizade que mantinha com Lawrence C. Laser, o qual, como informado anteriormente, era oficial da CIA. O general Guedes também afirmou que, na manhã de 31 de março, solicitou armamentos, munições, blindados e combustíveis a Laser. Isso para o caso de uma eventual guerra contra as forças de apoio a Goulart. Era um “entendimento” com o “diplomata” norte-americano, o qual “deveria permanecer absolutamente secreto”:

Naquela manhã, combinamos um encontro no apartamento de um sobrinho, Adalberto Freitas, residente à rua Goitacazes (minha ida ao consulado era desaconselhável, o mesmo acontecendo quanto à presença de Mr. Laser na sede do QG da ID/4, para evitar comentários malévolos e, de certa forma, impedir insinuações de influências do governo dos Estados Unidos no movimento). O motivo imperioso que determinara o nosso encontro se prendia à urgente necessidade de material – blindados, armamentos leves e pesados, munições, combustíveis, aparelhagem de comunicações, enfim, todo o complexo material que a guerra exige – e de que Minas dispunha em quantidade ínfima. (...) Nosso entendimento deveria permanecer absolutamente secreto. (...) Somente agora, quando a preocupação é a História, exclusivamente, passo a divulgar o assunto: Laser deveria entrar, normalmente, pela porta do edifício, utilizando-se do elevador social, diretamente para o terceiro andar,

onde se localizava o apartamento; eu chegaria de automóvel, entrando pela garagem, e usaria o elevador de serviço. Tudo foi realizado tão sigilosamente que nada transpirou. Entretanto, saí com a certeza de que contaria com a ajuda incondicional de Mr. Laser, que prestaria esclarecimentos favoráveis junto a seu governo, para o equipamento dos cinquenta mil homens, que eu pretendia mobilizar, se necessário. Todos os recursos deveriam ser entregues no porto de Vitória. (...) Tinha plena convicção de que o governo americano dimensionaria com realismo o problema, bastando-lhe a consideração dos riscos para sua própria segurança, que um Brasil comunista viria a representar. Alertei Laser, principalmente, de que era imprescindível fosse nossa atuação fulminante, antes que a outra parte tivesse tempo para fornecer recursos, que naturalmente seriam oferecidos e encaminhados com urgência, ainda que sem pedido formal e possível do governo (GUEDES, 1979, p. 223-224).

Podemos citar também o caso de Edmundo de Macedo Soares e Silva, general e empresário, diretor da Mercedes Benz do Brasil, que no início de 1962 se encontrou com Donald C. Marelius, o chefe da estação da CIA no Brasil entre 1958 e 1963, e com o embaixador Lincoln Gordon. O general brasileiro planejava lançar candidatura ao governo do estado da Guanabara, o que acabou não se concretizando. O convite para o encontro, ocorrido em 12/01/1962, partiu de Soares e Silva, que recebeu os dois representantes norte-americanos em sua residência da cidade do Rio de Janeiro. O general e seus apoiadores fizeram “um apelo à simpatia e colaboração da embaixada, cujos termos não foram definidos”. Um mês depois, Soares e Silva, junto a outro companheiro de farda, o general Mário Coutinho, convidou novamente membros do consulado estadunidense de São Paulo para um jantar em sua outra residência, localizada na capital paulista. Pelo lado norte-americano, compareceram o chefe do consulado, Daniel M. Braddock, o cônsul Scott C. Lyon e o oficial da CIA Joseph Y. Kyonaga. Depois do encontro, o embaixador Gordon comunicou Washington que a missão diplomática iria manter “contato discreto” com o grupo chefiado pelo general Soares e Silva.

Conforme a documentação oficial norte-americana, a candidatura do general era uma iniciativa relacionada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Como é sabido, o IBAD foi uma das entidades de

maior destaque na mobilização que levou ao golpe de 1964. Lançado publicamente em maio de 1959, sob a liderança ostensiva de Ivan Hasslocher, o referido instituto atuou em uma ampla frente de atividades anticomunistas, angariando apoio de expressivos setores do empresariado, partidos políticos e das forças armadas. Contava com uma publicação própria, a revista *Ação Democrática*, distribuída gratuitamente, chegando a ter mais de 500 mil exemplares. Além disso, dispunha de uma cadeia de programas de rádio e televisão que atingia mais de 80 estações espalhadas por todo o país e publicava anúncios nos principais jornais brasileiros. Também realizou intensa propaganda e financiamento da candidatura à presidência de Jânio Quadros, vitoriosa nas eleições de 1960 (DREIFUSS, 1981, p. 103).

No início de 1962, o IBAD criou a Ação Democrática Popular (ADEP). Ela visava obter recursos para a eleição de candidatos de oposição ao presidente João Goulart nas eleições legislativas e para o governo de 11 estados, marcadas para outubro daquele ano. Muitas empresas nacionais e estrangeiras contribuíram para a sua campanha. Outra frente de atuação do IBAD foi feita através de uma empresa publicitária, de propriedade de Ivan Hasslocher, a *Promotion S.A.*, fundada no início dos anos 1950. A atuação do IBAD nas eleições de 1962 foi tão escandalosa que acabou levando à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), responsável por investigar as origens do milionário investimento do IBAD a candidatos de vários partidos políticos naquele pleito.<sup>18</sup> Por decreto presidencial, a entidade dirigida por Hasslocher acabou sendo dissolvida, em setembro de 1963.

Agee (1975) e Dreifuss (1981) já haviam identificado que o IBAD era uma organização criada e financiada pela CIA. Outras evidências recentes reafirmam a hipótese de que o IBAD tenha sido muito provavelmente uma operação criada e controlada pela CIA. As memórias não publicadas de Ivan Hasslocher confirmam que o IBAD foi criado e financiado pela CIA e a existência de um oficial da agência, Lawrence M. Sternfield, lotado na embaixada do Rio de Janeiro, responsável pelo controle das atividades

18

A quantidade de dinheiro solicitada pelo embaixador Gordon para financiar candidatos alinhados aos interesses norte-americanos nas eleições de 1962 assustou até mesmo o presidente Kennedy que, em encontro gravado na Casa Branca, transcrito em Naftali (2001, p. 8), declarou: “Isso é muito dinheiro. (...) isso são 8 milhões de dólares, seria uma enorme quantidade de dinheiro em uma eleição”. Agee (1975, p. 325) calcula que o governo dos Estados Unidos gastou entre 12 e 20 milhões de dólares nas eleições brasileiras de 1962.

do instituto (SILVA, 2020, p. 443-489). A entidade tinha até mesmo um criptônimo próprio, utilizado pela agência de inteligência para se referir às organizações ou indivíduos com os quais estabelecia algum tipo de relação, incluindo apoio financeiro.<sup>19</sup> Os mecanismos de financiamento do IBAD pela CIA mencionados por Hasslocher em suas memórias coincidem com aqueles relatados por Agee (1975, p. 376-377) que foram utilizados pela agência para arrecadar fundos para as ações contra o candidato Salvador Allende durante as eleições de 1964 no Chile. Esse tipo de atuação clandestina da CIA no que se refere ao financiamento de operações semelhantes às do IBAD também foi descrito em um livro de autoria de um ex-oficial da agência Victor Marchetti, e de um ex-funcionário do Departamento de Estado, John Marks (MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 193-194).

É conhecida a relação de militares – além de empresários, intelectuais e políticos – com o IBAD, embora existam poucas provas diretas das suas relações com o instituto. No que diz respeito a membros das forças armadas, Dreifuss (1981, p. 366-367) apresentou uma lista de oficiais da ativa e da reserva que atuaram junto à organização chefiada por Ivan Hasslocher, com base em denúncia feita por um coronel, secretário de segurança do estado de Pernambuco, veiculada em jornais no ano de 1963. Mas Dreifuss não indicou qual teria sido a origem da informação divulgada pelo militar do governo pernambucano, ou como este teria descoberto as relações destes militares com o IBAD. Salvo engano, o único militar que de fato revelou ter sido membro do IBAD foi o coronel Jurandyr Palma Cabral, que se tornaria comandante da polícia militar do Distrito Federal logo após o golpe de 1964. Em 1965, em conversa com um cônsul norte-americano, reportada ao oficial da CIA lotado na embaixada de Brasília, Timothy J. Desmond, Cabral “afirmou ter sido funcionário do IBAD, encarregado de distribuir cartazes, propaganda e material relacionado aos candidatos apoiados pelo IBAD, principalmente nas eleições de 1962”.

Por fim, entre os exemplos de militares brasileiros que mantiveram contato com oficiais da inteligência norte-americana, destaca-se o caso do general Antônio Carlos da Silva Muricy, que passou algumas temporadas

---

19 Conforme documento da CIA liberado em 2022, disponível no sítio eletrônico do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA): <https://www.archives.gov/files/research/jfk/leases/2022/104-10315-10049.pdf> Acesso 21 janeiro 2024.

nos Estados Unidos. Em 1956, Muricy trabalhou como chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington. Um ano depois, foi nomeado adido militar adjunto na embaixada do Brasil na mesma cidade. Em entrevista ao projeto de história oral da FGV/CPDOC, o general declarou que havia conhecido Vernon Walters no período em que viveu Washington e dele se tornou amigo próximo. Na mesma entrevista, também revelou que ele e Ulhôa Cintra “passaram a conspirar juntos a partir de 1963” contra o governo Goulart (CPDOC, Entrevista, 1981). De acordo com um documento oficial da CIA, de janeiro de 1973, Muricy – que naquele momento já se encontrava na reserva – vinha repassando informações ao governo norte-americano “fielmente e com precisão por um período de mais de 27 anos”. Ou seja, desde pelo menos o ano de 1946 (Telegrama, CIA, 22/01/1973).

Assim como outros militares brasileiros que passaram temporariamente nos Estados Unidos, é possível que Ulhôa Cintra e Muricy tenham se aproximado a setores da “comunidade de inteligência” norte-americana durante a sua estadia no país. Não é possível saber se ele – ou mesmo outros companheiros seus, que tiveram uma trajetória parecida – foi recrutado para atuar em colaboração com a inteligência estadunidense no período em que esteve naquele país. É possível, ou mesmo provável, que isso tenha ocorrido, considerando o histórico de atuação dos Estados Unidos em outros países latino-americanos, como no caso da preparação do golpe na Guatemala em 1954, em que foi desenvolvido um planejamento para recrutar militares guatemaltecos para trabalharem em ações contra o governo Árbenz, através do Programa K, analisado por Cullather (2006). Agee (1975, p. 79) mencionou que os militares eram “o alvo mais visado para recrutamento” para participar de ações políticas coordenadas pela agência de inteligência norte-americana, já que os militares eram considerados “árbitros definitivos nos conflitos políticos de muitos países”. Ainda que não estejam disponíveis provas sobre o recrutamento de militares brasileiros pela CIA, não deixa de ser sugestivo o contato de Muricy com a agência de inteligência norte-americana ao longo de mais de duas décadas. Portanto, não deve ter sido obra do acaso ou um arranjo de última hora que fez de Ulhôa Cintra – e outros companheiros de farda – uma peça-chave do apoio local a ações norte-americanas relacionadas ao golpe de 1964.

## Conclusão

É altamente improvável que os oficiais de carreira da CIA tenham entrado em contato com indivíduos e grupos políticos que desempenharam papel importante na mobilização para o golpe de 1964 motivados apenas pelo objetivo de coletar informações sobre o que se passava nos bastidores da conspiração anti-Goulart. O levantamento de informações e a espionagem clássica eram apenas duas das diversas tarefas a cargo dos oficiais da CIA e não eram uma atribuição específica da agência de inteligência. Ao contrário, essas tarefas eram divididas com o Departamento de Estado e de Defesa, que contavam com quadros experientes nesse tipo de trabalho atuando no Brasil. Não se esperava que os funcionários da CIA se comportassem como meros observadores da realidade local e produtores de relatórios sobre os acontecimentos brasileiros, por força da legislação que regia as ações da agência, aprovada no final da década de 1940 e fortalecida por todos os governos subsequentes até pelo menos 1964, como procuramos demonstrar acima. Encará-los como meros expectadores passivos da política brasileira faria ainda menos sentido diante do aumento das operações encobertas autorizadas pelos governos Kennedy e Johnson e do crescimento da presença de oficiais da CIA no Brasil mencionados anteriormente. Assim, a consecução dos objetivos da política exterior dos Estados Unidos no Brasil não se restringiu aos aspectos “normais” da diplomacia. As operações encobertas também faziam parte da normalidade da política exterior do país, um aspecto tradicionalmente deixado de lado na maior parte das análises sobre o tema.

Os contatos da CIA com agentes políticos brasileiros estavam de acordo, portanto, com a lógica das operações encobertas, definidas pela legislação norte-americana e aprovada pelos órgãos dos seus poderes executivo e legislativo. A criação de pontos de apoio local era fundamental para uma ação encoberta, exitosa ou não. Não há operação desse tipo que prescindia de aliados locais. Por isso, a aproximação com os atores brasileiros apontados acima – sem mencionar aqueles que ainda não conhecemos – certamente era parte de uma estratégia maior, cuja extensão e impactos ainda não sabemos. Embora faltem evidências – pela ausência de documentos liberados



sobre as ações da CIA no Brasil – para avaliar a qualidade, profundidade e efetividade das relações estabelecidas entre o governo norte-americano e militares e civis brasileiros, os elementos mencionados neste artigo, assim como o histórico de atuação dos Estados Unidos em outros países latino-americanos – especialmente na Guatemala, em Cuba e no Chile – nos permitem aventar a possibilidade de que os setores de inteligência daquele governo tenham participado das atividades de organização do grupo militar e civil que conspirou contra o governo João Goulart. É razoável, dentro dessa linha de raciocínio, especular que militares próximos aos Estados Unidos, como Ulhôa Cintra, Kruegel, Mello e Muricy, cumprindo o papel de articuladores dos principais grupos envolvidos no planejamento golpista, tenham contado com apoio de seus pares norte-americanos.

Contudo, as operações encobertas, utilizadas como um instrumento para a consolidação de interesses de longo prazo da dominação norte-americana sobre um determinado país, só trazem os resultados esperados se os seus aliados locais estiverem convencidos de que a defesa da “causa americana” corresponde às suas próprias expectativas e anseios. Nesse sentido, entendemos que nenhum aliado local foi “induzido” ou “ameaçado” a fazer algo para o qual já não estivesse predisposto política e ideologicamente. Ainda assim, seria ingênuo acreditar que a influência norte-americana, através da CIA ou de qualquer outro instrumento de dominação, não tenha desempenhado um papel decisivo na conjuntura histórica brasileira daquele período. Considerando o cenário das agudas lutas de classe em curso no país no início dos anos 1960, a intervenção norte-americana fez pender a balança em favor das classes dominantes brasileiras, que desejavam conter os planos reformistas do governo Goulart, os sindicatos e organizações de esquerda e o potencial revolucionário das mobilizações populares daquele período. Os Estados Unidos eram a potência líder do capitalismo, com o exército mais poderoso do mundo, com um complexo militar-industrial-acadêmico voltado para a produção da guerra, com uma economia dinâmica cujas trocas internacionais estavam baseadas em sua própria moeda e com grande influência nos organismos internacionais e outras arenas decisórias da política mundial. A sombra do poder norte-americano em si já seria um fator relevante para a decisão de derrubar um presidente no Brasil. Mas

os elementos apontados nesse artigo indicam que esta sombra não apenas pairava simbolicamente, como se fosse um fantasma. Ela se fez presente, em carne e osso, inclusive nas altas esferas do poder no Brasil, com livre circulação, por exemplo, no Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista.

Na lógica das ações encobertas era mais importante ajudar os “locais” a realizarem as ações políticas e militares do que oferecer apoio com o desembarque de tropas estadunidenses no Brasil, algo que Kennedy não quis fazer nem em Cuba, já que isso tinha um custo político gigantesco. As ações encobertas eram potencialmente mais efetivas, embora não pudessem ser celebradas publicamente como vitórias. Ainda assim, J. C. King, o chefe do setor clandestino da CIA para a América Latina, esteve pessoalmente no Brasil, com bastante discrição, durante a “revolução” de 1964, conforme Adolf Berle Jr. (1978) registrou em seu diário. Nessa anotação feita por Berle no calor dos acontecimentos, no dia 12/05/1964, ele sentenciou: “Algum dia nós saberemos dessa história”.<sup>20</sup> Contudo, passados 61 anos do golpe de 1964, continuamos sem conhecê-la em seus detalhes.

## Referências

### Livros

- ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- AGEE, P. *Dentro da Companhia*. Diário da CIA. São Paulo, Círculo do Livro, 1975.
- AMERINGER, C. D. *U.S. foreign intelligence*. The secret side of American history. Lexington, Lexington Books, 1990.
- BANDEIRA, L. A. M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

---

20 É sugestivo que os registros do dia 12/05/1964 não constam na publicação em livro do diário de Adolf Berle, intitulado *Navigating the rapids*, publicado em 1973 e editado por sua filha Beatrice. Mas os originais de seus diários estão disponíveis microfilmados na Biblioteca Presidencial Franklin D. Roosevelt, com cópias disponíveis em outras bibliotecas universitárias dos Estados Unidos. As menções ao nome de J. C. King também foram omitidas na publicação em livro de seu diário.

- \_\_\_\_\_. *O governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo, Ed. UNESP, 2010.
- BECKER, M. The CIA on Latin America. *Journal of Intelligence History*, DOI: 10.1080/16161262.2020.1826805.
- BESCHLOSS, M. R (Ed.). *Taking charge: The Johnson White House tapes, 1963-1964*. New York, Touchstone, 1997.
- CULLATHER, N. *Secret history*. The CIA's declassified account of its operations in Guatemala, 1952-1954. Stanford, Stanford University Press, 2006.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado*. Poder, ação política e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2014.
- \_\_\_\_\_. *O grande irmão*. Da Operação Brother aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- GRANDIN, G. *A revolução guatemalteca*. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.
- GREEN, J.; JONES, A. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, nº 57, p. 67-89, 2009.
- GROSE, P. *Gentleman spy*. The life of Allen Dulles. Boston, University of Massachusetts Press, 1996.
- GUEDES, C. L. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- HOLLAND, Max. Private Sources of U.S. Foreign Policy. William Pawley and the 1954 Coup d'État in Guatemala. *Journal of Cold War Studies*, vol. 7, n. 4, 2005, pp. 36–73.
- HUGGINS, M. K. *Polícia e política*. Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo, Cortez, 1998.
- HUNT, E. H. *American spy*. My secret history in the CIA, Watergate, and beyond. Hoboken, John Wiley & Sons, 2007.
- KORNBLUH, P. *The Pinochet file*. A declassified dossier on atrocity and accountability. New York, The New Press, 2013.

- KYIONAGA, B. C. *My spy*. Memoir of a CIA wife. New York, Avon books, 2000.
- LIVINGSTON, R. Diplomatic History. Operation FIBER: “Communist Coffee” and Covert Economic Warfare in Guatemala. *Diplomatic History* 00, n. 0, 2024.
- LOUREIRO, F. P. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)*. Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo, Ed. Unesp, 2020.
- MARSHALL, J. The United Fruit Lobby: Revisiting Truman’s Guatemala Policy. *Diplomatic History* 48, n. 1, 2024, pp. 102–126.
- MOTTA, R. P. S. *Passados presentes*. O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.
- MOULTON, A. C. Anti-Communist Bananas: The United Fruit Company versus the Guatemalan Revolution. *Diplomatic History* 47, n. 3, 2023, 472–500.
- NAFTALI, T., ZELIKOW, P., MAY, E. (eds.). *The presidential recordings*. John F. Kennedy. The great crises, volume one, July 30-August 1962. New York, W. W. Norton & Company, 2001.
- PAGE, J. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Record, 1972.
- PEREIRA, A. W. The U.S. Role in the 1964 Coup in Brazil: A Reassessment. *Bulletin of Latin American Research* (June 2016).
- PRADOS, J. *Safe for democracy*. The secret wars of the CIA. Chicago, Ivan R. Dee, 2006.
- PHILLIPS, D. A. *The night watch*. New York, Atheneum, 1977.
- RABE, S. *U.S. intervention in British Guiana*. A Cold War story. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Killing zone*. The United States wages Cold War in Latin America. New York, Oxford University Press, 2016.
- ROSITZKE, H. *The CIA’s secret operations: espionage, counterespionage, and covert action*. London, Routledge, 2019.

- SILVA, V. G., SCHWARZ, L. M. L. Wladimir Lodygensky: a trajetória internacional de um militante anticomunista. *Tempos Históricos*, vol. 26, n. 1 (2022), pp. 275-299.
- \_\_\_\_\_. A guerra secreta de Eisenhower na América Latina: O planejamento estratégico de uma ofensiva continental contra o comunismo e o nacionalismo (1953-1961). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 35, jan./jun., 2023, pp.259-288.
- SIMÕES, S. de D. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis (RJ), Vozes, 1985.
- SMITH, J. B. *Portrait of a cold warrior*. New York, G. P. Putnam's Sons, 1976.
- SPEKTOR, M. The United States and the 1964 Brazilian Military Coup. In: BEEZLEY, W. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford, Oxford University Press, 2018.
- SPOHR, M. *American way of business*. Curitiba, Appris, 2020.
- STARLING, H. *A máquina do golpe*. 1964: Como foi desmontada a democracia no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, Vol. 1 (Engrenagens militares e apoio externo), 2024.
- STOUT, M. The alternate Central Intelligence Agency. John Grombach and the Pond. In: MORAN, C., STOUT, M., IORDANU, I., MADDRELL, P. (eds.). *Spy chiefs*. Volume 1: Intelligence leader in the United States and United Kingdom. Washington, DC, Georgetown University Press, 2018.
- THOMAS, E. *The very best men*: the early years of the CIA. New York, Simon & Schuster, 2006.
- TURNER, Stansfield. *Burn before reading*. Presidents, CIA Directors, and secret intelligence. New York, Hachette Books, 2005.

### *Outras referências (em ordem cronológica)*

- NSC 10/2, 18/06/1948. *Foreign Relations of United States*. 1945-1950, Emergence of intelligence establishment. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945-50Intel/d292>. Acesso 13 janeiro 2024.

*CIA Act, 1949*. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP89B00552R000700018-7.pdf>. Acesso 17 janeiro 2024.

SUSSER, M. K. “Preface”. In: KEANE, Douglas, WARNER, Michael (eds.). *The IntelligenceCommunity, 1950-1955. Foreign Relations of United States, 1950-1955*. Washington, D. C., United States Government Printing Office, 2007, p. V.

SLANY, M. Z. “Preface”. In: *Emergence of the Intelligence Establishment*. THORNE, C. Thomas, Jr., PATTERSON, David S. *Foreign Relations of United States, 1945-1950*. Washington, D. C., United States Government Printing Office, 1996.

STOLZ, R. *A Case Officer's First Tour. Studies in Intelligence*, vol 37, n. 1. Disponível em: <https://www.cia.gov/resources/csi/studies-in-intelligence/archives/vol-37-no-1/a-case-officers-first-tour/>

Carta, Sibert para Góes Monteiro, 13/12/1951. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, fundo Góes Monteiro). Disponível no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_sa\\_o\\_cor/a951/0544/br\\_rjanrio\\_sa\\_o\\_cor\\_a951\\_0544\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_sa_o_cor/a951/0544/br_rjanrio_sa_o_cor_a951_0544_d0001de0001.pdf) Acesso 13 janeiro 2024.

NSC 5412/2, 12/1955. *Foreign Relations of United States, 1950-1955*, The intelligence community, 1950-1955. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250> Acesso 08 outubro 2024.

Memorando, Schlesinger para Kennedy, 30/06/1961. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/32910-1-arthur-schlesinger-jr-president-kennedy-cia-reorganization-secret-june-10-1961-5> Acesso 26 setembro 2025.

*A Cigarra*, São Paulo, janeiro de 1964. Disponível no site da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro): <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=%22Lawrence%20Lasser%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=68362> Acesso 28 dezembro 2023.

Telegrama, 27/03/1964. *Foreign Relations of United States, 1964-1968*, Volume XXXI, South and Central America; Mexico. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187> Acesso 23 outubro 2024.

Memorando, 27/03/1965. *Foreign Relations of United States*, 1964-1968, XXXIII, Organization and management of foreign policy; United Nations. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1964-68v33/d221#fn:1.7.4.4.16.126.14.5.4> Acesso 14 outubro 2024.

Niles Bond, entrevista a John W. F. Dulles, 26/11/1965. The University of Texas at Austin, University of Texas Libraries, Nettie Lee Benson Latin American Collection, John W. F. Dulles papers relating to Brazil, Interview notes and memoranda, 1961-1977, box 1, folder 12. Interviews n. 218-234. Nov 3-16, 1965 1.12.

*The Adolf A. Berle Diary*, 1937-1971. Hyde Park, N.Y., Franklin D. Roosevelt Library, 1978. 8 reels, 35 mm (reel 8).

Memorando CIA, 1967. “Coordination and policy approval of covert operations”, CIA, 23/02/1967. Document type: FOIA, FOIA Collection, Document number: 0000790232. Disponível em: [https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC\\_0000790232.pdf](https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000790232.pdf) Acesso 30 abril 2024.

CIA, 12/1971. General Walter Bedell Smith as director of the Central Intelligence Agency, Volume III (Reorganization pursuant to NSC 50). Disponível no sítio eletrônico da CIA: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/general%20walter%20bedell%20smi%5B15476853%5D.pdf> Acesso 13 dezembro 2023.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Entrevista com o general Antonio Carlos Muricy, 1981. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/antonio-carlos-muricy-i> Acesso 12 dezembro 2023.

CPDOC. Verbete Paulo Álvaro de Assumpção. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/assuncao-paulo-alvaro-de> Acesso 12 dezembro 2023.

*Folha de São Paulo*, “Livro mostra que Johnson soube com antecedência do golpe de 64”, 15/10/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc151014.htm> Acesso 25 setembro 2024.

KORNBLUH, P. Brazil marks 40th anniversary of military coup. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>. Acesso 12 dezembro 2023.

*GWU/NSA*, Biografia do oficial da CIA Robert Reynolds. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/bayofpigs/delegation.html>. Acesso 16 janeiro 2024.

Obituário, “Coronavirus - Lawrence Laser: a CIA operative in Latin America for most of his life”, 01/10/2020. Disponível em: <https://www.miamiherald.com/news/coronavirus/article245463580.html> Acesso 28 dezembro 2023.

Obituário, Phyllis Mae Laser, 28/08/2021. Disponível em: <https://www.legacy.com/us/obituaries/capitalgazette/name/phyllis-laser-obituary?id=21996998>. Acesso 08/01/2024.



# O NOVO PERIGO ALEMÃO: A PRESENÇA REAL E IMAGINÁRIA DOS ALEMÃES NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX

*The new german danger: the real and imaginary presence of the germans in brazil during the 20th Century*

Marcos Eduardo Meinerz<sup>1</sup>

Márcio José Pereira<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar como o imaginário do “perigo alemão”, formado no Brasil no início do século XX, transformou-se ao longo tempo até se configurar no que se denomina de “novo perigo alemão”. Tal perigo, baseado em estereótipos e preconceitos, afirmava que os imigrantes e descendentes do país ajudariam a Alemanha imperialista em uma suposta dominação do continente durante as primeiras décadas do século. Contudo, após o término da Segunda Guerra Mundial, há uma transformação nesse imaginário. A partir daquele momento, formou-se a crença de que os vários criminosos de guerra nazistas que fugiram da Europa (entre eles Mengele, Klaus Barbie e Adolf Eichmann), escondendo-se no Brasil e em outros países do continente, estariam conspirando para reerguer o nazismo e, assim, formar um IV Reich em seus novos lares, contando com o apoio de descendentes e imigrantes alemães ali residentes. Verificou-se isso na existência de grande quantidade de reportagens de jornais e revistas, bem como em literaturas conspiratórias publicadas após o término do conflito, que enfatizam essa suposta relação dos imigrantes e descendentes alemães com a suposta formação de um novo Reich. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamentamo-nos na abordagem do historiador Raoul Girardet, que identifica as conspirações como um dos mitos políticos presentes no imaginário da sociedade contemporânea.

*Palavras-chave:* Perigo alemão; Nazismo; Imaginário.

---

1 Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Email: markosmeinerz@gmail.com

2 Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Email: marcio.pereira@unespar.edu.br

## ABSTRACT

The aim of this article is to analyze how the imaginary of the “German danger”, formed in Brazil at the beginning of the 20th century, has evolved over time, shaping what we call the “new German danger”. This danger, based on stereotypes and prejudices, claimed that immigrants and descendants from Germany would aid imperialist Germany in a supposed domination of the continent during the early decades of the century. However, after the end of World War II, a transformation occurred in this imaginary. From that moment on, the belief emerged that various Nazi war criminals who fled Europe (including Mengele, Klaus Barbie, and Adolf Eichmann), hiding in Brazil and other countries on the continent, were conspiring to resurrect Nazism and establish a Fourth Reich in their new homes, with the support of resident German descendants and immigrants. We verify this in the existence of a significant number of newspaper and magazine articles, as well as conspiratorial literature published after the conflict, emphasizing this alleged relationship between German immigrants and descendants and the formation of a new Reich. From a theoretical-methodological standpoint, we rely on the approach of historian Raoul Girardet, who identifies conspiracies as one of the political myths present in the contemporary society’s imaginary.”

*Keywords:* German danger; Nazism; Imaginary.

Os medos e os perigos, sejam eles reais ou imaginários, sempre estiveram em um diálogo permanente com a vida dos indivíduos, das coletividades e das próprias sociedades humanas, desempenhando um papel importante no desenvolvimento de suas histórias. Ao longo do tempo, houve inúmeros exemplos de sua manifestação: o crescimento do medo e do discurso apocalíptico registrado magistralmente por Georges Duby (1967) ao analisar a passagem do Ano Mil; a aflição e a miséria registrada por Giovanni Boccaccio (1353) no *Decameron* e ilustrada no quadro “O triunfo da morte”, de Pieter Bruegel (1562), por ocasião da peste; e o “Grande Medo de 1789” no contexto da Revolução Francesa, estudado profundamente por Georges Lefebvre (1979).

No Brasil não foi diferente. Por exemplo, o governo Getúlio Vargas divulgou ao povo brasileiro, em setembro de 1937, um documento intitulado “Plano Cohen”, que revelava uma suposta conspiração por parte dos comunistas com o objetivo de tomar o poder no Brasil. A conspiração foi apresentada no programa de rádio Hora do Brasil pelo então chefe do

estado-maior do exército, general Góes Monteiro. Logo depois de difundir esse medo na sociedade, o governo decretou Estado de Guerra, perseguiu os seus opositores e colocou em vigor uma nova constituição que eliminava partidos políticos, autorizava prisões, invasão de domicílios e instituía a pena de morte no país. Com a institucionalização do medo, Vargas ganhou o apoio social necessário para instituir a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945. “Como se soube anos mais tarde, o suposto plano comunista não passava de um embuste criado para manter Vargas no poder” (PAS-TOR DE CARVALHO, 2021). Ainda antes da adesão do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA, não eram incomuns reportagens que denunciavam planos alemães de invasão ao Brasil. Reportagens que não eram desmentidas pelo *staff* oficial de Vargas, uma vez que mantinham a população em alerta e desfocava a ditadura varguista em plena ação.

Posteriormente, em 1964, um dos motivos para que o golpe civil-militar acontecesse no Brasil foi o medo existente em uma grande parcela da população de que o presidente Jango Goulart, com suas reformas de base, estaria conspirando para implementar o comunismo no país. Esse “perigo vermelho” serviu como justificativa para o golpe de 1964, constituindo-se, dessa forma, como um dos elementos que legitimaram o evento.

Também durante o século XX, o Brasil experimentou diferentes momentos de tensão com a Alemanha, especialmente durante as duas grandes guerras mundiais. Esses momentos de conflito ajudaram a construir no imaginário popular brasileiro a fantasia do “perigo alemão”. Baseados em estereótipos e preconceitos, os imigrantes e descendentes de alemães do país representaram duas formas diferentes de medo ou perigo: o primeiro deles consistia na crença de que os países da América do Sul seriam anexados ao *Reich* alemão, por meio da invasão do seu exército, depois da vitória na Primeira Guerra Mundial. A conquista desse acesso ocorreria por meio das colônias de origem germânica estabelecidas no continente, especialmente as localizadas no sul do Brasil. Intelectuais associados ao IHGB, como Romero e Vianna, consideravam essas colônias como verdadeiros “quistos étnicos”. Com a ascensão do nazismo ao poder, em 1933, o medo de uma invasão alemã na América do Sul tornou-se ainda mais plausível, visto que as propostas imperialistas de Hitler não escondiam a intenção

de transformar o Terceiro Reich em um grande império; o segundo medo relacionava-se à política interna desenvolvida por Vargas, que possuía a questão da construção da identidade nacional como um dos pilares de seu governo autoritário. Nessa busca pela brasilidade, grupos étnicos que preservavam suas próprias culturas e tradições, como os alemães em suas colônias, foram considerados indesejáveis e, em alguns casos, perseguidos pelo Estado Novo. O temor era de que esses grupos pudessem representar uma ameaça à integridade nacional ao, supostamente, impedir a unificação da identidade brasileira.

Esses medos ou perigos foram amplamente analisados pela historiografia brasileira. Contudo, existiu um terceiro deles relacionado aos alemães que tem recebido pouca atenção da historiografia: a crença de que os vários criminosos de guerra nazistas que fugiram depois do término da Segunda Guerra Mundial (entre eles Mengele, Klaus Barbie e Adolf Eichmann), escondendo-se no Brasil e em outros países do continente, juntamente com os descendentes e imigrantes alemães ali residentes, estariam conspirando para reerguer o nazismo e, assim, formar um *IV Reich* em suas novas *heimats*.<sup>3</sup> Denomina-se esse medo de o “novo perigo alemão”. A sua existência é comprovada por meio de uma vasta produção literária e jornalística dedicada a denunciar tal conspiração (MEINERZ, 2018). Por exemplo, em maio de 1968 o *Jornal da Tarde* publicou a reportagem intitulada “Onde está nascendo o *IV Reich*”, baseada em um relatório do caçador de nazistas chamado Erich Erdstein, que investigou a cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste do Paraná. Segundo ele, o município era uma nova Alemanha nazista e seus cidadãos mais importantes e protegidos eram Martin Bormann e Joseph Mengele. “A nova Alemanha, há 23 anos do fim da guerra contra Hitler, é presidida

3 A palavra *Heimat*, significa terra natal, ou usando um termo regional aproxima-se de querência. É uma palavra que se origina de *Heim*, lar em português. Como tal, sugere uma realidade construída em que os componentes essenciais são um espaço geográfico concreto e visível, organizado em uma paisagem familiar na qual se abriga a tradição cultural. À percepção da *Heimat* incorporam-se, invariavelmente, a moradia, *das Haus*, *as Heim*, o estar em casa, *der Hof*, o mini-território em que se concretizam a vida e as relações familiares. Significa, portanto, o espaço e o mundo comunal em que a pessoa nasce, cresce e se torna adulta e no qual se enraíza e com o qual desenvolve relações existenciais permanentes. Assim, uma pessoa pode construir a sua *Heimat* em qualquer parte do mundo e a América do Sul seria o novo lar, a sua nova *Heimat*, desde que mantivessem as tradições alemãs (RAMBO, 1994).

por seis nazistas, segundo a polícia. E é também o *IV Reich* em instalação no Brasil” (JORNAL DA TARDE, 1968, p. 10).

Isto posto, o objetivo deste artigo consiste em analisar como o imaginário do “perigo alemão” se transformou ao longo do século XX, até se configurar no que se denomina aqui de “novo perigo alemão”. Ou seja, analisar a historicidade do conceito. Para tanto, dividiu-se o texto em três partes: na primeira, analisou-se a formação do perigo alemão no início do século XX; na segunda, a análise do conceito se concentra durante a era Vargas (1930-1945), abordando a difusão do nazismo para fora da Alemanha; e, finalmente, na terceira parte examina-se, por meio de literaturas e reportagens de jornais e revistas, o imaginário do “novo perigo alemão” que se formou após a Segunda Guerra Mundial. Destaca-se que nas duas primeiras partes do texto, foi imprescindível trazer, ao longo da discussão, os estudos que fizeram contribuições significativas e reconhecidas no campo de pesquisas sobre a suposta tentativa de anexação do Brasil pela Alemanha na primeira metade do século XX. Além disso, esse é um tema altamente relevante para a reflexão sobre o papel dos imaginários na construção de explicações sobre o passado.

## *O “perigo alemão” – Início do século XX*

Um dos primeiros a analisar sistematicamente esse imaginário foi o historiador René Gertz na sua obra “O perigo alemão”, de 1991”. Depois dele, outros historiadores como Luís Edmundo de Souza Moraes (1996), Maria Luiza Tucci Carneiro (1997), Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1998), Priscila Ferreira Perazzo (1999), Taís Campelo Lucas (2011) e João Fábio Bertonha e Rafael Athaides (2021), dedicaram partes de seus trabalhos a analisar a questão do “perigo alemão” na primeira metade do século XX, principalmente durante a era Vargas e a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha. Pode-se afirmar que esse medo foi alimentado por diferentes fatores. Um deles foi a forte presença de imigrantes alemães no Brasil, concentrados principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, que,

muitas vezes, mantinham laços culturais e familiares com a Alemanha, o que nutria a desconfiança e a suspeita sobre suas atividades.

De acordo com Gertz (1991), a temática principal desse imaginário era a ideia na qual o *II Reich*, ou Império Alemão, procuraria anexar os países do sul da América Latina ao seu território, devido a sua política expansionista do final do século XIX e início do XX. A região permaneceria como local de influência econômica ou de controle direto por parte dos germânicos, com os imigrantes e seus descendentes ali residentes desempenhando um papel destacado nesse empreendimento, colaborando em uma possível dominação.

Esse medo já existia entre muitos países europeus desde o final do século XIX, devido à política imperialista da Alemanha junto aos povos asiáticos e africanos. No Brasil, intelectuais e jornalistas produziram muitos trabalhos sobre a temática, como o livro de Sílvio Romero, “*O alemanismo no sul do Brasil*”, de 1906. Romero foi um dos mais ferrenhos defensores da ideia de que os alemães realmente queriam anexar os países do sul do continente ao seu território. Por eles “ostentarem desprezo pela vida pública nacional, por serem avessos à assimilação e pela aversão que tinham a tudo o que era brasileiro” (ROMERO, 1906, p. 52). Romero propôs algumas medidas com o objetivo de evitar um possível desmembramento do Sul do Brasil: proibir as grandes compras de terrenos pelos sindicatos alemães; vedar o uso da língua alemã nos atos públicos; forçar os colonos a aprenderem o português, multiplicando entre eles as escolas primárias e secundárias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos; ter o maior escrupúlo, o mais rigoroso cuidado em mandar para as colônias, como funcionários públicos de qualquer categoria, somente a indivíduos da mais esmerada moralidade e de segura instrução; fundar, nas zonas de Oeste, tolhendo a expansão germânica para o interior, fortes colônias militares de gente escolhida no exercício (VOGT, 2007).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a ideia ganhou impulso, foi adquirindo corpo, “passando a ser largamente debatida como forma de campanha contra os alemães, vistos como inimigos” (PERAZZO, 1999, p. 50). Nesse contexto, ocorreram tensões entre brasileiros e alemães, pois os primeiros consideravam os alemães como representantes de um

país belicoso. No mesmo ano do início do conflito, Raimundo Bandeira (escrevendo sob o pseudônimo de Arbivohn) publicou o livro “*O perigo prussiano no Brasil*”. Segundo o autor,

Nas escolas allemãs, as crianças aprendem que o Brazil é um paiz selvagem, habitado por uma raça de mulatos turbulentos e deshonestos, incapazes do *selfgovernment*; e compulsam mappas geographicos, adrede preparados, em que as províncias meridionais do Brazil figuram como domínios da corôa prussiana [...]. O Reichstag de Berlim vota anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; os médicos, dentistas e advogados diplomados pelas universidades de além-Reno exercem livremente as suas profissões nas colônias teutônicas do sul. As eleições de deputados e senadores são feitas de acordo com aquelas colônias, cujos chefes políticos não se esquecem de consultar o ministro do Kaiser, acreditado no Rio de Janeiro [...]. Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para aquela região, por ordem imperial alemã (sic)A (ARBIVOHN, 1914, p. 15).

Bandeira acreditava veementemente que a anexação das províncias do Sul do Brasil, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por parte dos alemães, estava muito próxima de acontecer. Faltaria somente a arrecadação de alguns impostos federais que seriam remetidos a Berlim. Depois disso, a Alemanha estenderia de vez seus tentáculos imperialistas primeiramente sob o Brasil e, posteriormente, sob o restante do continente.

Em 1915, foi a vez do paranaense Raul Darcanchy escrever o livro “*O pangermanismo no sul do Brasil*”. De acordo com o historiador Olgario Vogt (2007, p. 234), Darcanchy criticava sistematicamente os alemães que viviam em Santa Catarina por meio de artigos publicados em jornais do Paraná e do Rio de Janeiro os quais tinham como objetivo, entre outros, chamar a atenção dos poderes públicos nacionais para os processos importunos do alemanismo no Sul do Brasil e combater a estupidez lastimável dos que negavam a existência do “perigo alemão”, induzidos por mero sentimento de afetividade à raça germânica.

Gertz mostra como o imaginário do “perigo alemão” estava amplamente difundido e presente no pensamento de muitos.

O barão de Cotegipe, por exemplo, manifestou seu temor: “De algum tempo para cá estão acontecendo na Europa as coisas mais incríveis. Uma grande potência procura reconstruir no além-mar o velho sistema colonial. Se continuarmos a estabelecer em nossas províncias grande parte de seus imigrantes, esta potência não terá dificuldades de um dia estender suas fronteiras sobre o nosso território” (GERTZ, 1991, p. 16).

Contudo, a campanha contra o “perigo alemão” não foi baseada em pura fantasia, sem qualquer referência na realidade. Esse imaginário sustentou-se a partir de certas interpretações de costumes e tradições de grupos de imigrantes alemães. A acusação repetida contra eles e seus descendentes era o da não-integração, mantendo-se à margem das nações, visto que eles não se miscigenavam e conservavam a sua língua, seus costumes e o legado cultural da Alemanha. Os estudos de Romero já enfatizavam a qualidade de povo “bárbaro e conquistador” dos alemães. Para o autor, cedo ou tarde, se não houvesse uma intervenção do Estado brasileiro, o único resultado a se esperar era a separação das colônias do sul do país e a preservação do caráter nacional alemão.

A manutenção dos costumes e tradições baseava-se no “germanismo”, um sentimento nacionalista que servia como defesa da pureza étnica e da identidade cultural e religiosa dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil e na América do Sul. Isso significava a “aversão a casamentos interétnicos, manutenção da língua, através da educação formal e informal, e do cultivo de costumes alemães, através da educação informal em instituições diversas, incluindo as religiosas” (GERTZ, 2008, p 132). Como resultado dessa ideologia, houve uma ampla difusão no Brasil, por exemplo, de instituições culturais, recreativas, esportivas, religiosas, sociais e econômicas, associações escolares e de professores, sínodos luteranos, associações socioeconômicas, como o *Volksverein* (União Popular), ligas esportivas, sociedades recreativas e jornais em língua alemã (GERTZ, 2008).

Todos esses fatores elencados eram um forte indicativo para realmente se preocupar com o “perigo alemão” que representou a crença enraizada no imaginário coletivo de que os alemães estariam conspirando para anexar parte da América Latina ao seu território desde o começo do século



XX. Ele se estendeu “com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Guerra, quando a derrota alemã enfraquecera seu principal argumento: as pretensões imperialistas da Alemanha” (GERTZ, 1991, p. 16).

Torna-se importante ressaltar que a Primeira Guerra Mundial e seus acontecimentos tiveram um impacto significativo nas relações entre brasileiros e alemães. Conexões foram severamente interrompidas em diversos aspectos, desde a desconfiança causada pelas tentativas alemãs de manter o Brasil neutro, até os problemas decorrentes da interrupção de contratos econômicos e fornecimento de serviços por indústrias alemãs no Brasil. Além disso, houve um forte repúdio e escárnio dos brasileiros em relação aos alemães e à sua cultura, especialmente, devido ao afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1916. Esses eventos contribuíram para uma ruptura significativa nas relações bilaterais entre os dois países.

Com a adesão do Brasil como um exportador de matérias primas aos países contrários à Alemanha, a relação degradingolou. De acordo com Rinke (2014), a guerra naval não apenas devastou o comércio entre a Alemanha e o Brasil, mas também representou uma ameaça aos investimentos realizados por empresas germânicas e germano-brasileiras. Os britânicos destruíram cabos elétricos e realizaram uma caçada implacável a comerciantes e estabelecimentos comerciais alemães, utilizando listas para eliminar as influências alemãs do país e obter ganhos materiais. Entretanto, quem mais se beneficiou dessa ruptura não foi a Inglaterra, mas sim os Estados Unidos. Em 1917, quando os EUA entraram na guerra, a situação mudou radicalmente. A guerra submarina alemã, sem restrições, resultou no afundamento de outro navio brasileiro em abril de 1917. O governo brasileiro, sob o comando de Venceslau Brás, arroxou as relações imediatamente.

Entretanto, mais navios brasileiros foram afundados e a presidência não pode mais resistir a dupla investida: externa, de países como Inglaterra e EUA; e interna, de parte da população que foram as ruas, depredaram comércios ligados à comunidade alemã e declaravam seu sentimento anti-germânico de forma expressiva. A historiadora Pamela Fabris (2014) enfatiza o peso das medidas restritivas impostas pelo governo federal a partir da oficialização do rompimento. A estratégia governamental procurava monitorar e regular a comunidade de alemães nas cidades. Ao identificar

esses indivíduos, as autoridades podiam criar uma rede de informações mais ampla, uma vez que os registros revelavam seus endereços e profissões. Além disso, é possível que os responsáveis pelos registros também estivessem interessados em conhecer o número de “súditos do kaiser” que aqui viviam, a fim de avaliar o potencial perigo que essas pessoas poderiam representar. “Na interpretação dos governantes e autoridades, no limite, todos os que deveriam registrar-se eram considerados ‘suspeitos’. Daí a vigilância e o controle ostensivo” (FABRIS, 2014, p. 167).

Entende-se que o peso dessas medidas não era apenas político, uma vez que, interferia no cotidiano dos imigrantes de maneira efetiva. Aquele “encantamento” com os laboriosos filhos da pátria alemã, muito enfatizado no início do processo de branqueamento no Brasil, esvaiu-se.

O alemão então não será mais um possível candidato à pátria, um igual, um acolhido e, para afastá-lo dessa condição de estabelecido, um processo de estranhamento se faz necessário. Assim, para além das condições legais que já mencionamos, tratá-lo pejorativamente se torna útil ao processo de marginalização. O alemão volta a se assemelhar aos invasores bárbaros de outrora, é tratado por teutão, grosseiro e truculento. É o boche, ou panbochista, que não é civilizado, inassimilável, alienígena. Cria-se, ao entorno do elemento de origem germânica, uma série de elementos imaginários e pejorativos, muito comuns, àqueles que querem estabelecer fronteiras, cujo objetivo é mostrar que a cultura brasileira era suficientemente boa para não depender em nada da presença teuta (PEREIRA, 2017, p. 95).

Há que se concordar com o fato de que o conflito mundial e o envolvimento do Brasil, mesmo que apenas logístico, alterou a percepção sobre a presença germânica no país. Em diálogo com Pereira (2017) e Fabris (2014), é possível asseverar que a Grande Guerra serviu como catalizadora de sentimentos reativos os quais já estavam presentes na relação entre brasileiros e alemães, contribuindo para mobilizar a população e legitimar a presença de um inimigo real, uma vez que a guerra abriu precedentes para que “emergisse uma atmosfera de agitação e contestação acerca da presença e das próprias condutas, práticas e costumes dos indivíduos de origem germânica” (FABRIS, 2014, p. 86).

Após 1918, observa-se uma diminuição gradual desses conflitos e tensões, um “resfriamento” das disputas. O “perigo alemão” passa por uma ressignificação, e a atmosfera hostil, assim como os aspectos conflituosos do cotidiano, começam a se dissipar, permitindo que as relações sociais, políticas e econômicas se estabilizem. Nos anos seguintes, torna-se evidente uma nova fase de expansão da mentalidade germânica, inserida em um contexto diferente. Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha em 1933 e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, a temática do “perigo alemão” voltou a ficar intensa devido a pretensão de Hitler de transformar a Alemanha em um grande império. Nesse contexto, de acordo com Perazzo (1999), a ideia do perigo levou as pessoas a não discernirem se o desejo de invasão alemã era real ou imaginária. A pergunta que persistia para muitos era: até que ponto o governo alemão pretendia invadir e anexar a América do Sul ao seu império?

### *O “perigo alemão” durante a Era Vargas 1930 – 1945: a suástica fora da Alemanha*

Uma das condições para o fortalecimento do imaginário do “perigo alemão” nesse contexto, foi a existência de várias pessoas filiadas ao NSDP na América Latina. Conforme o historiador Rafael Athaides, “braços” do Partido Nazista se instalaram em diversas regiões do globo a partir de 1928 e durante a década de 1930, arregimentando 29.099 militantes em 83 países, sendo 26.145 homens e 2.954 mulheres. A Argentina e o México, por exemplo, agrupavam, aproximadamente, 2.000 membros cada. O Chile, a terceira maior concentração na região (mas em números relativos tinha a maior proporção de filiados aptos, ou seja, “alemães natos”), reunia mais 985 filiados. O Brasil representou uma das maiores seções fora da Alemanha, cerca de 2.900 filiados ao NSDAP (ATHAIDES, 2011, p. 26).

Nesse âmbito, o germanismo (ou seja, a prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã especialmente no exterior) ganhou força com a ascensão do Partido Nazista e com a criação da *Auslandsorganisation der NSDAP* - Organização para o Exterior do Partido

Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (AO). Amparando-se no conceito de cidadania baseado na raça e no sangue, a AO tinha como pretensões combater o comunismo e os Estados liberais e criar células partidárias em diversos países onde havia colônias alemãs para expandir as suas crenças, como a superioridade da raça ariana e a legitimidade da exclusão dos judeus da sociedade. Rompendo os limites territoriais da Alemanha, sua agenda política era voltada a cooptar os alemães que residiam no exterior para a “órbita” ideológica do nazismo, reunir informações quanto a possibilidade de transações comerciais favoráveis à Alemanha e recrutar voluntários para o caso de um eventual conflito armado. Ou seja, não uma expansão imperialista, mas sim um expansionismo político-partidário, racial e ideológico. De acordo com Marion Magalhães, os integrantes cooptados deveriam obedecer a “dez mandamentos”, dos quais se destacavam os seguintes: 1) Respeitar as leis do país em que é hospede e não se intrometer na política interna; 2) Fazer-se conhecido como partidário do NSDP; 5) Todo alemão no exterior é um partidário em potencial. Ser como um pastor entre ovelhas; 10) Ser calmo, ordeiro e pacífico – não participar de badernas (MAGALHÃES, 1998).

Segundo o historiador Donald McKale (1977), os nazistas estavam convencidos de que os alemães presentes em outras nações do mundo poderiam ser utilizados nos planos econômicos da Alemanha. Contudo, a filiação ao partido nazista tinha limites, sobretudo devido ao fato da NSDAP se valer de uma série de critérios excludentes na definição do que seria um “alemão digno do nazismo” em meio a imigrantes e descendentes díspares. “Rejeitava, portanto, um número significativo de alemães e teu-to-descendentes, por preconceitos políticos, étnicos ou culturais, os quais, às vezes, fizeram uma oposição, ao menos passiva, às ações nazistas” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 72). Somente aqueles com cidadania alemã (*Reichsdeutsche* ou cidadão do *Reich*) poderiam se filiar ao partido. Já os *Volksdeutsche* (alemães nascidos fora da Alemanha ou que tinham a cidadania de outros países) os nazistas não consideravam aptos ao ingresso no partido, mas deveriam se integrar a *Comunidade Étnica*, desde que pudessem provar que não estavam “contaminados” com sangue estrangeiro e soubessem falar bem o alemão. Portanto, lhes era permitida a filiação

às associações nazistas (satélites do NSDAP) e germânicas em geral, mas não poderiam ter uma ficha do partido.

A seção brasileira do NSDAP foi fundada oficialmente em 1934. Entretanto, a historiografia mais recente afirma que em 1928, a cidade de Benedito Timbó, em Santa Catarina, sediou o primeiro grupo do NSDAP, tornando-se, inclusive, o primeiro núcleo da NSDAP fundado fora da Alemanha em todo o mundo (ATHAIDES; BERTONHA, 2021). Independente desse debate historiográfico e das restrições de filiação, no Brasil, a estimativa para o número de filiados ao partido, em 1937, segundo as estatísticas da própria AO (por ano de filiação), era de 2,9 mil pessoas, entre elas operários, comerciantes, agricultores e industriais espalhados por cerca de dezessete estados brasileiros. São Paulo contava com 785 adeptos, Rio de Janeiro 528, Rio Grande do Sul 439, Paraná 192, Minas Gerais 66, Pernambuco 43, Espírito Santo 41, Bahia 39, Mato Grosso 31, Pará 27, Goiás 23, Paraíba 21, Ceará 4, Amazonas 4, Sergipe 1, Alagoas 1, e sem informação de local 137.

Esse número, porém, não reflete o total de pessoas que eram apenas simpatizantes do nazismo no país. Sobre o número de filiados há também fontes de diferente natureza que mostram outras cifras. De acordo com os dados da *Nazy Party Membership Records*, o número de alemães filiados ao Partido, ou que pelo menos passaram por ele, na verdade, era de aproximadamente 4,5 mil (CAMPELO LUCAS, 2012). Cifra que é defendida por Moraes (2008). A bibliografia consultada permite enfatizar que o número de membros registrados pela AO não é a ferramenta mais indicada para medir o alcance do nazismo entre os imigrantes e descendentes de alemães no Brasil, uma vez que os indivíduos “poderiam se filiar às associações paralelas ou simplesmente se simpatizarem ‘em silêncio’” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 77).

Independentemente disso, para efeitos do recrudescimento do “perigo alemão” no período, vale destacar, mais uma vez, que o partido nazista estava presente em dezessete estados brasileiros, atuando com fervor para conquistar a liderança nos espaços de sociabilidade dos teutos e impondo a lógica da *Gleichschaltung* (unificação e uniformização forçada) e do *Anschluss* (anexação natural) nos clubes e nas sociedades germânicas (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 78). Apesar dos filiados não chegarem

a 5% do total de alemães no Brasil, deve-se considerar que o partido possuía boa representatividade junto à comunidade alemã, pois os nazistas se fizeram presentes em círculos sociais, clubes, hospitais, igrejas, restaurantes, escolas, firmas e fazendas. Porém, não se deduz que todos os alemães do Brasil ou da América Latina fossem necessariamente pró-nazismo, uma vez que, “no início a conduta do partido no Brasil, causava mais desavenças entre as comunidades alemãs do que somavam novos afiliados” (PEREIRA, 2017, p. 104).

Afirmar, como han hecho algunos autores, que la campaña que se puso en marcha para convertir al nazismo a los alemanes que vivían en América Latina fue un «fracaso» o un «desastre»/ es un sintoma inequívoco de que las actividades de la AO repercutieron negativamente sobre la reputación de Alemania y de sus emigrantes. No cabe duda de que el departamento de Bohle fue incapaz de cumplir ninguno de sus objetivos. En los principales países latino-americanos, el porcentaje de ciudadanos alemanes que se afiliaba al Partido rara vez sobrepasaba el nueve por ciento. En lugar de despertar las simpatías por el nazismo, los activistas nazis alimentaron la desconfianza y el recelo hacia Alemania y hacia los alemanes (FRIEDMAN, 2008, p. 61).

Nesse contexto de expansão da suástica para fora da Alemanha, com grande número de filiados no Brasil (a seção brasileira do NSDAP foi a maior fora da Alemanha, mas, não a mais importante para os planos do partido), o imaginário do “perigo alemão” se tornou cada vez mais preocupante, mais ameaçador do que fora visto até então. Fato exacerbado às últimas consequências devido ao início da Segunda Guerra Mundial, quando o imigrante e descendente alemão foi identificado como nazista e o “nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade” (PERAZZO, 1999, p. 51).

Para Athaides e Bertonha (2021) não existe dúvida de que os medos, perigos ou os imaginários sobre a ação do nazismo nas Américas foram, em grade parte, criados ou ventilados por informes de funcionários estadunidenses. Os autores citam o historiador Max Paul Friedman (2004) que demonstra como Washington havia recebido relatórios que afirmavam que

a Alemanha estava preparando um ataque aos Estados Unidos através do Sul. Hitler cruzaria o Atlântico em direção ao Brasil, “onde meio milhão de habitantes alemães executariam um levante por dentro. Isto seria repetido nos países vizinhos, até deixar os Estados Unidos rodeados por uma cadeia de satélites dos nazistas” (FRIEDMAN, 2004, p. 79). Contudo, há fortes evidências de que os informes eram fomentados pela inteligência britânica com o objetivo de convencer os EUA a entrarem no conflito, chegando a forjar, até mesmo, um mapa da América do Sul com as supostas rotas da invasão nazista. À época, Roosevelt mostrou o documento à imprensa e ao povo estadunidense como legítimo, tentando convencer a opinião pública do perigo eminente.

Além disso, para Gertz (1991), a propaganda estadunidense e inglesa sobre o “perigo alemão” foi um elemento importante para o governo brasileiro se posicionar em favor dos Aliados. De acordo com essas propagandas, havia um perigo real de invasão militar nazista no Brasil, principalmente na região sul do país. Por meio de filmes, panfletos anônimos, informes policiais, literaturas, cartazes e notícias, os brasileiros foram expostos a imagens de alemães como inimigos e ameaças à segurança nacional. Por exemplo, panfletos anônimos que alertavam os brasileiros da existência do perigo infiltrado no cerne da comunidade alemã, que alimentavam a ideia da vitória nazista para que o Brasil fosse invadido e dominado.

Tanto na Embaixada Allemã, como entre a colônia allemã, conversa-se sempre sobre o destino que a Allemanha pretende dar aos Estados do sul do Brasil e eventualmente ao resto do paiz, depois de liquidar por ella a França e a Inglaterra. Parece que a Allemanha já tem pronto o plano para a anexação do Brasil, e apenas espera sahir victoriosa da presente guerra para executar este plano (sic). (Panfleto dirigido aos brasileiros com um alerta ao perigo nazista, s/loc, s/d. Setor “Alemão”, pasta 09, doc nº 00003, DOPS-RJ, APERJ. apud PERAZZO, 1999, p. 55).

Organizou-se, no Brasil, algumas entidades que tinham por objetivo auxiliar o governo no alinhamento populacional, uma delas, que tem importância na projeção do medo de uma invasão alemã no Brasil e na

manutenção de um perigo constante, que nunca cessa, foi o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, instituído pelo decreto-lei nº 4098, de 13 de maio de 1942. A iniciativa partia da federação, mas era incumbência dos interventores avaliar a necessidade e os modelos de ação mais indicados para ensinar a população a se proteger em caso de um ataque aéreo da Luftwaffe. Em alguns estados chamavam de comitê, em outros de liga ou serviço, mas apesar da variedade de denominações serviam para uma função equivalente.

A guerra estava longe, mas o medo muito próximo. Estava mesmo dentro de cada um. Era noite. Precisavam de escuridão, mas havia luar. As sirenes alarmaram. De todas as casas fecharam-se rápidas as janelas. As poucas luzes que haviam foram apagadas. Expectativa. Todos os santos foram invocados. Os corações bons ou doentes aceleraram os ritmos. Outros órgãos humanos causaram dores e correrias para ambientes privados. Expectativa. O ronco dos motores de um avião, muito alto, sobre os céus da cidade. Medo maior. Mas, nenhum silvo, nenhum estrondo. Os minutos passaram devagar. Timidamente, algumas janelas abriram-se. Olhares para além das nuvens. Holofotes gigantes iluminaram um avião solitário: era dos nossos. Tratava-se, pois, de um exercício de preparação psicológica (MELO, 2003, p. 77).

Tal qual o João Wilson Mendes Melo noticiou os exercícios de blecaute em Natal, no Rio Grande do Norte, também se evidencia a realização desses mesmos exercícios em vários outros estados da federação. No Paraná, foram quatro exercícios em Curitiba entre 1942 e 1943 (PEREIRA, 2010); em Manaus uma manobra de blecaute foi realizada em agosto de 1942 pelo 27º Batalhão de Caçadores da FAB (AGUIAR, 2019); na capital federal o primeiro exercício de blecaute ocorreu às vésperas do feriado de independência em 1942, sob o pretexto de que “o Brasil é o país mais próximo de Dakar, de onde a aviação alemã poderia transportar tropas, invadindo o nordeste brasileiro e, a partir daí, os Estados Unidos; o que não eliminava a hipótese de um ataque aéreo ao Rio de Janeiro” (FERREIRA,



2017, p. 99)<sup>4</sup>. Na Bahia, o Farol da Barra foi impedido de funcionar e as casas e comércios costeiros tinham ordens expressas para reduzir as luzes, uma Comissão de Fiscalização do Escurecimento foi criada para que não ocorresse descumprimento das ordens (SAMPAIO, 1996). Em São Paulo, os exercícios foram uma constante entre o final de 1942 até 1944, porém, os paulistanos não levavam os exercícios muito a sério e a interventoria do estado inaugurou uma exposição com propagandas de sabotagens e ameaças ao território brasileiro, mas que não lograram êxito (CYTRYNOWICZ, 2000). A prática ocorreu em muitos estados, obtendo em alguns êxito e adesão às campanhas do governo Vargas contra os “súditos do Eixo”, e em outros escárnio e descrédito por uma guerra que se desdobrava milhares de quilômetros de distância. O que não se pode deixar de destacar é que enquanto estratégia de cooperação e manutenção do medo, essa prática foi importante.

Outro fator que contribuiu para o fortalecimento do imaginário do “perigo alemão” foi a presença de espões nazistas no país durante a Segunda Guerra Mundial. Campelo Lucas (2011), Perazzo (1999), Gertz (1991), Moraes (1996), Stanley Hilton (1983) debruçaram-se sobre o tema. Contudo, deve-se analisar com cautela a questão da espionagem, pois o clima da guerra e a necessidade de colocar no superlativo o “perigo alemão” deram a essa atividade um alcance que, possivelmente, não desfrutava à época. “O imaginário da época colaborou para se criar o mito de que todos os alemães residentes na América Latina eram espões, reais ou, ao menos, potenciais, o que, evidentemente, não é verdade” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 66).

Tal ressalva não significa a inexistência de atividades de espionagem desenvolvidas no Brasil, ou que nenhum membro das comunidades alemãs do país tenha colaborado com a espionagem nazista, ainda mais em um período de guerra (HILTON, 1983; GERTZ, 1991; MORAES, 1996; ATHAIDES; BERTONHA, 2021). Por exemplo, quando a *Abwehr* (Serviço de informações alemão, órgão destinado a cuidar da defesa e segurança do Estado) ou a SD (*Sicherheitsdienst* - Serviço de Inteligência do Partido

4

Importante fazer a relação de que os exercícios de 1942 têm relação direta e sofreram consequências do ataque efetuado pela marinha alemã aos navios brasileiros, principalmente em agosto de 1942, quando 611 pessoas foram mortas pelos ataques de submarino (SANDER, 2007).

Nazista) achavam conveniente recrutar pessoas para realizar ações de sabotagem ou espionagem em algum lugar da América, a primeira coisa que faziam era consultar as listas de membros da AO para selecionar um candidato. “O que não é conveniente é reproduzirmos o imaginário dos tempos de guerra, pelo qual todo alemão ou descendente de alemães era visto como um espião em potencial” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 67).

A presença de imigrantes e descendentes de alemães, bem como de suas colônias no Sul, as propagandas do “perigo alemão” alertando para um real perigo de invasão militar alemã no Brasil, a existência de filiados ao NSDAP e a questão dos espões em território nacional são elementos os quais favoreceram a difusão de um antigermanismo em parte da população brasileira que passou a enxergar o alemão como um perigo à identidade nacional. Portanto, é razoável afirmar que o imaginário do “perigo alemão” influenciou a política de perseguição aos alemães perpetrada pelo Estado Novo varguista<sup>5</sup>. Mas, não há um consenso sobre a ação expressiva e de mobilização da AO sobre o governo varguista.

El objetivo que la AO se propuso durante la guerra, conseguir que los países latino-americanos se mantuvieran neutrales, fracasó en todas partes salvo en Argentina y, si este país se mantuvo neutral, fue por su deseo de mantener una posición estratégica en relación con las grandes potencias y porque, desde hacía mucho tiempo, trataba de impedir que Estados Unidos dominara el hemisferio occidental. La presión del Partido era insignificante. De acuerdo con sus propias previsiones, las aspiraciones del Partido Nazi en América Latina no se cumplieron ni de lejos (FRIEDMAN, 2008, p. 61).

O projeto político autoritário e nacionalista de Vargas centrava-se na busca de uma identidade nacional baseada na valorização do folclore, das manifestações rurais, a exaltação à cultura indígena e dos aspectos da

---

5 Importante estabelecer uma diferenciação entre a comunidade de descendência alemã, que a diplomacia alemã não possuía interferência, e os cidadãos alemães. A campanha de nacionalização atingiu os descendentes e não os cidadãos alemães. A comunidade alemã em torno do período da II Guerra Mundial era vista, muitas vezes, como os dois, mas os cidadãos alemães, em sua maioria, estavam nos centros urbanos e, para serem aceitos, tentaram se integrar nos espaços comunitários brasileiros.

natureza brasileira. Nesse ambiente, o imigrante (alemão) foi identificado como um elemento estrangeiro que não pretendia “abrasileirar-se”, atrapalhando o projeto nacionalista do Estado Novo. Os alemães não só insistiam “em preservar seus hábitos e costumes tradicionais como também mantinham organizações políticas cuja ideologia seguia as orientações diretas do governo alemão” (PERAZZO, 1999, p. 43). Os ideólogos do regime alertavam sobre a ameaça do pangermanismo nas colônias do sul do Brasil e o perigo da propaganda cultural pró-germânica dessas comunidades. Segundo eles, era necessário o governo tomar medidas que controlassem essa investida estrangeira contra a civilização brasileira.

Foi assim que, entre março e maio de 1938, o governo Vargas implementou a política de “nacionalização” de estrangeiros, mais especificamente, sobre a comunidade germânica no Brasil, que visava regular tanto as suas atividades comerciais, quanto suas práticas políticas. Em 1942, quando o país se posicionou contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial, a repressão à comunidade germânica se intensificou veementemente e muitos foram presos, recolhidos em campos de internamento e processados por crimes contra a segurança nacional. Dessa forma, a intensificação do sentimento nacionalista somado à disseminação da ideia de um “perigo alemão”, são alguns dos elementos que contribuíram para justificar e legitimar, perante a sociedade, as práticas repressivas àqueles que pudessem ameaçar o equilíbrio político almejado pelo Estado Novo (PERAZZO, 1999, p. 48).

Apesar das especulações sobre as relações de Vargas com a Alemanha e dos possíveis benefícios que cidadãos alemães tiveram durante o governo varguista, o controle sobre a entrada e a permanência de estrangeiros durante o Estado Novo foi muito mais eficiente do que todo período anterior a Getúlio, como destaca o historiador Fabio Koifman (2012). A partir do surgimento do Estado Novo, o Ministério da Justiça, gradualmente, acumulou responsabilidades e atribuições, com um foco especial no tema da permanência de estrangeiros no Brasil. Anualmente, o sistema de controle passou por aprimoramentos, refinando o detalhamento e especializando a máquina administrativa do Estado. Entre 1937 e abril de 1941, todas as questões relacionadas à entrada, tempo de permanência, localização, estada, residência, transformações de status (como de temporário para permanência

precária ou definitiva), até mesmo a saída, expulsão ou naturalização de cada estrangeiro no território nacional foram centralizadas na esfera administrativa do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MJNI). O tema do potencial imigrante para o Brasil tornou-se uma questão constante devido às mudanças políticas no exterior, especialmente na Europa. “Não por acaso, em 1940 foi criada a primeira delegacia de estrangeiros. Nesse ano, a temática da entrada de estrangeiros era alçada, tanto na mídia como na documentação oficial à condição de assunto recorrente e constante” (KOIFMAN, 2012, p. 157).

Em resumo, durante a década de 1930 e 1940, o imaginário do “perigo alemão” no Brasil fortaleceu-se por meio de uma combinação de fatores, incluindo a presença de imigrantes alemães, a existência do partido nazista, a propaganda de guerra dos países aliados e a atuação de espões alemães no país. Esse imaginário contribuiu para reforçar a ideia de que a Alemanha era uma ameaça à segurança nacional e ajudou a moldar as políticas do governo brasileiro em relação ao país durante o século XX.

No pós-guerra, esses fatores reforçaram as suspeitas internacionais sobre um “bom acolhimento” de nazistas fugitivos por parte dos seus correligionários do país. Essa ajuda não viria apenas dos filiados. As suspeitas recaíram também sobre os ombros dos imigrantes e descendentes de alemães. A ideia propagada era de que tais grupos ajudariam os seus conterrâneos dando a eles tempo e estrutura suficiente para planejar o ressurgimento do nazismo a partir da América Latina.

## *O “novo perigo alemão” no pós-guerra: 1945 - 1980*

Nesse momento, cabe uma definição importante, trabalha-se com a ideia do “perigo alemão” enquanto um imaginário conspiratório. As teorias da conspiração apresentam uma explicação alternativa para qualquer acontecimento histórico, desmentindo a versão oficial e tentando, de certa forma, desmascarar as intenções ocultas de certos indivíduos, grupos ou nações. Segundo Issit (2012), alguns historiadores têm sugerido que elas são uma consequência natural de um desejo de explorar e descobrir facetas da

experiência humana que permanecem sem explicação. Outros sugerem que tais teorias são o produto de frustrações relacionadas à natureza secreta de algumas organizações e operações políticas, sociais e históricas.

De acordo com Raoul Girardet (1987), o imaginário conspiratório possui um fluxo de imagens, de representações simbólicas que se podem identificar. Nos seus discursos existe algo denominado de “bestiário do complô”: reúne tudo o que rasteja, infiltra-se, esconde-se; tudo o que é viscoso; tudo o que é tido como portador de sujeira e da infecção como a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo; o subterrâneo ou seu equivalente (cripta, jazigo, quarto fechado).

Qualquer que seja a natureza da teoria conspiratória, o inimigo sempre opera subterraneamente, é clandestinamente versátil, inapreensível, capaz de se infiltrar em todos os meios. Sua maior habilidade é a da manipulação, suas tropas invisíveis, mas presentes em todas as partes (GIRARDET, 1987, p. 57). O homem do complô, isto é, o “príncipe das trevas” (no caso os nazistas e o nazismo) permanece como o herói privilegiado de uma vasta literatura, inspirando pavor, fascínio e, no mínimo, curiosidade.

Dessa forma, a formação de uma teoria conspiratória pode ser interpretada como uma resposta a uma ameaça (do descendente e imigrante alemão ou do nazista fugitivo) ou, pelo menos, como uma reação quase automática a tal sentimento, pois os conspiradores praticam a corrupção, a depreciação dos costumes, a desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais. Nesse imaginário, os conspiradores escapam às regras mais elementares da normalidade social, encarnando o medo e o perigo. Naturalmente, são corpos exógenos submetidos às suas próprias leis, obedecendo seus próprios apetites. “Surgidos de outra parte ou de parte alguma, os fanáticos da conspiração encarnam o Estrangeiro no sentido pleno do termo” (GIRARDET, 1987, p. 42).

Após a Segunda Guerra Mundial o imaginário conspiratório do “perigo alemão”, que, no primeiro momento, correspondia a suspeita de que a Alemanha pudesse anexar parte da América Latina ao seu território, adquiriu outra temática: o da formação do *IV Reich*. Verifica-se isso na existência de grande quantidade de reportagens de jornais e revistas, bem como em literaturas conspiratórias publicadas após o término do conflito,

as quais enfatizam a relação dos imigrantes e descendentes alemães da América Latina com a suposta formação de um novo *Reich*.

Essa produção muito se deve ao fato de que várias pessoas envolvidas com o nazismo, pelo menos as que ficaram mais conhecidas após o término da guerra devido às suas atividades relacionadas, principalmente, ao holocausto, como Adolf Eichmann e Josef Mengele (mas também nazistas como Klaus Barbie) terem escapado do tribunal de Nuremberg e se escondido em terras latino-americanas, dando o mote para a aparição das mais fantásticas e fantasiosas versões sobre suas pretensas atividades secretas com vista à reorganização do partido nazista no continente<sup>6</sup>. Por outro lado, a existência do Partido Nazista em vários países da América Latina explica, ou melhor, reforça a suspeita de que esses nazistas fugitivos seriam bem acolhidos por aqui.

Muitos pseudo-caçadores de nazistas como Erich Erdstein (1977), Ladislav Farago (1974) e Charles Whiting (1977), supostamente se empenharam em descobrir o paradeiro desses fugitivos, ao mesmo tempo em que denunciavam a existência de uma grande conspiração por parte de células nazistas espalhadas pelos países latino-americanos com o objetivo de reerguer o nazismo. Por exemplo, no último mês de 1967, o Erdstein vendeu a sua “incrível” história investigativa em busca de Mengele para o jornal “*O Estado do Paraná*”. Dividida em quatro reportagens intituladas de “*Mini-Reich opera no Brasil*”, elas abordaram os “trabalhos policiais” executados por ele nas cidades de Rio do Sul e Dona Ema, ambas da região do Vale do Itajaí em Santa Catarina. A primeira reportagem denunciava a existência de uma organização protetora de nível mundial que acobertava os criminosos nazistas na América.

Joseph Mengele, Martin Bormann e outros criminosos nazistas – em liberdade desde 1945 – estão no Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, numa cidadezinha no Vale do Itajaí. Depois de um determinado tempo, se locomovem para Mato Grosso, passando então a percorrer a Argentina, Uruguai e Paraguai. Este círculo de viagem, percorrido há 22 anos, foi descoberto agora, depois de investigações de um agente especial da Diretoria da Polícia Civil do Paraná

6 Carlota Jackisch (1999), ainda, apresenta um grande número de pessoas que foram consideradas criminosas de guerra e que imigraram para a Argentina após a guerra. Segundo Jackisch, há: Ludolf Hermann Alvensleben, Klaus Barbie, Franz Stangl, Gerhard Bohne, Kurt Christmann, Hans Fischbock, Erwin Fleiss, Fridolin Guth, Hans Friedrich Heffelmann, Bernhard Heilig, José Janco, Ekart Krahmer, Walter Kutschmann, Fritz Lantschner, Erich Muller, Erich Priebe, Friedrich Rauch, Walter Rauff, Eduard Roshmann, Josef Schwammberger, Francisco Votterl e Guido Zimmer; só para citar alguns de uma lista de mais de 180 nomes.

[...] Graças ao que se denominou “círculo de ferro”, feito por ex-nazistas e refugiados, os criminosos recebem toda a cobertura, sendo quase impossível estabelecer todas as ligações e a extensão da organização protetora, que mantém contato com outras células espalhadas pelo mundo (O Estado do Paraná, 13 de dezembro de 1967).

Na segunda matéria observa-se observar o imaginário do “novo perigo alemão”, quando aponta o fato de a região do Vale do Itajaí ter sido colonizada por alemães como um forte indicativo de que ali poderia ser um reduto de nazistas, uma vez que era “um país dentro do país” onde o português só era falado quando chegava algum estrangeiro e o conservadorismo fazia com que certos pais não ensinassem a língua portuguesa a seus filhos. “Um médico de lá é exemplo disso e muito mais. Seu filho mais velho, nascido no Brasil, fala muito pouco o português, sabendo, em contrapartida, o alemão, inglês, francês e russo” (O ESTADO DO PARANÁ, 1967). O que também ajudou Erdstein constatar seria o fato de que vários descendentes de alemães teriam participado de manifestações pró-Hitler em Rio do Sul, durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com a reportagem, o delegado da cidade na época, Von Schee, teria informado sobre as atividades nazistas na região. Segundo ele, os nazistas exerciam o controle através de uma organização chamada Aliança Cultural Alemanha-Brasil, que ainda veneravam Adolf Hitler e sonhavam em ressuscitar o *Reich* alemão. Erdstein “descobriu” que 10% da população rio-sulense seria adepta do nazismo e que figuras como Mengele, o “anjo da morte” de Auschwitz, e Martin Bormann, lugar-tenente de Hitler, eram auxiliados pela Aliança e seriam hóspedes habituais da cidade. Ambos passavam frequentemente pelo local para verificar o funcionamento da célula nazista. O líder do hitlerismo na região era um “misterioso” médico húngaro – Alexander Lenard – que poderia até mesmo ser Mengele.

Importante frisar que as investigações de Erich Erdstein não ganharam destaque apenas no Brasil, mas também em importantes jornais e revistas da Europa. Em janeiro de 1969, o “agente especial” vendeu a história à revista alemã “*Neue Revue*” e para o jornal inglês “*The People*”. A *Neue Revue*, por exemplo, produziu uma série de reportagens com base no material recebido. Uma delas foi ilustrada com uma foto que Erdstein trouxe do Vale do Itajaí, afirmando se tratar do próprio Mengele (OESTE, 1991, p. 27). Contudo, a foto não retratava o “anjo da morte”, mas sim Alexander

Lenard que desmentiu a história contada por Erdstein em artigo publicado no dia 9 de abril de 1968, no jornal alemão “*Stuttgarter Zeitung*” (1968), sob o título de “Como cheguei a ser Bormann e Mengele: um relatório da floresta virgem”. Lenard confirmou que, realmente, um indivíduo se dizendo policial vasculhou sua casa em Dona Ema e se apoderou de algumas fotografias, inclusive aquela que a revista “*Neue Revue*” estampou, alegando se tratar de Mengele (MEIENRZ, 2018).

Mesmo assim Erdstein apresentou novamente as suas aventuras ao jornal *Estado de São Paulo*, publicando-as em quatro sequências. Na “continuação nº 4 revelava que toda a SS no Brasil costumava se reunir diante do busto de Hitler” (STUTTGARTER ZEITUNG, 1968) escondido no porão da casa de Alexander Lenard. A publicação do artigo de Lenard na revista “*Stuttgarter Zeitung*” foi o bastante para que a “*Neue Revue*” interrompesse a série e submetesse Erdstein a uma inquirição juramentada, com o objetivo de provar a veracidade do relato. O “caçador de nazistas” insistiu na veracidade de sua história, mas a revista achou melhor colocar um ponto final nela (STUTTGARTER ZEITUNG, 1968).

As investigações de Erdstein geraram tamanha celeuma que as autoridades de Santa Catarina foram obrigadas a intervir, proibindo-o de continuar com a farsa em jurisdição que não era de sua alçada e sugerindo o seu retorno ao Paraná. A Secretaria de Segurança do estado catarinense determinou ainda a abertura de um inquérito policial ante os problemas causados pelas atividades de Erdstein na região de Dona Ema e outras cidades de origem e descendência alemã do estado (O ESTADO DO PARANÁ, 1969, p. 8).

Outra cidade que representou o “novo perigo alemão” foi Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste paranaense. No início de 1968, Erdstein “descobriu” que ela tinha sido “tomada por um grupo de nazistas que estaria intimidando a população. A Polícia local nada fazia – segundo o Sherlock das araucárias –, porque era controlada pelos hitleristas” (OESTE, 1991, p. 27). O prefeito, Werner Wanderer, não sabia de que maneira “poderia controlar a situação. Nas escolas, os alunos cantavam velhos hinos nacional-socialistas. E nas igrejas, padres e pastores estariam trocando os ensinamentos do Evangelho pelo credo nazista” (OESTE, 1991, p. 27).



Segundo Erdstein, esse suposto núcleo nazista dava cobertura e refúgio para os criminosos de guerra Martin Bormann e Josef Mengele, que teriam sido vistos na cidade mais de uma vez, tanto juntos como separadamente.

O fato de o município ser formado, na sua maioria, por descendentes de imigrantes alemães, mostrava-se como um forte indício da presença de criminosos nazistas na cidade e região. Ademais, a presença de ex-combatentes nazistas na cidade reforçava a suspeita de que ali estava nascendo um novo *Reich*. Em relatório entregue por Erdstein ao Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS), afirmou que a cidade era comandada por grupos de alemães que proibiam as crianças de aprenderem o hino nacional do Brasil, “exigindo uma segregação severa para manter intactas as tradições, filosofia e cultura da terra de origem” (ERDSTEIN, 1968, p. 1).

De fato, no começo de 1968 ele foi até à cidade com o intuito de investigá-la acompanhado do jornalista Moisés Rabinovici. Depois disso, vendeu sua história ao “Jornal da Tarde”, edição vespertina do jornal “O Estado de São Paulo”, que, no dia 18 de maio daquele mesmo ano, publicou, com texto e fotos do jornalista Rabinovici, a reportagem intitulada “*Onde está nascendo o IV Reich*”.

A nove mil quilômetros de Berlim, no Brasil, no interior do Paraná, em Marechal Cândido Rondon, a polícia descobriu uma nova Alemanha. Num relatório oficial, já entregue ao governador Paulo Pimentel, um investigador garante: “É uma Alemanha nazista. Seus cidadãos mais importantes e protegidos são Martin Bormann e Joseph Mengelle”. A nova Alemanha, há 23 anos do fim da guerra contra Hitler, é presidida por seis nazistas, segundo a polícia. E é também o *IV Reich* em instalação no Brasil (JORNAL DA TARDE, 1968, p. 10).

Para Erdstein, havia fortes indicativos de que na cidade estava se chocando o ovo da serpente: o fato de ter sido colonizada por alemães, de possuir à época a grande maioria da população de seus descendentes e de que no local só se falava a língua alemã “nos anúncios da rádio, nos bares, nos cumprimentos comuns, *Wie geht's?* (ou como vai?), *Guten Tag* (ou bom

dia), *Guten Abend* (ou boa tarde), até as lápides dos cemitérios estão escritas em alemão nessa cidade” (JORNAL DA TARDE, 1968, p. 10).

Marechal Cândido Rondon seria politicamente dominada por seis partidários de Hitler, que queriam implementar o *IV Reich* a partir da cidade, com destaque para os líderes Friedrich Seyboth, sua esposa Ingrun Seyboth e Heribert Hans Gasa. De acordo com a reportagem do jornal “O Paraná” de 01 de outubro de 1976, Friedrich Seyboth tinha sido oficial médico da SS que naturalizou Hitler como cidadão alemão e que nunca entregaria onde se encontravam Martin Bormann e Joseph Mengele. Ingrun Seyboth era amiga pessoal de Hitler, Goebbels e Himmler, declarando-se francamente Nacional Socialista, menosprezando o Brasil. Heribert Gasa teria fundado “um partido político ultranazista, na Alemanha. Foi amigo particular do general Brehner, que capturou e executou os oficiais que tentaram matar Hitler, em 25 de julho de 1944” (O PARANÁ, 1976, p. 5).

As notícias representando Marechal Cândido Rondon como a maternidade do *IV Reich* espalharam-se rapidamente. A reportagem de janeiro de 1969 da revista alemã “*Neue Revue*”, a mesma que apresentou a história de Lenard, também publicou os detalhes sobre as investigações de Erdstein na cidade do Oeste paranaense, assim como nas revistas “*L’Espresso*” (Itália) e “*Paris Match*” (França)” (MEINERZ, 2018). Em 1970, a revista “*Siete Dias*”, de Buenos Aires, enviou dois repórteres à cidade, com o objetivo de encontrar evidências de que Mengele e Bormann ali se refugiaram, pois, com base nas afirmações de Erdstein, a localidade era um covil de nazistas. Entretanto, os jornalistas não encontraram nada que comprovasse as alegações do “agente”, e na ausência de fatos inéditos, os repórteres se limitaram a tecer comentários sobre as denúncias feitas por Erdstein. “O material foi aproveitado pela revista no bojo de uma ampla reportagem sobre o paradeiro de Bormann e ilustrado com fotos da cidade e de dois conhecidos rondonenses: o óptico Hans Gasa e seu amigo Friedrich Seyboth” (OESTE, 1991, p. 29).

Contudo, a cidade não ficou conhecida apenas pelas investigações de Erdstein. Isso porque, em 1974, o jornalista, roteirista e escritor Ladislav Farago, húngaro radicado nos Estados Unidos da América desde 1937, escreveu a sua obra conspiratória intitulada de “*Aftermath: Martin Bormann and*

*the Fourth Reich*” (Consequências: Martin Bormann e o *IV Reich*), no qual narrou uma exaustiva caçada que ele próprio teria realizado na América do Sul, em busca de Martin Bormann (FARAGO, 1974). Argumentando com base em hipotéticos relatórios oficiais de países sul-americanos, informes do FBI, dados historicamente comprovados e informações de fontes privadas, Farago tentou produzir uma obra aparentemente sólida. Assim como outras personalidades do *III Reich*, Bormann também teria sobrevivido à Segunda Guerra Mundial, migrando para a América do Sul. O escritor não acreditava na versão de que ele tinha morrido em Berlim, em 1945, muito menos acreditava ser a ossada encontrada nas proximidades de uma estação ferroviária na antiga capital do *Reich* alemão, em 1972, os restos mortais do homem que teve decisiva influência na implantação dos campos de concentração. Na descrição da obra encontra-se o aviso da conspiração existente na América do Sul empenhada em formar o *IV Reich*.

Baseado em entrevistas (algumas das quais fizeram parte de manchetes em todo o mundo), documentos e arquivos secretos, **Aftermath** é o primeiro registro real de uma notável e bem sucedida conspiração mundial, que teve início nas ruínas flamejantes da derrotada Alemanha nazista e terminou em um outro continente em uma nova hierarquia nazista, com o evasivo **gran fugitivo**, Martin Bormann, na sua liderança (FARAGO, 1974, p. 1).

Durante as suas investigações pelo continente da suástica, ele acabou se deparando com a cidade de Marechal Cândido Rondon. Seguindo a trilha que Erdstein havia feito há seis anos, Farago afirmou ter comprovado pessoalmente a existência de um “microcosmo nazista” na cidade, que era composta por “figuras sinistras”.

O centro do neonazismo era a cidade de Marechal Cândido Rondon, nome de um herói militar brasileiro, agora infestada por alguns dos mais viciosos e velhacos espécimes de uma era que nós pensávamos ter passado e um regime que nós gostaríamos de acreditar termos erradicado. Eu achei a cidade, no extremo oeste do estado do Paraná, um verdadeiro microorganismo Nazista. O prefeito na época da minha visita era um jovem

brasileiro de origem alemã, Werner Wanderer. Um implacável anti-nazista, ele fez o que podia para inibir as atividades desses “alemães” que escolheram essa cidade como abrigo, provavelmente porque ela forneceu o refúgio para pessoas que cuja sobrevivência depende de sua ocultação (FARAGO, 1975, p. 79).

Farago identificou os líderes nazistas da cidade: Heribert Gaza, dr. Friedrich Rupprecht Seyboth e sua esposa Ingrun Klagges. Todos estariam se refugiando. Ingrun, “amiga pessoal de Hitler, Goebbels e Himmler”, teria promovido uma passeata de estudantes “loiros e de olhos azuis” com cartazes de apologia ao nazismo. Inclusive, seria a “Primeira Dama do Nazismo da América do Sul”.

[...] conhecida como a Primeira Dama do Nazismo da América do Sul. Ela, ao lembrar de Hitler afirmou que: Ele amava crianças, ela conta, ‘e eu, uma pequena garota, era sua favorita. Meu Deus’, ela acrescenta, seus olhos brilhavam como que acalentando as memórias, ‘como era maravilhoso quando me pegava no colo e me acariciava afetuosamente, nosso Führer, o grande homem da história (FARAGO, 1975, p. 79).

Todos os nazistas da cidade eram protegidos por um homem “estranhamente arrojado” perto dos cinquenta anos, “com paixão pelo anonimato. Ele era (e ainda pode ser) um dos Nazistas mais perigosos em atividade, apesar de nenhuma lista de criminosos de guerra citá-lo e ele não ser procurado em nenhum lugar por algum crime conhecido” (FARAGO, 1975, p. 79). Esse homem era Herbert von Gaza, o “cérebro”, o chefe de um movimento neo-nazista denominado “Ultras”, o ideólogo e o testa de ferro do nazismo nesta parte da América do Sul. “Gaza” teria conversado livremente com Farago, admitindo a existência dos Ultras e que ainda possuía em bom estado o uniforme da SS usado na guerra pela Alemanha nazista. Intimado a posar para uma fotografia com tal uniforme, “Gaza” recusou com um sorriso perplexo, “‘É cedo demais’, ele disse em voz baixa, deixando-me com uma dúvida, se ele estava se referindo ao tempo daquele

dia – era dez horas da manhã – ou se para a fase da evolução do seu movimento” (FARAGO, 1975, p. 70).

Depois de algumas investigações na cidade, Farago encontrou vários ex-filiados nazistas, mas somente traços de Martin Bormann, levando-no para outras regiões da América Latina. O seu discurso só se diferencia do de Erdstein quando afirmou ser o líder nazista de Marechal Rondon “Heribert Gaza” e não Seyboth. Porém, não existem evidências, testemunhas, relatos sobre a passagem do jornalista norte-americano pela cidade do oeste paranaense. O mais provável é que fez suas as palavras de terceiros – no caso, narrativas como as que Erdstein vendeu à várias revistas e jornais do Brasil e da Europa no final da década de 1960 (MEINERZ, 2018).

As denúncias feitas por Erdstein e Farago sobre uma possível formação do *IV Reich* na América Latina perpetrada por descendentes alemães, ex-combatentes de guerra pela Alemanha e por criminosos fugitivos, levaram aqueles que tiveram seus nomes envolvidos a se pronunciar. Friedrich Rupprecht Seyboth, filho de pais alemães, nasceu no dia 13 de junho de 1919 na cidade brasileira de Estrela, Rio Grande do Sul. Em 1939, entrou na faculdade de Medicina em Berlim e, em 1940, na Academia Médica da Aeronáutica. No começo da Segunda Guerra Mundial foi enviado para a região do Norte da África como integrante do corpo médico. Quase no final do conflito, também esteve envolvido em operações em Hamburgo, onde acabou capturado pelas forças aliadas, mas foi posteriormente libertado. Em 1953, mudou-se para a cidade de Marechal Cândido Rondon, acompanhado de sua esposa Ingrun, que conhecera na Alemanha. Na nova cidade, exerceu a profissão de médico até o início da década de 1980, quando veio a falecer (RONDON HOJE, 1978, p. 13).

Um fator importante facilitou a ligação da família Seyboth com essas histórias conspiratórias: Ingrun Klagges Seyboth era filha de Dietrich Klagges, um dos pioneiros do Nacional-Socialismo que designou Hitler como funcionário de Braunschweig, em Berlim, consequentemente, tornando-o cidadão alemão. Em entrevista à revista Oeste, ela explica essa relação de sua família com o Partido Nazista, quando indagada sobre o papel de seu pai em conceder a nacionalidade alemã ao “austriaco Adolf Hitler em 1932”.

Embora fosse chefe de um partido em ascensão, Hitler não podia ser candidato a posto eletivo por não ter a nacionalidade alemã. Inicialmente pensaram em nomeá-lo cabo da Polícia de Turingia, mas isto seria meio ridículo. Então meu pai entrou no caso e designou Hitler como funcionário da representação do Estado de Braunschweig em Berlim. Se bem me lembro, deu-lhe o cargo de adido cultural. Assim, Hitler tornou-se cidadão de Braunschweig e, automaticamente, cidadão alemão, e pôde se candidatar à presidência da Alemanha em 1932 [...]. Meu pai conhecia, evidentemente, os maiores do regime. Mas não tinha com eles um relacionamento de compadrio. Era uma coisa mais formal. Não me lembro de ninguém que tivesse sido amigo do peito de meu pai [...]. **Hitler frequentava sua casa?** - Sim, Hitler, o marechal Goering, o ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, o chefe da SS, Heinrich Himmler. Quando iam a Braunschweig, eles visitavam meu pai (OESTE, 1993, s/p).

Heribert Hans Joachim Gasa, por sua vez, nasceu no dia 14 de março de 1920, em Dambritsch, Silésia (hoje em dia região pertencente à Polônia), e faleceu na cidade de Marechal Cândido Rondon em 2003, aos 83 anos de idade. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi motorista de caminhão de abastecimento da Força Aérea Alemã e depois, quase no final da guerra, paraquedista. Depois da guerra, já em liberdade, dedicou-se ao ramo óptico. Pretendia se mudar para a Austrália porque na Alemanha do pós-guerra, arrasada e afundada em uma grave crise econômica, era difícil montar um negócio próprio com pouco capital, mas acabou indo para Marechal Cândido Rondon em 1961, a convite de Seyboth, que o conhecera na Alemanha depois da guerra. No município, trabalhou como fotógrafo e óptico (MEINERZ, 2018).

Ficou fácil para os caçadores de nazistas relacionarem os três personagens com o “novo perigo alemão”; Ingrun, que foi taxada como a “primeira dama do nazismo da América do Sul”, possuía o passado familiar relacionado com o Nacional-Socialismo e Friedrich e Gasa participaram da guerra pela Alemanha Nazista. Isso possibilitou às mentes conspiracionistas estabelecê-los como os líderes do movimento empenhado em erguer o *IV Reich* nas Américas a partir de Marechal Cândido Rondon.

Em 1975, Gasa e Seyboth enviaram uma carta pedindo retração da Revista Manchete que, na edição do dia 09 de agosto do mesmo ano,

também reproduziu a história conspiratória envolvendo seus nomes. Ambos afirmavam que era lamentável que a revista tivesse “sido vítima das tiradas sensacionalistas de ERICH ERDSTEIN, um misto de escroque e 007”<sup>7</sup>. Também enviaram carta ao diretor da revista Realidade, que, em edição de fevereiro de 1976, igualmente reproduziu a história. Gasa e Seyboth perguntaram a ele o porquê da revista não procurar “uma reportagem sobre a verdade? Ou a ‘Realidade’ não se identifica com a ‘Verdade?’”<sup>8</sup>.

Não foram apenas Lenard, Gasa e Seyboth que se manifestaram contra essas acusações. As celeumas causadas pela teoria conspiratória criada por Erdstein, relacionando Marechal Cândido Rondon com a criação do *IV Reich*, já haviam sido alvo de intervenções por parte dos políticos da cidade e região. No dia 12 de junho de 1968, o deputado federal paranaense Lyrio Bertoli, do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA-PARANÁ), pronunciou-se na Câmara dos Deputados, em Brasília, contestando as denúncias feitas por Erdstein e reproduzidas pelo *Jornal da Tarde*. O discurso de Bertoli foi intitulado de “Defesa de Nossa Terra, Nossa Gente e Nossa História”<sup>9</sup>. Outro político que se pronunciou sobre o caso foi o deputado Roberto Wypych, em sessão plenária do dia 11 de julho de 1968, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Queremos aqui tratar, senhor presidente e senhores deputados, de uma escandalosa reportagem publicada no “Jornal da Tarde”, de São Paulo, em 1º de maio próximo findo, conteúdo mal cheiroso de um autêntico excremento jornalístico [...]. Às acusações de ressurreição do nazismo, de proteção a criminosos de guerra se mesclam com as mais soeses (sic) intrigas em que o conceito, reputação, a dignidade, a honra e o passado probo e correto de ilustres rondonenses são chafurdados

7 Trecho retirado da carta enviada por Gasa e Seyboth ao editor da revista Manchete. Mal. Cdo.Rondon, Pr., 8 de setembro de 1975. **À DIREÇÃO DA REVISTA MANCHETE – RIO DE JANEIRO.**

8 Trecho retirado da carta enviada por Gasa e Seyboth ao editor da revista Realidade. Mal. Cdo.Rondon, Pr., 6 de março de 1976. **À DIREÇÃO DA REVISTA REALIDADE – SÃO PAULO.**

9 BERTOLLI, Lyrio. **Em Defesa De Nossa Terra, Nossa Gente e Nossa História.** Discurso proferido na Câmara dos Deputados. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional. 12 de junho de 1968. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth. In: STEIN (2000, p. 43).

na lama da peçonha destilada por pessoas inescrupulosas que não sabem avaliar a real valia de uma boa imprensa<sup>10</sup>.

Com a passagem de Erdstein pela cidade, em 1968, e a consequente publicação de suas “aventuras” pelo oeste paranaense no *Jornal da Tarde*, a sua vida começou a ser exposta pela imprensa local com o objetivo de deslegitimar as suas denúncias; estelionato, fraudes, cheques sem fundo, dívidas, pequenos calotes, entre outros, foram práticas costumeiras do agente da DOPS (O ESTADO DO PARANÁ, 1969, p. 8).

Compreende-se que o imaginário conspiratório do “novo perigo alemão”, analisado a partir de Marechal Cândido Rondon e do Vale do Itajaí, encontrou condições de produção no fato de ambas localidades, nas décadas de 1960 e 1970, serem compostos por cidadãos, na sua grande maioria, descendentes ou imigrantes de alemães, que mantiveram certas tradições culturais germânicas como a língua. Claramente, há aqui deduções influenciadas pelo imaginário conspiratório do “perigo alemão” existente desde a segunda metade do século XIX. Se antes esses imigrantes e descendentes alemães da América do Sul ajudariam a Alemanha em uma suposta dominação do continente, depois da Segunda Guerra Mundial, como se analisou, eles estariam empenhados em formar o *IV Reich*. Um “agravante” que preocupava, por exemplo, Erdstein era o fato de alguns dos seus habitantes terem participado da guerra compondo as tropas nazistas, como Gasa e Seyboth. Ainda mais quando se encontrava na cidade Ingrun Klagges, filha do homem que possibilitou a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. O que prevalecia era ideia generalizada do pós guerra de que essas pessoas levariam adiante a ideologia nazista, pois “uma vez nazista, sempre nazista” (MEINERZ, 2018).

Entretanto, existiram muitos outros autores que também representaram o “novo perigo alemão” afirmando, por exemplo, que Hitler estava vivo em algum lugar da América do Sul. Exemplo disso são as seis obras publicadas pelo brasileiro Roberto Botacini durante as décadas de 1960 e 1970. Quando o assunto sobre a presença de nazistas na América estava em

10 WYPYCH, Roberto. Correspondência enviada ao vereador Orlando dos Santos. Curitiba: 18 de julho de 1968. Museu Histórico Willy Barth. Toledo - Pr.



pauta no Brasil, os meios de comunicação não recorriam a historiadores acadêmicos para analisar o fato, mas sim ao “especialista” Botacini. Como foi o caso de uma entrevista sobre o tema para o jornal *O Globo*, na qual o autor alertava para o que chamava de “perigo nazista” (alemão), referindo-se à iminência do ressurgimento do nazismo, que já estava ganhando força em várias partes do mundo (MALTA, 2009, p. 26). As suas obras eram apresentadas como,

resultado de mais de vinte anos de experiência e pesquisa sobre o problema Nazi-Fascismo em todo o mundo, e reflete uma série de acontecimentos, que praticamente irão mudar a história do após guerra a partir de 1945, quando a cúpula do III Reich iniciou sua fuga rumo ao Continente Americano. Roberto Botacini, um dos mais categorizados e aceitos escritores sobre o problema, descreve numa linguagem simples e ao alcance de todos, os acontecimentos que até agora foram marginalizados do grande público leitor. Dispondo de preciosas fontes e manejando um apurado sentido seletor e de classificação, reconstitui a sub-história da sobrevivência e ressurgimento do Nazismo (BOTACINI, 1977, p. 3).

Botacini era adepto da suposição que tinha “apaixonado toda a Europa e o mundo”, ou seja, a fuga e a sobrevivência de Adolf Hitler na América do Sul, onde viveria ao lado de Eva Braun e de alguns fiéis oficiais e soldados remanescentes da Wehrmacht, encarregados de protegê-lo (BOTACINI, 1964, p. 27). Em suas seis obras o autor tece sua narrativa com base nesses fatos presentes no imaginário da época, que comprovariam a sobrevivência de Hitler e a conspiração para formar o *IV Reich* na América do Sul.

Três casos forneceram credibilidade e certa legitimidade aos escritos de Botacini (bem como Erdstein e Farago) e ao imaginário do “novo perigo alemão” na década de 1960, 1970 e 1980. O primeiro caso foi o do nazista Franz Stangl, um dos comandantes dos campos de extermínio de Treblinka e de Sobibor, na Polônia, preso em maio de 1967, em São Bernardo do Campo. O Segundo se refere ao austríaco Gustav Wagner, subcomandante do campo de concentração de Sobibor, que foi detido pela polícia de São Paulo, em 1978. O terceiro caso foi o do médico nazista Josef Mengele

quando, em 1979, sofreu um derrame enquanto nadava em uma praia de Bertiooga, litoral paulista, e morreu afogado (PASTOR DE CARVALHO, 2015). Esses três eventos ajudaram a cimentar ainda mais o imaginário do “novo perigo alemão” no Brasil e na América do Sul. Isso acontece porque os imaginários políticos estão inseridos em um meio no qual já existe uma certa predisposição, receptividade e verossimilhança com a realidade, a fim de que possam exercer alguma efetividade sobre as mentes humanas. Eles são atrativos porque elas começam com um grão de verdade envolto em fatos e em crenças sociais pré-existentes (a ideia do “perigo alemão” presente desde o início do século XX).

Muitos outros escreveram sobre o tema. Entre eles, Abel Basti (2014), Patrick Burnside (2000), Henry Cooper (2006), Carlos Napoli e Juan Salinas (2010), Jerome Corsi (2014) e Gerrard Williams e Simon Dunston (2011), foram alguns que se dedicaram a escrever sobre a suposta sobrevivência, vida e planos conspiratórios de Hitler em algum lugar da América do Sul.

## *Considerações finais*

Hoje se sabe que a Alemanha nunca seguiu um plano concreto para anexar a América do Sul ao seu território, seja durante o *II* ou no *III Reich*, “utilizando-se, para tanto, das comunidades germânicas locais – embora isso fosse amplamente divulgado na mídia da época e nos relatórios dos enviados estadunidenses lotados na América Latina” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 65). Muito menos que houve uma conspiração por parte dos criminosos nazistas fugitivos, ex-combatentes alemães e descendentes germânicos com o objetivo de formar um *IV Reich* a partir do continente sul-americano. Houve mais um perigo imaginário que um real. Isso não significa que a fantasia do “perigo alemão” não causou problemas. Pelo contrário, como analisado, esse imaginário afetou a vida de muitos alemães e seus descendentes que não representavam real perigo ao Brasil.

Contudo, pode-se refletir a partir das produções imaginárias do “novo perigo alemão”. Essas narrativas, que denunciavam a existência de uma conspiração para a formação do *IV Reich*, alertavam o mundo para que

os crimes nazistas não fossem esquecidos, pois insistiam em representá-los não apenas como vilões vencidos de uma era passada, mas uma ameaça permanente. Além disso, reverberava o medo de um possível retorno nazista ao poder e que esse medo foi uma presença constante na vida política, intelectual e cultural do Ocidente.

Trabalhar com a historicidade do “perigo alemão”, traçando a sua história, os seus usos e abusos, desde o início do século XX até os dias atuais, permite analisar que os medos, as incertezas, a insegurança e os temores do pós-guerra de um possível retorno dos nazistas ao poder também se baseavam em perigos reais, vide a presença de nazistas como Mengele, Barbie e Eichmann em países sul-americanos. Pesquisar os usos do desse perigo na vida política, cultural e intelectual do Ocidente no pós-guerra, ajuda a compreender como as pessoas recordam os doze anos da história do *III Reich* de uma forma não apenas passiva, mas também empregando essas memórias de forma ativa para moldar o futuro. Conforme Rosenfeld (2022), isso permite afirmar que o medo de um retorno nazista ao poder motivou iniciativas públicas para impedir que essa possibilidade viesse a se concretizar. “Sua existência no reino das ideias impediu sua concretização na realidade” (ROSENFELD, 2022, p. 16).

## *Referências bibliográficas*

- AGUIAR, Sidney. B. Blackout e a Luftwaffe nazista: Algumas notícias da II Grande Guerra na cidade de Manaus - AM. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 33, p. 10–23, 2019. DOI: 10.26512/emtempos.v1i33.23543. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23543> . Acesso em: 6 jun. 2023.
- ARBIVOHN. **O perigo prussiano no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Comércio”, 1914.
- ATHAIDES, Rafael. **Partido Nazista no Paraná (1933 – 1942)**. Maringá: Eduem, 2011.

- ATHAIDES, Rafael; BERTONHA, João. **O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina**. Maringá: Edição Diálogos, 2021.
- BASTI, Abel. **Tras los pasos de Hitler: la investigación definitiva**. Buenos Aires: Planeta, 2014.
- BURNSIDE, Patrick. **El escape de Hitler**. Buenos Aires: Planeta, 2000.
- BOTACINI, Roberto. **O Nazismo sobrevive ao Terceiro Reich**. Ribeirão Pires: Editora Combrig, 1977.
- BOTACINI, Roberto. **Nazistas na América**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1964.
- CAMPELO LUCAS, Taís. Nazistas pelo Mundo: A Organização para o Exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. In: **OP SIS**, Catalão, v. 12, n. 2, p. 281-307 - jul/dez. 2012.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). **Inventário Deops: Alemanha, módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- COOPER, Harry. **Escape from the bunker**. Canadá: Poisoned Pen, 2006.
- CORSI, Jerome. **Hunting Hitler: new scientific Evidence that Hitler Escaped Nazi Germany**. New York: Skyhorse Publishing, 2014.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Edusp, 2000.
- DUBY, Georges. **O Ano Mil**. Tradução de Teresa Matos. Lisboa: Edições 70, 1967.
- ERDSTEIN, Erich; BEAN, Bárbara. **Renascimento da Suástica no Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1977.
- ERDSTEIN, E. **Criminosos de guerra no Brasil: sua localização e atividades no Estado do Paraná**. Curitiba, Dossiê n. 062-DOPS. Arquivo Público do Estado do Paraná. 1968.
- FABRIS, Pamela Beltramin. **“Nós, os selvagens, não reverenciamos os símbolos kaiserianos”**: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918) / Pamela Beltramin Fabris – Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36548/R%20-%20D%20-%20PAMELA%20BELTRAMIN%20FABRIS.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 1 jun. 2023.

- FARAGO, Ladislav. **Aftermath: Martin Bormann and the Fourth Reich**. New York: Simon and Schuster, 1974.
- FARAGO, Ladislav. **Aftermath: The Most Daring Manhunt of our Time. The Final Search for Martin Bormann**. 2ª edição. New York: Simon and Schuster, 1975.
- FERREIRA, J. Brasil, 1942: Estado e Sociedade contra o Reich. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 89-109, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45577> . Acesso em: 06 jun. 2023.
- FRIEDMAN, Max Paul. **Nazis y buenos vecinos: La campaña de EE UU contra los alemanes de América Latina durante la II Guerra Mundial**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2008.
- FRIEDMAN, Max Paul. Todos son peligrosos. Intervencionismo y oportunismo en la expulsión de los alemanes del Ecuador, 1941-1945. **Procesos, Revista Ecuatoriana de Historia**, Quito, n. 20, p. 79-98, 2004.
- GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991.
- GERTZ, René. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. In: **TEXTOS DE HISTÓRIA**, Brasília: UnB, v. 16, n. 2, p. 119-149, 2008.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HILTON, Stanley. **A Guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- ISSIT, Micah. Conspiracy Theories: An Overview. In: MCCAFREEY, Paul. The Reference Shelf: **Conspiracy Theories**, v. 84, n. 1. 2012.
- JACKISH, Carlota. Cuantificación de criminales de guerra según fuentes argentinas. In: CEANNA. **Comisión para el Esclarecimiento de las Actividades del Nazismo en Argentina**. Informe Final. Argentina, 1999.
- JORNAL DA TARDE. **Onde está nascendo o IV Reich**. São Paulo, SP. 18 de maio de 1968, p. 10.
- KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1978**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas : Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MALTA, Renata. **O Espetáculo Midiático: da era da Informação à Sociedade dos Sonhos pelos caminhos do Fantástico**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2009.

MCKALE, Donald M. **The Swastika outside Germany**. Kent: Kent University Press, 1977.

MEINERZ, Marcos. **O Reich de mil anos: o imaginário conspiratório da sobrevivência nazista após a Segunda Guerra Mundial**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. NSDAP no Brasil: problemas de pesquisa. In: Mauricio Parada (Org.). **Fascismos: Conceitos e Experiências**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

NÁPOLI, Carlos e SALINAS, Juan. **Ultramar Sul: a última operação secreta do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

**O ESTADO DO PARANÁ**. Curitiba, Pr. 13, 14, 15 e 16 de dezembro de 1967.

**O ESTADO DO PARANÁ**, Curitiba, Pr. Quarta-feira, 26 de fevereiro de 1969.

**OESTE**. O IV Reich em Rondon. Cascavel, nº 65, outubro de 1991.

**Oeste**. Entrevista: Recordações do III Reich. Cascavel, abril de 1993, nº 81.

PASTOR DE CARVALHO, Bruno Leal. Fake News: do passado ao presente. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

PERAZZO, Priscila. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Divisão de arquivos do Estado, 1999.

PEREIRA, Márcio José. Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2971> Acesso em: 1 jun. 2023.

PEREIRA, Márcio José. Sentimentos, ressentimentos e violência: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942 - 1945) - Tese de Doutorado - Curitiba, 2017, 283f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46318/R%20-%20T%20-%20MARCIO%20JOSE%20PEREIRA.pdf?sequence=1> Acesso em: 1 jun. 2023.

RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e etnia. In: MAUCH, Cláudia. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ROMERO, Sílvio. **O allemanismo no Sul do Brasil**: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

**Rondon Hoje**. Borman mora em Rondon? Marechal Cândido Rondon, de 10 a 17 de julho de 1978.

ROSENFELD, Gavriel. **O Quarto Reich**: da Segunda Guerra Mundial aos dias de hoje, a ameaça do fantasma do nazismo e o avanço da extrema direita autoritária. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

SAMPAIO, C. N. A Bahia na II Guerra Mundial. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, v. 40, p. 135-156, 1996.

SANDER, Roberto. **Brasil na mira de Hitler**: a história do bombardeio de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

STEIN, Marcos. **A Construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

STUTTGARTER ZEITUNG, nº. 84, de 9 de abril de 1968, p. 3. Tradução: EIMER, Edith Sophia. Junho/1986.

VOGT, Olgario Paulo. O Alemanismo e o “Perigo Alemão” na Literatura brasileira da primeira metade do século XX. In: **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

WILLIAMS, G.; DUNSTAN, S. **The Grey Wolf**: the escape of Adolf Hitler. United Kingdom: Sterling, 2011.

WHITING, Charles. À caça de Martin Bormann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.



# EM DEFESA DOS KHOIKHOI: MISSIONÁRIOS E REBELDES NOS ESCRITOS DE JAMES READ JR. (COLÔNIA DO CABO - 1850-1852)

*In defense of the Khoikhoi: missionaries and rebels in the writings of James Read Jr. (Cape Colony - 1850-1852)*

Evander Ruthieri da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo problematiza as cartas publicadas pelo missionário James Read Jr., (c.1811-1894), vinculado a London Missionary Society (LMS), no jornal *The South African Commercial Advertiser*, e que concerniam o assentamento e a revolta de Kat River entre 1850 e 1851. Localizado nas fronteiras da Colônia do Cabo (atual África do Sul), o assentamento de Kat River foi palco do movimento revoltoso organizado, em especial, por lideranças khoikhoi gonaqua diante de um contexto de incertezas e indeterminações que ameaçavam seus direitos políticos. Mesmo que contrário aos métodos utilizados pelos rebeldes, o missionário mobiliza certo discurso de religiosidade e “regeneração” moral na defesa dos moradores de Kat River, enfatizando, ao lado da adoção do cristianismo, seus direitos à terra assegurados pela legislação vigente.

*Palavras chave:* História da África; África do Sul; missionarismo.

## ABSTRACT

The article discusses letters published by the missionary James Read Jr., (c.1811-1894), linked to the London Missionary Society (LMS), in *The South African Commercial Advertiser*, concerning the Kat River settlement and rebellion, between 1850 and 1851. Located on the borders of the Cape Colony (present-day South Africa), Kat River settlement was the scene of a rebellion organized, in particular, by khoikhoi gonaqua leaders in the face of a context of uncertainty and indeterminacy that threatened their political rights. Even if contrary to the methods used by the rebels, Read Jr. mobilizes a certain discourse of religiosity and moral “regeneration” in defense of Kat River residents,

<sup>1</sup> Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com período de doutorado-sanduíche na University of Exeter (Reino Unido). E-mail: evander.silva@unila.edu.br

emphasizing, alongside the adoption of Christianity, their rights to land guaranteed by current legislation.

*Keywords:* African History; South Africa; missionaries.

## *Introdução*

A expansão europeia no sul da África, em especial nas primeiras décadas do século XIX, afetou, direta ou indiretamente, as comunidades africanas, sobretudo aquelas com presença histórica na região ocupada pela Colônia do Cabo (atual África do Sul). Dentre os grupos afetados pela perda de suas terras e rebanhos, desagregação social e cultural, práticas de exploração de trabalho e extermínio, encontram-se aqueles conhecidos coletivamente como khoikhoi (povos falantes das línguas khoi). Como resultado, as comunidades khoikhoi foram forçadamente assimiladas à sociedade colonial, mormente na condição de mão-de-obra. Na década de 1820, o governo colonial no Cabo aprovou novas leis que garantiam direitos aos khoikhoi incorporados à sociedade colonial, como a posse de terras e igualdade política, além de proibir práticas como castigos físicos nas relações de trabalho, a exploração do trabalho infantil ou a necessidade de porte de passes para garantir o deslocamento de trabalhadores khoikhoi.

Nesse contexto, o governo estabeleceu, numa região de fronteiras na parte oriental da colônia do Cabo, o assentamento de Kat River, cujas terras foram distribuídas a centenas de famílias khoikhoi, além de outros grupos populacionais que se assentaram na região. Entre o final de 1850 e início de 1851, o assentamento de Kat River foi palco de uma rebelião organizada por lideranças khoikhoi gonaqua, as quais se revoltavam contra uma série de fatores que, nos decênios precedentes, ameaçavam a segurança dos khoikhoi e de suas propriedades nas fronteiras, e ameaçavam minar os direitos assegurados por lei e os direitos ancestrais à terra. A rebelião de Kat River, que tinha como alvo principal os fortes militares e propriedades britânicas na região, foi violentamente reprimida pelo governo colonial, e suas lideranças executadas ou capturadas pelas tropas coloniais.

Entre julho e setembro de 1851, o missionário James Read Jr., da London Missionary Society e membro atuante na comunidade de Kat River, enviou uma série de cartas ao jornal *South African Commercial Advertiser*, com o objetivo de discutir a formação de Kat River e a rebelião de 1851. O objetivo principal deste artigo incide na problematização das cartas de James Read Jr., observando-as como um documento produzido a partir das diferentes interações culturais e relações sociais constituídas numa região de fronteiras geográficas e étnico-culturais. Ainda que crítico aos métodos adotados pelos rebeldes, James Read Jr. apresenta, em suas correspondências, uma defesa pelas comunidades khoikhoi, apontando, ao lado dos direitos garantidos por lei ou dos direitos consuetudinários, a força da cristandade como elemento legitimador nas reivindicações khoikhoi.

### *James Read Jr, um missionário entre os khoikhoi*

Em meados de 1851, o missionário James Read Jr. (c. 1811-1894), vinculado a London Missionary Society (LMS) e responsável pela educação cristã no assentamento de Kat River, localizado na região da fronteira oriental da Colônia do Cabo (atualmente correspondente à África do Sul), produziu uma série de cartas publicadas no jornal *The South African Commercial Advertiser*, em Cape Town. As cartas concerniam um movimento revoltoso que ocorrera entre dezembro de 1850 e fevereiro de 1851 em Kat River, promovido, sobretudo, por pequenos fazendeiros khoikhoi gonaqua e outras lideranças locais e autoridades tradicionais (mormente vinculadas às chefaturas xhosa), como resposta a uma série de fatores, que incluíam a perda gradativa de terras para o colonato britânico na região; o avanço de propostas de novas leis que ameaçavam os direitos políticos dos khoikhoi, assegurados pela legislação vigente na Colônia do Cabo; as ondas de violência nas fronteiras, promovidas tanto pela ação do governo colonial quanto pelos colonos britânicos, em especial nas chamadas "guerras das fronteiras", travadas entre as tropas coloniais e as chefaturas xhosa na parte oriental do território colonial. Ainda que crítico às ações adotadas pelos revoltosos, as cartas abertas de James Read Jr. evidenciam certa defesa da causa

dos colonos khoikhoi, os quais foram, em longa data, alvo da exploração colonial no Cabo.

A trajetória de James Read Jr. vai ao encontro das diferentes “zonas de contato” (expressão de Mary Louise Pratt) resultantes do colonialismo no sul da África, isto é, os “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, ao exemplo do “colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27). Read Jr. nasceu na então Colônia do Cabo da Boa Esperança em 1811, em um momento no qual o território, ocupado desde o século XVII pela Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), e depois pela República Batava, foi anexado às posses coloniais britânicas no contexto das guerras napoleônicas. Era filho de James Read Sr., um dos principais agentes a serviço da LMS e membro da missão de Bethelsdorp, e de Elizabeth Valentyn, uma mulher khoikhoi que conhecera por meio da ação missionária (ELBOURNE, 2002). James Read Jr. compartilhava, portanto, de uma identidade cultural constituída historicamente nas fronteiras culturais decorrentes da multiplicidade de interações, encontros e contatos construídos ao longo do tempo nos contextos coloniais (BESTEN, 2013).

Por meio da atuação política de seu pai, e sobretudo sua vinculação ao movimento evangélico-humanitarista, James Read Jr. aproximou-se com as discussões acerca dos direitos civis e políticos da população khoikhoi nos anos de 1820 e 1830: ao longo de sua trajetória, Read Sr. publicou, nos periódicos oficiais da LMS, uma série de narrativas relatando as opressões vivenciadas cotidianamente pela população khoikhoi, sobretudo ao lidar com as instituições jurídicas no Cabo, controladas integralmente por magistrados brancos (LEVINE, 2011; ELBOURNE, 2002). Pela experiência de sua mãe, oriunda de uma família khoikhoi convertida ao cristianismo, James Read Jr. provavelmente também tomou contato com as vivências das comunidades khoikhoi no Cabo, as quais foram alvo de processos de perda de terras, empobrecimento e desestruturação social em decorrência da presença europeia.

A trajetória de James Read Jr. estava, portanto, fortemente vinculada à expansão da ação missionária no sul do África na virada do século XVIII para o século XIX, com destaque para a LMS, que iniciou seus trabalhos no continente africano em 1793, com o objetivo de combater o tráfico de escravizados e estabelecer igrejas e escolas missionárias em diversos territórios, a exemplo da Colônia do Cabo (BREPOHL, 2016). Muito rapidamente, diversas missões foram estabelecidas na região por missionários britânicos, alemães e holandeses vinculados à LMS: Bethelsdorp (1803), na fronteira oriental da Colônia, e ao norte, as missões de Zuurbraak (1812), Hoogekraal (1813) e Theopolis (1814). As missões religiosas no Cabo atraíram famílias khoikhoi, especialmente grupos assujeitados a formas compulsórias de trabalho nas fronteiras da colônia. Do ponto de vista dos proprietários brancos na colônia, os missionários representavam uma ameaça em decorrência de seu discurso abolicionista e do ativo combate ao tráfico, resultando em atritos constantes entre a administração colonial e os grupos missionários nas primeiras décadas do século XIX. Uma das consequências da ação missionária foi a conversão de milhares de nativos, sobretudo das comunidades khoikhoi (FREUND, 1989). Simultaneamente, o discurso cristão foi mobilizado por diversos khoikhoi como forma de questionamento à exploração e à violência colonial, com o escopo de “reforçar sua humanidade fundamental” (ELBOURNE, 2002, p. 156).

Dessa forma, entre os contextos de formação e atuação de James Read Jr., convém destacar a missão de Bethelsdorp, estabelecida por missionários da LMS, em especial o holandês Johannes van der Kemp, com a assistência de James Read Sr., e considerada, no período, como um refúgio para muitos nativos (sobretudo khoikhoi) que buscavam escapar da violência colonial ou da exploração do trabalho perpetuada pelos colonos brancos: de acordo com Elizabeth Elbourne (2002), muitos khoikhoi que se deslocaram à Bethelsdorp haviam se envolvido em episódios de revoltas e rebeliões contra as autoridades coloniais, portanto, estavam inseridos em um vasto leque de resistências diante do colonialismo, a saber, o “conjunto de ações, sejam elas individuais ou organizadas em nome de diferentes grupos, elitistas ou não (...) como respostas às interferências políticas, econômicas e/ou culturais impostas por agentes externos, e consideradas,

de alguma maneira, ilegítimas pelos indivíduos que a ela foram submetidos" (MATTOS, 2015, p. 32).

A missão de Bethelsdorp rapidamente tornou-se centro de dissidentes e radicais, em especial na crítica aos métodos de exploração do trabalho e controle da mobilidade dos khoikhoi, denunciando ainda os limites do sistema judiciário do Cabo, que deixava a população autóctone desprotegida e desamparada. Os missionários de Bethelsdorp também foram alvo de críticas de missionários vinculados a outras denominações religiosas, tais como a Igreja dos Irmãos Morávios, e que acusavam os agentes da LMS de compartilhar de hábitos e práticas culturais com os khoikhoi, diluindo, portanto, as fronteiras entre europeus e africanos nas missões (ELBOURNE, 2002, p. 215-216). Adicionalmente, em 1836, James Read Jr. integrou uma comitiva, que incluía seu pai, os missionários Jan Tzatzoe e Andries Stoffles, e o reverendo John Philip, superintendente da LMS no sul da África, e que viajou à Inglaterra para participar de um comitê organizado pelo parlamento britânico, o Select Comitee on Aborigines, com o afã de investigar o impacto do colonialismo britânico sobre as populações nativas (NZIRAMASANGA, 1974).

A partir de 1829, James Read Jr. e seu pai deslocaram-se para o recém-fundado assentamento de Kat River, onde tornaram-se responsáveis pela educação cristã e pela implementação de dezessete escolas para as comunidades de khoikhoi na região. Os khoikhoi ou Khoesan, referenciados na documentação colonial como "hotentotes" (grupos Khoe) e "bosquimanos (*bushmen*)" (grupos San) – termos hoje considerados pejorativos – fizeram parte das primeiras populações que foram afetadas mais diretamente pelo colonialismo no sul da África, sobretudo pelas migrações de holandeses, alemães e franceses huguenotes a partir do século XVII e, principalmente ao longo do século XIX, por colonizadores britânicos. De acordo com as hipóteses apontadas pelos historiadores Richard Elphick e Vertrees C. Malherbe (1989), os ancestrais dos khoikhoi dispersaram-se pelo sudoeste da África do Sul por volta do primeiro milênio em busca de terras para pastagem: uma parte dessas levas migratórias, que correspondia aos ancestrais dos khoikhoi do Cabo, migrou rumo à costa ao sul, enquanto outra parte deslocou-se em direção ao oeste, alcançando a costa atlântica, na atual

Namíbia, onde seus descendentes ficaram conhecidos coletivamente como Nama ou Namaqua. Os khoikhoi estavam originalmente envolvidos com atividades pastoris e organizados em linhagens, isto é, em famílias extensas cujos membros se consideravam descendentes de um ancestral em comum. Em alguns contextos, os chefes khoikhoi, cuja autoridade derivava menos da descendência ancestral e mais da posse de rebanhos, se vinculavam de forma relativamente autônoma a outras chefaturas khoikhoi mais poderosas, em especial em situações de vulnerabilidade, como por exemplo na perda dos rebanhos, momentos que transformavam as comunidades de pastores em caçadores ou coletores como estratégia de subsistência (ELPHICK, MALHERBE, 1989).

Uma parte das comunidades khoikhoi, conhecidas individualmente na documentação colonial como Cochoqua, Guriqua, Chainouqua e Hessequa, vivia nas proximidades da Baía da Mesa (Table Bay, na atual Cidade do Cabo), onde condições climáticas, como as constantes chuvas e a abundância de pastagens, garantiam relativa estabilidade para as sociedades pastoris. Outras comunidades khoikhoi mais distantes, localizadas onde posteriormente se estabeleceu a parte oriental da Colônia do Cabo, ficaram conhecidas como Inqua, Gonaqua, Damasqua e Hoengeyqua. Os primeiros contatos entre essas comunidades e comerciantes e colonizadores europeus ocorreram no final do século XVI e início do século XVII, e envolviam a participação de chefaturas khoikhoi na comercialização de gado e marfim no litoral. A situação alterou-se de forma drástica a partir da metade do século XVII, quando a região foi ocupada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, o que resultou na gradativa expansão das fronteiras e na perda de terras e rebanhos dos khoikhoi, além da introdução de formas de exploração de trabalho compulsório e escravização (ARMSTRONG, WORDEN, 1989, pp. 110-122). Em consequência disso, os khoikhoi foram forçadamente incorporados pela sociedade colonial na condição de mão de obra servil e trabalho não-livre; ademais, muitas comunidades khoikhoi foram dizimadas por epidemias, sobretudo de varíola, no século XVIII, e diversas expedições punitivas foram promovidas pelo colonato branco contra chefes khoikhoi acusados de roubo de gado.

A documentação produzida nesse período, com destaque aos relatos de holandeses entre os séculos XVII e XVIII, estabelecia diferentes categorizações para classificar as populações nativas, especialmente entre grupos pastoris, supostamente dóceis e coniventes com a expansão europeia no sul da África (geralmente identificados como “hotentotes”), e os grupos de caçadores e coletores destituídos de rebanhos, e retratados nos discursos coloniais como primitivos e insubordinados, incapazes de serem assimilados pela sociedade colonial, mesmo na condição de mão de obra (descritos como “bosquímanos”). Embora a historiografia colonial e os estudos etnográficos do século XIX tenham definido esses dois grupos como diferentes “raças”, “tribos” ou “etnias”, pesquisas recentes (MARKS, 1972; ELPHICK, 1977; WRIGHT, 1996), tem apontado ao fato de que, em um período anterior à presença europeia, tais distinções não eram tão demarcadas, e referiam-se a marcações socioeconômicas, sobretudo entre grupos que ainda detinham posse de rebanhos e aqueles “caçadores, coletores, pescadores e ladrões que existiam nas margens da sociedade pastoril” (WRIGHT, 1996, p. 26). Portanto, estavam longe de designar identidades étnicas rígidas, visto que a alternância entre condições de posse ou perda de rebanhos poderiam transformar as condições de vida e de sobrevivência dessas comunidades. Além disso, convém demarcar que grupos mestiços também se formaram a partir de uniões informais entre os khoikhoi e europeus, principalmente comunidades identificadas a partir do século XIX como “bastaards”, ou griquas (associadas historicamente a duas regiões conhecidas como Griqualândia, ao norte da Colônia do Cabo) ou basters, concentrados sobretudo na região de Rehoboth (Namíbia) (WALDMAN, 2007).

No início do século XIX, quando a Colônia do Cabo foi anexada pelos britânicos, os khoikhoi representavam aproximadamente metade da força de trabalho africana, inclusive em funções públicas, na construção de estradas ou canais de irrigação, ou no policiamento das fronteiras da colônia, na província oriental (ELPHICK, MALHERBE, 1989, p.43). Nesse momento, a administração colonial britânica promoveu um movimento de codificação jurídica da exploração do trabalho nativo, reforçando práticas que já vinham sendo feitas de forma autônoma pelo colonato bôer há décadas. Uma das principais medidas ocorreu em 1809, por meio da lei conhecida



como “Código Caledon” ou “Proclamação Hotentonte”, que atendia às demandas dos fazendeiros, sobretudo da província oriental da colônia, por um controle maior da mobilidade de seus trabalhadores khoikhoi, obrigando-os a carregar um passe de identificação emitido por seu mestre ou por um oficial colonial, que os vinculava, de forma fixa, aos seus empregadores. Por extensão, a legislação regulamentava o uso do chicote para punir trabalhadores acusados de insubordinação ou preguiça (BRECKENRIDGE, 2008, p. 7). O Código Caledon formalmente assujeitava todos os khoikhoi à legislação colonial, exigindo um registro de passe para permitir o deslocamento entre os diferentes distritos no Cabo, prática utilizada, pelo menos desde o século XVIII, como medida de controle da movimentação da população escravizada. Leis subsequentes, na década de 1810, também formalizavam o sistema de “aprendizes”, isto é, um regime de trabalho compulsório, sem remuneração, para crianças khoikhoi por um período de dez anos (dos oito aos dezoito anos) (MAGUBANE, 2001, p. 76-77).

Esse movimento foi denunciado por missionários vinculados à LMS, em especial por van der Kemp e James Read Sr., levando, inclusive à formação de comitês voltados à investigação das denúncias sobre a exploração do trabalho nativo entre 1811 e 1812 e, mais tarde, uma constante pressão sob o governo colonial para alterar a legislação vigente (WELLS, 2000). A administração colonial, influenciada pelo movimento humanitarista promovido por missionários, delimitou a exploração do trabalho khoikhoi por intermédio da Ordenação 50 de 1828, uma lei que repelia a legislação precedente, e permitia a circulação livre de khoikhoi sem o porte do passe de identificação, garantia o direito à posse de terras, inviabilizava o trabalho infantil sem a permissão familiar e proibia castigos físicos nas relações de trabalho. Em termos jurídicos, a Ordenação 50 possibilitava aos homens khoikhoi incorporados à sociedade colonial os mesmos direitos que os homens brancos na colônia.

Como demonstrou Vertrees Malherbe (1997), a aprovação da Ordenação 50 ampliou os espaços de reivindicação da população khoikhoi, de modo que, poucos meses após a promulgação da lei, petições foram enviadas ao governo reivindicando terras com base em direitos ancestrais ou enfatizando a participação formal de soldados khoikhoi em regimentos

coloniais; contudo, outros trabalhadores khoikhoi, agora livres das relações de servidão e da restrição de mobilidade pela Ordenação 50, deixaram suas antigas fazendas desterrados, sem opção além de se tornarem posseiros ou recorrerem ao banditismo (MALHERBE, 1997). Apesar da nova legislação, as demandas por mão de obra barata e acessível, principalmente pelos latifúndios controlados pelo colonato branco, bem como as pressões políticas exercidas pelos colonos sobre o governo, perpetuaram uma exploração contínua de muitas comunidades khoikhoi. Por extensão, a abolição da escravidão em 1834 levou muitos fazendeiros a promover expedições de captura e escravização de nativos fora das fronteiras da colônia (ELDREDGE, 1994).

### *O assentamento de Kat River e a rebelião de 1851*

Foi no contexto de aprovação da Ordenação 50 de 1828 que o governo colonial estabeleceu o assentamento de Kat River, numa região de fronteira no lado oriental da colônia. Tudo indica que, no passado, o vale de Kat River havia sido habitado por ancestrais dos khoikhoi, possivelmente deslocados das imediações pelo avanço colonial ou por conflitos com os xhosa ou amaxhosa (ROSS, 2013, p. 14), povos de língua e cultura nguni com presença histórica na região correspondente à parte oriental da Colônia do Cabo. Desde meados da década de 1770, toda a região de fronteira da colônia havia sido marcada por conflitos entre o colonato branco e as chefaturas xhosa, como resultado da expansão gradativa das fronteiras coloniais, depredações mútuas e a perda dos territórios xhosa. A formação do assentamento de Kat River ocorreu num momento em que as autoridades do Cabo expulsaram comunidades xhosa lideradas pelo chefe Maqoma que, até então, ocupavam a região da nascente de Kat River, um afluente do Great Fish River. A remoção dessas comunidades foi uma das consequências da expansão das fronteiras da colônia, agora limitadas pelo rio Keiskamma. Para inviabilizar o retorno dos xhosa após a retirada das tropas coloniais, a administração do Cabo optou por ocupar a região com famílias khoikhoi, além de grupos mestiços e alguns colonos brancos (tanto bôeres quanto britânicos). Assim, desde as suas origens, o assentamento

de Kat River era interpretado, do ponto de vista das autoridades coloniais, como uma "zona-tampão": uma área fronteira que separaria a Colônia do Cabo dos territórios xhosa.

Na prática, a região era marcada por interações contínuas, vínculos de dependência ou solidariedade, e relações de parentesco entre os khoikhoi e os xhosa: pelo menos desde o final do século XVIII, diversos khoikhoi gonaqua fugiram dos proprietários brancos, sobretudo na área entre os rios Gamtoos e Fish, e se refugiaram ou assujeitaram junto ao chefe Maqoma. Outros khoikhoi, originalmente abrigados em missões religiosas da LMS também refugiaram-se entre os xhosa e foram, mais tarde, assentados pelo governo em Kat River. Um dos líderes dessa segunda leva de khoikhoi, Klaas Nuga, era o filho de um dos intérpretes de outro chefe xhosa, Ngqika, na década de 1810. Muitos desses grupos refugiados, especialmente os khoikhoi gonaqua, receberam autorização do governo colonial para estabelecer-se em Kat River, supervisionados por um *veldkornet* (oficial de campo) gonaqua chamado Andries Botha (KIRK, 1973, p. 412-413). Outros khoikhoi gonaqua, incluindo Andries Botha, haviam previamente servido às tropas da Colônia do Cabo, recebendo terras como recompensa por suas ações, inclusive em conflitos nas fronteiras com os xhosa.

É preciso também considerar que, no contexto da Ordenação 50, que garantia direitos políticos aos khoikhoi, crescia a expectativa, por parte de comunidades e lideranças khoikhoi, acerca de medidas de devolução de terras àqueles que, ao longo de aproximadamente duzentos anos, haviam sido removidos de seus territórios. Nesse sentido, uma petição foi entregue ao governo colonial em 1829, assinada por vinte e oito homens gonaqua de Bethelsdorp, apresentando-se como respeitáveis membros da sociedade colonial e demandando o reconhecimento da posse de terras desocupadas na região oriental do Cabo. Ademais, em 1834, um correspondente khoikhoi, oriundo de Kat River, remeteu uma carta ao *South African Commercial Advertiser* protestando que:

após a promulgação da Ordenação 50 nós pedimos que o restante da terra ainda na Colônia fosse entregue aos Hotentotes, mas isto não aconteceu [...]. É verdade que o governo garantiu aos Hotentotes uma pequena parcela de terra em Kat

River, pela qual seremos sempre gratos: mas calcula-se que a nação Hotentote totaliza 30 mil almas e há apenas 5 mil em Kat River. O que ocorre com as demais 25 mil? Devem todos eles virarem mendigos [*vagrants*]? (ROSS, 2018, p. 23).

Conforme o historiador Verbees Malherbe (1997), as demandas dos khoikhoi, sobretudo a partir da aprovação da Ordenação 50, estavam fundamentadas em duas justificativas principais: em primeiro lugar, o requisito de terras com base nos direitos ancestrais, sob o argumento da presença milenar dos khoikhoi nas regiões correspondentes à Colônia do Cabo, argumento visível, por exemplo, nas diversas petições enviadas ao governo colonial com o fito de garantir a posse de terras desocupadas; em segundo lugar, a solicitação por terras como recompensa pela participação de homens khoikhoi a serviço de regimentos coloniais, inclusive em campanhas militares contra outras populações nativas (ao exemplo dos xhosa), nas fronteiras (MALHERBE, 1997). Nesse contexto, o batismo cristão adquiria relevância como um fator de elegibilidade para compra ou posse de terras, elemento que, durante muito tempo, esteve atrelado à exclusividade do direito ao colonato branco. A busca por terras assumiu uma nova dimensão a partir da Ordenação 50 que, ao libertar milhares de trabalhadores khoikhoi de condições compulsórias ou servis de trabalho, produziu uma massa de famílias desterradas, sem opção além de se tornarem posseiros; grupos pastoris com gado, porém sem pastagens para os rebanhos; ou ainda grupos que, pelas pressões econômicas dos contextos coloniais, recorriam ao banditismo como estratégia de sobrevivência naquela sociedade.

Além das aproximadamente duzentas e trinta famílias khoikhoi, cerca de setenta famílias mestiças de khoikhoi e europeus, oriundas dos distritos de Somerset e Graaf-Reinet, foram assentadas em Kat River. Esses grupos mestiços eram identificados no período como "bastaards". Haviam adotado a língua holandesa e valores europeus, desassociando-se, portanto, de suas origens khoi e, por isso, distinguindo-se da comunidade gonaqua. A comunidade baastard de Kat River estava sob a liderança do capitão Christien Groepe, que mais tarde galgou o posto de comandante de campo e juiz de paz. Uma parte das famílias alocadas no assentamento eram oriundas das missões religiosas de Theopolis e Bethelsdorp, e estavam, portanto, sob a

esfera de influência política e religiosa da LMS: mesmo que o assentamento estivesse religiosamente vinculado à Igreja Holandesa Reformada, alguns missionários da LMS, ao exemplo de James Read Jr. e seu pai, adquiriram propriedades nas imediações. Mais tarde, sobretudo na década de 1840, o assentamento também recebeu famílias de origem thembu<sup>2</sup>, mfengu<sup>3</sup> e xhosa gqunukhwebe, muitos dos quais destituídas de gado ou terras e vinculados aos proprietários gonaqua na condição de pastores. O assentamento foi dividido em cinco distritos, administrados por indivíduos designados pelo governo colonial sob o título de “capitães”, incluindo Andries Botha, cuja influência política era particularmente expressiva sobre os khoikhoi gonaqua com parentescos entre os xhosa. Os capitães distritais, por sua vez, respondiam a um magistrado indicado pelo governo para gerir Kat River.

Nos relatos produzidos por missionários e outros observadores liberais nos primeiros anos de existência de Kat River, o assentamento figurava como um exemplo de “regeneração” moral e espiritual decorrente da ação missionária no contexto pós-Ordenação 50. Nos testemunhos de Thomas Pringle, membro da Anti-Slavery Society e proeminente ativista liberal no Cabo, os khoikhoi formavam “um povo, impactado pela opressão e pelo desgosto, até afundarem abaixo do nível dos escravos negros (...), um povo por gerações lembrado pelo mundo civilizado por sua estupidez, indolência, improvidência, intemperança”, porém, “erguido da poeira, de uma vez só e sem nenhum preparo (exceto pelo pouco que receberam nas instituições missionárias) ao pleno direito de homens livres” (PRINGLE, 1835, p. 279). Em Kat River, “este povo há muito maltratado” teria passado por uma “completa mudança de caráter”, deixando em evidência “seu autogoverno, sua docilidade, sua temperança singular, sua produtividade, seu ardor pela instrução geral e religiosa, e sua constante boa conduta” (PRINGLE, 1835, p. 280). Até mesmo na documentação produzida pelo para o Select Comitee

2 Os Thembu ou abaThembu são um grupo Bantu, de cultura Nguni, falantes de línguas xhosa, historicamente relacionados a uma região na atual província do Cabo Oriental denominada Thembuland, conhecida no século XIX como Tambookieland. Sobre a história do povo Thembu, ver: WAGENAAR, 1989.

3 Ao longo do século XIX, o termo Fingo (Mfengu) era utilizado para se referir a grupos nativos de língua e cultura Bantu (Nguni), de origens possivelmente muito diversas, porém cristianizados e incorporados à sociedade colonial. A interferência do governo colonial intensificou as hostilidades entre grupos Mfengu e outras populações nativas nas fronteiras, tais como xhosa. Por extensão, muitos homens Mfengu atuaram a serviço das tropas coloniais nesse período (MVENENE, 2014).

on Aborígenes entre 1836 e 1837, Kat River era retratado como sintomático de "melhoria nas condições e assiduidade e aprimoramento moral" dos khoikhoi (ELBOURNE, 2002, p. 273).

Este cenário idílico, de relações sociais idealizadas e marcadas pela "regeneração" moral dos khoikhoi, contrastava com a condição socioeconômica a partir da metade da década de 1830, quando ocorre um agravamento nas tensões sociais no assentamento. Com a eclosão da sexta (1834-1835) e sétima guerras das fronteiras (1846-1847), os moradores de Kat River foram forçados a abandonar suas propriedades e abrigar-se em postos militares e fortes britânicos; muitas das suas propriedades foram assoladas e destruídas durante os conflitos. Simultaneamente, cresciam as tensões entre as diferentes comunidades que viviam em Kat River como, por exemplo, os khoikhoi gonaqua e as famílias bastaards, ou os khoikhoi gonaqua e os novos moradores mfengu. Isto porque a partir do final da década de 1840, o governo colonial decidiu realocar, em Kat River, centenas de famílias de origem mfengu, thembu e xhosa, oriundos de fora da colônia ou cujas habitações haviam sido destruídas por ordens do governo para vender terras a famílias de colonos brancos. Do ponto de vista da população gonaqua, já estabelecida em Kat River, essa nova leva de famílias não representava mão de obra adicional, mas sim uma força rival no uso das terras, ou ainda invasores em uma terra que, da perspectiva dos khoikhoi, lhes pertencia com base nos direitos ancestrais.

Para piorar a situação, a região de Kat River, caracterizada por terras férteis e fácil acesso a rios, era cobiçada pelos colonos britânicos de Grahamstown, sobretudo aqueles envolvidos com a criação de ovelhas para fins comerciais, e que passaram a utilizar da imprensa (ao exemplo do jornal *The Graham's Town Journal*), para criticar o assentamento e seus moradores khoikhoi, caracterizando-os como bárbaros e perigosos, ou acusando-os de serem ludibriados pelo discurso missionário (KIRK, 1973; ROSS, 1997). O crescimento da influência política dos proprietários britânicos da região oriental do Cabo ameaçava os direitos khoikhoi, já assegurados por lei. No mesmo período, o governo colonial indicou, para exercer a função de magistrado no assentamento de Kat River, uma série de indivíduos contrários à autonomia e aos direitos das comunidades khoikhoi: no jogo das tensões do período, as discussões acerca do estabelecimento de uma assembleia

parlamentar no Cabo também suscitaram rumores sobre a possibilidade do revogação da Ordenação 50 e o retorno de medidas discriminatórias contra a população khoikhoi.

A situação culminou na rebelião de Kat River de 1850-1851. Nos últimos meses de 1850, grupos xhosa desterrados promoveram uma revolta contra as forças coloniais. Eram liderados por um profeta chamado Mlanjeni, o qual alegava tornar os guerreiros xhosa invulneráveis aos ataques das tropas coloniais. Em questão de pouco tempo, o movimento teve adesão dos ngqika, uma das principais comunidades xhosa nas fronteiras da região oriental do Cabo, liderados na época pelo chefe Mgolombane Sandile. Os xhosa avançaram pelas fronteiras da colônia, atacando e destruindo as vilas de Woburn, Auckland e Juanesberg, tendo, como alvo, os proprietários britânicos que responsabilizavam por suas agruras (LEGASSICK, ROSS, 2009, p. 308). Quando o governo da Colônia do Cabo enviou ordens para os habitantes do assentamento retirarem-se das suas propriedades e apoiassem as tropas coloniais em dezembro, parte da comunidade de Kat River se recusou. Uma das principais lideranças do assentamento, Hermanus Matroos, e seus seguidores Gqunukhwebe optaram por se juntar aos xhosa Ngqika na guerra, apoiados por uma grande força composta por tropas gonaqua (ROSS, 2004). Diversas outras lideranças locais aderiram ao movimento nos meses seguintes, mesmo após a morte de Matroos em combate contra as forças coloniais em janeiro de 1851. O alvo inicial dos ataques organizados pela coalisão de xhosa-khoikhoi eram os fortes e postos militares britânicos na região (Forte Cox, Forte White, Forte Beaufort e Forte Hare); após o fracasso das operações iniciais, os conflitos foram concentrados na região de Waterkloof, nas proximidades do vale de Kat River.

Nesse momento, outra liderança do movimento, um colono *coloured* chamado Willem Uithaalter, também tentou, sem sucesso, conseguir apoio das lideranças griqua, Adam Kok e Andries Waterboer, alertando-os sobre os riscos representados pelo avanço da legislação discriminatória, e que impactariam os Griqua de forma semelhante ao que ocorreria com os gonaqua (KIRK, 1973, p. 424-425). A correspondência enviada por Uithaalter, posteriormente interceptada e publicada na imprensa colonial, evidencia certo senso das culturas políticas, das lógicas de ação e dos objetivos da rebelião. Portanto, longe de ser um movimento “bárbaro” ou

“selvagem”, como afirmavam os discursos coloniais, as lideranças da rebelião compartilhavam da consciência dos efeitos destrutivos provocados pelo colonialismo, em especial a perda de terras, a desagregação e pauperização da sociedade khoikhoi:

Por todo o tempo que nós, a pobre e oprimida raça Hotentote, somos alvo da presente guerra ocorrendo aqui, que fomos por um considerável tempo oprimidos pelos injustos colonos ingleses, que continuamente tem apelado ao Governo, por memoriais, pelo consenso e execução de leis irregulares e opressivas, como as leis de vadiagem, com a tendência de opressão e completa ruína dos homens de cor e os pobres dessa terra, uma terra que nós, como nativos, podemos de forma justa considerar como nossa pátria mãe, é meu objetivo e finalidade, por essa oportunidade, estimando como meu dever, e devendo a todos que estão lá como nação e familiares de uma mesma casa (embora há muito tempo negligenciada), para informar que essa guerra que ocorre continuamente aqui, está declarada contra nós Hotentotes porque nós nos defendemos contra as leis mencionadas acima, e não as deixaremos passar. Portanto, é meu mais sincero desejo e pedido que você (já que os pobres e arruinados de nossa raça aqui me encarregaram de representar a você sobre sua condição deplorável), para ouvir sua determinação relacionada a esse assunto enquanto nação, e que devemos suportar e sentir um com o outro na dificuldade; e quais seus planos e intenções, já que a parte principal de nossa nação tem honestamente me requisitado para suplicar a você que nos favoreça o mais cedo possível com uma resposta ou decisão. (GRAHAM'S TOWN JOURNAL, 04/10/1851, p. 3).

A rebelião de Kat River foi violentamente reprimida pelas tropas coloniais, que mobilizaram também contingentes de guerreiros mfengu, explorando as hostilidades já latentes entre a comunidade khoikhoi gonaqua e a população mfengu. A imprensa colonial acompanhou assiduamente o movimento revoltoso, manifestando diversos posicionamentos políticos ao longo do processo. O *The Graham's Town Journal*, por exemplo, jornal editado por Robert Godlonton e vinculado aos proprietários britânicos de Grahamstown, constantemente caracterizava o assentamento de Kat River como reduto de nativos ou com pessoas com “sangue nativo”, cujos



“caminhos do barbarismo” teriam assolado a “parte decente da comunidade” (GRAHAM’S TOWN JOURNAL, 22/02/1851, p. 2). Por extensão, fica evidente como que, ao lado do discurso racial, uma percepção de classe social encontra-se subjacente nos editoriais, na medida em que o problema de Kat River consistia no fato de sua população ser composta por “comunidades pobres”, capazes de “produzir desafetos aos poderes governantes e um sentimento irritante de inveja quanto àqueles que estão em circunstâncias mais prósperas” (GRAHAM’S TOWN JOURNAL, 22/02/1851, p. 2). Além disso, do ponto de vista do colonato branco e dos grandes proprietários, o movimento revoltoso estava fortemente vinculado ao fator missionário: ao tentar “educar o povo – isto é, encher suas cabeças com um pouco de conhecimento”, o *The Graham’s Town Journal* caracterizava a empreitada de homens como James Read Jr. como um fracasso de “incansáveis demagogos”, por ignorar que “a única boa educação é aquela que tem referência direta aos assuntos práticos da vida” (GRAHAM’S TOWN JOURNAL, 22/02/1851, p. 2).

Até mesmo a historiografia colonial, produzida sobretudo por historiadores amadores vinculados aos interesses do colonato britânico nas décadas de 1850 e 1860, refletia muitos desses posicionamentos, inclusive culpabilizando a ação missionária e a educação cristã como responsáveis pela mobilização da rebelião. Na narrativa referente à revolta de Kat River, caracterizada como “a grande rebelião”, o tratado histórico *History of the Colony of the Cape of Good Hope* (1869), de autoria de John Centlivres Chase e Alexander Wilmot, reforça a ideia da convivência khoikhoi a fatores externos: os “numerosos atos de violências contra fazendeiros e suas habitações” teriam sido causados por “um grande número de hotentotes enganados [*mislead*], aliados aos nativos” (CHASE, WILMOT, 1869, p. 443). O “ninho” da revolta, isto é, o assentamento de Kat River, teria sido criado com intenções benevolentes, contudo, “por um erro de cálculo fatal sobre a natureza dos habitantes, os quais, sem nenhuma mistura de brancos e de elementos mais civilizados, foram segregados em uma massa compacta e num estado de perfeito isolamento” (CHASE, WILMOT, 1869, p. 444). A presença de “professores imprudentes conectados a eles [aos khoikhoi] por casamento, ou mestiços” cultivaram uma “perigosa nação de nacionalidade

Hotentonte" (CHASE, WILMOT, 1869, p. 444), um absoluto "desrespeito (...) pela vida humana" (CHASE, WILMOT, 1869, p. 452), acompanhado de "demandas por terra e queixas extinguidas há tempos" (CHASE, WILMOT, 1869, p. 444). Na narrativa, fica evidente o peso do discurso racial ao caracterizar a rebelião remetendo suas causas mais profundas à falta de fatores de embranquecimento e a proximidade com as "fronteiras nativas", o que, como se viu, havia condicionado interações e negociações entre as diferentes comunidades que se instalaram na região do assentamento, e à ação de "professores imprudentes", tais como James Read Jr., que teriam incitado os khoikhoi na luta pelos seus direitos.

### *"Essas opressões não param": as cartas de James Read Jr.*

Entre os meses de julho a setembro de 1851, James Read Jr. remeteu uma série de cartas abertas publicadas no jornal *South African Commercial Advertiser*, jornal sediado na Cidade do Cabo, abordando temas como o papel da ação missionária no sul da África, a formação do assentamento de Kat River e o movimento revoltoso que, naquele momento, já havia se dispersado como consequência da forte repressão colonial. O periódico em questão, criado por John Fairbairn em 1824, estava conectado à emergência de grupos de classe média urbana na Colônia do Cabo como resultado da anexação do território às posses britânicas no início do século; além disso, seus editoriais aproximavam-se de posicionamentos políticos liberais, sobretudo na defesa da liberdade de imprensa em contextos coloniais e, posteriormente, da autonomia político-administrativa do Cabo (MCKENZIE, 1998).

Desde a década de 1830, o *South African Commercial Advertiser* acompanhava de forma atenta os acontecimentos políticos e militares nas fronteiras da Colônia do Cabo, em especial as guerras das fronteiras, apresentando, em várias situações, um posicionamento empático às resistências xhosa diante da perda de suas terras (FRYE, 1968). Por seus vínculos com a ação missionária no Cabo – o editor, John Fairbairn, era genro do reverendo John Philip, superintendente da LMS no sul da África – e pelo histórico

de seus posicionamentos políticos, depreende-se as circunstâncias pelas quais James Read Jr. remeteu suas cartas ao *South African Commercial Advertiser*, em defesa da comunidade khoikhoi de Kat River e, ao mesmo tempo, defendendo-se das acusações perpetradas por lideranças do colonato britânico em outros órgãos da imprensa, tais como o supramencionado *The Graham's Town Journal*.

Nos escritos de James Read Jr., percebe-se um esforço de compreensão da rebelião de Kat River de 1851, assim como de outros grupos khoikhoi nas fronteiras que aderiram ao lado xhosa durante a oitava guerra das fronteiras, como um “fenômeno político e também moral na história desse país” (READ JR., 1852, p. IX). Para fornecer quadros explicativos da rebelião, o missionário divide a “história política dos Hotentotes [khoikhoi]” em três períodos distintos: a primeira fase, marcada inicialmente pela ação dos missionários junto às comunidades khoikhoi, culminando em uma série de denúncias acerca das condições cotidianas vivenciadas por tais grupos nativos, em especial a “precariedade civil, a opressão sem lei, agressão territorial e assassinato” (READ JR., 1852, p. IX); um segundo momento, no qual “comissários civis foram apontados para garantir a emancipação civil dos Hotentotes”, momento caracterizado por uma diminuição das “opressões mais graves”, ainda que os khoikhoi permanecessem submetidos a “tratamento injusto, como ser recrutados como soldados, obrigados a trabalhar em cidades e vilas, e carregar passes” (READ JR., 1852, p. X); e, finalmente, uma terceira fase marcada pela aprovação da Ordenação 50, que garantiu “proteção legal” para a “liberdade Hotetonte”, colocando assim os “nativos da colônia em posição de igualdade com os brancos, do ponto de vista da lei” (READ JR., 1852, p. X). Fica evidente na narrativa a ênfase no papel dos missionários vinculados à LMS na consolidação de condições mais igualitárias para as comunidades khoikhoi, reforçando a mediação dos missionários em outros contextos de conflitos e revoltas, especialmente na virada do século, quando “os nativos estavam em insurreição contra o governo holandês e seus agressores brancos nas fronteiras” (READ JR., 1852, p. IX).

Nesse ponto, Read Jr. aludia ao que ficou conhecido como “revolta dos servos” entre 1799 e 1803, e que envolveu diversas comunidades

khoikhoi, aliadas a grupos xhosa, em especial da comunidade gqunukhwebe, em luta contra o colonato branco na região de Zuurveld (na província oriental da Colônia do Cabo). Disputas por território levaram a conflitos entre, de um lado, os xhosa gqunukhwebe aliados aos khoikhoi – principalmente trabalhadores que se refugiaram ou assujeitaram junto aos xhosa para escapar às condições de trabalho compulsório na colônia – e de outro, os fazendeiros bôeres e o governo colonial. Em diversos documentos coligidos no período, os testemunhos das lideranças khoikhoi já evidenciam um claro desconforto com a presença colonial europeia: na declaração de um dos líderes da revolta de 1799-1803, Klaas Stuurman, o objetivo do movimento era “restaurar [...] a terra da qual nossos pais foram roubados pelos holandeses, e não temos mais nada a exigir. [...] Vivíamos muito contentes, ele disse, antes desses saqueadores holandeses nos atormentarem, e porque não poderíamos viver novamente se nos deixassem livres?” (BARROW, 1801, p. 110). Diferentemente das imagens produzidas pelos discursos coloniais, que retratavam os khoikhoi como coniventes com a presença europeia, a “revolta dos servos”, além de diversos outros episódios de conflitos, como expedições voltadas a recuperar gado roubado e as chamadas “guerras bosquímanas” (*bushman wars*) ou “guerras khoikhoi-holandesas” no século XVII, evidenciam um longo histórico e vasto leque de lutas e resistências em defesa de sua autonomia diante da invasão europeia (MARKS, 1972, p. 55-80).

Ao descrever o processo de formação do assentamento de Kat River, imediatamente após a aprovação da Ordenação 50 de 1828, James Read Jr. adere a certo tom de idealização, muito frequente nos escritos missionários e de outros testemunhos liberais no período. Assim, a composição do assentamento teria sido marcado por um rápido “progresso” nos “objetivos agrícolas, criação de gado, criação de cavalos, difusão da civilização, sobriedade e a formação de sociedades missionárias, bíblicas e abstinências; [...] e os direitos dos cidadãos foram concedidos a esse povo pelo governo” (READ JR., 1852, p. X). Esse cenário de relações sociais e de trabalho idealizadas a partir da ideia de “regeneração moral” e cristianização dos khoikhoi teria sido rompido não apenas pelas guerras das fronteiras nas décadas de 1830-1840, que causaram a destruição de inúmeras propriedades

no assentamento, mas também pela proposição da “lei de vadiagem” (*Vagrant Act*) pelo conselho legislativo do governo colonial em 1834. Esta proposta de lei, posteriormente vetada pelo conselho legislativo do Cabo, ameaçava os direitos dos khoikhoi ao permitir oficiais e administradores locais a classificar indivíduos, especialmente destituídos de propriedades, como vadios e forçá-los ao trabalho compulsório em obras públicas ou sob contrato particular. Além disso, o texto da proposta proibía a prática de caça e coleta de frutos em terras do governo – o que, efetivamente, ameaçava as estratégias de sobrevivências de comunidades khoikhoi e khoisan que ainda viviam em caráter nômade ou seminômade. Ainda que a proposta da legislação não apresentasse, de forma explícita, categorizações raciais, na prática, muitos compreendiam-na como uma forma de suplantar a Ordenação 50 e minar os direitos dos khoikhoi (ROSS, 2013). Sabe-se que a proposição de tal legislação foi amplamente discutida pelas lideranças khoikhoi de Kat River em meados de 1834, e petições contrárias à lei, assinadas por aproximadamente 400 moradores do assentamento, foram enviadas ao governo colonial; paralelamente, petições favoráveis à legislação também foram promovidas no âmbito de Kat River, em especial por membros da comunidade Bastaard, o que deixa evidente as tensões que marcavam os diferentes grupos assentados na região (ELBOURNE, 1994).

Assim, num primeiro momento, Read Jr. esforça-se em demonstrar o caráter regenerado dos moradores de Kat River, transformados em respeitáveis e laboriosos proprietários de terras como consequência da ação missionária na região das fronteiras. A partir de um “ponto de vista moral”, o assentamento, pelo menos até o início da década de 1840, estaria em condições “incomparáveis a qualquer distrito ou subdistrito na colônia. Cantinas, aqueles berços de vício, estavam totalmente excluídos por uma regra fundamental no estabelecimento, e sociedades abstêmias e de temperança foram formadas” (READ, 1852, p. 122). A existência de sociedades de leitura, a circulação de jornais e de associações agrícolas em Kat River seriam, ainda, outros exemplos da respeitabilidade constituída pelos moradores do assentamento ao longo do tempo, fazendo valer a “igualdade de direitos políticos, para todos aqueles qualificados para possuí-los, seja branco ou negro” (READ, 1852, p. 125). A tonalidade adotada em muitas

das descrições do missionário acerca dos moradores de Kat River estava atrelada à noção de respeitabilidade, termo originalmente associado às culturas de classe média mas que, gradativamente, nas primeiras décadas do século XIX, passou a ser visto como um imperativo desejável a outros grupos sociais: autonomia e independência financeira, valores edulcorados pela educação, além de outros demarcadores, como a sobriedade, no uso de roupas ao estilo europeu ou na adoção de ritos cristãos, como o casamento e o batismo (CORDERY, 1995).

Simultaneamente, o missionário aponta a um contexto de difamação promovida contra os habitantes do assentamento, especialmente pela "imprensa da fronteira", a qual "repleta de narrativas, testemunhos e os assim chamados fatos autênticos" teriam minado "a boa fama e a lealdade dos ministros de Kat River e de todo o povo" (READ, 1952, p. 1). De modo distinto às campanhas difamatórias promovidas por jornais como o *The Graham's Town Journal*, que, como se viu, representava os interesses de proprietários britânicos nas fronteiras, o missionário atesta ao fato de que as comunidades khoikhoi, a despeito de todas as "guerras e sanguinolências entre as tribos das fronteiras", permaneceram, "pela influência do Evangelho e apego ao governo britânico [...] distintos pela sua lealdade", além de "por um período de meio século, os mais eficientes auxiliares às tropas regulares na expulsão e subjugação dos clãs nativos" (READ, 1852, p. 3-4). Dessa forma, e em defesa dos moradores khoikhoi de Kat River, o missionário apresenta-os como cristãos laboriosos e fieis à administração colonial britânica. Ao mesmo tempo, Read Jr. transcreve, em seus relatos, uma série de queixas oriundas de moradores do distrito de Lower Blinkwater, em Kat River, especialmente de um dos anciãos da Igreja Holandesa Reformada, Arie van Rooye, que denuncia a presença e circulação de famílias xhosa na região, muitas das quais acusadas de envolvimento em roubo e captura de gado. Além de evidenciar tensões sociais latentes entre as diferentes comunidades de Kat River, esses testemunhos apontam, de forma implícita e involuntária, à continuidade de relações de parentesco, de assujeitamento ou de trabalho entre os khoikhoi e outros grupos assentados em Kat River e as comunidades xhosa do outro lado da fronteira.

Read Jr. esforça-se em caracterizar os habitantes de Kat River como homens regenerados pela educação e moralidade cristã, apegados ao trabalho livre e fieis ao governo colonial. Neste sentido, o vocabulário utilizado por Read Jr. aproximava-se, como se viu, de um dos conceitos centrais para a compreensão a sociedade colonial no Cabo na metade do século XIX: a noção de respeitabilidade, fortemente relacionada à adesão, em especial das comunidades khoikhoi, à doutrina cristã (ROSS, 1999). Desta forma, os moradores khoikhoi do assentamento seriam distintos daqueles que se envolveram mais diretamente com a rebelião, influenciados pelas ações do “conspirador chefe” (READ, 1852, p. 10), Hermanus Matroos, o qual articulou ataques aos fortes britânicos na região em coalizão com os xhosa. Ao narrar a trajetória de Hermanus Matroos, os relatos de James Read Jr. enfatizam certo caráter transfronteiriço dessa liderança: filho de um escravizado fugitivo e de uma mulher xhosa, Matroos trabalhou, na sua juventude, para um fazendeiro holandês na região de Zwager’s Hoek, onde aprendeu a língua holandesa; mais tarde, ao retornar aos territórios xhosa, passou a atuar como intérprete entre o chefe Nqika e os agentes do governo colonial.

Em retribuição por seus serviços ao governo britânico, Matroos recebeu terras no assentamento de Kat River, onde manteve um número considerável de famílias nativas sob sua proteção e autoridade, transformando-se, praticamente, em uma espécie de chefatura independente, estabelecendo também vínculos com chefes xhosa do outro lado das fronteiras, mormente pelo pagamento de tributos em cabeças de gado. De acordo com James Read Jr, durante as guerras das fronteiras, “ele e seu povo fielmente serviram o governo contra sua própria nação e chefaturas, pelo qual eles foram honavelmente lembrados nos relatos das guerras de 1836 e 1846” (READ, 1852, p. 14). Contudo, o missionário relembra que, embora considerando-se um súdito britânico, Hermanus acreditava “ser livre para escolher no que acreditar, e aderir aos costumes de seu povo, se isso não interferisse com os direitos de outros, ou as leis da colônia. Além disso, ele mantinha contato frequente com sacerdotes xhosa e um grupo de fazedores de chuva” (READ, 1852, p. 15).

Essas evidências apontam, indiretamente, para as diferentes identidades culturais constituídas na região de Kat River, em especial a partir da interação entre grupos khoikhoi e xhosa em contextos marcados pelo colonialismo. As relações estabelecidas entre Hermanus e outras famílias (thembu, mfengu, xhosa) sob sua autoridade, ou mesmo entre Hermanus e as chefaturas xhosa do outro lado da fronteira, reproduziam relações políticas e de poder praticadas, há muito mais tempo, nas imediações por comunidades khoikhoi e xhosa, especialmente vínculos de proteção e dependência em troca de trabalho ou tributos. Assim, uma das causas da rebelião liderada por Matroos seria a interferência do governo colonial nas dinâmicas internas do assentamento, em especial a partir de 1848, quando "o governo colocou as terras de Hermanus na mesma categoria que as terras do governo cedidas aos Fingos [mfengu], isto é, sujeito a uma taxa de uma libra anual por família" (READ, 1852, p. 15) o que teria suscitado, sem sucesso, o envio de diversos protestos escritos por Matroos. A rebelião, portanto, teria sido um último e desesperado recurso diante de um contexto marcado pela incerteza e insegurança, ou ainda como uma resposta a fatores que ameaçavam direitos assegurados por lei e condições materiais de sobrevivência ou de respeitabilidade de líderes como Hermanus Matroos. Em suma, o missionário avalia que, mesmo que a posição de Matroos no assentamento esteja "em desacordo com os planos originais", o erro havia sido cometido, "e seus direitos deveriam ser respeitados" (READ, 1852, p. 18).

Em contraste às ações de Hermanus Matroos, o missionário apresenta, de modo reiterado, menções a outras lideranças khoikhoi gonaqua de Kat River que, na sua óptica, permaneceram leais ao governo durante a rebelião, porém, posteriormente, acusadas por alta traição de modo injusto e sem fundamentos. O destaque recai, nesse caso, no capitão Andries Botha, um dos principais líderes gonaqua de Kat River desde sua fundação, em 1829. Antes disso, Botha viveu na missão de Theopolis, vinculada a LMS e, após assentar-se em Kat River, serviu ao governo colonial em diversas guerras nas fronteiras entre as décadas de 1830 e 1840. Em meados de 1850, as tropas coloniais lançaram-se a uma operação de remoção de posseiros no distrito de Buxton, em Kat River, culminando na expulsão arbitrária de diversas famílias gonaqua que haviam residido no assentamento há muitos anos, incluindo membros da família de Botha (ROSS, 2013). Botha, que ocupava



o cargo de *veldcornet* (capitão) de Buxton, enviou diversas petições ao governo colonial protestando as circunstâncias; mais tarde, com a eclosão da rebelião, Botha foi preso e acusado de alta traição, permanecendo na prisão até 1855. Tudo indica que Botha tornou-se alvo de um julgamento político, em especial movido contra os apoiadores do assentamento vinculados ao movimento evangélico-humanitarista, percepção que auxilia a compreender a defesa de James Read Jr. ao afirmar que “quanto a Botha, tenho razões para acreditar que, enquanto estava longe de seu terreno, ele nunca se envolveu com os rebeldes, que tentaram tudo para fazê-lo juntar-se a eles como seu general, mas ele veementemente se recusou” (READ, 1852, p. 87).

Mesmo que contrário aos métodos adotados pelos rebeldes, as cartas de Read Jr. encontram-se permeadas de transcrições de conversas realizadas entre os missionários da LMS e os moradores de Kat River, onde se identifica amplo quadro de insatisfações e queixas que teriam culminado na rebelião, muitas das quais relacionadas ao avanço da violência colonial nas fronteiras. Assim, por exemplo, Read Jr. menciona os posicionamentos de “Agie Michaels, um gonaqua”, o qual afirmava que “as prisões estão cheias de Hotentotes, mas o homem branco escapa a punição, mesmo que ele seja culpado” e que, apesar de colaborar com o governo colonial, especialmente nas “diversas guerras e expedições contra os nativos”, os khoikhoi foram “vergonhosamente tratado pelo governo”, recebendo, em recompensa por suas ações “apenas rações para eles mesmos e suas famílias, sem nenhum pagamento” (READ, 1852, p. 30-31). Por extensão, o missionário destaca que “o povo de Hermanus reclamava dos pesados impostos que recaíam sobre o seu terreno”, e os “gonaquas do [distrito] Blinkwater acerca da destruição de suas cabanas em uma tempestade de neve”, enquanto que “as viúvas e os órfãos dos homens que morreram na guerra de 1846-7 (...) não receberam os cuidados. (...) Alguns deles não conseguiam entender por que os ingleses ficaram ricos tão rapidamente e ascenderam socialmente de modo tão súbito” (READ, 1852, p. 34).

A indeterminação do contexto, somado a diversas insatisfações acumuladas ao longo dos anos, estariam nas bases do movimento revoltoso; assim, a coalizão com as forças xhosa, que também se revoltavam contra o governo colonial e o colonato branco nas fronteiras, forneciam a possibilidade de reestabelecer certo senso de segurança para os moradores

de Kat River: de acordo com o missionário, as condições que levaram à rebelião envolviam "a posição que alguns brancos, diziam, tomaram quanto aos homens de cor [...]. Eles falavam de capturas, prisões, flagelos e até mesmo assassinato" (READ, 1852, p. 102). A percepção de incerteza e insegurança, de que "eles novamente seriam submetidos a leis opressivas" (READ, 1852, p. 102), fica evidente ao descrever, por exemplo, o desabafo de uma das lideranças da rebelião, Willem Uithaalter, o qual possibilita pensar, entre outros aspectos, em uma gradativa deterioração nas relações entre os missionários e os rebeldes khoikhoi:

Senhor, quando você e o Sr. Read [James Read Sr.] eram homens jovens, vieram morar conosco, e agora vocês são ambos velhos, e o jovem Sr. Read [James Read Jr.] não tinha barba quando ele veio para Kat River, e agora ele avança em sua idade, e ainda assim, essas opressões não param. Os missionários, por anos, escreveram, e seus escritos não vão ajudar. Nós estamos nos erguendo para cuidar de nossos próprios assuntos. Agora nós mostraremos ao colonato que também somos homens (READ, 1852, p. 47).

Em suma, depreende-se que, mesmo sem aprovar os métodos adotados pelos revoltosos em Kat River, especialmente os ataques e depredações cometidas contra propriedades britânicas, persiste, nas narrativas do missionário James Read Jr., certo senso de empatia com as pressões coloniais e incertezas vivenciadas pelos khoikhoi nas fronteiras, muitos dos quais submetidos a condições cada vez mais empobrecidas como resultados das guerras coloniais promovidas pelo colonato britânico contra os xhosa. As cartas de James Read Jr., tal qual publicadas e compiladas pelo *South African Commercial Advertiser*, também fornecem rastros fragmentários e testemunhos involuntários daqueles que, diante de um contexto de insegurança e indeterminação, lançaram-se aos rifles e emboscadas na defesa de direitos que, tanto de um ponto de vista da lei quanto de um ponto de vista do direito consuetudinário e da ancestralidade, consideravam legítimos. Ademais, e de modo distinto de diversas narrativas produzidas pelo colonato branco na parte oriental do Cabo, como, por exemplo, no *The*

*Graham's Town Journal*, o missionário reforça um elemento fundamental na luta pelo reconhecimento de direitos no âmago da sociedade colonial do Cabo na primeira metade do século XIX: a cristandade como um elemento demarcador de respeitabilidade dos khoikhoi, para reforçar os seus direitos à terra e propriedades.

## *Considerações Finais*

A rebelião de Kat River, promovida por lideranças khoikhoi gonaqua entre 1850 e 1851 nas fronteiras da Colônia do Cabo, foi a resposta a uma série de processos que, ao longo das décadas precedentes, minavam seus direitos garantidos por lei e criaram um clima de incerteza e indeterminação, em especial diante da possibilidade de uma retomada de medidas discriminatórias codificadas sob a forma da legislação colonial. Por extensão, a destruição das propriedades dos khoikhoi durante as guerras das fronteiras, nas décadas de 1830-1840, ameaçava a estabilidade socioeconômica das famílias assentadas em Kat River. O movimento revoltoso foi utilizado pela imprensa colonial vinculada aos proprietários britânicos da região oriental do Cabo como um pretexto para caracterizar o assentamento de Kat River como risco à segurança colonial e para retratar seus moradores como bárbaros, insidiosos e empobrecidos. Jornais como o *The Graham's Town Journal* culpabilizavam os missionários estabelecidos em Kat River, sobretudo aqueles vinculados à LMS e atuantes no campo da educação cristã, como responsáveis por incitar a rebelião.

Por esse motivo, tudo indica que, ao enviar suas cartas ao *South African Commercial Advertiser*, o missionário James Read Jr. buscava defender a ação da LMS junto aos khoikhoi, apontando ao papel "regenerador" da cristianização e da educação, que teria transformado os khoikhoi, na sua perspectiva, em homens e mulheres respeitáveis e laboriosos proprietários de terras. Nesse sentido também se encontra a defesa dos direitos khoikhoi sob a ótica de Read Jr., como resultado não apenas de direitos consuetudinários às terras outrora pertencentes aos seus ancestrais, ou dos direitos assegurados pela lei, mormente pela Ordenação 50, como também por sua

aceitação do cristianismo, elemento que, na sociedade colonial das primeiras décadas do século XIX, estava intimamente atrelado a ideais de respeitabilidade e civilização. Com efeito, para muitos khoikhoi, especialmente aqueles que foram educados nas missões naquele momento, o discurso religioso cristão fornecia uma plataforma política para reivindicação de seus direitos, como, por exemplo, na elaboração de petições por acesso à terras. Por sua trajetória, enquanto um missionário *coloured* no Cabo, James Read Jr. não estava alheio a estes debates, traduzindo-os numa linguagem cristã de laboriosidade e “regeneração moral”.

Mesmo que contrário aos métodos utilizados pelos rebeldes, sobretudo os ataques contra propriedades britânicas e fortes militares na região, as cartas de James Read Jr., produzidas nas “zonas de contato” nas fronteiras coloniais, possibilitam vislumbrar testemunhos involuntários daqueles que, entre dezembro de 1850 e os primeiros meses de 1851, pegaram às armas na defesa de seus direitos e propriedades. A problematização das cartas do missionário possibilita mapear as diferentes relações sociais construídas nas fronteiras, em especial entre lideranças de Kat River e as chefaturas xhosa, como ilustrado na trajetória de Hermanus Matroos, ou ainda as reivindicações e queixas daqueles que, como Willem Uithaalter, recorriam à revolta armada como uma resposta às inseguranças e indeterminações daquele contexto.

## Referências:

- ARMSTRONG, James C; WORDEN, Nigel. The Slaves, 1652-1834. In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.
- BARROW, John. *An account of travels into the interior of southern Africa, in the years 1797 and 1798*. Londres: Cadell and Davies, 1801.
- BESTEN, Michael. 'We are the original inhabitants of this land': Khoe-San identity in post-apartheid South Africa. In: ADHIKARI, Mohamed (org.). *Burdened by race: coloured identities in southern Africa*. Cidade do Cabo: University of Cape Town Press, 2013.

BRECKENRIDGE, Keith. Power Without Knowledge: Three Nineteenth Century Colonialisms in South Africa. *Journal of Natal and Zulu History*, v. 26, n. 1, p.3-30, 2008.

BREPOHL, Marion. Presença protestante na África: ressonâncias da segunda reforma. *Estudos de Religião*, v. 30, n. 2, p. 171-194, 2016.

CHASE, John C.; WILMOT, Alexander. *History of the Colony of Cape of Good Hope*. Londres: Longman's Green, 1869.

CORDERY, Simon. Friendly Societies and the Discourse of Respectability in Britain, 1825–1875. *The Journal of British Studies*, v. 34, n. 01, p. 35-58, 1995.

Editorial. *The Graham's Town Journal*, 22 de fevereiro de 1851, p. 2.

ELBOURNE, Elizabeth. Freedom at issue: Vagrancy legislation and the meaning of freedom in Britain and the Cape Colony, 1799-1842. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 15, n. 2, p. 114-150, 1994.

ELBOURNE, Elizabeth. *Blood Ground: Colonialism, Missions, and the Contest for Christianity in the Cape Colony and Britain, 1799-1853*. Montreal & Kingston, Londres, Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2002.

ELDREDGE, Elizabeth. Slave Raiding Across the Cape Frontier. In: EL-DREDGE, Elizabeth; MORTON, Fred (orgs.), *Slavery in South Africa: Captive Labor on the Dutch Frontier*. Oxford, and Pietermaritzburg: Westview Press and University of Natal Press, 1994.

ELPHICK, Richard. Kraal and Castle: Khoikhoi and the Founding of White South Africa. New Haven: Yale University Press, 1977.

ELPHICK, Richard; MALHERBE, V. C. The Khoisan to 1828. In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.

FREUND, William. The Cape under the transitional governments, 1795-1814. In: In: ELPHICK, Richard; GILIOMEE, Hermann (orgs.). *The Shaping of South African Society, 1652-1840*. Wesleyan University Press, 1989.

FRYE, John. *The South African Commercial Advertiser and the Eastern Frontier, 1834-1847: an examination of the ways in which and the sources*

- from which it reported frontier conflicts. Dissertação de Mestrado. Grahamstown/Makhanda: Rhodes University, 1968.
- KIRK, Tony. Progress and Decline in the Kat River Settlement, 1829-1854. *Journal of African History*, v. 14, n. 3, p. 411-428, 1973.
- LEGASSICK, Martin; ROSS, Robert. From Slave Economy to Settler Capitalism: The Cape Colony and its Extensions, 1800-1854. In: HAMILTON, Carolyn; MBENGA, Bernard; ROSS, Robert (orgs.). *The Cambridge History of South Africa: From Early Times to 1885*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- LEVINE, Roger. *A Living Man from Africa: Jan Tzatoe, xhosa Chief and Missionary, and the Making of Nineteenth Century South Africa*. London: Yale University Press, 2011.
- MALHERBE, Vertrees. *The Cape Khoisan in the Eastern Districts of the Colony before and after Ordinance 50 of 1828*. Tese de Doutorado (História). Cidade do Cabo: University of Cape Town, 1997.
- MARKS, Shula. Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth centuries. *The Journal of African History*, v. 13, n. 1, p. 55-80, 1972.
- MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angola: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Alameda, 2015.
- MCKENZIE, Kirsten. "Franklins of the Cape": The *South African Commercial Advertiser* and the Creation of a Colonial Public Sphere, 1824-1854. *Kronos: Journal of Cape History*, v. 25, n. 1, p. 88-102, 1998.
- MAGUBANE, Zine. Labour Laws and Stereotypes: Images of the Khoikhoi in the Cape in the Age of Abolition. In: PALMBERG, Mai. *Encounter Images in the Meetings between Africa and Europe*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2001.
- MVENENE, Jongikhaya. "A social and economic history of the African people of Gcalekaland, 1830-1913". *Historia*, v.59, n.1, p. 59-71, 2014.
- NZIRAMASANGA, Caiphas Tizanyae. *A Study of the British Parliamentary Select Committee on Aborigines in British Settlements*. Dissertação de Mestrado. Oklahoma State University, 1974.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 27.

- PRINGLE, Thomas. *Narrative of a Residence in South Africa*. Londres: Edward Moxon, 1835.
- ROSS, Robert. *These Oppressions Won't Cease: The Political Thought of the Cape Khoesan, 1777-1879*. Joanesburg: Wits University Press, 2018.
- ROSS, Robert. The Kat River Rebellion and Khoikhoi Nationalism: The Fate of an Ethnic Identification. *Revista Kronos*, n. 24, p. 91-105, 1997.
- ROSS, Robert. Hermanos Matroos, aka Ngxnknmeshe: a life on the border. *Kronos: Journal of Cape History*, v. 30, p. 47-69, 2004.
- ROSS, Robert. *The Borders of Race in Colonial South Africa: The Kat River Settlement, 1829-1856*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ROSS, Robert. Missions, Respectability and Civil Rights: the Cape Colony, 1828-1854. *Journal of Southern African Studies*, v. 25, n. 3, p. 333-345, 1999.
- ROSS, Robert. *These oppressions wont cease: The Political Tought of the Cape Khoesan*. Joanesburgo: Wits University Press, 2018.
- READ JR., Rev. James. *Kat River settlement in 1851: described in a series of letters published in "The South African commercial advertiser."* Cape Town: A. S. Robertson, 1852.
- The Hottentot Rebellion. *The Graham's Town Journal*, 04 de outubro de 1851.
- WAGENAAR, E. J. C. *A history of the Thembu and their relationship with the Cape, 1850-1900*. Tese de doutorado em História. Makhanda: Rhodes University, 1989
- WALDMAN, Linda. *The Griqua Conundrum: Political and Socio-cultural Identity in the Northern Cape, South Africa*. Peter Lang: Oxford, 2007.
- WELLS, Julia. The Scandal of Rev James Read and the Taming of the London Missionary Society by 1820, *South African Historical Journal*, v. 42, n. 1, p. 136-160, 2000.
- WRIGHT, John. Sonqua, Bosjesmans, Bushmen, abaThwa: Comments and Queries on Pre-Modern Identifications. *South African Historical Journal*, v. 35, n. 1, p. 16-29, 1996.

## *Entrevista*

---



# POR UMA PAZ JUSTA E DURADOURA NA PALESTINA/ISRAEL: COMPREENDENDO E DESARTICULANDO O APARTHEID. ENTREVISTA COM RICHARD FALK<sup>1\*</sup>

*For a just and lasting peace in Palestine/Israel: understanding and dismantling apartheid. Interview with Richard Falk*

*Fábio Bacila Sahd<sup>2</sup>*

## RESUMO

Nesta entrevista com o professor Richard Falk são abordados vários temas de sua relatoria acerca da situação dos direitos humanos na Palestina/Israel. A ênfase recai em sua defesa da pertinência de se utilizar a tipificação de apartheid para definir a situação como um todo ou as políticas do Estado israelense para com o povo palestino. Concomitantemente, são abordados temas como os vínculos entre apartheid, colonialismo e limpeza étnica, a atuação dos relatores especiais designados pelo CDH-ONU, o Tribunal Penal Internacional, antissionismo e antisemitismo e as distintas interpretações acerca do apartheid na Palestina/Israel.

*Palavras-chave:* Apartheid. Colonialismo. Israel. Palestina. Direitos humanos.

## ABSTRACT

In this interview with Professor Richard Falk, several themes of his rapporteurship on the situation of human rights in Palestine/Israel are addressed. The emphasis is on his defense of the relevance of using the apartheid typification to define the situation as a whole or the policies of the Israeli State towards the Palestinian people. At the same time, topics such as the links between apartheid, colonialism and ethnic cleansing, the role of the special rapporteurs appointed by the UNHRC, the International Criminal Court, anti-Zionism and anti-Semitism and the different interpretations of apartheid in Palestine/Israel are addressed.

*Keywords:* Apartheid. Colonialism. Israel. Palestine. Human rights.

1 \* A presente entrevista é parte de uma pesquisa realizada com apoio do CNPQ.

2 Docente no departamento de história da UFPR, [fabioacila@gmail.com](mailto:fabioacila@gmail.com).

A acusação de que o Estado de Israel comete o crime de apartheid já é antiga, figurando em artigos e livros de intelectuais palestinos e israelenses, desde o final do século passado, e dentro do sistema ONU, desde a primeira década do novo milênio (DUGARD; REYNOLDS, 2013; WINSTANLEY, 2021). Contudo, o tema ganhou muita projeção internacional mais recentemente, a partir do final da segunda década do século XXI, devido à Lei Básica de Israel como Estado Nacional exclusivo do povo judeu (WOOTLIF, 2018; NASSAR, 2018). Essa legislação supremacista ignora a presença e os direitos do povo palestino no mesmo território e legitima a colonização da Cisjordânia como um “valor nacional”. Sua aprovação pelo parlamento israelense, em 2018, influenciou e fundamentou a publicação de relatórios e posicionamentos públicos de ONGs locais e internacionais com grande visibilidade, como a Yesh Din (2020), B’Tselem (2021), Human Rights Watch (2021) e, mais recentemente, Anistia Internacional (2022). Vale destacar o pioneirismo das ONGs palestinas, que mesmo antes da década de 2010 têm defendido essa tese, inclusive na relatoria paralela encaminhada ao guardião da Convenção Internacional para a Erradicação de Todas as Formas de Discriminação Racial (AI-HAQ, 2012; 2019; BADIL, 2012).

O professor Richard Anderson Falk ocupa um lugar central na projeção internacional desse debate, que já havia sido proposto de modo sucinto por John Dugard, em 2007, como seu antecessor imediato na relatoria especial designada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para averiguar a situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), desde 1967 (DUGARD, 2007). Após o final de seu mandato especial, em 2014, Falk retomou e aprofundou a tese do apartheid israelense em relatório encomendado pela Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA), em 2017 (FALK, 2010; 2011; 2012; 2014b; FALK; TILLEY, 2017). Este documento teve ampla repercussão, servindo de fundamento da relatoria posterior de distintas ONGs (AL-HAQ, 2019; HUMAN RIGHTS WATCH, 2021; AMNESTY INTERNATIONAL, 2022).

Quanto a Falk, nascido em 1930 nos EUA, é professor emérito de direito internacional na Universidade de Princeton e dono de uma vasta produção bibliográfica, que é tanto teórica sobre o direito e as instituições internacionais quanto empírica, como sobre a Palestina/Israel (FALK,

2009; 2012; 2014; 2014a; 2017). Paralelamente, Falk tem uma trajetória de ativismo, inclusive em organizações intergovernamentais (com mandatos atribuídos por órgãos da ONU) e a atualização constante de um blog pessoal. Destaca-se, especialmente, a relatoria especial sobre a situação dos direitos humanos nos TPO (exercida entre 2008 e 2014) e a publicação, em 2017, de um influente relatório detalhando a prática do crime de apartheid pelo Estado de Israel, sob encomenda da United Nations Economic and Social Commission for Western Asia (ESCWA) e em co-autoria com a professora Virginia Tilley. Esta que, em 2009, já havia publicado um robusto relatório sobre o tema, influenciada pelas considerações do antecessor de Falk na relatoria especial, John Dugard (TILLEY, 2009; FALK; TILLEY, 2017).

Conforme o Professor Falk, suas atividades ligadas à temática remontam há mais de cinquenta anos, envolvendo tanto um esforço acadêmico de compreensão quanto o que chama de “uma expressão de solidariedade mais pessoal com a luta palestina por direitos básicos”. Ele próprio define esse engajamento com a questão como exemplo do que chama de “saber engajado”<sup>3</sup>, sendo uma expressão disso um artigo publicado ainda no final dos anos 1960 sobre o uso excessivo e ilegal de força pelo Estado de Israel. Mas, seu envolvimento com a questão se intensificou a partir dos anos 1980, quando passou a abordar o tema com mais frequência em textos e palestras, até ser apontado para compor uma missão da ONU de apuração dos fatos nos TPO, liderada por Dugard. Falk enfatiza a campanha de difamação empreendida contra ele, tentando o desqualificar como antissemita, ainda que ele próprio tenha uma identidade judaica. Mais detalhes biográficos podem ser encontrados em sua recém-publicada autobiografia, intitulada “Intelectual público: a vida de um cidadão peregrino” (“Public Intellectual: The Life of a Citizen Pilgrim”) (FALK, 2021).

A presente entrevista com o professor Falk foi realizada no dia 23 de agosto, de 2021 (às 10:30, horário de Brasília, 16:30, horário da Turquia, onde o entrevistado se encontrava). A transcrição foi encaminhada a Falk para fazer correções que julgasse necessárias. Ele retornou por email com o presente texto, no dia 27 de fevereiro de 2022. Essa entrevista é parte de um

projeto de pesquisa, submetido e aprovado em edital do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPQ), de 2018.

**Entrevistador:** Saudações Professor Richard Falk. Para fins introdutórios, você poderia destacar as principais passagens de sua biografia que estão relacionadas com sua consistente pesquisa e relatoria especial sobre a situação dos direitos humanos dos palestinos? De onde você começou e como você chegou a este tópico?

**RF:** Bem, essa é uma longa questão, porque eu comecei há muito tempo. Em certo sentido, meu engajamento mais sério com Israel/Palestina começou há mais de 40 anos e tento explicar isso em meu livro de memórias, recentemente publicado, que tem como título: “Intellectual público: a vida de um cidadão peregrino”, com um capítulo dedicado a Israel Palestina. Expliquei nele que minha amizade com Edward Said e Eqbal Ahmed foi muito importante para me persuadir a me envolver mais ativamente com Israel/Palestina. Desde o tempo em que eu era estudante de pós-graduação, já simpatizava com a luta dos palestinos, mas realmente não fazia muito trabalho acadêmico ou ativista relacionado à Palestina. Escrevi um artigo no *American Journal of International Law*, no final da década de 1960, sobre o uso excessivo e ilegal da força por parte de Israel quando retaliou um ataque terrorista ao lançar seu próprio ataque ao aeroporto de Beirute, destruindo muitos aviões. Mas meu interesse mais sério na luta palestina remonta aos anos 1980 e 1990, quando escrevi e palestrei bastante sobre essas questões, até ser nomeado, no ano 2000, para uma missão de apuração de fatos, liderada pelo jurista sul-africano John Dugard, mas também com um terceiro membro, o ex-ministro das Relações Exteriores de Bangladesh, Kemal Hussain. A missão visitou Gaza, em particular, e também a Cisjordânia, em 2000, e entrevistamos um grande número de pessoas tanto nos TPO quanto em Jerusalém Oriental. Então, o próximo envolvimento de maior dimensão foi entre 2008 e 2014, quando sucedi John Dugard como relator especial para os direitos humanos nos TPO. Neste período dos últimos 20 anos, publiquei dois livros sobre a Palestina. Eu sou muito ruim em lembrar os títulos dos meus próprios livros, mas um deles é “Palestine: The Legitimacy of Hope” e o outro acho que é intitulado “Palestine’s Horizon: Toward a Just Peace”. De qualquer modo, fui muito ativo nos anos de 2008 a 2014, como

consequência da posição da ONU como relator especial. Nessa função fui alvo de inúmeros ataques pessoais, particularmente enfatizando o fato de eu ter uma identidade judaica. Uma importante organização judaica, o Simon Weisenthal Center, publica a cada ano uma lista dos dez antissemitas mais perigosos do mundo e eles, de certa forma, me lisonjearam ao me listarem como o terceiro. As únicas pessoas que estiveram à minha frente foram o guia supremo do Irã e o primeiro-ministro da Turquia. Isso me fez sentir que deveria estar fazendo um trabalho eficaz na ONU.

Além disso, fui muito atacado de forma difamatória pela “UN Watch”, uma ONG sediada em Genebra que se esforça para ecoar fielmente uma postura pró-Israel e pró-sionista. Espero que este seja um resumo sucinto, mas satisfatório da minha atividade, envolvendo tanto o esforço acadêmico para entender o conflito em vários estágios quanto uma expressão mais pessoal de solidariedade com a luta palestina por direitos básicos. Meu envolvimento profissional/pessoal é um exemplo do que chamo de “saber engajado”, complementado por interlúdios de engajamento ativista de diferentes tipos. Tenho um blog pessoal, que enfatiza bastante meu interesse e preocupação com as questões derivadas da relação Israel/Palestina. Talvez eu deva parar essas reflexões aqui. Se você tiver mais alguma questão relacionada, é só falar.

**Entrevistador:** Você falou sobre muitos assuntos sobre os quais precisamos nos aprofundar. Ouvindo você agora, o conceito de intelectual parece interessante para relacionar com sua pesquisa. Você conhece esse conceito?

**RF:** Bem, eu estava vagamente ciente da ideia, especialmente ao pensar no trabalho e na carreira de Jean Paul Sartre e amigos, como Edward (Said) e Noam Chomsky, como intelectuais públicos, porque eu mesmo não me sentia como tendo esse tipo de destaque. Foi mesmo a minha editora que foi insistente que eu desse como título de minhas memórias a expressão ‘intelectual público’, que por acaso foi publicada há alguns meses e representa um panorama de minha vida e obra como exemplo de cidadania engajada. Minha editora sentiu que a melhor maneira de expressar essa orientação era me declarar como “um intelectual público”, no sentido de sair do armário no qual muitos acadêmicos escondem sua verdadeira identidade política.

**Entrevistador:** Um dos pontos mais perspicazes de seus relatórios como relator especial é chamar a atenção para questões terminológicas. Em 2010, você destacou a necessidade de abandonar descrições aparentemente neutras de evidências factuais usando uma linguagem mais adequada para capturar seu significado mais amplo. Você exemplifica com conceitos como aneção, limpeza étnica, apartheid, colonialismo e criminalidade. Também nesse sentido, em um relatório de 2014 você mencionou explicitamente “os objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel”. Você poderia aprofundar sua reflexão sobre a importância de se adotar o paradigma interpretativo do apartheid? Quais seriam os ganhos teóricos disso?

**RF:** Sim, concordo que a forma como a linguagem é usada é uma questão muito significativa, mas muitas vezes negligenciada, especialmente para assuntos controversos. Também chama nossa atenção neste contexto porque Israel goza do benefício de um forte apoio geopolítico, sendo uma dimensão disso certo controle sobre o discurso por meio do qual a questão é articulada. E parte do que torna o controle discursivo eficaz é o uso de uma linguagem que é enganosamente apolítica e de caráter amoral. O objetivo dessa linguagem despolitizada é obscurecer a natureza essencial da relação entre Israel e os palestinos, que é de dominação, vitimização e exploração. Em contraste, a forma hegemônica de descrever a relação é como se fosse simétrica e um problema que persiste devido à igual irresponsabilidade de ambos os lados. Em minha opinião a linguagem nesse tipo de contexto precisa capturar o núcleo essencial da relação, que neste caso é muito distorcido pela criação de falsas impressões de simetria entre as partes.

A assimetria central entre Israel e Palestina é melhor comunicada pela adoção da terminologia associada a um estado de apartheid, que tem sido cada vez mais aceita em círculos objetivos da sociedade civil (inclusive nos últimos dois anos pela principal organização de direitos humanos do mundo) e descreve a supremacia judaica em relação ao povo palestino e reivindicações contestadas de soberania territorial. Sugerir isso em várias ocasiões. Israelenses proeminentes, nas discussões internas invariavelmente realizadas em hebraico, vieram eles próprios advertindo há muito tempo que a imagética do apartheid se tornaria relevante se um acordo de paz negociado não fosse alcançado e implementado. Com efeito, Israel se tornaria e seria

visto como um Estado de apartheid se as realidades presentes não fossem transformadas, de maneira a tornar a linguagem da simetria genuinamente descritiva das relações entre judeus e palestinos tanto na ‘terra entre o rio e o mar’ quanto no além, de modo a garantir a inclusão de refugiados e exilados involuntários.

Essas reflexões internas israelenses que remontam a David Ben Gurion, o primeiro presidente de Israel, sempre foram feitas em hebraico e destinadas apenas ao público judeu em Israel. Se alguém se atreveu a usar a palavra apartheid internacionalmente com referência a Israel, foi atacado como um recurso inflamatório ao antisemitismo, mesmo que proferida apenas como uma advertência sobre o que poderia acontecer se um acordo de paz não fosse estabelecido. Jimmy Carter, em 2006, publicou um livro com um título evocativo, “Paz ou Apartheid”. Por sua tentativa de evitar uma futura realidade racista para os dois povos, Carter foi atacado injusta e cruelmente por supostamente dar ajuda e respaldo a visões antisemitas. Na verdade, tal abordagem foi cautelosa, pois na opinião de observadores próximos Israel já era um Estado de apartheid, e o desafio seria melhor entendido como similar ao da África do Sul, ou seja, desmantelar um sistema de governança de apartheid já existente.

Acho que a força da alegação do apartheid é tal que desperta uma pronta resposta protetora até mesmo dos partidários liberais de Israel, porque expõe com base nas políticas e práticas israelenses o caráter essencial da relação entre judeus e palestinos. De modo um tanto surdo, a alegação de apartheid foi indiretamente validada em Israel pela Lei Básica de 2018, que afirma descaradamente o domínio do povo judeu e o direito exclusivo dos judeus à autodeterminação dentro das fronteiras de Israel, que são de fato estendidas ainda mais além pela inclusão dos assentamentos, lar ilegal para várias centenas de milhares de judeus vivendo nos TPO. Cada vez mais, acho que o apartheid tem sido aceito por ativistas da sociedade civil como a maneira apropriada de focar a atenção no cerne dessa relação conturbada. Os principais canais de mídia e os espaços diplomáticos intergovernamentais ocidentais continuam a evitar a terminologia do apartheid e a discutir as relações Israel/Palestina em linguagem simétrica e normativamente neutra, apesar de suas bem documentadas distorções da realidade.

Não há dúvida de que um importante local de luta é essa batalha terminológica sobre a melhor forma de denominar essa relação entre palestinos e judeus, especificamente se o apartheid deve ser reconhecido ou não. A abordagem do apartheid começou a ganhar terreno em 2017, quando um relatório de autoria conjunta escrito por Virginia Tilley e por mim e a pedido da ONU foi divulgado. Nosso relatório foi um estudo encomendado pela ESCWA. Quando o relatório foi divulgado, imediatamente teve um impacto, sendo amplamente lido em todo o mundo. Isso gerou uma discussão muito incendiária no Conselho de Segurança da ONU, no qual a embaixadora dos EUA na época, Nikki Haley, exigiu que o novo secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, repudiasse imediatamente o relatório, ou sofresse as consequências. Na verdade, este ataque ao relatório deu-lhe uma publicidade ainda maior do que teria recebido de outra forma e deu à sua publicação um impacto adicional. Infelizmente, o secretário-geral, obediamente, instruiu a diretora da ESCWA, Rima Khalaf, a repudiar o relatório e removê-lo do site da ONU. Ela se recusou e renunciou, ao invés de seguir tal ordem. Foi nomeado um novo diretor que, de fato, removeu o relatório do site. Mas o relatório nunca foi oficialmente repudiado pela ONU. Na verdade, o relatório exibia um aviso de isenção de responsabilidade, que indicava claramente que estávamos falando como especialistas acadêmicos e não em nome da ONU. Também afirmava que a ONU não estava comprometida de forma alguma com as perspectivas que desenvolvemos no relatório. Para mim, este incidente foi uma triste exposição da fraqueza da ONU, mesmo em questões de liberdade de expressão.

**Entrevistador:** Este relatório influenciou muito a bibliografia especializada e os relatórios paralelos enviados por ONGs críticas da situação ao Comitê de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Eu li esses relatórios no banco de dados da ONU e quase todos fazem referência ao relatório da ESCWA. Me parece que esse relatório constitui um ponto de virada e vale destacar que foi publicado um ano antes da Lei Básica de Israel como Estado-nação do povo judeu, que tornou explícita a questão do apartheid.

**RF:** Sim, concordo que parece ter sido um ponto de virada no que diz respeito ao reconhecimento da importância de avaliar o comportamento de



Israel pela ótica do apartheid. Como mencionei anteriormente, até mesmo a Lei Básica de Israel reconhece a dominação estrutural essencial de uma raça sobre outra. E então, em 2021, a B'Tselem, a ONG israelense de direitos humanos amplamente respeitada, divulgou seu relatório sugerindo que, de fato, Israel era culpado do crime de apartheid não apenas nos territórios ocupados, mas também dentro de Israel. Isto foi seguido por um relatório muito longo da Human Rights Watch de alguns meses atrás, que validou de forma abrangente e deu ainda mais sustentação às alegações que fizemos no relatório de 2017. Esse processo de confirmação da terminologia do apartheid seguiu quando a Anistia Internacional divulgou um relatório exaustivo e recomendou que a ONU e os Estados soberanos tivessem responsabilidade legal de tomar medidas concretas, incluindo a imposição de um embargo de armas para suprimir e punir o crime internacional contínuo de apartheid. Devo enfatizar uma distinção que separa minha concepção do apartheid israelense daquela descrita por John Dugard. Ela também difere do relatório da B'Tselem e da Human Rights Watch. A principal distinção é que os relatórios da ESCWA e da Anistia Internacional enfatizam o maior alcance do apartheid afetando o povo palestino, incluindo os refugiados em países vizinhos e os exilados involuntários. Já os demais relatórios adotam tratamentos mais territoriais do apartheid de Israel ao identificar como seu escopo o território israelense e os TPO, abrangendo do rio Jordão até o mar Mediterrâneo. Tal delimitação territorial esquece que uma parte integrante da grande estratégia de Israel, desde a guerra de 1948, era a dispersão, a expropriação do povo palestino por várias razões, mas acima de tudo para obter e preservar uma maioria judaica votante estável no território sob controle de Israel<sup>4</sup>.

**Entrevistador:** A pergunta a seguir era uma das últimas de nossa entrevista, mas como estamos falando sobre isso agora, vou antecipá-la. O relatório da ESCWA chegou a uma conclusão ampla sobre a necessidade de tratar as políticas do Estado de Israel em todos os territórios sob seu controle de maneira inter-relacionada. Antes do relatório da ESCWA, eu li essa constatação no veredito do Tribunal Russell (2011) e nos trabalhos de Ran Greenstein

4

<sup>4</sup> É necessário destacar que, Richard Falk adicionou esse trecho na revisão escrita, pois o relatório da Anistia Internacional foi publicado após a entrevista.

(2015; 2020) sobre o assunto. Professor Falk, acho que é importante saber como você e a professora Tilley chegaram a essa conclusão.

**RF:** Devo salientar que Uri Davis, um estudioso israelense, publicou dois livros sobre o apartheid e, já em 1989, chegou à conclusão, com base em uma análise cuidadosa, de que o projeto sionista, por sua própria natureza, levou quase inevitavelmente a um resultado de apartheid. Mas, no que diz respeito à nossa perspectiva no relatório da ESCWA, ela resultou em parte da maneira como os termos de referência foram negociados com a equipe da ESCWA. Fomos instruídos a investigar se, em relação às políticas e práticas de Israel, a acusação de apartheid se justificava pela lei internacional. Além disso, esperava-se que avaliássemos, novamente da perspectiva do direito internacional, se era legalmente plausível conectar o apartheid israelense com seus modos de controlar o povo palestino como um todo. Nosso estudo acadêmico, em sua abordagem subjacente, levantou essa questão de definição fundamental, que exigiu confirmação pela investigação das evidências. Depois de revisar as políticas e práticas de governo de Israel, ficamos convencidos de que as evidências apoiavam esmagadoramente a conclusão de que Israel era um Estado de apartheid e considerava o povo palestino o principal alvo de violações sistêmicas, onde quer que esteja. Esta avaliação foi uma consequência direta da tática israelense de dividir e dispersar o povo palestino, que é essencial à sua estratégia distinta de dominação, que inclui - e este é um ponto muito vital e, muitas vezes, ignorado - o compromisso de estabelecer um Estado, que não seja apenas judaico, mas também democrático. Isso foi algo que não foi tentado em nenhum outro lugar, principalmente na África do Sul. Seria impraticável. Os brancos estavam em desvantagem de três ou quatro para um em relação à população negra africana. No caso contrastante do sionismo, havia o entendimento demográfico de que ele deve ser democrático se conseguir cumprir os valores de seus fundadores e ser aceito internacionalmente como politicamente legítimo. Dado as realidades demográficas, a limpeza étnica tornou-se imperativa para que Israel fosse um Estado do povo judeu e ainda assim democrático. Essa dinâmica deveria estar evidente no decorrer de 1948, quando mais de 700.000 palestinos fugiram ou foram expulsos à força de seus locais de residência em toda a Palestina, com suas aldeias

destruídas. O que mais convincentemente confirma essa interpretação das intenções de Israel é que aos despossuídos foi negado incondicionalmente qualquer direito de retorno, o que é uma violação direta do direito internacional. Essa tática ilegal permitiu aos israelenses estabelecer e sustentar uma maioria demográfica, que ao longo dos anos foi reforçada por várias formas de discriminação, que minam a segurança dos direitos de residência dos palestinos. Por exemplo, se um palestino que vive fora se casa com alguém em Israel, ainda assim lhe é negado o direito de retorno. Esta dimensão demográfica do apartheid israelense tem sido muito importante ao longo da história de Israel e compõe a trágica provação do povo palestino, que perdeu sua terra natal, e até mesmo seu direito de residência, para o colonialismo de povoamento<sup>5</sup>. Esta avaliação não pretende negar que os judeus na Europa, durante a década de 1930, dada a provação do Holocausto, tinham todos os motivos para encontrar um santuário por qualquer meio. No entanto, o desespero judaico não valida, nem exonera de responsabilidade aqueles que cometeram crimes contra o povo palestino. E apesar das demonstrações palestinas de disposição de aceitar a expropriação parcial de sua terra natal, restringindo seu direito de autodeterminação, Israel continua suas táticas expansionistas às custas dos palestinos até hoje, muito depois de ter passado qualquer emergência étnica resultante da experiência nazista.

**Entrevistador:** Eu concordo. Depois de ler o relatório da ESCWA, achei correta a visão de que o apartheid israelense vai além da dimensão espacial restrita dos TPO, pois implica claramente uma dimensão espacial e temporal muito mais ampla. Então, não é apenas o apartheid do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo, é também de 1948 em diante. É muito importante, do ponto de vista teórico, explicar o regime de Israel como regime de apartheid desde o seu início, desde a fundação do Estado. Então, você vincula o apartheid com a limpeza étnica. Você pode aprofundar essa reflexão?

**RF:** Acho que nosso estudo é bastante deficiente nesse aspecto. Não articulou suficientemente bem a dimensão temporal das etapas pelas quais uma abordagem do apartheid foi adotada pelos colonos judeus e pelo movimento sionista. Isso pode ter acontecido porque estávamos muito preocupados em demonstrar que uma compreensão adequada do apartheid israelense deveria

se concentrar no povo vitimado, ao invés de no controle soberano sobre o território contestado ou sobre a terra. Nosso relatório tenta mostrar que essa originalidade do apartheid israelense está ligada a essa necessidade de expulsar ou negar a entrada de não-judeus, com o objetivo de sustentar um Estado judeu que seja percebido como democrático e legítimo. Claro, como você sem dúvida sabe, a discriminação mais arraigada na estrutura legal israelense está contida nas leis de nacionalidade e não nas leis de cidadania, nas quais são traçadas distinções nítidas entre judeus e outros, especialmente palestinos. Na medida em que o relatório abordou a dimensão temporal, seu foco esteve em defender uma abordagem centrada nas pessoas, o que impulsionou a análise das políticas e práticas israelenses em certas direções ao longo do tempo. Há um esforço contínuo de Israel para estender seus fundamentos territoriais de maneira segura. Para fazer isso, Israel precisa permanecer alerta aos perigos da chamada bomba demográfica, especialmente ameaças à manutenção de uma maioria judaica robusta. Tais ameaças estão associadas às taxas mais altas de fertilidade palestina e à emigração israelense, o que obviamente reduz o tamanho da população judaica em Israel. Esse fator demográfico tem sido uma fonte contínua de ansiedade israelense e ajuda a explicar em parte por que a extensão territorial de Israel para incluir os Territórios Ocupados aumenta os riscos de superação da maioria judaica, especialmente se for garantida plena cidadania israelense a todos os palestinos vivendo na Palestina atualmente ocupada, de modo a manter a credibilidade das reivindicações de Israel ser uma democracia. Isso explica a relutância de alguns israelenses em favorecer a incorporação formal da Cisjordânia, pois tal ampliação territorial de Israel obrigaria a uma escolha entre democracia e a garantia de uma maioria judaica. Se toda a Palestina ocupada for absorvida por Israel, isso tornará as duas populações, totalizando quatorze milhões de pessoas, aproximadamente iguais. Essas preocupações também explicam a disposição de Israel de tratar Gaza separadamente e até mesmo esperar que Gaza se torne um Estado independente ou uma região autônoma dentro do Egito ou da Jordânia. Separar Gaza do todo ajuda Israel a lidar com suas preocupações demográficas e, ainda, permite que Israel siga reivindicando a realização do sonho sionista final de um Estado judeu abrangendo toda a chamada Terra Prometida.

**Entrevistador:** É perfeita essa elaborada reflexão, que aponta direto para o cerne da questão, pelo menos do meu ponto de vista. Mas, diferentes relatórios sobre o assunto fazem outra abordagem, especialmente mais limitada, como o relatório de Virginia Tilley (2009) ao Conselho Sul-Africano de Pesquisa em Ciências Humanas, que se fundamenta no relatório do Professor Dugard (2007), como relator especial, que se limitou também ao cometimento do crime de apartheid nos TPO. Então, você mencionou antes que os livros de Uri Davis são muito importantes. Além desses, há outros relatórios ou autores que foram importantes para vocês chegarem às conclusões do relatório encaminhado à ESCWA?

**RF:** Bem, acho que, para mim, pessoalmente, fui de certa forma um estudioso das relações raciais e do apartheid, por causa da minha experiência na África do Sul. Em 1968, fui observador oficial, representando a Comissão Internacional de Juristas em um julgamento político muito importante em Pretória e escrevi um relatório sobre essa experiência, que expôs o caráter do apartheid como um modo existencial de governança. Isso, sem dúvida, influenciou meu futuro, pensando sobre essa questão. Ademais, tive a oportunidade de, mais tarde, conhecer muitos dos líderes do Movimento de Libertação da África do Sul, incluindo Nelson Mandela e sua primeira esposa, Winnie Mandela. Minha compreensão do apartheid israelense se desenvolveu tendo como contraste essa experiência direta do apartheid sul-africano. Ainda, no decorrer de minha visita, em 1968, conheci John Dugard, que era um dedicado oponente do apartheid, embora se reivindicasse como um sul-africano respeitador da lei. O estilo liberal de Dugard mostrava que você podia se opor legitimamente ao apartheid dentro da ordem jurídica que prevalecia ou, em outras palavras, usar a lei na medida do permitido como uma ferramenta para enfraquecer a base ideológica e política do apartheid. John nasceu e cresceu na África do Sul e foi muito influenciado por sua oposição ao apartheid, desde criança. Tive uma experiência muito diferente, sendo um forasteiro, tanto na África do Sul quanto depois em Israel/Palestina. E isso pode explicar em partes a diferença nas abordagens que fazemos. Meus esforços para expor e se opor ao apartheid israelense cresceram de minha experiência de servir como relator especial da ONU para a Palestina ocupada, entre 2008 e 2014. Nesse papel, comecei

a entender a política de fragmentação perseguida por Israel e sua gestão distinta das relações raciais, que faz o possível para conciliar a supremacia judaica com uma fachada democrática das relações Estado/sociedade.

**Entrevistador:** Então, como você interpreta a mudança de perspectiva de Virginia Tilley entre o relatório que ela encaminhou ao Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas da África do Sul e o relatório da ESCWA, escrito quase uma década depois? Foi a colaboração com você? Pergunto, pois no primeiro documento ela partiu da abordagem restrita aos TPO para averiguar a pertinência da tipificação de apartheid do direito internacional enquanto no segundo vocês chegaram a uma interpretação teórica mais ampla da situação.

**RF:** Do ponto de vista político, senti que não era tão importante enfatizar a divergência entre as diferentes abordagens do apartheid no contexto israelense. Achei que o mais importante era normalizar a aceitação da alegação central de que Israel é um Estado de apartheid e adiar os debates sobre como descrever seu escopo e características específicas. Agora que tem sido alcançado um maior esforço da sociedade civil, pode ser apropriado considerar qual definição de apartheid israelense é mais compatível com a obtenção de uma eventual paz justa que proteja os direitos humanos de ambos os povos.

**Entrevistador:** Professor, a próxima questão está relacionada a essa discussão. Quando você sucedeu Dugard como relator especial da ONU, qual foi sua impressão inicial acerca da relatoria dele? Você já falou um pouco sobre isso, mas quero que aprofunde esse ponto, pois li em um artigo que Dugard (2013) escreveu com o professor Reynolds que você não teria corroborado desde o início com a conclusão dele sobre a questão do apartheid e que você teria mudado seu ponto de vista, talvez, somente após a leitura do relatório de Tilley (2009). Pode fazer uma cronologia de sua interpretação?

**RF:** Você levanta uma questão interessante. Infelizmente, não tenho uma lembrança clara dessa sequência. Eu acho que antes de fazer o relatório da ESCWA, eu não pensava muito sobre as características específicas do apartheid israelense, eu o percebia como um sistema que discriminava racialmente e o fazia para facilitar a dominação contínua dos judeus dentro

de uma sociedade essencialmente não judaica. Foi somente depois que embarquei no estudo da ESCWA, que ficou claro para mim que a originalidade da abordagem do apartheid israelense foi influenciada pelas características específicas do projeto sionista, incluindo o fato de ser um Estado colonial, ou seja, um projeto colonial de patrocínio europeu, que só poderia ser estabelecido nadando contra a corrente da história. Portanto, há características especiais do contexto que informaram muito o desenvolvimento de nossa conceituação de apartheid no estudo da ESCWA. Enquanto isso, acho que John Dugard aderiu à conceituação de apartheid a partir da África do Sul e tentou aplicar esse modelo a esses aspectos das modalidades israelenses de controle político.

**Entrevistador:** Eu fiz uma entrevista com o professor Dugard antes desta com você e, então, nós também falamos sobre isso. Na ocasião, eu também fiz algumas perguntas sobre as diferenças nas interpretações. Ouvindo você agora, se eu interpretei corretamente, vocês dois partem de diferentes perspectivas. Você faz uma interpretação teórica mais ampla, partindo das ciências humanas, do conceito de colonialismo, enquanto que a tipificação da Convenção Internacional de Supressão e Punição do Crime de Apartheid da ONU (1973) é central para Dugard. Se eu não estiver equivocado, em 2010, você, como relator especial, apontou para a questão do apartheid e reiterou o pedido para a Corte Internacional de Justiça fazer um inquérito sobre a questão. Então, como podemos compreender o lapso temporal entre a conclusão inicial de Dugard, de 2007, e a sua, apenas em 2010? Por que você levou três anos para chegar na mesma conclusão? Esta é uma questão que, às vezes, me pego pensando.

**RF:** Você faz uma pergunta natural e eu darei o meu melhor para responder. Primeiro, John Dugard vem de uma concepção muito mais europeia de direito e da relação entre direito e política. Minha formação reflete mais uma visão americana do direito, que enfatiza a não separabilidade do direito da política e da moralidade. A visão europeia do direito e do direito internacional é discutida sob o rótulo de positivismo jurídico ou positivismo, enquanto a abordagem americana é discutida como caracterizando um “realismo jurídico”. Essas diferenças jurisprudenciais explicam em parte nossas abordagens divergentes. Quanto ao lapso de tempo, o intervalo que

you mentioned it when I assumed the position of special rapporteur the first time. Initially, I was preoccupied in trying to obtain some familiarity with the details of the occupation, since it was my central task to report on it from the perspective of international humanitarian law. I did not, at first, look at the broader character of the Israeli enterprise. With this perspective, I felt that the use of the word *apartheid* did not seem to me so significant as these other questions relating to the specific policies and repressive practices of Israel. Gradually, I convinced myself that it was crucial to look at the broader structural character of this repression, in order to understand better the logic of the various violations that occur to the human rights of the Palestinians. It was then that I began to understand the policy of fragmentation and what I call the “politics of deflection”<sup>6</sup> by which the government of Israel and its supporters try not properly to avoid the substance of the violations alleged, but instead devote their energies to discrediting the subjects or institutional vehicles that transmit the substantive denunciations. Whether at the UN or as an individual rapporteur, the Israeli reaction is a question of trying to reach the messenger instead of responding to the message. This tactic became very pronounced in the form that Israel dealt with the criticisms of the era, probably from 2005 to 2010. Before that, Israel and its supporters tried to respond to specific criticisms with interpretations of facts and their own legal arguments. Now the substantive argument seems very marginal to them and the emphasis in the response concentrates much more on the fact that their critics are, supposedly, practicing antisemitism. In the process of this effort, Israel promoted the adoption of a definition very broad of antisemitism, which can be read as including all forms of harsh criticism of Israel (even those well founded in facts and in the law) or accusing it when other abuses of power by states would be supposedly worse. This general style of response shows that the proper UN is accused of attacking Israel and of antisemitism institutionally, while the real role of such calumny is irresponsible: it is to permit that the US challenge the international consensus on the Palestinian struggle and protect Israel from criticism that is justifiable.



**Entrevistador:** Essas reflexões nos permitem antecipar a última pergunta de nossa entrevista. Mesmo aqui, no Brasil, estamos enfrentando uma tentativa legal de criminalizar as críticas às práticas do Estado israelense como sendo expressões de antisemitismo. A proposta de lei aqui é muito ambígua, “classificando muitas críticas ao Estado de Israel como antisemitismo” (BRASIL, 2020). Então, o que realmente são “muitas críticas”? Acho que definir a situação como resultando em um regime de apartheid se enquadra em “muitas críticas”. Considerando isso após ouvir você, penso que chegamos em um ponto no qual Israel não pode continuar a esconder a situação, porque sua “fachada democrática” se estilhaçou depois da Lei Básica de 2018. Então, uma possível alternativa seria tentar promover uma censura política. O que você acha?

**RF:** Esta pergunta é uma maneira perspicaz de colocar minha resposta anterior. Israel colocou grande ênfase e fundos consideráveis em uma campanha internacional para desacreditar e até criminalizar as críticas e se opor à campanha do BDS\*, tudo parte de sua estratégia defensiva para evitar ter que responder às críticas mais reais e substantivas. Vejo que isso também está relacionado a políticas de direita em vários países, incluindo Brasil, EUA, Índia, talvez alguns outros, que se identificam com o Estado de Israel e seu poder racialmente exclusivista. Essa tentativa nacional de destruir a liberdade de expressão e a ação política não violenta em países democráticos é um efeito colateral desses esforços geopolíticos para proteger Israel de críticas justificáveis e iniciativas de solidariedade tipificadas pelo BDS. Se você se lembra, a campanha do BDS, que fez muito para enfraquecer e isolar a África do Sul, nunca foi contestada nos EUA e em outros lugares, mesmo por seus oponentes, como algo criminoso ou imoral. Eu era ativo no esforço americano de BDS. Foi tratado como uma forma não violenta legítima de participação e pressão política. Embora as forças conservadoras, particularmente naqueles anos da Guerra Fria, se opusessem ao BDS por motivos estratégicos, elas nunca questionaram os motivos dessa defesa. Trata-se de algo singularmente ligado à experiência israelense, fruto de sua força geopolítica derivada das relações especiais com os Estados Unidos. O resultado equivale à reprodução da vitimização em massa experimentada

pelos judeus (e outros) no Holocausto, biblicamente racionalizado como “destino nacional”.

**Entrevistador:** Há um debate internacional sobre as memórias do Holocausto e seus usos e abusos. Particularmente, prefiro os escritos de Hajo Meyer (2007). Acho que ele é muito corajoso e fez comparações muito pertinentes sobre o nazismo e Israel. Mas esta é uma questão que vai além da nossa conversa. Se decidirmos falar sobre tudo isso, nunca terminaremos. Professor, em um de seus relatórios, o senhor fez referência ao relatório inicial de Virginia Tilley (2009) e o descreveu como “muito confiável e convincente”. Você pode falar sobre a influência deste primeiro relatório em suas conclusões e sobre sua colaboração com ela no relatório da ESCWA?

**RF:** Sugeri a colaboração com Virginia porque conhecia seu excelente trabalho sobre o racismo e as questões do apartheid. A ESCWA havia me abordado inicialmente e pensei que poderíamos colaborar efetivamente porque fiquei muito impressionado com o trabalho dela em nome do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas. Eu pensei que este novo projeto poderia ser uma extensão dele. Ela acabou sendo uma colaboradora muito conscienciosa, conhecedora e eficaz, especialmente ao retratar as políticas e práticas específicas do apartheid israelense. Há alguma continuidade entre o relatório da ESCWA e minha própria ênfase, que foi gradualmente mudando na direção de tentar desenvolver uma compreensão do que estou chamando de originalidade do apartheid israelense, ao invés de fazer o movimento errado de tentar mostrar uma semelhança suficiente com o apartheid sul-africano. Acredito que houve uma tentativa anterior de considerar a natureza do apartheid como definida pela experiência da abordagem sul-africana. Levei algum tempo para ganhar alguma distância dessa abordagem e sentir que um modo de investigação mais apropriado seria primeiro identificar a característica central da dominação racialmente motivada e, em seguida, tentar compreender as características pelas ela foi alcançada e sustentada dentro do cenário nacional de um determinado país.

**Entrevistador:** Professor, você já falou brevemente sobre a posição especial de Gaza. Como devemos entender ou situar sua localização no sistema israelense de apartheid? Pergunto isso porque, há algum tempo, li o artigo de Darryl Li (2005) sobre Gaza como a última etapa da ocupação israelense.

No entanto, com o relatório da ESCWA, avançamos muito na consideração do apartheid israelense. Então, você concorda que Gaza é o estágio final dos bantustões palestinos ou algo assim?

**RF:** Acho que há diferentes maneiras de pensar em Gaza em relação ao imaginário de Israel de um futuro desejável. Uma dessas projeções é coexistir indefinidamente com Gaza como se fosse um bantustão hostil sujeito ao controle israelense indireto, mas absoluto. Tal “solução” não é muito estável. A própria classe política israelense está dividida sobre o futuro de Gaza dadas suas prioridades. Desde que o “plano de retirada” de Ariel Sharon foi operacionalizado, Israel assumiu a posição de que não tem mais responsabilidades legais para implementar a Quarta Convenção de Genebra como potência ocupante. A comunidade internacional continua a ver Israel como o ocupante, formalmente responsável se não cumprir a lei internacional. À medida em que as idéias políticas sobre o futuro de Gaza são nossa preocupação, por causa da dimensão demográfica que discutimos anteriormente, Israel não quer que Gaza seja parte de um Estado israelense expandido. Prefere que Gaza permaneça como uma espécie de bantustão, sujeito a controle e a intervenções periódicas, como tem sido o caso nos últimos dezessete anos. Ainda melhor da perspectiva de Israel seria confiar ao Egito ou à Jordânia a responsabilidade de administrar Gaza de forma a minimizar as ameaças à segurança de Israel. As três opções são realmente continuar a situação atual de controle indireto, intervenção militar, policiamento e confinamento da população em um espaço fechado e superlotado ou permitir que Gaza se torne de alguma forma independente como entidade, como parte de algum tipo de futuro acordo com os palestinos ou como parte da Jordânia ou do Egito. Essas parecem ser as três visões que atualmente são proeminentes nas considerações sobre o futuro de Gaza.

**Entrevistador:** Já falamos sobre isso também. No entanto, olhando para a situação como um todo hoje, a questão do apartheid está mais evidente no debate internacional. O que você pensa sobre isso, sobre o impacto da Lei Básica de Israel como um Estado nacional judaico e a situação como um todo? Podemos compará-la com a vitória do Partido Nacional na África do Sul, em 1948?

**RF:** Eu acho que os israelenses, até recentemente, estiveram relutantes ou talvez divididos quanto a admitir abertamente que seu relacionamento com os palestinos é um de dominação exploradora, ou mesmo admitir que é baseado em formas mais sutis de dominação indireta. Qualquer relutância que tenha existido alguma vez é realmente coisa do passado. A Lei Básica de 2018 é significativa, porque rompeu com essa tentativa de fazer as duas coisas: ser internacionalmente percebida como democrática, ainda que haja de maneira antidemocrática e racista. Isso confundiu a comunidade internacional ou partes dela no Ocidente. Apesar de décadas de abuso ilegal, Israel mantém em grande parte seu status de ator político legítimo. Existem temores crescentes entre os israelenses de que o país esteja em processo de ser relegado à situação da África do Sul nos últimos anos do apartheid, o que envolveu ser tratado como um Estado pária e, como tal, ser excluído dos eventos esportivos e culturais internacionais, sujeito a boicotes, pressões e reprovações com consequências tangíveis, incluindo censuras e sanções endossadas pela ONU. Israel quer evitar tal futuro. A questão é se a proteção geopolítica prestada pelos EUA será suficiente para permitir que Israel continue sendo tratado como legítimo apesar de suas características de apartheid. A alternativa política, refletida na Lei Básica de 2018, é abrir mão de suas pretensões mais democráticas com uma mudança em sua postura de relações públicas: “Não nos importamos mais se as sociedades estrangeiras respeitam nossa legitimidade. Somos um Estado de fato, operando como julgamos necessário e desejável para nossa segurança e para a realização futura de nossos objetivos nacionais”. Israel enfrenta cada vez mais essa escolha de insistir na ambiguidade de suas estruturas sociais/estatais ou abraçar sua identidade de apartheid apesar da desaprovação.

**Entrevistador:** Você relacionou muito bem a situação atual com a eleição de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Modi e outros, possivelmente porque eles mantêm uma perspectiva de extrema direita de que o que Israel faz é legítimo. No entanto, considerando a cronologia da situação, vamos falar um pouco sobre Oslo. Como você avalia o chamado “processo de paz”? Pergunto isso porque, geralmente, na bibliografia, Oslo é interpretado como constituindo um momento ou período específico na cronologia do apartheid

israelense. Como podemos relacionar essas duas coisas? Estamos quase trinta anos depois de Oslo.

**RF:** Acho que Oslo, seja pela forma como foi planejado seja pela forma como se desenrolou foi um processo diplomático muito desigual e, como tal, certamente não um processo de paz genuíno. Oslo deu a Israel o tempo necessário para consolidar a expansão dos assentamentos na Cisjordânia, sendo estes um empreendimento que contradisseram e minaram o que era um entendimento generalizado de que o propósito de Oslo era pavimentar o caminho para o estabelecimento de um Estado palestino soberano, viável e independente. Estado, o que seria a pedra angular de uma paz sustentável. Da forma como ocorreu, Israel conseguiu expandir sua presença territorial nos territórios ocupados da Palestina e pareceu ganhar a confiança de que estaria melhor com os arranjos atuais do que com um compromisso político que trouxesse a paz. O que Israel conseguiu indiretamente como resultado do fracasso do processo de Oslo foi tornar a solução de dois Estados uma impossibilidade prática. É verdade que a solução de dois Estados sobrevive como uma espécie de presença fantasmagórica na ONU e em espaços diplomáticos onde continua a ser apresentada como a única solução viável. Essa sobrevida do mantra de dois Estados permite que os governos evitem repudiar Israel e o projeto sionista de um Estado judeu assim como evitem declarar que a luta palestina por direitos básicos se tornou uma causa perdida. A alternativa a uma solução de dois Estados é vista, geralmente, como uma solução de um Estado, seja um Estado-nação de Israel ou alguma forma híbrida de confederação de um Estado unificado da Palestina/Israel. Nenhum desses resultados pode ser conciliado com o atual caráter de Israel como um Estado judeu exclusivista e, portanto, equivale a considerar o atual Israel como um Estado ilegítimo.

**Entrevistador:** Professor, ouvindo o que você disse agora, é impossível não falar de um assunto que não foi pensado anteriormente. Ainda ontem, estava pensando em qual é a parcela de responsabilidade da liderança palestina pela situação atual. Diferentemente da África do Sul, a opção de dois Estados parece corroborar ou reforçar a lógica de Estado étnico, que é a lógica do apartheid. Então, eu não sei exatamente como abordar isso, como tratar isso junto ao movimento palestino local. Acho que, talvez,

diferente do movimento anti-apartheid sul-africano, há uma parcela da responsabilidade da liderança palestina, decorrente da escolha imprudente por uma solução de dois Estados. Essa não me parece ser uma solução real, pois resulta na aceitação da lógica do apartheid de “desenvolvimento separado”. Algo como dizer “ok, você estará lá no seu bantustão e isso está certo”. Mas o que isso significa para os refugiados? Os refugiados têm o direito de retornar e fazem parte do povo palestino como um todo. Portanto, eles não podem ser tratados como uma moeda de troca. Inicialmente, não pensei em falar sobre isso, mas é uma questão que nós podemos conversar sobre se você concordar.

**RF:** É perfeitamente aceitável e de vital importância falar sobre os refugiados. A liderança palestina foi, como você sugere, responsável por desconsiderar a situação e a relevância dos refugiados. Eles não devem ser esquecidos para que haja uma paz justa e sustentável. Sua longa provação levanta uma questão central, que novamente separa a narrativa de Israel da narrativa sul-africana. Há um grande número de refugiados, estimado entre cinco e sete milhões. Qualquer influxo substancial de refugiados palestinos alterará a demografia de qualquer arranjo político entre os dois povos. Além disso, sem abordar as reivindicações dos refugiados, sem conceder um direito substancial de retorno acompanhado de uma garantia de cidadania plena, uma paz sustentável não pode ser estabelecida de forma confiável. Isso significa que deve haver alguma forma efetiva de acomodar os direitos dos refugiados, cabendo aos palestinos negociar em nome do povo e não se contentar com uma parcela de terra e com a extensão de uma lógica de apartheid separando judeus e palestinos em dois Estados étnicos. E, a meu ver, tal lógica só pode ser superada se não apenas as estruturas de controle forem desmanteladas, mas a ideologia racista subjacente do apartheid for repudiada. Infelizmente, tal curso de ação parece ser uma perspectiva muito remota no momento atual.

**Entrevistador:** Infelizmente.

**RF:** Sim, é muito lamentável, uma tragédia humanitária contínua e prolongada que priva milhões de palestinos inocentes das satisfações de uma vida normal. .

**Entrevistador:** Professor, estamos quase chegando ao fim, mas ainda temos pelo menos mais três perguntas e a próxima é teórica. Você usou conceitos como discriminação racial, apartheid, colonialismo e limpeza étnica ao mesmo tempo. Então, poderia abordar com mais detalhes a interligação desses conceitos e tipologias do direito internacional? Colonialismo, limpeza étnica e apartheid como eles estão inter-relacionados?

**RF:** Há duas maneiras de falar sobre essa interação. Uma está no contexto de Israel/Palestina e outra no contexto mais geral da sociedade internacional. No que diz respeito a Israel/Palestina, em linha com o que eu disse anteriormente, sobre a necessidade de limpeza étnica decorrente da dimensão demográfica do projeto sionista, foi necessário desapropriar um grande número de palestinos para defender um compromisso com um Estado formalmente democrático como uma opção realista para o novo Estado. O descrédito do colonialismo intensificou o desafio de Israel para alcançar a legitimidade. Israel começou sua existência como Estado soberano em um período histórico em que o colonialismo estava sendo desacreditado, cada vez mais visto como contrário ao direito internacional. As guerras anticoloniais estavam se sucedendo. Tanto no nível político do conflito quanto no nível legal/normativo da lei e da moral, Israel surgiu no momento em que o colonialismo foi repudiado, o que intensificou as tensões entre a negação da autodeterminação à população residente da Palestina e as afirmações de soberania por uma população de colonos, que conseguiu ter sucesso apesar da natureza colonial de seu empreendimento. Isso lembra nossa conversa sobre a originalidade do apartheid israelense, que deriva, eu acho, desses fatores de colonialismo e limpeza étnica, que, embora presentes, não eram tão proeminentes no contexto sul-africano. Geralmente, de uma perspectiva mundial, essa formação do Estado israelense também é significativa. Não há outro exemplo comparável de um importante Estado colonial sendo estabelecido após 1945. Também é relevante que a limpeza étnica da Palestina tenha ocorrido em meio a uma luta pelo controle político de um Estado territorial existente. Isso não é tanto uma característica das estruturas do apartheid. Por exemplo, após o colapso da Iugoslávia, uma limpeza étnica na Bósnia ocorreu definitivamente no curso da guerra, mas não ocorreu devido a uma situação anterior caracterizada pela discriminação racial. Acho que

há uma singularidade na conexão entre apartheid, colonialismo e limpeza étnica no contexto de Israel Palestina. Isso me leva a uma conjectura que precisa de mais reflexão. Talvez a separação legal de Gaza da Cisjordânia e Jerusalém deva ser considerada como uma derivação prospectiva dessa lógica de limpeza étnica. Uma parte significativa da população palestina tornou-se legalmente separada do território geral governado por Israel. Isso ilustra como as motivações demográficas podem, novamente, influenciar a abordagem do povo palestino por Israel, levando a recorrer à lógica da limpeza étnica no futuro. Parece uma visão bastante instrutiva da separação coercitiva de Gaza do resto da Palestina como quase equivalente a formas mais explícitas de limpeza étnica.

**Entrevistador:** Na sua resposta anterior, você acabou antecipando a próxima pergunta. Como ocorre com o apartheid, é possível considerar a limpeza étnica como um processo gradual e contínuo relacionado à razão de ser de Israel como um Estado judeu em um território multiétnico? Ilan Pappé (2008) teve alguns insights sobre essa lógica de limpeza étnica e você fez isso em seus relatórios.

**RF:** Não há dúvida de que a limpeza étnica tem sido um processo contínuo desde 1948. A principal premissa é a necessidade de manter uma maioria demográfica judaica segura. A premissa menor é o desejo de ter um Estado judeu tão puro quanto possível, o que significa o menor número possível de palestinos. Desde que Israel foi estabelecido, tem havido pressão contínua sobre os palestinos para que deixem Israel, assim como a Palestina ocupada. Essa pressão não é apenas impulsionada demograficamente, mas também deriva do desejo de máxima pureza racial.

**Entrevistador:** Tenho apenas mais duas perguntas. Você pode falar sobre os mandatos de relator especial das Nações Unidas, antes e depois de você e Dugard? Como podemos avaliar eles como um todo? Até onde eu sei, por que somente você e Dugard se referiram ao conceito de apartheid<sup>8</sup>?

**RF:** Até onde sei, nosso sucessor, Michael Link, não mencionou o apartheid em seus relatórios, embora, com base em contatos informais, esteja confiante

8

Após a entrevista, Michael Link (2021), como relator especial, também aludiu à possibilidade de definir a situação como resultando em apartheid.



de que ele compartilha de nossa avaliação, mas não tenho certeza absoluta. Nós três, você pode estar interessado em saber, estamos colaborando em um livro exatamente sobre sua pergunta. Qual é o papel desses relatores especiais? Quais são suas frustrações? Eles podem alegar ter beneficiado os palestinos ou deve-se concluir que a ONU é incapaz de resolver esse tipo de encontro entre autodeterminação e direitos humanos quando a Organização está bloqueada geopoliticamente? Esta é realmente uma questão em aberto sobre a qual nós três temos opiniões diferentes, apesar de compartilharmos os mesmos valores. Considero a questão subjacente como separar o que chamo de política simbólica da política comportamental ou substantiva. A ONU pode ser muito eficaz em remodelar a política simbólica, ou a natureza do discurso político. O que estávamos falando anteriormente. No momento, nesse tipo de situação, a ONU não pode por si mesma mudar ou modificar as realidades comportamentais no terreno. Desafiar a geopolítica não é possível no contexto da ONU e requer uma forte mobilização transnacional da sociedade civil. A libertação palestina está no topo da agenda da sociedade civil internacional, mas se essa ação será capaz de reunir força suficiente para fazer uma diferença substantiva é uma questão separada e complexa, que diferentes pessoas responderão de maneira distinta.

**Entrevistador:** A última pergunta é sobre o Tribunal Penal Internacional, que reconheceu em 2021, que tem competência para julgar acusações de crime cometidos em territórios palestinos. Quais são suas expectativas quanto a isso? É um sinal de que o que você chamou de o “poder dos direitos” pode triunfar?

**RF:** Eu acho que é muito importante, mas apenas no domínio da política simbólica, não espero nenhum impacto substantivo em Israel de qualquer magnitude. E como você sabe, os líderes políticos israelenses rejeitaram a decisão do TPI autorizando a investigação de alegações palestinas como nada mais do que uma expressão de antissemitismo institucional. Isso é, obviamente, ridículo e irresponsável. Os EUA também sugeriram em linguagem mais educada que esta foi uma iniciativa legalmente inadequada do TPI. Há um novo promotor no TPI que ainda não divulgou como irá proceder. Como resultado, há uma aura de incerteza sobre se e em que medida o caso irá adiante. Parece provável que a discrição da promotoria irá resolver

a questão de uma forma ou de outra. Acredito que haja ampla aprovação da decisão do TPI, que rejeita os obstáculos legais a uma investigação. Isso cria a possibilidade de indiciamentos de oficiais políticos e militares israelenses. Provas incriminatórias abundantes foram apresentadas ao TPI nesta fase de investigação. Se o caso não for adiante ou for bloqueado, isso será devidamente visto como uma vitória da geopolítica e uma derrota da implementação do direito penal internacional.

**Entrevistador:** Professor, se você quiser dizer algumas palavras finais... acho que falamos sobre todas as questões pré-elaboradas

**RF:** Acho que cobrimos as questões relevantes de forma eficaz. Suas perguntas desafiaram minha própria compreensão de como explicar questões relacionadas à relevância do apartheid para a compreensão e solução dos problemas subjacentes entre israelenses e palestinos. Estou muito confortável com nossa conversa sobre esses assuntos importantes. Gostei de conhecê-lo e de conversar com você.

**Entrevistador:** Professor, muito obrigado por me conceder essa entrevista. Sou seu fã, como disse antes de iniciarmos. Você é uma pessoa muito importante, um intelectual muito importante, que vai muito além da Questão Palestina, pois fala de direitos humanos como um todo e faz reflexões políticas muito pertinentes. Portanto, não tenho palavras para expressar minha gratidão.

## *Referências bibliográficas*

Al-HAQ et al. *Joint Parallel Report to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination*. Ramallah: January, 2012. Disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_80\\_9184\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_80_9184_E.pdf).

Al-HAQ et al. *Joint Parallel Report to the United Nations Committee on the Elimination of Racial Discrimination on Israel's Seventeenth to Nineteenth Periodic Reports*. Ramallah: November, 2019. Disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_39700\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_39700_E.pdf).

AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel's Apartheid Against Palestinians*. Cruel System of Domination and Crime Against Humanity. AI website: February 1, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/02/israels-apartheid-against-palestinians-a-cruel-system-of-domination-and-a-crime-against-humanity/>.

BADIL. *Submission to the Committee on the Elimination of Racial Discrimination For the Convening of the Committee on its 80th Session from 13 February -9 March 2012*. Bethlehem: 2012?. [https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT\\_CERD\\_NGO\\_ISR\\_80\\_9183\\_E.pdf](https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/ISR/INT_CERD_NGO_ISR_80_9183_E.pdf).

BRASIL. Câmara dos deputados. *PL 4974/2020*. Brasília: 20 out. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264517>>.

B'TSELEM. *A Jewish Supremacy Regime From the River Jordan to the Mediterranean Sea: This Is Apartheid*. B'Tselem website: January 12, 2021. Disponível em: [https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101\\_this\\_is\\_apartheid](https://www.btselem.org/publications/fulltext/202101_this_is_apartheid).

DUGARD, John. *Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967, John Dugard*. United Nations website: January 29, 2007. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement>.

DUGARD, John. REYNOLDS, John. *Apartheid, International Law and the Occupied Palestinian Territory. The European Journal of International Law*. Florence: Vol. 24, nº 3, p. 867-913, 2013.. Disponível em: <https://academic.oup.com/ejil/article/24/3/867/481600>.

FALK, Richard A. *Achieving Human Rights*. New York: Routledge, 2009.

FALK, Richard A. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk*. United Nations website: August 30, 2010. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-176403/#>.

FALK, Richard A. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk*. United Nations website: January 10, 2011. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-176701/>.

FALK, Richard A. General Assembly. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk. United Nations website: September 19, 2012. Disponível em: <https://undocs.org/A/67/379>.

FALK, Richard A. *(Re)Imagining Global Governance*. New York: Routledge, 2014.

FALK, Richard A. *Palestine: the legitimacy of hope*. Charlottesville: Just Word Books, 2014a.

FALK, Richard A. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Richard Falk*. United Nations website: January, 2014b. Disponível em: [http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67\\_en-Falkfinalreport\\_Feb2014.pdf](http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf).

FALK, Richard A. *Palestine's Horizon Toward a Just Peace*. New York: Pluto Press, 2017.

FALK, Richard A. *Public Intellectual: the life of a citizen pilgrim*. Atlanta: Clarity Press, 2021.

FALK, Richard A.; JUERGENSMEYER, Mark; POPOVSKI, Vesselin (ed.). *Legality and Legitimacy in Global Affairs*. New York: Oxford University Press, 2012.

\_\_\_\_\_; TILLEY, Virginia. Economic and Social Commission for Western Asia. *Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid*. Southern. Illinois University: March 15, 2017. Disponível em: [https://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=ps\\_pubs](https://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=ps_pubs).

GREENSTEIN, Ran. Israel-Palestine and Apartheid Analogy: Critics, Apologists and Strategic Lessons. In: PAPPÉ, Ilan. (org.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015, p. 299-330.

GREENSTEIN, Ran Israel, Palestine and Apartheid. *Insight Turkey*. Istanbul: vol. 22, nº 1, p. 73-92, 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. *A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution*. HRW website: April 27, 2021. Disponível em: [https://www.hrw.org/sites/default/files/media\\_2021/04/israel\\_palestine0421\\_web\\_0.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2021/04/israel_palestine0421_web_0.pdf)

- LI, D. The Gaza Strips as Laboratory: Notes in the Wake of Disengagement. *Journal of Palestine Studies*, v. 35, n. 2, p. 38-55, 2006.
- LINK, Michael. United Nations Human Rights Council. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Michael Lynk*. United Nations website: Oct 22, 2021. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/report-of-the-special-rapporteur-on-the-situation-of-human-rights-in-the-palestinian-territories-occupied-since-1967/>.
- MEYER, H. G. *The end of Judaism*. An ethical tradition betrayed. Middletown: GMB, 2007.
- NASSAR, Tamara. Israel passes law entrenching apartheid. *The Electronic Intifada*: 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/israel-passes-law-entrenching-apartheid>>.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. General Assembly. *International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid*. 28<sup>th</sup> session, 1973, A/RES/3068(XXVIII). United Nations website. Disponível em: < [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.10\\_International%20Convention%20on%20the%20Suppression%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Apartheid.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.10_International%20Convention%20on%20the%20Suppression%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Apartheid.pdf)>.
- PAPPÉ, I. *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications, 2008.
- PAPPÉ, I. (ed.). *Israel and South Africa*. The Many Faces of Apartheid. London: Zed Books, 2015.
- RUSSELL TRIBUNAL ON PALESTINE. *Russell Tribunal on Palestine verdict*. January, 2012, Disponível em: <[www.russelltribunalonpalestine.com](http://www.russelltribunalonpalestine.com)>.
- TILLEY, Virginia (ed). *Occupation, Colonialism, Apartheid? A re-assessment of Israel's practices in the occupied Palestinian territories under international law*. Cape Town: Middle East Project of the Democracy and Governance Programme & Human Sciences Research Council of South Africa, 2009.
- WINSTANLEY, Asa. “Os palestinos já chamavam Israel de estado de apartheid décadas atrás”. *MEMO*, 28 de abril, 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente>.

com/20210428-os-palestinos-ja-chamavam-israel-de-estado-de-apartheid-decadas-atras/?fbclid=IwAR1M525cOAUJPPyh5OqG-8bLXHR7mMQap08DoIybXb-6UKKz5r66rF6GSDzk.

WOOTLIF, Raoul. Final text of Jewish nation-state law, approved by the Knesset early on July 19. *The Times of Israel*, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/final-text-of-jewish-nation-state-bill-set-to-become-law/>>.

YESH DIN. *The Israeli Occupation of the West Bank and the crime of Apartheid: Legal Opinion*. Yesh Din web site: July 7, 2020. Disponível em: <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/files.yesh-din.org/Apartheid+2020/Apartheid+ENG.pdf>.

## *Resenha*

---

# RESENHA DE A ÉPOCA MODERNA

*Bruno Stori<sup>1</sup>*

ARAÚJO, André de Melo; DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro; RODRIGUES, Rui Luis (orgs.). *A Época Moderna*. Petrópolis: Editora Vozes, 2024.

## RESUMO

resenha do livro *A Época Moderna*, coletânea publicada em novembro de 2024 pela Editora Vozes e organizada por André de Melo Araújo, Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues.

*Palavras-chave:* História Global, História Moderna, Modernidade.

## ABSTRACT

book review of *A Época Moderna*, published in November 2024 by Editora Vozes and edited by André de Melo Araújo, Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues.

*Keywords:* Global History, Early Modern History, Modernity.

Publicado em novembro de 2024 pela Editora Vozes, *A Época Moderna* é uma coletânea organizada por André de Melo Araújo, Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues, professores membros da Rede Brasileira de Estudos em História Moderna (h\_moderna). A rede foi fundada em 2019 com o objetivo de promover a historiografia brasileira sobre a Primeira Modernidade, proposta que se estende ao lançamento deste livro, cujo propósito é a de apresentar um panorama atualizado dos estudos sobre a área no Brasil. Como os organizadores explicam na introdução, *A Época Moderna* é fruto de um processo de expansão e consolidação da produção historiográfica brasileira dedicada ao período que vai dos séculos XV ao XVIII, processo este que

---

<sup>1</sup> Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Doutorando em História na Pennsylvania State University. Contato: brunosto14@gmail.com.



se iniciou a partir dos anos 1990, quando os debates sobre a formação do Brasil contemporâneo deixaram de ditar os caminhos da História Moderna no país (pp. 19-20).

De fato, o livro, no intento de mapear o que historiadores brasileiros têm discutido sobre a Primeira Modernidade, indica que nas últimas décadas o desenvolvimento desse campo se refletiu num deslocamento para outras preocupações, interpretações e abordagens, alinhadas sobretudo à História Global. Considerando que concepções eurocêntricas e triunfalistas de Modernidade passaram a ser questionadas com vigor após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de correntes pós-modernas e com a popularização de perspectivas pós-coloniais e decoloniais, os organizadores e autores de *A Época Moderna* investem em uma Primeira Modernidade multifacetada, policêntrica e conectada, “de forma a incluir a necessidade de se pensar esse período da história em termos de ‘múltiplas modernidades’, não mais limitadas à experiência e à autocompreensão das sociedades europeias” (p. 22). Ao longo do livro, narrativas de expansão unilateral da Europa cedem espaço às redes e conexões econômicas, sociais, políticas e culturais entre diferentes espaços e sociedades, sem minimizar a violência de experiências históricas vinculadas à colonização e ao desenvolvimento do capitalismo.

Essa iniciativa tem aproximações com tendências do campo de História Moderna fora do Brasil, onde historiadores, ao questionarem consensos sobre a ideia de Modernidade, buscam outros usos teóricos do conceito para além de narrativas de ascensão e queda de impérios, indo em direção aos aspectos de conectividade entre contextos diversos. Como argumenta Alan Strathern, a popularização dessas interpretações globais possibilitou não apenas o apontamento de nuances e contradições aos processos históricos que tradicionalmente caracterizam o mundo moderno (a expansão europeia, a globalização e a colonização, por exemplo), como também permitiu que a Modernidade pudesse ser definida como um fenômeno que emerge justamente a partir das redes e conexões transregionais do período, e não a partir da identificação de elementos predeterminados em uma *checklist* (Strathern, 2018, pp. 325-327).

A imagem da capa do livro expressa essa proposta ao incluir um cartucho para um mapa, produzido por Crispijn van de Passe, o Velho (1564–1637), desenho que figura seis pessoas caracterizadas de modo a representar a Europa, África, Ásia e América – e que aqui também representam a diversidade de sujeitos históricos atuantes entre os séculos XV e XVIII numa Primeira Modernidade global. Após a introdução, *A Época Moderna* é dividido em quatro partes que juntas totalizam 21 capítulos. Cada capítulo foi escrito por dois historiadores (com exceção do capítulo 16, “Mulheres, gênero e cultura letrada”, escrito por três autoras), que, ao final de seus textos, incluíram breves bibliografias comentadas com sugestões de referências sobre as temáticas abordadas. A primeira parte trata de questões estruturais da Época Moderna, como o mundo rural europeu, o papel da religião, Estado e relações de poder e o surgimento do capitalismo. A dimensão global do período aparece de forma mais acentuada na segunda parte, dedicada à expansão das redes de circulação de pessoas e de conhecimento geográfico e principalmente às já mencionadas modernidades alternativas, abordadas em capítulos que discorrem sobre a África atlântica, o mundo islâmico, o oceano Índico, o Leste Asiático e as sociedades indígenas da América. A terceira parte volta-se à cultura e às mentalidades, focando em temas como o Renascimento, Humanismo, Iluminismo, reformas religiosas, a ciência moderna, a cultura impressa e o papel das mulheres na cultura letrada. Por fim, na última parte os autores debatem conflitos, revoltas e revoluções ocorridas na Europa e seus impactos no mundo, com capítulos sobre a Guerra dos Trinta Anos, as revoltas da Fronda, a Revolução Britânica do século XVII e as Revoluções Americana e Francesa.

Ao longo dos capítulos, os leitores têm acesso a discussões atualizadas com relação a temas clássicos da História Moderna, como o Renascimento, as reformas religiosas e o Iluminismo. O capítulo “A nova ciência”, de Andréa Doré e Thomás Haddad, por exemplo, questiona a ideia de que o desenvolvimento das práticas europeias de conhecimento teria caracterizado uma “Revolução Científica” protagonizada por Copérnico, Galilei, Newton e Descartes e que distinguiria a Europa do resto do mundo. Ao contrário: os autores apontam que uma interpretação mais abrangente dos saberes

produzidos na Primeira Modernidade abre a possibilidade de considerarmos não apenas as redes globais de circulação de informação, como também a diversidade de “modos de conhecer”, nos quais o saber tradicionalmente tido como científico é pensado junto a outras formas de produzir conhecimento. Com isso, “no lugar de uma Modernidade epistêmica europeia que se impõe sobre as ‘modernidades alternativas’ e as elimina, ganhamos outra – que jamais foi só da Europa” (p. 468).

O esforço de provincializar a Modernidade europeia também se verifica em capítulos que apresentam debates voltados a outros recortes, que começaram a receber maior atenção de historiadores brasileiros apenas mais recentemente, como é o caso dos capítulos sobre o mundo islâmico e o Leste Asiático. Otávio Luiz Vieira Pinto e Thiago Henrique Mota dedicam seu capítulo “Modernidade islâmica” a explicar o papel do Islã na construção do mundo moderno, destacando a expansão dessa religião nas sociedades da África subsaariana a partir do século XIV e citando a multiplicação das escolas corânicas pelo continente. Com relação à Ásia, os autores argumentam que a Modernidade islâmica foi construída com práticas políticas centralizadas próprias do chamado Persianato que se desenvolveram nos impérios otomano, safávida e mogol e que se estenderam até o século XIX. Desse modo, o capítulo demonstra que uma interpretação global da Época Moderna passa pelo questionamento das balizas cronológicas tradicionais e pela inclusão de variadas agências islâmicas, “fundamentais para uma compreensão crítica da História Moderna” (p. 255).

Vale destacar que alguns capítulos do livro voltados a temáticas mais correntes na academia brasileira possuem um debate historiográfico mais minucioso, talvez supondo que o leitor já tenha algum conhecimento prévio do assunto abordado – o que significa que leitores com pouco repertório sobre tais tópicos podem encontrar alguma dificuldade na compreensão do texto. Nesses capítulos, há maior espaço para uma discussão sobre como pesquisadores de diferentes correntes interpretaram os processos históricos em questão, o que contribui para um melhor entendimento da historicidade dos estudos sobre a Primeira Modernidade. Já outros capítulos, por tratarem de tópicos menos frequentados no Brasil, dedicam maior espaço a um resumo dos eventos e personagens considerados relevantes dentro

do tema abordado, no esforço de vincular esses contextos à Modernidade sem recorrer à presença europeia. Aqui, a ideia das múltiplas modernidades, mencionada na introdução do livro, é mais bem trabalhada em certos capítulos do que em outros, que poderiam discutir com maior profundidade definições teóricas dessas modernidades alternativas para reforçar a proposta geral da coletânea. Ainda assim, os autores de *A Época Moderna* apresentam uma visão da Primeira Modernidade construída também por mulheres, africanos, indígenas, asiáticos e outros sujeitos conscientes dos mundos em que viviam e das conexões em que estavam inseridos, o que faz do manual uma referência atualizada para pesquisadores da área e que pode ser útil para o ensino de História Moderna em cursos de graduação e potencialmente na educação básica.

O esforço do livro de mapear a produção historiográfica brasileira sobre a Época Moderna se traduz em uma interpretação do caráter global desse período a partir do Brasil, considerando as contribuições de historiadores brasileiros a um campo do conhecimento histórico que, ao tentar lidar com um legado eurocêntrico, têm buscado por caminhos teóricos alternativos. Frente à possibilidade de o afastamento de noções tradicionais de Modernidade tornarem o conceito ultrapassado demais para ser utilizado, a perspectiva global e policêntrica propõe uma redefinição do termo que inclui outros espaços, agentes e enfoques, para além da “ascensão do Ocidente” (Strathern, 2018, pp. 326-327). Esse movimento de reformulação e uso crítico da Modernidade como ferramenta de análise, expresso em *A Época Moderna*, indica que hoje talvez tenhamos o privilégio da consciência de que as histórias que almejamos escrever dependem, goste ou não, dos instrumentos teóricos derivados da própria Modernidade que pretendemos colocar em questão.

## Referência

STRATHERN, Alan. Global Early Modernity and the problem of what came before. *Past & Present*, v. 238, Issue 13, pp. 317-344, 2018.